ALBERT GALTER

O "LIVRO VERMELHO" DA IGREJA PERSEGUIDA

Publicado sob os auspícios da Comissão para a Igreja perseguida das Organizações Internacionais Católicas

II EDIÇÃO



1959
EDITÔRA VOZES LTDA. — PETRÓPOLIS, R. J.
RIO DE JANEIRO — SÃO PAULO
BELO HORIZONTE

«Livro Vermelho
da Igreja Perseguida»

A Comissão para a Igreja Perseguida, membro da Conferência das Organizações Internacionais Católicas, confiou à EDITÔRA VOZES LTDA. o direito de tradução para a língua portuguêsa dêste "LIVRO VERMELHO" DA IGREJA PERSEGUIDA, que traz uma impressionante documentação, haurida nas fontes oficiais comunistas sôbre a feroz campanha promovida pelos países do regime soviético para exterminar radicalmente a Igreja Católica da face da Terra. Reúne uma exposição sistemática, um grande número de fatos irrefutáveis, joeirados e verificados com máximo rigor científico; estuda-os e compara-os entre si, e confronta-os com documentos oficiais estabelecidos pelos próprios perseguidores. À documentação pouco falta para ser completa, correndo, a falta, por conta da terrível opressão soviética quanto a não permitir o acesso às fontes de informação e começa do ano de 1939 com referência à Rússia, Países Bálticos e Ucrânia, e de 1945 quanto às demais nações que após a Guerra Mundial começaram a girar na órbita vermelha: Albânia, Bulgária, China, Coréia, Hungria, Polônia, Rumânia, Tchecoslováquia, Vietnam, Iugoslávia, Alemanha Oriental.

Título do original francês:
Le "Livre Rouge" de l'Eglise persécutée.

Direito de tradução para a língua portuguêsa adquirido
pela Editôra VOZES Ltda.

I M P R I M A T U R
POR COMISSÃO ESPECIAL DO EXMO.
E REVMO. SR. DOM MANUEL PEDRO
DA CUNHA CINTRA, BISPO DE PE-
TRÓPOLIS. FREI DESIDÉRIO KALVER-
KAMP, O. F. M. PETRÓPOLIS, 2-III-1959.

PREFÁCIO

Apresentando ao mundo internacional êste "Livro Vermelho", a Comissão para a Igreja Perseguida, da Conferência das Organizações Internacionais Católicas, cumpre um dever: fornecer, aos que querem estudar lealmente os documentos e os fatos, ocasião de se informarem objetivamente.

Nada resiste à verdade. Mister se faz, entretanto, que esta seja apresentada.

A defesa da Igreja do Silêncio já comportava uma literatura assaz vasta: informações diversas que puderam transpor as cortinas de ferro e de bambu, fatos vividos e relatados por vários refugiados, estudos monográficos de certos acontecimentos em certos países. Essa documentação, no entanto, a princípio era esparsa e incompleta. Depois, não raras vêzes apoiava-se no testemunho de pessoas indubitàvelmente dignas de fé, porém isoladas; e, assim, revestia fàcilmente um aspecto demasiado individual para obrigar o leitor a deduzir dela conclusões gerais. Nestas condições, a dificuldade, senão mesmo a impossibilidade, de averiguar os fatos relatados, e a segurança descarada com que o comunismo ousa negar até as realidades que entram pelos olhos, juntando-se ainda a isso a tendência, consciente ou inconsciente que todos temos, de desviar os nossos olhares das verdades que comportam o risco de sacudir a nossa preguiçosa euforia, com sobeja facilidade triunfaram das nossas fracas veleidades de agir.

O presente "Livro Vermelho" propõe-se preencher essa lacuna. Reúne, numa exposição sistemática, um grande número de fatos irrefutáveis, joeirados e verificados com o último rigor; estuda-os e compara-os entre si, e confronta-os com os documentos oficiais estabelecidos pelos próprios perseguidores. Julgamos impossível escapar à lógica das deduções que se inferem das grandes linhas da perseguição contemporânea.

Os que estudarem o feixe de revelações e de provas expostas na presente obra, que, sem ser oficial, tem, con-

tudo, o caráter de uma advertência solene, sem demora dar-se-ão conta dos objetivos que essa perseguição esconde. Quando se tentar dizer-lhes que a luta não é assim tão ardente, que ela não combate a religião, mas que quer simplesmente atingir "explosões fanáticas" ou reprimir "resistências políticas", êles terão apenas que volver aos documentos indiscutíveis que êste "Livro Vermelho" lhes apresenta. Os fatos falarão por si mesmos aos interlocutores leais.

Aos crentes que tiverem a peito estudar esta documentação, a Comissão para a Igreja Perseguida ousa pedir uma prece. Unam-se êles a ela para solicitar de Deus que sejam sustentados os perseguidos, que sejam iluminados os perseguidores, e que finalmente jorrem a Luz e a Caridade que devem permitir a reconciliação de um mundo tão profundamente dividido.

Quanto aos que não compartilham a nossa fé, dignemse de se dar conta de que nesta emergência a Igreja Católica defende os mais essenciais dos Direitos Universais do Homem, inscritos na consciência de todo ser humano, respeitados por todo Poder digno dêste nome, consagrados pelas mais solenes Declarações da Organização das Nações Unidas. Lutando na primeira linha pela salvaguarda dos mais altos valores espirituais da humanidade, a Igreja Católica merece a simpatia, a admiração, a gratidão, o apoio ativo de todos.

Luxemburgo, na festa de Páscoa de 1956.

JEAN BERNARD,
Presidente da Comissão
para a Igreja Perseguida.

ANTELÓQUIO

O intuito dêste livro é fazer conhecer, de maneira sumária porém documentada, a perseguição que infligem à Igreja Católica os governos comunistas de certos países. As páginas que se seguem pretendem apresentar à meditação do leitor fatos; e êstes só são objeto de comentários na medida em que o exige a inteligência dos desdobramentos da perseguição.

A documentação aqui coligida não tem a pretensão de ser completa; sem embargo, é ela bastante para dar uma idéia clara dos desígnios comunistas a respeito da Igreja Católica. Tanto quanto foi possível, dada a raridade das informações fornecidas pelos países de além da cortina de ferro, bebeu-se nas próprias fontes comunistas, completando-as, quando necessário, por informações provenientes de testemunhas oculares e fidedignas.

As mais das vêzes, a exposição segue a ordem cronológica. Remonta a 1939 quando se trata da U. R. S. S. e dos territórios que ela ocupou em seguida ao Acôrdo germano-soviético daquele mesmo ano; ao contrário, só começa com o fim da segunda guerra mundial, em 1945, para todos os outros países. Após uma Introdução sôbre os métodos e a tática da perseguição comunista, os diversos capítulos tratam cada um de um país determinado, cuja dolorosa história religiosa seguem até 1953, ano da morte de Stalin, a qual, pode-se dizer, encerra um ciclo da perseguição. A obra termina por uma bibliografia oferecida a todos os que desejem aprofundar certos aspectos da ideologia e da política anti-religiosas marxistas.

Assim concebido, êste livro é voluntàriamente restrito no seu objeto. Notadamente, não pretende êle — e o reparo é importante — tratar da atitude dos católicos dos países "livres" em face do comunismo perseguidor, nem lembrar como a Igreja lhes pede juntarem à luta perseverante contra o êrro um esfôrço positivo para manifestar as riquezas da fé e promover maior justiça social. O fato maciço e irrecusável da perseguição oferece-se sòzinho, e sem comentários, à reflexão.

Pela mesma razão, não se propõe êste livro fazer a análise das causas e das circunstâncias históricas que permitem compreender melhor, em cada caso, a gênese da perseguição, a sua evolução, a sua repercussão. Esforços de reflexão desta ordem já foram tentados para certas nações; grande é o interêsse dêles, inegável o proveito. Mas a originalidade do presente volume, e, esperamo-lo, a sua utilidade estão alhures, estão nessa espécie de confronto das múltiplas perseguições que se abateram simultâneamente sôbre a Igreja em todos os países entregues ao domínio comunista.

Enfim, se nos colocarmos na mesma perspectiva, não nos admiraremos de não achar nas páginas que se seguem uma história da heróica resistência da Igreja Católica naqueles países. Tampouco relata êle, por si mesmos, os casos de martírios — no sentido próprio do têrmo — que se verificaram tanto entre o clero como entre os fiéis. Se às vêzes se vem a falar dêles, nunca é senão por alusão indireta. O objeto do volume também não é fazer conhecer a atitude dos comunistas a respeito das outras confissões religiosas que, como a Igreja Católica, embora com menor intensidade em certos países, também foram vítimas da perseguição comunista.

Ainda menos quereria êste livro ceder ao espírito de combate ou de desunião: a Igreja Católica, como tal, não pode estar ligada às vicissitudes políticas. A respeito dos regimes comunistas, o que Ela tem condenado, o que não cessa de condenar, como o explicamos mais adiante, é o êrro que vicia intrìnsecamente o marxismo-leninismo, são as perseguições, fruto dêsse êrro.

Tal como se apresenta, quer pois êste livro ser sòmente:

1º, uma contribuição para a defesa dos valores que o comunismo ateu nega, e um lembrete, para os que tal esquecessem, da ação empreendida pelo comunismo para destruir êsses valores;

2º, uma evocação da situação difícil, não raro atravessada de dolorosas alternativas e de angustiosas crises de consciência, em que se acham os padres, os fiéis e sobretudo os bispos forçados a viver nos países por trás da cortina de ferro;

3º, um novo apêlo, lançado a todos os que têm a peito a sorte da liberdade humana e dos direitos fundamentais do homem, para lhes atrair mais uma vez a atenção para uma das mais tremendas tragédias do nosso tempo. Ignorar a perseguição comunista ou reduzi-la — como às vêzes se faz — é não só uma aberração, mas também uma ingratidão para com os que sofrem pela sua fidelidade a Deus e pela defesa da sua fé.

1

A PERSEGUIÇÃO COMUNISTA

Communismus cum intrinsecus sit pravus...

Pio XI, AAS, t. XXIX, p. 96.

O que constitui a base filosófica do marxismo é o materialismo dialético... materialismo absolutamente ateu, resolutamente hostil a tôda religião.

Lenine, **Obras**, t. XV, p. 371.

Para a maioria dos seus adversários, o comunismo é conhecido e combatido sobretudo como o inimigo mortal das liberdades políticas e democráticas. Outros, que procuram aprofundá-lo, consideram nêle uma doutrina social e um sistema de economia política que tem no seu ativo um certo número de realizações, concebidas aliás fora de tôda preocupação espiritual.

Mas o comunismo como filosofia, o comunismo como negação do sobrenatural, como mística de ação ameaçando os valores essenciais da Revelação cristã, como sistema dominado por um ateísmo radical, êste comunismo é desconhecido da maioria, mau grado os ensinamentos e as advertências reiteradas da Igreja já desde algumas dezenas de anos.

Talvez que a passividade de sobejos cristãos em face do perigo comunista se explique pelo fato de ligarem êles mais importância ao caráter político e social do comunismo do que ao seu aspecto espiritual: o partido sobreleva à ideologia, o programa à tese, a tática ao fim. E essa atitude talvez explique também a sedução que o comunismo não cessa de exercer sôbre certos espíritos, mesmo depois das repetidas condenações da Igreja. E' um fato que o comunismo é mal conhecido sob o seu aspecto espiritual e religioso.

Ora, os acontecimentos sobrevindos, de 1945 aos nossos dias, nos países onde o comunismo conseguiu tomar o poder, mostram claramente que a perseguição religiosa fica sendo uma das constantes fundamentais, inexoráveis do marxismo. Jamais foram renegados os textos clássicos do comunismo sôbre a edificação da sociedade socialista partindo da luta contra os "preconceitos religiosos de todo gênero". A única novidade em relação ao passado é a organização metódica, a aplicação da dialética marxista, a implacável concatenação dos fatos, coisas estas que fazem da perseguição exercida nas "democracias populares" uma *verdadeira operação científica.*

Na sua conquista do poder e no exercício dêste, os comunistas — sejam eslavos, latinos, bálticos ou húngaros — têm-se servido dos *mesmos métodos*. Pode-se com razão falar de uma "técnica do golpe de Estado" e de uma "técnica de govêrno" próprias a todos os regimes comunistas. O que pode ter variado — e de fato varia — é *a aplicação* dêsses métodos; a tática comunista aconselha, com efeito, servir-se dêles e lhes dosar o uso em função das circunstâncias particulares da história, da mentalidade, das instituições, das tradições de cada povo. Mas, nos limites dessa "elasticidade tática", o processo de base persiste idêntico no essencial, porque fundado na mesma doutrina do materialismo dialético, de onde com rigorosa precisão são tiradas as regras práticas de ação.

O mesmo sucede na luta contra a religião e a Igreja, tal como se pode observar desde há dez anos.

Segundo os princípios dêles, a religião é combatida em nome da "ciência", como não passando de uma velhacaria que desvia o homem do seu próprio fim, fim que é o de rematar nêle a evolução da matéria; é combatida em nome do "progresso social", visto ser o "ópio do povo" e visto as suas promessas do além manterem na sujeição os oprimidos dêste mundo. Ora, sem renegarem nenhum dêstes princípios que lhes inspiram diretamente a sua ação sistemática contra a Igreja, sem perderem de vista o fim último dessa luta, que é a liquidação da religião ao mesmo tempo que da sociedade capitalista, da qual é ela parte integrante, os comunistas sempre têm levado e ainda levam rigorosamente em conta as circunstâncias.

E' por isto que a história da perseguição, de 1945 aos nossos dias, compreende, de um lado, tôda uma série de medidas contra a Igreja, medidas idênticas nos diversos países de obediência comunista, e que fazem pensar numa "planificação" da perseguição; mas, de outro lado, verifica-se que, no quadro dessas medidas comuns, a tática comunista tem a cada vez procedido segundo modalidades de ação que lhe eram ditadas pelas condições particulares.

Êste duplo aspecto da perseguição religiosa comunista é que importa pôr aqui em relêvo.

As principais circunstâncias susceptíveis de influir nas modalidades da perseguição, e de diversificá-la de um país a outro, são as seguintes:

1º O número dos católicos, a sua organização e a intensidade da vida religiosa do país.

Êste primeiro fator explica como a dureza implacável da perseguição na China, na Bulgária, na Romênia, não se verifica da mesma maneira, por exemplo, na Polônia ou na Iugoslávia. O fato servirá, mesmo à propaganda, e os comunistas não deixarão de assinalar à opinião pública mundial "a liberdade religiosa exemplar" que, segundo êles, reina na Polônia. Compreende-se também por que certos métodos

e certas iniciativas (tal a instituição do Bureau Governamental para os Negócios Eclesiásticos) foram primeiramente experimentados na Tchecoslováquia de preferência, por exemplo, a na Hungria.

Se as circunstâncias o sugerirem, os comunistas não hesitarão mesmo em se apresentar como os protetores da liberdade religiosa e da Igreja, tal como sucedeu às vêzes quando, antes das eleições, aos dirigentes marxistas importava conquistar, senão o favor, ao menos a neutralidade política das massas católicas. Na Hungria, como a gente se lembra, os comunistas apareceram a princípio como os defensores da liberdade de ensino — e portanto também das escolas dependentes da autoridade eclesiástica — contra a ala esquerda do partido dos pequenos proprietários, a quem êles mesmos haviam incentivado a pedir a nacionalização. Pouco mais ou menos em tôda parte, quando o govêrno comunista viu nisso o seu interêsse para a consolidação do regime, não hesitou em conceder uma liberdade religiosa temporária, ou o abrandamento de certas medidas vexatórias.

2º O rito professado pelos católicos. E' assim que, na Romênia, as medidas adotadas contra a Igreja de rito oriental diferiram das aplicadas aos católicos de rito latino. Do mesmo modo, na sua luta contra a Igreja oriental unida da Ucrânia pròpriamente dita e da Ucrânia subcarpática, os Sovietes não usavam de métodos semelhantes aos de que se serviram na sua perseguição contra a Igreja de rito latino dos Estados Bálticos ou dos antigos territórios poloneses.

3º A existência de uma confissão religiosa mais difundida e mais estável que se possa utilizar contra a da minoria.

Assim os comunistas utilizaram as Igrejas autocéfalas "ortodoxas" [1], russa e rumena, contra as comunidades católicas de rito oriental existentes na Ucrânia e na Romênia.

4º A situação interior do comunismo. E' princípio fundamental do marxismo que a liquidação da Igreja não deve fazer-se em detrimento da sovietização do país e do seu esfôrço econômico. A tática persistirá sempre conforme a êste princípio. Assim, onde quer que as estruturas políticas e econômicas comunistas estiverem sòlidamente estabelecidas, como na U. R. S. S. por exemplo, proceder-se-á de maneira radical e sem fraqueza; ao contrário, se se tratar de superar uma crise econômica, como foi o caso, na Hungria, de 1953 a 1955, não se deixará de diminuir a pressão anti-religiosa, indo mesmo até a apelar para a Igreja, na pessoa dos seus ministros e fiéis, e de lhe pedir sustentar, em nome do sentimento nacional e do patriotismo, "frentes populares nacionais".

---

[1]) O têrmo "ortodoxo" é tomado, aqui e em todo o volume, na sua acepção histórica usual, e não no sentido dogmático.

5º A repercussão que poderia ter no estrangeiro a luta contra a religião e a Igreja.

Países como a U. R. S. S. ou a China, que, por trás da sua formidável cortina de ferro ou de bambu, temem menos as reações do mundo "burguês", foram teatro de uma ação contra a religião muito mais expedita do que a movida, por exemplo, pelo Govêrno da República Democrática Alemã. Êste, com efeito, não está em contacto imediato com a opinião do mundo ocidental, quando menos não seja pelo contínuo êxodo dos refugiados?

6º O fator psicológico, tanto no interior como no estrangeiro. No plano interior, sucede que um Govêrno comunista — e foi, muitas vêzes, o caso da Tchecoslováquia — decide tomar contra a Igreja medidas rigorosíssimas. Estas suscitam a indignação do povo. O regime dá então marcha-a-ré. A indignação cessa. Mas, na realidade, os comunistas alcançaram o seu fim. Efetivamente, a sua tática, como se tem escrito, é a do negociante que pede 600 francos por um artigo que vale 400; finalmente obtém 500; e, ainda por cima, satisfez o seu cliente, que acredita ter ganhado 100 francos! Foi desta maneira que os comunistas tomaram numerosas medidas contra a Igreja depois que a sua propaganda exigiu medidas bem mais severas.

No plano internacional, os comunistas esforçaram-se por não alarmar a opinião pública, adotando o método da "volta de parafuso": uma volta contra a Igreja num país, depois uma volta noutro, depois uma segunda volta no primeiro, depois uma primeira volta num terceiro país, e assim por diante. Enquanto isso, a opinião pública era hàbilmente impressionada com não sei que favor concedido pelo regime em tal ou tal nação.

Sob a diversidade de tática assim imposta à vontade dos governos por essas causas múltiplas, existe, entretanto, em tôda perseguição comunista, uma ordem constante que se encontra em tôda parte, espécie de "planificação" de conjunto, dizemos, que só comporta diferenças de graus na aplicação. E' de crer que os governos marxistas têm ao seu dispor tôda uma organização de estudo e laboratórios psicológicos para o ajustamento da estratégia anti-religiosa, ou, melhor, anticatólica.

Quais são, pois, para o conjunto dos países, as grandes constantes de tôda perseguição comunista contra a Igreja Católica?

1º Antes de tudo, *desacreditar a Igreja* por meio da *propaganda*. Êste esfôrço para arruinar o crédito da Igreja Católica achou os seus primeiros "slogans", nos dias que se seguiram à guerra, no recente passado político dos países "libertados" pelo exercício vermelho. Assim é que, em 1945, a propaganda comunista censura à Igreja, na China, o haver ajudado Chang-Kai-Chek e os Japonêses; na Po-

lônia, o haver favorecido os nazistas; na Ucrânia e na Tchecoslováquia, o haver colaborado com os nazistas, etc.

Depois a propaganda pôs-se a espalhar as mais grosseiras acusações contra a religião, a Igreja e o Papa. Acusa-se a Igreja de ser cúmplice do capitalismo, inimiga dos trabalhadores que querem quebrar os próprios grilhões; censuram-lhe fazer-se pagar até pela administração dos sacramentos; divulgam-se todos os escândalos eclesiásticos antigos e novos; espalham-se vulgares panfletos sôbre a história da Igreja.

O Papa nunca é representado senão como o Chefe de um Estado que seria uma das maiores potências financeiras do mundo. O Vaticano, que se pretende vendido aos Estados Unidos, seria o principal instrumento da política reacionária, o fautor número um da guerra. Aos povos eslavos lembra-se que a Santa Sé foi sempre inimiga dêles, ao longo dos séculos, sacrificando os interêsses dêles aos do germanismo; aos rumenos, frisa-se haver ela sido, no correr da história, o grande obstáculo à unidade nacional, protegendo os ocupantes da Transilvânia; na China, no Viet-Nam, na Coréia, sustenta-se haver ela sido sempre aliada das potências coloniais.

Quanto à moral religiosa, evidentemente esta não passa, para os comunistas, de uma moral de escravidão e de exploração, que se manifesta, entre outras coisas, pela política reacionária do catolicismo contemporâneo nos países capitalistas, e pelo seu conluio com a classe burguesa dirigente.

Uma vez desacreditada a Igreja nos espíritos, então a propaganda empreende preparar a opinião pública para medidas contra a Igreja. Para as justificar aos olhos dela, todos os meios são bons: jornais, rádio, cartazes, caricaturas, cinema, ação sindical, reuniões de massa, reuniões de fábrica, de bairro, festas populares, "slogans", etc. Durante essa campanha cuidadosamente orquestrada, os piores sofismas, e mesmo as piores tolices, acham o seu lugar todo natural. Mas que importa aos perseguidores! O assédio atordoante e obsidente da propaganda acaba por produzir os seus frutos. A mentira toma figura de verdade. À fôrça de fazer crer ao homem da rua que os comunistas combatem, não a religião, mas o abuso da religião, finalmente se obtém que as vítimas aprovem e justifiquem decisões que as esmagam.

E' o Partido quem inspira e dirige essa propaganda, servindo-se, para êsse fim, dos temas fornecidos pela doutrina marxista. A cada Govêrno pertence utilizar êsse arsenal, pondo por obra todos os meios de que dispõe.

2º Quando a opinião pública é julgada suficientemente preparada, o Govêrno decreta *as primeiras medidas contra a Igreja Católica.* Além das suas vantagens diretas para a influência do comunismo,

têm elas também por fim "experimentar" a resistência da Hierarquia e dos fiéis.

A primeira medida adotada é a mesma em tôdas as "democracias populares", desde a China até a Polônia: consiste em *suprimir a imprensa católica* — as mais das vêzes a pretêxto de um racionamento de papel; — assim desaparece um dos meios mais aptos para contrabalançar os efeitos da propaganda. Vêm, em seguida, quase sempre na mesma ordem: *a dissolução das associações católicas*, que, para torná-la menos vexatória, com freqüência vai de par com a dissolução das outras associações, políticas, culturais, etc.; *a oficialização das escolas "livres"*, isto é, de fato das escolas católicas, apresentada como uma homenagem à "liberdade e à gratuidade do ensino", a qual só o Estado pode garantir; *a nacionalização dos bens eclesiásticos*, realizada em nome de uma maior "justiça social", mas levada ao ponto de tirar à Igreja indispensáveis meios de subsistência; *a interdição, feita à Igreja, de tôda atividade social e caridosa.*

3º Outra etapa da perseguição consiste em opor obstáculo às relações da Hierarquia e dos fiéis com o centro da catolicidade.

O primeiro passo nesta trilha é sempre a expulsão — amplamente justificada, prèviamente, por uma propaganda animada do mais belo zêlo patriótico! — do "estrangeiro" que representa a Santa Sé. Nenhum país de obediência comunista, com exceção, todavia, do Viet-Nam do Norte, admite hoje em dia representante pontifício, seja êle revestido ou não do caráter diplomático. A Hungria, a Tchecoslováquia, a Iugoslávia, a Rumânia expulsaram o Núncio Apostólico; a China apressou-se a expulsar o Internúncio; a Bulgária e a Albânia fizeram outro tanto com o Delegado Apostólico. Os Estados Bálticos, que já agora fazem parte das Repúblicas Socialistas Soviéticas, seguem a U. R. S. S. no que concerne às relações com a Santa Sé.

4º Depois de haver desacreditado a Igreja, de lhe haver, por disposições rigorosas, minado a eficiência social, de lhe haver dificultado, senão impossibilitado, as relações do clero com Roma, eis soada a hora de *comprometer* a Igreja perante o povo e, se possível, perante a opinião pública mundial. E' o momento dos *grandes processos*, para cuja preparação a propaganda desempenha de novo um papel preponderante. Procura-se ferir a Igreja na pessoa dos seus chefes, quer se trate do missionário, submetido ao "julgamento popular" numa aldeia chinesa, quer no Primaz da Hungria, cuja personalidade se tenta arruinar no curso de um processo-monstro.

5º Êsses processos têm por fim ferir a Hierarquia e os sacerdotes atingindo-lhes o prestígio e restringindo-lhes a influência. Mas êstes dois resultados obtêm-nos também os comunistas por outros

meios mais diretos e expeditos, que vão da *expulsão* dos missionários na China ao *seu extermínio* na Albânia e na Bulgária, dos campos de concentração e de trabalho forçado da U. R. S. S. às prisões e às "reclusões" da Rumânia, da Iugoslávia, da Tchecoslováquia ou da Polônia.

6º Porém o melhor meio de minar a ação do clero e de lhe enfraquecer a resistência ainda é semear a *divisão* entre os padres. Bem o sabem os comunistas. Mal conseguem suscitar em certo número de padres uma atitude positiva em face do regime, êles se apressam a constituir "associações de padres", de nome anódino, às vêzes mesmo piedoso, mas que, na realidade, lhes servem de quinta-coluna na Igreja. A missão delas é desagregá-la e destruí-la pelo jôgo das contradições (no sentido marxista do têrmo) que elas lhe introduzem no seio.

E' assim que os comunistas têm no seu ativo: a União dos padres nacionais na Tchecoslováquia, a União dos padres católicos da paz na Hungria, a União dos Santos Cirilo e Metódio na Eslovênia, e outras Uniões análogas no resto da Iugoslávia; o Movimento dos padres partidários da paz na Rumênia; a Associação dos padres patriotas anexa ao Movimento da Tríplice Autonomia, na China, etc. Mestres na arte de "dividir para reinar", os comunistas não regateiam o seu apoio a essas associações, a ponto de parecerem renegar até os seus próprios princípios. Na Iugoslávia, por exemplo, aos padres que ingressassem na União dos Santos Cirilo e Metódio prometeu-se autorização para ensinar a religião nas escolas.

Paralelamente a essa emprêsa de divisão do clero, instaura-se o contrôle dos seminários para a formação dos futuros padres: em certos países têm-se, mesmo, fundado seminários do Estado.

7º Uma vez vulnerada a unidade da Igreja, os Governos comunistas colocam o episcopado ante terrível alternativa: paralisia da vida eclesiástica ou assinatura de um *Estatuto* da Igreja. Ora pela intimidação (aprisionamento de numerosos bispos ou padres), ora pela promessa (liberdade pessoal, liberdade de ministério, libertação dos religiosos, vantagens econômicas), esforçam-se êles por arrastar o episcopado para a trilha do compromisso, e de um compromisso que, segundo êles, deve mesmo ir até ao *cisma* pròpriamente dito.

Sem dúvida não se pede aos bispos fundarem *uma Igreja Nacional Independente* e denunciarem a comunhão com a Sé Apostólica; semelhante exigência toparia com uma recusa. Pedem apenas os comunistas que, em consideração da nova ordem democrática popular em que a Igreja deve viver, esta se adapte à situação política, social e econômica, e assine com o Estado um *modus vivendi*, dando-se em suma *Estatutos*, para falar a linguagem comunista.

Êsses Estatutos têm correspondido, de fato, para a China, para a Albânia, para a Bulgária, para a Romênia... a verdadeiros atentados contra a unidade da Igreja.

8º Quando tal ataque contra a constituição da Igreja é julgado inoportuno em razão das circunstâncias, nem por isto os comunistas renunciam a *tomar em mão o aparelho eclesiástico.* Primeiramente são "Acordos" entre o episcopado e o Estado — dos quais o primeiro em data foi assinado na Polônia a 14 de abril de 1950; — depois vem a instituição do *Bureau para os Negócios Eclesiásticos*, existente na Polônia, na Hungria, na Tchecoslováquia, etc.

Nos têrmos da lei que o institui, tal Bureau tem por fim "regular as relações entre a Igreja e o Estado". Na realidade, nas mãos dos comunistas êle é um excelente instrumento:

a) para fazer da Igreja um simples departamento da administração do Estado;

b) para, através do jôgo das nomeações, que são da alçada do Estado, eliminar progressivamente os elementos do clero ainda "refratários";

c) para se servir dos padres como de agentes políticos, depois de os haver sujeitado sob o ponto de vista econômico;

d) para dar aos fiéis a impressão de que o Estado faz a política eclesiástica em nome dos bispos.

Insistamos sôbre o último dêstes quatro pontos.

Um dos encargos do Bureau em questão é "apresentar" (isto é, impor) aos bispos os candidatos às funções eclesiásticas. Assim, têm-se visto nomeados "vigários gerais", "vigários capitulares", tomados entre os "padres patriotas" e controlados por funcionários do Estado. Graças a êles, os comunistas dispunham de instrumentos dóceis para a colaboração com o Govêrno; afastavam os padres fiéis; semeavam a desconfiança e a confusão no espírito dos fiéis. Aos poucos, a direção das dioceses era confiada, de fato, a sacerdotes conhecidos como menos intransigentes do que os bispos, suposto, mesmo, que êstes últimos não houvessem sido pràticamente eliminados do govêrno das suas dioceses.

O intuito dessas nomeações foi também colocar bispos, padres e fiéis diante de trágicos casos de consciência. Os bispos, em particular, acham-se ante o dilema seguinte: ou recusam os candidatos do Govêrno, e êstes serão nomeados sem o seu consentimento, criando a confusão na diocese, ou então os aceitam, incorrendo neste caso a responsabilidade de colocarem em postos de comando pessoas que de tal não são dignas.

A tais crises de consciência vêm juntar-se os esforços sistemáticos dos comunistas para quebrar a unidade da Hierarquia com Roma, a dos bispos entre si, a dos padres com seus bispos, a dos fiéis com

o clero. E o mesmo intuito de desintegração interna impele o Regime a proteger o *baixo clero* contra o *alto clero*, os padres *seculares* contra os *regulares*, os padres *partidários da paz* contra os *belicistas*, os de *rito latino* contra os de *rito oriental*, os *apóstatas* contra os seus *superiores eclesiásticos*. Tudo isto está inscrito na linha da dialética marxista da contradição. Igualmente às estruturas sociais e econômicas, as estruturas religiosas também serão destruídas e substituídas do interior. Basta lançar o germe e cultivá-lo: é o trabalho próprio do Bureau para os Negócios Eclesiásticos.

9º Apertada como num tornilho, a Igreja acha-se pràticamente eliminada da vida pública; mas nem por isto é dispensada de *colaborar* na "construção da ordem social nova". E' essa, mesmo, uma condição de existência feita à Igreja em *todos* os países comunistas. Com efeito, por diversos motivos os Governos comunistas querem a colaboração da Igreja, tal como doravante a constituíram a seu obséquio.

a) A influência do clero sôbre o povo ainda lhes é necessária, em mira a apoiar o esfôrço do regime;

b) tal colaboração "amigável" serve para demonstrar ao estrangeiro que as "democracias populares" não são contra a Igreja e a religião;

c) dado que êles pretendem subtrair a Igreja à sua missão religiosa, ou ao menos limitar esta, cumpre-lhes ocupar o clero em tarefas seculares: laicizar a Igreja significa tornar mais fácil a sua liquidação quando vier o tempo.

O primeiro ato de uma tal colaboração é o "*juramento de fidelidade*" que padres e bispos são obrigados a prestar ao Estado. Mas lhes cumpre também multiplicar as declarações de aceitação da sociologia comunista, participar das conferências em favor da paz, dos cursos de reeducação, das campanhas econômicas para a consolidação do regime (incentivo das brigadas do trabalho, exaltação do stakhanovismo, exortação a não se subtrair às leis sôbre as coletas, etc.). A "colaboração" exige que a Igreja, igualmente a tôdas as outras organizações, seja sujeita ao Estado, se adapte à ordem social nova, e colabore *positivamente* com o regime. Assim sendo, já não basta que o padre cumpra fielmente todos os seus deveres cívicos: deve ainda manifestar, duma maneira ou doutra, a sua aceitação do regime. E, aí também, a dialética desempenha o seu papel através das crises de consciência provocadas por êste dilema: não colaborar, e privar os fiéis dos seus pastôres; apoiar o regime, e dar aos cristãos um mau exemplo.

Depois de encerrar a Igreja nos santuários suprimindo-lhe tôdas as suas atividades exteriores, os comunistas forçam-na a sair de novo dos templos para uma ação concebida segundo os critérios ideológicos

e práticos comuns a todos os regimes de inspiração marxista. Numa palavra, deve a Igreja fazer uma "política comunista".



10º Sob o regime do Bureau para os Negócios Eclesiásticos, a *liberdade do culto* naturalmente existe sempre. Mas essa liberdade, sancionada por tôdas as Constituições de inspiração marxista, e da qual os comunistas gostam de se gabar, só pode exercer-se, com muitos riscos aliás, e sempre sob a ameaça da denúncia, no interior das paredes das igrejas. Para um marxista, a religião só pode ser tolerada — temporàriamente — como um negócio privado; ela não tem que ser propagada, e a liberdade do culto corre necessàriamente de par com a liberdade da propaganda anti-religiosa. Com efeito, o comunismo vê a fôrça da Igreja na sua *organização,* e é esta que êle quer destruir. O culto pode ficar: chegado o momento, pensa êle, a doutrinação marxista não deixará de afastar dêle os fiéis.

A Igreja como sociedade hierárquica, organizada, de direito público, a Igreja inspiradora de ação social e cultural, esta Igreja não tem direito à existência.

11º Depois da separação da Igreja de Roma e da sua escravização ao Estado, não há mais senão que deixar o tempo fazer a sua obra. Com o tempo que é um dos fatôres conhecidos do processo dialético — realizar-se-á, com efeito, a desintegração do clero, do culto e, portanto, da Igreja. Com o tempo, sobretudo, far-se-á a transformação do *homem religioso* ("supersticioso") em *homo oeconomicus.* Essa transformação progressiva realiza-se em particular por meio do programa de *"reeducação"* impôsto pelo regime, e graças ao qual a dialética comunista chega literalmente a esvaziar as mentes, a modificar as vontades, a transtornar tôdas as concepções.

Quando o comunismo quer "reeducar" alguém e convertê-lo à sua *Weltanschauung,* fá-lo de maneira radical. Os marxistas chineses chamam a êsse processo: mudar o cérebro; e, na sua acepção intelectual e moral, essa expressão é literalmente verdadeira. Trata-se, efetivamente, de transformar tôda a mentalidade e tôda a atividade do homem. Imprensa, escola, arte, teatro, cinema, todos os meios da propaganda moderna, tudo aquilo a que se chama o "realismo socialista", deve colaborar nessa "reeducação". A vida tôda deve ser organizada segundo a ideologia comunista, pois a concepção e a prática devem andar de par. Nessa arte de transformar o homem, os comunistas, desde a China até à Tchecoslováquia, são, incontestàvelmente, requintados mestres.

No caso que nos interessa, trata-se de desapegar os cristãos da sua fé e de conduzi-los a uma adesão sincera ao marxismo. E' nisso que a fase última da perseguição se diferencia do clichê clássico, que nós conhecemos, das execuções capitais, das deportações e dos aprisionamentos maciços.

À míngua de poder destruir a Igreja de maneira direta, o comunismo quer transformá-la gradualmente num organismo cujo conteúdo cristão será substituído pela ideologia marxista. Tal é a tarefa da reeducação: por ela, a fé morrerá, e um homem novo, comunista, virá à vida; por ela, os fiéis abandonarão, um dia, espontâneamente as igrejas, e a organização eclesiástica desintegrar-se-á segundo um processo de decomposição interna.

No têrmo desta análise das grandes constantes da perseguição comunista, vê-se melhor aquilo que a caracteriza em relação às perseguições do passado: não sòmente a sua estupenda sincronização em todos os países, histórica e culturalmente tão diversos, onde ela lavra, mas também, e sobretudo, o seu processo metódico a partir do pressuposto marxista, o seu desejo de não fazer mártires, e a sua recusa de se situar no terreno da fé pròpriamente dita.

O comunismo parece ter aprendido que nunca chegará a destruir a religião pela fôrça física, e que a perseguição aberta não suprimirá a fé em Deus, atingindo sòmente as suas manifestações públicas e exteriores. Os comunistas não querem saber de uma "Igreja das catacumbas", no temor que têm de todo movimento que escape ao contrôle dos seus organismos oficiais. Toleram uma "Igreja do silêncio". Esperam coisa melhor ainda: uma Igreja plenamente entrada no jôgo do comunismo.

O trágico dessa perseguição reside, essencialmente, nessa escravização da Igreja à ideologia dos sem-Deus.

Após dez anos de perseguição comunista, pode a gente perguntar-se quais os resultados que ela obteve.

À primeira vista, êles parecem mínimos. Em todos os países — de acôrdo com as informações chegadas — a freqüentação das igrejas ainda abertas é satisfatória. Mas isto prova apenas que o processo de "reeducação" marxista ainda não deu todos os seus frutos, e, sob um ponto de vista comunista, não há razão para se preocupar com isso de maneira excessiva. As resistências da velha sociedade burguesa serão vencidas em virtude do "fator tempo". Em regime comunista, as instituições condenadas podem subsistir ainda um pouco; porém mudam de conteúdo segundo um processo que se considera inexorável.

E, efetivamente, alguma coisa tem sido mudada na vida da Igreja nestes dez anos. Ainda se pode professar a fé indo às igrejas, porém a comunidade católica já não tem mais o direito de viver pùblicamente segundo essa fé. A organização eclesiástica foi subvertida ou aniquilada. A Igreja achou-se excluída de tôdas as atividades, não estritamente de culto, que lhe eram próprias antes de 1945... Em verdade, se a fôrça da Igreja consistisse ùnicamente na sua organização exterior, cumpriria reconhecer que os Regimes comunistas conseguiram triunfar dela, visto como, em todos os países de além da

cortina de ferro, já não existe uma só organização eclesiástica independente: tudo é dirigido e controlado pelo Estado.

Em particular a administração das dioceses, como acima vimos, muitas vêzes é confiada a vigários gerais ou capitulares escolhidos direta ou indiretamente pelo Regime, na ausência dos bispos privados da sua autoridade ou aprisionados. Onde quer que o bispo ainda está à testa da diocese, o Bureau de Estado para os Negócios Eclesiásticos exerce habitualmente um contrôle estreito sôbre a direção. E' êle, com efeito, quem propõe a transferência dos curas, dos vigários, e quem, às vêzes, chega até a redigir as Cartas Pastorais. Dentro dêsses limites, o bispo já não teria mais senão que dar o seu consentimento para validar as disposições adotadas pelo Estado...

Ademais, dada a divisão operada no seio do clero, pode o Regime doravante pretender e fazer crer que padres e bispos que estão na prisão ali estão por motivos políticos; ao contrário, os que se mostraram leais para com o Estado permanecem perfeitamente livres.

Sem dúvida, pode-se ser induzido a êrro sôbre as verdadeiras intenções do Regime comunista a respeito da Igreja, pelo fato das mudanças que às vêzes sobrevêm na sua política religiosa; assiste-se então a períodos de trégua, tal como aconteceu em quase todos os países em seguida à morte de Stalin, quando foi inaugurada a nova política da "coexistência". Certos "gestos de atenuação" puderam também dar a impressão de que os comunistas renunciavam a prosseguir até o fim o seu programa anti-religioso, que se contentavam com os resultados obtidos, e que doravante não mais prosseguiriam na trilha da total liquidação da Igreja.

Entre êsses gestos de atenuação, pode-se contar a permissão de consagrar dois bispos na Lituânia; a libertação de S. Excia. Mons. Grösz na Hungria; a liberdade condicional concedida ao Cardeal Stepinac na Iugoslávia e ao Cardeal Mindszenty na Hungria; a "medida de clemência" adotada na Polônia para com o Cardeal Wyszynski; o abrandamento operado, na China, no Movimento das Três Autonomias; a libertação do bispo Marton e um certo relaxamento da pressão exercida contra o clero católico na Romênia; a abolição gradual dos campos de concentração para os padres e para as religiosas na Tchecoslováquia; etc.

Gestos tais não são manifestações esporádicas ou isoladas: traem uma inspiração comum. E, infelizmente, boas razões se têm para pensar não se tratar de uma verdadeira reviravolta implicando, da parte do marxismo, a renúncia às suas bases "científicas" anti-religiosas. Não seria, antes, que hoje importa fazer crer às massas católicas a possibilidade de uma coexistência espiritual com os comunistas, a fim de que a obra de desintegração encontre menos obstáculos?

De resto, êsses gestos de atenuação ficam sendo apenas... gestos. O que foi possível na Lituânia não o é no Viet-Nam ou na Al-

bânia; a medida de "clemência" a respeito do Cardeal Wyszynski era acompanhada, na Polônia, da supressão, pelo Govêrno, das faculdades de teologia e de direito canônico na Universidade Católica de Lublin. E, quando libertam "condicionalmente" os bispos, os Governos comunistas nem por isso lhes reabilitam a conduta; a condenação injusta persiste, bem como o impedimento de exercer o santo ministério.

A dramática realidade obriga, pois, a excluir que os "Estados socialistas" ou de "democracia popular" queiram, por meio da atenuação, conceder à Igreja garantias jurídicas ou restituir-lhe alguma independência. Ao contrário, poder-se-ia mesmo dizer que a nova prática acarreta para a Igreja uma usura e uma escravização mais inquietadoras; porquanto, ao mesmo tempo que concedem a atenuação, os Governos comunistas favorecem, de todo modo, o "progressismo" entre os padres, concedendo mesmo todo o auxílio que êles desejam aos editôres do *Boletim Católico Húngaro,* do *Dzis i Jutro* da Polônia [2], do *Katolicke Noviny* da Tchecoslováquia, etc. E' essa uma forma bem recente de perseguição no clima da "coexistência" e da "atenuação".

A luta que, desde há dez anos, a ditadura política comunista move contra a Igreja Católica, e a resistência heróica desta, mostram ter sido atingido o ponto-limite, aquêle que Lenine previa quando afirmava que cristianismo e comunismo se achariam um dia sós em face um do outro.

E' o que acontece hoje em dia.

Enquanto no Ocidente numerosos cristãos só vêem no comunismo uma ameaça para a sua tranqüilidade e um atentado às suas liberdades políticas e à sua segurança econômica; enquanto outros, mais clarividentes, se esforçam por combater o comunismo no terreno social, mas nem por isso percebem a amplitude do drama religioso que se representa; enquanto isso, os comunistas, como o prova a perseguição, consideram o cristianismo e a fidelidade aos ensinamentos de Cristo como o maior obstáculo à instauração e à consolidação da sua ditadura e ao triunfo do materialismo.

Os comunistas vêem no cristianismo o inimigo número 1, com muito mais lucidez do que, muitas vêzes, a têm os cristãos para julgar o comunismo.

Aos que trabalham na instauração de um regime marxista, para vencer os obstáculos psicológicos (egoísmo e "mentalidade burguesa"), basta uma "reeducação" sistemática das massas; para superar os obstáculos econômicos, basta transformar, fôsse mesmo de maneira sangrenta, a estrutura da sociedade; para triunfar dos tíbios no in-

---

[2]) Êsse Jornal, pôsto no Index há alguns meses, acaba de fundir-se com o *Tygodnik Powswechny.* O novo jornal saído dessa fusão traz o nome de *Keirunki* (Orientações). Cf. *La Croix* de 17 de maio de 1956.

terior e dos adversários no estrangeiro, basta apelar para os "expurgos", para as deportações, para os tribunais especiais, para as delações, e reforçar o contrôle da política, a supressão de tôda liberdade de palavra e de imprensa, o cordão sanitário nas fronteiras do mundo burguês corrompido. Mas, quando se trata de vencer a resistência de um cristão, é preciso, ainda, reformar a alma, essa única realidade que escapa à onipresença do Estado totalitário, e cujas crenças estão nos antípodas da *Weltanschauung* comunista. O cristão, como tal, é irredutível à fórmula marxista do *homo oeconomicus;* a história do cristianismo não pode explicar-se pela teoria do materialismo histórico; o Sermão da Montanha e a Redenção do Calvário são acontecimentos que transcendem as construções do pensamento marxista.

O drama da "Igreja do silêncio", que resultou da defrontação entre o cristianismo e o comunismo, demonstra ser êste o maior adversário que a Igreja Católica já achou em face de si, e que ela teve de combater no curso dos 2.000 anos da sua história. A Igreja sofre, nos nossos dias, uma perseguição que visa à sua destruição radical, e cujo preparo científico e metódico não consegue ocultar a sua brutalidade; uma perseguição que se implantou em tôda uma parte da cristandade (perto da metade da Europa), em vastíssimas regiões da Ásia, e que exerce fortíssima pressão ideológica nas regiões econômicamente subdesenvolvidas, enquanto tenta afirmar-se até no mundo ocidental; perseguição dotada de uma organização formidável, tal como nunca se encontrou semelhante entre os adversários do passado, e pronta a se servir, com habilidade excepcional, pròpriamente diabólica, de todos os meios oferecidos pela técnica moderna e pelas conquistas da psicologia; perseguição que possui militantes unidos entre si, decididos, implacáveis, e para os quais o triunfo da idéia e a afirmação do partido são os critérios aos quais se sacrifica tudo: família, pátria, ambição, interêsse pessoal; perseguição, enfim, que tem por trás de si uma das maiores potências mundiais, e que conseguiu ligar a sua causa à esperança de milhões de homens ávidos de maior justiça.

Em face de tal perseguição, o dever mais imperioso é capacitar-se do perigo e agir em conseqüência para a defesa da fé. Que falazes argumentos de oportunidade, ou política ou econômica ou social, poderiam ainda mascarar a urgência primordial do drama religioso e humano que se representa ante os nossos olhos? E, por mais profunda que tenha sido a sedução exercida pelo marxismo sôbre certos cristãos, como não haveria ela de ser abalada por um desígnio tão manifesto — e tão essencial ao sistema — de destruir a Igreja de Jesus Cristo? De certo, a ação social é necessária; mas pode-se acreditar servir o homem favorecendo a ação dos inimigos declarados de Deus e da Igreja?

Para compreender o comunista, disse alguém, talvez seja preciso ter apreendido a aparente grandeza do seu desígnio e haver experimentado a vertigem da sua recusa a Deus... Se assim é, a documentação que se segue terá prestado um serviço à causa cristã. Mas, ninguém se engane nisso, trata-se da defesa da fé. E aquêle que quisesse servir-se da Igreja como de um aliado para uma luta anticomunista de caráter puramente político, gravemente se equivocaria. A Igreja, lembremo-nos disto, condenou o nazismo, que no entanto lutou contra o comunismo, mas que nem por isso deixava de cultivar os mesmos erros que êle. A Igreja — como o lembrava, em 1952, a Carta Apostólica *Sacro Vergente Anno* aos povos da Rússia — recusou unir-se, durante a guerra, à campanha contra o país dêles, campanha que, sem embargo, se apresentava de bom grado como uma nova "cruzada".

O que a Igreja combate é o êrro, onde quer que êle se manifeste; o que ela recusa é a injustiça, em qualquer lugar onde se encontre. As suas armas, pacíficas, consistem em denunciar o que é contrário ao direito natural e à lei divina, em proclamar a verdade *opportune, importune,* em promover a justiça com fôrça e perseverança. A causa que a Igreja defende, e pela qual sofrem os 70 milhões de católicos perseguidos nos países de obediência marxista, é a causa da verdade e da liberdade profunda e total do homem, é a causa de Deus.

2

A PERSEGUIÇÃO DA IGREJA CATÓLICA

sob o regime comunista soviético

1 RÚSSIA

2 PAÍSES BÁLTICOS

A Estônia

B Letônia

C Lituânia

3 UCRÂNIA

A Ucrânia

B Ucrânia Carpática

1) RÚSSIA

O ano de 1917, data do triunfo da revolução bolchevista, assinala o início de um período novo, não sòmente para a história da Rússia, mas também para a história do cristianismo. Os dirigentes comunistas tomaram imediatamente posição a respeito da religião e das confissões religiosas, e perseguiram o seu desígnio com todos os meios que lhes proporcionava a ditadura que acabavam de impor.

Essa ação anti-religiosa do regime soviético devia, com o correr do tempo, exercer grande influência em outros países, primeiro pelas diretrizes do Kominform ao comunismo internacional, e depois graças ao prestígio político da U. R. S. S., após a segunda guerra mundial.

Na sua luta contra a religião em geral e contra o cristianismo em particular, o comunismo bolchevista procederá por etapas. Enquanto a guerra civil (1917-1921) correr o risco de pôr em causa a revolução, as medidas serão desiguais e ocasionais. Mais tarde a ação perseguidora assumirá caráter sistemático, alternando-se os períodos de cruel perseguição com outros de calma relativa. Em compensação, a propaganda será sempre extremamente ativa.

De acôrdo com a doutrina comunista, os fatôres que contribuem para a sobrevivência da religião são: a proteção do Estado, a influência que ela exerce sôbre a educação da juventude, o ascendente de que goza no seio da família e entre o povo, do qual ela é o "ópio". Foi por isto que os dirigentes bolchevistas logo se esforçaram por isolar as confissões religiosas dos diversos aspectos da vida pública.

Uma das primeiras leis [1] do Soviete Supremo decretará a separação entre a Igreja e o Estado. Privará a Igreja das suas propriedades fundiárias e de todos os seus outros rendimentos, pondo-a assim à mercê do Estado. A religião foi decretada negócio privado do cidadão.

Em julho de 1918, o país foi dotado de uma Constituição provisória. Dizia o seu artigo 13: "A propaganda religiosa e anti-religiosa é permitida a todo cidadão".

Novas leis e novos decretos atenuaram a fôrça dos laços familiares e arruinaram a autoridade dos pais sôbre os filhos. A escola

1) Decreto de 23 de janeiro de 1918. Cf. Boukharine-Preobrajensky, *A. B. C. do Comunismo*, 1920.

foi igualmente subtraída à Igreja, e todo ensino religioso proibido por tôda a duração da "formação" da juventude. Até à maioridade, a palavra nesse domínio ficava ao ateísmo.

Todavia, ao nível dos adultos é que a luta contra a religião atingirá o seu paroxismo. O Estado bolchevista empregará nela todos os meios ao seu dispor. Desde o início, organizaram-se conferências sôbre o tema "religião e comunismo", e fizeram-se imprimir e difundir entre o povo as melhores dentre elas. Freqüentes artigos apareciam na imprensa contra a religião, e mesmo começou-se a ver circularem fôlhas volantes sôbre êsse assunto.

A poesia e a música foram mobilizadas nesse combate contra Deus. O teatro, artístico ou popular, bem como o cinema, vulgarizaram a luta anti-religiosa. As paredes cobriram-se de cartazes caricaturais.[3] Criou-se para a juventude soviética (Komsomol) um seminário e uma faculdade de ateísmo. A partir do Natal de 1922 (quando os bolchevistas tiveram bem o poder em mãos), os Komsomol tomaram parte ativa nos cortejos carnavalescos anti-religiosos que, nas datas das grandes festas cristãs, percorriam as ruas de Moscou, de Leningrado e de tôdas as grandes cidades russas. O *Bezboznik* (Sem Deus), revista mensal ilustrada, cheia de infâmias contra a religião, apareceu pela primeira vez no Natal de 1922, e foi lar-

---

2) Boukharine dirá em 1919: "A separação entre a Igreja e o Estado, entre a escola e a Igreja, foi, para o poder proletário, tarefa relativamente fácil, quase cômoda. Porém negócio incomparàvelmente mais difícil é lutar contra os preconceitos religiosos que já lançaram raízes profundas na consciência das massas e que são nela extremamente vivos! Esta luta será longa; à paciência cumpre juntar a maior firmeza de execução". Citado conforme d'Herbigny, *L'âme religieuse des Russes*, em *Orientalia Christiana*, III, I (1924), p. 8.

3) Cf. Boukharine-Preobrajensky, *o. c.*, pp. 215-216: "Contra os preconceitos religiosos, a luta mais séria deve ser travada ao máximo, neste momento em que a Igreja se revela como organização contra-revolucionária e se esforça por utilizar tôda a sua influência religiosa sôbre as massas para as lançar na luta política contra a ditadura do proletariado. A fé ortodoxa, sustentada pelos popes, tende a se aliar com a monarquia. Em conseqüência, deve o poder soviético desde já desenvolver a mais ardente propaganda anti-religiosa. Isto obter-se-á quer por conferências especiais, discussões públicas ou edição de tôda um literatura adaptada, quer por uma difusão geral dos conhecimentos científicos, que, insensìvelmente, suave mas seguramente, minarão tôda a autoridade da religião. Arma excelente na luta contra a Igreja foi recentemente utilizada em muitos países da República: a abertura das relíquias "incorruptíveis", a qual revelou, em presença de multidões numerosas e das mais crentes, êsse baixo charlatanismo em que assenta tôda religião em geral e a ortodoxia russa em particular". Tratava-se, provàvelmente, de algum falso relicário da Igreja "ortodoxa". Surprêsa muito diversa tiveram os comunistas quando quiseram fazer a experiência com as relíquias de Santo André Bobola. Cf. d'Herbigny, *o. c.*, p. 9.

gamente distribuído por tôda parte. Movia a luta em nome da "ciência".

Enquanto se procedia à liquidação do cristianismo, os bolchevistas confiavam ao Partido o cuidado de substituir a fé religiosa. Os "meetings" deviam assumir verdadeira função social, aquela mesma que tinham anteriormente os ofícios religiosos na vida coletiva do povo. O teatro, em particular, foi consideràvelmente desenvolvido, para se fazer dêle uma espécie de "templo" da vida nova. Enquanto em 1914 só se contavam 210 teatros na Rússia, desde 1920 o número dêles atingira perto de 6.000, e nos anos que se seguiram ainda aumentou consideràvelmente. Sucedeu freqüentemente serem as próprias igrejas transformadas em teatros. Ali, sob forma de "bailados russos", ou com o auxílio de outros espetáculos mais ou menos requintados, fazia-se propaganda para o sensualismo e para a nova política. Mas os dirigentes soviéticos trabalhavam sobretudo em inculcar às massas o culto de Engels, de Marx e de Lenine, organizando junto ao túmulo dêste último verdadeiras "adorações noturnas".

A tática dos dirigentes comunistas visou a ferir, em primeiro lugar, a Igreja ortodoxa russa, considerada como a aliada por excelência do tzarismo. Mas, não sendo nosso intuito tratar esta questão, cingir-nos-emos a falar aqui da perseguição contra a Igreja Católica.

A Fome.

Pelo fim da guerra civil, terrível fome lavrou no Sul da Rússia.

Desde o início de 1921, notícias alarmantes chegaram à Europa ocidental. O centro da catástrofe era o vale do Volga. Todavia, a fome estendeu-se um pouco por tôda parte na Rússia meridional, chegando até às portas de Moscou e de Petrogrado. O povo, faminto, não mais achando com que se alimentar nas aldeias, emigrava em massa para as cidades, de onde era expulso pelos destacamentos de polícia, a fim de evitar maior desastre. O espetáculo mais impressionante era formado por aquêles grupos de crianças que vagavam de uma aldeia a outra em busca de um pedaço de pão. Centenas de milhares de pessoas morreram de fome.

Bento XV ficou grandemente impressionado com a notícia dêsses sofrimentos. [4]

---

4) A 5 de agôsto de 1921, o Papa escrevia ao Secretário de Estado, Cardeal Gasparri: "Achamo-nos em presença de uma das mais espantosas catástrofes que a história tem conhecido. Número incalculável de criaturas humanas, atingidas pela fome, prêsa do tifo e do cólera, vagueiam, desesperadas, por uma terra sêca. Afluem para os centros mais populosos, esperando achar ali pão, e a fôrça armada dali as repele. Da bacia do Volga, milhões de sêres humanos, votados à morte mais cruel, clamam pelo socorro da humanidade". Cf. *AAS*, XIII, 1921, pp. 428-429.

O Papa quis participar dos socorros; no correr do verão de 1921, pôs um milhão de liras à disposição da *Obra de socorro às crianças*, sediada em Genebra, sem contar as subvenções a outras organizações européias de caridade que iam em auxílio da população russa. [5]

Mas Bento XV desejava poder enviar ao local uma *Comissão Pontifícia de socorros*, a fim de dar maior eficácia à ação da Santa Sé. Para além da ajuda material, a preocupação do Santo Padre ia ao povo russo, para que lhe fôssem concedidas condições de vida e de govêrno mais humanas. O Papa promoveu as diligências necessárias para que uma Missão de socorros fôsse admitida na U. R. S. S. Após a morte dêle, Pio XI prosseguiu-lhe os esforços; no correr do verão de 1922, dirigiu mesmo um memorando aos Estados representados junto à Santa Sé, rogando-lhes agirem em favor de uma normalização da situação na Rússia, sem se esquecer de, · antes de admitir a U. R. S. S. no círculo dos povos livres, solicitar do Govêrno Soviético a segurança da "plena liberdade de consciência para todos", da liberdade do exercício privado e público da religião e do culto, ao mesmo tempo que do direito de propriedade, que semelhante liberdade implica.

O Govêrno comunista concedeu o envio de uma Missão pontifícia em março de 1922, e a 24 de julho do mesmo ano um grupo de 12 religiosos (9 padres e 3 leigos) deixava Roma rumo à Criméia. Os Soviéticos insistiam para que a Missão tivesse caráter diplomático, na esperança de assim se proporcionarem um trunfo magnífico para obterem o reconhecimento do Govêrno revolucionário pelos outros Estados. Mas o Santo Padre fêz questão de que a Missão guardasse o caráter de simples assistência; aceitava que ela não fizesse obra de apostolado religioso, mas pedia para ela seguranças de inviolabilidade semelhantes às de que gozava a Missão americana.

A Missão pontifícia começou a sua atividade na U. R. S. S. a 29 de setembro de 1922. O seu primeiro cuidado foi distribuir víveres à população, e, em primeiro lugar, às crianças. [6]

---

5) Cf. d'Herbigny, *L'aide pontificale aux enfants de Russie*, em *Orientalia Christiana*, IV, I (1925), passim.

6) Num só dia, no distrito de Eutrópia (Criméia), foram instaladas 92 cozinhas, em 92 aldeias. O fato repetiu-se igualmente em outras regiões da Rússia meridional, e a atividade da Missão Pontifícia estendeu-se em seguida até Moscou e Petrogrado. Aumentando os socorros, chegou-se a dar uma ração diária de víveres a 160.000 pessoas, repartidas por 400 localidades. Os membros da Missão Pontifícia foram ajudados na sua tarefa pelos Russos, cujo número se elevou até a 2.500. A distribuição dos socorros era baseada na necessidade, e não na fé política ou na confissão religiosa. Essa obra de assistência atingiu o seu pleno desenvolvimento de março a setembro de 1923. Além dos víveres diàriamente distribuídos, pacotes de víveres de 54,5 quilos cada um foram enviados, por ocasião das grandes fes-

Como já se viu, o Govêrno soviético proibira à Missão tôda manifestação de fé cristã na execução da sua tarefa, e todo apostolado. Os membros da Missão respeitaram essas condições, e os padres que dela faziam parte só celebravam Missa a portas fechadas. Todavia, os dirigentes comunistas não se contentaram com essas prescrições, e quiseram impor novas à Missão. O que êles procuravam era chegar a negociar com a Santa Sé a transformação da Missão em Representação diplomática. Os seus pedidos não puderam ser atendidos, e, em seguida a restrições impostas pelos dirigentes soviéticos, um primeiro contingente de membros da Missão teve de deixar a U. R. S. S. em outubro de 1923; os últimos membros partiram em setembro de 1924.

Assim teve fim, e não por culpa da Santa Sé, uma atividade nascida do desejo de aliviar os sofrimentos, morais mas também físicos, de um grande povo.

Se à Santa Sé não foi possível socorrer o povo russo no curso da nova fome de 1925, não cessou ela, todavia, de se interessar por êle. De ora por diante a Santa Sé concentrará tôdas as suas atenções nos emigrados russos, êsses membros padecentes do mesmo povo.[7]

A Igreja Católica na Rússia.

A partida da Missão pontifícia não significava o desaparecimento da Igreja Católica do território da União soviética. Ela ficava presente pelos seus fiéis, aos quais não foram poupados os mais atrozes sofrimentos.

Os católicos, na Rússia, durante o período que precedeu a Revolução comunista, não haviam gozado dos privilégios concedidos à Igreja ortodoxa. Representavam apenas 9% da população, e viviam dispersos e, no terreno legal, pouco protegidos.

Durante o último período do Império dos tzares, sob a influência do liberalismo, as condições feitas à Igreja Católica havia melhorado um pouco. As relações entre o Império russo e a religião católica eram reguladas pelo "*Código dos Negócios Eclesiásticos para as confissões estrangeiras*".[8]

---

tas (Natal de 1922, Páscoa de 1923, etc.), a famílias necessitadas, em diferentes regiões da Rússia. Entre os donativos, havia igualmente roupas e calçados; à sua custa a Missão abriu oficinas de confecção, bem como fábricas de calçado, o que permitiu distribuir dezenas de milhares de roupas e de calçado. Em todos os postos onde a Missão trabalhava, velava-se mui particularmente por que os doentes recebessem víveres e medicamentos. Foram concedidas subvenções a vários sanatórios para crianças tuberculosas, do mesmo modo que a hospícios e a hospitais.

7) Cf. d'Herbigny, *o. c.*, pp. 25 a 73.

8) Cf. *Svod Zakonov*, vol. XI, 1, com suplemento até 1916.

Conforme o artigo 66 da *Constituição* e o artigo 1º dêsse *Código*, a Igreja Católica, como as outras confissões, gozava, no plano jurídico, da liberdade.

"A religião principal e dominante no Estado russo, dizia a lei, é a Ortodoxia Cristã Católica Oriental. Entretanto, todos os súditos do Estado e os estrangeiros que não pertencem a essa Igreja e vivem no Estado russo gozam, em tôda parte, do livre exercício da sua fé e do culto segundo o seu rito".

Todavia, a despeito dessas solenes proclamações, muitas vêzes a liberdade religiosa era restringida ou suprimida por disposições particulares, o que, em definitivo, a tornava inteiramente relativa. O artigo 13 do *Código dos Negócios Eclesiásticos* dizia, com efeito: "No quadro geral da administração do Estado, as questões religiosas dos cristãos de confissões estrangeiras e dos que professam outras confissões estão sujeitas à competência do Ministério do Interior". O alcance dêsse artigo foi precisado pelo Decreto nº 1.198, de 7 de fevereiro de 1912, o qual dava ao Ministro do Interior "o direito de ser, plenamente e em tôda parte, informado de tôdas as manifestações da vida religiosa das confissões religiosas heterodoxas".

Ademais, o artigo 17 do *Código*, artigo que tratava explìcitamente da correspondência dos católicos com a Santa Sé, limitava sèriamente a liberdade dêstes, especificando: "Todos os cristãos de confissão católica romana, súditos do Estado, quer eclesiásticos, quer leigos, não podem corresponder-se com a Cúria Romana, para as questões relativas à sua confissão, a não ser, por intermédio do Ministério do Interior. Nenhuma bula, carta ou instrução pode ser publicada no Império e no Grão-Ducado da Finlândia sem a permissão de Sua Majestade o Imperador, e sem que o Ministério do Interior se haja prèviamente certificado de que êsses atos não contêm nada contrário às decisões, direitos sagrados e privilégios da suprema autoridade autocrática".

Apesar dessas restrições, a Igreja Católica pôde dar, na Rússia, prova de certa atividade. Assim, nas escolas, o ensino religioso podia ser ministrado aos católicos; foi possível criar e manter seminários diocesanos e uma Academia eclesiástica em Petrogrado; pôde-se, mesmo, desenvolver certa atividade social. A assistência aos pobres, aos doentes, aos órfãos, aos velhos, era exercida pelas irmandades, pelas conferências de S. Vicente de Paulo, pelas Congregações religiosas. Podia-se, de fato, fundar tais associações, sendo todavia o bispo, nos têrmos de uma circular de 1910 (nº 1.016) do Ministério do Interior, obrigado a obter para isso autorização prévia do poder civil. Podia a Igreja igualmente possuir, mas eram numerosas, nesse domínio, as intromissões do poder civil. Assim, era possível receber donativos e legados, e mesmo possuir dinheiro; em compensação, era proibido, sem autorização especial, enviar dinheiro para o estrangeiro. A administração dos bens eclesiásticos era sujeita, além de aos conselhos episcopais, às Repartições legais.

As condições da Igreja Católica na Rússia tinham, pois, um caráter singular: não se podia dizer que o Estado lhe fôsse franca-

mente hostil, e, no entanto, a situação que lhe era feita em nada era conforme aos seus direitos inalienáveis.

Com a queda do Império, essa situação transformou-se radicalmente. Sem falar da Igreja Ortodoxa, a Igreja Católica na Rússia alimentou grandes esperanças durante o período do Govêrno Provisório (fevereiro a outubro de 1917). A Hierarquia católica esperava melhorar as condições jurídicas da Igreja, e, em 1917, enumerava num *Pró-memória* certas injustiças a fazer cessar: proibição feita aos bispos e fiéis de se corresponderem diretamente com o Santo Padre e vice-versa; submissão das "*Acta Apostolicae Sedis*" à censura do Ministro do Interior; coação interposta na formação do clero, na existência das Ordens Religiosas, no desenvolvimento das associações católicas, no ensino católico fora das igrejas e das escolas, na construção de igrejas e capelas, etc.

As esperanças cederam imediatamente o lugar às mais amargas desilusões. Com efeito, desde que a fração bolchevista se apossou do poder em seguida à Revolução de outubro (7 de novembro de 1917), a Igreja, como se viu, foi logo "separada" do Estado. O Decreto de 23 de janeiro de 1918 feria primeiramente a Igreja da maioria do povo, porém a Igreja Católica e tôdas as outras confissões religiosas foram igualmente atingidas. Em virtude dêsse Decreto, a Igreja Católica já não era mais considerada senão como simples "associação" religiosa, não tendo sequer os direitos das organizações profissionais e culturais. Ao mesmo tempo, era esbulhada dos seus bens e privada do direito de possuir no futuro; os edifícios do culto tornavam-se "patrimônio do povo". Sem dúvida, a "comunidade dos fiéis" podia concluir um acôrdo com o poder civil e ser autorizada a utilizar o edifício do culto, mas com a condição de pagar as taxas e os reparos. Ora, essas taxas eram, de propósito, tão pesadas que, as mais das vêzes, o óbolo dos fiéis (único recurso autorizado) não chegava para as cobrir; então o fechamento da igreja era inevitável. A religião foi banida das escolas. A propaganda anti-religiosa desenvolveu-se de tôdas as maneiras, enquanto que a Igreja não tinha mais ao seu dispor nem imprensa, nem filmes, nem bibliotecas...

Adotadas essas primeiras medidas, que causavam dano considerável à Igreja, os comunistas, ocupados então em cevar-se contra os ortodoxos, pouparam um pouco os católicos. Aliás, em razão do seu pequeno número, êstes últimos não representavam no país fôrça capaz de fazer temer da parte dêles uma atividade "contra-revolucionária". O restabelecimento da soberania polonesa e da dos Países Bálticos desligara da Rússia numerosos territórios e reduzira o número dos católicos. Enquanto, nos anos de 1917-1918 — quando as fronteiras ocidentais da Rússia ainda não estavam fixadas e o êxodo dos poloneses estava sempre em curso — a Rússia contava cêrca de 6.000.000 de católicos, já depois do Tratado de Riga (18

de março de 1921), que delimitava as fronteiras entre a Rússia e a Polônia, não restavam mais senão cêrca de 1.600.000 sôbre o conjunto do território soviético.

Ademais, do ponto de vista da nacionalidade de origem, os católicos formavam grupos heterogêneos.[9] Foi esta igualmente uma razão para os poupar, em consideração dos laços religiosos e nacionais que êles tinham com os católicos do Ocidente europeu. No após-guerra imediato, a Alemanha não parecia orientar-se para um regime comunista? Pelo tratado de Riga, e para manterem a paz no interior, os Sovietes não haviam prometido à Polônia melhorar as condições da Igreja Católica na U. R. S. S.? Era, pois, mais prudente adiar para mais tarde os ataques contra a Igreja Católica. Ver-se-á então o que valiam as garantias comunistas.

Nessa mesma época a Igreja Católica procurou fazer frente às ameaças do ateísmo melhorando a sua organização. Havia ali, em 1917, 5 bispados católicos de rito latino (Mohilev, Kamienec, Minsk, Zytomir e Tiraspol) contando 896 padres, 614 igrejas e 581 capelas; em 1921-1923, a Igreja contava as 9 circunscrições eclesiásticas seguintes:

1º A Arquidiocese de *Mohilev*, com 74 padres, 115 igrejas e 250.000 fiéis;
2º A Diocese de *Kamienec*, com 48 padres, 100 igrejas e 300.000 fiéis;
3º A Diocese de *Minsk*, com 14 padres, 46 igrejas e 150.000 fiéis;
4º A Diocese de *Zytomir*, com 66 padres, 107 igrejas e 350.000 fiéis;
5º A Diocese de *Tiraspol*, com 100 padres, 90 igrejas e 300.000 fiéis;
6º A Diocese de *Vladivostok* (de 2 de fevereiro de 1923), com 6 padres, 6 igrejas e 20.000 fiéis;
7º O Vicariato apostólico Cáucaso-Criméia, com 30 padres, 30 igrejas e 70.000 fiéis;
8º O Vicariato Apostólico da Sibéria (1º de dezembro de 1921), com 12 padres, 35 igrejas e 75.000 fiéis;
9º A Administração apostólica para os fiéis de rito armênio, com 47 padres, 45 igrejas, 15 capelas e 66.618 fiéis.

Contava-se, além disso, uma dezena de padres ucranianos e russos, de rito bizantino-eslavo, para alguns milhares de fiéis do mesmo rito. À testa dêles estava colocado, desde 1921, um Exarca.

---

9) Nas regiões septentrional e ocidental da União Soviética, bem como nas principais cidades, as colônias de católicos eram formadas de Poloneses, Bielo-russos, Lituanos, Letões e Alemães. Nas regiões meridional e central da Rússia européia, as comunidades católicas compreendiam 80% de Alemães (colonos da região do Volga), Armênios de rito armênio, Poloneses de rito latino, Ucranianos de rito eslavo e Geórgios de rito bizantino-geórgio. Na Rússia asiática, os católicos encontravam-se ao longo das linhas ferroviárias, e eram de proveniência polonesa, alemã e lituana.

Em março de 1923, comentando a situação política do Ocidente e os esforços do Papa Pio XI em favor da união entre os cristãos, o *Bezboznik* afirmava que a união das Igrejas parecia iminente, pois o Papa trabalhava numa Confederação de tôdas as "Internacionais negras". E acrescentava: "Se derem resultado as conversações que Roma está tendo com os Americanos, os Inglêses, os Gregos e os Russos, a "Internacional vermelha" correrá grande perigo". [10]

Em outros artigos, êsse mesmo jornal sustentava que Mussolini fôra levado ao poder pelo Vaticano, cuja causa êle devia sustentar, e pedia aos Tribunais soviéticos condenarem, mesmo à pena capital, os padres católicos que estavam sob a sua jurisdição, porquanto, explicava êle longamente, a fé daqueles padres era o inimigo principal do comunismo ateu.

Os artigos do *Bezboznik* tinham por fim preparar a opinião pública para tôdas as próximas medidas de repressão. De feito, sete dias após a publicação dos artigos supra, uma condenação severa fulminava S. Excia. Mons. *João Cieplak,* Arcebispo de Mohilev; S. Excia. Mons. *Leônidas Feodoroff,* Exarca dos católicos russos de rito bizantino; S. Excia. Mons. *Constantino Butkiewicz,* bem como 12 padres e um leigo. Eis aqui em que condições:

Todos êles haviam sido detidos a 5 de dezembro de 1922, sob inculpação de resistência às ordens do Govêrno soviético. Êste, com efeito, para ir em auxílio às vítimas da fome, ordenara a entrega de todos os objetos preciosos do culto (cálices, patenas, cibórios, ostensórios, relicários, etc.), que, aliás, desde 1918 haviam sido declarados patrimônio nacional. Posta ao corrente dessa ordem de requisição, cuja execução empobreceria ainda mais a comunidade religiosa, já muito miserável, e comprometeria gravemente o culto sagrado, a Santa Sé declarou-se pronta a pagar uma soma compensadora, até mesmo em favor dos ortodoxos. Mas esta proposta não foi tomada em consideração pelo Govêrno soviético. [11] Por seu lado, as autoridades eclesiásticas, tanto católicas como ortodoxas, declararam-se dispostas a entregar os vasos sagrados, com a condição de que o montante da venda fôsse aplicado diretamente aos famintos pelos organismos eclesiásticos, e não por intermédio dos funcionários governamentais. O Govêrno de Moscou qualificou êsse pedido de *ato de resistência,* e procedeu à prisão dos responsáveis. [12]

---

10) Cf. o *Bezboznik* de 18 de março de 1923.

11) Cf. *L'Osservatore Romano* de 18 de junho de 1922, que publicou a Nota do Substituto da Secretaria de Estado, Mons. Pizzardo, ao Comissário dos Negócios Estrangeiros, Cicerin, e a resposta dêste. O *NCWC News Service* de 21 de maio de 1923 publica igualmente um pedido de resposta do Cardeal Gasparri, Secretário de Estado, ao Presidente Lenine, em data de 7 de junho de 1922.

12) Tôda esta exposição é tirada de testemunhos autênticos e

Os inculpados eram acusados de "haverem constituído em Petrogrado, de fins de 1918 a dezembro de 1920, uma organização anti-revolucionária que tinha por fim opor-se às leis e aos decretos do Govêrno dos Soviéticos no tocante às relações entre a Igreja e o Estado, e especialmente ao decreto da Assembléia Nacional dos Comissários, de 23 de janeiro de 1918, concernente à separação entre a Igreja e o Estado. Pelo seu procedimento, procuravam êles abalar o povo, incitando-o, em 1922, em Petrogrado, a se opor unânimemente à nacionalização e à utilização dos bens eclesiásticos, ao fechamento das igrejas e à requisição dos objetos de valor, e ainda testemunhando oposição categórica aos legítimos pedidos do Govêrno... Essa oposição enquadra-se nos artigos 63 e 119 do Código Penal". [13]

"Ademais", continua a ata do processo, "acusações particulares são formuladas contra cada inculpado": [14]

a) *Cieplak* é acusado de haver ajudado a sobredita organização por uma Carta Pastoral ao seu clero, na qual protestava contra a requisição dos objetos preciosos do culto católico sem a autorização das autoridades da Igreja. À pergunta do padre Rutkowski, de Jaroslav, concernente ao inventário dos bens da Igreja pedido pelo Comissariado local, respondeu êle por um telegrama, a 12 de março de 1922: "Pedido ilegítimo. Não dê o inventário". Foi por isso que o padre Rutkowski recusou dar o inventário, delito que se enquadra no Código Penal, cap. I, art. 77.
b) *Hodniewicz* é acusado de, a 24 de junho, haver-se oposto à requisição dos objetos de valor da igreja de Santa Catarina, em Petrogrado. Quando os comissários Kolesnikov e Ivanov quiseram examinar um pequeno móvel sôbre o altar (o tabernáculo), êle declarou que êles só poderiam fazê-lo passando sôbre o seu cadáver. Depois disse aos fiéis presentes: "Rezemos, e não permitamos que êles toquem no tabernáculo senão passando sôbre os nossos cadáveres". Em razão disso, o tabernáculo não pôde

---

de cópias de documentos originais, graças, em particular, às informações colhidas pelo correspondente do *NCWC News Service*, que foi presente ao processo. Cf. a Nota do *NCWC News Service* de 21 de maio de 1923 e o artigo do correspondente do *The New York Herald*, também presente ao processo, em data de 6 de abril de 1923.

13) Êsses dois artigos do Código Penal são os seguintes:

Art. 63: "Todo aquêle que fizer parte de uma organização que, com fins contra-revolucionários, se opõe à atividade normal das instituições e iniciativas soviéticas, ou que se serve delas para fins igualmente anti-revolucionários, é punido com as penas previstas no artigo 58, § 1 e 2".

Art. 119: "Todo aquêle que se aproveitar das superstições religiosas das massas para atentar contra o Govêrno dos operários e camponeses, ou para incitar à resistência às suas leis e decretos, é punido com as penas previstas no artigo 69 do Código Penal". (Êste artigo faz parte do capítulo III do Código, concernente às "transgressões dos regulamentos sôbre a separação entre a Igreja e o Estado".)

14) Cf. o texto integral do ato de acusação, a lista detalhada dos acusados, e os diversos capítulos de acusação, em *La Civiltà Cattolica*, 1923, III, pp. 153-159.

ser visitado. Êsse delito é punido pelo artigo 119 do Código Penal.

c) Juniewicz é acusado de, a 25 de junho de 1922, ter oposto resistência na igreja de Santo Estanislau, em Petrogrado, quando os comissários Kolesnikov e Ivanov faziam a separação dos objetos de valor, e de haver gritado: "Saiam". Êsse delito é punido pelo artigo 62 do Código Penal.

d) *Rutkowski* e *Pronskietis* são acusados de resistência quando a igreja da Assunção da SS. Virgem foi fechada a 5 de dezembro, por ordem do Govêrno. Apesar da ordem formal do cidadão Smirnoff, chefe da divisão administrativa de Moscou-Narva, e do representante da polícia, os quais intimavam tôdas as pessoas presentes a saírem da igreja, os dois acima nomeados, em vez de obedecerem, incitaram a multidão que enchia a igreja a resistir ao Govêrno, pondo-se êles mesmos de joelhos, em gesto teatral, para rezar, e concitaram a multidão dos paroquianos a se unir a êles. Assim, explorando os preconceitos religiosos da multidão presente na igreja, excitaram-na a oferecer resistência passiva à ação legal do Govêrno. O artigo 119 do Código Penal pune essa atitude.

e) *Ciarnas*. No mesmo lugar e nas mesmas circunstâncias acima descritas, achando-se no meio da multidão quando a polícia, por ordem de Smirnoff, começou a expulsar os manifestantes, *Ciarnas*, bem como outros que não puderam ser identificados, opôs-se à ação do Govêrno e insultou pùblicamente os representantes dêste. Isso se enquadra no artigo 77 do Código Penal..."

Acusações semelhantes eram formuladas contra S. Excia. Mons. *Feodoroff*.[15]

As condenações pronunciadas no término do processo foram extremamente severas. S. Excia. Mons. *Cieplak* e S. Excia. Mons. *Butkiewicz* foram condenados à morte e ao confisco dos bens pessoais[16]; S. Excia. Mons. *Feodoroff* e 4 padres, a 10 anos de prisão, ao confisco dos bens e à perda dos direitos civis; Mons. *Malecki* e 7 padres, a 3 anos de reclusão e à perda dos direitos civis.

As sentenças não foram integralmente executadas. Enquanto Mons. *Butkiewicz* era fuzilado na Sexta-Feira Santa, 30 de março de 1923, o Arcebispo de Mohilev foi simplesmente expulso da Rússia, depois de ver a sua pena comutada em 10 anos de prisão. Essa di-

---

15) Cf. *La Civiltà Cattolica*, 1923, III, pp. 152-163; Mac Cullagh, *The bolshevik persecution of Christianity*, London, 1924, pp. 329-339.

16) "Acima de tudo, êsses acusados do clero católico confessaram que, se as ordens do Papa se achassem em conflito direto com os decretos dos Soviéticos, êles se consideravam obrigados a obedecer às ordens do Papa: e isso não só em matéria de fé e de moral, mas também em matéria de propriedades eclesiásticas, confiscadas e nacionalizadas. Confessaram igualmente êsses padres que, de encontro ao artigo 121 do Código Criminal, haviam ensinado às crianças a pretensa *Lei de Deus*, e que tinham intenção de continuar o mesmo ensino, sem quererem reconhecer nem observar o dito artigo do Código Criminal que proíbe êsse ensino". Os "considerandos" são referidos por d'Herbigny em *L'Aide pontificale*, p. 57.

ferença de tratamento poderia explicar-se pelo fato de que, executando Mons. *Butkiewicz,* o regime dava prova, no interior, da sua vontade implacável de reprimir qualquer ato "contra-revolucionário", ao passo que, enviando S. Excia. Mons. *Cieplak* para o Ocidente, pretendia demonstrar ao estrangeiro a sua mansidão e a inexistência de uma verdadeira perseguição religiosa.

A propaganda comunista, por ocasião dêsse processo que tinha a sua origem na grande fome daqueles anos, atacou não só os inculpados, mas também a própria pessoa do Santo Padre.[17] Ora, no mesmo momento, como nos lembramos, o Santo Padre fazia o impossível para aliviar os sofrimentos da população soviética. Evidentemente os comunistas queriam solapar o efeito moral da ação da Missão Pontifícia, combatendo os católicos no próprio terreno da fome, a fim de os acusar de hipocrisia.[18]

As medidas contra a Hierarquia católica na União Soviética ràpidamente atingiram todos os bispos. Em Minsk, o Bispo, S. Excia. Mons. *Zygmunt Lozinski,* foi prêso em junho de 1923 e exilado em 1925. O Bispo de Kamienec, S. Excia. Mons. *Pedro Mankowski,* após ter sido encarcerado em Moscou, era exilado em 1923. S. Excia. Mons. *Adriano Smets,* Administrador da diocese de Tiraspol, foi igualmente detido antes de poder obter a liberdade no Ocidente. Quanto a S. Excia. Mons. *Carlos Sliwowski,* recém-eleito Bispo de Vladivostok em 1923, foi forçado a refugiar-se em Shangai. Por seu lado, o Vigário Apostólico da Sibéria teve de procurar refúgio em Harbin.

Como se vê, a tática dos dirigentes bolchevistas consistia em exilar os chefes das circunscrições eclesiásticas, após uma permanência, de duração mais ou menos longa, na prisão. Alguns, todavia, como Mons. *Leônidas Feodoroff,* Exarca para os católicos russos de rito bizantino (morto em 1935), passarão de prisão em prisão, até à sua morte.

---

17) Várias seções da Terceira Internacional comunista pediram então uma sentença de morte contra o Papa. O *Pravda* de 31 de março de 1923, no dia seguinte à execução de Mons. Butkiewicz, escrevia: "Por que não mover um processo contra o Papa de Roma? O processo de Cieplak demonstrou que a pessoa mais responsável pela resistência organizada pelos padres contra-revolucionários contra o confisco dos bens da Igreja, é o Papa de Roma. Êle deveria ser julgado pelo tribunal revolucionário. O processo e a sentença recentemente pronunciada. provaram... que o clero católico é o inimigo feroz dos pobres e do Govêrno dos camponeses e operários". E o jornal prosseguia acusando os católicos de terem recusado os socorros às vítimas da fome.

18) Pio XI declarará ao Consistório de maio de 1923: "Tudo o que aconteceu não deterá a Obra de misericórdia e beneficência que empreendemos e continuamos há tantos meses para o alívio de tamanhas misérias. Continuá-la-emos enquanto virmos a necessidade dela e tivermos a possibilidade disso, consoante a palavra do Apóstolo: *Noli vinci a malo,* mas *Vince in bono malum*" (*AAS*, XV, 1923, p. 252).

Mudança de Tática.

No fim de 1923, tôdas as sés episcopais estavam vacantes. Os comunistas russos operaram então uma mudança de tática.

Os anos de 1924-1928 foram, com efeito, um período de calma relativa. Nem por isso se renunciava à luta contra a religião, e contra a Igreja Católica em particular; sòmente, recorria-se doravante a armas menos violentas. A ordem, mormente para os sindicatos, era respeitar o sentimento religioso dos fiéis e dos operários, e não fazer dêles nem mártires nem heróis. Mas, ao mesmo tempo, dava-se apoio total à *propaganda anti-religiosa*, cuja missão era minar, "insensìvelmente, brandamente, porém de maneira persuasiva", os fundamentos da prática e do sentimento religiosos.

O resultado dessa propaganda foi uma real diminuição do número dos fiéis entre os ortodoxos e igualmente, ai!, entre os católicos. Os que resistiram ficaram, com isso, ainda mais apegados à sua Igreja. A sua prática cristã certamente era dificultada pelo clima anti-religioso, e também em razão das exigências governamentais concernentes ao pagamento do aluguel pelos locais do culto — confiscados pelo Estado — e à manutenção do clero com os seus próprios recursos. Sem embargo, a despeito dos sacrifícios que lhes eram pedidos, os fiéis sustentaram o clero, as igrejas e o culto.

Durante o mesmo período, o número dos padres diminuiu igualmente muito. Não mais podendo ser ministrado o ensino religioso, as vocações vieram a faltar. Uma quantidade de padres que se achavam na Rússia no início da Revolução haviam emigrado para o Ocidente. Cêrca de 75 estavam detidos em prisão ou haviam sido deportados para a Sibéria. E, apesar disso, a diocese de Tiraspol, por exemplo, ainda contava, em 1928, 71 igrejas abertas, das quais apenas 23 estavam sem padre. A G. P. U., escusa dizê-lo, vigiava severamente os padres ainda em liberdade.

Após as tempestades que acabavam de devastar a Igreja na Rússia, a Santa Sé tentou dar-lhe uma organização mais bem adaptada às suas necessidades novas. As antigas divisões por dioceses já não estavam mais no caso de fazer face à nova situação. Foi por isto que, em 1926, novas Administrações Apostólicas foram criadas para a União Soviética. À frente delas foram colocados: S. Excia. Mons. *Pio Eugênio Neveu*, em Moscou; S. Excia. Mons. *Antônio Malecki*, em Leningrado; S. Excia. Mons. *Boleslav Sloskans*, em Mohilev e Minsk; S. Excia. Mons. *Alexandre Frizon*, em Odessa; S. Excia. Mons. *Vicente Jlyin*, em Kharkov; S. Excia. Mons. *Miguel Juodokas*, em Kazan, Samara e Simbirsk; S. Excia. Mons. *Agostinho Baumtroz*, para a Administração Apostólica do Volga; e S. Excia. Mons. *João Roth*, para a do Cáucaso. Virão juntar-se à lista: S. Excia. Mons. *Carapet Dirlughian*, Administrador Apostólico para os Armê-

nios católicos de tôda a Rússia, e o Revdo. *Estêvão Demurof*, Vigário interino da Administração Apostólica de Tiflis e de Geórgia.

A nova organização, entretanto, não pôde produzir os seus frutos. Três dos novos Administradores Apostólicos em breve eram detidos: S. Excia. Mons. Jlyin, desde dezembro de 1926; Ss. Excias. Mons. Sloskans e Mons. Neveu, em setembro de 1927.[19] Quanto aos outros, careciam todos da liberdade necessária ao exercício de uma atividade útil.

Sem embargo, a Igreja Católica na U. R. S. S. não tardou a encontrar novas dificuldades, que, sob certos aspectos, atingiram o paroxismo entre 1929 e 1932.

Durante êsse período, a propaganda anti-religiosa assumiu extensão até então desconhecida.[20] Era ela obra sobretudo da Associação dos Ateus Militantes, que em momento algum contou tantos membros nem deu prova de uma atividade tão coordenada e tão febril, beirando mesmo a violência. Essa organização dispunha de um verdadeiro arsenal de meios de propaganda: imprensa, rádio, filmes, teatros, escolas, órgãos administrativos, etc. A guerra ideológica era movida em base "científica", em nome do materialismo dialético: sendo a Fé religiosa considerada "a priori" como de nível inferior à "ciência".

O plano dos "Sem-Deus" previa que em 1937 já não haveria uma só igreja aberta, e que os padres ou os representantes dos cultos teriam sido todos liquidados, deportados ou exilados.

O Govêrno soviético deu o seu apoio oficial a essa ofensiva, pela publicação do *Decreto de 8 de abril de* 1929 sôbre as Associações Religiosas. Precisava êste, nos seus 68 artigos, as condições ulteriores de funcionamento dessas Associações. O artigo 13 da Constituição de 1918, tornado depois o artigo 4 da Constituição de 1924, era modificado. Em vez de falar, como precedentemente, de liberdade de "*propaganda* religiosa e anti-religiosa", o Decreto estipulava: "A *profissão* religiosa e a propaganda anti-religiosa são permitidas a todos os cidadãos". A propagação da fé e a propaganda religiosa de ora em diante são proibidas. A religião não passa de um "sentimento", não é uma "verdade", e não pode ultrapassar o domínio do culto. Por êsse Decreto, os comunistas pretendiam tirar à reli-

---

19) Mons. Sloskans foi expulso da Rússia em 1923, depois de passar por 17 prisões, das ilhas Solovki à Sibéria. Cf. *Dzimtenes Balsas*, nº 5, 1951: *Boleslav Sloskans, The life of an enforced labourer in a concentration camp in Russia.* Cf. também *The Catholic Church of Latvia under the bolshevik torture*, Stockholm, 1950.

20) Cf. *Krasnoia Gazeta*, 20 de novembro de 1929; *Pravda* de 1º de dezembro de 1929. Achar-se-á igualmente uma documentação sôbre êsse período em *La Civiltà Cattolica*, 1930, I, pp. 280-283.

21) Cf. a documentação coligida nas duas publicações seguintes: *Le front antireligieux en Russie Soviétique*, e *La guerre antireligieuse en Russie Soviétique*, Paris, 1930.

gião as últimas possibilidades de defesa que teòricamente ela ainda possuía em face da propaganda atéia.

As mudanças sobrevindas na política econômico-social tiveram igualmente graves incidências sôbre a vida da Igreja. Ao regime da N. E. P. (Nova Política Econômica) os dirigentes comunistas substituíram o sistema comunista coletivista dos Kolkoz e dos Sovkoz. Êste novo sistema, que se aplicava a tôdas as propriedades, privou numerosas igrejas e paróquias, particularmente nas aldeias, dos seus últimos meios de existência. Os padres deviam entrar nos Kolkoz, onde a Igreja não tinha lugar, do contrário se arriscava à deportação para a Sibéria. Para que as igrejas ficassem abertas, era preciso, no entanto, continuarem a pagar os impostos. Êstes, no início, não eram sempre e em tôda parte os mesmos, tanto para os edifícios como para os ministros do culto. Mas em 1931 o Comissariado Popular para as Finanças unificou-os para tôda a União Soviética, e levou-os a uma taxa tão elevada, que o fechamento progressivo das igrejas em todo o território da U. R. S. S. já não foi mais senão questão de tempo.

O aparelho administrativo do Estado soviético pesou, por sua vez, gravemente na luta contra a religião. Aqui o ponto de partida foi a aplicação da lei que previa a separação entre a Igreja e o Estado. Desejando agir sem publicidade, aplicavam-se as medidas não por via judiciária, mas por via administrativa. Por meio dos Comissários do Povo para o Interior, ajudados pela Polícia. Procedia-se, assim, a detenções súbitas e arbitrárias, bem como a deportações; mandava-se para os trabalhos forçados, condenava-se sem processo ou a portas fechadas, conforme um veredito fixado de antemão. Foi então que os Administradores Apostólicos ainda em liberdade foram detidos: S. Excia. Mons. *Frizon* foi encarcerado em 1929-1930, depois novamente em 1935, em 1936 e em 1937, e finalmente foi fuzilado; S. Excia. Mons. *Juodokas*, em abril de 1929; S. Excia. Mons. *Baumtroz* e S. Excia. Mons. *Roth*, em agôsto de 1930; S. Excia. Mons. *Malecki*, em novembro de 1930. Êste foi deportado para a Sibéria até 1934, e depois exilado; morreu na Polônia em 1935. O Administrador Apostólico para os Armênios Mons. *Tiago Bagaratian*, sucessor de Mons. *Dirlughian* após a detenção dêste, foi igualmente prêso em 1930. Não se tinham notícias dos Administradores Apostólicos *Demurof* e *Dirlughian*. Citemos, enfim, o caso de S. Excia. Mons. *Teófilo Skalski*, que em maio de 1926 sucedera, na qualidade de Administrador Apostólico de Zytomir, ao Bispo exilado Mons. *Dubowski*. Encarcerado a 20 de Junho do mesmo ano, ao cabo de dezoito meses de detenção foi levado a julgamento, a 27 de janeiro de 1928, sob a inculpação de haver favorecido atos contra-revolucionários e de espionagem, e, após debates a portas fechadas, foi condenado a dez anos de reclusão e à perda dos direitos civis por cinco

anos. Por sua vez, será êle exilado em setembro de 1932. Monsenhor Skalski só era "culpado" de se haver assinalado pelo seu zêlo e pela sua caridade. [22]

A Hierarquia católica na União Soviética foi, assim, totalmente liquidada no correr daqueles anos. A perseguição estendeu-se também aos padres. Na diocese de Zytomir, por exemplo, dos 66 padres presentes em 1918 já não restava, em 1931, senão *um só,* enfêrmo. *A lista dos padres aprisionados ou exilados para a Sibéria abrangia, naquela época,* 114 *nomes.* Quase não restavam em liberdade senão 30 a 50 padres, apenas.

A despeito das precauções de que o Govêrno soviético cercava as suas medidas perseguidoras, estas últimas acabaram por ser conhecidas no Ocidente. A 2 de fevereiro de 1930, Pio XI convidava o mundo católico a cerimônias expiatórias. [23] A Igreja Anglicana igualmente estigmatizava a perseguição. Pela bôca do Metropolita ortodoxo Sérgio, o Govêrno soviético apressou-se a responder que "na União Soviética existia inteira liberdade de consciência, que não havia ali nenhuma perseguição, que as condenações só se aplicavam aos contra-revolucionários, e que os atos religiosos não eram punidos, nem as convicções religiosas reprimidas. As informações do estrangeiro concernentes à perseguição religiosa eram, pois, puras invenções caluniosas; nada podia ter justificado as intervenções de Roma ou de Canterbury". [24] Tal foi a resposta "oficial". Mas, por via confidencial, numa carta de 20 de fevereiro de 1930 à Santa Sé, a suprema Autoridade eclesiástica russa fazia saber que as entrevistas eram realmente autênticas, mas tinham sido extorquidas pelas autoridades soviéticas. Assim se achava confirmada a existência da perseguição religiosa.

O ano de 1933 trouxe um novo período de calma relativa. Naturalmente a propaganda anti-religiosa não se moderava, mas podia-se considerar que ela atingira o seu máximo. Na mente dos dirigentes soviéticos, outra preocupação — a do patriotismo — surgia, com a perspectiva de um conflito que ameaçava o país. A própria ideologia comunista começou a perder o seu caráter internacional, colorindo-se de dados nacionalistas. Tratava-se de criar, quanto antes, um clima interior homogêneo; convinha, pois, evitar as medidas susceptíveis de exasperar ainda mais os espíritos. Ainda por cima, a própria situação dos fiéis não parecia reclamar outros abalos violentos: quase por tôda parte privados de pastôres, a propa-

---

22) Cf. *La Civiltà Cattolica,* 1928, I, p. 377.
23) Quirógrafo ao Cardeal Pompilij (*AAS,* XXII, 1930, pp. 89 ss.).
24) Entrevistas dadas à *Agência Tass* a 15 de fevereiro de 1930 e aos jornalistas estrangeiros presentes em Moscou a 17 de fevereiro de 1930.
25) Cf. *La Documentation Catholique,* 23 (1930), col. 845-872.

ganda atéia, metòdicamente prosseguida, devia bastar para gradual e definitivamente os afastar da religião.

Os "Sem-Deus" beneficiaram-se, nessa data, de um novo apoio da legislação. Com efeito, em 1936 foi proclamada na União Soviética a nova Constituição, dita de Stalin, cujo artigo 124 reduzia ainda mais a liberdade religiosa. No texto de 1929 era dito, como estamos lembrados: "A profissão religiosa e a propaganda anti-religiosa são permitidas a todos os cidadãos". Na Constituição de 1936, já não se fala de "profissão religiosa", mas se lê simplesmente: "A liberdade do exercício do culto e da propaganda anti-religiosa é reconhecida a todos os cidadãos". Portanto, só *o exercício do culto* era, de ora em diante, permitido. A Igreja não terá mais nada que dizer pùblicamente. [26]

O número dos crentes continuou a diminuir, sem todavia atingir as proporções previstas pelos comunistas. [27] Foi uma surprêsa para as autoridades comunistas o verificarem, por ocasião do recenseamento de 1937, que nas cidades 30% da população ainda se declarava crente, ao passo que, nos campos, a proporção atingia 60%.

Durante êsse período evitou-se também fazer abertamente mártires. Todavia, foi então que o Administrador Apostólico de Odessa, S. Excia. Mons. *Alexandre Frizon*, que já sofrera detenções repetidas, foi fuzilado na prisão de Simferopol, a 2 de agôsto de 1937, em seguida a um processo de 9 dias.

O Transbordamento do Poderio Soviético e a Perseguição Religiosa nos Territórios Ocupados.

O acôrdo secreto concluído em 1939 entre o Govêrno nazista e o Govêrno soviético dividiu a Europa Central em duas zonas de influência: a U. R. S. S. queria os Países Bálticos, a parte oriental da Polônia, cortada em duas pela linha *Ribbentrop-Molotov*, e as duas províncias rumenas: Bessarábia e Bucovina. A Alemanha, que já impusera o seu jugo à Tchecoslováquia, pretendia a Polônia ocidental. A deflagração da guerra polono-alemã em 1939 tendia a realizar êsse plano.

A U. R. S. S. sairá da segunda guerra mundial não só aureolada de enorme prestígio militar, mas ainda rica de uma porção de territórios tanto na Europa como na Ásia, e, a mais, com uma zona

---

26) Cf. G. M. Schweigl, *L'article* 124 *de la Constitution soviétique sur la liberté du culte*. Coletânea das Leis, Roma 1948. Edit. *La Civiltà Cattolica*.

27) Cf. o artigo publicado no *Pravda* de 20 de agôsto de 1939: "Por uma propaganda anti-religiosa sistemática". Sabe-se o valor de tal artigo nesse jornal.

de influência (a China) de alcance quiçá histórico para o destino do mundo.

As conseqüências do domínio soviético nos países anexados ou ocupados da Europa Central não se limitaram sòmente aos terrenos econômico e político. A União Soviética quis controlar também a vida religiosa.[28] Foi essa a origem das perseguições que ainda prosseguem. As primeiras vítimas dessas medidas anti-religiosas, aplicadas segundo o sistema que dera suas provas na Rússia, foram os territórios anexados em seguida aos Acordos Ribbentrop-Molotov de 1939. Após a segunda guerra mundial, será a vez dos países "satélites".

As medidas que os dirigentes comunistas adotaram contra a Igreja nos países ocupados pela U. R. S. S. nem sempre foram iguais em intensidade nem em amplitude. Variaram segundo o grau de "ligação" dêsses países com a União Soviética, segundo o número mais ou menos importante dos católicos, e segundo o rito por êles professado.

---

28) O Conselho Central da Liga dos Ateus militantes lançava, pouco depois do deflagrar da segunda guerra mundial, um apêlo no qual se pôde ler isto: "Soada é a duodécima hora da luta contra a religião na Europa sul-oriental. As nossas tropas avançam sob a bandeira do ateísmo. A luta contra a fé entra numa fase decisiva. Sustentados pelas baionetas do exército vermelho, os ateus militantes estão na iminência de conhecer uma hora de grande sucesso na Europa sul-oriental. A marcha para o Ocidente não se deterá, porque o Estado nacional-socialista só fraca resistência pode opor ao movimento ateísta". *La Civiltà Cattolica*, que cita êsse Apêlo (1949, IV, p. 373), comenta-o nestes têrmos: "A luta religiosa serve aos Soviéticos de meio de penetração política".

2) PAÍSES BÁLTICOS

ESTÔNIA.

A Estônia, o país mais setentrional e menor dos três Estados Bálticos (1.100.000 habitantes), contava em 1938 cêrca de 2.000 católicos, isto é, 0,2% da população. 78% dos Estonianos professavam o luteranismo, e 19% pertenciam à Igreja ortodoxa autocéfala.

De 1721 a 1918, a Estônia fizera parte da Rússia tzarista, e as condições da Igreja Católica haviam sido ali pràticamente as mesmas que no resto do Império. Após a proclamação da independência, em 1919, foi anunciada a plena liberdade religiosa. Em 1924, a Santa Sé criou uma Administração Apostólica para tôda a Estônia, à testa da qual foi colocado, em 1926, S. Excia. Mons. Ed. Profittlich, da Companhia de Jesus. Os católicos estavam repartidos entre seis paróquias, erigidas nos principais centros. Em 1937, havia ali onze padres, assistidos por uns vinte religiosos e religiosas, todos de origem estrangeira.

A Igreja estoniana tinha, pois, em realidade, apenas vinte anos de existência quando chegaram os Soviéticos, em 1940. Certamente não lhes teria sido difícil aniquilar, pelos métodos do Regime, a planta apenas enraizada; se o não fizeram, não deixaram entretanto de lhe infligir danos *irreparáveis*.

A atitude do novo Regime foi, desde o início, de hostilidade a tôda religião.

Em seguida aos acontecimentos de 1940, o Núncio Apostólico para a Letônia e Estônia, S. Excia. Mons. Arata, foi forçado a deixar o seu pôsto e a recolher-se a Roma. Os padres de nacionalidade alemã foram igualmente obrigados a partir, o que privou a pequena comunidade da metade dos seus ministros.

---

29) A Igreja luterana e a Igreja ortodoxa autocéfala muito tiveram igualmente que sofrer sob a ocupação soviética. A darmos crédito à imprensa soviética dêstes últimos anos, o regime comunista teria conseguido quebrar a resistência da Igreja luterana e a da Igreja ortodoxa, sujeita em 1945 ao patriarca de Moscou. Elas pareceriam quase escravizadas ao poder político. Os seus chefes participaram do Congresso da Paz em Moscou, em 1950, onde assinaram o apêlo bem conhecido.

Em breve as igrejas eram declaradas pelo govêrno soviético propriedade do Estado, e, nos têrmos da lei, a habitação de um eclesiástico não podia exceder de 6 metros quadrados. O Bispo, S. Excia. Mons. Profittlich, e um dos cinco padres que restavam, pouco depois foram presos; com o correr do tempo, deviam ser deportados. Os outros quatro padres sofreram freqüentemente encarceramentos e interrogatórios acompanhados de ameaças e torturas. Uma quantidade de leigos católicos foram igualmente detidos e deportados, mas a falta de testemunhos seguros não nos permite precisar-lhes o número.

Dentro em alguns meses, mas não de uma só vez, a fim de não atrair a atenção do povo, tôdas as manifestações da vida cristã acharam-se sucessivamente paralisadas: proibição da instrução cristã aos de menos de dezoito anos; imposição, aos padres e aos ofícios religiosos, de fortíssimas taxas [30]; nacionalização dos bens eclesiásticos, inclusive dos cemitérios. O Estado confiscou as caixas e tudo o que figurava no inventário das organizações religiosas de caridade, inclusive as pensões das viúvas. "Expurgaram-se" as livrarias e as bibliotecas de tôdas as obras de literatura religiosa, as quais foram incineradas nas caldeiras de calefação central. Ademais, desde o início da perseguição, os dois diários católicos haviam sido suspensos, e fôra sustada a impressão da primeira edição católica do Novo Testamento em língua estoniana.

Após a trégua relativa da ocupação alemã, de 1941 a 1944, a segunda ocupação soviética trará novos sofrimentos. Em tôda a Estônia não restavam, em fins de 1944, mais do que quatro sacerdotes católicos, dos quais um, o Padre Capuchinho Ruszala, morreu de miséria em janeiro de 1945; em 1948, os sacerdotes já não passavam de dois. Não se têm notícias de S. Excia. Mons. Profittlich.

LETÔNIA.

Nas vésperas da segunda guerra mundial, o acôrdo concluído, em agôsto de 1939, entre Ribbentrop e Molotov, obrigou o govêrno letão a assinar o pretenso "Pacto de assistência mútua", que autorizava as tropas soviéticas a penetrarem no país e ali instalarem bases militares.

Sem dúvida, pelo Pacto os Soviéticos haviam-se comprometido a respeitar a soberania do Estado letão; mas, com o exército, chegaram igualmente trezentos "especialistas" encarregados de preparar a conquista do poder pelo comunismo. Pouco depois da chegada dêles,

---

30) Um eclesiástico devia pagar pelo seu aluguel vinte vêzes mais por metro quadrado do que um operário.

irrompiam greves, acompanhadas de incidentes que permitiram à imprensa comunista tratar o govêrno letão de "reacionário". O Kremlin tirou pretêxto dêsses acontecimentos para dirigir um *ultimatum* ao Govêrno de Riga a 16 de junho de 1940; invocava motivos de segurança. No dia seguinte, o Comissário Wisinskij apresentou a lista dos novos membros do Govêrno, a qual compreendia comunistas assim como elementos conhecidos como tradicionalistas. Procedeu-se, ao mesmo tempo, à detenção dos representantes da corrente nacional letã, acusados de serem "elementos anti-soviéticos", e decidiu-se fazer novas eleições para o parlamento. Não havia senão uma única lista de candidatos comunistas, de sorte que a resposta à consulta eleitoral não podia ser senão um triunfo para o comunismo. O novo parlamento começou os seus trabalhos a 21 de julho de 1940, e, pouco depois, de maneira tôda democrática, votava de mãos levantadas: a sovietização do país, a sua incorporação à União Soviética, e a adoção da Constituição staliniana de 1936. Não deixou de haver, posteriormente, alguns sobressaltos nacionalistas no país, mas tôda veleidade foi punida com prisão, com deportação, não raro mesmo com morte. Assim teve fim, após dezoito anos, a independência da Letônia.

A Igreja Católica na Letônia.

A independência da Letônia, proclamada em 1918, desde o início suscitara grandes esperanças. O sentimento patriótico, sufocado pelo tzarismo, constituía a base do novo Estado, e, na homenagem prestada aos valores nacionais, a cultura e a religião tinham a sua parte.

Os católicos letões constituíam mera minoria: apenas a quarta parte da população sôbre 2 milhões de habitantes, sendo luterana a maioria. Entretanto, os católicos foram objeto de atenções particulares por parte do govêrno nacional. Antes de 1918, os católicos letões pertenciam ou à diocese de Mohilev ou à de Kaunas; obtida a independência, reconstituiu-se a antiga *diocese de Riga,* para à testa da qual foi nomeado, em 1920, um bispo letão. Em 1923 essa diocese foi elevada à dignidade de arquidiocese, e, em 1927, uma segunda sé episcopal era erigida em *Liepaja,* enquanto o Arcebispo de Riga recebia o título de Metropolita. O Estado letão concluíra, em 1922, uma *Concordata* com a Santa Sé, nos têrmos da qual, notadamente, por ocasião da reforma agrária daquele mesmo ano cada paróquia recebia a terra necessária para ocorrer às necessidades do clero (no total, 3.000 hectares); além disto, o Estado abonava cada ano para o culto quantias convenientes. A prosperidade econômica do país e a sua liberdade manifestaram-se igualmente por um vicejamento exterior da vida cristã, e, entre as duas guerras mundiais, vinte novas igrejas católicas eram construídas.

As Ordens religiosas, usando da sua liberdade, fundaram conventos, tanto masculinos (Marianistas, Capuchinhos, Jesuítas) como femininos (Irmãs do Menino Jesus, Irmãs da Santa Cruz, Pobres Servas de Nossa Senhora), que desenvolveram ampla atividade cultural e caridosa.

Novos periódicos católicos apareceram: o *Latgolas Vords* (10.000 exemplares), o *Katolu Dzeive* (12.000 exemplares), o *Rigas Vestnesis* (4.000 exemplares), o *Gaisnia* (3.000 exemplares), sem contar outras cinco ou seis fôlhas e revistas.

No domingo, a Santa Missa era difundida pelo rádio. Nos estabelecimentos escolares do Estado, o ensino religioso era obrigatório, e, ademais, a autoridade eclesiástica tinha diretamente sob a sua dependência dois liceus (um de rapazes e outro de meninas), um grande seminário (erigido em 1920 em Aglona, e depois, em 1924, transferido para Riga), e um pequeno seminário em Iluksta (diocese de Liepaja). O ensino religioso achava o seu coroamento na Faculdade de Teologia, fundada em 1938, junto à Universidade de Riga. Numerosas associações católicas agrupavam os leigos: "Associação da Juventude", com as suas diferentes seções estabelecidas em cada paróquia, as quais organizavam reuniões, manifestações culturais, festivais musicais, peregrinações, etc.; "Fraternitas Catholica" para os estudantes, "Terra Marial" para as estudantes, Sociedade Cultural da União Católica "Saule", "Seções Operárias Católicas", "Congregação da Virgem Maria", "Cruzada Eucarística", "Apostolado da Oração", "Sociedade dos Docentes Católicos", "União dos Agricultores Católicos". Citemos, finalmente, a fundação, pelos católicos, de casas de repouso, de bibliotecas, de salas de leitura, etc.

A Primeira Fase da Perseguição.

A entrada da Letônia na órbita política soviética, em junho de 1940, teve como conseqüência uma nova "Weltanschauung", relativamente à concepção do Estado, da família, da escola, da cultura e da religião. Em todos êsses domínios, as mudanças foram imediatas, radicais, inexoráveis.

Já não tendo a Letônia Govêrno independente, e já não podendo realizar a sua política própria, nem no interior nem no exterior, os Soviéticos impuseram-lhe *romper as relações diplomáticas* com a Santa Sé. O Núncio Apostólico em Riga, S. Excia. Mons. Antônio Arata, foi portanto expulso em agôsto de 1940, e o professor Hermans Albats, ministro junto à Santa Sé, foi deportado para a Sibéria, onde morreu em 1943.

A sovietização da legislação letã e a adoção da constituição de Stalin puseram a Igreja à parte da vida pública. A lei, é verdade, re-

conhecia à religião a "liberdade de culto", mas, de fato, as disposições adotadas pelo decreto de junho de 1940 e as medidas consecutivas sôbre a nacionalização dos bens particulares paralisavam-na totalmente.

Contra a Igreja foram adotadas, em particular, as medidas seguintes:

a) Os bens eclesiásticos são declarados patrimônio do Estado.
b) Devem ser considerados como nacionalizados, além dos edifícios e dos terrenos, tudo o que pertence à Igreja, inclusive os sinos, as cruzes e os crucifixos, os livros das Sagradas Escrituras, os móveis sagrados e os paramentos sacerdotais.
c) O uso da igreja é concedido contra o pagamento do aluguel, que será calculado segundo o volume e na base das taxas que incidem sôbre os restaurantes de luxo e as "boites" noturnas.
d) Para o uso dos sinos, dos móveis sagrados, dos paramentos, etc., deverá ser desembolsada uma quantia a título de locação.
e) *Tôda cerimônia religiosa é sujeita a uma taxa.*
f) E' proibido celebrar cerimônias religiosas fora da igreja, e a lei pune severamente as cerimônias religiosas celebradas ao ar livre, nos cemitérios e nas casas particulares.

Tais medidas tinham evidentemente por fim — na Letônia como já na Rússia — impedir tanto quanto possível as manifestações religiosas. As taxas, quando se tratava de igrejas de certo volume arquitetural, só com dificuldade podiam ser custeadas; às vêzes mesmo, era isso impossível, porque a população fôra arruinada pela desapropriação dos bens. Para reduzir as despesas, bem se tentou reunir duas ou três comunidades numa só paróquia e recorrer ao ministério de um único padre. Mas, acentuando-se progressivamente o empobrecimento do povo, até mesmo essa solução constituía um pesado ônus. Quanto às igrejas que os fiéis não puderam conservar, foram destinadas a usos profanos: assim foi que a igreja católica de Ozolmuiza (diaconado de Rezekne) foi requisitada para os serviços de um aeródromo, a 1º de maio de 1941, e, transformada em sala de baile; a igreja de Santa Maria Madalena, em Riga, abrigou bailados que davam representações às tropas soviéticas; em província, várias igrejas foram transformadas em armazéns para máquinas agrícolas, e uma porção de outras foram incendiadas, saqueadas e profanadas.

Na vida pública, os dirigentes esforçaram-se por fazer reinar integralmente a concepção atéia do comunismo. Os membros do partido comunista, do mesmo modo que os funcionários de Estado e os oficiais do exército, não deviam professar religião nenhuma. As *retransmissões da Missa pelo rádio* foram suprimidas, bem como tôdas as *publicações católicas*. Os *livros religiosos* foram retirados das livrarias e bibliotecas. Os ofícios religiosos junto aos túmulos dos defuntos, ofícios caros ao povo letão, foram proibidos. E, como as

festas cristãs, especialmente Natal e Páscoa, eram de molde a conservar e a renovar a vida religiosa do povo, as autoridades comunistas decretaram que todos os dias de festa da Igreja seriam dias úteis; foram mesmo previstas sanções para os operários que nesses dias não se apresentassem ao trabalho. Em compensação, procurou-se dar ao povo outras festas, as do partido comunista. Senhora da situação, a imprensa marxista desencadeou ao mesmo tempo violenta campanha anti-religiosa, acompanhada de manifestações de rua.

Os comunistas aplicaram todos os seus cuidados à *educação da juventude,* concebida segundo o espírito marxista. O ensino religioso foi imediatamente suprimido. Em conseqüência, os liceus católicos e a Faculdade de Teologia junto à Universidade de Riga fecharam as suas portas. Os professôres, depois de seguirem os seus cursos de doutrinação soviética, deviam destruir a "mentalidade capitalista e burguesa" da juventude, e semear nas mentes as idéias novas. Para atrair os jovens, introduziu-se a libertinagem moral. A "nova direção" impressa ao ensino arruinou a vida religiosa florescente que vicejava anteriormente nas escolas. As organizações católicas dos estudantes foram dissolvidas, e os jovens foram obrigados a inscrever-se como "pioneiros" nas organizações do Partido.

Os comunistas quiseram atingir não sòmente o prestígio cultural da Igreja, mas também a sua própria organização. A Ação Católica, com todos os seus ramos, foi dissolvida. Desde fins de 1940, os religiosos e as religiosas haviam sido expulsos de suas residências e forçados a reentrar na vida civil, enquanto que os seus conventos eram confiscados. Só as Pobres Servas de Nossa Senhora, que não usavam hábito especial, puderam subsistir um pouco mais de tempo. Além disto, em conseqüência do decreto sôbre a nacionalização dos bens eclesiásticos, os bispos tiveram de abandonar a sua residência; os padres sofreram a mesma sorte, e freqüentemente foram expulsos, pela fôrça, do seu presbitério.

Todavia, essas medidas não foram julgadas suficientes para assegurar o triunfo do comunismo, e recorreu-se então a outros meios. Os padres mais zelosos foram eliminados; mas, para não levantar contra si a população, no início o Govêrno esforçou-se quer por proceder às detenções evitando tôda testemunha, quer, ao contrário, por lançar à conta dos padres que se desejavam deter escândalos ou delitos. Assim, para citarmos alguns exemplos: o cura de Elerna, *Antons Lapotenoky,* foi acusado de "demagogia" (*sic*); *V. Litauniks,* cura de Indra, foi acusado pelos agentes russos de haver incendiado a sua habitação, tornada propriedade do Estado (quando o incêndio fôra ateado pelos próprios comunistas); o vigário de Rezekne, *Adolfs Tarbunas,* foi prêso por haver feito pagar os túmulos no cemitério; o cura de Nagli, *Mendriks,* por haver ludibriado o povo celebrando um casamento na igreja. Para justificar aos olhos da opinião pú-

blica a acusação dos delitos cometidos pelo clero, era preciso obter a confissão dos acusados; êste cuidado foi deixado aos tchekistas, que torturaram as vítimas.

A deflagração da guerra entre a Alemanha e a Rússia provocou na Letônia ondas de massacres e de deportações. Limitar-nos-emos, aqui ainda, a citar alguns exemplos: um dos padres que mais tiveram de sofrer foi o Padre *Vladislavs Litauniks*, que foi aprisionado em fevereiro de 1941, assinou a sua auto-acusação e morreu a 21 de junho de 1941 na prisão, onde o seu corpo foi achado com vestígios das torturas infligidas. Outro padre, *Vitolds Paskevics*, foi abatido pelos comunistas quando voltava de visitar os doentes. O Padre *Sigismunds Tabore* e o seu sacristão foram assaltados na igreja a 30 de junho de 1941 e morreram ambos, na prisão, das conseqüências das torturas a que foram submetidos. Entre 21 de junho e 30 de julho de 1941, eram sucessivamente detidos os padres *Stanislavs Kapacs, Edvards Bekers, Kazimirs Strods, Peters Apsiniks, Jazeps Pudans* e *Janis Zuks;* não se sabe se êles foram mortos numa mata com um tiro na nuca, ou se morreram em deportação. O Padre Capuchinho *Filips Turks*, detido a 23 de junho de 1941, foi torturado, mas sobreviveu até 8 de janeiro de 1942. Além disto, numerosos leigos católicos foram aprisionados, deportados ou mortos. A polícia preparava-se igualmente para deter S. Excia. Mons. *J. Rancans* e dois prelados, Mons. *E. Stukels* e Mons. *V. Strelevics*: precipitando-se a guerra, o exército russo foi obrigado a bater em retirada, e assim êles puderam evitar cair nas mãos dos comunistas.

Avalia-se que, no total, cêrca de 30.000 Letões católicos e luteranos, dos quais 6.000 intelectuais católicos, acharam a morte no curso da ocupação soviética dos anos de 1940 e 1941, especialmente durante os dias que precederam a retirada do exército russo ante o avanço alemão. [31]

Durante a *ocupação militar alemã* (julho de 1941 a outubro de 1944), os decretos de confisco e de nacionalização dos bens tomados pelos comunistas não foram revogados. As procissões fora das igrejas continuaram a ser proibidas, e a imprensa católica não tornou a aparecer "por falta de papel". Todavia, nas igrejas os ofícios religiosos puderam ser celebrados livremente, e, nas escolas, o ensino religioso recomeçou, ainda que com horário reduzido e com a proibição de ler o *Antigo Testamento.*

A Volta do Exército Soviético.

A 13 de outubro de 1944, as ruas de Riga foram de novo invadidas pelos soldados vermelhos. Começava a segunda ocupação soviética da Letônia, a qual dura ainda. O marxismo só fêz ali a sua

31) Cf. a publicação *These names accuse*, Stockholm, 1951.

"reentrée" gradualmente, por causa da resistência "partisanne" que continuou até maio de 1945; mas, desde o início, rebentaram sôbre o país amplas ondas de prisões e deportações.

Entre as primeiras vítimas, cumpre citar: o jovem Bispo S. Excia. Mons. *Kazimiris Dulbinskis*, que recentemente recebera a sagração episcopal para ajudar na administração dos sacramentos o velho Arcebispo de Riga, S. Excia. Mons. *Antoine Springovics*. Êste, com efeito, fôra o único que ficara após a deportação, para a Alemanha, dos três bispos letões: S. Excia. Mons. *Joseph Rancans*, Auxiliar de Riga, S. Excia. Mons. *Antoine Urbs*, Bispo de Liepaja, e S. Excia. Mons. *Boleslas Sloskans*, que exercia então as funções de diretor espiritual no seminário de Riga. Mons. *Dulbinskis* foi prêso e deportado para a Sibéria. Esta foi também a sorte de numerosos padres católicos. De acôrdo com informações tidas como exatas, cêrca de 50 padres, todos identificados, foram vítimas do terror comunista; 43 estão em exílio no estrangeiro. Sôbre os 187 padres que a Igreja Católica contava na Letônia, as perdas são, portanto, muito pesadas.

As cerimônias religiosas pròpriamente ditas, isto é, os atos de culto na Igreja, não foram proibidas na Letônia, mesmo sob a presente ocupação soviética. Oficialmente pode-se celebrar Missa, se a comunidade estiver em regra no que concerne às taxas e aos alugueres, e se o padre houver pago o impôsto das suas "entradas". Mas é proibido *pregar*, comentar o *Evangelho*, executar um *ato missionário qualquer*. Os agentes da G. P. U. seguem o padre a tôda parte, vigiam-lhe cada um dos passos e gestos, interpretam-lhe cada uma das palavras.

Enquanto isso, a propaganda anti-religiosa retomou a sua ofensiva com vigor novo. Como na Rússia pròpriamente dita, o aparelho administrativo e legal da República Socialista Soviética da Letônia está à disposição dos perseguidores para desfechar na Igreja golpes os mais rudes possíveis. Em compensação, esta pode tanto menos defender-se quanto tudo se fêz para lhe desmantelar a organização. Os comunistas utilizam largamente todos os motivos políticos que lhes podem ser um pretêxto para intervir contra o clero. Quanto ao mais aguardam êles que o fator "tempo" permita ao materialismo dialético extirpar a fé católica da alma da nova geração.

LITUÂNIA.

No correr do século passado, o povo lituano não cessara de haurir na lembrança do seu glorioso passado a esperança da restauração da sua soberania nacional. No século quinze, o Grão-Ducado da Lituânia ia do Mar Báltico ao Mar Negro. Unido à Polônia, fazia frente ao crescente poderio moscovita, até o dia em

que — por ocasião da partilha da Polônia — também êle acabou por perder a sua independência. Foi ocupado pelos Russos em 1795. Em fins da primeira guerra mundial, quando da queda do regime tzarista, a Lituânia proclamou-se República independente (16 de fevereiro de 1918), criando assim um novo Estado cuja vida e cuja política eram fundadas nas aspirações nacionais.

A Igreja Católica na Lituânia.

O período que se seguiu à recuperação da liberdade foi também um tempo de prosperidade para a Igreja Católica. O Estado e a Igreja trabalharam em perfeita harmonia para resolver os problemas herdados de dois séculos de ocupação estrangeira, e para assegurar o bem-estar do povo.

Sôbre uma população de cêrca de três milhões de habitantes, 80% professavam a religião católica de rito latino. O território compreendia dois arcebispados e quatro bispados. A vida religiosa era florescente. Em 1939-1940 contavam-se, nas seis circunscrições eclesiásticas, três arcebispos e oito bispos, 900 igrejas e capelas, das quais 800 eram paróquias, e mais de 1.500 sacerdotes.[32] Numerosos religiosos e religiosas, pertencentes a diversas congregações, dedicavam-se ao ensino ou mantinham obras de assistência (hospitais, orfanatos, casas de repouso para velhos, etc.). Cêrca de 600 estudantes e seminaristas seguiam os cursos dos quatro seminários e da Faculdade de Teologia de Kaunas. Uma Concordata, assinada em 1927, regulava as relações entre a Igreja e o Estado.[33]

O ensino religioso era obrigatório em tôdas as escolas primárias e secundárias. O Direito Canônico tinha igualmente valor para o Estado, que — salvo no território de Memel — só reconhecia o casamento religioso. A imprensa católica também estava em pleno viço: o diário católico *XX Amzius* (O Século XX) tinha a mais forte tiragem. As diferentes casas de edição católicas rivalizavam na publicação de novos livros.

A Proclamação da República Socialista Soviética Lituana.

Lembrando-se das lições do passado, os homens de Estado lituanos procuraram fazer obra de sadio realismo político, uma vez obtida a independência do país. A 12 de julho de 1920, um *Tratado de Paz* entre a Lituânia e a U. R. S. S. era assinado em Moscou,

---

32) *Elenchus omnium ecclesiarum et universi cleri Prov. Eccl. Lithuanae*, 1940.

33) Cf. Jean Mauclère, *La situation de l'Eglise catholique en Lithuanie*, Le Raincy, 1950, pp. 1 e ss.

o qual reconhecia a total independência do país. Êsse Tratado será integrado em 1928 num *Pacto de não-agressão*, cuja assinatura forneceu ao Comissário soviético dos Negócios Estrangeiros, Litvinov, ensejo de frisar a vontade de paz da União Soviética.

Todavia, o horizonte toldou-se nas vésperas da segunda guerra mundial. O Pacto Ribbentrop-Molotov, de 23 de agôsto de 1939, que repartia a Europa Central em zonas de influência, previa que a Lituânia ficaria na órbita dos interêsses alemães; mas essa disposição foi modificada pelo Acôrdo de 28 de setembro de 1939, assinado pelos mesmos Ribbentrop e Molotov, no qual era estipulado que "o território do Estado lituano passaria para a esfera de interêsses da U. R. S. S.". A conseqüência disso foi a imposição, à Lituânia, de um *Pacto de assistência*, assinado a 10 de outubro de 1939, em virtude do qual a U. R. S.S. podia fazer estacionar no país um exército de 20.000 homens. Tratava-se, em direito, de uma medida estritamente militar; no pacto era especificado: "A execução dêste pacto em caso algum deve afetar a soberania das partes contratantes, e em particular o seu regime, o seu sistema econômico e social, a sua defesa nacional" (Art. 5). Na realidade, era isso apenas uma primeira etapa na trilha de uma tomada de posse definitiva do país pela União Soviética. Quando os espíritos se habituaram à presença do exército vermelho, e os comunistas lituanos se organizaram, transpôs-se a segunda etapa: a 14 de junho de 1940, a União Soviética apresentava ao Govêrno de Kaunas um *ultimatum* exigindo "fôsse imediatamente formado um govêrno capaz de assegurar a execução conveniente do Pacto de assistência mútua entre a União Soviética e a Lituânia... e imediatamente fôsse consentida entrada livre, no território da Lituânia, a unidades do exército da União Soviética que seriam estabelecidas nos centros mais importantes... em número suficiente para fazer aplicar o Pacto de assistência mútua entre a União Soviética e a Lituânia". [34]

Desde o dia imediato (15 de junho de 1940), centenas de carros soviéticos penetraram na Lituânia, vindo reforçar as unidades vermelhas que já se achavam no local. O Govêrno foi obrigado a ceder; logo foi substituído por um novo gabinete, pôsto em serviço pela Legação soviética em Kaunas. Todavia, dada a sua composição heterogênea (comunistas e patriotas), claro era tratar-se de um mero Govêrno de transição. [35]

---

34) Cf. H. de Chambon, *La Tragédie des Nations Baltiques*, Paris 1946, p. 49.

35) O novo Ministro dos Negócios Estrangeiros lituano, Krévé-Mickevicius, quis prevenir os acontecimentos expondo mui francamente a Molotov, a 30 de junho de 1940, as apreensões do povo lituano. Molotov ter-lhe-ia dito: "Se já os tzares russos, a começar por Ivã, o Terrível, se esforçaram por atingir o Mar Báltico, absolutamente não foi para contentarem os seus desejos pessoais, mas ùnicamente

Efetivamente, novas eleições foram decididas para os dias 14-15 de julho de 1940. A fim de suprimir tôda oposição, na noite de 11 para 12 de julho procedeu-se à detenção de mais de 2.000 intelectuais susceptíveis de ter influência sôbre o povo. Votou-se numa lista única, preparada pelo Partido comunista, cuja existência legal datava apenas de 26 de junho de 1940. E, quando, antes da chegada dos Russos, só se contavam no país cêrca de 2.000 comunistas, na maioria pertencentes a minorias étnicas, o novo Parlamento achou-se composto de 50 a 60% de comunistas, sendo o restante filo-comunista. A primeira sessão realizou-se a 21 de julho de 1940, no teatro nacional de Kaunas. Os deputados pronunciaram-se pela aceitação da Constituição Staliniana de 1936, e votaram uma moção pedindo a admissão da Lituânia na União Soviética. Essa resolução foi exposta em Moscou por uma delegação especial, e, em seguida a essa "démarche", *a Lituânia tornou-se a 14ª República Soviética.*

Embora se capacitando da gravidade da nova situação política, o clero lituano olhava o futuro com calma. Tinha confiança no apêgo dos católicos lituanos à Igreja. Esperava também que as relações de boa vizinhança, mantidas com a Rússia desde 1920, influiriam favoràvelmente sôbre o futuro, e, por outro lado, recusava-se a crer que a União Soviética se identificasse com aquêle comunismo ateu que a Igreja condenava.

De fato, durante as primeiras semanas os comunistas dirigiram os seus ataques de preferência contra os capitalistas e contra o partido nacionalista que estivera longos anos no poder e se gloriava de haver libertado o país dos opressores. Mas não tardaram os ataques contra a Igreja Católica. Já a 25 de junho de 1940, antes mesmo da eleição do novo Parlamento, o Govêrno impôsto pelo "ultimatum" russo decretara a *separação entre a Igreja e o Estado.* Cinco dias depois (1º de julho de 1940), denunciava a *Concordata,* e o Núncio Apostólico, S. Excia. Mons. Louis Centoz, era convidado a deixar o país dentro de dois meses.

Adotando os métodos do comunismo soviético, a 22 de julho de 1940 o Parlamento lituano votou a *nacionalização das terras,* que assim se tornavam propriedade do Estado. Mas, enquanto a lei deixava aos antigos proprietários 30 hectares em usufruto (êles não

---

porque assim o exigia o desenvolvimento das miras da nação e do povo russos. Seria imperdoável que o Govêrno soviético não agisse do mesmo modo, mormente nas circunstâncias atuais, que talvez não tornem a se apresentar nunca mais. Os dirigentes da União Soviética decidiram incorporar os Estados Bálticos à família das Repúblicas Soviéticas". Quando o ministro lituano lhe lembrou a vontade de seu povo de conservar a sua independência, Molotov ter-lhe-ia respondido: "Saberemos convencer o povo lituano. O Sr. mesmo verá que, daqui a alguns meses, o povo lituano pedirá a incorporação da Lituânia à União Soviética". Cf. H. de Chambon, *o. c.* pp. 54-56.

podiam dispor dêstes nem por venda, nem por doação, nem por herança), as paróquias só tinham direito a três hectares, nas mesmas condições.[36] Quanto aos subsídios que a Igreja Católica recebia do Estado em compensação pelos bens eclesiásticos expropriados pelos Russos no século XIX e depois adquiridos pelo Estado lituano, foram imediatamente suprimidos.

A 6 de agôsto de 1940, nacionalizaram-se tôdas as emprêsas industriais e comerciais que empregavam mais de vinte pessoas (cifra ràpidamente baixada para cinco). Em virtude dessa medida, confiscaram-se tôdas as *impressoras e livrarias* das Cúrias episcopais, das congregações religiosas e das sociedades católicas. Todos os livros de caráter religioso: bíblias, catecismos, livros de orações, etc., achados nos depósitos, foram confiscados e destruídos. Do mesmo modo se agiu para com todos os objetos de piedade de que foi possível apoderar-se.

Por decreto de 31 de outubro de 1940, nacionalizaram-se todos os estabelecimentos particulares de superfície superior a 220 metros quadrados na cidade e a 170 no campo. Numerosas casas paroquiais foram, assim, confiscadas. Nos casos em que os "ministros do culto" não eram expulsos, tornavam-se automàticamente locatários do Estado, e a sua locação era calculada à taxa da dos capitalistas (três rublos por metro quadrado), quando a dos operários era de um rublo. Tinha-se direito a 9 metros quadrados por pessoa; se esta superfície era excedida, o preço era dobrado.

Tais medidas visavam a privar a Igreja de todo bem e de tôda fonte de proventos para o desenvolvimento das suas atividades. À Igreja e aos seus ministros não restavam mais, para viver, senão as contribuições voluntárias dos fiéis, cujas possibilidades também haviam sido singularmente diminuídas. Aliás, prontamente, foram os fiéis impedidos de prover eficazmente às necessidades da Igreja. Com efeito, uma medida de 1º de novembro de 1940 impunha à Lituânia a moeda russa, o rublo. O litas lituano teve de ser cambiado contra 0,9 do rublo, quando na realidade valia três ou quatro vêzes mais. Daí resultou um empobrecimento geral em todo o país, agravado pouco depois pela nacionalização de tôdas as ações e obrigações, e pelo confisco de todos os depósitos, superiores a 1.000 rublos, nos bancos e nas Caixas Econômicas.

---

36) Sôbre o conjunto das pripriedades das 690 igrejas, 17.614 hectares foram assim nacionalizados, enquanto que 28 conventos foram esbulhados de um total de 1.510 hectares.

37) Efetivamente, vários edifícios eclesiásticos foram postos sob seqüestro antes da nacionalização dos imóveis. Desde a entrada do exército vermelho na Lituânia, uma quantidade de conventos, de escolas católicas, de seminários, foram ocupados pelas tropas. Pela lei de nacionalização, êsses edifícios tornaram-se automàticamente propriedade do Estado.

Atenção tôda particular dedicaram os comunistas à *educação da juventude.* Desde 28 de junho de 1940, proibiu-se, como incompatível com o materialismo dialético, o ensino religioso nas escolas; pouco depois, tiravam-se os crucifixos das classes e suprimia-se nelas a recitação das orações.[38] As Faculdades de Teologia e de Filosofia, na Universidade de Kaunas, foram fechadas. A 1º de agôsto de 1940, procedia-se à *nacionalização das escolas particulares de qualquer grau,* tirando assim à Igreja várias escolas dirigidas por congregações religiosas e numerosos estabelecimentos de educação. Depois, todo o ensino, do primário à Universidade, foi reorganizado pela lei de 29 de agôsto, no espírito do novo regime: a história, a literatura, a filosofia, o direito, a biologia e a economia passaram a ser ensinadas segundo a doutrina materialista do marxismo-leninismo. Além disto, a história do Partido Comunista e a Constituição de Stalin tornaram-se parte integrante do ensino.

O Govêrno comunista não quis esquecer-se dos *seminários.* Êstes últimos foram requisitados, quer para o serviço do exército vermelho, quer para outros fins, como, por exemplo, o de Kaunas, que foi destinado a uma escola de ferroviários. Só uma parte dos edifícios dêsse seminário pôde ser conservada, à custa de grandes esforços, até 12 de janeiro de 1941, para servir de seminário interdiocesano. Nessa data, alunos e professôres foram expulsos dêsse último refúgio e obrigados a instalar-se em casa das famílias amigas, organizando igrejas, sacristias e casas particulares para fazer delas salas de estudo.

A perda das escolas católicas e a proibição de ensinar a religião aos alunos causaram graves preocupações aos bispos lituanos. Finalmente, tomou-se a decisão de não levar em conta essas proibições, e começou-se a ensinar a religião nas igrejas e nas sacristias, por pequenos grupos, segundo o programa das classes do ensino oficial.

---

38) Eis aqui a circular que prescrevia essas medidas (Cf. *Lietuviu Archyvas,* III, pp. 136-137):

COMISSARIADO POPULAR DO ENSINO — 31 de agôsto de 1940

Aos Diretores das Escolas Primárias e Secundárias,

a partir do presente ano escolar, em tôdas as escolas as orações antes e depois das lições são suprimidas. Deverão desaparecer das escolas todos os emblemas do culto e do antigo regime, todos os quadros das pessoas cuja ideologia e atividade são opostas à criação da Lituânia socialista... Enfim, deverão as escolas ser decoradas com o escudo da República Lituana Socialista Soviética, e com os retratos dos guias da classe operária mundial: Lenine e Stalin... E' proibido cantar o hino nacional lituano; o hino da República Lituana Soviética é a *Internacional.*

Todos os inspetores são encarregados de comunicar o que precede a todos os Diretores e Professôres de escolas.

Assinado: A. VENCLOVA,
Comissário Popular do Ensino.

Os comunistas não podiam tolerar tais transgressões da lei que favorecia o ateísmo. E assim foi que, na primavera de 1941, os eclesiásticos, quando menos os de alguns distritos, receberam "declarações", a serem por êles assinadas, redigidas como segue:

> "Eu abaixo assinado ministro do culto, domiciliado em comuna de .... distrito de .... certifico ter tido, a ... de abril de 1941, comunicação da proibição formal de ensinar a religião aos alunos, bem como às crianças da idade pré-escolar, tanto nas escolas como nas casas dos pais ou em meu domicílio, isto é, em tôda parte. Em conseqüência, não tenho o direito de lhes falar de questões religiosas. Ao mesmo tempo, fui advertido de que, em caso de infração a esta ordem, serei levado perante o tribunal..."

Esta última medida não deu ao regime o resultado calculado; faltou-lhe tempo material para cuidar da sua execução, pois a guerra entre a Alemanha e a U. R. S. S. devia irromper a 22 de junho de 1941.

Atacar a alma da juventude não bastava. Era preciso ainda fazer esquecer a religião aos *adultos* e expulsar totalmente a Igreja da vida pública. A pertença ao Partido era considerada incompatível com a profissão da fé católica; os capelães militares e os das prisões foram destituídos por decreto de 2 de julho de 1940; os funcionários do Estado e os militares não eram autorizados a freqüentar as igrejas: agentes comunistas espionavam os que ali iam para assistir às cerimônias religiosas.

No quadro dessa ação contra a fé do povo, vigorosa campanha foi lançada contra as tradições religiosas da Lituânia. Começou-se por proibir a procissão pública de Corpus Christi, a fim, dizia-se, de evitar incidentes com os não-crentes; o dia de Todos os Santos foi declarado dia útil, e as procissões aos cemitérios foram proibidas. Durante o Advento e a Quaresma, os comunistas fizeram todo o possível para incentivar os bailes e outros divertimentos públicos, contràriamente aos hábitos religiosos do povo lituano.

Entre tôdas as festas religiosas, a de Natal foi particularmente visada, como disso faz fé uma circular de 12 de dezembro de 1940, dirigida pelo Comissário do Povo para os Negócios Interiores da República Socialista Soviética da Lituânia, o camarada *Guzevicius*, ao chefe da N. K. V. D. lituana da cidade de Vilna, bem como aos chefes dos distritos e seções dessa mesma N. K. V. D. Lê-se nela:

"Camaradas,

> Nos dias 25 e 26 de dezembro, os católicos têm festas a que chamam festas de Natal. Durante essas festas (a partir da noite de 24 para 25 de dezembro), têm lugar Missas e sermões nas igrejas. Os dois dias são considerados pelos crentes como de grandes festas, isto é, dias não-úteis.

O elemento nacionalista contra-revolucionário, e sobretudo o clero, tentarão servir-se das festas de Natal para as suas atividades anti-soviéticas, e especialmente nos terrenos seguintes:

a) Tentativas de fazer cessar o trabalho nas emprêsas e nas escolas;

b) Propaganda contra a participação nas eleições, do alto dos púlpitos das igrejas, por meio de sermões de caráter aparentemente religioso; como também propaganda por indivíduos ou por grupos de fiéis nas igrejas, sacristias, casas paroquiais;

c) Propaganda em favor da literatura contra-revolucionária, de caráter religioso ou outro;

d) Tentativas de provocação a manifestações de rua ou a outras espécies de agitação.

A fim de barrar o caminho a incidentes dessa espécie, deveis:

1º Dar ordem à rêde dos agentes informadores para fazerem conhecer todos os preparativos anti-soviéticos do clero e dos meios que lhe são próximos; fixar para os dias de 20 a 27 de dezembro os encontros com os agentes, de acôrdo com o gráfico da mais alta freqüência;

2º Adotar as medidas necessárias para garantir o prosseguimento normal do trabalho nas emprêsas e nas escolas;

3º Organizar, durante as noites de 23, 24, 25 e 26 de dezembro, patrulhas motorizadas, e colocar sentinelas nas cidades. Empregar, para êsse fim, em colaboração com o Secretário do Comitê distrital do Partido, os elementos ativos do Partido e das juventudes comunistas, e dar-lhes as instruções necessárias;

4º Lavrar autos para todos os incidentes que tenham caráter provocador anti-soviético, e dar-me logo conta dêles". [39]

Assinado: GUZEVICIUS.

Medidas análogas foram adotadas por ocasião de tôdas as outras festas, e os comunistas esforçaram-se mesmo por transformar os domingos em dias úteis. Ora invocavam para isso a guerra movida pelos capitalistas: enquanto outros trabalham para destruir, diziam êles, nós devemos trabalhar, nós, para o bem-estar do povo, sem perdermos nosso tempo com festas; ora decretavam o domingo dia útil a título de "recuperação", se durante a semana uma festa comunista tinha sido feriado. [40]

Nessa mesma época, o catolicismo lituano foi severamente ferido por um Decreto que *suprimia tôdas as associações* existentes antes da vinda dos Soviéticos, e, por conseguinte, também e principalmente as associações católicas. As bandeiras, os arquivos e as bibliotecas destas últimas foram confiscados; os seus emblemas e livros religiosos, destruídos.

Ao lado dessas medidas de proibição, os comunistas empreenderam uma *ação positiva* de "doutrinação" anti-religiosa. As teorias mar-

---

39) Cf. Jean Mauclère, *o. c.*, pp. 11 e 12.
40) Cf. *idem*, p. 12.

xistas eram ensinadas em tôda parte. Os próprios professôres universitários deviam seguir cursos especiais nesse sentido, pois era preciso a todo transe reeducá-los. Nos colégios, e mesmo nas escolas primárias, o darwinismo estava em honra. As obras de Lenine, de Stalin e dos outros clássicos da literatura marxista e atéia eram distribuídos com largueza. Nas bibliotecas públicas, êsses volumes tomavam o lugar da literatura religiosa, cujos livros haviam sido confiscados e destruídos. Além disto, tôda a imprensa lituana tornou-se veículo do laicismo e da propaganda atéia, ao passo que, de seu lado, a Igreja *já não dispunha de nenhuma fôlha católica.* Sob o novo regime, nem mesmo foi mais permitido imprimir os livros de orações, e os fiéis tiveram de se contentar com o que tinham podido salvar da destruição. Restava sòmente a palavra para expor a *doutrina revelada* e lhe defender os direitos. Mas êsse era apenas um meio muito precário, pois a todo momento *corria-se o risco de ser prêso.*

Mas, na luta contra a Igreja Católica na Lituânia, os comunistas visaram antes de tudo a ferir o *clero.* Nas fôlhas de propaganda destinadas às massas, os padres eram representados como os maiores exploradores, como os piores inimigos do povo, enquanto que, nas reuniões do Partido, se falava dêles como dos inimigos-natos do comunismo, os quais era preciso a todo transe exterminar. Não achando, todavia, ser chegado o momento de desencadear uma perseguição aberta, o Govêrno contentava-se com aproveitar o menor pretêxto para prender os padres; uma só palavra contra o regime bastava. A G. P. U. não cessava um instante de vigiar os padres, e, entre as ciladas que lhes eram insidiosamente armadas pelos agentes da polícia secreta, acha-se mesmo o recurso à confissão, na esperança de provocar da parte do confessor um juízo sôbre o comunismo.

Ao mesmo tempo, nada era descurado para diminuir, e, se possível, destruir, o prestígio do clero. Os bispos foram expulsos da sua residência, nas quais se instalaram oficiais do exército vermelho. Um só bispo, S. Excia. Mons. K. Paltarokas, de Panevezys, pôde ficar na sua residência, mas foi maltratado de outras maneiras. Os Soviéticos confiscaram igualmente as casas para os padres doentes ou sem recursos, liquidando, do mesmo passo, a Caixa Mútua do Clero. O Museu de Arte Religiosa de Kaunas foi fechado, e os objetos expostos foram confiscados e destruídos; paramentos sagrados foram utilizados como capachos.[41] As casas religiosas foram confiscadas e postas à disposição do exército vermelho ou de outros serviços do Regime, enquanto que os religiosos eram dispersados; só em alguns casos extremamente raros é que puderam êstes últimos conservar algumas peças no seu convento.

41) Cf. *Lietuviu Archyvas*, I, p. 63.

Como prova da vigilância exercida pelos dirigentes comunistas sôbre as relações do clero com o povo, eis aqui uma circular secreta enviada a 2 de outubro de 1940 pelo camarada Gladkov, Vice-Comissário para os Negócios Interiores de U. R. S. S. da Lituânia, aos chefes distritais da polícia secreta:

Absolutamente secreto. Extremamente urgente.
A todos os chefes de distrito da seção para a segurança do Estado.
Ao camarada Palevicius, Alytus.

Das notas que estão em poder da N. K. V. D. ressalta que padres lituanos e antigos dirigentes de partidos e de organizações católicas, assim como certos dos membros mais ativos dessas organizações, têm empreendido atividades secretas e hostis à U. R. S. S. Agem êles de três maneiras:

1º Na pregação, de maneira ora camuflada, ora aberta, os padres difundem idéias nacionalistas, procurando criar entre os fiéis uma mentalidade anti-soviética.
2º Com o mesmo intuito utilizam êles as relações que mantêm com a juventude das escolas (estudantes das Universidades, alunos das escolas secundárias e primárias). Informações chegadas às nossas mãos fazem-nos saber que, conformemente às instruções do bispo Brizgys, há em várias casas paroquiais padres especialmente encarregados de desenvolver entre a juventude uma atividade ilegal, de educá-la num espírito nacionalista, e de lhe inculcar ódio contra o sistema comunista. Os padres exercem essa atividade em quase tôdas as regiões da Lituânia; fazem-no sobretudo no domingo, na igreja, no curso dos sermões dirigidos especialmente à juventude, mas também o fazem nas suas casas, onde se reúnem grupos de dez ou doze jovens, ou ainda exercendo a sua influência sôbre os pais crentes, a fim de inculcarem êstes a seus filhos os princípios católicos.
3º Exercem grande atividade anticomunista no interior das confrarias e dos agrupamentos católicos autorizados (Apostolado dos homens, Apostolado da Oração, etc.), que constituem instrumentos políticos nas mãos do clero.

Em mira a organizar a luta contra a atividade hostil do clero, ordeno:

1º Tomardes sob vossa vigilância, segundo os formulários, todos os padres dos vossos distritos;
2º Informardes-vos da composição dos grupos dirigentes das organizações e confrarias católicas, e tomardes essas pessoas sob vossa vigilância;
3º Tomardes imediatamente, pelos vossos agentes, informações sôbre todos os membros do decanato e das cúrias episcopais do vosso distrito;
4º No intuito também de vos documentardes sôbre a atividade dos partidos, grupos e confrarias católicas, convém tentar imediatamente subornar certos dêsses padres e alguns empregados da Igreja (mestres de capela, sacristães) que tenham relações estreitas com os dirigentes dos ditos grupos; ao mesmo tempo convém alistar pessoas dêsse círculo a serviço das agências e encarregá-las de trabalhar na decomposição das organizações católicas;

5º Enumerar os padres e dirigentes das confrarias do vosso distrito que mantenham relações com cidadãos alemães; determinar a natureza dessas relações e seguir ativamente as duas partes que mantêm tais relações;

6º Em todos os distritos onde se achem conventos, tomar sob vigilância todos os monges, e particularmente o seu superior. Formar entre os monges uma rêde de agentes informadores;

7º Determinar os lugares onde os padres se encontram com os escolares para exercerem a sua atividade de oposição. Empregar as pessoas pertencentes às grandes classes dos liceus para organizarem e realizarem um trabalho de decomposição;

8º Dado que atualmente padres e membros ativos das confrarias colhem assinaturas entre a população em vista de uma petição ao govêrno pedindo-lhe que deixe ensinar a religião nas escolas, importa descobrir os organizadores dêsse trabalho, para os pôr sob vigilância. Persegui-los ativamente;

9º Por ocasião das tentativas de subôrno, evitar os passos em falso; em conseqüência, informar-se atentamente sôbre os candidatos e preparar êstes. Ter sempre em conta o fato de certo número de padres serem materialmente desprovidos;

10º Registar com cuidado todos os casos, por vós estabelecidos, de manifestações anti-soviéticas e contra-revolucionárias que tenham o clero por autor, e dirigir tôda essa documentação ao meu comissariado;

11º Fornecer antes de 10 de outubro um relatório pormenorizado sôbre a atividade de oposição do clero no vosso distrito;

12º Fazer chegar, até 15 de outubro, à seção da direção da Segurança do Estado, as informações-memoranda sôbre os "dossiers" de agências constituídas para os eclesiásticos, ou os "dossiers"-formulários acompanhados da indicação da documentação colhida junto às pessoas incumbidas das "enquêtes", e indicar as medidas que visais a tomar, para êsse fim, no futuro.

assinado: GLADKOV.[42]

Tal como se acaba de ler, os comunistas foram até o ponto de explorar, para as suas rêdes de informação, as fraquezas de certos padres. Quando um dêles, sob um pretêxto qualquer, era detido, a polícia oferecia-lhe sempre a possibilidade de recobrar a "liberdade": assinar uma fôlha pela qual êle prometia prestar alguns serviços à polícia secreta. Se êle recusasse, corria o risco de ficar definitivamente em prisão, o que equivalia à deportação para a Sibéria. Numerosos são os padres que foram vítimas da firmeza de que deram prova a êsse respeito.

Finalmente, se houvesse necessidade de provar que o plano de aniquilamento do clero lituano fôra concebido e elaborado não na Lituânia, mas sim na União Soviética, que, havia longos anos, liquidara com o clero, poderia bastar o documento seguinte, enviado pelo Comissário para o Interior, camarada Guzevicius, a todos os chefes de distritos da seção para a segurança do Estado:

---

42) Cf. *Lietuviu Archyvas*, I, pp. 29-31.

Absolutamente confidencial.
Ministério do Interior.

Ao camarada Palevicius, chefe do distrito de Alytus.

O Comissariado para o Interior, Seção II, da U. R. S. S., está elaborando o plano das agências, aplicável ao clero nas novas Repúblicas Soviéticas.

Em conseqüência, ordeno o que segue:

1º Estabelecer uma lista de tôdas as organizações e sociedades católicas, ortodoxas e de alguma maneira confessionais, do vosso distrito, que existiam, legalmente ou não, ao tempo do regime Smetona.

2º Definir a influência, nas massas e na vida social, de cada uma das organizações mencionadas (número aproximado dos membros, importância político-social na vida do país).

3º Estabelecer a lista das igrejas católicas, ortodoxas e dos outros lugares de culto do vosso distrito.

4º Estabelecer uma lista dos padres católicos, ortodoxos, e dos outros chefes de seitas do vosso distrito, indicando a influência de cada personalidade eclesiástica entre as massas e na vida político-social do país.

5º Fazer ressaltar as oposições internas existentes nas organizações religiosas como entre os próprios eclesiásticos, indicando de maneira minuciosa sôbre que repousam essas oposições e, concretamente, entre que padres estão tensas as relações.

6º Fazer conhecer as vossas sugestões concernentes à maneira de utilizar êsses desacordos para alistar certas pessoas nas agências e destruir as organizações eclesiásticas do vosso distrito.

7º Enviar as informações precisas sôbre os resultados já obtidos pelas agências contra os eclesiásticos católicos, ortodoxos e de outras seitas, e os formulários de juízo, indicando os planos da operação.

8º Fornecer tôdas as informações sôbre os eclesiásticos que já arrolastes como agentes informadores.

9º A 30 de janeiro, enviai-me um relatório detalhado sôbre tôdas as questões supra-enumeradas.

Colhei as informações necessárias utilizando a rêde de agentes informadores entre os eclesiásticos, de que dispuserdes.

Assinado: GUZEVICIUS, *Comissário para o Interior.*[43]
21 de Janeiro de 1941, nº 2191.

Quanto ao número dos membros do clero que tiveram de sofrer perseguições violentas, sabe-se com certeza que um grupo de 18 padres foi encarcerado, e que os prisioneiros só deveram a sua liberdade à partida precipitada do exército soviético ante o avanço alemão, a qual impediu os comunistas de ocupar-se, em tempo querido, da transferência dêles para a Rússia. Outros nove padres foram detidos e deportados para a Sibéria: quer no início da ocupação soviética, quer nos primeiros dias da guerra germano-russa. Quando irrompeu o conflito entre a Alemanha e a U. R. S. S., 15 padres foram trucidados na própria Lituânia.[44]

---

43) Cf. *Lietuviu Archyvas,* I, pp. 33-34.
44) Cf. *Lietuviu Archyvas,* I, pp. 70-73.

Ao lado dos padres, milhares de fiéis tiveram sorte semelhante. As primeiras vítimas foram os dirigentes da Ação Católica. [45]

A Segunda Ocupação Soviética.

Durante a *ocupação militar alemã,* que durou até 1944, as condições da Igreja Católica na Lituânia melhoraram um pouco. Com a volta dos Soviéticos reapareceu a *perseguição religiosa.*

O plano comunista de deportações maciças foi prosseguido com tenacidade e vigor. [46] Dêle foram vítimas todos os que, pelo seu apêgo à Igreja Católica ou por qualquer outra razão de índole cultural, social ou política, eram considerados elementos "perigosos" pelo Govêrno soviético.

A luta contra o clero católico foi movida de novo com fôrça aumentada. Nos primeiros tempos do seu regresso, os Soviéticos tentaram por todos os meios, e aliás sem nenhum êxito, fazer surgir uma *Igreja Nacional Lituana.* Lê-se numa carta dos católicos lituanos em 1947: "Pela intriga e pela mentira, como por prisões também, procuraram êles alistar os elementos jovens e ativos nas fileiras dessa Igreja nacional. Tentaram criar, entre os padres, grupos de "ativistas" para fazerem propaganda contra a Hierarquia eclesiástica e constituírem assim o primeiro núcleo dessa Igreja. Ao mesmo tempo, a propaganda contra o Papa intensificava-se, e o povo era obrigado a ler e ouvir as ladainhas das mentiras dêles". [47]

Tentaram em seguida os comunistas comprometer os bispos e os padres servindo-se dêles como de instrumentos da sua política.

---

45) A primeira ocupação soviética, de acôrdo com cálculos sérios, teria custado à Lituânia mais de 40.000 vítimas, deportadas ou trucidadas pelos comunistas (Cf. H. de Chambon, *o. c.,* p. 69). Além das deportações individuais, que prosseguiram durante todo o período da primeira ocupação, deportações maciças de Lituanos para a U. R. S. S. tiveram lugar entre 14 e 22 de junho de 1941. Cêrca de 30.000 pessoas foram tiradas de suas casas durante êsses dias; amontoadas em 800 vagões de mercadorias, foram transportadas nêles em condições tais, que várias morreram durante a viagem, antes mesmo de deixarem o território lituano. Essas deportações, efetuadas na véspera da guerra, faziam parte de um vasto plano soviético de deportação das populações bálticas. Consoante as instruções de Moscou, e sob a assinatura de Serov, comissário da N. K. V. D., concernentes à deportação dos elementos anti-soviéticos da Lituânia, da Letônia e da Estônia, só por si a Lituânia devia fornecer um contingente de 700.000 pessoas, entre as quais quase todos os padres e dirigentes das associações católicas. O plano não pôde ser completamente realizado por causa da guerra.

46) Segundo informações recentemente chegadas, o número dos deportados, dos internados nos campos de concentração e dos condenados aos trabalhos forçados, excederia, só para a Lituânia, de meio milhão.

Em 1946, quando a N.K.V.D. topou com uma série de dificuldades devidas à guerra de "partisans", o Ministério do Interior pediu aos bispos condenarem o Movimento de resistência e exortarem o povo a pôr fim à luta clandestina. Havendo os bispos recusado, a N. K. V. D. começou por ameaçar, e depois passou à ação. A primeira vítima foi S. Excia. Mons. *V. Borisevicius*, Bispo de Telsiai, que, detido no início de 1946, foi condenado à morte em 3 de janeiro de 1947 pelo Tribunal secreto na prisão de Lukiskes, em Vilna. O seu Auxiliar, S. Excia. Mons. F. *Ramanauskas*, condenado no outono de 1946, foi deportado para Sibéria. Pouco depois, prendia-se o Bispo de Kaisedorjs, S. Excia. Mons. *T. Matulionis*, que, segundo certas informações, teria morrido em prisão soviética. S. Excia. Mons. *M. Reinys*, Administrador Apostólico do Arcebispado de Vilna, também foi prêso, e morreu na prisão de Vladimir em 1953. Já não restava no país senão um único Ordinário católico, S. Excia. Mons. *K. Paltarokas*, Bispo de Panavezys, quase octogenário.

Privando dos seus chefes a Igreja Católica lituana pelas condenações, pelos exílios e pelas execuções, propunham-se os Soviéticos comprometer-lhe a direção. A fim de alcançar mais seguramente êsse fito, também os padres não foram poupados. No início de 1948, já não havia em todo o país mais do que 700 padres, isto é, menos de 50% do total de 1940. Em 1954, consoante certas fontes, o número dos padres teria caído para as cercanias de 400; outros acham que essa cifra ainda é superior à realidade.

A vida dos sacerdotes sobreviventes é duríssima. O regime mantém-nos o mais possível afastados da vida social, e trata-os como párias. Num Estado marxista, onde tudo é nacionalizado, o sacerdote não pode obter nenhum emprêgo, por mais precária que seja a sua situação pecuniária, pois um funcionário do Estado não pode professar religião nenhuma, e sobretudo a religião católica. Para o exercício do seu ministério, o sacerdote não pode penetrar nas escolas, pois a educação é apanágio do Partido, que a ministra "cientìficamente", quer dizer, num espírito ateu; não pode transpor as portas dos hospitais para levar socorro aos doentes, pois os que desejam o confôrto da religião têm de ir à igreja; não pode manter relações com quem quer que seja, pois quem quer que se aventure a lhe falar torna-se suspeito aos olhos da polícia. Na posição de "sitiado moral" que é a sua, cumpre, ainda, que êle se preocupe com o pagamento dos seus ônus fiscais, que se elevam, para um cura, a 100.000 rublos por ano (salário anual de 10 funcionários), e, para um vigário, a 50.000. A êsses ônus vêm juntar-se os impostos sô-

47) Cf. o texto completo da carta que denuncia os principais crimes da ocupação soviética e da perseguição anticatólica, em Brunello, *La Chiesa del Silenzio*, Roma, 1953, pp. 32-34.

bre os edifícios religiosos, os quais montam a 50.000 rublos.[48] Como as contribuições voluntárias dos fiéis não dão para cobrir tais impostos, o sacerdote muitas vêzes é forçado a vender o que possui ou o que pertence à igreja, para evitar a condenação aos trabalhos forçados e à deportação. Quando êsses diferentes recursos estão esgotados, já não resta senão fechar a igreja e deixar confiscar os locais anexos.[49] Destarte, esperam os comunistas da Lituânia destruir lentamente a Igreja Católica.

Se a situação da Igreja na Lituânia é hoje difícil, infelizmente não se entrevêem, para o futuro, perspectivas melhores, notadamente para o recrutamento do clero. Dos quatro seminários (Kaunas, Vilna, Vikaviskis e Telsiai) reabertos sob a ocupação alemã, sòmente dois (Telsiai e Kaunas) foram tolerados após o regresso dos Soviéticos.

Em 1946, o seminário de Telsiai foi fechado por seu turno, de sorte que o de Kaunas teve de acolher os seminaristas de tôdas as dioceses lituanas. Mas, em dezembro de 1946, os mestres dêste último seminário foram expulsos, e o número dos seminaristas foi fixado em 150 para tôda a Lituânia. Posteriormente, foi êsse número baixado ainda para 75.

Hoje, bem pouca coisa resta, exteriormente, da Igreja Católica na Lituânia, tão florescente antes da perseguição. Dos 11 bispos que ela contava, só resta um, aliás com poderes extremamente reduzidos. Tôdas as escolas católicas foram esbulhadas, e o ensino religioso é proibido em todos os estabelecimentos de educação. A imprensa católica foi suprimida, e a opinião pública é constantemente excitada contra o clero. A União Soviética, embora procedendo por etapas e evitando, na medida do possível, dar a impressão de se entregar a uma perseguição violenta, desgraçadamente conseguiu fazer da religião um negócio privado, e da Igreja uma instituição sem vida.

---

48) As taxas impostas às igrejas são elevadas, pois estas últimas são assemelhadas às *salas de espetáculo;* a catedral de Panavezys, por exemplo, foi taxada em 40.000 rublos anualmente, e a de Kaunas em 46.000 rublos.

49) Numerosas igrejas foram igualmente fechadas, em execução da lei que só autoriza uma única igreja num raio de 7 quilômetros.

3) UCRÂNIA

UCRÂNIA.

Quando, em 1939, o acôrdo Ribbentrop-Molotov cedeu à União Soviética a parte oriental da República Polonesa, o exército russo ocupou a Rutênia branca e a Galícia. Depois de se haverem retirado ante o avanço alemão, em 1944 os Russos voltaram àquelas regiões. Conservaram-nas depois, havendo os acordos com os Aliados fixado a linha Curzon como fronteira ocidental da União Soviética.

A ocupação da Galícia e da Ucrânia carpática representava para os Russos a última etapa da conquista da Ucrânia. Desde o início do século XVIII, a Rússia de Pedro o Grande começara a sua marcha nessa direção. Depois participara das partilhas da Polônia em 1772, 1793 e 1795, e assim, de conquistas em desmembramentos, achara-se de posse da Ucrânia pròpriamente dita e de grande parte da Rutênia branca. Em 1939, apresentava-se para ela o ensejo de completar as suas conquistas ocupando os territórios que desde 1920 pertenciam à Polônia.

Os Ucranianos da Galícia desde a União de 1596 eram *unidos* à Igreja Católica, quer dizer eram católicos de rito bizantino-eslavo. Isso não impediu a Rússia tzarista de fazer valer os seus direitos sôbre aquela região em nome da ortodoxia. Já no século XVIII, quando, favorecida pelas partilhas da Polônia, a Rússia entrara na posse de territórios habitados pelos *Unidos* (da Rutênia branca, por exemplo), obrigara-os a passarem à ortodoxia. De novo, no correr da primeira guerra mundial, sob a proteção das tropas russas que tinham invadido a Galícia, e com o concurso da Igreja Ortodoxa, encetara-se uma perseguição contra os Unidos: o seu grande Metropolita *André Szeptyckyj* fôra deportado para a Sibéria, de onde só regressara após a queda do tzarismo.

Quando a Galícia foi reanexada à Polônia depois da primeira guerra mundial, a Igreja ucraniana católica, já florescente no seio do império austro-húngaro, continuou a desenvolver-se. Constituía uma província eclesiástica sob a autoridade do Metropolita de Halicz-Lviv, e compreendia três dioceses: Lviv, Stanislaviv e Peremyshl, às quais se juntava a administração apostólica de Sanok. Antes da última guerra, o número dos fiéis elevava-se a 3.576.237, e o dos sacerdotes a 2.275. Cada diocese tinha o seu seminário, e o ensino eclesiástico era larguìssimamente dispensado, mormente pela Academia ecle-

siástica de Lviv. Aos lados do clero secular, várias ordens religiosas trabalhavam em diversos campos de apostolado: os Basilianos, que contavam mais de 600 membros, os Eudistas, os Redentoristas do ramo oriental, e 8 congregações de Freiras. Grande número de leigos militavam nas Associações de Ação Católica, dirigidos por um Instituto central em Lviv. O ensino religioso era obrigatório em tôdas as escolas. Numerosas publicações colaboravam no desenvolvimento da vida religiosa e cultural, enquanto que, em tôdas as manifestações da vida ucraniana, a Igreja ocupava um pôsto de primeira plaina.

Por ocasião da sua ocupação da Galícia em 1939, a União Soviética, diferentemente do regime tzarista, não procurou justificar a sua ação por motivos religiosos; manifestou sòmente a sua vontade de "libertar a população ucraniana" e de reuni-la à "pátria". O verdadeiro sentido destas palavras não tardou a aparecer, porquanto, desde a chegada das tropas soviéticas, começou o trabalho de sovietização da Galícia. Quis-se realizar em dois anos o que na U. R. S. S. se levara vinte anos para fazer. Foi, alternativamente, a adoção da *Constituição Staliniana* de 1936, a nacionalização da grande indústria, a coletivização das terras, a supressão de tôdas as organizações e sociedades existentes. As personalidades mais em vista que poderiam opor-se ao novo curso das coisas foram lançadas em prisão.

A Igreja Católica teve igualmente de sofrer com essa ocupação dos Soviéticos e com as reformas dêstes, mas o tratamento suportado não foi uniforme. Com efeito, enquanto o Arcebispo latino de Lviv, de nacionalidade polonesa, era brutalmente expulso, enquanto a sé episcopal da pequena colônia armênia era devastada, os Soviéticos não tomavam nenhuma medida contra a Hierarquia ucraniana, que tinha sempre à sua frente o venerando Metropolita André Szeptyckyj. Êsse gesto de deferência não se endereçava à religião como tal, mas sim ao sentimento da maioria da população, que era de origem ucraniana.

A nacionalização das emprêsas industriais teve como conseqüência para a Igreja o confisco das impressoras, das máquinas de escrever, de multi-copiar, etc., isto é, de todos os seus meios de expressão. Havia nisso meramente uma estrita aplicação da nova Constituição, importada da Rússia, a qual permitia a liberdade do culto, mas não a liberdade de propaganda religiosa. Para se manterem algum tanto em contacto com as suas numerosas paróquias (só por si o arcebispado de Lviv contava 1.276), os bispos tiveram de recorrer às fôlhas manuscritas, e isso num momento em que os pastôres sentiam, mais imperioso do que nunca, o dever de se manterem próximos dos seus fiéis.

Sempre conformemente à legislação soviética, decretou-se *a supressão de todos os conventos e institutos religiosos, bem como o con-*

fisco dos bens da Igreja, com tôdas as conseqüências que tais medidas podem comportar. A expulsão dos religiosos foi dolorosamente sentida nos meios eclesiásticos, e no outono de 1939, o Metropolita Szeptyckyj formulou, a êsse respeito, um firme protesto.[50] Ao mesmo tempo, procurava conservar ao culto as capelas conventuais, declarando-as igrejas paroquiais.

Se bem que, na época da ocupação da Galícia, as dioceses unidas tivessem número considerável de padres, a "concepção" social recém-introduzida justificava tôdas as inquietações a êsse respeito. Por isto o Metropolita repartiu pelas paróquias tanto os seminaristas como os religiosos expulsos dos mosteiros, e, na previsão de uma possível redução, em breve prazo, do número dos padres, escreveu ao seu clero:

> "Dou a cada um missão de ensinar a religião. Cada sacerdote ensinará a algumas pessoas inteligentes e piedosas como se administra o batismo, a fim de que, se o padre vier a faltar, elas mesmas saibam batizar as crianças recém-nascidas".[51]

Ademais, prevendo, desde a primeira hora, que o regime soviético faria o impossível para atentar contra a fidelidade dos jovens à Igreja Católica, dirigiu-lhes o Metropolita esta carta paternal:

> "Meus caros filhos, dizia êle nela, *fazei-me o obséquio de copiar esta carta*, e lembrai-vos dela de vez em quando. Lembrai também estas verdades a outras crianças. Por esta carta, desejo fazer-vos as minhas despedidas, porque *não sei se Deus me permitirá trabalhar e orar por vós*... Guardai-vos do *pecado contra a Santa Fé, sêde apegados à Santa Igreja*. Como a traição à pátria, a traição à Santa Igreja, nossa Mãe, que nos guia desde a nossa infância até o túmulo e nos presta sua mão socorredora em tôdas as nossas necessidades, é uma falta abominável... Recomendo-vos também muito, meus caros filhos, receberdes freqüentemente os Santos Sacramentos. *Na escola não vos lembrarão isto, lembrai-vos disso vós mesmos*".[52]

O sistema de educação soviético foi, com efeito, imediatamente introduzido na Galícia, comportando supressão do ensino religioso, proibição dos crucifixos nas classes, autorização da propaganda atéia mais desenfreada. O Metropolita protestou contra êsse estado de coisas, em dezembro de 1939, numa carta aberta ao camarada Zarcenko, chefe do "bureau" da instrução pública em Lviv. Escrevia êle:

> "Os casos de violação da consciência das crianças por uma *propaganda atéia fanática* dão-me ensejo e motivo de me dirigir

---

50) Cf. *Documents*, LII (1939), p. 2, notas p. 3, nº 13; e *Primi incatenati* (Livro branco sôbre a perseguição religiosa na Ucrânia), Roma, 1953.
51) Cf. *Documents*, LII (1939), ns. 9-10, p. 1.
52) Cf. *Documents*, LII (1939), ns. 9-10, pp. 7 e 8.

ao Bureau Provincial da Instrução para formular a êsse respeito um protesto enérgico. Não nomeio os culpados... E' para mim uma questão de princípio. *O artigo* 123 *da Constituição de Stalin*... assegura ao mesmo tempo aos pais a liberdade de educarem os filhos segundo a sua fé e o direito de exigirem que a escola lhes respeite a vontade quanto à educação de seus filhos, isto é,... que *não se intrometa em questões religiosas nem aja contra a religião das crianças e de seus pais...*".[53]

Êsse protesto, ai!, não foi mais seguido de efeitos do que outro, formulado igualmente pelo Metropolita, para se levantar contra as medidas que baniam a religião dos hospitais e proibiam aos padres levarem ali aos doentes os socorros da religião. Como os seus protestos ficassem sem resposta, o Metropolita convidou os padres a, na medida do possível, não levarem em conta aquelas medidas.[54]

Essa atitude, ditada pelo bem das almas, não estava em contradição com a lealdade para com o Govêrno, da qual o Metropolita falara na sua Carta Pastoral de dezembro de 1939, onde dizia aos seus padres:

"O programa do nosso trabalho é o seguinte: *Obedeceremos ao Govêrno e observaremos as leis, se estas não forem contrárias à lei de Deus;* manter-nos-emos afastados da política e das coisas profanas, e não cessaremos de trabalhar com zêlo pela causa de Cristo e do nosso povo".[55]

O Govêrno soviético, a quem semelhante declaração de lealdade não deveria ter desagradado, não desejava todavia senão a "sua" paz. Após as medidas que haviam tomado para desorganizar a Igreja ucraniana católica, como poderiam os comunistas admitir uma atividade que tinha por fim remediar o estado de coisas por êles criado? Foi por isto que, quando o Metropolita Szeptyckyj convocou um Sínodo para 2 de maio de 1940, a fim de regular a atividade do clero em função das novas exigências da "realidade" soviética, não houve talvez oposição declarada do Govêrno, mas, no dia do encerramento, os membros presentes ao Sínodo puderam ouvir o Metropolita pronunciar estas graves palavras: "Entre os principais participantes do Sínodo, dois padres morreram e quatorze foram presos, vítimas das condições em que vivemos atualmente".[56]

Era a pessoa do Metropolita André Szeptyckyj que constituía indubitàvelmente para o Govêrno soviético o maior obstáculo à ação perseguidora contra a Igreja Católica ucraniana. O venerado prelado, que tanto sofrera durante a sua deportação na vigência da primei-

---

53) Cf. *Documents,* LIII (1940), nº 3, pp. 38-39.
54) Cf. *Documents,* LIII (1940), nº 2, p. 15.
55) Cf. *Documents,* LII (1939), ns. 9-10, p. 1.
56) Cf. J. Nahurskyj, *Métropolite Szeptyckyj, de* 1939 *a* 1949, em "Zyttia i Slovo", anos 1948-1949, pp. 167-168; e *Documents,* LIII (1940), nº 3, pp. 29 a 33; LV (1942), nº 1, pp. 11 a 17.

ra guerra mundial, gozava de grande ascendente sôbre todo o povo ucraniano, que o admirava como um herói nacional. Enquanto êle estivesse à frente da Igreja Católica ucraniana, as maquinações contra ela dirigidas pelo Govêrno não obteriam os efeitos esperados. Era preciso atacar a direção da sé metropolitana. Como instrumento da sua manobra, os comunistas escolheram o Rev. *Gabriel Kostelnyk*, autor de livros de espiritualidade e de filosofia, diretor da revista sacerdotal *Nyva*. Tratava-se de uma personalidade conhecida e apreciada pelo clero unido. Os comunistas procuraram o ponto fraco dêsse sacerdote, e acharam-no na afeição que êle tinha a seu filho Bohdan, de dezessete anos de idade.[57] Em fevereiro de 1941, em seguida à recusa de Kostelnyk de aceitar a proposta que lhe era feita de ocupar a sé metropolitana em substituição a Szeptyckyj, a N. K. V. D. mandou prender o jovem. A partir dêsse momento multiplicaram-se as pressões de tôda sorte sôbre o inditoso padre; assediaram-no de "convocações", no curso das quais êle era instado a aceitar a sé metropolitana e crivado de argumentos obsidentes, sem esquecer a chantagem sôbre a sorte de seu filho.[58] De fato, Kostelnyk não aceitou a proposta, apesar dos esforços dos agentes da N. K. V. D. prosseguidos até o dia em que os Soviéticos tiveram de abandonar a Galícia ante o avanço alemão.

Encarniçando-se assim sôbre êsse inditoso padre, os comunistas estavam convencidos de que tempo viria em que Kostelnyk, cuja fraqueza de caráter a N. K. V. D. conhecia, acabaria por ceder, e poderia então ajudar o êxito do plano de liquidação da Igreja unida preparado pelos Soviéticos. Ainda por cima, pensavam êles, o Metropolita octogenário já não tinha muito tempo a viver, e já as conversações com Kostelnyk deviam contribuir para abalar o moral do Prelado e para mantê-lo, tanto quanto possível, sob a ameaça. A guerra, que irrompeu em 1941, interrompeu o prosseguimento dêsses planos.[59]

A retirada das tropas soviéticas da Ucrânia em 1941 foi acompanhada de deportações maciças da população.[60] Antes de se reti-

---

57) No clero ucraniano, como geralmente em tôda a Igreja de rito bizantino, o matrimônio contraído antes da recepção das ordens maiores não é impedimento ao sacerdócio.

58) Kostelnyk era viúvo, de sorte que, segundo o Direito Canônico oriental, o seu casamento já não constituía impedimento para o episcopado.

59) Cf. M. Chomiak, *La Lutte de l'Eglise catholique d'Ukraine contre le communisme*, "Logos", 1 (1950), nº 4, pp. 285-286.

60) O êxodo dos Ucranianos da Galícia, impôsto pelas autoridades soviéticas, já começara em 1940, quando uma quantidade dêles foram transportados para os grandes centros da U. R. S. S. ocidental e meridional. Tentou então o Metropolita enviar também, ao mesmo tempo que os operários, padres para as paróquias de Kiev, Odessa, Vynnycia, Kharkov, Poltava, etc., na esperança de que o sa-

rarem, os Soviéticos mataram, igualmente, milhares de pessoas. Houve numerosos padres tanto entre os deportados como entre os mortos.[61]

Quando a guerra foi levada ao território da U. R. S. S., fêz-se sentir uma certa mudança no comportamento das autoridades civis a respeito da religião. Tratava-se de uma guerra "total", exigindo a mobilização de tôdas as fôrças úteis, e os comunistas incentivaram a Igreja ortodoxa a tomar parte ativa no movimento de resistência contra o invasor alemão. Fizeram também reluzir esperanças de mais ampla liberdade religiosa.

Em 1943, quando as tropas soviéticas se aproximaram de novo da Galícia, a Rádio de Moscou lançava sem trégua a proclamação: "Resisti! Nós chegaremos para vos restituir a pátria e a fé de vossos antepassados!" E, quando a Galícia tornou a cair sob o contrôle das tropas soviéticas (1944), efetivamente pôde-se verificar uma ligeira diferença na atitude oficial dos comunistas. Êles se mostravam respeitadores da Igreja; soldados, até mesmo oficiais, assistiam às cerimônias religiosas. A propaganda anti-religiosa estava quase muda, e os crucifixos, repostos entrementes no lugar nas escolas e hospitais, não foram tirados. Todavia, conformemente à Constituição staliniana, a propaganda religiosa não foi autorizada, os livros e os opúsculos religiosos não puderam continuar a ser publicados, e as impressoras diocesanas tiveram de cessar de novo a sua atividade. Mas o exercício do culto permanecia livre, e os dias de festa podiam ser observados. Se o ensino religioso foi proibido nas escolas, as quais deviam observar estrita "neutralidade", permitiu-se no entanto ensinar a doutrina cristã nas igrejas. Os seminários, reabertos durante a ocupação alemã, não foram incomodados; os padres e os estudantes de teologia foram isentados do serviço militar e do trabalho obrigatório. Sem dúvida as igrejas continuavam sendo propriedade do Estado, mas o impôsto exigido pela sua utilização era moderado. Os conventos, restituídos aos religiosos sob a ocupação alemã, não lhes foram retomados. Não houve oposição à celebração pública da festa de Páscoa, e mesmo tomaram-se medidas para facilitar os festejos populares.[62] Quando o Metropolita André

---

crifício que a nova atividade dêles comportava seria útil à causa da união dos nossos irmãos separados e aos ateus, quer fôssem batizados quer não. Cf. *Documents*, LIII (1940), nº 2, p. 12.

61) O motivo dos massacres parecia de índole política. Porém o Metropolita via igualmente, nas gestões da N. K. V. D., inspirações de outra natureza, quando declarava, após a retirada das tropas soviéticas: "Sob êste regime Deus concedeu a muitos fiéis do nosso povo a graça do sacrifício, indo êste até à morte, *quase fazendo mártires*. Parece-me fora de contestação que *o ódio a Cristo e à sua Igreja foi o motivo principal* da perseguição sofrida. E os que deram a sua vida estavam convictos de *sofrer pela fé cristã* e católica".

62) Cf. G. de Vries, *Les Catholiques ruthènes*, em *La Civiltà Cattolica*, 1946, I, p. 395.

Szeptyckyj morreu, a 2 de novembro de 1944, puderam fazer-se-lhe solenes funerais.[63]

Em suma, a impressão geral era que, em razão das concessões feitas na U. R. S. S. durante os anos de 1941-1943, a Igreja Católica de rito oriental também poderia ter uma vida normal. Os Soviéticos, é verdade, pediram às autoridades eclesiásticas professarem pùblicamente o respeito ao Estado soviético, e pretenderam mesmo preces públicas pela vitória do exército vermelho. Incontestável persiste, porém, que, no intuito de ganharem a simpatia da população ucraniana, os bolchevistas imprimiram, naquela época, uma mudança à sua política religiosa tradicional. A entronização do novo Metropolita da Igreja rutena, S. Excia. Mons. *Joseph Slipyj*, pôde mesmo ser feita sem dificuldades.

Todavia, em previsão do futuro, vários julgaram necessário concluir com as autoridades civis um "modus vivendi", garantindo à Igreja ucraniana unida a possibilidade de desenvolver livremente a sua atividade religiosa. O novo Metropolita acolheu favoràvelmente êsse desejo, e quis facilitar-lhe a realização por um donativo de 100.000 rublos em favor dos feridos de guerra, em nome da Igreja ucraniana católica.[64] Essa soma foi levada a Moscou por uma delegação composta dos padres J. Kostelnyk, Szeptyckyj, Bucynskyj e Kotiw. Contràriamente à sua expectativa, êstes últimos não foram recebidos por Stalin, e sim por funcionários governamentais, que lhes fizeram compreender que o favor do Govêrno para com a Igreja ucraniana unida dependeria da contribuição que esta trouxesse à luta, então rudíssima, movida contra os "partisans" na Ucrânia. Nas suas instruções, o novo Metropolita insistira bem sôbre o quinto mandamento: "Não matarás", e sôbre o dever da caridade: mas isso não era considerado pelas autoridades soviéticas como contribuição suficiente. A impressão trazida dessa visita a Moscou era que, apesar da consideração testemunhada para com o sentimento religioso do povo ucraniano, o Govêrno russo não gostava lá muito da existência de uma Hierarquia unida a Roma.

Os sinais precursores das verdadeiras intenções soviéticas apareceram no correr do outono e do inverno de 1944-1945, quando as autoridades comunistas começaram a convocar o clero unido para conferências regionais. Os oradores do Partido tratavam quer de problemas teóricos quer de questões de história eclesiástica, mas chegavam sempre a ataques contra o passado da Igreja ucraniana unida, contra a Polônia, contra Roma, contra o Papado e a Igreja Cató-

---

63) A êsses funerais estava, mesmo, presente o Secretário do Partido comunista da Ucrânia, Krouchtchev, que, com o correr do tempo, devia vir a ser Secretário Geral do Partido Comunista Soviético.

64) O chefe da Igreja ortodoxa, Sérgio, também tivera gesto semelhante, mas para a compra de munições de guerra.

lica. A essas conferências a presença dos padres era obrigatória, e, na mente dos comunistas, deviam elas servir para a "reeducação" do clero e preparação do futuro.

Nesse ínterim, sobrevieram na U. R. S. S. certos acontecimentos que deixaram pressagiar mudanças. Desde a morte do Patriarca Tykhon, já não havia senão um "Substituto" à testa da Igreja ortodoxa russa. Em setembro de 1943 realizou-se em Moscou um Sínodo, que elegeu um novo *Patriarca* na pessoa do Metropolita moscovita Sérgio. Essa nomeação do Chefe da Igreja ortodoxa russa fôra querida pelo Govêrno soviético, que se propunha utilizá-la para a sua política interior e exterior. O novo Patriarca não devia sòmente rezar pela vitória do exército vermelho, mas devia também, graças ao seu prestígio, esforçar-se por congregar em tôrno de si os emigrados russos, entreter relações amistosas com as outras autocefalias, e sobretudo ganhar para a Igreja ortodoxa os Ucranianos católicos.[65] Após a morte do Patriarca Sérgio, a 15 de maio de 1944, o Metropolita *Alexij* foi elevado, em janeiro de 1945, à dignidade patriarcal, e prosseguiu na mesma linha a obra do seu predecessor.

Na Galícia, a ofensiva contra a Igreja unida estreou a 6 de abril de 1945, pela publicação de um violento artigo de Volodymyr Rosocyc, intitulado: "Com a cruz ou com o cutelo", o qual atacava a memória do Metropolita André Szeptyckyj. Êsse alvo fôra intencionalmente escolhido. Com efeito, o Metropolita falecido gozava entre o povo não sòmente da fama de um confessor da fé, mas também da de um herói nacional. Por êsse ataque, queriam os comunistas arruinar-lhe o prestígio e criar entre os Unidos um comple-

65) A Igreja ortodoxa russa apressar-se-á a aplicar essas "diretrizes". Efetivamente, a Mensagem do Sínodo de Moscou, após as preces pela vitória sôbre o inimigo nacional-socialista, criticava a Igreja Católica, elevando-se contra a Mensagem de Natal de 1944 do Santo Padre, e desnaturando a exortação dêste ano ao mundo para não obedecer ao ódio. O número de abril de 1945 da revista do Patriarca de Moscou contém dois artigos contra a Igreja Católica: um, do Metropolita Benjamim, intitulado: "Sôbre a Igreja Católica Romana", trazendo como dístico a palavra do Evangelho: "Desconfiai, que ninguém vos seduza..." (Mt 24, 4-5), artigo injustíssimo para com a Igreja Católica; e outro, intitulado: "Catolicismo militante", sob a assinatura do bispo Nicolau, de Volhynia, ataca o Primado do Papa e a união concluída pelos Ucranianos em Brest-Litovsk em 1595-1596. E conclui: "O tempo não curou o Vaticano das suas ambições (de conquistar o Oriente). Mas, desmascarando tudo isso no curso da sua história, a Igreja ortodoxa não sente ceder o seu ódio contra o Vaticano". (Cf. nº 4, abril de 1945, páginas 19 e 20, em B. Schultze, *L'Attitude de l'Église patriarcale de Moscou envers Rome*, referido em *La Cicltà Cattolica*, 1946, IV, p. 82). Êsses ataques da revista patriarcal, contra a Igreja Católica em geral e contra a união, continuaram nos números seguintes (Cf. B. Schultze, *o. c.*, pp. 80 a 88), e constituíram um dos aspectos da luta que começava para a destruição da Igreja ucraniana unida.

xo de inferioridade. O artigo de Rosocyc, publicado primeiro no jornal "Vilna Ucraina" (A Ucrânia Livre), de Lviv, foi depois difundido no seio do povo sob forma de opúsculo.

Essa preparação psicológica foi imediatamente seguida de uma ofensiva contra a Hierarquia unida. A 11 de abril de 1945 eram presos os cinco bispos ucranianos católicos que se achavam em território soviético: o Metropolita *J. Slipyj* e seu Auxiliar Monsenhor *N. Budka;* o Bispo de Stanislaviv, S. Excia. Mons. *Gregório Chomysyn,* e seu Auxiliar Mons. *João Latysevskyj,* bem como o Visitador Apostólico de Volyn, S. Excia. Mons. *N. Carnevskyj.* Só restava em liberdade o Bispo de Peremyshl, que se achava em território polonês. Um pouco mais tarde, foram igualmente aprisionados os *membros dos Capítulos e das Cúrias episcopais, e os superiores dos seminários.* Os jovens clérigos dos dois seminários ainda abertos (Lviv e Stanislaviv) foram alistados no exército vermelho. Na catedral de Lviv e na residência episcopal, uma devassa da Polícia durou 10 dias: todos os arquivos e numerosos objetos religiosos foram levados. O mesmo se deu nos outros bispados. Então os bispos aprisionados foram implicados num *processo* que se desenrolou no mesmo ano, a portas fechadas, em Kiev. No início de março de 1946 foi publicado o ato de acusação formulado pelo Ministério Público da R. S. S. da Ucrânia, no qual era dito que os bispos tinham sido presos por "traição e colaboração com os ocupantes alemães".[66] Por essas acusações injustas, o Metropolita *Slipyj* foi condenado a 8 anos de trabalhos forçados e à deportação, e os outros bispos a penas que iam de 5 a 10 anos de trabalhos forçados.

Por essas medidas, as autoridades soviéticas prosseguiam manifestamente a desorganização metódica da Igreja ucraniana antes de levarem mais avante os seus planos. Antes de serem encarcerados, os cônegos de Lviv bem que haviam tentado colocar à frente da diocese um Vigário capitular, mas êste foi logo prêso.

---

66) Um redator do Serviço de informações da Congregação para a Igreja oriental declarou, a respeito dêsse "auto de acusação", que, em 1941, data em que êsses fatos se teriam produzido, um só dos bispos acusados estava à frente de uma diocese: S. Excia. Mons. *Gregório Chomysyn,* Bispo de Stanislaviv. Com efeito, S. Excia. Mons. *Latysevskyj* era apenas Auxiliar e Vigário Geral dêle; SS. Excias. Mons. *J. Slipyj* e Mons. *N. Budka* dependiam do falecido Metropolita *Szeptyckyj,* morto a 2 de novembro de 1944. Quanto a S. Excia. Mons. *Nicolau Carnevskyj,* Visitador Apostólico para os Ucranianos católicos em Volyn, os Alemães haviam-lhe proibido a permanência em território da sua jurisdição, e êle teve de se retirar para Lviv... Por outro lado, sabe-se que o Metropolita Szeptyckyj estêve longe de ser favòrável aos ocupantes alemães; êstes últimos vasculharam-lhe mesmo repetidas vêzes a residência. Cf. *L'Osservatore Romano* de 14 a 15 de outubro de 1946.

Privados da direção dos seus bispos e desorganizados pelas medidas policiais, os sacerdotes ucranianos serviram desde então de alvo às autoridades soviéticas. Estas últimas publicaram uma ordem, nos têrmos da qual só podiam oficiar nas igrejas os padres que estivessem "registrados" nas repartições competentes do Estado. Ao mesmo tempo, em cada paróquia foi constituído um "comité" paroquial, composto de 20 pessoas, encarregado de administrar os bens móveis e imóveis da Igreja, e mesmo de proporcionar à paróquia um "ministro do culto" a ser escolhido entre os padres "autorizados", quer dizer registrados. Os comunistas apressaram-se a pôr nesses "comités" homens seus, conseguindo assim privar do apoio dos fiéis os padres a quem já faltava o amparo dos bispos.

Algumas semanas após a detenção dos bispos, por instigação dos comunistas foi constituído o pretenso *"Grupo de iniciativa para a reunião da Igreja grega-católica com a Igreja ortodoxa"*. À testa dêle reencontramos o Rev. Kostelnyk, escolhido de propósito para pôr o seu prestígio cultural a serviço da "reunião". Tendo as três dioceses unidas no seu campo de ação, Kostelnyk tomou como colaboradores o Rev. Melnyk para a diocese de Peremyshl, e o Rev. A. Pelveckyj para a de Stanislaviv.

No momento da constituição do "Grupo de iniciativa", três Cartas Pastorais foram simultâneamente publicadas, a fim de indicar ao clero e ao povo ucraniano a sua exata posição no mundo soviético. A primeira, assinada pelo novo Patriarca de Moscou, Alexij, era dirigida aos católicos ucranianos da Galícia: o Patriarca apresentava-se a êles como seu pastor. Na segunda, o Bispo ortodoxo de Lviv e Tarnopol, Mons. Macário, julgava que, depois do aprisionamento dos bispos unidos, a êle é que incumbia o encargo de governar os Ucranianos unidos. A terceira, de 28 de maio de 1945, provinha do Rev. Kostelnyk e dirigia-se ao clero da "Ucrânia ocidental".[67] Esta última carta participava a constituição do "Grupo de iniciativa", e precisava que os intuitos dêste eram a reunião da Igreja ucraniana com a Igreja ortodoxa pan-russa. Em conseqüência, Kostelnyk convidava os eclesiásticos e os "chantres" das igrejas a ingressarem no "Grupo de iniciativa"; informava, ademais, o clero de que o Govêrno soviético não mais reconheceria qualquer outra autoridade administrativa para a Igreja Católica ucraniana, a não ser a do "Grupo". Por si mesma, essa afirmação já é a prova das relações estreitas mantidas, por iniciativa de Kostelnyk, com as autoridades políticas soviéticas. Porém há mais. Não contente com êsse assentimento tácito, o "Grupo" queria obter do Govêrno soviético uma aprovação explícita, para se prevalecer dela perante o clero e o povo. Kostelnyk dirigiu-se, pois, ao Conselho dos Comissários do povo da Ucrânia

---

67) *Atos* do pretenso Sínodo de Lviv, publicados em Lviv em 1946.

soviética, pedindo-lhe aprovar o "Grupo de iniciativa".[68] A 18 de junho de 1945, as autoridades governamentais reconheceram êsse Grupo como o *único órgão* encarregado de governar provisòriamente a Igreja Católica ucraniana.[69] O mesmo Grupo foi igualmente habilitado a resolver, no futuro, tôdas as questões jurídicas concernentes à administração das paróquias católicas ucranianas e à sua reunião à Igreja ortodoxa, por intermédio do Plenipotenciário do Conselho dos Comissários. Devia êle, enfim, dar ao Plenipotenciário para os negócios da Igreja ortodoxa russa a lista de todos os deões, curas e superiores de mosteiros que recusassem submeter-se à jurisdição do "Grupo de iniciativa". *Assim, embora a Constituição staliniana houvesse decretado a separação entre a Igreja e o Estado, o regime soviético, voltando aos métodos tzaristas, punha todo o aparelho do Estado a serviço da "reunião" à Igreja ortodoxa russa.*

Em tôda a Galícia, o Grupo desenvolveu uma atividade febril, levando a efeito reuniões, publicando opúsculos anticatólicos e ameaçando os refratários com a privação da sua paróquia e com a deportação. No correr dessas "tournées" de propaganda, Kostelnyk e os seus colaboradores eram sempre acompanhados e vigiados pela polícia, que obrigava os deões a convocarem os padres do setor para escutarem os propagandistas. O intuito dessas reuniões era persuadir o clero a passar-se para a Igreja ortodoxa. Em caso de insucesso, a N. K. V. D. convidava o padre recalcitrante para uma conversa "têfe à têfe", e eram-lhe apresentadas duas declarações a subscrever: pela primeira, declarava êle consentir em fazer parte do "Grupo de iniciativa", e pela segunda reconhecia aderir livremente à atividade do Grupo. Quem quer que recusasse assinar podia livremente sair da peça: mas em seguida era prêso sob um pretêxto qualquer, e, uma vez em prisão, tentava-se pela ameaça arrancar-lhe o seu consentimento. Foi por semelhantes métodos que numerosos padres deram a sua assinatura, acreditando poderem simular a sua adesão. Alguns, para se subtraírem a um tal tratamento, juntaram-se aos Poloneses que passavam da Ucrânia para a Polônia ao favor de uma prevista troca de populações; outros esconderam-se nos bosques e uniram-se aos "partisans". Muitos, porém, foram finalmente presos e encarcerados. Consoante notícias chegadas em 1946, *mais de* 500 *padres católicos ucranianos, só da diocese de Lviv, achavam-se em prisão*. Segundo outras informações, o número dos padres católicos ucranianos aprisionados no correr daquele ano foi de cêrca de 800. Nessas circunstâncias difíceis, registraram-se atos de coragem não sòmente individuais, mas também coletivos: acharam-se mais de 300 padres para dirigirem, a 1º de julho de 1945, uma carta de protesto ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, W. M. Molotov: nela

68) *Atos*, pp. 16-19.
69) *Atos*, pp. 19-20.

denunciavam a atividade do "Grupo de iniciativa" como nociva não só para a Igreja, mas também para o Estado. [70] Se essa carta não acarretou nenhuma mudança na política do Govêrno, pelo menos fica sendo um precioso testemunho das convicções e sentimentos dos padres unidos.

Depois da prisão e deportação dos padres que não se haviam submetido, as suas igrejas foram fechadas pelo Govêrno. Aliás, bem se precataram os comunistas de dirigir-se ao povo para lhe pedir abandonar a Igreja unida: ao contrário, tôdas as medidas tomadas pelas autoridades deviam dar a impressão de que só se tratava de medidas contra os padres. Assim é que só foram fechadas as igrejas servidas por padres que não haviam subscrito os "desejos" do Govêrno. Entretanto os fiéis — se bem que tivessem sido oportunamente preparados para administrarem por si mesmos o batismo a seus filhos e para rezarem no domingo em casa — não ficaram insensíveis em face de tais atos de violência. No início, nas localidades onde isto era possível freqüentarem êles a igreja polonesa de rito latino. Porém breve, em conseqüência da transferência da população polonesa, também essas igrejas foram seqüestradas pelo Govêrno. Desde então, não mais restaram à disposição dos fiéis senão as igrejas ortodoxas.

Após cêrca de um ano de atividade do "Grupo de iniciativa", pareceu chegado o momento de proceder à consumação do cisma. [71] Para os dias 8, 9 e 10 de março de 1946, convocou-se um Sínodo da "união" em Lviv. Era justamente no dia seguinte à publicação do ato de acusação contra os bispos unidos. Nesse Sínodo tomaram parte 216 padres e 19 leigos. Nenhum prelado católico estava presente. A presidência pertencia a padres do "Grupo de iniciativa" ou, por outras palavras, dos apóstatas. No discurso inaugural, Kostelnyk declarou que a União de 1596 fôra concluída por motivos puramente políticos, a fim de favorecer a Polônia, mas que doravante os Ucranianos tinham a intenção de se separar da sua "madrasta", Roma, para se unir à sua "verdadeira mãe", a Igreja patriarcal de Moscou. Outro orador acusou o Santo Padre de colaboração com Hitler, com o fito de submeter os Russos à escravidão ocidental.

A 9 de março, os novos "bispos" (do "Grupo de iniciativa") Melnyk e Pelveckyj, com os bispos ortodoxos Mons. Macaryj, de Lviv, e Mons. Nestor, de Munkaciv, receberam a "abjuração dos erros la-

---

70) Cf. *La Défense du catholicisme en Ukraine*, pp. 6-8.

71) Afora as conferências e os contactos pessoais, Kostelnyk publicou naquela época um opúsculo intitulado: "*O Apóstolo Pedro e os papas romanos, ou os fundamentos dogmáticos do Papado;*" usando os velhos temas de polêmica dos protestantes e dos ortodoxos, êle aí atacava o Primado de Pedro e do Bispo de Roma. O opúsculo devia servir para preparar "doutrinàriamente" o terreno para o ato solene da "reunião à Igreja ortodoxa".

tinos" feita pelos padres presentes ao Sínodo. Depois, telegramas de homenagem foram endereçados ao Patriarca de Moscou, Alexij, e ao Patriarca ortodoxo de Constantinopla. [72] Uma carta [73] foi enviada aos fiéis da Ucrânia ocidental, assim como uma mensagem de respeito ao generalíssimo Stalin e ao Chefe do Govêrno da Ucrânia soviética. [74] Uma cerimônia solene teve lugar na Catedral de São Jorge, de Lviv, a velha catedral unida, a fim de celebrar a "união". O Metropolita ortodoxo de Kiev, João, presidia; a união com Roma, declarou êle por sua vez, fôra concluída sob a pressão da nobreza polonesa, mas doravante, após as heróicas façanhas do exército vermelho, o povo ucraniano já não formava mais que um só bloco, e seria um contra-senso querer manter a união com o Vaticano, que mantivera relações com o fascismo. [75]

E' importante notar aqui a insistência que, durante todo o processo de "liquidação" da Igreja unida, foi posta em denunciar como um acontecimento de caráter político a união outrora realizada com Roma, e isso no momento mesmo em que a "união" com Moscou se fazia com o auxílio da "teocracia atéia" e das prisões do Govêrno soviético.

Após o Sínodo, no início de abril de 1946, partiu para Moscou uma delegação que tinha à sua frente Kostelnyk, tornado "arcipreste". A delegação foi recebida no aeroporto por um membro do "Soviete para os Negócios da Igreja Ortodoxa". Depois o Patriarca de Moscou, Alexij, recebeu-a a 5 de abril. Dois dias mais tarde, na Catedral ortodoxa de Moscou, o Patriarca celebrava um ofício solene, assistido pelos dois "bispos" Melnyk e Pelveckyj. Foi oferecido um banquete à delegação, no qual tomou parte igualmente o chefe do "Soviete para os Negócios da Igreja Ortodoxa", Karpov.

A "démarche" dos membros da delegação junto ao Patriarca de Moscou tinha sido feita em nome de tôda a Igreja ucraniana unida. Grande parte do clero e do povo ucranianos não estavam, entretanto, do lado dos "membros do Sínodo". Com efeito, o bispo dissidente de Lviv, Macário, publicou no boletim oficial da diocese a lista dos sacerdotes ucranianos que se passaram para a Igreja ortodoxa: o total dêles elevar-se-ia a 1.111 (532 de Lviv, 302 de Peremyshl, 277 de Stanislaviv). Mesmo admitindo como exatas essas cifras, resta que cêrca de 1.500 sacerdotes ficaram fiéis à Igreja de Roma. E, entre os que deram a sua adesão ao "Grupo", quantos não a deram por fraqueza mais do que por convicção! Sem julgarmos uns, lembremo-nos dos outros que preferiram o sofrimento à apostasia.

---

72) *Atos*, pp. 133-134.
73) *Atos*, pp. 129-132.
74) *Atos*, pp. 141-144.
75) Cf. *Le Christianisme en Union Soviétique*, p. 289. Ver também: *Atos*, pp. 47-50.

A UCRÂNIA CARPÁTICA.[76]

Em seguida às partilhas da Polônia, a Ucrânia carpática (sob o nome de Subcarpátia) foi, como a Galícia, englobada no império austríaco, e depois na monarquia austro-húngara, com administração distinta. Pelos tratados de paz da primeira guerra mundial, a Galícia era restituída à Polônia restaurada, ao passo que a Subcarpátia contribuía para formar a nova República tchecoslovaca. Durante a segunda guerra mundial, a Ucrânia carpática foi reunida primeiramente à Hungria, e a Galícia à U. R. S. S., para, a partir de 1944, se acharem de novo reunidas, sob o domínio da União Soviética.

A Igreja Católica na Ucrânia Carpática.

Foi em 1646, meio século depois de na Ucrânia da Galícia, que a União com a Igreja Romana foi concluída na Ucrânia carpática.

Tanto do ponto de vista do número dos bispados como do dos fiéis, no momento da chegada dos Soviéticos a Ucrânia carpática não tinha a mesma importância que a Galícia. Verdade é que, para a população de origem ucraniana ao sul dos Cárpatos, contavam-se igualmente três dioceses[77]; mas, em 1944, uma delas, a de Priasiv, ficava em território tchecoslovaco, e uma segunda, a de Hajdudorog (de língua húngara), ficava na Hungria. O território reanexado à União Soviética só comportava, pois, um único bispado, a antiga sé de *Mukaciv*, com residência em *Uzhorod*. A vida religiosa era florescente nessa diocese de 461.000 almas, abrangendo 281 paróquias, com 459 igrejas e capelas.[78] O número dos sacerdotes era ali de 354, e o seminário preparava 85 jovens para o sacerdócio. Além disto, havia na diocese 8 conventos, com 85 religiosos ou religiosas. Enfim, a Igreja tinha larga parte no ensino, com as suas 31 escolas e os seus perto de 2.300 alunos; a instrução religiosa era igualmente ministrada aos alunos das escolas do Estado.

A crise que a Igreja Católica da Galícia atravessou com a morte do Metropolita Szeptyckyj, em novembro de 1944, viveu-a a Ucrânia subcarpática um ano mais cedo, quando, a 31 de maio de 1943, desapareceu o ardoroso bispo Mons. *Stojka*. O govêrno da diocese foi então confiado temporàriamente a um Administrador Apostólico, S.

---

76) Essa região, como se sabe, é igualmente chamada Subcarpátia ou Transcarpátia.

77) Em 1646, por ocasião da União, existia apenas uma única circunscrição eclesiástica, a de Mukaciv.

78) O número total dos habitantes era de 851.889. Afora os católicos de rito oriental, contavam-se 81.412 católicos de rito latino, 108.907 ortodoxos, 77.833 protestantes, 112.653 judeus e 9.529 confissões diversas.

Excia. Mons. *Nicolau Dudas*, que com clarividente sabedoria fêz frente às crescentes dificuldades da guerra até à nomeação do novo Ordinário de Mukaciv, S. Excia. Mons. *Teodoro Jorge Romza*, sagrado a 24 de setembro de 1944. Ao novo Bispo coube enfrentar as vicissitudes militares e políticas da última fase da guerra.

A Ocupação Soviética.

No início, a ocupação soviética não dava lugar a preocupações sérias. A pedido do novo bispo, as tropas alemãs haviam-se retirado de Uzhorod sem oporem resistência. A população manifestou a sua gratidão ao seu pastor, e os Russos sentiram-se igualmente felizes de não terem tido de dar rudes combates de rua. As tropas vermelhas também não encontraram hostilidade da parte dos habitantes.

Chegando àquela região *pela primeira vez*, os Russos fizeram tudo para atrair a simpatia da população, que os dirigentes do Kremlin já haviam decidido anexar à União Soviética. Evitou-se igualmente todo ato hostil para com o clero e a religião. Sem dúvida, os comandantes soviéticos transformaram os institutos eclesiásticos em hospitais militares, à exceção do orfanato de Chust; porém, quanto ao mais, não molestaram em nada os eclesiásticos, nem atacaram a Igreja Católica ucraniana. Bem mais: a 27 de outubro de 1944, alguns dias depois da entrada das tropas vermelhas em Uzhorod, o comandante da Praça visitou o Bispo Romza e assegurou-lhe a benevolência do exército vermelho para com a Igreja ucraniana unida.

Essa benevolência e a calma que dela resultava faziam parte de um plano preciso dos Soviéticos. Com efeito, à chegada das tropas soviéticas o partido comunista local era fraquíssimo: precisava de um breve período de calma para se fortalecer e ficar em condições de servir as intenções dos Soviéticos. Ademais, o favor manifestado ao clero católico ucraniano e ao seu bispo obedecia a um desígnio político: bem se viu isto quando, a 6 de novembro de 1944, S. Excia. Mons. Romza foi convidado pelo comandante militar a tomar parte na celebração do aniversário da Revolução de outubro e a pronunciar ali um discurso.

---

79) Na Subcarpátia, os comunistas tinham conseguido implantar-se e organizar-se. Nas aldeias e nas cidades haviam-se formado *Comitês populares*, compostos, na maior parte, de comunistas, a fim de colaborar com o exército vermelho na administração do país. Mas os comunistas não obtiveram os mesmos êxitos na sua tentativa de arrastar a Igreja Católica ucraniana à ação política. No discurso que lhe pediram, e que êle fêz brevíssimo, S. Excia. Mons. Romza agradeceu a Deus o haver permitido que a guerra passasse sem fazer excessivas vítimas nem estragos. Exortou a população a acolher com disciplina o novo exército, e animou-a a orar para que viesse ràpidamente a paz desejada. O texto do discurso foi publicado depois na

As dificuldades para a Igreja ucraniana unida, na Subcarpátia, começaram nesse mesmo mês de novembro de 1944. O exército vermelho absteve-se de adotar por si mesmo medidas diretas; mas, fortes do amparo do exército, os *Comitês populares locais*, recém-criados, procederam às primeiras detenções de padres. Certos dêstes foram depois postos em liberdade, em seguida a uma intervenção junto às autoridades militares competentes. Os atos de violência maior não faltaram, e um dos padres detidos, Pedro Damianovic, foi fuzilado. Sempre durante êsse mesmo mês, os ortodoxos, fortes também do apoio soviético, empreenderam uma campanha de agitação; nas aldeias, onde êles eram em número, apoderaram-se mesmo das igrejas católicas e expulsaram delas os padres.

Anexação da Ucrânia Carpática pela União Soviética.

Não se tardou a dar à Subcarpátia uma nova ordem política. Um mês após a entrada das tropas soviéticas em Uzhorod, já se considerava chegado o tempo de decidir dos destinos da região. A 26 de novembro de 1944, uma reunião geral dos delegados dos Comitês populares teve lugar em Mukaciv, sob a presidência das autoridades soviéticas de ocupação, em mira a escolher um *Conselho Nacional*, a quem seria temporàriamente confiado o govêrno da Ucrânia subcarpática. Êsse Conselho Nacional, composto de comunistas, logo proclamou a independência do país, e, ao mesmo tempo, enviava um telegrama a Stalin para lhe pedir fazer à "Ucrânia subcarpática" a honra de ser recebida na União Soviética.[80] Usando de intimidações, o Conselho convidou igualmente tôda a população a assinar um "Manifesto" reclamando do mesmo modo a reunião da Ucrânia subcarpática à União Soviética. Êsse documento devia em seguida ser levado a Moscou por uma delegação.

Moscou não se deu pressa de responder a êsse pedido de anexação. Só a 29 de junho de 1945, isto é, no fim das hostilidades, foi que a Subcarpátia foi formalmente recebida na União Soviética. Entretanto, desde novembro de 1944 que, de fato, tudo já se passava como se a anexação estivesse consumada.

O Manifesto fôra apresentado à assinatura de S. Excia. Mons. Romza. Pedia-se-lhe também declarar não existir perseguição religiosa na União Soviética, e condenar o terror que teria reinado sob as ocupações húngara e alemã. O Bispo respondeu que, nunca ten-

---

imprensa, mas tão desfigurado, que o Bispo se sentiu no direito de protestar contra a falsificação. Responderam-lhe então que as autoridades soviéticas haviam publicado o que êle deveria ter dito em conformidade com as ordens recebidas.

80) Cf. G. de Vries, *Suppression de l'Eglise grecque-catholique en Subcarpathie*, em *La Civiltà Cattolica*, 1950, II, p. 392.

do feito política, não via como poder ocupar-se dela agora. Essa resposta foi recebida com indignação. A imprensa acusou S. Excia. Mons. Romza de fascista e de inimigo do povo, e foi desencadeada uma campanha contra a Igreja ucraniana unida e contra o seu clero. O Bispo foi intimado a comparecer perante o general Petrov, que o esperava com o general Mechlis, representante político dos Sovietes. Êste último atacou com violência o clero católico e a Igreja: era necessário, dizia êle, não admitir no Estado senão uma só forma de religião, e, para isso, *melhor era desligar-se de Roma, a fim de ser independente do Vaticano;* igualmente oportuno seria cessar a comemoração do Papa romano nas cerimônias litúrgicas, visto que o Papa apoiava sempre os fascistas e, por conseguinte, era por todos detestado...

O Bispo só podia era seguir a trilha da fidelidade à Igreja Católica.

Luta Contra a Igreja Grega-Católica.

A datar dêsse dia, o favor dos Sovietes encaminhou-se, cada vez mais abertamente, para os ortodoxos da Ucrânia subcarpática. Como o Bispo e os melhores dos seus padres absolutamente não pareciam dispostos a se passar para a ortodoxia, os comunistas imaginaram poder alcançar o seu fito sustentando os ortodoxos, que eram em minoria na Subcarpátia. Foi, pois, enviada a Moscou, onde permaneceu de 7 a 13 de dezembro de 1944, uma delegação da Igreja ortodoxa subcarpática, a qual pediu ao Patriarca de Moscou tomar essa Igreja sob a sua proteção: a filiação política à Rússia achava-se, assim, forrada de uma filiação confessional. Durante êsse tempo, na Subcarpátia a imprensa governamental intensificava os seus ataques contra o clero unido, acusando-o de haver colaborado com os Alemães. Em compensação, o aparelho do Estado apoiava a Igreja ortodoxa.

No início de 1945, criou-se em Uzhorod um *Bureau do culto,* presidido por um comunista. Pouco depois foi promulgada a famosa lei *"sôbre a liberdade de mudar de religião sem nenhuma formalidade"*, assim como outra lei prevendo *o confisco dos bens das paróquias católicas,* no caso em que dois terços da população de uma paróquia católica aderissem à Igreja ortodoxa. De fato, graças ao apoio dos grupos comunistas locais, igrejas católicas foram ocupadas, mesmo nas aldeias que só contavam fraquíssimo número de ortodoxos. No decurso dos primeiros meses da ocupação soviética, quinze igrejas paroquiais e capelas foram, assim, tomadas aos católicos.

A *reforma agrária* introduzida no país também serviu, aliás, à *perseguição contra as paróquias católicas*: com efeito, as diferentes comissões encarregadas da aplicação da reforma fizeram propaganda em favor da Igreja ortodoxa; colhiam mesmo assinaturas que se-

riam mais tarde utilizadas para expulsar o sacerdote católico, a pretêxto de passagem "voluntária" para a ortodoxia.[81]

De coragem intrépida, S. Excia. Mons. Romza protestou junto às autoridades civis e militares contra a iníqua ocupação das igrejas. A 11 de janeiro de 1945, visitou êle igualmente as autoridades civis, no intuito de dissipar as acusações formuladas contra o clero unido, e de chegar a um acôrdo. Teve-se então alguma esperança de entendimento. Mas essa esperança depressa desvaneceu-se: as igrejas ficaram nas mãos dos ortodoxos, e não houve mudança nenhuma na orientação dos acontecimentos. O Bispo decidiu então lutar pela defesa de todo direito eclesiástico violado, de tôda igreja confiscada, de todo padre encarcerado.[82]

Sem embargo, continuavam os comunistas a adotar disposições cada vez mais duras contra a Igreja ucraniana unida. A adoção da Constituição de Stalin permitiu-lhes desapropriar, por conta do Estado, todos os estabelecimentos de educação e de caridade. O ensino religioso, ainda tolerado durante o ano escolar de 1944-1945 à razão de uma hora facultativa por semana, foi totalmente suprimido; foi vedado até mesmo nas igrejas. Os sermões eram, em tôda parte e sempre, controlados pelos agentes da N. K. V. D., que pediam aos sacerdotes dizerem por que razão pregavam que a Igreja de Cristo jamais seria vencida, e por que citavam com tanto gôsto exemplos dos mártires da fé. Em compensação, êsses mesmos agentes exigiam que se falasse, no púlpito, da vida feliz na União Soviética, do dever dos jovens de se alistarem no exército vermelho, etc. Na imprensa, e especialmente nas publicações dominicais, achava-se sempre algum artigo contra a fé, contra o Vaticano e o Santo Padre, contra algum padre católico; ao lado dêsses ataques, lia-se o elogio dos ortodoxos, apresentados como as vítimas dos Regimes anteriores e como os modelos da fidelidade para com o novo Regime.[83]

Na sua pressa de liquidar a Igreja Católica unida, os comunistas, verificando que na Galícia melhores resultados tinham sido obtidos graças ao "Grupo de iniciativa" dirigido pelo apóstata Kostelnyk, pensaram que as coisas iriam mais depressa também na Sub-

---

81) Notou-se que, enquanto na Galícia os Soviéticos adotavam medidas especiais contra o clero, sem incomodar a população com pedidos de passagem de uma Igreja para outra, na Subcarpátia, ao contrário, a luta começou por baixo, pela excitação das paixões populares, pelo fechamento das igrejas, pela apreensão dos bens eclesiásticos, pela expulsão dos padres para fora das paróquias, estando o Bispo, durante êsse tempo, ainda livre de desenvolver certa atividade.

82) Em março de 1945, circulando de carro, pois lhe era impossível deslocar-se de outro modo, o Bispo começou a visitar as paróquias umas após outras, para confortar sacerdotes e fiéis. Essa visita pastoral durou um mês, e em tôda parte foi ensejo de manifestações de fidelidade para com a Igreja e para com o Santo Padre.

83) E, na realidade, vários estavam inscritos no partido comunista.

carpátia se êles achassem um padre católico disposto a lhes favorecer o plano. Mas as pressões exercidas nesse sentido pela N. K. V. D. sôbre Mons. Alexandre Chira e sôbre os Padres Basilianos de Mukaciv não deram resultado. Então os comunistas abandonaram êsse plano de "conquista" dos Ucranianos greco-católicos por si mesmos, e volveram de novo os olhares para os ortodoxos. A 22 de outubro de 1945, o Sínodo da Igreja ortodoxa patriarcal de Moscou nomeava o bispo de Uman, Nestor, como bispo de Mukaciv-Priasiv. Para êste último tratava-se de suplantar o Ordinário católico. Nestor escolheu simbòlicamente para catedral a de Mukaciv (a velha residência episcopal da Subcarpátia) e, dali, tentou organizar uma Igreja *dissidente*. O Regime procurou ajudá-lo nessa tarefa fazendo publicar na imprensa local artigos em seu favor, e mesmo uma declaração nos têrmos da qual a jurisdição do Bispo católico tinha fim com a vinda do Bispo ortodoxo, cuja administração se estendia à catedral católica de Uzhorod e a tôda a diocese de Mukaciv. Por essa oposição criada entre os dois Bispos, e pelo apoio sistemático dado ao Bispo ortodoxo, os Sovietes estavam persuadidos de prevalecer, sem terem de prender S. Excia. Mons. Romza e fazer dêle um mártir.

Mas as coisas não andaram como o desejariam as autoridades soviéticas. O Bispo Nestor não achou boa acolhida junto aos próprios ortodoxos; duas razões contribuíram para isso: os impostos elevados que era preciso pagar, e a proibição das manifestações religiosas.[84] Ainda mais fria foi a acolhida entre os católicos: os opúsculos de Kostelnyk, importados da Galícia e distribuídos em tôda a Subcarpátia, não tiveram nenhum efeito; as ameaças e as deportações de padres e de fiéis no intuito de os fazer passar-se para a ortodoxia só fizeram foi aumentar a resistência; os confiscos de bens eclesiásticos, que reduziram o clero a uma situação extremamente difícil do ponto de vista econômico, não abateram a oposição, e os padres foram parcialmente socorridos pelas contribuições voluntárias dos fiéis.

Depois do "Sínodo" de Lviv de 8-10 de março de 1946, o qual decretou a união da Igreja unida da Galícia à Igreja ortodoxa de Moscou, intensificaram-se as medidas contra a Igreja grega-católica da Subcarpátia. Chegada era a hora de fazer "dobrar" Monsenhor Romza. Êste foi convocado repetidas vêzes pela N. K. V. D.; nas "conversações", tratava-se das "faltas" da Igreja Católica, do Papado, da Hierarquia, a quem se censurava, entre outras coisas, a colaboração com o fascismo e a hostilidade para com o comunismo e para com a União Soviética. Tôdas essas "conversas" terminavam por um convite a se passar para a ortodoxia. S. Excia. Mons. Romza

---

84) Correu mesmo, entre os ortodoxos, o boato de que o bispo dêles era oficial da polícia secreta da N. K. V. D.

opunha sempre a mesma resposta: "Antes a morte e todos os sofrimentos do que a traição à Igreja".

Entre o povo, o tempo não servia maiormente as intenções do Govêrno soviético. O ascendente dos ortodoxos não crescia, mau grado o apoio governamental. A 22 de março de 1947, o Comitê local de Mukaciv pensou poder abrir uma brecha na resistência católica, convocando dois superiores dos Padres Basilianos, o Padre Antônio Mondyk (provincial) e o Padre João Satmari (Superior do Mosteiro de Mukaciv), para lhes pedir assinarem a sua adesão à Igreja ortodoxa. Êles se recusaram. Dois dias depois, os agentes da N. K. V. D. transferiam os dois Padres para outro mosteiro, em residência vigiada. Em vão S. Excia. Mons. Romza protestou junto ao Govêrno soviético contra tais processos. Na Sexta-Feira Santa e no dia de Páscoa (11 e 13 de abril de 1947), êle pronunciou na sua catedral de Uzhorod dois sermões para denunciar as intrigas anticatólicas, e depois retomou as suas visitas pastorais.

Nesse ínterim, o "zêlo" do Bispo ortodoxo Nestor obtinha também alguns "êxitos", com o auxílio das autoridades comunistas, e em julho de 1947, cêrca de dois anos após a nomeação dêle por Moscou, 73 igrejas haviam sido arrancadas aos católicos pelos ortodoxos. Contavam-se também — ai! — 15 sacerdotes unidos deportados, 3 condenados por motivos "políticos", 36 forçados a fugir para evitar a detenção.[85] Os Sovietes acharam que era tempo de renunciar às medidas restritas, de organizar uma manifestação de massa, e de dar cabo, uma vez por tôdas, da Igreja grega-católica.

Decidiu-se aproveitar a festa da Assunção, que atraía grandes multidões de peregrinos ao mosteiro dos Padres Basilianos de Mukaciv (Cerneca Hora), para "reunir" à Igreja ortodoxa os fiéis unidos. a N. K. V. D. proibiu S. Excia. Mons. Romza de ir a Mukaciv para essa festa, sob pena de detenção. Mas, por seu lado, o Bispo ortodoxo convidava para Mukaciv, para a circunstância, o Exarca ortodoxo de Kiew, que se fêz representar por três arciprestes mitrados. Vieram, além disso: de Lviv, Kostelnyk e o Bispo ortodoxo Macário; de Odessa, o Bispo ortodoxo Sérgio; de Volyn, o Bispo Varlaam; de Stanislaviv, o Bispo ortodoxo Antônio; bem como numerosos delegados de diversas regiões da Ucrânia. Queria-se assim oferecer ao povo, que gostava dos ritos e das cerimônias religiosas solenes, um espetáculo faustoso. Como o "prestígio" da Igreja ortodoxa não haveria de dissuadir os fiéis de continuarem a venerar e a seguir um jovem bispo, como Mons. Romza, que circulava numa modesta carruagem a cavalos, que não pudera mesmo vir a Mukaciv, e que naquele dia de festa tivera de abandonar a celebração dos ritos sagrados, *no próprio rito bizantino-eslavo,* a tantos bispos que viviam

85) Cf. G. de Vries, *o. c.*, p. 394.

ao abrigo de tôda perseguição e em boa harmonia com as autoridades soviéticas?

E, no entanto, os fiéis tiveram a coragem de fazer a distinção. Em Mukaciv, a 15 de agôsto de 1947, não havia para rodear tantos bispos ortodoxos senão uns 3.000 fiéis, quando êles eram 80.000 a terem vindo àquela mesma cidade para aquela mesma festa. A derrota, na própria cidade residencial do Bispo ortodoxo, era estrondosa.

Quem, pois, podia ser o grande responsável pela atitude dos fiéis unidos, senão o seu bispo, Mons. Romza? Era claro que, enquanto estivesse em liberdade, os comunistas nunca chegariam a realizar o seu plano.[86] Foi então que ficou decidido fazer desaparecer o Bispo católico. Todavia, para que êle não desse a impressão de um mártir, eliminaram-no por meio de um "acidente de estrada".[87]

Desaparecido S. Excia. Mons. Romza, os comunistas recomeçaram as suas manobras junto ao clero unido. Procuraram, entre os padres, e por todos os meios de que dispunham, cúmplices para o seu intento. Acabaram por descobrir um segundo Kostelnyk na pessoa de *Irineu Miguel Kondratovich*, que, politicamente comprometido, cedeu às pressões morais e às torturas físicas infligidas pelos comunistas, e apostatou reconhecendo o Patriarca ortodoxo de Moscou. Todavia, não teve o apóstata grande êxito: apesar das pressões das autoridades públicas, acharam-se apenas 35 padres para lhe seguirem o exemplo, depois de terem sido êles próprios encar-

---

86) Mons. Romza costumava repetir: "Em tôda parte e sempre estamos nas mãos de Deus, e, se sofremos pela fé, devemos agradecer-Lhe a graça que nos prepara para o martírio".

87) "Para honra do nosso mártir, cumpre sejais exatamente informados sôbre as circunstâncias da sua morte", escreveu uma pessoa difedigna. "A 27 de outubro de 1947, voltava êle, de carro, de Lavky, onde na véspera consagrara uma igreja. Estava acompanhado de dois sacerdotes e de dois clérigos. Na estrada entre Cereivtsi e Ivanovtsi, um automóvel carregado de soldados e de policiais lançou-se contra o carro, na intenção evidente de derrubá-lo e de matar o bispo, para poder depois dizer que êle fôra vítima de um acidente. Mas a Providência desmanchou-lhes os planos: os cavalos foram mortos incontinenti, o carro foi destroçado, mas os viajantes saíram indenes da colisão. Então, furiosos, os próprios comunistas fizeram o que o acidente não conseguira fazer: feriram o Bispo na cabeça com barras de ferro, e foram-se embora tranqüilamente. No momento do ataque, o Bispo estava rezando o seu têrço. Os nossos caros mártires foram transportados para o hospital de Munkacs, onde se verificou que o Bispo tinha a maxila fraturada em dois lugares, que perdera todos os dentes, e que apresentava numerosas contusões em todo o corpo. Ao passo que todos os outros feridos se restabeleceram bastante depressa, o Bispo não devia levantar-se. A 29 de outubro, uma nova enfermeira entrava para o hospital e era designada para o serviço onde se achava o Bispo; as Irmãs foram afastadas. . O Bispo expirou à meia-noite e trinta de 1º de novembro". Foi assim que êle foi eliminado.

cerados, e depois soltos com a condição de reconhecerem o Patriarca de Moscou.

No bispado ortodoxo de Mukaciv, o Bispo Nestor teve como sucessor, em 1948, o Bispo Macário, que vinha de Lviv, onde trabalhara pela "união" com Moscou. Quando êle chegou à Subcarpátia, só achou *um único padre* unido passado para a ortodoxia. A população era hostil a Macário, que, como dizia a *Revista Patriarcal* de Moscou, devia dar prova de "muita compreensão e muito amor para com os filhos no êrro, a fim de os libertar da escravidão vaticana". [88]

O assalto final contra a Igreja unida da Subcarpátia foi dado em fevereiro de 1949. A 22 dêsse mês, a catedral de Uzhorod *foi posta sob seqüestro* e confiada ao Bispo ortodoxo Macário, nomeado nesse entretempo, pelo Patriarca de Moscou, Bispo de Uzhorod. Durante o mesmo mês, *tôdas as igrejas unidas foram fechadas*, e aos padres unidos foi vedado continuarem a celebrar cerimônias litúrgicas, sob pretêxto de que a Igreja grega-católica, como lhe chamavam geralmente, não estava registrada oficialmente conforme o exigia a lei. Em seguida veio uma deportação maciça dos fiéis e dos padres, depois que êstes últimos haviam sido expulsos pela polícia dos presbitérios, onde lhes sucediam padres ortodoxos.

A essa anexação dos fiéis católicos pela Igreja de Moscou, anexação obtida pelos meios persuasivos próprios da polícia, cumpria dar um caráter solene. Escolheu-se para isto a festa da *Assunção* de 1949. Aquilo que não fôra bem sucedido em 1947 devia sê-lo então. No mosteiro de Mukaciv foi celebrado um ofício solene pelo Bispo Macário, no correr do qual Kondratovich leu a declaração de adesão formal à Igreja ortodoxa russa; todos os laços eram cortados com Roma. Leu-se em seguida um telegrama de felicitações dirigido ao clero e ao povo pelo Patriarca Alexij de Moscou. Relatando êsse acontecimento, a *Revista Patriarcal* de Moscou [89] falava de triunfo, mas, no seu relatório publicado no mesmo número dessa revista, o Bispo Macário exprimia-se de maneira mais reservada.

Segundo notícias chegadas de outras fontes, os sucessos obtidos pela Igreja ortodoxa — assim posta a serviço da causa comunista — na realidade são minguadíssimos, apesar do emprêgo da fôrça e de meios ilícitos. *A supressão da Igreja grega-católica da Subcarpátia é meramente legal e puramente formal, imposta que foi pela "teocracia atéia" soviética.*

88) Cf. *Ano de* 1949, nº, 10, p. 5.
89) Cf. *Ano de* 1949, nº, 10, p. 5.

3

A PERSEGUIÇÃO À IGREJA CATÓLICA

sob o regime comunista albanês

Pode-se fixar no mês de novembro de 1944, isto é, imediatamente após a evacuação de Tirana pelas tropas alemãs, a conquista definitiva do poder pelos comunistas na Albânia; todavia, as eleições dos deputados à Assembléia Constituinte só tiveram lugar a 2 de dezembro do mesmo ano. Essas eleições, feitas, bem entendido, pelo processo da lista única preparada pelo Partido Comunista, segundo as informações de fonte governamental deram 95% dos votos à Frente Democrática (comunista).

Desde maio de 1944 realizara-se em Permeti um Congresso de predominância comunista, o qual decretara investido dos poderes legislativo e executivo um *Comitê Nacional Antifascista de Libertação*. Após declarar decaído o Conselho de Regência que se constituíra a 8 de setembro de 1943, o Congresso colocava à frente do Comitê o comunista Enver Hoxha. A 22 de outubro de 1944, o Comitê reuniu-se em Berat e, agindo como govêrno provisório, lançou uma proclamação em que era garantido o respeito dos direitos fundamentais do homem: liberdade de religião, de imprensa, de associação, etc. [1] Porém, mal se havia o Comitê instalado em Tirana em novembro de 1944, claramente apareceu que os comunistas estavam dispostos a eliminar tudo o que pudesse opor-se à sua tomada definitiva do poder. A 11 de janeiro de 1945, a Assembléia Constituinte proclamava a *República Popular da Albânia* [2], cujas bases constitucionais, de nítida inspiração democrático-progressista, também garantiam a liberdade de palavra, de imprensa, de reunião, de manifestação e de profissão de fé, bem como a inviolabilidade do domicílio. Ao mesmo tempo, a Constituição proclamava a Igreja separada do Estado, da escola e da "política".

A Igreja Católica na Albânia.

Até o advento do regime comunista, a Igreja Católica constituía na Albânia, apesar da sua fraca importância numérica, uma das fôrças ativas e construtivas da vida social e cultural do país. [3] Em 1944, havia na Albânia:

---

1) O Congresso de Permeti também garantira, além das outras liberdades democráticas, "a liberdade de religião e de consciência, do mesmo modo que a igualdade dos direitos para tôdas as religiões".

2) *Bashkimi* (órgão da Frente Democrática Albanesa), edição extraordinária de 11 de janeiro de 1945.

3) A respeito dos méritos que a Igreja Católica estava adqui-

a) 2 arquidioceses: Durazzo e Scútari;
b) 3 dioceses: Pulati, Sappa e Lissus;
c) 1 abadia "nullius": Santo Alexandre de Oroshi;
d) 1 administração apostólica: Albânia meridional.

No total, contavam-se 124.000 católicos, repartidos por 131 paróquias com 93 padres seculares e 94 religiosos, sôbre uma população de cêrca de 1.100.000 habitantes, dos quais 730.000 muçulmanos e 220.000 ortodoxos.

No tocante às *Instituições e Casas Religiosas*, tanto masculinas como femininas, que tinham a sua sede na Albânia setentrional, citemos:

1) Os *Franciscanos*, em número de 52, todos albaneses. 27 residiam em Scútari, ao passo que os outros estavam dispersos, conforme as necessidades das almas, em diferentes paróquias e casas religiosas da Albânia setentrional.
2) Os *Jesuítas*, que abrangiam ao todo 25 padres, dos quais 9 albaneses e 16 italianos.
3) Os *Filhos de Dom Orione*, ou seja 5 padres auxiliados por alguns Irmãos.
4) As *Irmãs dos Santos Estigmas*, com 48 religiosas, na maior parte albanesas.
5) As *Irmãs Servitas*, com 27 religiosas, quase tôdas albanesas.
6) As *Filhas de Maria Auxiliadora* ou *Salesianas*, com 10 religiosas.
7) As *Ancilas da Caridade de Brescia*, com 71 religiosas italianas e 5 albanesas.

Êsses diferentes Institutos consagravam-se quer ao ministério paroquial, quer a obras de educação ou de caridade, tais como: escolas, asilos, orfanatos, hospitais, casas de cura, maternidades, boa imprensa, etc.

Nos últimos tempos, entretanto, haviam-se criado igualmente na Albânia meridional Instituições e Obras diversas para a assistência hospitalar, para o ensino, para o ministério pastoral, etc. Todo o vasto território da Albânia meridional constituía uma única *Administração Apostólica*, que abrangia mais de 4.000 católicos com 6 padres seculares, todos albaneses, e 7 Conventuais, 4 Basilianos, 2 Lazaristas, de nacionalidade italiana. Havia ali, além disso, cêrca de 70 Freiras, das quais vinte albanesas, bem como 13 Basilianas de rito oriental, ítalo-albanesas.

O conjunto das atividades católicas estava colocado sob a direção do Episcopado albanês, composto exclusivamente de bispos de

---

rindo na Albânia, ver *La Civiltà Cattolica* — ano de 1947 II, caderno 2327, pp. 409 ss.

origem albanesa, o qual administrava as 6 dioceses da Albânia setentrional. Quanto à Albânia meridional, como já dissemos, essa formava uma única Circunscrição eclesiástica, confiada ao Delegado Apostólico.

A Perseguição nos Anos de 1944-1945.

A nós mesmos nos devemos tecer agora a dolorosa crônica da guerra de extermínio movida pelo govêrno comunista albanês contra os católicos, tanto mais quanto o pequeno número dêstes faz aparecer ainda mais perverso o gesto do opressor, que hoje se gloria da sua obra de destruição. Ei-la:

Início de dezembro de 1944: Requisição das três impressoras católicas existentes na Albânia: a dos Jesuítas, a mais antiga da Albânia, fundada clandestinamente em 1870 sob o domínio turco, e que bem-merecera da cultura, da escola e da religião; a dos Franciscanos, não menos merecedora, se bem que datando só de 1916; e finalmente a impressora "Skanderberg". Sem o menor decreto, mas em virtude de uma medida arbitrária baseada em razões de utilidade pública, a Igreja Católica achava-se bruscamente privada da totalidade da sua imprensa; de feito, era ela forçada a suspender a publicação das duas revistas católicas de cultura: *Hylli i Dritës* e *Leka;* as duas revistas mensais populares *Zani* e *Majmtari i Zemres së Krishtit* (O Mensageiro do Sagrado Coração de Jesus); assim como do hebdomadário católico *Kumbona e së diellës* (O Sino do domingo).

Pouco depois, de maneira também arbitrária e também brutal, o direito de associação era espezinhado. Sem lei, sem sequer um regulamento de polícia, sob a simples acusação de "sociedades fascistas", *as associações de Ação Católica,* que se desenvolviam sob a égide dos Franciscanos e dos Jesuítas, ou à sombra da catedral de Scútari, foram submetidas a violenta campanha de intimidação, de ameaças e de suspeição.[4] Mui particularmente a violência comunista desencadeou-se contra as associações de jovens: "Santo Antônio", "São João Bosco" e "São Próspero", numerosos membros das quais foram detidos, batidos ou deportados.

15 de dezembro de 1944: Devassas a mão armada nas instituições católicas, sobretudo no seminário pontifício[5] e na residência dos Jesuítas em Scútari. Nesta cidade foram presos numerosos católicos, entre os quais vários padres seculares e dois Franciscanos.

---

4) Cf. *Rinia,* órgão do Brash (Frente da Juventude Antifascista Albanesa), nº 2, de janeiro de 1946, e *Bashkimi* de 8 de janeiro de 1947, artigo assinado: Tuk Jakova.

5) Tratava-se da Instituição onde se formavam os futuros sacerdotes das seis dioceses albanesas.

2 de fevereiro de 1945: Décima sexta devassa na casa dos Padres Jesuítas. Centenas de soldados armados de fuzis-metralhadoras cercaram-lhes a residência, onde tudo foi pôsto a saque durante cêrca de seis horas. Enquanto os religiosos e os alunos são confinados no refeitório, tetos e assoalhos são arrombados, a biblioteca e o museu danificados, os vasos arqueológicos quebrados, os fichários dispersados, e vai-se mesmo até o ponto de violar as sepulturas na igreja. As devassas continuaram em casa dos Franciscanos, das "Mantellate", bem como na sé arquiepiscopal de Scútari e na Delegação Apostólica. [6]

Meados de março de 1945: Já se conta nas prisões da cidade de Scútari (30.000 habitantes) um milhar de detidos.

No fim do mês, um tribunal do povo começa a pronunciar as primeiras condenações à morte, e quatro padres são executados:

1) Lázaro Shantoja, a 19 de março de 1945, sob a inculpação de atitude italófila;
2) André Zadeja, a 25 de março de 1945, acusado de haver favorecido o *"Balli Kombetar"*; era êle considerado o maior poeta dêstes últimos tempos [7];
3) O Padre Antônio Harapi, Franciscano, ex-membro da Regência, nomeado depois de 8 de setembro de 1943, fuzilado a 7 de abril de 1945;
4) O Padre João Shllaku, Franciscano, a 13 de abril de 1945, sob a inculpação de haver trabalhado na constituição de um partido de oposição ao regime. [8]

Em março de 1945: Começa tôda uma série de medidas que findarão no desaparecimento total das obras católicas na Albânia meridional.

No espaço de dois meses (março e abril de 1945), os asilos, as escolas, os hospitais, os orfanatos, as missões desaparecem sucessi-

---

6) Antes de empreender a eliminação dos centros culturais do catolicismo em Scútari, orquestrou-se uma propaganda em grande estilo, de argumentos ridículos, ornamentados de caricaturas e de montagens fotográficas, difundidos em tôda a Albânia. A finalidade era preparar o terreno na opinião pública. Essas caricaturas e êsses truques fotográficos representavam religiosos confessando fiéis em confessionários abarrotados de fuzis e metralhadoras; altares cobertos de armas e de munições; religiosos armados até os dentes; estátuas de santos cheias de planos estratégicos e de documentos perigosos, etc.

7) O *Balli Kombetar* (Frente Nacional) era o partido que, durante a união pessoal da Coroa da Albânia com a da Itália e durante a ocupação alemã, visava ao restabelecimento das liberdades e, uma vez finda a guerra, à independência total do país.

8) Cf. *Bashkimi* de 3 de janeiro de 1946, artigo de fundo: Os Regentes na justiça; e o de 17 de janeiro de 1946, assinado por Gjovalin Luka: Modelos de fascistas de batina.

vamente, de sorte que na Albânia meridional não mais subsistirá coisa alguma de católico.[9]

O Delegado Apostólico, S. Excia. Mons. Leone Nigris, não deixa de chamar, tanto de viva voz como por escrito, a atenção do chefe do Govêrno para tais abusos. A sua intervenção, longe de obter o resultado procurado, só terá como conseqüência apressar-lhe a partida.

24 de maio de 1945: O Delegado Apostólico, S. Excia. Mons. Nigris, que estava na Albânia desde 1938 como representante da Santa Sé junto ao Episcopado local[10], é expulso como "indesejável", por ordem do Govêrno comunista albanês.

---

9) Eis aqui alguns fatos:

Em *Korcia*, as Irmãs dos Santos Estigmas, tôdas Albanesas (a questão de nacionalidade não podia, portanto, ser invocada) foram as primeiras a ser afastadas do orfanato; depois foram obrigadas a fechar o jardim de infância e, finalmente, privadas da casa em que viviam.

Em *Valona* e em *Argirocastro*, as onze Ancilas da Caridade foram expulsas do hospital onde se desvelavam, e forçadas a abandonar a Albânia por serem italianas.

Em *Elbasan*, o asilo foi fechado, e as Freiras, embora tôdas Albanesas, pertencentes à Congregação das Irmãs Servitas, foram obrigadas a deixar a cidade.

Em *Berat*, fechou-se a igreja e tomou-se posse da casa dos missionários e das Freiras.

Em *Lushnja*, primeiramente proibiu-se às Freiras qualquer atividade, mesmo no terreno sanitário, e depois procedeu-se ao seu repatriamento.

Em *Fieri*, ocupou-se a residência das Freiras e prendeu-se o padre que dirigia a missão. Ao cabo de uma permanência de seis meses na prisão sem nenhum processo, foi êle repatriado.

Em *Dhrimades*, *Vuno* e *Pogradec*, os "ateliers" sociais foram fechados, bem como os asilos, e tôda atividade foi vedada às Freiras.

Os seis padres seculares, todos Albaneses, que exerciam o ministério na Albânia meridional, foram afastados da região. Os sete Padres conventuais, os quatro Basilianos e os dois Lazaristas que se achavam igualmente naquela região foram todos internados e, pouco tempo depois, repatriados.

10) A S. Excia. Mons. Nigris, que, no fim de março de 1945, partia para Roma — onde se propunha mesmo pedir socorros para a população, cujas condições de vida se tornavam miseráveis, — o Secretário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros dera a segurança de que nenhuma dificuldade seria feita ao seu regresso à Albânia. Bem melhor, o Govêrno albanês encarregara o Delegado Apostólico de exprimir à Santa Sé o seu desejo de ter um representante junto a ela, e o Primeiro Ministro Hoxha lhe pedira apresentar suas homenagens pessoais ao Santo Padre e participar-lhe a sua admiração pela obra filantrópica por êle realizada. Ora, mal descia do avião em Tirana, a 24 de maio de 1945, na sua volta de Roma, o Delegado Apostólico foi seqüestrado numa sala do aeroporto, e sete horas depois tornava a partir para a Itália, sem sequer uma sombra de despedida. Ver *La Civiltà Cattolica*, ano de 1947, volume II, pp. 419-420.

Junho de 1945: Uma lei declara que as escolas elementares dependem exclusivamente do Estado.[11] Assim os alunos das escolas particulares católicas, as únicas existentes na Albânia, são forçados a freqüentar as escolas do Estado.

Em seguimento a essas medidas, professôres comunistas começaram a ensinar nas escolas dos Jesuítas, em Scútari; os religiosos de Dom Orione foram afastados do orfanato de meninos, enquanto que, no de meninas, mantido pelas Filhas de Maria Auxiliadora, os postos de diretora e de subdiretora, ocupados por Freiras, foram confiados a dois jovens comunistas, de idade respectivamente de quinze e dezessete anos, ambos muçulmanos e de conduta escandalosa.

Nesse ínterim, nos colégios católicos, que ainda escapam à alçada do Estado por falta de professôres leigos para substituir os religiosos, é imposta a criação de seções internas do *Brash* (Frente de Juventude Antifascista Albanesa) comportando conferências de caráter político feitas por propagandistas especiais. A liberdade de contradição é ali admitida; mas nem por isto deixa de ser verdade que, por terem ousado criticar um dêsses propagandistas no decurso de uma discussão pública, os Padres Jesuítas Gardin e Vata (êste último Albanês) foram postos em estado de detenção a 25 de julho e condenados por um "Tribunal do Povo", o primeiro a seis anos e o segundo a dezesseis meses de trabalhos forçados.

A Luta Contra o Clero Católico.

Janeiro-fevereiro de 1946: Falsamente acusados de terem difundido folhetos de propaganda contra o regime e de haverem feito uma propaganda oposta a êste último por ocasião das eleições políticas de 1945, os Padres Jesuítas Daniel Dajani, albanês, reitor do seminário pontifício de Scútari, e João Fausti, vice-provincial dos Jesuítas, foram presos.[12]

---

11) Conforme o artigo 28 de Constituição de 1945, as escolas dependem do Estado, que é só quem tem o direito de autorizar a abertura de escolas particulares. A escola é separada da Igreja. O Estado assegura a tôdas as classes sociais da população a possibilidade de freqüentar as escolas e as diversas instituições culturais.

A respeito do espírito e das tarefas da escola, cf.: Albânia — Ministério dos Negócios Estrangeiros — Seção de Imprensa — *A Instrução pública na Albânia nova,* Tirana 1948, p. 19; *Conselho geral da juventude popular da Albânia,* Tirana 1947, p. 28.

A lei de 17 de agôsto de 1946 lançou as bases da democratização da nova escola albanesa. Os programas, os manuais e os métodos de ensino foram radicalmente modificados, para serem postos em harmonia com os princípios do marxismo-leninismo.

Cf. igualmente: Albànsky dvoulety hospodàrsky plàn, Praga, Orbis 1951.

12) Art. de fundo do *Bashkimi* de 4 de janeiro de 1946: *Para*

O processo, denominado *Processo da União Albanesa*, vai prosseguir durante quase um mês, e terminará a 22 de fevereiro pela leitura das condenações seguintes:

1) *à morte*: além dos dois Padres Jesuítas, o Padre Shllaku, Franciscano, e dois seminaristas;
2) *à prisão perpétua*: três seminaristas;
3) *a dez anos de trabalhos forçados*: outro inculpado.

A execução dos condenados à morte teve lugar na manhã de 4 de março, e, com os três Padres, foram igualmente mortos uma dezena de notáveis católicos de Scútari e dos arredores. Os corpos dos supliciados ficaram abandonados entre as imundícies no leito da torrente de Kiri, debaixo da chuva, o dia todo.

19 de janeiro de 1946: Todos os religiosos e religiosas de nacionalidade italiana residentes em Scútari receberam ordem de se apresentar no pôsto de polícia, para ouvirem comunicar-se-lhes a ordem, vinda de Tirana, de terem de deixar a cidade dentro de vinte e quatro horas, e de atingirem Durazzo por seus próprios meios, levando sòmente as suas roupas pessoais. No dia seguinte, sob boa escolta, os refugiados são conduzidos a Durazzo, onde reencontram os outros religiosos italianos provenientes de tôdas as regiões da Albânia. Após uma permanência de mais de um mês, durante a qual são submetidos a exames repetidos das bagagens e das pessoas, 80 missionários italianos (por outras palavras, a quase totalidade dos Italianos presentes na Albânia) são embarcados num navio com destino à Itália. Já não restam então na Albânia senão algumas Ancilas da Caridade, retidas e quase internadas nos hospitais onde estavam em serviço, aguardando que o pessoal comunista esteja em condições de substituí-las. A expulsão delas terá lugar na primavera de 1948.

---

a defesa da independência e da democracia: "E' preciso eliminar os mequetrefes do fascismo, e a detenção dos PP. Dajani e Fausti prova que êles ainda existem"; é o tom da polêmica corrente.

13) A 14 de novembro de 1945, a *Rádio-Belgrado*, citando a *Agência Telegráfica Albanesa*, falara do repatriamento dos padres e das religiosas de nacionalidade italiana vindos para a Albânia, "durante a ocupação, para ficarem a serviço do exército e da população enviada da Itália para a colonização". A êste respeito, há razão para frisar que, à exceção de uma parte do pessoal missionário do Sul, que chegara depois de 1939 para ali criar obras de assistência e de caridade em favor dos Albaneses, os missionários italianos estavam presentes na Albânia muitos anos antes de 1939. As Ancilas da Caridade para ali tinham vindo desde 1924 a fim de servirem nos hospitais albaneses; as Salesianas, havia mais de quarenta anos; as Irmãs Servitas, havia mais de cinqüenta anos; os Filhos de Dom Orione, desde 1928; os Jesuítas, desde 1848; e os Franciscanos, havia desde sete séculos.

Março-dezembro de 1946: Uma vez expulsos os religiosos italianos, os comunistas investiram contra o clero albanês ainda em liberdade, no intuito evidente de chegarem ao aniquilamento da Igreja Católica na Albânia.

O triste balanço dessa luta era, no fim de 1946, o seguinte: 32 padres e religiosos aprisionados sob inculpações as mais variadas e mais inverossímeis; 15 padres e religiosos mortos, êstes últimos tomados entre os mais moços.[14]

Abril de 1947: Sensacional processo contra alguns membros do clero católico mais em vista[15] processo que termina a 18 de abril pela condenação de Estêvão Kurti, padre secular, a vinte anos de prisão; do Padre Meshkalla, a quinze anos; de Mons. Bonati e de Roch Oboti, padre secular, a cinco anos. Todos eram acusados de terem sido "agentes do estrangeiro", de haverem trabalhado "a serviço do Vaticano" e de se haverem entregado a "um trabalho de espionagem e de sabotagem contra a obra de reconstrução do Govêrno atual".

Novembro de 1947: João Karma, padre secular que ficou, depois da expulsão dos missionários italianos, na Albânia meridional com três outros padres albaneses, dos quais não se têm notícias, é pôsto em estado de detenção e internado.

Fevereiro-março de 1948: Procede-se à *eliminação do Episcopado católico*. Após a morte, em 1946, do Arcebispo de Scútari, S. Excia. Mons. Gaspar Thaci, o Arcebispo de Durazzo, S. Excia. Mons. Nicolau Vicente Prennhushi, tornara-se o chefe da Igreja Católica na Albânia. No início de janeiro de 1948, era êle expulso da sua sé arquiepiscopal e aprisionado. Depois de torturado nos locais da Segurança Pública, foi condenado a trinta anos de trabalhos forçados, e morreu em prisão em agôsto de 1952.

Em fins de janeiro de 1948, prenderam o bispo de Sappa, S. Excia. Mons. Jorge Volaj. Sem sombra de processo, sem que se levasse em

---

14) Ver a lista das vítimas e os rasgos de heroísmo em:
— *La Civiltà Cattolica*, ano de 1947, caderno 2330, pp. 138-141;
— *Agence Internationale Fides*, fascículo de 14 de março de 1953, p. 224.

15) A finalidade do processo era, evidentemente, justificar de algum modo perante a opinião pública, no interior do país como no estrangeiro, a onda de detenções e de malversações contra a Igreja Católica. Os relatórios do processo foram difundidos não só na imprensa local comunista como também pelo rádio, onde foram objeto de uma emissão especial, durante a *Hora alegre* do domingo. Foi êsse o último processo oficial contra o clero católico na Albânia. Posteriormente, os padres foram eliminados sem sequer uma aparência de processo, bastando a acusação genérica de "agentes do Vaticano" para justificar o encarceramento, a relegação num campo de concentração ou a condenação aos trabalhos forçados.

conta a menor formalidade, ao menos aparente, de justiça, o Govêrno comunista mandava fuzilá-lo na manhã de 3 de fevereiro de 1948.

A terceira vítima do Episcopado católico foi S. Excia. Mons. Francisco Gijni, que administrava a Abadia "Nullius" de Santo Alexandre, de Oroshi, e a diocese de Lissus, bem como a Delegação Apostólica desde a expulsão de Mons. Nigris. Um ano depois da sua nomeação como Regente da Delegação Apostólica, S. Excia. Mons. Gijni fôra prêso em fins de 1946 e mantido durante cêrca de um ano em prisão. Libertado nos primeiros dias de dezembro de 1947, era novamente prêso pouco depois, e fuzilado na manhã de 11 de março de 1948, sem processo.

Em março de 1948 não restava, de todo o Episcopado católico, senão o Bispo de Pulati, S. Excia. Mons. Bernardino Shllaku, octogenário, confinado na sua residência de Koder di Shan Gjergi, nas montanhas do extremo norte da Albânia.

Na ausência dos bispos, o clero procedeu à eleição de Vigários Capitulares para administrar as dioceses: Mons. Tomás Laka para a de Scútari, Mons. Gaspar Gurakuqi para a de Sappa. Logo que eleitos, êsses Vigários Capitulares foram presos e internados, e as dioceses ficaram de novo sem chefe. Em fins de 1948 podia-se considerar como alcançado o intuito do Govêrno, de eliminar a Hierarquia católica.

A «Igreja Católica Nacional da Albânia».

Junho de 1951: Seguindo nisso o exemplo dos outros países do Kominform, o Govêrno comunista tenta então criar uma *Igreja Católica Nacional.*

Já desde 26 de novembro de 1949, o Govêrno promulgara uma lei sôbre as comunidades eclesiásticas [16], nos têrmos da qual seria declarada ilegal tôda religião, entre as três existentes (católica, ortodoxa e muçulmana), que não fornecesse, dentro em três meses, os estatutos da sua própria organização, da sua própria direção e da sua própria administração.

Os ortodoxos e os muçulmanos apresentaram êsses estatutos nos prazos prescritos e obtiveram imediatamente a aprovação governamental. Os estatutos dos católicos ficaram em suspenso durante quase dois anos, até o momento em que o Govêrno conseguiu impô-los após uma longa série de detenções de eclesiásticos, coroada pela permanência de Mons. Shllaku, único bispo sobrevivente, nos locais da polícia, onde durante três dias foi submetido às humilhações e aos insultos. O clero foi colocado na alternativa ou de aceitar o projeto do Govêrno ou de ver a Igreja Católica privada de tôda atividade,

---

16) Cf. o decreto-lei nº 743 na *Gazeta Zyrtare* (diário oficial), nº 90, de 12 de dezembro de 1949.

mesmo no que concerne à administração dos sacramentos. Não se recuava ante a detenção de todos os padres que se sabia deverem opor-se de modo o mais categórico à aceitação dos estatutos.[17]

Assim extorquidas as assinaturas, os estatutos foram apresentados à Assembléia dos deputados, que, a 3 de agôsto de 1951, os declarou aprovados e os submeteu à assinatura do Praesidium do Conselho da República Popular da Albânia.

Assim foi constituída a *Igreja Católica Nacional da Albânia*, sob a dependência direta do Govêrno comunista.

Eis aqui os principais parágrafos do documento; o seu conteúdo dispensa qualquer comentário[18]:

§ 1. A Igreja Católica da Albânia (I. C. A.) tem caráter nacional, personalidade jurídica, e abrange em seu seio todos os fiéis católicos na Albânia. Inspira-se nos princípios religiosos da Igreja Católica universal, instituída por Jesus Cristo e tendo à sua frente o Papa, sucessor do Apóstolo Pedro.
Ela não tem com o Papa nenhuma relação orgânica, econômica ou política.

§ 2. O fim da I. C. A. é a glória visível de Deus, a salvação das almas e o bem-estar nacional do povo.

§ 3. Ao mesmo tempo que as aspirações religiosas, os ministros da I. C. A. devem promover entre os fiéis os sentimentos de fidelidade para com o poder do Povo e para com a República Popular da Albânia (R. P. A.), o amor da pátria, o sentimento da paz e do bem-estar.

§ 4. A jurisdição da I. C. A. estende-se sôbre todo o território da R. P. A. onde se achem os seus fiéis. Os seus ministros e o seu pessoal devem ser súditos leais para com a R. P. A., e fiéis ao povo e à pátria. Devem gozar de todos os direitos civis. Os eclesiásticos constituem a parte dirigente dela, e os leigos são os seus fiéis.

§ 5. O albanês é a língua oficial da I. C. A. que utiliza o latim para a celebração do culto de rito latino.

§ 6. No exercício do seu ministério, a I. C. A. é obrigada a obedecer às leis da R. P. A. tanto como à lei divina; obedece a tôdas

---

17) Consoante o rádio oficial e o *Zeri i Popullit* (*Voz do Povo*), órgão do Comitê Central do Partido Comunista Albanês, os estatutos teriam sido assinados por Mons. Shllaku e 63 padres seculares e regulares. Entre êstes últimos, dois certamente haviam morrido em junho de 1951, ao passo que 10 outros estavam em prisão. Pela lista do *Zeri i Popullit*, 4 Padres Jesuítas figuravam como padres seculares. Se houve aparência de aceitação, com tôda certeza só pode tratar-se de uma adesão arrancada pela fôrça e puramente exterior.

18) O texto dos estatutos foi publicado pelo *Zeri i Popullit*. Seguia-se um violento comentário contra o Vaticano, "principal fortaleza da reação mundial, grande agência da espionagem americana". A imprensa apresentava os estatutos como uma "resposta merecida" do clero e dos católicos da Albânia à Igreja de Roma, e como "a expressão concreta do ódio nutrido pelos fiéis e pelos padres católicos albaneses contra o Vaticano, que no passado deu prova de hostilidade real para com a Albânia".

as leis do Código do Direito Canônico da Igreja Católica universal enquanto as disposições dêsse Código não estiverem em contradição com as leis da R. P. A., nem forem contrárias à ordem pública e aos bons costumes.

§ 7. A I. C. A., tanto do ponto de vista religioso como no que tange à administração, é dirigida pelo Episcopado Católico albanês. Composto dos Ordinários das Dioceses existentes na R. P. A., é êle o órgão diretor da I. C. A. e a mais alta competência em todos os domínios da sua alçada. À sua testa acha-se o Ordinário da Arquidiocese Metropolitana de Scútari, que é o mais alto dignitário e reside em Scútari.

§ 8. Os direitos e os deveres do Episcopado católico da Albânia são os seguintes:

a) conservar inviolável a unidade dogmática e os Cânones da Santa Tradição da I. C. A.;
b) conservar intacta a unidade da I. C. A. com o seu caráter nacional;
c) dirigir e administrar as dioceses da I. C. A.;
d) ocupar-se da preparação do clero por meio de seminários, criados e administrados segundo os regulamentos que devem ser aprovados pelo Conselho dos Ministros da R. P. A.;
e) prover à constituição de um Fundo da I. C. A. e à perfeita administração dos bens desta;
f) o Govêrno da R. P. A. subvenciona a I. C. A. levando em conta, a um tempo, os pedidos do Episcopado e as possibilidades do Estado;
g) o Episcopado ocupa-se da publicação das Cartas Pastorais, das revistas e dos livros religiosos para a formação do clero católico, conformemente aos Dogmas e aos santos Cânones, bem como às leis da R. P. A.;
h) o Episcopado nomeia os arcebispos, os bispos e os outros ministros religiosos, que, por proposta sua, se vejam confirmados no seu cargo pelo Conselho dos Ministros da R. P. A.. A entronização dos bispos e dos novos arcebispos incumbe ao bispo ou ao arcebispo autorizado pelo Episcopado, conformemente aos dogmas religiosos e com a aprovação do Conselho dos Ministros da R. P. A.;

§ 9. A I. C. A. compreende as dioceses seguintes:

a) a Arquidiocese de Scútari, tendo à sua frente um arcebispo metropolita com sede em Scútari;
b) a Arquidiocese de Durazzo, tendo à sua frente um arcebispo com sede em Durazzo;
c) a Diocese de Lissus, tendo à sua frente um bispo sufragâneo de Scútari com sede provisòriamente em Kallmet;
d) a Diocese de Sappa, com um bispo sufragâneo de Scútari, residente em Nenshat;
e) a Diocese de Pulati, com um bispo sufragâneo de Scútari, residente em Koder di Shan Gjergj;
f) a Abadia Nullius de Mirdizia, tendo à sua frente um bispo residente em Oroshi.

Os vigários capitulares substituirão os arcebispos e os bispos em caso de vacâncias das sés. A arquidiocese e as dioceses são administradas por seus próprios Ordinários, que têm jurisdição sôbre todos os eclesiásticos católicos que exercem as suas funções no território diocesano.

§ 10. O Ordinário da Arquidiocese Metropolitana, como chefe da Hierarquia da I. C. A. e dirigente do Episcopado, pode convo-

car, a seu gôsto, todo o Episcopado e os ministros do culto, conforme as necessidades, a fim de examinar as questões de fôro interno e externo da Igreja em geral e das dioceses em particular, atendo-se nisso às leis canônicas e às do Estado presentemente em vigor. Não pode tomar nenhuma decisão importante para o conjunto da I. C. A., nem pronunciar qualquer pena disciplinar religiosa contra os eclesiásticos que não dependem estritamente da sua jurisdição episcopal. As decisões importantes para a totalidade da I. C. A. só poderão ser tomadas em completo acôrdo com o Episcopado. O Ordinário representa o Episcopado em face da administração governamental.

§ 11. O arcebispo metropolita, e, na sua ausência, o bispo eleito pelo Episcopado, pode manter-se em relações (em nome do Episcopado) com Comunidades religiosas ou Instituições oficiais cuja sede é no estrangeiro. *Não podem essas relações ter qualquer caráter de dependência nem de submissão nos domínios orgânico, econômico ou político;* só podem ter um caráter de *coordenação no tocante a questões religiosas,* e devem passar pelo canal dos *Organismos oficiais da R. P. A.*, conformemente ao § 25 do decreto-lei nº 743 datado de 26-11-49, concernente às Comunidades religiosas.

§ 12. Os bispos residenciais, ou, na sua ausência, os vigários capitulares, têm os direitos e os deveres seguintes:

a) reger e administrar a sua diocese;
b) ordenar novos sacerdotes segundo os santos Cânones e as leis em vigor;
c) convocar o Sínodo diocesano, ao qual são submetidos os problemas especiais que interessam o clero e os fiéis da diocese;
d) ocupar-se de tôdas as questões religiosas da sua diocese;
e) nomear e deslocar os curas no interior da diocese, com o acôrdo prévio dos consultores diocesanos.

§ 13. Os bispos, e, na sua ausência, os vigários capitulares, dispõem de uma cúria diocesana que os auxilia na direção e administração da sua diocese. Compreende ela: o vigário geral, o chanceler, os consultores, o secretário e outros empregados da chancelaria nomeados pelo bispo.

§ 14. Cada diocese é dividida em paróquias. A frente da paróquia acha-se o cura, que tem o encargo dela e que depende do Ordinário do lugar.

§ 15. Depois de haver tomado canônicamente posse da sua paróquia, o cura goza de todos os direitos, mas ao mesmo tempo lhe *incumbem todos os deveres previstos* tanto pela tradição eclesiástica como pelas *leis* da R. P. A.

§ 16. O cura tem jurisdição no interior da sua paróquia assim como sôbre os seus paroquianos, onde quer que êstes se achem. Fora da sua paróquia não pode êle exercer a sua jurisdição senão com a autorização do Ordinário e, em certos casos, igualmente só com permissão do cura da localidade. Quando uma paróquia tiver mais de uma Igreja, os ofícios religiosos podem ser celebrados por um sacerdote que tem o título de Reitor. No caso em que a paróquia se ache sem titular, é designado um padre para celebrar missa, pregar o Evangelho e efetuar todos os serviços religiosos conformemente aos Dogmas e aos santos Cânones, bem como às leis governamentais em vigor.

§ 17. Os ministros do culto, uma vez eleitos segundo as disposições dêstes estatutos, são obrigados a pronunciar o *juramento*

de fidelidade. O celibato é obrigatório para todos os seminaristas "in Sacris".

§ 18. Os religiosos de ambos os sexos fazem parte da I. C. A. O seu escopo é a sua própria santificação e o auxílio ao clero para os ofícios religiosos. Os religiosos desenvolvem a sua atividade segundo a sua regra aprovada pela autoridade eclesiástica e pelo Conselho dos Ministros. Os Franciscanos, que exercem as suas funções religiosas em diferentes dioceses, são deslocados para as paróquias segundo as mesmas regras que as em uso para os curas da I. C. A.

§ 19. O patrimônio das dioceses e arquidioceses constitui a renda dos eclesiásticos. Os bens da Igreja dividem-se em bens do culto e em bens ordinários. Os primeiros são os destinados ao culto divino; os outros concernem às necessidades de manutenção da igreja e do pessoal em serviço. O aumento, a conversão e a administração dêsses bens, o seu contrôle e a sua fiscalização, estão *sujeitos às disposições legislativas em vigor*, e especialmente às do regulamento sôbre a administração dos bens da I. C. A. aprovado pelo Conselho dos Ministros.

§ 20. As despesas de manutenção do culto e as dos "bureaux" religiosos são cobertas pela contribuição voluntária dos fiéis, pelos rendimentos dos bens eclesiásticos e pela subvenção eventual do Estado.

§ 21. Na sua diocese, os bispos podem instituir tribunais para conhecer os erros dogmáticos e canônicos cometidos pelos sacerdotes ou pelos seus auxiliares, e aplicar a êstes penas disciplinares de caráter religioso tais como: advertência, suspensão *a divinis* e degradação conformemente aos sagrados Cânones e ao § 14 do decreto-lei sôbre as Comunidades religiosas.

.. ..

§ 25. Êstes estatutos, elaborados e aprovados na reunião geral do clero católico albanês realizada a 26 de junho de 1951 na cúria arquiepiscopal metropolitana de Scútari — na base dos princípios e disposições gerais do Direito Canônico supramencionados, e em conformidade com as disposições em vigor do Conselho da R. P. A. e do decreto-lei sôbre as Comunidades religiosas — para fixar os processos a serem empregados pela I. C. A. a fim de regular, dirigir e administrar as questões religiosas que lhe são próprias, entram em vigor após a aprovação do Conselho da R. P. A.

Um Balanço.

Ao cabo de oito anos de perseguição encarniçada, a situação da Igreja Católica na Albânia, comparada com os dados de 1944, pode assim resumir-se:

Clero secular:

1) Dois *bispos* fuzilados; um morto em prisão, um falecido de morte natural; o Delegado Apostólico expulso; um sobrevivente idoso e doente.

2) *Sôbre 94 sacerdotes*: 17 mortos, 39 detidos, 3 forçados a fugir para o estrangeiro; 11 — entre os mais moços — chamados

para sob as bandeiras; 10 mortos de morte natural ou em conseqüência de maus tratos; 14 ainda em liberdade vigiada.

3) *Seminaristas*: sôbre os 60 existentes em 1944: 2 fuzilados, 4 condenados aos trabalhos forçados, 54 expulsos do seminário, incorporados ao exército ou dispersados.

Religiosos:

1) *Jesuítas*: 17 Padres e 14 Irmãos expulsos; 3 Padres fuzilados; 3 em prisão com 5 Irmãos; 2 Padres e 11 Irmãos ainda em vida, mas escondendo-se para não serem presos.
2) *Franciscanos*: 13 Padres mortos; 27 encarcerados ou condenados aos trabalhos forçados; 6 falecidos de morte natural; os outros dispersados ou escondidos.
3) *Filhos de Dom Orione*: todos expulsos como Italianos.
4) *Noviços Franciscanos*: os 90 dispersados.

Religiosas:

Sôbre as 200 Freiras, aproximadamente, que em 1944 se desvelavam, na Albânia, nas diferentes casas, escolas e instituições de caridade: 85 foram repatriadas por não serem Albanesas, 43 internadas ou enviadas aos trabalhos forçados, e as outras obrigadas a deixar as casas religiosas e a deporem o hábito.

Seminários, Instituições e Casas religiosas:

Fechados e requisitados: o seminário de Scútari, o convento e noviciado franciscano de Scútari; as casas, a impressora e os colégios dos Jesuítas em Scútari e Tirana; as escolas e os asilos mantidos pelas Congregações femininas; o orfanato dos Filhos de Dom Orione em Scútari.

Pelas últimas notícias, que remontam a julho de 1955, a atividade da Igreja continua a ser severamente jugulada pelos "Estatutos da Igreja Católica da Albânia", impostos em 1951 pelo Govêrno. Sabe-se extremamente pouca coisa da vida religiosa na Albânia desde aquela época. Todavia é certo que, a despeito das devastações acumuladas pelo regime comunista na Albânia, e cuja brutalidade não foi atingida em nenhum dos outros países tombados sob a obediência marxista, a afluência dos fiéis às igrejas que ficaram abertas é sempre considerável. O único bispo ainda em vida, Mons. Shllaku, octogenário, está doente. Três padres morreram em prisão e dois outros foram aprisionados. As duas religiosas que se desvelavam na paróquia de Tirana foram forçadas a deixar o hábito e reenviadas às suas famílias.

Apesar das perdas sofridas, o prestígio da Igreja Católica não declinou no espírito das populações albanesas, mesmo muçulmanas, que não esquecem o heróico comportamento de tantos eclesiásticos e de numerosos leigos.

4

A PERSEGUIÇÃO À IGREJA CATÓLICA

sob o regime comunista búlgaro

A 9 de setembro de 1944 as tropas soviéticas faziam sua entrada em Sofia e apressavam-se a ali instalar um Govêrno que, sob o rótulo de "Frente Patriótica", era de predominância comunista.

Desde a suspensão das hostilidades entre a Bulgária e a U. R. S. S. (outubro de 1944), mas sobretudo depois da proclamação da República (15 de setembro de 1945), os comunistas empreenderam a eliminação dos seus adversários políticos; ao mesmo tempo, conseguiam assegurar-se forte maioria nas eleições para a Assembléia Constituinte de 27 de outubro de 1946, mercê de um sistema eleitoral que em caso algum podia deixar de lhes garantir o êxito.

Em dezembro de 1948, um ano após o enforcamento, ocorrido a 27 de novembro de 1947, do "traidor" Nicolau Petkov, chefe do Partido Agrário da oposição, o comunismo estendia o seu domínio inconteste sôbre a Bulgária.

Então começou a luta sistemática contra o que subsistia das fôrças da oposição, isto é, em primeiro lugar, aos olhos dos comunistas, contra as diferentes Confissões religiosas.

Na Constituição promulgada a 6 de dezembro de 1947, já mui nìtidamente aparecia a intenção de subordinar inteiramente aos poderes públicos os direitos religiosos dos simples cidadãos. Com efeito:

O Artigo 71 declara que não são reconhecidos os privilégios da nacionalidade, do nascimento, da religião e da condição material; e acrescenta que as discriminações raciais ou religiosas são puníveis pela lei.

O Artigo 76 só reconhece como válido o casamento civil.

O Artigo 78 garante a "liberdade de consciência e de religião" em regime de separação entre a Igreja e o Estado, no quadro de uma lei especial, e proíbe as "organizações políticas de base religiosa".

O Artigo 79, enfim, sanciona para os cidadãos o direito à educação "leiga, de espírito democrático e progressista". Mas o direito de proporcionar a educação pertence ùnicamente ao Estado. As escolas particulares só podem ser autorizadas por leis do Estado; e, mesmo nestes casos, essas escolas serão colocadas sob o contrôle do Estado.

As eleições de 18 de dezembro de 1949 deram ao Govêrno, após truques, 97,76% dos votos. As intenções comunistas apareceram então plenamente conforme ao que exige a implacável ideologia marxista-leninista.

A Igreja Católica na Bulgária.

Por ocasião do advento do regime comunista na Bulgária, sôbre uma população total de 6.078.000 habitantes, a Igreja Católica contava cêrca de 57.000 fiéis, repartidos em três circunscrições eclesiásticas:

a) a diocese de Nikopol,

b) o vicariato de Sofia e Plovdiv,

c) o exarcato apostólico para os Búlgaros de rito bizantino.

No tocante ao rito, 6.000 fiéis aproximadamente pertenciam ao bizantino-eslavo, ao passo que os outros eram do rito latino.

Além disto, a Igreja Católica estava representada na Bulgária por 18 Casas e Instituições religiosas, das quais 10 escolas, 2 grandes hospitais e 6 orfanatos.

Havia ali, em 1944, 127 sacerdotes e 200 religiosos ou religiosas.

A despeito do seu pequeno número, os católicos búlgaros desenvolviam uma atividade transbordante, não tanto num intuito de proselitismo como em razão da sua intensa atividade, que fazia dêles um organismo admiràvelmente unido.

A Santa Sé tinha na Bulgária um representante, sem caráter diplomático, na pessoa do Delegado Apostólico.

Primeiras Medidas Contra a Igreja Católica.

No decurso dos anos de 1945-1948, o novo clima *político*, criado no fim da guerra, não acarretou para a Igreja na Bulgária perseguição sistemática, como foi o caso, na mesma época, em outros países, por parte de Governos de obediência marxista. Todavia, durante aquêles anos, não faltaram nem os atos de violência nem os abusos de poder contra pessoas e instituições eclesiásticas, por pouco numerosas que estas fôssem.

Molestaram-se os padres de diversas maneiras: a certos dêles tirou-se o cartão de alimentação; outros foram aprisionados; alguns desapareceram misteriosamente; procurou-se embair vários dêles por propostas incompatíveis com a sua missão religiosa; todos foram apertados numa rêde sempre mais implacável de espionagem.

No correr daqueles anos desencadearam-se os primeiros ataques contra a Igreja e o Papa, ataques destinados a criar uma atmosfera de hostilidade contra a Igreja Católica. Ao mesmo tempo, começava-se a proceder *à expulsão de todos os padres e de tôdas as religiosas de nacionalidade estrangeira*, a fim de que nenhum dêles pudesse assistir à perseguição que os comunistas tinham decidido mover, consoante um ritmo bem definido de "voltas de parafuso" progressivas ou, se se preferir, por etapas sucessivas.

No dia em que as Autoridades governamentais propuseram ao comitê de redação do "*Istina*", único semanário católico existente na Bulgária, inserir em cada número um artigo por elas fornecido, para tirarem ao Govêrno comunista todo pretêxto para intervenção, os bispos decidiram por si mesmos suspender-lhe a publicação.

Mas o Govêrno avançava regularmente no caminho da liquidação da Igreja Católica na Bulgária. Eis aqui as principais etapas dolorosas dela:

Precedido de intensa campanha de imprensa e de propaganda, destinada a credenciar a opinião de que a existência de escolas particulares, e sobretudo católicas, era já agora intolerável no novo clima progressista [1], um Decreto do Praesidium da Assembléia Nacional, datado de 3 de agôsto de 1948, ordenou o fechamento, a partir de 1º de novembro de 1948, *de tôdas as escolas estrangeiras, religiosas ou leigas, qualquer que fôsse o seu grau ou a sua atividade cultural.*

Em conseqüência, nove grandes colégios, mantidos pelas religiosas ou pelos religiosos católicos, tiveram de cessar a sua atividade: três em Sofia, dois em Russe, dois em Plovdiv, um em Varna e um em Burgas. Mais de 5.000 alunos de ambos os sexos freqüentavam êsses colégios.

Entrementes, de 1948 a 1950, o Govêrno comunista búlgaro *confiscava todos os bens eclesiásticos*, a pretêxto de nacionalização dos bens. [3]

---

1) Ver o jornal *Novini* (Notícias) de 17 de novembro de 1947. A 3 de novembro, o mesmo jornal já publicara um voto do Conselho Superior da Instrução Pública, pedindo com urgência a votação de uma lei obrigando todos os alunos do país a freqüentarem as escolas do Estado, só sendo autorizados ao acesso das escolas estrangeiras os cidadãos dos outros países. Ver igualmente, no que concerne aos ataques, o *Rabotnichesko Delo* (Ação Operária), órgão oficial do Partido Comunista búlgaro, de 7 a 10 de dezembro de 1947, assim como o *Novini*, já citado, de 7 de dezembro de 1947.

2) Ver o texto do Decreto em *Otecstven Front* (Frente Nacional) de 3 de agôsto de 1948.

3) Primeiramente, a fim de obrigar a Autoridade Eclesiástica a coletivizar o patrimônio territorial da Igreja, foi impôsto aos administradores contribuírem para o fundo de reserva para a população com uma percentagem de gêneros bem superior àquilo que, na melhor das hipóteses, poderia produzir o terreno visado. Na impossibilidade de entregar as quantidades absurdas que lhes eram pedidas, os administradores foram forçados a coletivizar os bens eclesiátiscos, a fim de evitarem ser acusados de sabotagem.

No que concerne à nacionalização dos edifícios, o Govêrno comunista saiu-se da coisa mais fàcilmente, tendo, como tinha, a possibilidade de fazer prevalecer em todos os casos a razão de utilidade pública. Foi êste o motivo invocado para confiscar hospitais, escolas, instituições e pensionatos, quando, por cúmulo de ironia, se reservara aos antigos proprietários a disposição das adegas e dos celeiros.

Em dezembro de 1948, aproveitando a viagem, à Itália, do Regente da Delegação Apostólica, Mons. Francisco Galloni, o Govêrno comunista *recusou-lhe o visto de volta*, e isto a despeito das garantias mais formais dadas antes da sua partida. [4]

A Lei Sôbre os Cultos.

A 17 *de fevereiro* de 1949, a Assembléia Nacional aprovava uma *Lei sôbre as Confissões religiosas* [5], verdadeira acumulação de medidas destinadas a assinalar o fim do catolicismo.

Ilusória é a liberdade de consciência e de culto ratificada pelo artigo 1º da Lei em questão, visto como não sòmente se exclui possa ela achar-se em oposição com a Constituição, com "as leis, com a ordem social e os bons costumes" de um regime comunista, como também, e mais ainda, por ser ela irremediàvelmente suprimida por quase tôdas as outras disposições da Lei, e especialmente pelas seguintes:

Artigo 2. — As Confissões, enquanto comunidade religiosas, são separadas do Estado.

Artigo 3. — A Igreja ortodoxa búlgara é a Confissão tradicional do povo búlgaro, e está ligada à sua história; como tal, pela sua forma, pelo seu conteúdo e pelo seu espírito, pode ser uma Igreja popular democrática.

Artigo 9. — Tôda Confissão deve ter uma direção responsável perante o Estado. Os Ministros do culto podem permanecer em função, ser revocados ou mudados, depois de obterem o *nihil obstat* do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Os Ministros dos cultos pertencentes a uma Confissão que tenha relações econômicas com o estrangeiro só podem ser nomeados após aprovação do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Por ocasião da sua entrada em função, são obrigados a fazer solenemente uma promessa de fidelidade ao Govêrno da República.

Artigo 10. — Só os cidadãos búlgaros podem ser Ministros do culto ou desempenhar funções eclesiásticas; devem ser de boa conduta, inspirar confiança e não ter sido privados dos direitos expostos no artigo 30 do Código Penal. [6]

---

4) Poucos dias apenas depois da partida de Mons. Galloni, desencadeava-se, na imprensa e pelo rádio, uma campanha, afinada pelo Govêrno, contra o representante da Santa Sé, pedindo a expulsão dêste. A 23 de fevereiro de 1949, o Vice-Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, Vassil Kolarov, falava, perante a Grande Assembléia Nacional, do fechamento da Delegação Apostólica como de um fato que pusera ponto final "num episódio humilhante para a Bulgária e para o seu povo". Ver a êste propósito *La Bulgarie nouvelle* de 25 de fevereiro de 1949.

5) Texto publicado no jornal oficial *Otecstven Front* de 17 de fevereiro de 1949.

6) O que significa que os padres estrangeiros são banidos da Bulgária.

Artigo 13. — Os Ministros do culto e outros funcionários eclesiásticos que violem as leis, atentem contra a ordem pública ou contra os bons costumes, ou que façam oposição às instituições democráticas do Estado, independentemente de qualquer outra responsabilidade incorrida podem ser, por proposta do Ministério dos Negócios Estrangeiros, imediatamente suspensos das suas funções. A vigência dessa medida deve ser imediatamente aplicada pela Direção da própria Confissão religiosa, desde recepção do aviso do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Se o Ministro do culto não fôr afastado pela sua própria Direção, será destituído por via administrativa.

Artigo 16. — Tôdas as Direções das diferentes Confissões são obrigadas a enviar em tempo útil ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, para informação, as Cartas Pastorais, encíclicas, circulares e outras publicações de caráter oficial. O Ministério dos Negócios Estrangeiros pode proibir a difusão ou a execução dessas Cartas, circulares, documentos, ou outras publicações de caráter oficial, que sejam contrárias às leis, à ordem pública e aos bons costumes.

Artigo 19. — Em consideração à suprema autoridade do Estado e dos seus organismos, não podem ser organizadas pelas diferentes Comunidades religiosas cerimônias e solenidades que não tenham sido prévia e expressamente aprovadas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Artigo 21. — A formação de associações religiosas, a sua organização, assim como a impressão de livros de cultura religiosa, estão sujeitas às leis gerais e às disposições administrativas. A educação e a organização da infância e da juventude são especialmente reservadas ao Estado e não dizem respeito às Confissões e aos seus Ministros.

Artigo 22. — As Confissões não podem abrir hospitais, orfanatos nem outras instituições semelhantes. As obras dêsse gênero existentes no momento da entrada em vigor da presente lei devem ser tomadas a seu cargo pelos Ministros da Saúde Pública, do Trabalho ou da Previdência Social. Os seus bens mobiliários ou imobiliários tornam-se propriedade do Estado. O Ministério dos Negócios Estrangeiros nomeará uma Comissão que substituirá os proprietários dêsses bens; essa Comissão compreenderá um representante do Conselho Popular em cuja zona se achem êsses bens.

Artigo 24. — As Confissões poderão manter relações com Confissões, instituições, organizações ou personalidades com sede ou domicílio fora do país, mas sòmente com a aprovação prévia do Ministério dos Negócios Estrangeiros. [7]

Artigo 25. — As Confissões ou as suas Ordens, Congregações, Missões, etc. que têm a sua sede no estrangeiro não podem abrir casas na República Popular Búlgara. Tôdas as que existem serão fechadas no prazo de um mês seguinte à entrada em vigor da presente lei.

Todos os bens dessas casas, fechadas segundo as disposições do parágrafo precedente, bem como tôdas as diversas obras de beneficência ou outras, tornar-se-ão propriedade do Estado, como

7) Êsse artigo é antes de tudo dirigido contra a Igreja Católica, visto visar a separar os católicos búlgaros do Corpo vital da Igreja, e sobretudo do seu Cabeça, o Vigário de Jesus Cristo.

previsto pelo artigo 22 da presente lei, mediante compensação sob forma de indenização equitativa.

Artigo 30. — Todo aquêle que fundar organizações políticas de base religiosa, ou que, de maneira qualquer (pela palavra, pela imprensa ou pela ação), se servir da Igreja e da religião para fazer propaganda contra a autoridade nacional ou as suas leis, é punido com prisão e com outras sanções severas.

Finalmente, o artigo 32 põe a Igreja na obrigação de redigir um *Estatuto* próprio, que será submetido à aprovação do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Êste último poderá pedir que sejam modificados os pontos que, no seu entender, sejam contrários "às leis, à ordem pública ou aos bons costumes".

Os bispos católicos apressaram-se a fazer notar ao Presidente da Grande Assembléia Nacional que a lei violava a ordem divina em que está fundada a Igreja. [8]

Após violenta campanha de imprensa contra o Decreto do Santo Ofício que condenava a adesão aos partidos comunistas de inspiração marxista [9], o aniquilamento da Igreja Católica foi promovido progressivamente por meio de uma série de medidas, entre as quais há razão para reter as seguintes:

Confisco do hospital católico de Sofia, depois do de Plovdiv, do qual foram expulsas umas vinte Irmãs de Caridade de Zagreb.

Expulsão das religiosas Eucaristinas (de fundação búlgara) do orfanato de Sofia e do seu próprio Noviciado, em meio a humilhações de todo gênero.

Dispersão da Congregação religiosa da Anunciação de Maria. Repressão de tôda forma de apostolado, só sendo autorizada a celebração da Missa, com um sermão reduzido aos temas mais vagos, em razão da vigilância da polícia.

Multiplicação dos agentes provocadores em tôrno dos padres.

A Rádio-Sofia não deixava de frisar, de vez em quando, a existência da liberdade do culto e da paz religiosa na Bulgária [10], e o próprio Kolarov, Ministro dos Negócios Estrangeiros, no seu discurso de 23 de fevereiro de 1949, relembrara com insistência que a República Popular da Bulgária "garantia inteira liberdade de consciência e dos cultos". [11]

---

8) Sôbre a impossibilidade, para a Igreja Católica, de aceitar a lei, ver *L'Osservatore Romano* de 26 de março de 1949.

9) Ver *Izgreff* de 6 de agôsto, artigo de G. Kulisceff: "Um processo medieval"; *Izgreff* de 6 de agôsto de 1949, artigo do Arquimandrita Stefa; *Otecstven Front* de 4 de agôsto de 1949, artigo de N. Ninoff "A provocação vaticana"; *Rabotnitchesko Delo* de 4 de agôsto de 1949, artigo de Boris Leontieff tirado do *Pravda*.

10) Por exemplo, a emissão de 24 de dezembro de 1951.

11) Ver *La Bulgarie nouvelle* de 25 de fevereiro de 1949.

Os Processos.

Mas foi no correr do ano de 1952 que o Govêrno búlgaro adotou as medidas mais graves contra a Igreja Católica, instaurando três processos contra o clero e o laicato católicos:

Primeiro processo: A 14 de janeiro de 1952 foi condenado a 15 anos de prisão o Padre Damião Ghiulov, Superior dos Padres Capuchinhos de Sofia, precedentemente detido a 17 de fevereiro de 1950. [12]

Segundo processo: Condenação a 20 anos de prisão, isto é, ao máximo da pena prevista pelo Código Penal búlgaro, do Padre Roberto Crustov, detido desde maio de 1950. [13]

Terceiro processo: A 16 de julho de 1952 era prêso, na sua residência episcopal de Nikopol, S. Excia. Mons. Eugênio Bossilkov, Passionista. Em companhia de 26 padres, 2 Irmãs leigas católicas, ex-redatoras do semanário católico "*Istina*", Monsenhor Bossilkov compareceu no Palácio de Justiça de Sofia a 25 de setembro de 1952. No curso do processo, instaurado minuciosamente e em ponto grande pelos comunistas, os agravos iam da acusação de espionagem às de detenção de armas e de propaganda anticomunista. [14]

---

12) Os quinze anos foram assim distribuídos: dois anos por haver difamado o Govêrno búlgaro, um por haver denegrido o Govêrno soviético, dois por mau comportamento na prisão, e o resto por espionagem em proveito do Vaticano e das Potências capitalistas.

13) Êsse segundo processo desenrolou-se bem no meio da tempestade desencadeada, sem mais nenhum comedimento, contra a Igreja. Em Varna, a igreja tinha sido fechada, em Sofia haviam-se vasculhado os escritórios da paróquia católica, em Russe o seminário fôra confiscado. Anteriormente, o pensionato universitário feminino de Sofia tivera de fechar as suas portas. Nesse ínterim, enquanto os católicos eram obrigados a espionar especialmente o seu próprio clero, uma quantidade de leigos e eclesiásticos eram submetidos pela polícia e interrogatórios exaustivos. As detenções de padres, freqüentes desde o início do ano, multiplicaram-se.

14) Ver *Rabotnitchesko Delo* nº 265, de 21 de setembro de 1952, que dá o *Auto de acusação e de condenação da organização católica de espionagem e de terrorismo na Bulgária.*

A imprensa utilizou êsse processo, conforme um plano que imediatamente se inculcou preestabelecido, para desacreditar a pequena comunidade católica, qualificada de ninho de espiões e de traidores. Ver *Vecerni Novini* (Notícias da tarde) nº 351, de 20 de setembro de 1952, artigo assinado Hr. Totev; *Otecstven Front* de 24 de setembro de 1952, artigo assinado Spas Ghergov: "O "complot" dos obscurantistas". Pode-se dizer que o principal acusado do tribunal de Sofia foi o "catolicismo", de sorte que o aspecto mais trágico dêsse processo não reside no desprêzo das formas mais elementares de processo e de justiça, nem mesmo na crueldade execrável das penas pronunciadas, e sim no fato de querer êle atingir, através das pessoas de seus bispos, do seu clero e dos seus melhores fiéis, a Igreja Católica búlgara e aniquilá-la.

Ver o requisitório no processo, pelo Procurador Petriuski, em *Trud* (O Trabalho), órgão do Conselho Central das Associações Profissionais na Bulgária, nº 238 de 4 de outubro de 1952.

A 3 de outubro, S. Excia. Mons. Bossilkov foi condenado à morte, bem como outros três sacerdotes, religiosos assuncionistas: Kamen Vicev Ionkon, Pavel Gigiov e Josaphat Scisckov. Outros dois foram condenados a 20 anos de prisão; três a 15 anos; dois a 14 anos; sete a 12 anos; outros sete a 10 anos; um a 6 anos; outro a um ano e meio; duas Freiras, respectivamente a 5 e 6 anos; entre os leigos, os dois redatores do "*Istina*" a 12 anos.[15]

No decurso do processo, o Ministério Público pediu igualmente o *comparecimento, perante a Justiça,* de S. Excia. Mons. João Romanov, Vigário Apostólico de Sofia e Plovdiv, por ter tido relações com Monsenhor Bossilkov. Monsenhor Romanov foi logo prêso.

Há muito tempo não mais se tem nenhuma notícia do terceiro bispo católico residente na Bulgária, S. Excia. Mons. Cirilo Kurteff, Exarca apostólico para os Búlgaros de rito oriental, e tudo deixa supor que está prêso.

Conclusão.

Atualmente, pois, não mais estariam em liberdade senão algumas dezenas de padres, sôbre os 127 que formavam a pequena comunidade católica da Bulgária; alguns religiosos ou religiosas, sôbre os 200 que outrora ali se devotavam; nenhum dos três bispos que a dirigiam; alguns fiéis esparsos e amedrontados, sôbre os 57.000 que existiam em 1944. Já não subsiste nem casa nem instituição religiosa sôbre as 18 de que se orgulhava a Igreja Católica búlgara. Não podia esta última sofrer da parte do atual Govêrno comunista destruição mais total, mais severa, mais cruel.[16]

---

15) Ver a sentença do "Processo contra a organização católica de espionagem e conspiração" em *Rabotnitchesko Delo* de 4 de outubro de 1952. Depois do processo, a justificada indignação dos católicos do mundo inteiro achou um feroz censor na imprensa búlgara. Cf. *La Bulgarie d'aujourd'hui,* de novembro de 1952.

16) Segundo notícias recentes (fim de 1955), S. Excia. Mons. Bossilkov estaria detido numa casa de saúde para criminosos; S. Excia. Mons. Romanov, em prisão em lugar desconhecido, e S. Excia. Mons. Kurteff, em liberdade vigiada.

5

A PERSEGUIÇÃO À IGREJA CATÓLICA

sob o regime comunista chinês

Foi pelo ano de 1920 que a ideologia marxista-leninista foi introduzida na China por agentes a serviço da Rússia. No espaço de trinta anos conseguiu ela impor-se a cêrca de meio bilhão de homens, graças à hábil inserção dos seus profetas no jôgo dos acontecimentos nacionais, e ao proveito que êles tiraram da situação internacional criada no Extremo-Oriente durante e após a segunda guerra mundial.

Fundado em Shanghai em 1921, o Partido Comunista Chinês precisou, pouco a pouco, o seu caráter revolucionário, com o auxílio da Missão de peritos industriais e militares russos que se achava na China desde 1920.

Quando Tchang Kai-Chek começou em 1927 a obra de reunificação do interior do país, marchando contra o govêrno que sediava então em Nankin, os comunistas, aproveitando a guerra civil, formaram por seu lado um govêrno em Hankov e puseram à testa dêle Mao Tsé-Tung (1928).

Depois veio a experiência do Estado sovietizado do Kiangsi (1929-1934), e, depois da invasão da Mandchúria pelos Japonêses (1931), os comunistas dirigiram-se para o Norte, a fim, diziam êles, de combater o inimigo comum. Essa operação é conhecida sob o nome de "Longa Marcha" (1934-1935). Seguidas pelos nacionalistas, as tropas comunistas instalaram-se nos montes do Shensi, onde fundaram o Estado independente de Yenan (1936-1945). Espalhando o "slogan": "Um Chinês não pode combater outro Chinês quando os Japonêses estão às portas", os chefes comunistas conseguiram mesmo fazer prender Tchang Kai-Chek pelos seus próprios generais, sob a inculpação de inteligência com o inimigo. Depois, por preço da sua libertação, obtiveram plena liberdade de ação para o seu Partido e promessa da entrada de Tchang em guerra ao primeiro ataque japonês.

Assim, em virtude dêsse acôrdo, o ataque japonês de 1937 arrastou o govêrno nacionalista a uma guerra longa e rude, para a qual a China absolutamente não estava preparada, e que, material e moralmente, exauriu consideràvelmente o país. Em compensação, mercê de um plano de luta contra o invasor hàbilmente reduzido a esporádicas ações de guerrilhas, puderam os comunistas, sem ser incomodados, consolidar no decurso dêsses anos o seu regime nas regiões do Norte. Alcançavam êles assim um duplo objetivo: manter em reserva, para o futuro, número sempre mais considerável de tropas

frescas e bem aguerridas, e sovietizar sem tropeços, mas também sem trégua, o território por êles ocupado.

A cessação das hostilidades em 1945 e a ocupação russa da Mandchúria e da Coréia do Norte permitiram aos chefes comunistas servir hàbilmente aos seus fins revolucionários, fazendo beneficiar-se do armamento japonês e da ajuda soviética os seus 2 milhões de soldados treinados.

Foi uma nova guerra civil. Moukden caiu em 1948, após dois meses de assédio. A 1º de outubro de 1949, senhores agora do imenso território, já podiam os comunistas proclamar em Pequim a *República Popular Chinesa.*

A Igreja Católica na China.

Na China, imediatamente após a segunda guerra mundial, contavam-se cêrca de 4 milhões de católicos sôbre uma população de 463.500.000 habitantes. Em 1949, havia ali 20 arquidioceses, 85 dioceses e 39 prefeituras apostólicas, com 27 Ordinários chineses. Os missionários estrangeiros eram 3.080, enquanto que o número dos sacerdotes autóctones atingia 2.557.

Os primeiros bispos chineses haviam sido sagrados em Roma em 1926, e já em 1946 a Hierarquia ordinária era implantada na China, recebendo nesse mesmo ano o chapéu cardinalício o Arcebispo de Pequim.

Todos os esforços tendiam a que um dia a Hierarquia pudesse ser inteiramente chinesa, e do lado católico nunca se descurava honrar e exaltar as mais nobres tradições culturais, artísticas e morais daquele grande povo, certo de que elas achariam um novo brilho à luz da Revelação cristã.

Essa tarefa estava mui particularmente confiada às inúmeras escolas de todo gênero e de todos os graus que floresciam na China graças aos missionários e ao clero local, e especialmente às três Universidades de Shangai, Pequim e Tien-Tsin.

Desde 1943, o Govêrno mantinha relações diplomáticas com a Santa Sé.

Antes de 1945, a atitude dos comunistas para com as missões cristãs já era a de *perseguição aberta,* embora de caráter local e um pouco desordenado, nos territórios sujeitos ao Govêrno sovietizado de Hankow (1928-1934), com incêndios de igrejas, ocupações de edifícios escolares e de instituições caridosas, perseguições dos missionários, assassinatos, exigências de enormes resgates pela libertação dos reféns, etc.; assistia-se também a numerosos episódios de *vexames e de violências* em detrimento da religião católica, dos seus fiéis, no Estado independente de Yenan (1936-1945). Todavia, de fato

o início da luta pròpriamente dita contra a Igreja Católica pode ser fixado no fim da guerra contra o Japão e no comêço da guerra civil. [1]

Entre tôdas as perseguições a que foram submetidos os países de obediência marxista, cumpre citar "como exemplo" a perseguição chinesa, pela sua justeza, pelos seus processos metódicos, pela sua técnica requintada e pelos resultados obtidos.

Além disto, pôsto que — quanto às intenções que a inspiram — a luta contra o catolicismo seja idêntica à que o comunismo move em tôda parte contra a Igreja, o despertar do sentimento nacional ofereceu ao comunismo chinês meios de ação que os perseguidores dos outros países não tiveram. [2]

Os dirigentes do Partido na China mostraram-se mais cuidosos dos fatos do que das manifestações espetaculares. Metòdicamente, silenciosamente quase, e sabendo o que queriam, no espaço de seis anos realizaram êles *uma obra imensa de destruição.* Os comunistas chineses revelaram-se extremamente hábeis na sua maneira de atenuar a má impressão produzida no estrangeiro pelas notícias da perseguição, repetindo, em todos os tons, que o Govêrno fazia para si um dever de respeitar o artigo 88 da Constituição [3] sôbre a liberdade religiosa, e que as medidas que êle era forçado a tomar eram devidas à reação "espontânea" da consciência nacional contra o imperialismo dissimulado sob o véu do apostolado religioso. [4]

---

1) Os objetivos não cessaram, todavia, de ser os fixados por Mao Tsé-Tung no seu *Relatório* apresentado a 22 de janeiro de 1934 ao *II° Congresso Nacional dos Soviéticos da China*: "Nos territórios soviéticos chineses, os padres católicos e os pastôres protestantes foram expulsos pelas massas populares. As propriedades tomadas pelos missionários imperialistas foram restituídas ao povo. As escolas missionárias foram transformadas em escolas soviéticas. Em suma, os distritos soviéticos chineses foram os únicos a ser libertados do jugo imperialista".

2) O argumento do patriotismo e do nacionalismo, eixo da polícia de Mao Tsé-Tung, mesmo no plano religioso, foi tratado, de maneira documentada, num artigo de "*L'Osservatore Romano*" de 30 de janeiro de 1955.

3) Cf. *Agence Hsin Hwa* (Nova China) de 5 de outubro de 1954: Constituição da República Popular Chinesa, edição francesa, Pequim, 1954.

4) Ver um estudo aprofundado sôbre o método "adotado pelos comunistas chineses", no livro de A. Bonnichon, S. J.: *La persécution en Chine et l'encyclique "Ad Sinarum gentem"*, Roma, 1955. — Escreve, o autor, entre outras coisas: "O homem (na China) não é sòmente solicitado ou perseguido pela propaganda, como foi o caso em certos regimes totalitários europeus. O estudo do comunismo é impôsto a todos como um dever religioso. Cada coletividade ("bureau", ofício, administração, aldeia, escola, universidade, magazine, hospital, etc.) tem o seu pessoal repartido em pequenos grupos de umas dez pessoas, que se reúnem obrigatòriamente várias vêzes por semana para "aprender". E isso não se limita aos primeiros tempos da conquista, denominada "libertação", mas prossegue pela vida tôda. Não se

A Perseguição no Curso dos Anos 1945-1950.

Apesar de hábeis reviravoltas, impostas de quando em vez pelas circunstâncias nas regiões que as tropas comunistas se preparavam para ocupar, claro era que, se as aplicações táticas variavam, a doutrina dos chefes comunistas chineses em nada diferia da do marxismo internacional.

A luta contra a religião desenrolou-se segundo fases de antemão bem estudadas e em ordem perfeita.

1. - Por ocasião da primeira fase, proclamou-se *a liberdade e a tolerância religiosa* (hsing chiao tse-yu). Assim foi que, nos meses que seguiram imediatamente a entrada dos exércitos vermelhos, ainda era possível conservar abertas as igrejas, pregar, ensinar nas escolas.

2. A essa fase sucedeu a da *luta contra as "superstições"* (fang pei mi hsing). Consistia ela numa violenta campanha verbal e escrita contra a religião, tachada de ser, com a burguesia, um dos piores males da sociedade humana.

Por uma hábil propaganda procurou-se, antes de tudo, neutralizar a profunda consideração de que o catolicismo gozava, servindo-se de "slogans" próprios para destruir o sentimento religioso e para excitar as massas contra as missões. Três vêzes por semana jovens oradores promoviam reuniões às quais todos eram obrigados a assistir; no domingo, intencionalmente, fazia-se coincidir a hora dessas reuniões com a dos ofícios religiosos. Explorando velhos temas, como, por exemplo, os de uma mais completa liberdade de consciência e do direito de cada um a professar opiniões atéias, os comunistas criaram um clima hostil à religião católica. Esta era invariàvelmente apresentada como um instrumento de conquista nas mãos dos

---

trata de aprender os princípios do marxismo, o que depressa seria feito, mas de se manter em contacto permanente com as vistas do Govêrno. Ignoram-se ou conhecem-se mal as teorias marxistas, mas todo cidadão, em cada instante da sua existência, deve sentir-se iluminado, dirigido e sustentado por êsse marxismo vivido. Assim doutrinado de maneira permanente, o fiel é estritamente obrigado a crer. A atitude de quem recusa deixar-se convencer, ou de quem opõe certa inércia, constitui o delito de *"reação"* ou de *"contra-revolução"*. Partindo daí, como poderia o regime admitir que um cristão fôsse buscar junto a uma autoridade religiosa diferente da autoridade governamental lições de pensamento, preceitos de moral, diretrizes de vida? A coisa é inaceitável; mais exatamente, é impensável. O catolicismo, mestre de verdade e sociedade hierarquizada, mais do que um rival é um usurpador do poder do Estado. E isso se entende não só do seu chefe, o Papa, que habita o estrangeiro, mas ainda do bispo, fôsse êle chinês, e também do simples cura. Pode-se, sim, tolerar um *culto,* as cerimônias budistas ou católicas, e é assim que se deve compreender o têrmo "liberdade de religião", mas é impossível aceitar uma *Igreja*".

Estados capitalistas, e como um conjunto de superstições inventadas pelos padres e pelas Freiras a fim de se proporcionarem os meios de uma existência feliz pela exploração do suor dos pobres. Não se deixava de aludir às especulações do clero (que êste último camuflava sob o rótulo de obras de assistência, de hospitais, de escolas, etc.); à extensão das propriedades territoriais subtraídas ao povo pelos missionários e exploradas ùnicamente em benefício dêstes; à vida de luxo dos padres, aos seus capitais ocultos; e tudo isso enfeitado por uma série de calúnias a respeito do celibato dos padres e das Freiras.

Com o apoio dessa propaganda, difundia-se uma quantidade de *jornais, revistas, opúsculos, livros e romances,* redigidos em estilo fácil, popular, atraente, com descrições fantásticas da prosperidade que espera o povo após a completa libertação dêste da opressão do Govêrno Central Nacionalista, da influência das absurdas leis morais e superstições da religião.

O máximo dos esforços de propaganda endereçava-se à juventude. Em cada aldeia foram abertas escolas, nas quais mestres comunistas experimentados apresentavam a religião como um amontoado de absurdos e imoralidade; a moral cristã, tanto como a confuciana, como uma coleção de velhas fórmulas atentatórias da liberdade individual; a indissolubilidade do matrimônio, como uma instituição capitalista; a igualdade absoluta dos sexos, como uma conquista do progresso social.

3. Depois veio a fase denominada *campanha pela reeducação,* tendo por fim criar progressivamente "o homem novo". Então tudo concorria para a "reeducação": imprensa, discursos, festas, rádio, cinema, reuniões diárias do povinho, sessões extraordinárias para os empregados de grau inferior, semanas de estudo para os responsáveis pelos organismos comunais, sessões de três semanas para os funcionários e para os intelectuais. E, para coroar o todo, os grandes retiros de várias semanas ou de vários meses. Êsses períodos consagrados à "educação" ainda são *obrigatórios* quando o Govêrno impõe uma nova campanha ou um novo esfôrço. As "sessões educativas", que muitas vêzes eram levadas a efeito, de propósito, nas próprias igrejas ou nos locais de obras religiosas, voltavam periódicamente, sem contar as sessões semanais de autocrítica e de confissão dos membros do Partido, e sem falar, também, do exército, das escolas e das universidades marxistas, onde a formação durava anos.

4. Após o período de "reeducação", aplicaram-se as medidas destinadas a paralisar totalmente os missionários no seu apostolado. E' aquilo a que se chama *a fase de oposição ativa* (ta tao T'ien Chu Chiao).

Em nome de uma mais ampla liberdade de ensino (!), começou-se a fazer passar *as escolas* para sob o contrôle do Partido, que

se encarregava de as fazer aprovar, de lhes fazer estabelecer os programas, dos quais o ensino religioso era formalmente excluído, e de lhes escolher o pessoal docente. A fim de não contribuir para a difusão do materialismo ateu, as escolas católicas viram-se forçadas a fechar as suas portas.

Depois veio *o confisco de todos os bens fundiários* das missões, já gravadas de taxas de valor superior ao dos próprios bens.

Em seguida ordem foi dada de se munir de um *passaporte*, para poder ir de uma aldeia a outra, mesmo mui próxima, de tal sorte que os missionários se acharam bloqueados na sua residência, com lhes ser regularmente recusada a entrega do passaporte, aliás muitas vêzes com requintada cortesia.

Ademais, os missionários tiveram de prestar contas de cada um dos seus atos e movimentos às autoridades comunistas.

Seguiram-se os repetidos *interrogatórios* do pessoal da missão, as ameaças veladas e anônimas aos professôres das escolas católicas, aos catequistas, aos seus colaboradores. Fecharam-se as igrejas para utilizá-las em tôda sorte de usos profanos: salas de conferências do Partido, teatros ou locais de dança, e, às vêzes, até mesmo estábulos para o gado. [5]

5. A organização da "*Ação Popular*", ou, por outras palavras, dos Tribunais Populares [6], levou ao cúmulo êsses vexames.

Desde julho de 1946, o Quartel General comunista instalado em Yenan lançara um "Apêlo" a todos os habitantes, convidando-os a denunciarem pùblicamente os malfeitos dos estrangeiros. Êsse Apêlo foi acolhido com zêlo todo particular pelas ações do Partido, que se apressaram de todos os modos a facilitar ao povo o cumprimento dêsse dever.

Recrutaram-se nos "bas-fonds" das cidades e aldeias todos os elementos turbulentos que foi possível descobrir, para organizar manifestações noturnas contra as missões. O fim delas era provocar, da parte destas últimas, queixas junto ao chefe local do Partido.

Por ocasião dêsses primeiros "distúrbios", os chefes comunistas não deixaram de apresentar as suas desculpas por êsses processos de uma população "ainda pouco educada", e protestaram o seu respeito pessoal pela Igreja, assegurando às missões o seu apoio para acalmar o furor popular, embora sugerindo ao mesmo tempo aos missionários se afastarem, "no seu próprio interêsse".

As manifestações repetiam-se, cada vez mais freqüentes e violentas, naturalmente até o dia em que o Partido "se achava obrigado", em nome do povo, a prender o bispo, os missionários, as Freiras e os fiéis mais em vista.

---

5) Cf. *China Missionary Bulletin*, novembro de 1950, pp. 929-930.
6) Cf. L. Legrand, *Le Communisme arrive au village chinois*, Peiping, 1947, pp. 12 e ss.

Alguns dias depois tinha lugar *o processo*, em presença de milhares de pessoas.

A organização do processo tinha sido deixada aos cuidados do Partido, que, nesse ínterim, repartira os papéis entre os inscritos que inspiravam mais confiança. Certos dêles deviam representar os "oprimidos", outros aparentar "excitar a multidão". Após leitura, feita pelo "supervisor", da lista dos numerosos e graves malfeitos de que se haviam tornado culpados os missionários, ouviam-se as "acusações" do povo. Estas últimas, na maioria falsas ou estadeando frioleiras ou fatos desnaturados, e, em todos os casos, de um exagêro que raiava pelo ridículo, alinhavam-se geralmente sob os capítulos seguintes:

— Conversão das crianças ao catolicismo obtida pela fôrça;
— torturas infligidas aos doentes nos hospitais;
— recusa de alimento às crianças dos orfanatos;
— extirpação dos olhos para se servir dêles para fins de experiência;
— matança dos Chineses para lhes comer o coração;
— escondimento, nas igrejas, de enormes quantidades de ouro.

Para levar a medida ao cúmulo, os emissários do Partido traziam as suas próprias acusações: colaboração com os Japonêses, espionagem em proveito do Kuomitang e da América imperialista, "ofensas ao povo", sem definição alguma da natureza delas.

Se bem que o direito de defesa fôsse recusado aos acusados [7], e se bem que, às vêzes, essas farsas trágicas fôssem repetidas até duas, três e quatro vêzes, os resultados esperados nem sempre eram obtidos. Quando o "culpado" não se arrependia dos seus erros, conduziam-no ao chefe comunista. Êste fazia-lhe notar, não raro com ares paternais, "a gravidade das acusações contra êle formuladas pelo povo", o que, "de acôrdo com a lei", deveria acarretar a condenação dêle à morte. Mas o Partido queria ainda uma vez usar de clemência a seu respeito, e a sua pena era comutada numa multa. Esta última atingia cifras exorbitantes, às vêzes meio-milhão de dólares americanos, e, como quase nunca ela podia ser paga, era então substituída pelo confisco de todos os bens do acusado e por certas restrições de liberdades no domínio civil e religioso. Êsse "tratamento de favor" obrigava às vêzes o bispo ou os missionários a irem para zona livre a fim de acharem o dinheiro necessário para não abandonarem os fiéis. Nesse caso, o Partido entregava o passaporte, tendo assim atingido o fito procurado: o afastamento do missionário.

Ao contrário, se o "culpado" reconhecia e lamentava os seus erros, concediam-lhe o privilégio de ficar no seu pôsto, criando-se toda-

---

7) Mesmo quando sucede diversamente (coisa verdadeiramente excepcional), o resultado persiste idêntico, visto que a sentença não leva em nenhuma conta aquilo que ao acusado foi permitido dizer.

via numerosos entraves à sua liberdade pessoal e ao desempenho do seu ministério. Em geral os padres chineses ficavam em prisão ou eram enviados aos trabalhos forçados, durante período mais ou menos longo, enquanto que aos missionários estrangeiros se ordenava abandonarem o país, a não ser que êles fôssem liquidados por um dêsses numerosos processos em que os comunistas chineses são deveras mestres consumados.

Com freqüência êsses processos eram acompanhados de atos de barbaria [8], como o de fazer o condenado percorrer as ruas da aldeia sob os insultos e as pancadas da multidão excitada. Nunca se deixava (e, algumas vêzes, quando o processo ainda estava em curso) de pôr a saque as igrejas e as residências dos missionários, e de expor, de maneira sacrílega, os móveis e as imagens sagradas, a fim de fazer ver ao povo "as vulgares superstições dos católicos".

Sòmente durante o período de 1946-1947, mais de cem padres [9] foram mortos, não raro em condições as mais desumanas [10], por causa das acusações acima referidas.

Em razão das pilhagens que se sucediam aos processos populares, numerosas dioceses da China foram privadas do mais estrito necessário. As missões do Norte foram as primeiras e, não raro, as mais gravemente afetadas, a saber: as florescentes comunidades cristãs de Hopei, Shensi, Shantung e Ninghsia. Avalia-se que, no período de 1946-1947, naquelas províncias assim como na Mongólia (interior) e na Mandchúria, os comunistas transformaram 183 igrejas em repartições e 123 outras em teatros ou cinemas, enquanto que 166 igrejas eram devastadas, 25 destruídas, 101 fechadas, 12 incendiadas, sem falar das 549 residências missionárias ocupadas ou destruídas.

---

8) Cf. *New Review*, Calcutta, novembro de 1947, pp. 340-352.

9) Cf. *China Missionary Bulletin*, I, 1948, que dá os nomes de alguns mártires e os pormenores a seu respeito.

10) O "julgamento popular" contra o mosteiro cisterciense de Yangkiaping, perto de Pequim, é tristemente célebre. Êsse julgamento, para o qual foram convidados "ex-officio" os habitantes de umas trinta aldeias vizinhas, terminou a 17 de agôsto de 1947 pela condenação à morte de alguns monges, acusados de conivência com os Japonêses primeiro, e, depois, de colaboração com o Govêrno nacionalista. Os outros monges foram condenados em primeiro lugar à prisão; depois foram obrigados a abandonar definitivamente o mosteiro após novo processo, a 23 de agôsto de 1947. Êles partiram de mãos prêsas por trás das costas; doze dêles foram enterrados vivos, no decurso de uma etapa, em Tang Kiayao, depois de torturas horríveis. No total, as vítimas dêsse mosteiro elevaram-se a 26, tanto sacerdotes como Irmãos leigos. Uma vez condenados pelos tribunais populares, os padres chineses eram tratados com particular crueldade. Quando não eram torturados, os cursos de marxismo a que êles eram obrigados a assistir regularmente à razão de seis ou oito horas por dia acabavam, com o correr do tempo, por ter sôbre êles resultados psicológicos desastrosos.

À medida que a perseguição por meio dos "tribunais populares" se estendeu pelo fato da progressiva ocupação comunista das outras províncias, o número das vítimas e das devastações não cessou de aumentar. [11]

A Perseguição desde 1950.

Uma vez conquistado o poder político, o govêrno comunista fêz afixar um pouco por tôda parte proclamações de liberdade, e a luta aberta e sangrenta contra a religião sofreu uma moderação momentânea.

O artigo 1º do *Programa comum,* aprovado pelo Congresso Político Consultivo de 29 de setembro de 1949, garantia a todos os cidadãos da República Popular Chinesa o "direito de liberdade de pensamento, de palavra, de imprensa, de reunião, de associação, de correspondência, de segurança pessoal, de eleição de domicílio, de locomoção, de confissão religiosa, de procissão ou outra manifestação pública (na qualidade tanto de organizador como de participante)". [12] Pôsto que êsse artigo fôsse copiado do da Constituição soviética, e pudesse ser interpretado no duplo sentido de liberdade de crer na religião e de liberdade a ela se opor, deu-se prova de uma certa "largueza de espírito" nas grandes cidades, ao passo que nos campos se mantinha a velha atitude de intolerância e de repressão.

Mas, pela *Lei sôbre as atividades contra-revolucionárias,* publicada a 23 de julho de 1950 [13] e reforçada em fevereiro de 1951 [14], o Govêrno procurou dar-se as armas "jurídicas" a fim de mover uma luta mais intensa contra a Igreja e contra os católicos. Em nome da *luta* (t'ou tcheng) pela defesa dos princípios e instituições marxistas, continuou-se a manter o clero no isolamento e sob vigilância, recusando-lhe a permissão de se locomover. Coagiram-se, assim, padres e bispos a proporcionar-se de que viver executando os misteres mais humilhantes; acusaram-se os missionários de atividades antigovernamentais, de propaganda de superstições, de traição em favor do imperialismo americano. Começou-se, aqui e ali, a proibir tôda cerimônia religiosa, considerada como "perda de tempo prejudicial à produção nacional".

A liberdade sancionada pelo "Programa comum" foi, aos pouquinhos, reduzida a nada por medidas de restrição progressivas, mais

---

11) Cf. *China Missionary Bulletin,* fevereiro de 1951.

12) Cf. *Agence Hsin Hwa,* 1º de outubro de 1949, e Constituição, c. III, arts. 87 e 88, votada pelo Congresso Nacional em Pequim, a 20 de setembro de 1954.

13) Cf. *Agence Hsin Hwa,* 23 de julho de 1950 — "Regulamento para a supressão da atividade contra-revolucionária".

14) Cf. *Agence Hsin Hwa,* 21 de fevereiro de 1951 — "Instruções da República Popular da China a respeito das penas para os contra-revolucionários".

ou menos acentuadas, conforme o ritmo da polícia internacional e a consolidação do Govêrno comunista.

Desde 1950, sob a acusação ridícula e caluniosa de ali haverem sido mortas crianças, ou sob outras semelhantes, 25 obras de caridade e de assistência foram dissolvidas.

No 65º Conselho dos Negócios Políticos, decretou-se o recenseamento e o registro das obras sociais, culturais, religiosas e educativas que viviam com subsídios do estrangeiro, no intuito evidente de preparar o confisco e o fechamento delas após um contrôle minucioso. [15]

A lei sôbre as atividades contra-revolucionárias marcou igualmente o fim de todos os jornais e de tôdas as revistas católicas. A última a desaparecer foi a *Vox Cleri,* em razão da dissolução, por ordem governamental de 8 de junho de 1951, do *Catholic Central Bureau,* que lhe assegurava a publicação.

Em julho de 1951 foi igualmente posta fora da lei a *Legião de Maria,* acusada pelos comunistas de organização secreta e anti-revolucionária.

O Estado comunista continuou a apoderar-se das escolas católicas, que viram ser-lhes impôsto um "Comitê de professôres, alunos e vigilantes" nomeados pelos comunistas e incumbidos até mesmo da administração. [16] As três universidades católicas ("Aurora" de Shanghai, "Fujen" de Pequim, e "Tsinku" de Tien-Tsin) foram confiscadas, bem como a maior parte dos 156 colégios e das 1.546 escolas primárias. As 2.742 escolas catequistas, por seu lado, haviam sido definitivamente fechadas. [17]

A partir do outono de 1950, quando o comunismo chinês começou a revelar as suas reais intenções a respeito da Igreja Católica [18], foram despejados contra a Igreja os insultos mais vergonhosos e às calúnias mais inauditas. [19]

---

15) O Decreto obrigava aquêles organismos: a) a fazer-se registrar junto às autoridades chinesas competentes; b) a prestar conta, cada semestre, da sua situação financeira, das transações por êles feitas, de tôda operação financeira tocante ao seu capital, bem como de tôda soma, qualquer que fôsse, recebida do estrangeiro. As infrações a estas disposições podiam acarretar até a dissolução da própria instituição.

16) Cf. *China Missionary Bulletin,* novembro de 1950 e dezembro de 1950.

17) A 12 de outubro de 1950, depois de longas e laboriosas tentativas de salvamento, a Universidade Católica "Fujen" de Pequim passou para sob o contrôle absoluto do Governo comunista, que logo a transformou em cátedra de marxismo integral.

18) O caminho foi aberto pelo diário oficial da capital *Jen Min Je Pao* (Diário do Povo), com uma série de artigos denegrindo a Igreja Católica e apontando-a ao povo como a "longa manus" do imperialismo estrangeiro no passado, e, atualmente, do imperialismo americano.

19) Cf. Boletim de propaganda *People's China,* Pequim, 16 de abril de 1951, a respeito das atrocidades cometidas pelas Freiras

O Movimento da Tríplice Autonomia.

Após violenta campanha de acusações contra o Vaticano [20], acusado de dirigir, sob a capa de atividades culturais, uma poderosa rêde de espionagem antigovernamental, o govêrno de Pequim, desejoso de amparar os desejos ardentes e "espontâneos" da cristandade chinesa, lançou em janeiro de 1951 o *Movimento da "Tríplice Independência"* ou *"Tríplice Autonomia"*. Êste movimento exigia para a Igreja chinesa: *a*) autonomia de govêrno ("self-government" ou "Tze-Chih"); *b*) autonomia econômica ("self-support" ou "Tze-Yang"); *c*) autonomia de extensão ("self-propagation" ou "Tze-ch'uan"). Na mente dos comunistas, essas diferentes autonomias, expressas em fórmulas intencionalmente ambíguas, tinham uma significação essencialmente política e insidiosa, própria para criar um cisma no seio da Igreja Católica, a despeito de algumas declarações ilusórias que garantiam a mantença das relações religiosas e espirituais com o Papa.

"Autonomia de govêrno" significava, para os comunistas, que a Igreja, administrada por Chineses, devia recrutar por si mesma o seu pessoal, com seus meios próprios, sem o contrôle do Papa. [22]

"Autonomia econômica": a Igreja da China não devia receber qualquer subsídio do estrangeiro (isto é, nenhum "dinheiro dos imperialistas"), visto como o Govêrno comunista se encarregava de ocorrer às necessidades dela. [23]

"Autonomia de extensão": os Chineses deviam por si mesmos difundir a sua religião. Não mais missionários estrangeiros; o tema das pregações devia ser adaptado à mentalidade chinesa e às condi-

---

nos orfanatos. Cf. igualmente: Revista *New China*, de 5 de junho de 1951. — *The Shanghai News* de 6 de junho de 1951. — *Ta Kung Pao* (Diário da Justiça) de 12 de março de 1951. No correr do processo do orfanato do Sagrado Coração de Nanquim, mantido pelas Irmãs franciscanas Missionárias de Maria, exumaram-se uma centena de pequenos cadáveres enterrados no jardim contíguo ao orfanato, e êles foram expostos à vista do público a fim de que todos pudessem "verificar a celeratez das religiões estrangeiras".

20) Cf. *Ta Kung Pao*, 6 de janeiro de 1951. — *People's Daily*, reproduzido no *China Missionary Bulletin*, 1951, pp. 148-149.

21) A 7 de janeiro de 1951, o Primeiro Ministro Chou En-Lai convidou para uma reunião num hotel de Pequim uns quarenta "leaders" católicos, "para uma troca de vistas a respeito do movimento da reforma católica". Cf. *Agence Hsin Hwa*, 20 de janeiro de 1951.

22) Cf. *Agence Hsin Hwa*, 14 de janeiro de 1951: "Trata-se de libertar-se das tradições ocidentais e de criar um novo sistema, uma nova legislação e uma nova liturgia".

Ta Kung Pao, 6 de janeiro de 1951: "A Igreja da China deverá ser autocéfala, sem nenhuma dependência para com os bispos estrangeiros, e ainda menos para com o Papa".

23) "A Igreja da China deve bastar-se a si mesma, sem mendigar dinheiro estrangeiro" — *Ta Kung Pao*, 6 de janeiro de 1951.

ções da "nova China"; era necessário estabelecer uma nova teologia conforme à ideologia professada pelo Govêrno.

Durante todo o ano de 1951, os comunistas não cessaram de criar "Comitês de reforma (diocesanos e paroquiais), incumbidos das missões seguintes:

a) acusar a Igreja e as obras católicas de serem instrumentos de penetração dos imperialistas; fazer prender e condenar os bispos e os padres "que não aceitassem a reforma";

b) administrar a "nova Igreja";

c) empreender e prosseguir a "doutrinação" dos padres [25] e dos fiéis, por meio do estudo do marxismo, a fim de introduzir a "autodestruição" na Igreja Católica.

Na origem, êsses "comitês" não tinham todos os mesmos estatutos: de acôrdo, entretanto, em afirmar as três autonomias, uns são mais radicais, outros — ao menos em palavras — mais moderados. O estatuto de Tien-Tsin (8 de março de 1951), que, na ordem crono-

---

24) Cf. *Agence Hsin Hwa* de 14 de janeiro de 1951: "Os cristãos chineses devem descobrir os tesouros do Evangelho de Cristo por si mesmos e para si mesmos. Devem libertar-se da teologia ocidental e criar um novo sistema teológico à sua medida. E' êsse o único meio de pôr em prática o espírito (revolucionário) do Evangelho de Cristo na nossa "nova China".

Jen Min Je Pao de 8 de janeiro de 1951: "O nosso intuito é reconduzir a Igreja ao seu estado primitivo e, do ponto de vista político, adaptá-la resolutamente aos desejos do povo".

Ta Kung Pao de 6 de janeiro de 1951: "Doravante só os Chineses poderão fazer propaganda religiosa entre os seus concidadãos".

25) Os comunistas prestam atenção particular aos padres chineses. Um missionário francês, o Padre Gerbier, refere as palavras de um comunista, personagem oficial, cristão apóstata, ex-aluno da universidade Fujen de Pequim: "Nós consideramos os padres chineses como um "valor social" que não sòmente não se deve fazer desaparecer, mas que, ao contrário, se deve recuperar. Êles representam um valor social nisto que, geralmente, receberam uma boa educação e uma excelente formação; além disto, foram habituados a observar uma disciplina severa, a viver segundo princípios bem determinados. Desde o início foi-lhes inculcada a devoção absoluta a um ideal, devoção que comporta renúncias, a aceitação, sem discutir, das diretrizes vindas de uma Hierarquia, uma orientação permanente para o bem comum da organização a que pertencem. O Partido Comunista não pede nada aos seus quadros senão isso, e, na China, as pessoas que têm uma formação dessa qualidade são, mais pròpriamente, raras. E' por isto que, uma vez que os tenhamos libertado dos seus "preceptores" estrangeiros, esperamos recuperar fàcilmente os padres e utilizá-los com proveito no campo social. Enviá-los-emos a campos de reeducação, a fim de que êles mudem de cérebro... E, quando o seu cérebro estiver mudado, êsses padres tornar-se-ão ardentes promotores da ordem nova. A sua tarefa primordial será então transformar o pensamento dos seus antigos fiéis, que, como êles, se enganaram de caminho seguindo a Cristo..." (Citado por "*L'Osservatore Romano*" de 30 de janeiro de 1955.

lógica, é o primeiro publicado, contém afirmações cismáticas. O de Chungking (julho de 1951), ao contrário, é de tom mais moderado, porém mais friamente realista; parece ser o protótipo de todos os outros estatutos, publicados em numerosas dioceses no mesmo período.

"A finalidade do "comitê" — diz o artigo primeiro — é unir o clero e os fiéis no amor a seu país e à sua religião; sustentar o "Programa comum" (isto é, a Constituição); observar as leis da política do govêrno; romper radicalmente quaisquer relações com o imperialismo, mantendo no entanto com o Vaticano um liame puramente religioso; opor-se à ingerência do Vaticano na política interior chinesa, para realizar integralmente o movimento de reforma da Igreja Católica chinesa..."

O artigo 3 prescreve que "o comitê tem a faculdade de fundar "sucursais", o que quer dizer que o comitê diocesano funda tantos comitês quantas paróquias houver..."

O artigo 13 prescreve as "obrigações dos membros": "a) estudar com ardor, elevar o seu próprio nível político, conhecer claramente a diferença entre a Igreja e o imperialismo, participar positivamente do trabalho de oposição à América, amar o país e a religião por haver o catolicismo chinês cortado os laços com o imperialismo, haver-se libertado da sua influência e realizado a reforma das três autonomias; b) participar ativamente de todo o trabalho de construção da nova República; dedicar-se à produção; tornar-se um bom cidadão; c) observar sempre os domingos e as outras festas, confessar-se e comungar, ser um bom e piedoso cristão, e, finalmente, combater tôdas as atividades que se escondem por trás da religião, solapam o interêsse do povo, arruínam a ordem pública..."

Pode-se notar, além disto, que os artigos 4 a 8 delegam pràticamente ao comitê diocesano, baseado no princípio democrático, o direito de se dirigir as atividades dos fiéis. Os estatutos não mencionam o bispo, e é claro que correspondem ao fito preciso de *destruir na Igreja o princípio hierárquico.* [26]

Na China, as comunidades paroquiais e diocesanas foram chamadas "*Igreja renovada*". Todos os laços disciplinares entre os bispos e o clero estão rotos, e as paróquias acham-se ligadas à "base" e sujeitas ao beneplácito das autoridades comunistas locais. Os cristãos são convidados a "renovar" o patrimônio dogmático e moral conforme a terceira autonomia. Quantos mártires já entre os que recusaram fazer parte da "Igreja renovada"! [27]

O próprio Internúncio Pontifício na China, S. Excia. Mons. Antônio Riberi, foi objeto de violentos ataques da parte da imprensa co-

---

26) Cf. "*L'Osservatore Romano*" de 30 de janeiro de 1951.

27) Citaremos apenas o Padre Jesuíta Beda Chang, morto de miséria a 11 de novembro de 1951, ao cabo de três meses passados em prisão por haver recusado retratar a sua proclamação da Igreja "una, santa, católica e apostólica". Poder-se-iam acrescentar muitos outros nomes: Mateus Chen, José Seng, etc.

munista, desde março de 1951 [28], por haver alertado os bispos contra o caráter cismático do movimento de "reforma". A 26 de junho, foi mantido em estado de detenção em sua própria residência, e, a 4 de setembro, a imprensa comunista anunciava que o Comitê Militar de Contrôle de Nanquim do Exército Popular de Libertação ordenara a expulsão definitiva, da China, do "cidadão monegasco Antônio Riberi". No dia seguinte, a *New China News Agency* comunicava que a ordem fôra executada "imediatamente". [30] Tudo isso sem a menor consideração para com os usos habituais da diplomacia. [31]

Situação da Igreja Católica no fim de 1955.

A destituição em que atualmente são forçados a viver a quase totalidade dos sacerdotes e bispos na China é extrema. O arauto do Evangelho, reduzido à categoria de "cidadão democrático" (Lao Pei Hsin), mantém o seu dispensário, cultiva a sua horta, trabalha como motorista em alguma linha de ônibus, como pedreiro em alguma obra, ou então, se lho permite a liberdade do regime, entrega-se ao pequeno comércio ambulante: único meio para poder levar socorro aos fiéis espalhados e administrar-lhes os sacramentos.

Tôdas as obras católicas, sem exceção, foram destruídas; centenas de escolas de todos os níveis, das classes primárias às três universidades católicas, foram confiscadas: "retomadas" pelo Govêrno, consoante a fórmula oficial. Um só seminário, afirmam alguns, três conforme outros, poderiam continuar, sofrìvelmente, a funcionar. Por certos sinais, todavia, parece ser precária a existência dêles.

Tudo se fêz sem que um só texto legislativo fôsse promulgado,

---

28) A ação decisiva foi encetada pelo *Jen Min Pao* de 2 de maio de 1951. Nos dias seguintes multiplicaram-se as súplicas ao Govêrno pedindo a expulsão do "estrangeiro de Mônaco (Mons. Riberi é monegasco), do imperialista Riberi".

Cf. igualmente *Jen Min Je Pao* de 4 de junho; *Chi Fang Pao* (O Libertador) de Shangai, de 9 de junho.

A coleta das assinaturas para a expulsão do Internúncio desenrolou-se em meio a uma campanha que acusava o Vaticano de imperialismo, de espionagem, de hitlerismo, de belicismo, etc. Discursos, artigos de imprensa, caricaturas, filmes e todos os outros meios de propaganda foram postos por obra para arrastar à lama o Papado e o Sumo Pontífice. Cf. *People's Daily* de 29 de agôsto.

29) A acusação era "de haver impelido os católicos a se oporem ao Govêrno do Povo". Juntaram-lhe as acusações seguintes: ter protegido os agentes e os espiões dos países estrangeiros; haver feito êle próprio espionagem; ter organizado associações "clandestinas" contra-revolucionárias e, em particular, a Legião de Maria.

30) Cf. *Hsin Hwa* de 5 de setembro de 1951.

31) Ver o tratamento policial indigno reservado aos diplomatas da Santa Sé, em *China Missionary News letter*, nº 34, de 12 de setembro de 1951.

mas apenas a golpes de decisões administrativas locais e de operações policiais, intérpretes supostos da vontade do povo. [32]

Nenhum decreto governamental interveio no que concerne ao fechamento das igrejas, e, no entanto, se os fiéis ainda podem assistir à missa nas grandes cidades, os lugares do culto são silenciosa e gradualmente fechados nos campos.

Quase todos os bispos e padres estrangeiros foram ou aprisionados ou expulsos, e sôbre 5.000 missionários presentes na China em 1943, tanto bispos como padres, religiosas e Frades, a 5 de outubro de 1955 não mais se contavam senão 35: 2 bispos, 18 padres e 15 religiosas.

Mais de uma centena de padres ou bispos chineses morreram em prisão, mais do que isso ainda estão atualmente encarcerados, bom número já cumpriu anos de trabalhos forçados, e os que ainda estão em liberdade sentem-se perpètuamente espionados e temem findar também na prisão.

Apesar das ameaças, das detenções, das condenações, das expulsões, o Govêrno de Pequim tem-se achado, de 1951 aos nossos dias, frente à firme oposição da Igreja Católica, reafirmada por Pio XII na sua Encíclica *Ad sinarum gentem*, de 7 de outubro de 1954: "Não podem ser considerados nem honrados como católicos os que professam ou ensinam verdades outras que as brevemente por Nós acima expostas. E' o caso, por exemplo, dos que aderiram aos princípios nefastos das "Três Autonomias" ou a princípios do mesmo gênero...". [33]

Semelhante oposição, bem entendido, foi considerada pelas autoridades comunistas como um ato "imperialista" e "contra-revolucionário". Ela fornece pretêxto a um reatamento da perseguição contra os católicos, no quadro da segunda campanha nacional de "repressão aos elementos contra-revolucionários" [34], empreendida pelo Govêrno em abril de 1955.

No mês de agôsto, anunciava-se a detenção, em Paoting, Hopei, dos contra-revolucionários da Associação da Juventude Cristã, que haviam insultado os cristãos patriotas favoráveis ao Movimento das Três Autonomias tratando-os de "rebeldes". [35] Na noite de 8 para 9

---

32) Suprimiu-se inteiramente a imprensa católica, que, antes do advento do Regime comunista, contava: 3 diários, 3 semanários, 16 revistas mensais, 3 bimensais. Por outro lado, o Govêrno comunista seqüestrou 216 hospitais, com 86.000 leitos, os 254 orfanatos com 15.700 órfãos, 781 dispensários, os asilos, as casas de retiros e as outras obras de caridade.

33) Como já o fizera para com o precedente Documento Pontifício "*Cupimus imprimis*" de 18 de janeiro de 1952, o Govêrno chinês fêz tudo o que pôde para impedir essa encíclica de chegar ao conhecimento do clero e dos fiéis chineses.

34) Cf. *Agence Hsin Hwa* de 29 de julho de 1955. Relatório de *Lo Juiching*, Ministro da Segurança Pública. Como mais acima lembrado, a primeira ofensiva foi lançada em julho de 1950.

de setembro, prendia-se em Shanghai o bispo da cidade, S. Excia. Mons. Kung Pin-mei, ao mesmo tempo que 27 padres católicos chineses e cêrca de 300 católicos. Sobejamente se conhece a resistência dos católicos de Shanghai ao "Movimento patriótico das Três Autonomias". [36]

"A quadrilha contra-revolucionária de Kung Pin-mei recusou obedecer ao decreto concernente à supressão da Legião de Maria, promulgado a 8 de outubro de 1951 pela Comissão de Contrôle Militar de Shanghai, e impediu os membros dessa Legião de Maria de apresentarem a sua demissão ou de se fazerem registrar nos "bureaux" governamentais. Kung Pin-mei e a sua quadrilha incitaram os contra-revolucionários a lutar contra os católicos patriotas". [37]

A 9 de setembro de 1955, Chen I, prefeito de Shanghai e Presidente da Comissão de Contrôle Militar daquela cidade, promulgava um decreto fixando para 20 de setembro de 1955 a data-limite para o registro dos membros da Legião de Maria, que, segundo Pequim, é "uma organização política e secreta de espionagem internacional". Todo aquêle que não obedecesse à ordem de "dissolução dessa organização revolucionária" seria "punido sem indulgência". [38]

Uma onda de detenções abateu-se então sôbre tôda a China, a pretêxto de "atividade contra-revolucionária de oposição ao Movimento patriótico das Três Autonomias e de pertença à Legião de Maria". A 10 de setembro era detido S. Excia. Mons. Hu Jo-san, Bispo católico chinês de Taichow (Tchékiang), bem como um grupo de padres e de católicos chineses. [39] Da província de Tchékiang as detenções ganharam as províncias de Anhwei, Fukien e Kiangsu, onde se descobriu "volumosa correspondência trocada com a quadrilha con-

---

35) *Agence Hsin Hwa* de 28 de agôsto de 1955.

36) "A eliminação dos elementos contra-revolucionários aninhados na Igreja Católica é uma luta difícil e complicada. Êsses contra-revolucionários adquiriram, no decurso de uma longa série de combates, vasta experiência; estratégia e táticas de todos os gêneros são-lhes familiares. E' por isto que devemos tomar a sério os nossos inimigos e tratá-los em conseqüência". Editorial do *Sin Wen Je Pao* (Notícias Diárias), Shangai, 9 de setembro de 1955.

37) *Sin Wen Je Pao* de 9 de setembro de 1915. O jornal acrescentava: "A política do Govêrno Popular a respeito da religião é clara e precisa: enquanto agem conformemente às leis e à política (!) do Govêrno, todos os católicos e fiéis das outras religiões podem ser protegidos em suas crenças religiosas e respeitados nos seus costumes e tradições. A coisa é conhecida de todos. Mas, no caso de Kung Pin-mei, havendo-se a sua quadrilha entregado a uma atividade contra-revolucionária, o nosso dever é suprimi-la enèrgicamente".

38) Proclamação assinada por Chen I e por Shu Yu, respectivamente Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Contrôle Militar de Shanghai. Cf. *Sin Wen Je Pao* de 9 de setembro de 1955.

39) *Sin Wen Je Pao* de 12 de setembro de 1955.

tra-revolucionária de Shanghai de Kung Pin-mei".[40] Outras detenções foram operadas em massa em Shanghai.[41]

Retomou-se a tática posta em obra cinco anos antes: denúncias, reuniões de massas, audiências de acusação e julgamentos populares. "A uma audiência de acusação levada a efeito em Shanghai a 12 de setembro e na qual 1.900 católicos haviam tomado parte, sucederam-se outras audiências, a 13, 14 e 15 de setembro, nos 22 subdistritos, delas tendo participação mais de 30.000 católicos. Nas províncias de Anhwei, Tchékiang, Kiangsu, Fukien, gente de tôdas as classes sociais e os próprios católicos organizaram reuniões para denunciar e condenar as atividades criminosas da quadrilha de Kung Pin-mei".[42]

Atualmente a repressão prossegue e se dilata. E' dificílimo ter cifras exatas. Todavia, é provável tenham sido detidos ao menos 70 padres e 3.000 católicos, todos chineses.

Um Documento.

O documento seguinte, assinado por numerosos missionários católicos expulsos da China e enviado, a título de protesto, à "Comissão Internacional contra o Regime Concentracionista", põe em luz, melhor do que qualquer outro, a gravidade e a amplitude das devastações da perseguição comunista na China[43]:

"Nós abaixo assinados, ex-missionários católicos na China, e vítimas de prisão e de detenção arbitrárias da parte do Govêrno da República Popular da China, dirigimos, em nosso nome e em nome dos nossos confrades chineses ou não chineses ainda detidos na hora atual, à Comissão Internacional contra o Regime Concentracionista (organização não governamental com estatuto consultivo junto ao Conselho Econômico e Social da ONU) o apêlo seguinte:

Fomos enviados à China pela autoridade eclesiástica, isto é, pelas nossas congregações respectivas, agindo na dependência dos órgãos centrais da Santa Sé. A finalidade da nossa missão era exclusivamente religiosa, e dela nunca nos afastamos. Não fomos na China agentes de nenhuma potência estrangeira, qualquer que fôsse, nossa pátria ou outra. Quando um novo Govêrno se instalou na China, nós lembramos aos fiéis a doutrina da Igreja sôbre a submissão devida aos poderes estabelecidos. Entretanto, a

---

40) Cf. *Anhwei Je Pao* (Diário de Anhwei) de 13 de setembro de 1955 (Emissão da Rádio Popular de Anhwei). — Cf. igualmente *Fukien Je Pao* de 13 de setembro de 1955.

41) Cf. Emissão da Rádio Popular de Shanghai de 15 de setembro de 1955.

42) *Sin Wen Je Pao* Shanghai, 17 de setembro de 1955. — Por outro lado, a *Agência Fides* relatava pouco depois rasgos comoventes tais como êstes: por ocasião de uma audiência de julgamento público, Mons. Kung Pin-mei teria exclamado por três vêzes: "Viva Cristo-Rei!"

43) C. I. C. R. C., *Bulletin d'information*, agôsto-novembro de 1955.

mesma aventura nos sucedeu a todos: um dia, imprevistamente, fomos detidos e lançados em prisão. Éramos acusados de ser uns "contra-revolucionários", uns "imperialistas", uns "agentes estrangeiros", uns "espiões"! Ora, nós nunca tivéramos nenhuma atividade política, e tôda a nossa ação, bem conhecida de um Govêrno ao qual nada escapa, acantonava-se num plano exclusivamente religioso. Os tratamentos por nós sofridos foram diversos. Certos dentre nós foram formalmente torturados. Outros tiveram as mãos prêsas nas costas pelas algemas, noite e dia durante seis meses. Outros tiveram de conservar-se de pé durante interrogatórios que duravam sem parar até cinco dias e cinco noites. Grande número teve de ficar agachado em terra o dia todo, sem falar, sem ler, sem cochilar, ocupados sòmente em "refletir sôbre os seus crimes". Outros, enfim, podem queixar-se apenas da privação de liberdade, e deviam assinar, cada noite, que "não haviam sido maltratados". Muitos de nós conheceram as celas comuns onde os prisioneiros chineses nossos companheiros, e nós mesmos com êles devíamos exortar-nos mùtuamente, durante várias horas cada dia, a "reformar o nosso pensamento", isto é, a proferir, ao menos com os lábios, as teorias comunistas. Cada dia era-nos repetido que "reformar o nosso pensamento" era o único meio de sairmos da prisão. Retiraram-nos tôda insígnia religiosa e todo livro de orações, e, sob pena de punição, foi-nos proibido fazer qualquer dos gestos tradicionais da oração privada, como um simples sinal da cruz. Assim ficamos meses, alguns até anos, sem visitas, sem cartas, sem relações com o exterior, afora algumas exceções, em segrêdo absoluto, não vendo outros rostos a não ser os de nossos companheiros de cela, entre os quais se achavam sempre um ou vários delatores. As celas não tinham nem leito, nem mesa, nem cadeira. Deitávamo-nos no chão nu, às vêzes assoalho, às vêzes cimento.

Comparecemos perante os juízes sem o ministério de qualquer advogado. Todos os interrogatórios consistiram exclusivamente em tentar arrancar-nos confissões mentirosas: que éramos uns imperialistas, uns espiões, uns inimigos do povo. E isso pelas ameaças mais impressionantes e por pressões cuidadosamente estudadas para nos fazerem perder o contrôle de nós mesmos. Certos dentre nós foram condenados aos trabalhos forçados: trabalhos as mais das vêzes duríssimos, às vêzes esfalfantes, onde os condenados deviam por si mesmos e "espontâneamente" aumentar incessantemente o ritmo do seu trabalho. Fomos libertados pela expulsão para fora do território chinês, na hora em que o Govêrno popular pensou que essa libertação serviria à sua política melhor do que a nossa detenção, sem levar em conta as penas já pronunciadas e ainda não expiadas. Todos os princípios de justiça em vigor entre os povos civilizados foram violados a nosso respeito: em quase todos os casos, nenhuma inculpação precisa e nenhuma prova; em todos os casos, nenhuma defesa, nenhum processo protetor do acusado. Numa palavra, fomos entregues de pés e mãos atadas ao mais total arbítrio. Os nossos sofrimentos findaram. Mas o Govêrno da República Popular da China conserva ainda em suas prisões vários missionários estrangeiros, nossos confrades que nós conhecemos, com quem vivíamos e dos quais podemos afirmar que não eram mais culpados do que nós. Só a sua nacionalidade americana lhes vale sorte mais dura do que a nossa.

Enfim, várias centenas de padres chineses e milhares de cristãos chineses estão em prisão na hora atual. Bem recentemente ainda (setembro de 1955), prenderam o bispo chinês de Shanghai com 50 padres e seminaristas, religiosas e mais de 1.400 fiéis, todos chineses. Para êles como para nós, mesma ausência de motivos legais, mesmo processo para arrancar confissões mentirosas, mesmo corte com o exterior; certos dêles foram deportados, como forçados, para as regiões desertas do Oeste. Dêles podemos solenemente afirmar serem inocentes de todo crime político ou de direito comum. E' também em nome dêles, dêles que estão reduzidos ao silêncio, que elevamos a nossa voz e o nosso protesto.

Enfim, a nossa compaixão e a nossa revolta de homens livres não se detêm nos que são nossos correligionários. Vivemos, nas nossas diversas prisões ou celas, com dezenas de companheiros chineses de tôdas as classes sociais e de tôdas as religiões. Se alguns (o que é possível) haviam conspirado contra o Govêrno, estamos persuadidos de que a grande maioria era, como nós, vítima do arbítrio. Como nós, todos foram privados das mais elementares proteções da justiça. E' também em nome dêsses milhares de homens que agora enchem as prisões e que não podem fazer-se ouvir, é em nome de suas mulheres e filhos, à lembrança dos quais os vimos chorar, é em nome dêles que nós, que agora somos livres de elevar a nossa voz, desejamos protestar e reclamar justiça.

Êste protesto fica independente de qualquer tomada de posição sôbre teorias políticas, econômicas, sociais ou religiosas. Situa-se no plano da simples humanidade, cujas exigências mais certas se acham sistemàticamente violadas. Para que êste protesto não fique no domínio das declarações platônicas, pedimos que a Comissão Internacional contra o Regime Concentracionista se encarregue de um inquérito sôbre o regime das prisões e dos campos de trabalho na China, bem como sôbre os métodos de processo em vigor. Pedimos à Comissão que obtenha por "démarches" junto ao Govêrno chinês e aos organismos internacionais, e por apelos à opinião mundial, seja dado remédio a tantos sofrimentos de que fomos testemunhas".

6

A PERSEGUIÇÃO À IGREJA CATÓLICA

sob o regime comunista coreano

Diversos acontecimentos contribuíram para a instauração do regime comunista numa parte da Coréia. Pode-se assim resumi-los:

Conferência do Cairo (novembro de 1943). As 4 Potências (U. S. A., Grã-Bretanha, U. R. S. S. e China) comprometem-se a restituir à Coréia, por elas considerada nação amiga, a independência que ela perdera desde a sua anexação pelo Japão em 1910.

Conferência de Yalta (janeiro de 1945). A U. R. S. S., em mira a facilitar o seu ataque contra o Japão, obtém que o exército vermelho avance na Coréia até o paralelo 38°.

Declaração de guerra ao Japão pela U. R. S. S. (8 de agôsto de 1945). O exército russo ocupa sucessivamente a Mandchúria e a Coréia. Mesmo depois da assinatura do armistício entre os Aliados e o Japão (15 de agôsto de 1945), a operação prossegue, para só ter fim uma vez atingido o limite fixado (paralelo 38°).

Acordos de Moscou (27 de dezembro de 1945). Os Ministros dos Negócios Estrangeiros da U. R. S. S., dos U. S. A. e da Grã-Bretranha prevêem a organização de uma administração protetoral, mas, ante a resistência da população coreana, chegam a um compromisso tendente a estabelecer para tôda a Coréia um Govêrno provisório de Coreanos à base democrática. Esta tarefa é confiada a uma "Joint Commission" americano-russa.

Entre março de 1946 e outubro de 1947, a "Joint Commission" realiza apenas duas sessões plenárias, sem nenhum resultado.

A Organização das Nações Unidas decide então (14 de novembro de 1947) mandar proceder, sob o seu contrôle, a eleições gerais em tôda a Coréia, primeiro passo na trilha da reunificação do país.

Eleições, sob a égide de "United Nations Temporary Commission", só na Coréia do Sul (10 de maio de 1948), havendo-se a U. R. S. S. oposto à execução da decisão da O. N. U. no território situado além do paralelo 38°.

Os membros da Assembléia Constituinte, eleitos a 10 de maio, aprovam (12 de julho de 1948) a Constituição da República Democrática da Coréia, e levam à Presidência Syngman Rhee (20 de julho de 1948). A 15 de agôsto de 1948, um novo Govêrno coreano é oficialmente formado.

No Norte, da Coréia, a República Popular Democrática da Coréia é proclamada, por sua vez (9 de setembro de 1948), pelos

delegalos eleitos no mês precedente, sob a pressão das Autoridades soviéticas, para o Conselho Supremo do Povo.

A Assembléia Geral das Nações Unidas *reconhece* a 8 de dezembro de 1948 a legalidade da República da Coréia de Séoul por 47 votos contra 6 (países do bloco soviético) e uma abstenção (Suécia).

A U. R. S. S. anuncia, como realizada, a *retirada* (outubro de 1948) de tôdas as suas *tropas* da Coréia do Norte.

As tropas da República Popular Democrática da Coréia invadem a Coréia do Sul (25 de junho de 1950).

A Igreja Católica na Coréia.

Sôbre uma população de 29.500.000 habitantes, contavam-se na Coréia, no fim da segunda guerra mundial, 182.000 católicos, com 39 sacerdotes estrangeiros e 160 coreanos. Antes de as operações de guerra transtornarem a vida do país, havia ali, ao todo, 615 missionários (padres seculares e religiosos, Irmãos leigos e Freiras, tanto estrangeiros como indígenas), ajudados por 1.400 catequistas. [1]

O território coreano estava dividido em 8 circunscrições eclesiásticas compreendendo uma Abadia Nullius [2], 4 vicariatos apostólicos e 4 prefeituras apostólicas, com 4 Ordinários nacionais e 4 estrangeiros. Havia ali 2 seminários menores e 2 maiores, e as escolas, bem como as instituições caritativas e de assistência, eram florescentes.

A 7 de abril de 1949 foi erigida a Delegação Apostólica, com sede em Séoul.

As revistas e jornais católicos eram numerosos. Citemos, entre os quotidianos: o "*Kyung-Hyang-Press*", tirando 70.000 exemplares e tendo uma larga audiência no país; o "*Taegu-Mai-Il*", tirando 40.000; entre os hebdomadários, o "*Kyung-Hyang*", o "*Catholick-Shin-Bo*" (10.000 exemplares); enfim, entre as revistas mensais, o "*Kyung-Hyang*" (4.900 exemplares) para o grande público, e o "*Juvenis Catholicus*" destinado principalmente aos intelectuais, aos estudantes e em geral ao público culto.

A lentidão dos progressos do catolicismo na Coréia explica-se tanto pela penúria de missionários (a percentagem dos missionários estrangeiros em relação à população é uma das mais baixas dos países de missão) como pelas restrições impostas à liberdade religiosa [3], estado de coisas que se agravou com a entrada do Japão em guerra. [4]

---

1) Cinco congregações missionárias estrangeiras estavam representadas na Coréia: o Instituto das Missões Estrangeiras de Paris, os beneditinos alemães de Santa Otília, a Congregação americana de Maryknoll, a irlandesa de S. Columbano, e os franciscanos canadenses.

2) O Abade Nullius de Tok-Won, S. Excia. Mons. Sauer, era ao mesmo tempo Vigário Apostólico de Wonsan.

3) Cf. *L'Eglise catholique dans l'Empire japonais*, Sapporo, 1935.

4) Cf. *Agência Internacional Fides*, 20 de janeiro de 1940.

O fim das hostilidades (15 de agôsto de 1945) achou a Igreja da Coréia debilitada no terreno missionário: os padres americanos de Maryknoll haviam sido repatriados desde o início da guerra, os padres irlandeses de Saint-Colomban e os franciscanos canadenses haviam sido internados, e os padres franceses colocados sob a vigilância constante da polícia. Durante a guerra, 70% do clero havia sido mobilizado no Serviço obrigatório do trabalho, enquanto 30 seminaristas e 2 padres tinham sido chamados para sob as bandeiras como simples soldados. No fim da guerra, bom número de igrejas e de edifícios eclesiásticos achavam-se transformados em casernas ou em estabelecimentos militares.

Em conseqüência da divisão da Coréia em duas zonas, subsistiam, para além do paralelo 38°, os 2 Vicariatos apostólicos de *Wonsan,* mantido pelos beneditinos alemães, e de *Pyong-Yang,* confiado ao clero indígena.

A Perseguição na Coréia do Norte.

As autoridades russas de ocupação logo empreenderam a sovietização política e ideológica da Coréia do Norte. [5] A primeira forma já se manifestara a 3 de novembro de 1945 quando os 41 membros do Govêrno Popular Provisório, prèviamente escolhidos pelos Russos, foram eleitos com 92,2% dos votos, e foi levado à Presidência o comunista Kim Il Sung.

A verdadeira luta contra a religião começou desde a retirada das tropas de ocupação (outubro de 1948). Os Soviéticos preferiram deixar essa tarefa aos dirigentes comunistas norte-coreanos, depois de os haverem cuidadosamente doutrinado, e depois de terem tido o cuidado de que a Constituição da República Popular Democrática da Coréia proclamasse a liberdade do culto. [6] Mas, já antes da partida das tro-

---

5) Cf. *Schicksal in Korea, Deutsche Missionaere Berichten* (sem data). Trata-se de uma coletânea de testemunhos de missionários beneditinos e de Freiras alemãs voltadas do cativeiro em janeiro de 1954, coletânea publicada aos cuidados da Abadia de Santa Otília. Essa obra é muito interessante para quem quiser conhecer as vicissitudes da Igreja Católica na Coréia do Norte. "Esta publicação — é dito no prefácio — não quer ser nem um auto de acusação nem uma queixa; é mero relato fiel dos acontecimentos sobrevindos num país onde, consoante a afirmação de um oficial comunista chinês da Legião de Voluntários, na Coréia já não é permitido crer em Deus".

Cf. igualmente: 3 *ans de captivité d'une religieuse dans le Nord Coréen,* Anais das Freiras de Saint-Paul de Chartres, julho de 1953. — *Gentes,* ano XXIII, nº 3, Roma, março de 1949. — *L'Osservatore Romano,* 5 de junho de 1954.

6) Cf. *Schicksal in Korea,* pp. 22 a 28.

pas soviéticas, os atos de hostilidade da parte do Govêrno Popular Provisório de Kim Il Sung não haviam faltado.

Começou-se por dissolver a Associações Católicas, que foram transformadas em organismos comunistas.[7] Aos católicos foram interditos o acesso a tôdas as funções públicas e o ensino nas escolas. Nestas últimas, foi tornado obrigatório o estudo do marxismo, e cuidou-se, com esmêro todo particular, de que também os seminaristas seguissem os cursos.

Os missionários e as religiosas foram privados do cartão de alimentação, tendo esta medida como motivo o não constituir a atividade dêles um trabalho.[8]

Estando proibidas as reuniões de mais de três pessoas, tiveram os curas de pedir, cada domingo, autorização para poderem celebrar missa.

Logo depois da chegada das tropas soviéticas, a esplêndida Abadia e o seminário de Tok-Won foram ocupados e transformados em universidade comunista. Para continuarem os seus estudos, os seminaristas tiveram de refugiar-se em Séoul. Entrementes, fechava-se a casa das Irmãs de Maryknoll, em Pyong-Yang, a dos beneditinos em Wonsan, e por tôda parte os Irmãos leigos e as Freiras de nacionalidade coreana eram forçados a deixar o hábito e a recolher-se às suas casas.

Uma vez ocupadas as escolas pelas autoridades comunistas, os novos professôres obrigaram os alunos a virem à aula todos os domingos, a fim de lhes impossibilitar a assistência à missa.[9] Ao mesmo tempo procedia-se ao confisco de todos os livros, bem como de tôda a biblioteca beneditina (50.000 volumes) de Tok-Won, e interdiziam-se todos os periódicos católicos.

Os cristãos eram obrigados a inscrever-se nas associações comunistas, projetando-se para os jovens — e mesmo nos locais ocupados pelo seminário de Tok-Won — filmes anti-religiosos.

Tôda uma rêde de espionagem era estendida em tôrno dos fiéis e das instituições católicas, ao passo que ficavam vãos os protestos dos missionários e dos cristãos, mesmo protestantes.[10]

---

7) *Agence Internationale Fides*, 1947, p. 317.

8) Cf. *Schicksal in Korea*, p. 22 a 28.

9) Cf. *Agence Internacionale Fides*, 1947, p. 95.

10) Numerosos exemplos da "liberdade" instaurada pelos comunistas na Coréia do Norte são relatados em "*Schicksal in Korea*", p. 22 e ss. "Nas escolas começou-se a ensinar um baixo materialismo e a vituperar a religião, enquanto se fazia o impossível para manter os alunos católicos sempre mais afastados da Igreja. Nos escritórios e nas fábricas os cristãos foram submetidos a um regime de vigilância e de pressões no intuito de lhes tornar penosa a profissão de fé cristã. A intensa propaganda contra a religião começou a suscitar interêsse por esta em numerosos pagãos... A situação tornava-se dia a dia mais crítica. Nós nos dávamos conta de que medidas contra

Não tardou a perseguição a fazer as suas primeiras vítimas. Já o beneditino alemão *Witmar Farenkopf*, de 39 anos, fôra assassinado pelos Russos em Hoi-Ryong, durante a ocupação da Coréia do Norte, e o Padre *Marc Baigner* morrera na sua residência, fulminado de apoplexia, no correr de umas freqüentes inspeções dos soldados soviéticos.

O dia 9 de maio de 1949 marcou o fim de tôda atividade religiosa no Vicariato Apostólico de Wonsan, em seguida à detenção em massa de 123 missionários, isto é, do Vigário Apostólico, S. Excia. *Mons. Bonifácio Sauer*, de 18 beneditinos alemães, de 17 Frades co-

---

a Igreja estavam em preparo, e de que só se esperava uma ocasião para dar nela o golpe de misericórdia... O sistema comunista tinha o seu programa fixo, imutável. A reforma agrária constituía o primeiro ponto dêle, a religião o sexto. Nós sabíamos que a voz dêste sexto ponto também chegaria. A diferença residia sòmente em que as cinco primeiras reformas haviam sido postas em vigor de um dia para o outro, ao passo que a luta contra a religião se desenvolvia lentamente, pôsto que de maneira constante. Cada cidadão devia, desde a idade de seis anos, fazer conhecer a que religião eventualmente pertencia. Esta informação era levada ao seu cartão de identidade (sem o qual ninguém podia sequer sair de casa), e tinha sua importância para tôda procura de emprêgo. Observadores anotavam, por conta dos comunistas, os que iam à igreja no domingo e nos dias feriados. Cada vez que isso era possível, reuniões, demonstrações, cursos para os operários, etc. tinham lugar no domingo de manhã. Por ocasião das discussões concernentes a Marx e Hegel, quando se tratava da descendência do homem em proveniência do macaco, e outros assuntos semelhantes, era de preferência aos católicos que se perguntava a sua maneira de ver. Para os pedidos de emprêgo, quando se aludia à liberdade do culto, ouvia-se responder que certamente essa liberdade bem que existia, mas que um homem que tinha duas mentalidades — uma de Estado e uma de religião — não podia ter um rendimento comparável ao de outro homem que só tinha em vista os interêsses do Estado!... As malhas da rêde apertavam-se, e no início de 1949 era claro que não se teria de aguardar muito tempo o que estava para acontecer. Enquanto isso, a nossa escola de economia doméstica, aberta em 1945, tinha sido fechada, e o estabelecimento fôra utilizado, sem que de tal houvéssemos sido informadas, para a formação de jovens funcionários. Assim dava-se a êsses futuros funcionários ensejo de "praticarem", pelo contrôle dos que entravam na igreja e na missão, ou delas saíam. A nossa escola elementar foi igualmente, sem qualquer aviso prévio, ocupada, e transformada em escola superior de medicina. O jardim de infância foi aparelhado para laboratório de pesquisas químicas. O hospício de velhos foi requisitado pelo Partido, enquanto se procuravam pretextos para fechar a nossa farmácia. Além disto, nós vivíamos todos no meio de espiões. Em fins de março de 1946, em virtude da lei agrária, deixaram-se à Abadia apenas 5 hectares de terra, superfície o justo suficiente para as necessidades de uma família normal de camponeses, quando a Abadia tinha de ocorrer à subsistência de mais de 100 pessoas... Em fins de março de 1949 os selos foram apostos nos locais de impressão de Tok-Won".

reanos, de 27 Irmãos leigos beneditinos alemães, de 5 padres coreanos, de 9 noviços coreanos e de 46 Freiras alemãs, francesas e coreanas.

O Vigário Apostólico de Pyong-Yang, S. Excia. *Mons. Francisco Hong*, que, na sua qualidade de bispo coreano, protestara contra semelhantes detenções junto ao Ministro do Interior, foi seqüestrado na via pública na tarde de 14 de maio de 1949, quando se dirigia ao convento das Freiras de Se-Po para os deveres do seu ministério. Sôbre a sua sorte nada se pôde saber até agora, e tudo faz crer que êle tenha sido morto pelos comunistas. [12]

Seguiu-se a detenção dos 14 *outros padres* do Vicariato Apostólico de Pyong-Yang, de sorte que, na véspera da invasão da Coréia do Sul (25 de junho de 1950), *todos os padres* residentes ao norte do paralelo 38° haviam sido ou mortos ou aprisionados. [13]

Os Comunistas na Coréia do Sul.

Sobrevém a guerra que, durante 15 meses, devastará de maneira terrível o país. Como se sabe, os Coreanos do Norte ocuparam em parte, com alternativas de fluxo e refluxo, a Coréia do Sul.

Nesta última região, a Igreja Católica teve muito que sofrer dos comunistas e do seu exército, ao mesmo tempo no seu clero, nas suas instituições e nos seus edifícios.

Apenas chegados a Séoul, os comunistas ocuparam imediatamente tôdas as igrejas, o seminário e as escolas católicas. A catedral católica foi transformada em caserna.

O Delegado Apostólico S. Excia. *Mons. Patrick Byrne*, da Congregação Missionária americana de Maryknoll, a 30 de junho de 1950 foi internado com o seu secretário o Padre Booth, na embaixada da Inglaterra. A 11 de julho era êle pôsto em estado de detenção. Quando os comunistas foram forçados a evacuar a capital, levaram consigo S. Excia. Mons. Byrne, bem como numerosos padres estrangeiros e indígenas. [14]

---

11) Podem-se ler as minúcias do desaparecimento de S. Excia. Mons. Hong em "*Le Clocher de la Croix sur la terre rouge*", de Lourenço Chang, Fusan 1951, pp. 101 a 107.

12) Segundo informações recentes, referidas por um prisioneiro regressado da Rússia, Mons. Hong ainda estaria vivo numa prisão da U. R. S. S.

13) Cf., a propósito das rudes vicissitudes da detenção, além dos livros já acima citados, *N C W C News Service* de 25 de janeiro de 1954, e a série dos artigos escritos pelo Padre O'Connor para o N C W C News Service em 1953 e publicados sob o título *Faith behind barbedwires.*

14) Cf. 3 *ans de captivité*, já citado, para conhecer a nobre figura de S. Excia. Mons. Byrne e a sua atitude heróica.

A 11 de julho, foram igualmente detidas em Séoul as Irmãs francesas de Saint-Paul de Chartres.

No início do conflito coreano, os comunistas fizeram igualmente desaparecer *Mons. Thomas Quinlan,* Irlandês, Prefeito Apostólico de Chun-Chon, e *Mons. Brennan,* Americano, Prefeito Apostólico de Kwang-Ju.

Quase todos os padres ficaram nas zonas ocupadas pelos nortistas, embora prevendo que não teriam nenhuma liberdade para exercerem o seu ministério. Os padres indígenas tiveram de sofrer de modo particular, e uma quantidade dêles foram ou mortos, ou aprisionados, ou deportados para destino desconhecido.

Um Balanço.

Ficou-se em condições de estabelecer um balanço exato das vítimas do regime comunista coreano em seguida à libertação de certo número de missionários. (A última em data — janeiro de 1954 — foi a dos 42 sobreviventes sôbre os 67 missionários e Freiras alemães detidos a 9 de maio de 1949).

A Abadia Nullius de Tok-Won, com sé episcopal em Wonsan, confiada aos *beneditinos alemães* de Santa Otília, foi a que sofreu perdas as mais pesadas: 19 missionários e Freiras morreram em prisão; e não se tem vestígio algum de outros 6. Entre os mortos em conseqüência de privações e de maus tratos, cumpre infelizmente computar o próprio Bispo-Abade S. Excia. Mons. Sauer.

O clero *coreano* pagou importante tributo à perseguição: sôbre os 43 padres detidos, sabe-se que 7 foram mortos, ao passo que dos outros não se têm notícias. Todavia, têm-se tôdas as razões para crer que também êles foram suprimidos. Das 8 Freiras coreanas, 3 foram mortas, uma morreu em prisão, e não se sabe nada das outras 4. Tem-se certeza da morte de 2 seminaristas coreanas, ao passo que se perdeu qualquer vestígio dos outros 2.

Dos 13 padres *franceses* das Missões Estrangeiras de Paris detidos pelos comunistas, 2 morreram em prisão, 2 foram mortos, 1 foi libertado, e dos outros 8 não há nenhuma notícia. Das 8 Freiras francesas caídas nas mãos dos Coreanos, uma foi morta, 2 morreram em prisão, de uma não se têm notícias, e 4 foram libertadas.

Sôbre os 5 missionários *irlandeses*, 3 foram mortos, 1 morreu, e 1 foi libertado.

Dos 4 missionários *americanos* detidos pelos Vermelhos, o Delegado Apostólico S. Excia. Mons. Byrne morreu em prisão a 25 de novembro de 1950, 1 foi morto, 1 foi libertado, ao passo que não se têm notícias do quarto.

Um missionário *australiano* foi igualmente libertado, depois de suportar duro cativeiro impôsto pelos comunistas.

Irmã Eugénie du Sacré-Coeur, uma das religiosas francesas aprisionadas pelos comunistas, escreve como conclusão do seu "Jornal do Cativeiro":

"Durante a nossa permanência no campo de concentração, os nossos chefes e os nossos guardas múltiplas vêzes tentaram doutrinar-nos, sempre sem êxito. Sem falarmos, fomos mais bem sucedidas perante êles? Só Deus o sabe. O certo é que êles nos observavam incessantemente: o nosso comportamento, a nossa resistência, a nossa caridade uns para com os outros, as mortes heróicas de que êles foram testemunhas, sem dúvida os impressionaram mais do que nos abalaram todos os interrogatórios e tôdas as conferências que êles nos fizeram suportar. Possam tantos sofrimentos, unidos aos de Cristo Redentor, obter-lhes um dia a conversão!" [15]

---

15) Cf. 3 *ans de captivité*, p. 80.

7

A PERSEGUIÇÃO À IGREJA CATÓLICA

sob o regime comunista húngaro

O território húngaro tornou-se teatro de operações em 1944. Tendo ocupado uma parte do país, os Russos apressaram-se a estabelecer em Debrecen um Govêrno Provisório, mais tarde transferido para Budapest, e pediram que elementos preparados na U. R. S. S. fizessem parte dêle aos lados de "antifascistas" locais.

A 4 de novembro de 1945 tiveram lugar as eleições políticas, as primeiras do após-guerra na Europa central e oriental. Foi o Partido dos Pequenos Proprietários territoriais que obteve no parlamento a maioria absoluta, com 57% dos votos; os comunistas tinham apenas 17%.

A Constituição que êsse parlamento dará ao país em janeiro de 1946, por ocasião da proclamação da República Popular Húngara, garantirá tôdas as liberdades e todos os direitos democráticos. No Govêrno de coligação que então foi formado, os Pequenos Proprietários tinham sete pastas, os comunistas três, os sociais-democratas três e o partido agrário uma. Mas, em razão do apoio dado pelo comando soviético de ocupação aos três partidos da esquerda, o partido dos Pequenos Proprietários não pôde usar normalmente da maioria obtida, e a vida política húngara foi desde então caracterizada por crises interiores que tinham por fim minar êsse partido. Os comunistas, que logo se haviam apoderado do Ministério-chave do Interior, foram nêle particularmente ativos.

Em conseqüência, houve de proceder a novas eleições, que foram fixadas para 31 de agôsto de 1947. O fito principal destas últimas era, antes que cessasse o contrôle militar da Rússia, chegar a fazer assumir a direção dos negócios públicos um Govêrno e um parlamento de devoção aos Soviéticos. [1]

Privaram-se numerosos cidadãos do direito de voto; outros, por diferentes meios, foram postos na impossibilidade de se exprimir livremente.

Consoante os resultados comunicados, 60% dos votos foram para a coligação governamental, e 40% para a oposição. Os comunistas obtiveram apenas 22%; mas, como o partido dêles era o que, no

---

1) Na véspera dessa segunda consulta eleitoral, o partido comunista mudou de tática. Em 1945, a formação de um partido católico tinha sido proibida, o que teve como resultado carrear os votos dos elementos não-comunistas para o partido dos Pequenos Proprietários, que assim se achou grandemente reforçado. Em compensação, desta vez a formação de diferentes partidos de oposição foi autorizada, de maneira a quebrar a unidade da frente anticomunista.

seio da coligação governamental, colhêra mais votos, essa fraca percentagem permitiu-lhes, no entanto, apoderar-se do poder.

Foi formado um Gabinete de base comunista, que logo se considerou capacitado para introduzir no interior as reformas marxistas, sem ter de recear obstáculos sérios da parte de outro partido político.

A conclusão do *Tratado de Paz*, naquele mesmo ano, foi igualmente determinante para a evolução da situação interna. Com efeito, em virtude dêsse tratado, as tropas soviéticas continuavam a ocupar o país para conservar a ligação com a Áustria, e os comunistas húngaros podiam portanto proceder à consolidação do seu Regime sem levarem em conta a opinião interior nem as reações ocidentais.

A partir de 31 de agôsto de 1947, a história da Hungria confunde-se com a da liquidação de tôda oposição ideológica e política, e com a da construção da sociedade comunista segundo as teorias do marxismo-leninismo.

A situação da Igreja Católica na Hungria em 1945.

A Igreja Católica, desde a época do rei Santo Estêvão, ocupava lugar proeminente não sòmente na vida religiosa, mas também na vida cultural e social da Nação húngara. Mesmo depois da vinda do protestantismo, ficara ela sendo a religião da maioria do povo. Em 1945, sôbre 10 milhões de habitantes, cêrca de 7 milhões (68,1%) eram católicos, enquanto as outras confissões religiosas repartiam-se assim: protestantes, 26,8%; judeus, 4,4%; e ortodoxos, 0,6%. Falar de religião na Hungria significava, pois, falar antes de tudo da Igreja Católica.

Era então a seguinte a organização da Igreja:

3 *arquidioceses*: Esztergom [2], Kalocsa e Eger;

8 *dioceses*: Györ, Szombathely, Pécs, Veszprém, Székesfehérvar, Vac, Csanad (residência em Szeged) e Hajdudorog (esta última de rito bizantino);

2 *administrações apostólicas*: Szatmar e Rozsnyo;

2 *vicariatos*: Nagyvarad e Kassa (cujas sés episcopais se achavam

---

2) O arcebispo de Esztergom usa o título de Primaz da Hungria, e habitualmente é honrado com a púrpura romana. Nos séculos passados, a dignidade primacial era a primeira do reino. Em virtude da Constituição, nenhuma decisão importante para o país podia ser tomada sem que êle fôsse consultado. Depois da primeira guerra mundial, mesmo se a sua posição *de jure* já não fôsse a de outrora, o Primaz ainda gozava das honras principescas, e, em caso de vacância do cargo de Chefe do Estado, êle era, de direito, o primeiro membro do Conselho de Regência. A sua influência moral foi sempre grande, mesmo sôbre os governos presididos por protestantes.

doravante respectivamente na Rumânia e na Tchecoslováquia); 1 *Abadia Nullius* (beneditina): Pannonhalma.

Êsse conjunto de circunscrições eclesiásticas compreendia, no total, 2.265 paróquias e 4.012 sacerdotes.

Por outro lado, o vasto patrimônio que Santo Estêvão doara à Igreja havia, sem dúvida, sofrido, no decurso dos séculos, notáveis amputações [3]; mas, apesar disso, em 1945 ela ainda possuía grandes bens, que lhe permitiam desenvolver em benefício da nação uma importante atividade social e cultural.

Número imponente de *escolas, institutos de educação* e *colégios* dependiam, de fato, das autoridades eclesiásticas.

Eis aqui algumas cifras: 191 asilos, 1.216 escolas populares, 1.669 escolas elementares, 86 escolas normais femininas, 3 escolas normais masculinas, 49 colégios, 22 escolas profissionais, 27 escolas de artes e ofícios, 1 liceu social, 1 escola de enfermeiras, 1 escola de economia doméstica, 1 escola superior de comércio feminina, 3 escolas industriais, 1 escola preparatória para a escola secundária de comércio, 1 escola de estenodactiliografia, 1 universidade de direito, 4 escolas superiores para a formação dos professôres de ensino secundário, 22 escolas superiores de teologia, 8 seminários menores, 20 escolas superiores populares, 167 colégios e internatos, e 1 faculdade de teologia. No total, a Igreja Católica na Hungria tinha 3.344 escolas de todo gênero e de todos os níveis. Em relação às escolas governamentais, era a seguinte a percentagem das escolas católicas: 55,2% das instituições para a formação dos mestres; 28% dos colégios. Pode-se, pois, dizer que, sem contar as escolas especializadas, cêrca de 45% das 8.150 escolas húngaras dependiam da Igreja Católica. As despesas de manutenção dessas escolas elevavam-se cada ano a cêrca de 85,3 milhões de florins (cêrca de 6 milhões de dólares).

No domínio da *imprensa,* era notável a atividade da Igreja na Hungria. Com efeito, contavam-se em 1945: 2 diários, 18 hebdomadários, 25 revistas mensais, 3 periódicos trimestrais, umas vinte publicações ou revistas de atualidade. No total, um milhão e meio de exemplares por mês, sem contar a edição de manuais escolares e de livros religiosos.

Para o desenvolvimento de tão vasta atividade religiosa, cultural e social, a Hierarquia católica achava apoio precioso nas *Ordens* e nas *Congregações religiosas.* Em 1945, havia ali 18 *Ordens* e *Congregações de homens,* repartidas em 187 casas e abrangendo 2.459 membros, dos quais 1.422 sacerdotes. As *Ordens* e *Congregações religiosas de mulheres* eram em número de 39, com 456 casas e 7.525 membros. Todos êsses Institutos juntavam à vida contemplativa a prática de diferentes formas de apostolado. Êles próprios tinham 9 hospitais e

3) Em 1919, por exemplo, sob a Segunda República, a Igreja trouxera o seu concurso à reforma agrária, sob a forma de 71.000 hectares de terreno.

293 escolas, e prestavam o seu concurso a uma centena de escolas católicas, a 90 hospitais, 120 orfanatos, hospícios de indigentes e numerosas instituições sociais e caritativas.

A *Ação Católica* era igualmente florescente, com os seus 5.000 grupos, que se davam ao apostolado, aos lados de outras organizações, tais como as congregações marianas, espalhadas sobretudo entre os estudantes, a Companhia do Rosário, as Guardas do Sagrado Coração, organizadas em 800 paróquias e abrangendo 170.000 membros, a Sociedade do SS. Sacramento, as Ordens Terceiras, etc. Lembremos aqui igualmente algumas organizações mais especializadas que então desenvolviam particular atividade:

os Círculos para a atividade social católica;

a União dos aposentados das Escolas Superiores, que procurava ajudar os jovens estudantes por meio dos colégios universitários;

a Academia de Santo Estêvão e a Sociedade de Santo Tomás de Aquino: agrupamentos nacionais dos homens de ciência e dos escritores católicos;

KALOT e KALASZ: movimentos de juventude camponesa que compreendiam 700 grupos, com cêrca de 100.000 inscritos, e dos quais dependiam 20 escolas populares freqüentadas por 35.000 jovens rurais;

a *Associação dos Moços Católicos*: organização dos moços da indústria e do comércio (Kolping), com 11.925 membros, 32 casas e outros 6 institutos especializados;

KIOE (Associação Nacional dos Operários Católicos): o seu apostolado endereçava-se à juventude operária;

EMERICANA (União da Juventude Universitária): com 47 grupos, 13 seções provinciais e 10.000 membros;

DL (Dolgozo Lanyok): para os jovens operários católicos;

a União dos Patronatos, que se ocupava dos moços rurais que chegavam à cidade;

a Associação de Santa Isabel: para a assistência aos doentes e aos velhos;

as Associações Populares Católicas: associações sociais e de auxílio mútuo entre católicos, com 1.000 uniões e cêrca de 300.000 membros;

a Sociedade das Missões Sociais e a Associação das Irmãs sociais: tinham elas por fim preparar os seus membros para o exercício das atividades caritativas, sociais, morais econômico-políticas, culturais, para os pôr em seguida a serviço das organizações católicas, dos institutos, das dioceses, etc....

Essa enumeração longe está de ser completa. Pode-se afirmar que não havia atividades sociais, meios de trabalho, gêneros de vida, que não tivessem a sua associação correspondente, contribuindo para o progresso religioso, civil e moral do país. Êste rápido esbôço ajuda pelo menos a compreender, ainda que só sintèticamente, em que larga medida, até 1945, a Igreja Católica compenetrava e enformava, por assim dizer, a vida da nação húngara.

O comunismo encarregar-se-á de destruir todo êsse patrimônio secular, pela redução progressiva e implacável dos direitos essenciais da pessoa humana e da liberdade religiosa. Nas páginas que se

seguem, propomo-nos expor sòmente os fatos, sem sequer analisá-los, desde as primeiras ameaças de supressão das Associações católicas (1945) até à negação efetiva dos direitos e prerrogativas jurídicas da Igreja Católica na Hungria (1951).

Os Anos de 1944 e 1945.

O Govêrno de Debrecen apressou-se a dar à população húngara largas seguranças de liberdade, garantindo-lhe, entre outras coisas, o respeito absoluto da religião, a restauração das autonomias provinciais e municipais, a intangibilidade da propriedade privada.

Nessa propaganda, pelas autoridades soviéticas de ocupação era sustentado que de bom grado davam prova de respeito para com os eclesiásticos. Por seu lado, os comunistas húngaros proclamavam abertamente que nada se opunha a que os padres se fizessem membros do Partido, e os dirigentes comunistas esforçavam-se por aparecer em público em companhia de eclesiásticos. O fotógrafo oficial estava sempre ali para fixar a cordialidade dessas relações, e essas fotografias servirão mais tarde à propaganda comunista. Sucedia, muitas vêzes, membros da seção local do Partido apresentarem-se ao cura, oferecendo-lhe os seus serviços para a reconstrução da igreja, da escola ou mesmo do curato. Não exigiam nenhuma retribuição pelo seu trabalho, mas se contentavam com um reconhecimento escrito da sua ajuda generosa. Quando obtinham um atestado dessa natureza, era êste indefectìvelmente publicado no dia seguinte em bom lugar na imprensa.

A pretêxto de trazerem o seu auxílio a iniciativas de beneficência, os comunistas tentaram penetrar nas associações católicas; os membros do Partido receberam mesmo ordem de inserir-se na vida da sua paróquia, fazendo-se eleger membros do Conselho paroquial.

Poder-se-iam salientar, naquela época, outros fatos análogos. Foi assim que, por ocasião da reforma agrária, terrenos foram atribuídos a paróquias privadas de bens. Uma ordem do Govêrno Provisório restituiu igualmente a várias igrejas os sinos que haviam sido tirados durante a guerra. Tôdas essas atenções, que o Partido tão ostensivamente testemunhava à Igreja, preocupavam, por outro lado, sèriamente a Hierarquia, que não sabia como se subtrair à aparente magnanimidade do Regime. [4]

---

4) Ainda em 1947, Mihàly Farkas ousará declarar: “Nós, comunistas húngaros, temos o mais profundo respeito pelos sentimentos religiosos do nosso povo” (*Szabad Nép* (Povo Livre), 12 de agôsto de 1947). E Màtyàs Ràkosi, Secretário do Partido, dirá: “Queremos bem saibam todos que no futuro continuaremos a ser os defensores e os sustentáculos tanto da liberdade de consciência como dos justos interêsses da Igreja”. *Szabad Nép*, 31 de agôsto de 1947.

Mui ràpidamente, entretanto, êsse tratamento favorável do novo Govêrno e das autoridades de ocupação revelou-se de pura forma e ditado pelas simples circunstâncias. Não é o gesto de algum soldado indisciplinado [5] que impõe esta conclusão, mas sim tôda *uma série de graves medidas*. De feito, ràpidamente pôde o povo darse conta de que, se os comunistas davam mostra de deferência para com a Igreja Católica, era só para tentarem submetê-la melhor à sua ideologia: realizavam um plano perfeitamente estudado e cuidadosamente ajustado. [6]

Uma das primeiras medidas foi a *expulsão do Núncio Apostólico*. A 4 de abril de 1945, dois funcionários russos transmitiram ao representante da Santa Sé, S. Excia. Mons. Ângelo Rotta, a ordem de deixar o país ao mesmo tempo que os membros do corpo diplomático acreditados junto ao precedente Govêrno húngaro. Não se teve consideração alguma para com o caráter particular da missão do Núncio, nem deferência nenhuma para com a obra realizada em favor da população por Mons. Rotta, que tivera de compartilhar os sofrimentos do povo durante o assédio de Budapest e se esforçara por salvar milhares de judeus húngaros. O que aos comunistas importava era isolar a Igreja Católica do Centro da Cristandade, e para isso o mais urgente era afastar o Núncio.

A segunda medida consistia em ferir a Igreja por meio da *reforma agrária*.

Pouquíssimo numerosos no momento da chegada do exército russo, os comunistas húngaros procuraram imediatamente atrair as boas graças do povo com o auxílio de medidas econômicas e sociais. A tôda pressa procedeu-se à partilha das terras [7], quando um têrço do território húngaro ainda estava nas mãos do exército alemão.

A Igreja Católica foi expropriada da maior parte dos seus bens fundiários, e só se deixaram aos bispados 100 jeiras (57 hectares): a Igreja foi, assim, bruscamente empobrecida, e essa falta de recursos teve, para a sua atividade religiosa, social e cultural, graves conseqüências. [8]

---

5) Contentemo-nos com referir aqui o episódio do assassinato do Bispo de Györ, Mons. *Wilmos Apor*, abatido com uma rajada de metralhadora por um soldado russo, na Sexta-feira Santa de 1945, à porta de sua residência, quando ia em socorro a mulheres indefesas. A polícia não autorizou funerais solenes, que, na mente do Govêrno, poderiam assumir o caráter de protesto contra a ocupação russa.

6) Por uma Carta Pastoral lida em tôdas as igrejas a 1º de novembro de 1945, o Primaz Mindszenty via-se forçado a denunciar, em nome de todo o Episcopado, essa má fé dos adversários da Igreja. Ver o documento em: Péterffy, *Le Cardinal Mindszenty*, Roma, 1949, pp. 32-37.

7) *Decreto Ministerial* 600/1945, de 15 de março de 1945.

8) Começara-se a discutir a reforma agrária antes mesmo da chegada dos Russos, de vez que fôra reconhecida a necessidade dela.

Os comunistas recorreram a uma terceira medida para ferir a Igreja: as leis restritivas sôbre a *imprensa.*

Até à chegada dos Soviéticos, a Igreja, como se viu, publicava, em matéria de jornais, revistas e livros, cêrca de um milhão e meio de exemplares por mês. Depois da constituição do Govêrno Provisório, na primavera de 1945 foi decretado que, para continuar a imprimir, doravante era preciso possuir ou autorização, ou um abono de papel.

Em abril de 1945, a Comissão interaliada autorizou a publicação do hebdomadário *A Sziv* (O Coração), de caráter puramente religioso; em maio de 1945, foi autorizada a de outro hebdomadário de caráter político-social, *Uj Ember* (Homem Novo), tornado, com o correr do tempo, órgão da Ação Católica húngara; em 1947, foi dada igualmente autorização para uma terceira publicação: a revista *Vigília,* puramente literária. Nenhuma outra publicação periódica católica pôde mais aparecer.

A verdadeira razão dessas restrições não era a falta de papel; era a vontade de limitar a influência da Igreja. Os comunistas tinham para as suas publicações todo o papel querido e na qualidade desejada[9]; 80% da imprensa passou para as mãos dos comunistas, apressados de se imporem à opinião pública. A polêmica era proibida às raras publicações católicas, sob pena de confisco.

Não bastava ao Govêrno Provisório, sustentado pelos Russos, controlar a imprensa. As publicações que já se achavam nas bibliotecas e livrarias poderiam fazer obstáculo à afirmação do comunismo. Levantou-se, pois, um *"Index"* dos livros a retirar da circulação, e por êsse meio os comunistas conseguiram destruir número importantíssimo de obras de literatura católica húngara.[10]

O Cardeal Serédi, na Câmara Alta, a 12 de dezembro de 1939, declarara-se, em nome da Igreja, favorável à votação da lei então em discussão. A Igreja Católica deu prova, em 1945, do mesmo espírito de compreensão e de conciliação. Nem por isto a lei comunista deixou de constituir, para ela, um golpe de extrema gravidade. Cf. o jornal católico: *Magyar Kurir* (Correio Húngaro) de 13 de fevereiro de 1948, que ilustrava por uma Nota, inspirada pelo Cardeal Mindszenty, a posição da Igreja Católica na questão da reforma agrária, em resposta às acusações de espírito "inteiramente reacionário" contidas numa entrevista que Ràkosi concedera ao *Daily Worker.*

9) A casa editôra comunista *Szikra* (Centelha) poderá gabar-se, em 1948, de haver pôsto à venda, no espaço de 3 anos, 860 publicações, representando um total de 5 milhões de exemplares.

10) O *Vilagossàg* (Sol Húngaro), cotidiano marxista, publicou, em primeira página e em grandes caracteres, notícias dêste gênero: "Na biblioteca da Abadia beneditina de Pannonhalma foram postos sob seqüestro dois vagões de livros antidemocráticos". Na verdade, carregaram-se não sòmente os livros figurantes no Index político dos livros proscritos, como também numerosos outros, por exemplo grande parte das publicações aparecidas entre os anos de 1919 e 1944.

Nessa trilha do estrangulamento da imprensa católica, chegou-se, no mês de abril de 1948, à nacionalização das *impressoras católicas* (cêrca de umas vinte), e isso apesar dos múltiplos protestos dirigidos pelos católicos ao Presidente da República.[11]

Outro golpe foi desfechado na Igreja pela ab-rogação da lei sôbre o casamento então em vigor, e pelas novas facilidades trazidas ao divórcio pelo Govêrno Provisório.[12]

Ao mesmo tempo, a partir de julho de 1945 organizaram-se por tôda parte *debates contra a religião*, sob o patrocínio do Partido Comunista, e repuseram-se em honra os velhos círculos anticlericais. Os jornais e outras publicações comunistas começaram também a apresentar a Igreja como "reacionária" e "inimiga do povo".[13]

Era nesse clima que se preparavam no país as eleições gerais do outono de 1945. A Igreja não podia considerar sem receio essa consulta popular. O Primaz, S. Excia. Mons. Mindszenty, julgou de seu dever dirigir aos fiéis uma Carta Pastoral, na qual, depois de lembrar "a benevolência da Igreja para com a democracia nascente na Hungria", denunciava os abusos e as exações desta última. Em particular, escrevia êle:

> "Devemos lamentar que o vínculo matrimonial tenha sido relaxado pelo Govêrno Provisório, que, ao nosso ver, não tinha êsse direito e agiu nisso contra a própria vontade do povo... Quanto à partilha das terras, foi ela apresentada como a destruição de uma classe de cidadãos, e a lei sôbre a reforma agrária como uma punição. Motivo tal corresponde à justiça e à lei natural? Não censuramos a repartição das terras, mas sim o espírito de vindita que a ela presidiu. Coisa ainda mais horrível é o número dos que estão em prisão por causa do abuso de poder dos tiranos de província ou por motivos fúteis: um sacerdote, acometido de tuberculose há numerosos anos, vê-se condenado a duros trabalhos, ùnicamente por ter querido interpor-se a fim de evitar a dissolução, numa aldeia, de uma associação católica; outro, por ter feito um discurso no dia da festa de Santo Estêvão; os Prefeitos de Polícia anunciaram que seriam relegados para a Sibéria os padres que se opusessem à disciplina atual".

Procedeu-se do mesmo modo na casa editôra Santo Estêvão e na Imprensa-Livraria Korda. Ao mesmo tempo que os livros, foram igualmente postas sob seqüestro as revistas católicas publicadas entre as duas datas supra, isto é: *Katolikus Szemle, Elet,* etc.

11) Ver o comentário do Decreto governamental no *Magyar Kurir* de 20 de abril de 1948.

12) Cf. Sipos, *Enchiridion,* ed. 1954, p. 472.

13) A Juventude Democrática Húngara (comunista) publicou, por exemplo, a 9 de junho de 1945, um *Manifesto* contendo ataques violentos contra Santo Estêvão, "criminoso obcecado pelo incenso... o qual criou o sistema milenário de que tôda a nossa história foi marcada de maneira repulsiva". Há razão para fazer notar aqui que, para os Húngaros, Santo Estêvão foi o primeiro grande organizador do Estado e o fundador da Igreja Católica na Hungria. Os ataques contra êle dirigidos eram destinados à Igreja.

Os fiéis foram convidados a votar nos candidatos de quem "se podia esperar que lutariam para evitar à Hungria sofrimentos, aberrações, imoralidade". [14]

Essa Carta Pastoral foi lida em tôdas as igrejas da Hungria a 1º de novembro de 1945. As eleições tiveram lugar a 4 de novembro, e do seu resultado podia-se assegurar um futuro menos pesado de incógnitas.

Ano de 1946 — A luta contra as Associações Católicas.

Pôsto que em minoria no novo Govêrno, os comunistas, fortes do apoio das tropas soviéticas de ocupação e do Ministério do Interior, do qual se haviam dado pressa de apoderar-se, apressaram-se a aplicar as medidas próprias para restringir a influência da Igreja sôbre a juventude e sôbre os adultos, exercida tanto pelas escolas como pelas associações de Ação Católica.

Desde o início de 1946, *as escolas católicas* foram visadas. Suprimi-las de vez seria, para falar a verdade, emprêsa árdua e prematura. Nos primeiros tempos contentaram-se, pois, os comunistas com visar à ruína do crédito delas aos olhos do povo e à colocação de estacas para uma intervenção do Estado. A imprensa comunista deflagrou, para êsse fim, uma campanha contra as escolas católicas, acusando-as de "descurar os filhos do povo e ocupar-se primeiramente dos filhos dos ricos". [15]

---

14) Cf. *Magyar Kurir* de 1º de novembro de 1945. A Carta Pastoral foi violentamente atacada pelo Govêrno e pelos comunistas (*Rádio Húngaro*, de 2 de novembro — *INS*, 3 de novembro).

15) A essa acusação o Cardeal Mindszenty respondeu num discurso pronunciado em Kalocsa, a 30 de maio de 1946: "Corre o boato de que as escolas católicas, especialmente as dirigidas por sacerdotes, desprezam os filhos do povo para se ocuparem primeiro dos filhos dos ricos. Tendo tido conhecimento dessas acusações repetidas vêzes em Budapest, mal aqui cheguei pedi a lista dos alunos das instituições católicas da localidade, com indicação da profissão dos pais; foi-me dado colhêr as cifras seguintes:

a) no colégio dos Jesuítas, 40% sòmente dos alunos pertencem à classe abastada, nela compreendidos os pequenos empregados, ao passo que os outros 60% fazem parte dos pequenos proprietários e dos operários;

b) nas escolas profissionais católicas, a percentagem entre as duas categorias supra é respectivamente de 35% e de 65%; no liceu e na escola normal católica, de 17,5% e de 82,5%; no jardim de infância, as cifras respectivas são de 233 e de 366;

c) na escola normal feminina católica, a proporção é de 104 contra 488. Tudo isto prova exatamente o contrário daquilo que nos é censurado".

Cf. Péterffy, *o. c.*, pp. 123-126, e, quanto às acusações dirigidas contra as escolas católicas: *Uj Ember* (Homem Novo), de 26 de maio de 1946.

Repetia-se igualmente que as escolas católicas não podiam suportar comparação com as do Estado, tanto pelo material como pela qualidade do pessoal docente: afirmação desmentida pela escolha plebiscitária dos pais em favor das primeiras, e mesmo pelos relatórios dos inspetores do Govêrno.

A imprensa comunista acusou enfim as escolas católicas de carecerem de espírito democrático e de serem de tendência anti-russa, quer dizer, de terem um espírito antimarxista. Na primavera de 1946, começou-se a falar de "complots" nas escolas católicas de Esztergom, Baja, Pécs, Keszthaly, Nagykanisza, Budapest, etc.; afirmava-se que êsses "complots" eram dirigidos contra o exército russo, chegando-se até mesmo a espalhar a notícia de que em tal escola fôra descoberta uma bomba atômica. [16]

Segundo objetivo dos comunistas: privar a Igreja das suas Associações de Ação Católica. Começaram os jornais comunistas a publicar notícias de "descobrimentos de armas" nas sedes de algumas das principais organizações católicas; os chefes dessas organizações eram acusados de reter fôlhas de propaganda, jornais e insígnias fascistas.

Enquanto isso, um soldado russo era morto em Gyongyos. O matador, um jovem de 18 anos, declarou assim haver agido para vingar sua mãe desonrada e morta nos primeiros dias da ocupação soviética. No curso do processo descobriu-se que o jovem era membro de uma Congregação Mariana, e logo se falou de "complot". O Padre *Salésius Kiss*, Presidente da Congregação Mariana local, foi encarcerado, bem como uns vinte jovens de 13 a 18 anos. A imprensa comunista desencadeou a sua campanha, e os estudantes comunistas em Budapest foram incitados a descer à rua para pedirem a morte do Padre Kiss e a dissolução das Associações Católicas.

Fato semelhante produziu-se durante o verão de 1946: um oficial russo foi achado morto diante de um bar de Budapest. A polícia cercou o quarteirão, e um môço da *Kalot* (Associação da Juventude Católica Camponesa) foi apontado como autor do morticínio. Na imprensa comunista tornou-se a falar de "conspiração", e foram organizadas demonstrações onde se reclamavam a dissolução da *Kalot* e de tôdas as Associações Católicas.

O general russo Sviridov, comandante das fôrças de ocupação, dirigiu-se então ao Ministério da Justiça húngaro, falando também de conspiração contra as fôrças militares russas, e designando as Associações Católicas como sendo as principais responsáveis. O General

---

16) O Cardeal Mindszenty reagiu contra tais enormidades por um Memorandum dirigido ao Govêrno no início do verão de 1946. O Cardeal pedia provas. Não obteve nenhuma resposta. — Cf. Péterffy, *o. c.*, p. 125, para o texto do Memorandum; e pp. 129 e ss. para o discurso pronunciado pelo Cardeal em Pécs.

convidava o Govêrno, em nome da segurança geral e da democracia, a dissolver aquelas organizações.

A carta, transmitida à imprensa, foi largamente explorada pelos órgãos da propaganda comunista. Organizaram-se novas manifestações, estabeleceram-se listas de petição nos meios comunistas, descobriram-se outros fatos para corroborar a acusação irrogada contra as Associações Católicas. Em julho de 1946, o tema dos malfeitores das Associações Católicas dominava tôda a imprensa comunista.

Os católicos não tinham meios de se defender contra tais acusações: era em vão que os seus dois hebdomadários reclamavam se procedesse a um inquérito sôbre os incidentes; debalde era também que as presidências das Associações Católicas incriminadas pediam ao Govêrno protegê-las contra os ataques da imprensa e das organizações do Partido.

Se bem que presidido por um membro do partido dos Pequenos Proprietários, o Govêrno cedeu às pressões dos comunistas, e publicou o Decreto 7330/1946 M. E., que dava ao Ministro do Interior (comunista) tôda latitude para dissolver ou conservar as organizações, conforme julgasse oportuno. Por êsse Decreto, o Partido Comunista tornava-se o árbitro da sorte das Associações Católicas e dos seus bens. [17]

O Ministro do Interior utilizou largamente a faculdade de dissolver que lhe fôra outorgada. A maioria das Associações Católicas foram suprimidas, os seus chefes detidos em grande número, e os bens seqüestrados. Sedes e prédios foram entregues às organizações comunistas. As poucas Associações Católicas poupadas tiveram de restringir cada vez mais o seu campo de atividade. [18]

Por essa dispersão, em "grande estilo", dos católicos militantes, pensavam os comunistas ter aplainado o caminho para uma ação mais livre entre as massas.

A fim de acalmar os espíritos, a 1º de agôsto o Govêrno dirigiu ao clero (não aos bispos) uma Proclamação largamente difundida.

Pedia-se aos padres:

"contribuírem para favorecer uma coexistência pacífica entre o povo húngaro e o exército vermelho", e "empregar-se em convencer os elementos facciosos que fazem obstáculos aos resultados das grandes transformações operadas, e que, a pretêxto de al-

---

17) Em nome do Episcopado húngaro, o Cardeal-Primaz protestou enèrgicamente junto ao Presidente do Conselho contra êsse Decreto. Na sua carta de 21 de julho de 1950, lia-se, entre outras coisas: "Somos obrigado a protestar solenemente contra o fato de medidas de tal alcance serem adotadas na base de simples suspeitas, não provadas, imputadas às nossas Associações e a alguns dos seus membros. A êste propósito não podemos guardar silêncio, como tampouco no que concerne à publicidade feita para fins de propaganda". — Cf. Péterffy, *o. c.*, pp. 94-96.

18) Cf. *Uj Ember*, de 27 de julho de 1947.

gumas faltas inevitáveis aqui ou acolá, procuram suscitar sentimentos de antipatia contra o exército russo e a democracia" O Govêrno da República (prosseguia a Proclamação) "declara-se pronto a *garantir para o futuro os direitos da Igreja* e a ajudá-la a cumprir a sua tarefa religiosa".[19]

A 10 do mesmo mês, por uma carta dirigida ao Presidente do Conselho, o Primaz respondeu a essa Proclamação. Depois de refutar as acusações implìcitamente contidas naquele documento, o Cardeal Mindszenty relembrava o conjunto dos atos até então cometidos contra a Igreja Católica. Em particular:

a) "as relações diplomáticas com a *Santa Sé,* embora estejamos de acôrdo sôbre o modo e sôbre a pessoa, até agora ainda não foram restabelecidas;

b) os ataques contra as nossas escolas e as nossas instituições são cotidianos. A imprensa não tem publicado retificações a respeito dêles; os nossos pedidos têm sido rejeitados. Temos tido de nos contentar com a confiança testemunhada às nossas escolas pelos pais, e a atitude respeitosa dêles tem-nos sido um verdadeiro confôrto;

c) atacaram-se em seguida as nossas Associações a propósito de um delito cujas circunstâncias persistem perfeitamente obscuras; foi-nos êle imputado sem nenhum fundamento, e, por outro lado, os autos do processo jamais me foram acessíveis. Sôbre esta questão continuam os nossos entendimentos com o Senhor Presidente do Conselho, mas a opinião pública inquieta-se de ver que as autoridades não dizem tôda a verdade que eu reclamo;

d) há também as proibições das nossas procissões, atividade puramente religiosa; há as detenções de sacerdotes e a lentidão posta no exame da sua causa; a ausência de imprensa católica diária, e a falta de imprensa para o partido católico, etc.;

e) restariam a considerar os ataques repetidos dos diversos jornais, entre os quais o do Exército Vermelho".

E o Cardeal concluía: "Enquanto nós somos contìnuamente alvo dos ataques movidos sem provas reais, é-nos impossível aceder ao pedido contido no apêlo do Govêrno. Todavia, quando reparação nos fôr dada pelos ultrajes recebidos, quando tivermos a segurança de poder exercer livremente a nossa atividade religiosa, estaremos pronto a uma colaboração sem reserva".[20]

A carta do Primaz tinha também por fim denunciar a manobra comunista que visava a separar o clero da Hierarquia. Efetivamente, é a essa época que cumpre fazer remontar o início dos esforços, prosseguido depois, sem trégua, até à detenção, para isolar o Primaz, espalhando de viva voz e pela imprensa o boato de que o Episcopado não fazia sua a atitude dêle em face do Govêrno e do Partido comunista.

---

19) Cf. Péterffy, *o. c.*, pp. 42-43.
20) Cf. Péterffy, *o. c.*, pp. 44-47.
21) Reunidos em Conferência episcopal a 6 de setembro de 1947, os bispos firmaram posição contra êsses ataques.

O Ano de 1947.

Nos primórdios de 1947, a propaganda dos comunistas continuou a versar sôbre o comportamento, pretensamente favorável ao Regime, de uma parte do clero, e sôbre as divergências entre os membros do Episcopado húngaro. Ao mesmo tempo, ataques os mais violentos multiplicavam-se contra os católicos *no terreno escolar*.

No ano precedente, os comunistas tinham movido a ofensiva contra as escolas católicas falando, pela imprensa, da falta de sentimentos democráticos e das deficiências do ensino destas. Mudando já agora de tática, serviram-se êles dos representantes dos Pequenos Proprietários para reclamar *a supressão do ensino religioso obrigatório nas escolas do Estado*.

O relator de um projeto de lei nesse sentido ousava afirmar ao Parlamento, a 12 de março de 1947: "O Corpo episcopal aceitou o projeto da instrução religiosa facultativa". Contra esta afirmação ofensiva, desde o dia seguinte o Cardeal-Primaz apresentou um vigoroso protesto à Assembléia Nacional.[24] Ao Govêrno chegaram igualmente protestos emanados dos pais de alunos.

Em face de uma tal oposição, o Govêrno renunciou ao seu plano.

Mas, a fim de limitar sempre mais a influência da Igreja sôbre a vida pública húngara, novas restrições se decretaram (além das denominadas "transitórias" em 1945, e que nunca haviam sido ab-rogadas) no domínio da *imprensa*. Embora a Constituição de 1946

---

22) Cf. *Magyar Nap* (Sol Húngaro) de 22 de janeiro de 1947, e *Friss Ujság* (Jornal de últimas informações) de 27 de abril de 1947. O Episcopado teve de intervir oficialmente contra a campanha dos jornais a 6 de setembro de 1947.

23) Cf. Nota da *Agência Telegráfica Húngara*, de 29 de março de 1947.

24) Cf. Péterffy, *o. c.*, pp. 135-136.

25) Só na cidade industrial de Csepel, 10.000 operários manifestaram o seu descontentamento contra tal projeto de lei.

26) Bem mais: *Màtyàs Ràkosi*, Secretário do Partido, num discurso pronunciado em Angyalföld, bairro operário de Budapest, serviu-se do projeto de lei como de uma arma contra o partido dos Pequenos Proprietários: "O livre ensino da religião constitui um elemento essencial da democracia, e, como tal, naturalmente é aprovado e amparado pelo Partido comunista... Nós conhecemos os sentimentos religiosos do povo húngaro, e pensamos que se deve evitar pôr no tapête questões suceptíveis de provocar novas perturbações e novas desordens.. Por isto julgo-me aqui obrigado a declarar que o Partido Comunista desaprova e condena a despreocupação e a irresponsabilidade de que deu prova o partido dos Pequenos Proprietários inscrevendo essa questão na ordem do dia. Ao nosso ver, é absolutamente necessário sejam reguladas as relações entre a Igreja e a democracia, e o sejam quanto antes, e sobretudo por negociações prévias e por um acôrdo com os Dirigentes da Igreja. " *Szabad Nép* (Povo Livre), 10 de maio de 1947.

houvesse ratificado a liberdade da imprensa, em 1947 o Govêrno aprovou um *Regulamento* que dizia, em substância:

1º Nenhuma publicação, inclusive os livros e os jornais periódicos, pode ser impressa sem autorização do Ministério da Informação.
2º Essa autorização é igualmente exigida para que os jornais que já existem possam continuar a ser publicados.
3º A autorização do Ministro do Interior é necessária para a difusão de qualquer publicação.

Essas restrições impostas à liberdade da imprensa não concerniam, teòricamente, às circulares episcopais; mas, na prática, controlavam-nas. Os bispos julgaram de seu dever protestar a êsse respeito. O ministro dos Cultos prometeu ao Parlamento, a 16 de junho de 1947, que interviria na questão das Cartas Pastorais; mas, de fato, o protesto do Episcopado absolutamente não foi tomado em consideração. [28]

Entrementes, os ataques comunistas contra as *Associações Católicas* não cessavam.

No início de 1947, foi a vez da *Karitasz.* Logo após a guerra, e quando a miséria era grande entre a população, êsse organismo, em ligação com as organizações caritativas católicas ocidentais, distribuíra grandes quantidades de socorros aos indigentes. [29] Abrira, em particular, 126 cozinhas econômicas, e organizara, mesmo no estrangeiro, colônias de inverno e de verão para as crianças necessitadas. [30] De tôda essa atividade os comunistas só retinham o prestígio que daí ressaltava sôbre a Igreja Católica, e queriam liquidar êsse organismo.

A 6 de maio de 1947, um porta-voz do Govêrno elevou-se contra a Karitasz, acusando-a de desenvolver uma ação política ilegal sob o véu da caridade. A imprensa comunista retomou êsse tema, acrescentando que a Karitasz promovia uma ação "condenável", por-

---

27) O jornal *Uj Ember*, publicando essas medidas, ousou declarar que elas eram contrárias à Constituição; isso lhe valeu o confisco dêsse número e a interdição por 2 semanas.

28) *Jornal do Parlamento* nº 75.556. Outro protesto faz objeto de uma Carta Pastoral de 11 de novembro de 1948, na qual os bispos, dirigindo-se aos fiéis, escreviam: "Renunciamos antes (que pedir o consentimento prévio do Govêrno) à possibilidade de nos comunicarmos convosco por meio da imprensa, e, forçados a nos retirar para as catacumbas, falar-vos-emos agora empregando os métodos de há 450 anos, porém jamais trairemos nem a liberdade nem a independência da Igreja".

29) Com a aprovação do Cardeal Mindszenty, socorros haviam afluído à Hungria vindos dos católicos inglêses, irlandeses, belgas, holandeses, da Santa Sé, da Suécia, da Dinamarca, e sobretudo dos católicos americanos, graças à *National Catholic Welfare Conference* (NCWC).

30) Para compreender a amplitude da obra realizada pela Karitasz, basta lembrar-se de que em 1947 só a NCWC tinha enviado à Hungria socorros no valor de dois milhões e meio de dólares. Haviam-se igualmente coletado donativos no interior do país.

que distribuía os socorros vindos do estrangeiro aos membros da "lista B", isto é, a pessoas consideradas perigosas para a democracia. Intervindo na questão, o Govêrno ordenou à Karitasz entregar 80% dos socorros provenientes do estrangeiro ao Ministério da Assistência Social, e distribuir os 20% restantes, individualmente, sob a vigilância dos "comités" sociais locais, que estavam nas mãos dos comunistas. Em seguida a essas restrições impostas à Karitasz, o envio de socorros do estrangeiro foi suspenso. No interior mesmo, a coleta dos donativos tornava-se cada vez mais difícil, sendo os produtores obrigados a fornecer à massa comum todos os seus produtos. Foi assim que a atividade da Karitasz se extinguiu quase totalmente no correr do ano de 1947; os comunistas haviam alcançado o seu fim.

Em maio de 1947, iniciou-se tôda uma série de proibições no tocante às *manifestações exteriores da fé*, às festas religiosas e à abolição das peregrinações e procissões.[31]

As eleições de 31 de agôsto de 1947, como vimos, consolidaram as posições dos comunistas na Hungria. Afastada tôda forma de oposição política, o Govêrno de maioria comunista, que se constituíra após as eleições, já não achava senão um único obstáculo à introdução dos princípios marxistas: a Igreja Católica. E precisamente nela é que punham tôdas as suas esperanças os que queriam impedir a sovietização do país.

Em razão disso, o Cardeal-Primaz tornava-se o portador das esperanças de um povo e o adversário nº 1 dos comunistas húngaros.

Em seguida à tomada do poder pelos esquerdistas, começou-se a exercer fortes pressões sôbre os fiéis católicos para os fazer inscrever-se no Partido comunista. Contra tal violação da "liberdade democrática", o cardeal Mindszenty elevou um protesto em nome de todo o Episcopado húngaro, numa carta de 24 de outubro de 1947 ao Presidente do Conselho, *Lajos Dinnyes*.

Nela dizia notadamente o Cardeal[32]:

a) *Forçam-se a inscrever-se no Partido Comunista pessoas* que não estão de acôrdo com o programa dêsse partido, e mesmo pessoas cujas convicções religiosas estão em contradição formal com êste último. A pertença ao partido comunista exonerava e exonera das penas e da lista B (da depuração).

---

31) Eis aqui alguns exemplos: Em maio de 1947, procurou-se impedir em certos lugares a procissão de Corpus-Christi, sob pretextos diversos. Em Budapest, Kakoczy Ut, proibiu-se a peregrinação que ali se desenrola tradicionalmente, e os homens que a ela foram a despeito da proibição foram presos. De outras vêzes, em Budapest, Csepel, Szekesfehérvàr, etc., a polícia tentou intimidar os peregrinos tomando os números dos veículos vindos por ocasião de festas religiosas.

32) Ver o texto completo em Péterffy, *o. c.*, pp. 101-102. O hebdomadário *Uj Ember* foi suspenso por ter publicado a carta no seu número de 7 de novembro de 1947.

b) *Queixaram-se igualmente as pessoas do sistema de espionagem* exercida pela Seção de defesa do Estado, da polícia. Com efeito, órgãos da dita Seção fazem comparecer, sôbre a fé de acusações fantasistas e inventadas, pessoas e mesmo sacerdotes; sob a ameaça, tentam então induzi-las a espionar as associações católicas, os bispados, e a relatar periòdicamente o que tiverem ouvido e observado. No caso de as relações feitas não terem dado satisfação, aconteceu que os "espiões", já moralmente torturados, foram também maltratados fìsicamente".

O desenvolvimento da situação interior do país não podia deixar de suscitar graves apreensões para o futuro da Igreja Católica na Hungria. Pondo em Deus tôdas as suas esperanças, na sua conferência de 15 de agôsto de 1947 o Episcopado colocou a nação húngara sob a proteção da Virgem e proclamou um Ano Mariano.[34]

O Ano de 1948.

O comunismo, doravante instalado no poder, julgou favorável a ocasião e chegado o tempo de subtrair inteiramente a juventude à influência da Igreja.

Começou-se, em março de 1948, por pedir ao diretor da Karitasz, da parte do Ministro do Interior, cessar tôdas as suas atividades (desenvolvidas na maior parte em favor da infância). De feito — pretendia o Ministro — "as condições do povo são, já agora, tão boas, que uma atividade dessa natureza é de considerar-se supérflua. O Estado providenciará sôbre os casos excepcionais que possam apresentar-se".

Mas os comunistas tinham, sobretudo, pressa de fazer cessar a grande influência que a Igreja exercia sôbre os jovens por meio das suas numerosas escolas. Era, pois, sôbre êste ponto que os comunistas queriam triunfar. Depois das transformações sobrevindas no interior do país, os dirigentes marxistas sentiam-se em condições de desfechar o ataque decisivo; e, como é de uso, foi à propaganda que incumbiu o cuidado de prepará-la.

Desde janeiro de 1948, recomeçou-se a criticar as condições "inferiores" das escolas católicas, a triste situação do Corpo docente, a falta de livros escolares, etc. Para todos êsses inconvenientes os jornais indicavam um único remédio: *a nacionalização das escolas católicas*. Em maio de 1948 só se falava disto na imprensa do Par-

---

33) Cf. *Magyar Kurir* de 29 de novembro de 1947. — Acha-se um violento discurso de Révai, teórico do Partido, contra o Cardeal Mindszenty, em *Szabad Nép* de 13 de dezembro de 1947.

34) A respeito dos fins espirituais que o Ano Mariano pretendia demandar, ver o Discurso pronunciado pelo Primaz em Esztergom a 15 de agôsto de 1947. — Cf. Péterffy, *o. c.*, pp. 188 e 189.

tido tanto quanto na do Govêrno.[35] Mas os comunistas, desejosos de salvar as aparências e de provar que a nacionalização era desejada pelo povo húngaro, quiseram utilizar os métodos "democráticos": além das reuniões e das coletas de assinaturas, fizeram-se preencher pelos professôres, pelos mestres, pelos operários, pelos empregados, petições pedindo a aplicação dessa medida. Os empregados e os operários que recusavam assinar eram dispersados, os estudantes eram expulsos das escolas, os professôres eram suspensos ou transferidos.

O Cardeal Mindszenty elevou-se contra tais processos. Já desde algum tempo autorizara êle certos membros do Episcopado a tratarem com o Vice-Primeiro Ministro, *Ràkosi*, a questão das relações da Igreja com o Estado. Mas êsses entendimentos deram em nada quando se tratou da questão das escolas confessionais (para as quais os católicos pediam a mantença do "statu quo"), do restabelecimento das associações católicas, ou da autorização de um cotidiano católico até então recusado pelos comunistas.

Como prosseguisse a campanha encarniçada contra as escolas católicas, o Cardeal-Primaz dirigiu-se diretamente ao Ministro da Instrução Pública *Ortutay*.

Citamos aqui êsse documento porque êle constitui uma denúncia dos métodos de perseguição dos comunistas:

"Permita, Senhor Ministro, que eu chame a sua atenção para as injustiças que nos foram novamente infligidas, em violação das leis naturais e divinas.

O Estado prossegue a luta contra a nossa escola e os nossos docentes, e intensifica-a sempre mais.

Hoje, 29 de maio, pode-se verificar que a batalha do Estado atingiu o seu máximo de violência contra as escolas católicas e o seu Corpo docente.

Os nossos professôres e os nossos mestres são de maneira incessante, quer pela violência, quer pela astúcia, induzidos a tomar partido pela nacionalização, violando o seu juramento. E, enquanto se desenvolve êsse convite para tratar, em frases de caráter geral destinadas à propaganda o Sr. Ministro acusa os pregadores e os nossos professôres de religião de pregarem o ódio político antes que o amor evangélico.

Devo tomar como verdadeiras as notícias publicadas a êsse respeito na imprensa, pois nunca foram desmentidas, e também, por já haver o Sr. Ministro, de outras vêzes, dito coisas semelhantes.

As assembléias pedagógicas realizam-se em série, como o prova o exemplo de Esztergom, e só se pode é verificar-lhes os estrondosos malogros morais. Leva-se, porém, ao conhecimento das au-

---

35) Cf. *Kossuth Népe* (Povo do Kossuth) de 19 de maio de 1948, e *Népszava* (Voz do Povo), de 1º de maio de 1948. O *Magyar Kurir* de 12 de maio de 1948 reproduz um discurso de Ràkosi contra as escolas católicas. A propaganda comunista apresentava a questão da nacionalização das escolas como simples questão administrativa, visto como nela o ensino da religião seria mantido obrigatório. Uma vez obtida a votação da lei, a obrigação dêsse ensino foi suprimida por Decreto governamental a 5 de setembro de 1949.

toridades o sentimento preciso da opinião pública que nelas se exprime?

Pretensos inspetores dos estudos visitam as instituições escolares e, pela ameaça, pela mentira e pela astúcia, impelem e forçam mesmo os nossos professôres à desobediência para com a sua legítima autoridade eclesiástica.

"O doutor em Direito *Nicolau Toth,* membro da comissão administrativa da Associação religiosa dos Pais Católicos, foi detido na sua residência pela política e internado, por haver defendido o nosso direito escolar...

Nas emprêsas da capital, agentes encarregados de colhêr as informações sôbre o pessoal querem conhecer que gênero de escola freqüenta o filho do empregado e do operário. Forçam os patrões a tomarem posição contra as cartas-circulares do Episcopado...

Numa cidade da Grande Planície, à fôrça de pancadas, a polícia coagiu nove congressistas das escolas gerais a "confessarem", e obteve dos sacerdotes, por todos os meios, uma declaração em favor do cura de Bakonykut e contra o bispo de Szekesfehérvar.

O ódio vai sempre crescendo contra a Igreja, no Parlamento, no rádio, na imprensa, nas repartições, na vida econômica. Em contradição com o tratado de paz, empregados são privados da sua situação, escolares são privados dos seus colégios populares, ùnicamente em razão da sua devoção religiosa.

O tom da imprensa torna-se cada vez mais vulgar e grosseiro, e, em face da campanha de mentiras e calúnias, a Igreja sente-se quase em situação de fora-da-lei. Isso são processos da "Kulturkampf" Estamos em face de coação moral, de miséria de almas escravas, de violação permanente da liberdade religiosa. E, em face disso, falta-nos a defesa "ex officio debita" do Senhor Ministro e do Govêrno.

Todos êstes fatos e uma porção de outros mais, que seria quase impossível enumerar, não sei, deveras, se são próprios para dar um impulso favorável a sérios entendimentos de paz.

Receba, Senhor Ministro, a expressão da minha estima". [36]

José MINDSZENTY,
Cardeal-Primaz e Arcebispo.

Numerosos cidadãos que faziam parte da Associação dos Pais Católicos protestaram igualmente contra o projeto de laicização das escolas.

Por ordem do Govêrno, a polícia interveio para dispersar os manifestantes. [37] Medidas foram adotadas contra as escolas católicas. A

---

36) Cf. Péterffy, *o. c.*, pp. 159-160, e *Magyar Kurir* de 1º de junho de 1948.

37) Em *Sopron* foram prêsas várias pessoas, entre elas um sacerdote, por haverem tomado posição contra a estatização das escolas. Em *Pocspetri,* no curso de uma arruaça, um policial foi morto. Isto serviu de pretêxto à imprensa para desencadear uma nova campanha contra os ardis eclesiásticos. O Ministro de Instrução Pública *Ortutay* escreveu mesmo, a 4 de junho, uma carta ao cardeal Mindszenty, pedindo-lhe fizesse cessar a luta contra a "democracia" húngara. O Cardeal, na sua resposta, qualificou as afirmações do Ministro como "inteiramente gratuitas" e denunciou os que "acarretam um grave prejuízo à paz tão desejada e à calma, suscitando uma questão tão

polícia recebeu ordem de ocupar edifícios escolares. E, durante êsse tempo, o Govêrno procurava, em face da opinião pública, fazer recair sôbre o Episcopado católico a responsabilidade da demora dos entendimentos entre a Igreja e o Estado. [38]

Nesse ínterim, o Ministro da Instrução Pública apresentou ao Parlamento, para discussão imediata, o projeto de lei sôbre a nacionalização das escolas. As discussões começaram no Parlamento a 16 de junho, e, desde 17 de junho, a despeito dos 3.000 telegramas de protesto amontoados na escrivaninha presidencial, a lei, sustentada pelos comunistas e pelos socialistas, foi votada por 230 votos contra 63. [39] Decretava ela a imediata tomada de posse de tôdas as escolas particulares, bem como dos seus bens, sem indenização outra que. a tomada do pessoal delas a seu cargo pelo Estado. A Igreja não podia exercer o seu direito de contrôle e de vigilância senão no domínio religioso (Lei XXXIII, 1948). Assim é que foram tiradas à Igreja 3.163 escolas e 177 colégios e instituições de educação, agrupando um total de cêrca de 600.000 alunos.

A lei entrava em vigor a 22 de junho, e, nesse mesmo dia, em tôdas as igrejas, era lido um solene protesto redigido pelo Primaz em nome do Episcopado húngaro inteiro.

No momento mesmo em que feria tão duramente a Igreja, o Govêrno comunista parecia desejoso, tanto quanto era factível, de não excitar demasiadamente os espíritos. *Màtyàs Ràkosi* apressara-se a declarar, a 12 de junho de 1948, no Congresso de unificação dos partidos comunista e social-democrata:

"A instrução religiosa deve continuar a desempenhar o seu papel nas escolas mesmo depois da estatização, em plena conformidade com os sentimentos religiosos do povo húngaro". [40]

Do mesmo modo, no decurso da discussão no Parlamento, o Ministro da Instrução Pública de então, *Gyula Ortutay*, declarava:

"Posso aqui dizer que a instrução religiosa fica sendo obrigatória, mesmo nas escolas do Estado", e será dada "com o auxílio dos mesmos manuais, nos mesmos horários, pelos mesmos catequistas. Garantimos, pois, à Igreja a instrução religiosa".

Por seu turno, o secretário geral dos Sindicatos do pessoal docente, falando aos educadores húngaros a 17 de junho de 1948, dava as mesmas seguranças.

---

discutida e mantendo-a na ordem do dia por todos os meios. — *Magyar Kurír* de 6 de junho de 1948.

38) Ver a carta do Ministro da Instrução Pública e dos Cultos ao Cardeal Mindszenty, em data de 14 de junho de 1948, e a resposta que o Primaz lhe dirigiu no dia seguinte, em Péterffy, *o. c.*, pp. 163-167 — *Magyar Kurír* de 15 de junho de 1948.

39) Ver o relatório dos debates parlamentares em Péterffy, *o. c.*, pp. 167-171.

40) Cf. *Szabad Nép* de 13 de junho de 1948.

Os fatos que vão seguir-se incumbir-se-ão de mostrar a sinceridade dessas declarações.

Uma vez entrada em vigor a lei, duas graves questões restavam ainda a resolver. Devia-se ou não aceitar o oferecimento feito pelo Estado, de deixar à Igreja umas dez escolas de importância histórica? Se a aceitasse, o Episcopado tinha de reconhecer formalmente a laicização de tôdas as outras escolas e, o que mais é, fazer uma Declaração em cujos têrmos homologava tudo o que até ali fôra feito em nome da democracia.

Doutra parte, deviam ou não os religiosos e as religiosas consentir em ensinar nas antigas escolas, na qualidade de empregados do Estado, como o permitia a lei? Neste caso também, dizer sim equivalia a endossar a lei. Por diferentes razões decidira-se o Govêrno a permitir essa "utilização" do Corpo docente das escolas outrora dependentes da autoridade eclesiástica: êle não tinha elementos leigos para substituí-lo; isso servia aos seus fins de propaganda, atenuando o descontentamento dos pais católicos; finalmente, esperava êle ganhar alguns mestres para a sua causa, graças à utilização de manuais escolares marxistas e à ambiência comunista em que êles deviam viver.

Pela sua Carta Pastoral de 16 de julho de 1948, o Episcopado húngaro repelia o compromisso "cuja aceitação significaria o abandono de todos os nossos princípios". [41]

Os vexames contra a Igreja estenderam-se igualmente ao domínio das transmissões religiosas radiofônifas. Desde o início de 1948, começou-se a boicotá-las: os sermões deviam ser obrigatòriamente submetidos à censura do Estado, e muitas vêzes eram recusados como "não convindo". A censura do rádio exigia da Igreja, não sòmente uma atitude neutra, mas um apoio moral ao novo Regime e à sua ideologia. Após um protesto do Primaz [42], as próprias autoridades eclesiásticas decidiram renunciar a essas transmissões. Posteriormente, com intuitos de propaganda, tentaram os comunistas preencher essa lacuna por meio de transmissões religiosas feitas sem a aprovação da Igreja Católica.

Por outro lado, êsses mesmos comunistas, que continuavam a declarar pùblicamente quererem assegurar a liberdade religiosa, no início não intervieram para impedir as *manifestações religiosas* do Ano Mariano proclamado em agôsto de 1947. [43] Mas, em breve, sob diferentes pretextos, estorvaram a afluência dos fiéis aos lugares de peregrinação. O Cardeal Mindszenty, em nome do Episcopado, quei-

---

41) Ver o texto em Péterffy, *o. c.*, pp. 176-180.

42) Cf. *Magyar Kurir* de 10 de fevereiro de 1948.

43) Avalia-se que mais de 4 milhões de fiéis tomaram parte nas "Jornadas Marianas", organizadas no correr do ano dedicado à SS. Virgem.

xou-se dêsses processos numa carta endereçada, a 11 de maio de 1948, ao Ministro dos Cultos.

As coisas infelizmente não mudaram, e os abusos de poder foram até à proibição de várias manifestações religiosas, notadamente da Procissão tradicional de Santo Estêvão. Opuseram-lhe os comunistas a sua "festa do pão" (20 de agôsto de 1948), que devia desenrolar-se no percurso desde muito fixado para a procissão.

A tática dos comunistas para fazer fracassar as manifestações religiosas públicas abrangia tôda uma gama de medidas que iam da repressão violenta da parte da polícia aos subterfúgios mais baixos. A êste respeito, dois documentos são significativos: um, secreto, emanado dos dirigentes comunistas, e o outro constituído por uma Declaração pública da autoridade eclesiástica a propósito dos abusos de poder do Govêrno e, em particular, dos fatos ocorridos por ocasião das festas do segundo centenário da igreja beneditina de Celldomolk (11-12 de setembro de 1948). Eis aqui êsses documentos.

Por uma circular de 9 de setembro, os comunistas deram as diretrizes seguintes "para os educadores populares e secretários locais do partido":

"1º Retomar entre os camponeses o problema da nacionalização das escolas. Lembrar que na província de Vac o Govêrno despendeu um milhão de florins para tornar a dar vida às escolas. Nem uma só palavra da Igreja nem dos padres.

2º Os Secretários do Partido devem unir-se aos que partem em grupo (com as procissões) e promover a sua propaganda entre êles nesse sentido.

3º Repetir que os religiosos poderiam continuar a ensinar se Mindszenty não o houvesse impedido. Assim devem agir igualmente os educadores populares, e a sua propaganda deve ser convincente.

4º Os "*agit-pro*" e os educadores populares promoverão a sua propaganda nesse sentido em Celldomolk, entre os homens reunidos nos alojamentos comuns. Deverão procurar afastar de Mindszenty os homens, mas deverão fazê-lo como se êles próprios fôssem uns fiéis, uns peregrinos. Não devem deixar ver que fazem propaganda.

5º Na execução dêsse trabalho, não devem êsses camaradas trazer a insígnia do Partido.

6º Os Secretários do Partido e os educadores populares em caso algum devem estar acompanhados dos seus. No correr do seu trabalho devem estar compenetrados do seu papel de propagandistas políticos. Observem com olhos vigilantes, para surpreender o que se diz, qual é o humor das pessoas, e se não há ali sabotadores. Se descobrirem um, devem imediatamente denunciá-lo à secção local do Partido".

Paralelamente a essas diretrizes, deviam-se aplicar medidas de "usura exterior", que o Cardeal-Primaz se apressou a denunciar numa Declaração pública.[44] Lia-se nela, notadamente:

44) Cf. *Magyar Kurir* de 14 de setembro de 1948.

"A 15 de agôsto de 1947, por ocasião da festa da padroeira da Hungria, o Episcopado húngaro proclamou em Esztergom um ano Mariano para os católicos dêste país. Desde então e de maneira incessante os católicos acorrem em massa, às dezenas e centenas de milhares, aos lugares onde é anunciada uma Jornada mariana.

Desde a primavera de 1948, todavia, o tranqüilo desenrolar dos festejos marianos é perturbado por interferências cujo caráter intencional é sempre mais evidente. Tôda gente sabe que, desde aquela data, não sòmente os peregrinos não mais dispuseram das mais elementares facilidades, como também as liberdades garantidas a todos os cidadãos húngaros não foram reconhecidas aos que iam rezar ou expiar pela melhoria da sorte da pátria.

1º As estradas de ferro do Estado não mais deram facilidades para os grupos, e, em certos casos, os "guichets" de diferentes estações ferroviárias recusaram entregar até mesmo bilhetes individuais de tarifa plena.
2º Foi vedado aos automóveis transportarem peregrinos, e essa proibição foi mesmo estendida aos caminhões susceptíveis de transportar pessoas.
3º Visitas veterinárias de cavalos foram ordenadas, a fim de impedir os peregrinos que habitam localidades afastadas de se dirigirem em tempo querido à localidade onde se desenrolava a Jornada mariana.
4º Ordens de acantonamento foram dadas, para que os fiéis não pudessem afastar-se de suas casas.
5º Nas localidades onde se celebrava a Jornada mariana, o uso dos alto-falantes era proibido, ou então, se a princípio êstes eram permitidos, eram desmontados no momento de ser utilizados.

Mas isso era mero prelúdio às manifestações oficiais, sempre mais violentas, contra o livre exercício da religião, manifestações que atingirão o seu cúmulo em Zalaegerszeg, e sobretudo em Celldomolk". [45]

Tôda a política do Govêrno húngaro a respeito da Igreja tendeu, no correr do ano de 1948, a separar o cardeal Mindszenty do seu clero e do seu povo. Antes de adotar medidas contra o Primaz, os comunistas tentaram, por todos os meios, desacreditá-lo aos olhos das massas católicas. Começaram reduzindo as possibilidades de contacto do Cardeal com os fiéis, para isso contrariando não sòmente as suas relações diretas com êles, mas igualmente as relações indiretas que êle podia ter através do clero.

Os bispos ainda tinham, nessa época, pôsto que de maneira mui limitada, a possibilidade de comunicar-se com o povo cristão por meio das Cartas Pastorais. Mas, em 1948, o *Regulamento sôbre a imprensa* foi agravado pela extensão da censura preventiva não só aos impressos, mas também a *todo gênero de escrito reproduzido a vários exemplares*, quer a máquina de escrever, quer a multicópia. Dessa maneira, fácil se tornava impedir a edição das publicações católicas que não eram do agrado. As Cartas Pastorais e as circulares dos bispos foram igualmente afetadas, se bem que o novo Regula-

---

45) Ler o texto completo em Pétterffy, *o. c.*, pp. 193-195.

mento fizesse uma exceção para elas; com efeito, as impressoras eram obrigadas a submeter à censura preventiva todos os textos sem nenhuma exceção. Ademais, o Govêrno podia exercer um contrôle por meio do correio, e impedir a expedição daquilo que não desejava ver difundido. Não mais restava aos bispos outro recurso, para fazer ouvir uma palavra livre, senão mandar multicopiar as Cartas Pastorais por pessoa de confiança e expedi-las por via particular.[46]

Uma das fôrças da Igreja na sua luta contra o comunismo ateu era, bem entendido, constituída pela união dos sacerdotes em tôrno do Cardeal-Primaz. Contra ela o Govêrno húngaro pôs tudo por obra, a fim de lhe enfraquecer o vigor e de lhe esboroar a coesão. Uma quantidade de sacerdotes foram sucessivamente detidos sob diferentes pretextos.[47]

O cônego de Györ *Joseph Jankovics,* cura da catedral, primeiramente foi aprisionado, e depois enviado a um campo de concentração, por haver recusado sepultura eclesiástica a um comunista morto sem dar sinal de arrependimento, e que, ademais, vivia em situação matrimonial irregular. Recorreu-se também à supressão da subvenção do Estado, como foi o caso com o Bispo de Györ e com os Capítulos de Györ, Sopron, Kalocsa e Esztergom. Proibiu-se a vários sacerdotes o exercício do ministério, intimando-se-lhes, da parte dos funcionários do partido, a ordem de não lerem em público as Cartas Pastorais. Cada dia os jornais davam os nomes dos lugares onde, segundo se dizia, as cartas circulares do Episcopado não haviam sido lidas. Daí a propaganda comunista deduzia que o baixo clero não compartilhava os pontos de vista dos bispos. Outras vêzes, o Regime tomava a defesa de alguns eclesiásticos feridos por medidas disciplinares da autoridade eclesiástica, para assim manifestar a sua "solidariedade" com o "baixo clero" perseguido, e provocar nos fiéis reações de hostilidade contra os bispos.

Outra tentativa dos comunistas consistiu em *tentar romper a solidariedade existente entre o Pirmaz e o Episcopado húngaro.* No outono de 1948, o Govêrno mandava diàriamente seus funcionários terem com os bispos, para se queixarem da "política belicosa" do Cardeal. Ao mesmo tempo, os órgãos de informação governamentais difundiam algumas declarações de bispos, certamente inventadas ou ultrajantemente falsificadas.

Todavia, o Episcopado húngaro logo reagiu contra isso pela Declaração de 3 de novembro de 1948, na qual renovava a sua plena confiança no Cardeal-Primaz.

---

46) Pela sua carta coletiva de 11 de novembro de 1948, os bispos húngaros protestaram contra as restrições acima impostas à liberdade da imprensa.

47) Cf. *Magyar Kurir* de 24 de junho de 1948. Podem-se ler as acusações contra o clero em *Kossuth Népe* de 19 de maio de 1948.

"O Episcopado húngaro agradece sinceramente a Sua Eminência o seu apostolado inestimável. Com a grande massa dos fiéis católicos, exprime a sua estupefação e a sua tristeza considerando os ataques injustos de que Sua Eminência tem sido sistemàticamente alvo — mui particularmente nestes últimos tempos — na imprensa, no rádio e nas reuniões.

Invocando a liberdade do culto e outros direitos de liberdade, o Episcopado húngaro eleva a sua voz contra tais ataques; assegunra a Sua Eminência a sua confiança e a sua simpatia, e, unido com Sua Eminência no seu trabalho em pró da Igreja, da pátria e do povo, solidariza-se com Sua Eminência". [48]

Persistindo os ataques, o próprio Cardeal Mindszenty julgou oportuno dirigir-se ao seu povo, a 18 de novembro de 1948, para denunciar a luta contra êle movida pelo Regime comunista. [49]

"Já há várias semanas, nas diferentes localidades da Hungria mutilada, votam-se contra mim sempre as mesmas "mòções". Condena-se o espírito contra-revolucionário e antidemocrático por mim suscitado e reacendido por ocasião das Jornadas marianas organizadas nos diferentes centros do país em 1947-1948. As pessoas se queixam do malôgro do acôrdo entre a Igreja e o Estado. Pede-se seja pôsto fim à minha atividade nociva.

Não acuso os meus acusadores. Se, de quando em vez, me sinto forçado a esclarecer a situação, isso é mero ato de justiça para com a minha nação, pelos seus sofrimentos dilacerantes, pelas suas lágrimas transbordantes, pelos seus apelos à justiça. "

A detenção e condenação do Cardeal-Primaz.

Màtyàs Ràkosi, no início de 1948, anunciara num discurso-programa aos funcionários do Partido que o problema das relações entre a Igreja e o Estado seria resolvido durante aquêle ano, de uma maneira ou de outra.

"A democracia húngara, — dizia o "leader" comunista — durante três anos fêz tôda sorte de tentativas para incorporar a Igreja Católica à sua obra de reconstrução, mas sem resultado... Doravante é indispensável que a democracia húngara modifique a política até aqui seguida. Basta, de agora em diante, tratar sem indulgência, de maneira impiedosa, os espiões, os traidores, os traficantes de divisas e os fascistas que se ocultam debaixo do hábito sacerdotal ou cardinalício. E' incompatível com a estabilização da nossa democracia que uma tropa de assalto do fascismo e da reação, como a que se alinha por trás de Mindszenty, continue a perturbar o nosso trabalho de reconstrução!

A evolução exige de nós imperiosamente — concluía Ràkosi — que reine também a ordem nesse domínio, e, se não nos é dado estabelecê-lo por um Acôrdo recíproco, pois bem! criá-lo-emos então segundo o desejo do povo, pela fôrça do Estado".

---

48) Ver o texto completo em *La Documentation Catholique*, 1949, col. 224.

49) A carta foi confiscada pela polícia. Ler o texto completo dêsse documento, de alta nobreza e de magnífica coragem, em *La Documentation, Catholique* 1949, col. 142-143.

O "Acôrdo" recíproco, na mente dos comunistas, era apenas um meio para aplainar o caminho conducente à bolchevização do país ("o trabalho de reconstrução" de Ràkosi) mercê de uma declaração de lealdade da Igreja e de obediência dos católicos para com o Estado e para com a pretensa democracia progressista. Já se obtivera semelhante atitude da parte dos chefes do protestantismo.

Mas, pela firmeza do Episcopado, os entendimentos haviam sido contìnuamente reconduzidos ao plano de um reconhecimento prévio de alguns direitos inalienáveis da Igreja. A 16 de dezembro de 1948, um comunicado do Episcopado húngaro precisava ainda:

"Desejamos sempre chegar a uma solução que seja em tudo conforme aos ensinamentos da Igreja, às leis e aos direitos da própria Igreja. Uma prova dêsse desejo é o fato de negociações já estarem encetadas entre os representantes do Estado e os do Episcopado, para resolver algumas questões particulares. Acreditamos que as autoridades oficiais considerem que, no estado atual das coisas, uma regulação definitiva dessas questões não pode ser esperada sem uma intervenção da Santa Sé".[51]

O primeiro grande obstáculo a arredar do caminho do "enquadramento" dos católicos nas fileiras da democracia marxista era, no entanto, constituído, para os comunistas (como claramente o dissera Ràkosi), pelo Cardeal Mindszenty e pelo "Mindszentismo". A propaganda comunista designava sob êste vocábulo todos os males possíveis e imagináveis que feriam a democracia. "Mindszentismo" era, por outras palavras, sinônimo de teimosia, de ininteligência, de sabotagem, de espírito retrógrado.

A liquidação do Cardeal foi então decidida.

E, como no início do ano Ràkosi tinha aludido ao "desejo do povo", organizaram-se manifestações, no curso das quais estudantes, operários, funcionários (que de outro modo temiam perder o seu lugar) desfilaram por diante das repartições, dos ministérios, dos bispados, reclamando, em nome da liberdade, o afastamento do "reacionário" Mindszenty. Fazendo côro com êles, a imprensa atacava o Primaz, cobrindo-o de ultrajes e de desprezos, para o desacreditar aos olhos da Nação.[52]

A 19 de novembro, a polícia detinha o secretário do Cardeal André Zakar, e a 23 de dezembro dois outros sacerdotes da Cúria

---

50) O vice-presidente do Conselho, Ràkosi, ignorando de propósito deliberado o Primaz, solicitava essa declaração ao Arcebispo de Eger, S. Excia. Mons. Czapik, por carta de 7 de maio de 1948. Nela lembrava êle o gesto análogo dos protestantes.

51) Ver o texto completo em *La Documentation Catholique*, 1949, col. 150.

52) Ver, entre a imprensa, no *Szabad Nép* (diário oficial do Partido comunista) de 23 de outubro de 1948, o artigo: "O pregador da morte".

de Esztergom, Imre Boka e Jànos Fabian. Procurava-se, assim, privar o Cardeal de alguns colaboradores diretos.

A 20 de dezembro, o Cardeal dirigira uma carta ao seu clero, na qual recomendava a firmeza da Fé, e uma comunicação aos seus confrades do Episcopado, na qual, entre outras coisas, dizia:

"Visto que não participei de nenhum "complot", nunca me demitirei: não falarei. Se depois disto viésseis a saber que eu admiti isto ou aquilo, que me demiti do meu cargo (ainda mesmo que isso fôsse autenticado pela minha assinatura), deveis saber que semelhante declaração não passará de uma conseqüência da fragilidade humana. . Da mesma maneira, declaro nula e sem valor qualquer confissão que seja, a mim atribuída a partir dêste dia..."

A 26 de dezembro de 1948, o Cardeal Mindszenty era pôsto em estado de detenção.

A 3 de fevereiro de 1949, começava o seu processo, que terminava pela condenação aos trabalhos forçados do Cardeal-Primaz, por alta traição, espionagem, atentado contra a segurança do Estado, tráfico ilícito de divisas.

Nesse processo, tratava-se, para o mundo comunista, de pôr em acusação, através do Cardeal, a civilização cristã bem como os seus valores, de que êle se constituíra o defensor.

Mindszenty foi "o seu próprio acusador".[53] Em 40 dias os comunistas haviam conseguido fazer do Cardeal "de aço" um "invertebrado". Foi êsse o lado mais terrível e mais sinistro do processo.

O Ano de 1949.

Durante o período que decorreu entre a detenção e a condenação do Cardeal Mindszenty, o Govêrno fêz tudo para acalmar a inquietação causada no país pelo encarceramento da mais alta autoridade religiosa. Nem por isso a imprensa continuou menos a propagar contra êle as acusações mais vulgares e, não raro, mais contraditórias.[54]

Ao mesmo tempo, as células comunistas faziam chegar ao Govêrno moções votadas no curso das reuniões de operários e de cam-

---

53) Já no curso da instrução o Cardeal tinha feito a sua "autocrítica". Cf. *O Livro Amarelo* do Govêrno húngaro, Budapest, janeiro de 1949.

54) Cf. *La Documentation Catholique*, 1949, col. 137-138 e 214-215. As publicações que se não conformavam com essa linha de conduta tiveram de sofrer as conseqüências. Foi assim que o jornal *Vilag* foi suspenso por uma semana, por haver publicado a notícia da prisão do Cardeal "de maneira tal que poderia ser mal interpretada", e por ter omitido inserir uma declaração ulterior do Govêrno a êsse respeito.

poneses, nas escolas, nas fábricas, nas aldeias, por "todos os Húngaros que querem a Paz". Essas moções pediam um "castigo exemplar", "a partida imediata de Mindszenty e a liquidação da reação clerical". O Presidente do Conselho, Sr. Dobi, declarava, em resposta a essas "decisões", que "respeitaria a vontade do povo".

A fim de evitar uma tomada de posição em favor do Cardeal por parte do clero e dos fiéis, o Govêrno continuou a fazer prender pela polícia os padres cujo zêlo deixava recear uma resistência. Perdeu-se então o vestígio de muitos dêles.

Além disto, quatro bispos [56] — logo depois da detenção do Cardeal (fim de dezembro de 1948) — foram convocados ao Ministério do Interior em Budapest para ali apresentarem a sua demissão, e ameaçados de prisão. O Govêrno ficou nisso, pensando havê-los, pela simples ameaça, dissuadido de uma resistência ativa.

Ao lado dessa política do "pau", o Govêrno quis igualmente utilizar a da "lábia". Antes da detenção do Cardeal, havia-se ameaçado suprimir os subsídios ao clero. E eis que, logo após a detenção dêle, isto é, a 28 de dezembro de 1948, o Govêrno mandava chamar o Arcebispo de Eger, S. Excia. Mons. J. Czapik — encarregado pelo Episcopado de tratar as questões financeiras com o Govêrno — para lhe comunicar estar pronto a renovar, para o ano de 1949, a Convenção que expirava em fim de 1948, em virtude da qual o clero percebia certa soma em compensação pelo confisco dos bens eclesiásticos. Doutra parte, por ocasião da recepção do primeiro do ano de 1949, Mons. Bela Witz, delegado episcopal para a cidade de Budapest [57], foi igualmente convidado. Êle foi apresentado, na imprensa comunista, como "o mandatário do Cardeal e o representante dos católicos húngaros", e atribuíram-lhe declarações sôbre as "relações cordiais" existentes entre os católicos húngaros e o Govêrno comunista. [58]

A 4 de janeiro de 1949, as negociações (não cordiais) recomeçaram entre o Episcopado e o Govêrno, para serem interrompidas desde 12 de janeiro. Todavia, isso permitiu anunciar-se, num Co-

---

55) Cf. *La Documentation Catholique*, 1949, col. 160.

56) O Arcebispo de Kalocsa, S. Excia. Mons. Joszef Grösz, e os bispos de Hajdudorog, Mons. Dudas (de rito oriental), de Vac, Mons. Pétery, e de Szekesfehérvàr, Mons. Shvoy. "Disseram-lhes ser melhor êles se demitirem, pois estavam comprometidos por uma confissão do Cardeal e pela descoberta, no palácio dêste, de documentos que os implicavam em manipulações financeiras ilegais". Os quatro bispos recusaram demitir-se. Cf. *La Documentation Catholique*, 1949, col. 135.

57) Um dos Vigários Gerais do Arcebispo de Esztergom reside tradicionalmente em Budapest.

58) Cf. *La Documentation Catholique*, 1949, col. 135 e 215-216.

municado oficial, que o Presidente do Conselho, Dobi, recebera o Episcopado "com as honras que convêm a tal circunstância".

O Govêrno húngaro acreditou igualmente dar prova manifesta das suas "boas disposições" para com a Igreja Católica propondo então à Santa Sé reatar as relações diplomáticas. Julgava oportuno o momento. Com isso pretendiam os comunistas demonstrar que as dificuldades para o reatamento das ditas relações eram devidas ùnicamente ao Cardeal-Primaz. Ainda que o Govêrno não alimentasse lá muitas ilusões sôbre o resultado de uma tal "démarche", podia sempre explorá-la para fins de propaganda, a fim de "desarmar" moralmente os católicos. [60]

Essa trégua relativa, devida em grande parte à indignação suscitada no mundo inteiro pela prisão do Cardeal Mindszenty, era uma mera mudança de tática da parte dos comunistas. Com efeito, pouco depois o Govêrno pôs-se em obra para criar uma "quinta coluna" no seio da Igreja Católica húngara. Em março de 1949, um mês apenas depois da condenação do Primaz, realizou-se em Budapest um "Congresso de paz", para o qual foram convocados alguns padres, aos quais se deu tão pomposa como indevidamente o título de "representantes da Igreja". [61]

No mês seguinte, o Govêrno encarregou um padre, julgado simpatizante, Ferenc Varga, de organizar o *Movimento pró paz dos padres católicos*, e de preparar a publicação de um jornal intitulado *"A Kereszt"* (A Cruz), que seria o órgão do Movimento. [62]

Prevendo as conseqüências de uma tal missão, e prêsa de uma crise de consciência, Varga julgou poder subtrair-se ao dilema que lhe era impôsto fugindo para o estrangeiro. [63]

Êsse malôgro não desanimou os comunistas; confiaram êles o mesmo encargo ao cônego *Miklos Beresztoczy*, depois de o "prende-

---

59) Cf. *La Documentation Catholique*, 1949, col. 216, e 1951, col. 91.

60) A *Rádio Vaticana* assim comenta, a 3 de janeiro de 1949, o gesto do Govêrno: "Não se vê como conciliar o desejo afirmado de chegar a um acôrdo com a Santa Sé, com o tratamento infligido a um arcebispo, primaz e cardeal, tratamento que constitui uma ofensa à Santa Sé. Ademais, sabe-se que a Santa Sé deseja ver salvaguardados em tôda parte os direitos da Igreja e das consciências; é por isto que ela reclama não sòmente a liberdade de religião, mas também a liberdade de pregação e de propaganda, e a liberdade para tôdas as instituições católicas, e em particular para a educação cristã da junventude..." Cf. *La Documentation Catholique*, 1949, col. 142.

61) O ex-cura de Szeged, Istvàn Bálogh, já suspenso *a divinis* pelo seu bispo, S. Excia. Mons. Hamvas, de Csanàd, esforçava-se, entretanto, entre o clero, em favor de uma estreita colaboração com os comunistas. Cf. *La Documentation Catholique*, 1949, col. 146.

62) O jornal começou a aparecer a 1º de novembro de 1950.

63) A sua tentativa malogrou-se, e Varga, ferido na fronteira, foi prêso pela polícia e morreu pouco depois, nas mãos dos comunistas.

rem" e de o "convencerem" no curso de uma detenção. A inauguração oficial do "Movimento pró paz" só devia ter lugar mais tarde; sem embargo, desde essa época os dirigentes comunistas vão empenhar-se a fundo para lhe assegurarem a adesão do maior número possível de membros do clero, e mesmo, se possível, do Episcopado.

Os métodos utilizados para trazer os fiéis ao partido comunista foram postos em obra para obter a adesão do clero ao Movimento em questão. Quem a tal se recusasse era apontado a dedo como inimigo do povo e fautor de guerra. O Episcopado húngaro, constantemente acusado de carecer de maleabilidade, quis oferecer um desmentido aos seus perseguidores. E, como se pedia ao clero aderir ao Apêlo de Estocolmo em pró da paz, os bispos, numa carta dirigida a 14 de junho de 1949 ao Comitê húngaro da Conferência mundial pela paz, relembraram, não só em seu nome, "mas igualmente em nome do clero secular, dos religiosos e das religiosas, que nada era mais natural para um cristão do que cooperar em qualquer tempo para o advento de uma paz justa entre os povos, e que, em conseqüência, o Episcopado húngaro não sentia nenhuma dificuldade em subscrever a vinda dessa paz..." Na mente dêles, esta declaração devia substituir qualquer outra declaração ou assinatura...

Os bispos haviam falado de um nobre ideal de paz. Mas não era êsse que os comunistas queriam. A paz "dêles" tinha um fundamento "político". Por isto êles denunciaram "a ambigüidade e as reservas mentais da declaração episcopal", chegando até a proclamar que os bispos haviam "tornado mais profundo o abismo entre o Estado e a Igreja, e particularmente entre o clero e as massas crentes". Aplicavam-se assim a plantar as estacas de uma nova luta contra a Igreja, que só mais tarde deflagrarão.

As eleições de 31 de maio de 1949 reforçaram ainda mais o regime marxista.[64]

Tendo em mãos, mais sòlidamente do que nunca, o aparelho governamental, e achando terem quebrado a resistência da Igreja, os comunistas quiseram dar ao país, constitucionalmente, a forma de um "Estado proletário".

A Constituição de 1946 tinha sido elaborada, se bem que com o auxílio comunista, no tempo da maioria dos Pequenos Proprietários, e nela reencontrava-se o espírito democrático daquela época e o eco das liberdades da Carta do Atlântico. Desde então, a política do Govêrno, à medida que os comunistas nela se faziam mais poderosos, afastara-se dessa base legal. Havia agora lugar para fazer cessar essa discordância. A nova Constituição, promulgada a 20 de agôsto de

---

64) Desta vez o partido comunista foi o único a se apresentar às urnas; os outros partidos, no intervalo, haviam sido dissolvidos, ou obrigados a dissolver-se por si mesmos, ou ainda incorporados à "Frente nacional", constituída pelos comunistas.

1949, modificou de fato a posição do Estado em face da Igreja.[65] Ao passo que anteriormente ela ratificava a colaboração entre o Estado e a Igreja, já agora proclamava a total separação dos dois Poderes.

Os artigos 54 e 55 da nova Constituição diziam, com efeito:

"Art. 54. — A República Popular Húngara assegura a liberdade de consciência dos cidadãos e o direito de livre exercício da religião.

§ 2. No interêsse da liberdade de consciência, a República Popular Húngara separa a Igreja do Estado.

"Art. 55. — A República Popular Húngara, *conformemente aos interêsses dos trabalhadores,* garante a liberdade de palavras, a liberdade de imprensa, a liberdade de reunião".

A República Húngara professava, pois, uma separação de princípio entre a Igreja e o Estado, embora reconhecendo a liberdade ao exercício da religião. Aliás, esta disposição não significava que a Igreja se tornava independente do Estado, mas simplesmente que êste último já se não comprometia a lhe garantir solenemente uma proteção legal. Isso significava que, invocando o interêsse da classe operária ou qualquer outro motivo, podia de agora em diante o Estado agir mais livremente para com a Igreja e imiscuir-se-lhe no govêrno sem temor de ver elevar-se protestos contra essa ação, em nome da lei.

As conseqüências, para a Igreja, da nova Constituição não tardaram a manifestar-se. Efetivamente, a 5 de setembro de 1949, o Conselho Presidencial da República Húngara baixava o seguinte "*Decreto com valor de lei*":

"§ 1. — Conformemente ao decreto relativo à separação entre o Estado e a Igreja, e ao texto do art. 54 da Constituição da República Popular Húngara, *a instrução religiosa nas escolas não é obrigatória.*

§ 2. — O presente Decreto, que tem valor de lei, entra em vigor na data da sua publicação; o ministro do Culto e da Instrução Pública é encarregado da sua execução".

O Ministro do Culto Gyula Ortutay publicava, por sua vez, no mesmo dia, a Ordem nº 5, em execução do Decreto Presidencial:

"§ 1. — A partir do ano escolar de 1949-1950, a instrução religiosa não é obrigatória.

§ 2. — Os pais que desejarem a instrução religiosa para seus filhos devem fazer conhecer a sua intenção de viva voz ou por escrito, à escola antes de 15 de setembro, último prazo.

---

65) Cf. *Constitution of the Hungarian People's Republic,* Athenaeum Printing Press, Budapest, 1953.

66) Cf. o Jornal Oficial: *Magyar Közlöny* de 6 de setembro de 1949 (Ordem 1101/1 — 1949-184).

§ 3. — O Ministro do Culto e da Instrução Pública proverá às despesas da instrução religiosa.
§ 4. — A presente ordem entra em vigor no dia da sua publicação".[67]

Ano de 1950: O «Modus Vivendi».

A folga concedida à Igreja após a prisão do Cardeal Mindszenty não foi de longa duração. Quando julgou aplacada a onda de indignação, o Govêrno voltou à carga. No curso dessa nova ofensiva, os comunistas húngaros regularam a sua ação pela dos outros países comunistas. Já não foi mais o Govêrno húngaro que deu o tom à luta contra a Igreja; êle preferiu deixar essa iniciativa aos outros países de além da cortina de ferro, e alinhar-se sôbre êles por seu turno, a fim de passar mais despercebido.

Desta vez, dois temas serviram de emblema à luta contra a Igreja Católica: "a paz" e as Ordens Religiosas.

A questão da "paz" estava, para os comunistas, estreitamente ligada às da assinatura do Apêlo de Estocolmo e do Movimento pró paz, recentemente lançado entre o clero. Por outro lado, o Govêrno queria mover guerra encarniçada aos religiosos, que constituíam em grande parte o Corpo docente das antigas escolas católicas. Esta guerra estava no prolongamento da ação empreendida contra as escolas confessionais, e ao mesmo tempo era um meio de privar a Igreja das suas melhores fôrças. Sôbre êstes dois quadros, separada ou simultâneamente, os comunistas manobrarão impiedosamente durante todo o ano de 1950.

Desta vez ainda, os ataques foram cuidadosamente combinados.[68] Fêz-se pressão sôbre os bispos, tomados *um a um*. Censurava-se-lhes

67) Cf. *Jornal Oficial húngaro* de 6 de setembro de 1949, e *Uj Ember* de 11 de setembro de 1949. Êsse decreto, que teòricamente deixava aos pais a liberdade de inscreverem seus filhos nos cursos de instrução religiosa, vibrava um grave golpe nesta última. Multiplicando as formalidades requeridas para a inscrição, as autoridades locais faziam tudo para complicar a tarefa dos pais. Os membros do Partido não eram autorizados a inscrever seus filhos. Além disto, decidiu-se que o ensino religioso seria ministrado depois de todos os outros cursos; que o professor só estaria presente na escola à hora dêstes; que se cingiria a expor simplesmente as verdades religiosas, sem se ocupar dos erros; que não se encontraria com os alunos, em reunião, fora das horas de curso, nem mesmo na igreja; que os que não assistissem às aulas não deveriam figurar nas listas de punições. (Cf. Ordem 1101-11-IV. K. de 15 de fevereiro de 1950, sob a assinatura do subsecretário Magda Ioborù). Desta sorte, o ensino religioso, que, antes do advento do comunismo, ocupava lugar de honra entre as matérias de ensino, tornava-se agora matéria facultativa, secundária e estritamente limitada. Segundo os marxistas, essas disposições contribuíam para afastar a religião da vida pública.

68) Cf. em *Szabad Nép* de 14 de maio de 1950 o artigo: "Os

o Acôrdo falhado entre a Igreja e o Estado, sobretudo depois que, a 14 de abril de 1950, a Igreja Católica na Polônia concluiu um *Modus vivendi* com o Govêrno polonês. Aludia-se à situação precária do clero. Dava-se como exemplo a atitude dos protestantes húngaros, que se haviam dobrado à vontade do Govêrno.[69] Solicitavam-se quase diàriamente, do clero, declarações de "lealismo" e de paz. Os sacerdotes achavam-se constantemente diante de difíceis casos de consciência. Em suma, tudo se fêz para que os bispos e o clero vivessem num estado de tensão, numa atmosfera de zombaria, de intimidação, de terror e de mentira.

A fim de subtrair os padres às pressões exercidas para os fazer participar do Movimento pró paz projetado, a 28 de abril de 1950 os bispos publicaram uma nova *Declaração,* na qual explicavam o sentido que davam a êsse têrmo e manifestavam a sua vontade em favor de uma paz justa. Isso, entretanto, não proporcionou satisfação aos comunistas, que pretendiam ter dos bispos uma declaração de acôrdo explícito sôbre a paz, tal como a concebia o Govêrno. Não se pronunciando neste sentido, os bispos continuavam a ser os "inimigos do povo".

Quanto à *situação dos religiosos*, esta também ia-se sempre mais agravando.[71]

Deliberando sôbre os remédios a dar a isso, os superiores das Ordens Religiosas resumiram tôdas as suas queixas num Memorandum que dirigiram ao Govêrno a 15 de abril de 1950.[72]

---

inimigos jurados da nossa paz", e no de 24 de maio: "Duas bêstas-feras da guerra: o padre e o koulak". Já um ministro denunciara, num discurso, "a aliança entre o Vaticano e o imperialismo" (*Szabad Nép* de 2 de abril de 1950).

69) A respeito da atitude dos protestantes na Hungria, ver: Ian Kanti, "La Hongrie douloureuse", na *Revue de l'Université Laval,* V, pp. 481-493.

70) Cf. *La Documentation Catholique,* 1951, col. 99.

71) O calvário dos religiosos estreara com a luta contra as escolas confessionais. A polícia descobrira sucessivamente, nos colégios dirigidos pelos religiosos, "complots" contra o Estado democrático. E alguns religiosos (Edmond Lenard, escolópio, Salésius Kiss, franciscano, e Plácido Olofson, beneditino) haviam sido presos e deportados por êsse motivo. Após a nacionalização das escolas, os religiosos docentes, que não tinham aceitado passar para as escolas comunistas, deram-se a atividades pastorais e caritativas. Todavia, os agentes políticos do Govêrno qualificaram estas últimas de "atividades subversivas", e a polícia recebeu ordem de proibir aos religiosos desenvolver seu zêlo apostólico nos campos. No início de 1950, a situação tornara-se extremamente grave.

72) Dizia-se aí, entre outras coisas: "Muitíssimas vêzes nós somos reduzidos a viver como num "ghetto" nas nossas casas, edificadas à custa de tantos sacrifícios e abnegação, ou somos forçados a abandoná-las. Reportando-se à lei sôbre a nacionalização das escolas, mas excedendo-lhe de muito os limites, tomam-se edifícios reli-

Por seu lado, o Episcopado, sentindo vir a tempestade, buscou meios de ajudar os religiosos, que, dizia êle na Carta Pastoral de 25 de maio de 1950,

"estão indefesos e, muitas vêzes mesmo, sem possibilidade de ser ajudados, à mercê dos seus próprios inimigos. As medidas inquietadoras não sòmente não cessam, mas se tornam dia a dia mais numerosas e mais preocupantes". [73]

Efetivamente, o Govêrno húngaro já pusera em ponto o seu plano de ação. [74]

Na noite de 9 para 10 de junho, a polícia notificou, a 320 religiosos e a 600 ou 700 religiosas da Hungria meridional, a ordem de expulsão seguinte:

"Direção Geral IV, Ministério do Interior.
Ordem secreta.
A X................, religioso, habitando em ....
Em execução do decreto 8130/1948 IV 6 B.M. r. § 2, ordeno a expulsão. Cumpre abandonar imediatamente o lugar de residência atual e ir para residência forçada.
Motivo: a permanência no lugar do atual domicílio é perigosa para a ordem e segurança pública.
A presente medida é sem apelação. E' imediatamente executada em virtude da lei 1929, § 56.
Budapest, 7 de junho de 1950.

VERES JOSZEF,
Diretor Geral de Seção.

---

giosos de clausura, que jamais pertenceram à escola ou ao colégio, pátios, jardins, vergéis de pequenas dimensões, bens mobiliários e objetos de uso doméstico; um pouco por tôda parte despojam-nos das nossas capelas, das nossas casas de exercícios espirituais, dos nossos institutos culturais, das nossas tipografias; proíbem as nossas missões, os nossos exercícios espirituais, as nossas peregrinações; a todo momento impedem-nos de irmos aos nossos fiéis no intuito exclusivo do cuidado das almas ou da visita aos doentes; confiscam-nos as nossas escolas de teologia e os nossos noviciados; restringe-se a liberdade de movimento dos religiosos, na fé de suspeitas sem fundamento (por exemplo, a coleta das contribuições eclesiásticas); proíbem-se-nos as atividades permitidas aos outros cidadãos; dispensam-se em grande quantidade as Irmãs enfermeiras dos hospitais, contràriamente aos desejos dos médicos e dos doentes; e oferece-se aos trânsfugas da Ordem a possibilidade de um emprêgo e de um prêmio especial".

73) Cf. *Magyar Kurir* de 25 de maio de 1950.

74) A concepção que os dirigentes do Partido Comunista formavam do valor da vida religiosa foi assim comentada pelo Ministro da Cultura Popular, *Jozsef Révai*, num discurso pronunciado no início de junho de 1950: "Uma democracia popular não tem necessidade nenhuma de religiosos, pois êstes, longe de corresponderem à sua vocação, sabotam até mesmo os fins da democracia. E' portanto necessário colocá-los, quanto antes, na impossibilidade de prejudicar por mais tempo os interêsses da democracia popular..." (*Szabad Nép* de 6 de junho de 1950.

P. S. — O lugar de residência forçada não pode ser abandonado sem permissão especial; qualquer contravenção será perseguida administrativamente". [75]

Essa onda de deportações suscitou vivas inquietações entre as autoridades eclesiásticas. Os chefes das Ordens e Congregações religiosas promoveram uma assembléia a 17 de junho de 1950. O Arcebispo de Kalocsa, S. Excia. Mons. Grösz, convocou igualmente a conferência episcopal para 20 de junho. Sem embargo, o Govêrno, certo, já agora, de ter achado um ponto de apoio para fazer pressão sôbre a Autoridade eclesiástica, não se arreceava de, entre 18 a 19 de junho, precisamente na véspera da conferência episcopal, fazer deportar uma nova série de 1.500 a 2.000 religiosos ou religiosas; desta vez, o motivo invocado não era mais "permanência... perigosa para a ordem e segurança pública", mas sim "transferência... no interêsse geral".

Delicada se tornava a posição dos bispos nessa nova fase da perseguição. O fato de se acantonar na intransigência não agravava o mal? A "queixa Mindszenty" levada perante a Côrte Internacional de justiça de Haia e perante a O. N. U. não tivera nenhuma conseqüência para o Govêrno de Budapest. Conselhos e ajuda moral nessa dolorosa conjuntura só de Roma poderiam esperar-se, mas o Govêrno húngaro vedava as comunicações com a Santa Sé. [76]

Foi nestas condições que, com a esperança de achar um remédio para os males na cortesia das relações, os bispos pediram a abertura de *conversações com o Govêrno*. Começaram elas a 28 de junho.

Dêsses tratos com a Igreja Católica pretendia o Govêrno húngaro tirar o máximo de proveito. As conversações não se desenrolaram, aliás, em clima de liberdade, mas de violência, e, para aumentarem a pressão sôbre a delegação eclesiástica, entre 10 e 12 de julho de 1950 os comunistas lançaram a *terceira onda de deportações dos religiosos.*

Enquanto se processavam as trocas de vistas, o Govêrno utilizou outra alavanca para "convencer" a delegação: a 1º de agôsto de 1950 constituía-se oficialmente em Budapest o *Movimento da paz dos sacerdotes católicos.* Nessas trágicas circunstâncias, os comunistas mobilizaram todo o aparelho do Partido para assegurar o máxi-

---

75) Essa ordem foi executada com extremo rigor. A polícia concedeu aos expulsos uma meia-hora para que se preparassem, e não lhes permitiu levarem um embrulho de mais de 5 quilos. Tiraram-se todos os escritos que se achavam nas casas religiosas. Para tentar justificar essas medidas aos olhos da população, que não podia deixar de se comover com isso, a polícia declarou ter achado aparelhos de emissão de rádio, opúsculos excitando à revolução e à sabotagem, e material de espionagem.

76) Cf. *La Liberté*, Friburgo, Suíça, de 11 de outubro de 1950.

mo possível de êxito ao Movimento nascente. À sessão inaugural assistiram 150 sacerdotes, trazidos de todos os cantos do país pelos cuidados e às expensas do Govêrno.

Uma vez "lançado" êsse Movimento, podia o Govêrno dizer aos bispos que, em falta de um acôrdo com a Hierarquia, estava pronto a "trabalhar" com aquêle grupo de sacerdotes. E os bispos, esperando salvar também, ao menos em parte, os religiosos, acabaram por concluir, a 30 de agôsto de 1950, um pretenso *Acôrdo*, compreendendo duas partes, uma empenhando o Episcopado, e a outra o Govêrno. Eis aqui o texto dêsse "Acôrdo":

"O Govêrno da República Popular Húngara e o Episcopado católico húngaro, inspirados no desejo de assegurar uma coexistência pacífica do Estado com a Igreja Católica, e de favorecer assim o trabalho construtivo e a unidade do povo húngaro, bem como o desenvolvimento pacífico da pátria, promoveram negociações e concluíram o acôrdo infra:

I

1º O Episcopado reconhece e, conformemente às suas obrigações cívicas, sustenta a ordem estabelecida pela República Popular Húngara e a sua Constituição. Declara que, segundo as leis da Igreja, agirá severamente contra os eclesiásticos que agirem contra a ordem legal e contra o trabalho construtivo da República Popular Húngara.

2º O Episcopado condena firmemente tôda atividade subversiva, de onde quer que venha, dirigida contra a ordem pública e social da República Popular Húngara. Declara não permitir que o sentimento religioso dos fiéis e a Igreja Católica sejam utilizados para fins políticos dirigidos contra o Estado.

3º O Episcopado convida os fiéis católicos, como cidadãos e como patriotas, a participarem, com tôdas as suas fôrças, da grande obra que o povo húngaro, dirigido pelo Govêrno da República Popular, executa para realizar o plano quinqüenal, elevar o padrão de vida e assegurar a justiça social. O Episcopado convida mui particularmente os curas a não se oporem ao movimento das cooperativas de produção agrícolas, constituindo êsse movimento, como constitui, um agrupamento voluntário baseado no princípio moral da solidariedade humana.

4º O Episcopado sustenta o Movimento pela paz. Aprova os esforços do povo húngaro e do Govêrno da República Popular

---

77) O Govêrno estava representado por *Jozsef Darvas*, Ministro do Culto. O Movimento proclamou que o sacerdote na vida política é livre e independente do seu Bispo e da Santa Sé, cuja autoridade só é reconhecida nas questões religiosas. Conformemente a esta tomada de posição, no seu primeiro Manifesto o Movimento já criticava àsperamente o Episcopado húngaro pela sua "atitude política", e exigia fôssem quanto antes concluídos acordos com o Estado húngaro para o regulamento das questões religiosas pendentes. Em face dessa tomada de posição, o representante do Govêrno, por seu lado, apressou-se a declarar que o Estado saberia defender, no espírito da Constituição, a "liberdade política" daqueles sacerdotes, no caso de quererem os bispos aplicar-lhes sanções canônicas. Cf. *Szabad Nép* de 27 de setembro de 1950.

Húngara tendentes a salvaguardar a paz, e condena tôda incitação à guerra. Ergue-se contra o emprêgo da bomba atômica, e considera réu de crime dirigido contra a humanidade o Govêrno que primeiro empregar a bomba atômica.

II

1º O Govêrno da República Popular Húngara, conformemente à Constituição, assegura aos fiéis católicos a inteira liberdade de culto, e garante a liberdade de funcionamento à Igreja Católica.

2º O Govêrno da República Popular Húngara consente na restituição de oito escolas à Igreja Católica (seis de meninos e duas de meninas), e consente em que número suficiente de Ordens Religiosas masculinas e femininas subsista para assegurar o ensino nas escolas confessionais.

3º O Govêrno da República Popular Húngara, no espírito dos acordos concluídos com as outras confissões, proverá às necessidades da Igreja Católica mediante subvenções durante um período de dezoito anos, isto é, até que a Igreja Católica possa assegurar por si mesma as suas próprias necessidades. O montante conveniente das subvenções destinadas a fins da Igreja Católica irá decrescendo, sendo operadas diminuições no fim de cada período de três ou cinco anos. O Govêrno da República Popular Húngara pretende, no quadro das subvenções, assegurar mui particularmente o mínimo vital do clero que exerce as funções pastorais.

Uma comissão partidária, composta de delegados do Govêrno da República Popular Húngara e do Episcopado, velará pela execução do presente acôrdo.

Budapest, 30 de agôsto de 1950.

Em nome do Episcopado católico húngaro:

(assinado) JOZSEF GRÖSZ,
Arcebispo de Kalocsa.

Em nome do Conselho de Ministros da República Popular Húngara:
Assinado: JOZSEF DARVAS,
Ministro dos Cultos e da Instrução Pública.[78]

Os compromissos assumidos pelas duas partes nesse "Acôrdo", que seria mais pròpriamente um "Modus vivendi", não eram da mesma natureza.

Para pôr têrmo às acusações de sabotagem e de hostilidade para com a ordem estabelecida pelos comunistas, o Episcopado comprometia-se a manter o clero na trilha do "lealismo" para com a República Popular Húngara. E, como o Govêrno não se contentava com uma atitude negativa a seu respeito, mas reclamava uma participação ativa nos seus programas, o Episcopado recomendava aos fiéis participarem "com tôdas as suas fôrças" do plano quinqüenal e das outras obras do regime. Enfim, por ser pedido aos católicos húngaros tomarem igualmente posição sôbre os problemas internacionais, o Episcopado aceitava apoiar o Movimento pela paz, reprovando a guerra e o uso das armas atômicas. Em troca dessas "con-

78) Cf. *La Documentation Catholique*, 1951, col. 92-93. — *The Clergy Review*, outubro de 1950, pp. 17-18. *Bulletin Hongrois*, Budapest, 1º de setembro de 1950.

cessões", o Govêrno oferecia a liberdade de culto e de "atividade": noutros têrmos, a liberdade de administrar os sacramentos e de pregar, sem fazer qualquer alusão à liberdade de ensino religioso nas escolas. Doutra parte, restituía êle, sim, oito colégios, mas as outras escolas confiscadas ficavam nas mãos do Estado.[79]

Finalmente, prometia o Govêrno subsídios para as necessidades da Igreja, por um período de... dezoito anos, isto é, apenas para uma geração! De notar é também que êsse "Modus vivendi", contràriamente ao que estipulava o "Acôrdo" polonês, não diz palavra de garantias da parte do Govêrno concernentes ao exercício da autoridade da Santa Sé no terreno religioso.[80] O intuito dos comunistas húngaros era, evidentemente, separar, tanto quanto o podiam, os católicos do Centro da sua fé.[81]

A esperança de uma melhor compreensão da parte do Govêrno, em seguida ao Acôrdo, depressa se desvaneceu. O Govêrno tinha querido simplesmente tirar proveito dêsse acôrdo para promover as suas "reformas".[82] Os religiosos, cuja situação constituíra o ponto nevrálgico dos debates, não foram mesmo poupados. Com efeito, por decreto-lei nº 14, de 7 de setembro de 1950, o Conselho Presidencial da República Húngara ordenava a *dissolução de* 53 *Ordens e Congregações religiosas masculinas e femininas.*[83]

---

79) Sob êsse ângulo, o "Acôrdo" polonês obtivera melhores condições; com efeito, êle então assegurava a liberdade de funcionamento da Universidade Católica de Lublin.

80) Cf. *La Documentation Catholique,* 1951, col. 95-96.

81) Um acôrdo entre a Igreja e o Estado é naturalmente da competência da Santa Sé. Era êste igualmente o ponto de vista dos bispos húngaros, como claramente ressalta da carta dirigida pelo Presidente da delegação eclesiástica, S. Excia. Mons. Jozsef Grösz, Arcebispo de Kalocsa, ao Ministro dos Cultos, por ocasião da assinatura do Acôrdo: "A conferência dos bispos declara com insistência que êste acôrdo de modo algum pretende invadir os direitos da Santa Sé no que concerne ao regulamento das relações entre a Igreja e o Estado". Êles desejavam sòmente salvar, num tempo de calamidade e de isolamento, aquilo que julgavam ainda poder ser salvo. "A conferência do Episcopado tomou essa decisão (de assinar êsse Acôrdo) na esperança de que as dificuldades nas relações entre o Estado e a Igreja fôssem resolvidas num espírito de entendimento recíproco, e que assim fôsse possibilitado um tratamento humano dos religiosos, em particular por ocasião do regulamento da questão do número de religiosos a admitir no ministério pastoral". Cf. *La Documentation Catholique,* 1951, col. 94. Não foi possível aos bispos fazer uma declaração expondo as razões da assinatura do Acôrdo.

82) *Szabad Nép* de 4 de setembro de 1950 escrevia, num editorial intitulado "Após o Acôrdo": "O Govêrno e o nosso Partido, guia da democracia popular húngara, farão o possível para que o Acôrdo seja aplicado na sua letra e no seu espírito". Dois dias depois, num artigo sob o título "Hollywood e Pio XII", o mesmo jornal atacava o Santo Padre em têrmos desprezadores.

83) Eis aqui o texto tal como foi dado pelo *Jornal Oficial* de

Só se deixou subsistirem algumas Ordens, e os religiosos necessários para as 8 escolas católicas autorizadas.[84] Todos os demais religiosos deviam, num prazo de três meses, abandonar os conventos e deixar o hábito para ingressarem nas emprêsas civis, à exceção de 400 religiosos sacerdotes que, sem usarem o hábito da sua Ordem, foram destinados ao serviço pastoral. Os mosteiros e todos os seus bens foram confiscados. Podiam os comunistas gabar-se de haver desfechado outro golpe na Igreja.

As disposições governamentais foram acolhidas com estupor e desolação pelas massas católicas. Na sua Carta de 10 de setembro, várias vêzes censurada, o Episcopado húngaro protestou, sem o menor resultado, contra essa supressão total das Ordens religiosas.[85]

Antes êle já tinha pedido ao Govêrno permitir aos religiosos irem para o estrangeiro, porém sem mais êxito. Ràkosi deu para essa recusa a razão seguinte: o Govêrno não podia permitir que os religiosos vivessem no exílio, com a "profunda nostalgia da pátria".

Em compensação, o Govêrno por seu lado, baseando-se no Acôrdo, pediu que os bispos exortassem os fiéis a cumprirem o seu de-

---

7 de setembro: "Alguns dias após a assinatura do Acôrdo, o Govêrno ocupou-se de regular a questão das Ordens Religiosas por um decreto-lei, cujo teor é o seguinte:

§ 1 — Com a entrada em vigor do presente decreto-lei, o "exercício permitido" das Ordens Religiosas caduca no território da República Popular Húngara. A disposição não concerne ao "exercício permitido" de certo número de Ordens docentes de ambos os sexos, necessárias ao ensino nas escolas confessionais católicas.

§ 2 — As Ordens Religiosas cujo "exercício permitido" expira nos têrmos do § 1 são obrigadas a cessar a sua atividade no território da República Popular Húngara à entrada em vigor do presente decreto-lei.

§ 3 — Em acôrdo com o Ministro dos Cultos e da Instrução Pública, o Ministro do Interior estabelecerá a lista das Ordens Religiosas que poderão continuar a sua atividade conformemente ao § 1.

§ 4 — O presente decreto lei entra em vigor na data da sua promulgação; em acôrdo com o Ministro dos Cultos e da Instrução Pública o Ministro do Interior velará pela sua execução, levado em conta o fato de os membros das Ordens Religiosas cujo "exercício permitido" finda nos têrmos do presente decreto-lei deverem deixar dentro em três meses a sua ex-casa conventual".

84) Tratava-se dos *beneditinos* para as escolas de Pannonhalma e Györ, dos *escolópios* para as escolas de Budapest e Kecskemét, dos *franciscanos* para as de Esztergom e de Szentendre, das *Irmãs de Szeged* para as escolas femininas de Budapest e de Debrecen.

85) Após precisar que mais de 10.000 Frades e Freiras, reunidos em 57 Ordens, iam ter de reentrar na vida civil, o Episcopado exprimia a sua profunda aflição pelas medidas governamentais, contra as quais o mais que êle podia era protestar. Apesar disso, pedia ao Senhor abençoar o Acôrdo, lembrando que, no seu pedido inicial de conversações com o Govêrno, o Episcopado estivera ùnicamente preocupado de aliviar as condições feitas às Ordens Religiosas.

ver de eleitores por ocasião das eleições administrativas fixadas para o outono de 1950. O Episcopado publicou, em data de 10 de outubro, uma Carta em que, embora ficando fiel ao Acôrdo, se exprimia em têrmos medidos.[86]

Após a assinatura do "Modus vivendi", os ataques contra os bispos pareceram diminuir, mas essa trégua não durou. O Govêrno comunista queria arrastar o Episcopado para o terreno político.

Com efeito, durante o outono de 1950 o Govêrno insistiu para que os bispos assinassem o Apêlo do Comitê mundial pela paz (Manifesto de Estocolmo). Sob a direção do Arcebispo de Kalocsa, S. Excia. Mons. Grösz, êstes publicaram, a 11 de dezembro de 1950, uma Carta-circular tratando da paz no sentido evangélico do têrmo.

Essa carta desagradou aos comunistas, que voltaram à carga. Em fevereiro de 1951, em Berlim, reunira-se um "Congresso da paz". O Apêlo lançado por essa ocasião foi novamente apresentado à assinatura dos bispos. Mas, desta vez, para fazerem dessa "démarche" uma "manifestação da vontade popular", e para se proporcionarem um motivo de acusação no caso de recusa, os comunistas enviaram aos bispos deputações de "padres da paz", de operários e de empregados. Entretanto, os bispos ficaram nas suas posições, e, a 3 de abril, dirigiam uma nova Carta-circular.[87]

A Carta provocou irritação nos meios comunistas. Falar de paz segundo o Evangelho e não segundo a doutrina comunista, referir-se à O. N. U. e à paz entre os povos, e não ao Kominform e à paz dos povos sujeitos ao marxismo, isso frisava que os caminhos permaneciam diferentes. Por isto, essa data marca o início de um novo período de luta contra a Igreja Católica na Hungria.[88]

Para trazer os bispos a composição, o Govêrno recorreu aos padres inscritos no Movimento pela paz. Achando-se vacantes algumas paróquias de Budapest, *o Govêrno arrogou-se o direito dos bispos*, e, a 20 de abril de 1951, abriu um concurso, prometendo dar

---

86) Ver o texto da Carta em *La Documentation Catholique*, 1951, col. 94. — A Carta foi lida em tôdas as igrejas a 15 de outubro. Cf. *Magyar Kurir*, de 15 de outubro de 1950.

87) Ver o texto em *La Documentation Catholique*, 1951, col. 918.

88) O jornal *Szabad Nép* (órgão do Partido), no seu número de 13 de abril de 1951, referia que S. Excia. Mons. Grösz recusara receber os membros do "Comitê pela paz" da sua cidade, e que essa mesma atitude fôra adotada por SS. Excias. Mons. Hamvas, Bispo de Csanàd, e Mons. Pétery, Bispo de Vac. "Isso quer dizer, — precisava o *Szabad Nép*, — que êles não sustentam o Movimento pela paz, e que assim violam brutalmente o Acôrdo concluído com o Govêrno húngaro... Os que se mantêm à parte são os inimigos da paz". A Rádio-Budapest declarava igualmente a 14 de abril: "Os bispos violaram o Acôrdo concluído com o Estado e por êles assinado". Isso significava que a nova ofensiva, com as formas habituais de chantagem, estava começada.

as paróquias aos padres membros do Movimento pela paz. Para fazer face a esta nova ameaça, e em vista do bem das almas, S. Excia. Mons. *Endre Hanvas*, bispo de Csanàd, que era igualmente Administrador Apostólico de Esztergom[89] e, por essa razão, tinha jurisdição sôbre a cidade de Budapest, aceitou assinar o Apêlo do Congresso de Berlim. Pouco depois, outros membros do Episcopado seguiram-lhe igualmente o exemplo, e o Govêrno pôde considerar ter ganhado a batalha.

Logo procuraram os comunistas explorar ao máximo a vitória. Para as conversações com o Govêrno, admitiram-se, em vez e no lugar dos bispos, *os padres do Movimento pela paz.* A 26 de abril de 1951, uma delegação oficial dêsse Movimento apresentou-se ao Ministro do Culto Jozsef Darvas, para pedir — por instigação certa do Govêrno — fôsse regulada a questão das subvenções ao clero. O pedido foi acolhido favoràvelmente, e o Govêrno, imediatamente, aceitou duplicar ou triplicar os emolumentos até então percebidos pelo clero; essa decisão estava, contudo, em oposição com o princípio de diminuição dos socorros previstos no "Acôrdo" com os bispos. Quatro dias apenas após o início das negociações, as novas tarifas entravam em vigor, e os aumentos correspondentes foram calculados a partir do dia da prestação do juramento de fidelidade à República.[90]

Dava, assim, o Govêrno ao Movimento o prestígio de um sucesso.

Em troca dos emolumentos recebidos, o Movimento pela paz tomou sôbre si o fazer propaganda para que os terrenos ficados nas mãos da Igreja depois de reforma agrária[91] fôssem oferecidos ao Estado. Com isso queriam êles cimentar as boas relações com a autoridade civil pela troca de presentes.

O Govêrno, no entanto, não podia deixar de verificar a persistência, entre o clero católico, de uma oposição que o incomodava para trazer a Igreja à trilha desejada. A fim de quebrar essa resistência, decidiram os comunistas novas medidas, e escolheram novas vítimas. A 15 de maio de 1951, a polícia *detinha o presidente da conferência dos bispos, S. Excia. Mons. Jozsef Grösz,* Ar-

---

89) Essa nomeação era o desfecho de uma longa manobra do Regime comunista para se apoderar do contrôle da arquidiocese. Quando da morte do Vigário Geral do Cardeal Mindszenty (Mons. Drahos), ocorrida em julho de 1950, o Govêrno procedeu à detenção imediata dos dois Vigários Capitulares sucessivamente eleitos pelo Capítulo metropolitano: Mons. Gigler, e depois S. Excia. Mons. Meszlényi, morto depois em prisão. Finalmente, o Capítulo escolheu o candidato do Govêrno na pessoa de Miklos Beresztoczy. Foi então que a Santa Sé interveio pela nomeação de um Administrador Apostólico, na pessoa de S. Excia. Mons. Hamvas, bispo de Csanàd.

90) Cf. *A Kereszt* (A Cruz), ano II, número 11. — *A Kereszt* é, como se sabe, o órgão do Movimento dos padres pela paz.

91) Cêrca de 2.011 jeiras sôbre as 877.294 jeiras de 1944.

cebispo de Kalocsa, o seu secretário e alguns outros, sob a acusação de tráfico ilegal de divisas estrangeiras, de organização de evasões, de escondimento de armas, de assassinatos e de incitações a assassinar. O auto de acusação trazia que o "complot" fôra urdido desde novembro de 1948, com o auxílio do Cardeal Mindszenty, que encarregara o arcebispo Grösz de o dirigir. Êste último, após o êxito do "complot", devia, "em caso de impossibilidade da parte de Mindszenty e até à volta do rei", assumir a chefia de um Govêrno Provisório e designar os ministros, em qualidade de *homo regius*. O Arcebispo era igualmente acusado de ter enviado, a 5 de julho de 1950, uma declaração escrita à Legação, em Budapest, de um Estado "imperialista", e de haver mantido relações estreitas com outras representações diplomáticas "imperialistas" e com o... Vaticano.

Instaurou-se novo processo, que terminou, a 28 de junho de 1951, pelas condenações seguintes: a S. Excia. Mons. Grösz, quinze anos de prisão; ao Abade cisterciense Vendel Endredy, catorze anos; ao Padre cisterciense Hagypo-Kovacs, treze anos; a três outros acusados, oito a dez anos. As penas eram motivadas nestes têrmos: "A Côrte firmou contra êles os delitos seguintes: organização de meios tendentes a derrubar o Regime democrático, tráfico de divisas, organização de evasões para o estrangeiro". A única "culpa" real, tôda para glória dos inculpados, era, de fato, haverem recusado falar como o desejaria o Regime comunista.

O Govêrno achou que a detenção e a condenação do Arcebispo tinham aberto o caminho para uma intromissão mais completa na vida da Igreja.

---

92) Antes mesmo que o arcebispo de Kalocsa fôsse condenado, a Rádio-Budapest lançava, a 18 de junho de 1951, a denúncia seguinte: "Grösz visava a derrubar o Govêrno popular da Hungria; tinha intenção de exercer por si mesmo a função de Chefe do Estado, enquanto aguardava a restauração dos Habsburgos. De combinação com os seus cúmplices, formara grupos de terroristas armados. Enfim, efetuara operações ilegais em matéria de câmbio, e cometera atos de espionagem". As acusações assemelhavam-se extraordinàriamente às lançadas pelo mesmo rádio, em novembro de 1948, contra o Cardeal Mindszenty: "O Arcebispo é inimigo do povo e da democracia popular; no seu ódio e na sua hostilidade contra o Regime republicano, chegou agora a se aliar a potências estrangeiras, para destruir a vida húngara e a democracia popular". Cf. *La Documentation Catholique*, 1951, col. 197, e o artigo de *L'Osservatore Romano* de 22 de junho de 1951.

93) Cf. *Agência Telegráfica* MTI, de 19 de junho de 1951. A Rádio Budapest deu grande publicidade à denúncia e ao requisitório do Ministério Público Alafi. O periódico católico *Sziv* (O Coração) foi suprimido por não ter querido tomar posição no processo. No curso dêste último, assistiu-se às mesmas metamorfoses e às mesmas cenas humilhantes para o venerando prelado que as que caracterizaram o processo Mindszenty.

94) A 2 de junho de 1951, a Rádio-Budapest anunciava: "O

A 15 de maio de 1951, *o Departamento de Estado para os Negócios Eclesiásticos* era criado sôbre o modêlo russo; tinha por missão "aplicar os acordos entre o Estado e as Igrejas, e fiscalizar o apoio dado pelo Estado às diversas confissões". À testa dêsse Departamento foi instalado *Istvàn Kossa,* que se revelara um dos piores inimigos da Igreja. Um mês mais tarde, a 15 de junho, os bispos húngaros eram forçados a fazer a Kossa uma "visita de cortesia" e a inaugurar novas negociações a propósito das questões ainda pendentes entre a Igreja e o Estado. Nessa ocasião, foi apresentado um pedido em favor do Arcebispo de Kalocsa, mas sem êxito. [96]

Entretanto, a atitude do Govêrno se enrijava de dia para dia. A 23 de junho de 1951, SS. Excias. os Bispos *Endre Hamvas,* de Csanàd; *Jozsef Pétery,* de Vac; *Lajos Shvoy,* de Székesfehérvar; *Bertalan Badalik,* de Veszprem, os quais se tentara englobar no "processo Grösz", foram postos sob vigilância pela polícia, que os manteve prisioneiros em sua residência. A 25 de junho, o Bispo-Auxiliar de Székesfehérvar, S. Excia. Mons. *Imre Kisberk,* sofreu a mesma sorte. Nos dias seguintes, a imprensa publicava, sob a assinatura de dois bispos, Mons. Hamvas e Mons. Bard, declarações

---

Comitê nacional dos padres católicos da Hungria (*sic*) reuniu-se para estudar os esforços já feitos em mira a colhêr assinaturas para o Apêlo internacional em favor da paz". A colaboração do Govêrno com o clero do Movimento da paz desenvolvia-se pois, e aquilo que se não pudera obter por meio dos bispos queria-se alcançá-lo por essa via. Cf. *La Documentation Catholique,* 1951, col. 919.

95) Lei nº 1 de 1951, publicada no *Jornal Oficial* de 19 de maio de 1951. O mesmo número dêsse jornal publicava o Decreto 110/1951 MI, concernente à aplicação da lei supra. O art. 1 do Decreto assim fixava a competência do Departamento de Estado dos Negócios Eclesiásticos:

a) execução das convenções e acordos firmados com a Igreja e com as confissões;
b) negócios pessoais e administrativos, relativos à assistência do Estado às Igrejas e às Confissões;
c) liquidação das subvenções pessoais e administrativas para a manutenção dos colégios gerais confessionais isentos de nacionalização;
d) asseguração das despesas do ensino religioso nas escolas;
e) negócios patrimoniais das funções eclesiásticas e outros negócios patrimoniais eclesiásticos;
f) elaboração das normas jurídicas de caráter eclesiástico, e medidas para a sua aplicação;
g) processamento dos negócios referentes à liberdade de consciência e ao livre exercício da religião; garantia para a tranqüilidade dos ofícios religiosos;
h) quaisquer atribuições que entrem no quadro da administração dos negócios eclesiásticos da competência do Ministério do Culto e da Instrução Pública;
i) execução das medidas adotadas pelo Conselho dos Ministros nos negócios eclesiásticos, e seu contrôle.

96) Cf. *A Kereszt* de 21 de junho de 1951.

condenando "a conspiração" do Arcebispo de Kalocsa e dos seus companheiros, e assegurando ao Estado a sua própria fidelidade.

Privando os bispos da sua liberdade, propunha-se o Govêrno pôr na direção das dioceses padres do Movimento pela paz. A 30 de junho de 1951, S. Excia. Mons. Hamvas, bispo de Csanàd e Administrador Apostólico de Esztergom, foi convidado pelas autoridades governamentais a aceitar os nomes, que lhe eram submetidos, de dois Vigários Gerais, um para Esztergom e um para Csanàd. Recusar responder a essa proposta equivalia à detenção e, por conseguinte, à vacância completa das duas sés episcopais. O bispo preferiu fazer as nomeações pedidas, e designou *Miklos Beresztoczy,* chefe do Movimento dos padres pela paz, como Vigário Geral para Esztergom [97], e *Antal Szécsy,* membro importante do mesmo Movimento, como Vigário Geral para Csanàd.

Mutações semelhantes impôs o Govêrno ao bispo de Vac, *Jozsef Pétery,* cujo Auxiliar, após recusa do Bispo, foi forçado a substituir, por homens em vista do Movimento dos padres pela paz, o seu próprio pró-vigário e o seu chanceler. O Bispo de Székesfehérvar, *Lajos Shvoy,* teve de fazer o mesmo com o seu chanceler. Alguns dias mais tarde, o Bispo de Veszprem, *Bertalan Badalik,* era por sua vez obrigado a substituir o seu próprio Vigário Geral.

Uma vez realizadas essas mudanças, o Govêrno quis ter, da parte dos bispos, uma prova de fidelidade. *Uma Conferência Episcopal* foi, portanto, convocada para 3 de julho de 1951, em Budapest. Os membros do Corpo episcopal ainda em liberdade reuniram-se sob a presidência do Arcebispo de Eger, S. Excia. Mons. Czapik. E' de notar que os novos Vigários Gerais estavam presentes e tinham a maioria sôbre os bispos residenciais. Uma Declaração foi publicada, depois de ter sido aprovada pelo Govêrno. Se nos reportarmos ao texto difundido pela *Agência Telegráfica Húngara,* nela os bispos professam a sua fidelidade para com a República Popular, condenam todo ato de violência contra o Regime, comprometem-se a observar, "com vigilância crescente", o Acôrdo assinado com o Estado, e, mais do que tudo, *aprovam o Movimento pela paz.* Além dessa Declaração, o Govêrno pediu aos bispos, no intuito de aumentar as horas de trabalho e a produção, adiarem para o domingo seguinte as festas patronais, as peregrinações e os dias de Adoração perpétua que caíam em dias de semana. [98]

---

97) Estar-se-á lembrado de que no ano precedente o Bispo de Csanàd tinha sido nomeado pela Santa Sé Administrador Apostólico de Esztergom precisamente para fazer fracassar a candidatura governamental de Miklos Beresztoczy como Vigário Capitular. Pela sua intervenção coactora de junho de 1951, o Govêrno chegava aos seus fins impondo-o como Vigário Geral.

98) Ver o texto da Declaração em *La Documentation Catholique,* 1951, col. 931-932. Cf. igualmente *The Tablet* de 14 de julho de 1951.

O Govêrno, entretanto, ainda não atingira o seu alvo. E foi por isso que, quando se realizava a reunião do Episcopado húngaro, o Conselho Presidencial da República Popular publicava o novo *Decreto sôbre as formalidades a preencher para prover as sés eclesiásticas vacantes*. Estipulava êle, notadamente, que o consentimento prévio do Estado era necessário antes de se prover de titulares as sés vacantes, e que aquêle decreto tinha efeito retroativo a partir de 1º de janeiro de 1946.[99]

Êsse decreto marca uma *etapa na história da Igreja Católica na Hungria*. Dois arcebispos estavam então na prisão, quatro bispos em residência forçada, e dois bispos diocesanos, cinco bispos-auxiliares e o Abade Geral dos Beneditinos de Pannonhalma não eram reconhecidos pelo Estado. A Igreja, na Hungria, não tinha senão quatro bispos ainda em liberdade e reconhecidos pelo Estado. O novo decreto colocava o Episcopado húngaro em face dêste dilema extremamente grave: ou aceitar as condições impostas pelo Estado, ou achar-se totalmente amputado da vida religiosa do país. Ora, as condições do Estado eram as seguintes: juramento de fidelidade à Constituição da República Popular Húngara, e nomeação dos membros importantes do Movimento da paz para postos de responsabilidade no govêrno das dioceses. O Episcopado achou que não devia expor-se a ser completamente afastado de Administração das dioceses, situação de conseqüências incalculáveis. A 21 *de julho de* 1951, o Corpo episcopal húngaro, com exceção do Bispo-auxiliar de Székesfehérvar, *Imre Kisberk*, apresentou-se perante o Conselho Presidencial da República Popular, para formular o juramento seguinte:

"Juro ser fiel à República Popular Húngara, ao seu povo e à sua constituição; observar a Constituição e as regras jurídicas constitucionais; guardar o segrêdo de Estado; servir, dentro do quadro da minha vocação, os interêsses do povo, e esforçar-me, por todos os meios em meu poder, para contribuir para o refôrço da República Popular Húngara".[100]

A prestação dêsse juramento foi seguida, nas dioceses húngaras, de amplos movimentos de pessoal. Os bispos tiveram de *dispensar do seu cargo* os Vigários Gerais e os Chanceleres em exer-

---

99) Cf. *Agência Telegráfica Húngara MTI*, de 3 de julho de 1951.

100) Cf. *A Kereszt* de 1º de agôsto de 1951. Uma precedente declaração de lealdade do Arcebispo de Eger, S. Excia. Mons. Czapik, fôra comentada pelo órgão oficial do Partido, *Szabad Nép*, de 5 de julho de 1951, num editorial intitulado: "E' melhor tarde do que nunca". O Arcebispo de Eger, decano dos prelados presentes, no breve discurso que acompanhava o juramento, relembrou a obrigação que a doutrina católica impõe de respeitar a autoridade do Estado e de observar as leis, com a condição de que elas não vão de encontro à Lei divina. De qualquer maneira, pode-se falar de um juramento extorquido, dada a atmosfera de pesadelo em que a destruição da organização eclesiástica na Hungria mergulhara o Episcopado.

cício, para nomear em lugar dêles membros do Movimento dos padres da paz. Êste movimento, que tinha apenas um ano, apoderava-se assim, pràticamente, do govêrno das dioceses. O escopo do Estado estava atingido. Todavia, para evitar que a nova direção diocesana se deixasse levar ao desviacionismo, em cada bispado o govêrno colocou, ao lado do bispo, um homem do Partido com missão de vigiar tudo e cada um, e de prestar conta ao Departamento de Estado para os Negócios Eclesiásticos.[101]

O primeiro ato dos novos dirigentes eclesiásticos foi oferecer, na base do Acôrdo concluído com o Govêrno, e a título de "doação voluntária", todo o patrimônio fundiário que ainda ficara em poder da Igreja.[102] A um padre que gozasse de um benefício só era permitido conservar 800 metros quadrados. As pessoas morais eclesiásticas não tinham direito a mais. Dessa maneira, o clero veio a perder tôda a independência econômica. As terras oferecidas ao Estado serviram ao govêrno para constituir um Fundo (rendelkezési alap), administrado pelo Departamento de Estado para os Negócios Eclesiásticos, e que devia servir para pagar em parte os honorários do clero.

Nos outros domínios da atividade eclesiástica, a influência da nova direção imposta às dioceses fazia-se igualmente sentir de modo mui nítido. *Cartas Pastorais* foram publicadas nas quais se forcejava por demonstrar, com apoio nas Sagradas Escrituras, que a ordem social comunista era a forma ideal do cristianismo. Nelas também eram achados lembretes, dirigidos aos fiéis, de terem de submeter-se à obrigação de levar os seus produtos aos centros de coleta, de lévarem a efeito o mais ràpidamente possível os trabalhos dos campos, de tomarem parte nos concursos de trabalho, etc. Depois foram mudados os curas, sem nenhum motivo canônico, a fim de colocar nas paróquias mais importantes membros do Movimento dos padres da paz. Sanções canônicas foram infligidas aos padres que, para ficarem fiéis à sua vocação, não se conformaram com as disposições baixadas pelo Estado.[103] Além disto, o próprio Movimento, qualquer que fôsse a sua intenção de professar a sua submissão à Santa Sé nas questões de fé e de moral, comportou-se exteriormente de maneira própria para gerar nos fiéis, senão aversão, no mínimo desconfiança a respeito da Sé Apostólica.

---

101) Êsse "Comissário" do Departamento de Estado para os Negócios Eclesiásticos controla efetivamente tôda a administração da diocese: correspondência, nomeações, apelos às ordens, ordenações, etc.
102) Cf. *Magyar Kurir*, 14 de agôsto de 1951.
103) Cf. *A Kereszt*, 14 de setembro de 1951.

Conclusão.

Uma vista de conjunto do desenvolvimento da situação da Igreja Católica na Hungria permite dizer que, contràriamente aos têrmos da última Constituição de 1949, que garantia a liberdade religiosa, embora separando a Igreja do Estado, a Igreja foi completamente privada da sua liberdade e escravizada ao Poder. Os bispos não só não podem livremente pregar o Evangelho e governar as dioceses, como também não gozam mesmo mais da sua liberdade pessoal. Quanto ao papel reservado à Igreja Católica na vida pública do país, é ínfimo.

Três circunscrições eclesiásticas foram suprimidas pela Administração civil: em 1951, a Abadia Nullius de Pannonhalma, cujo território foi repartido entre as dioceses de Györ e de Veszprem; em 1952, os Vicariatos húngaros das dioceses de Nagyvarad e de Kassa, anexados, de ofício, às sés de Csanàd e de Eger. O conjunto dos bens da Igreja foi esbulhado. Das 3.344 escolas que ela mantinha, já lhe não restam mais de 8 colégios e 8 internatos. Todos os seminários menores foram suprimidos a 9 de julho de 1951; 7 seminários maiores, no outono de 1952; atualmente não há mais de 9 escolas superiores de teologia para o preparo do clero secular e regular.[104] Antes do advento do comunismo contavam-se 187 casas de Ordens Religiosas masculinas e 456 de Ordens femininas; atualmente não mais subsistem senão 6 casas para os religiosos e 2 para as religiosas. Sôbre os 9 hospitais católicos de 1944, não resta senão um só. As associações católicas, numerosas e florescentes, foram dissolvidas. As 20 impressoras existentes em 1944 foram tôdas apreendidas. Os jornais e umas cinqüenta revistas foram suprimidas; só 3 publicações ainda são toleradas, com numerosas restrições. Aliás, tudo o que se imprime é submetido à censura do Estado. A atividade da Igreja fora dos edifícios sagrados (onde, aliás, se exerce a censura dos sermões) só é tolerada se se acha que ela serve à atividade do Govêrno.

Mais ainda: a Igreja na Hungria perdeu numerosos membros eminentes do seu clero. Mais de 130 sacerdotes foram condenados à prisão. 300 padres seculares e 3.000 religiosos passaram um período mais ou menos longo em campo de concentração. Sabe-se que 8 padres foram deportados para a Rússia.

As maiores vítimas, todavia, foram o Cardeal-Primaz Mindszenty e S. Excia. Mons. Grösz. Cumpre aqui igualmente mencionar os dois bispos: Mons. Meszlényi, Vigário Capitular de Esztergom, morto na prisão, e Mons. Pétery, o heróico Bispo de Vac, internado em lugar desconhecido.

---

104) 5 seminários interdiocesanos de rito latino; 1 seminário de rito oriental; 3 seminários religiosos (beneditino, escolópio, franciscano).

No esfôrço contínuo para humilhar sempre mais a Hierarquia, para exigir dela constantemente novas provas de fidelidade, para controlá-la ao máximo nos seus atos, para erguer aos seus lados o Movimento dos padres da paz, e, às vêzes mesmo, para submetê-la a êste último, pode-se reconhecer o plano do comunismo russo na sua luta contra a Igreja Católica, e o seu desígnio de reduzi-la a servidão. Mas, afora isso, o comunismo húngaro tem outra preocupação de todos os instantes: fazer esquecer a grande figura do Cardeal Mindszenty, que, a julgar pelos esforços desenvolvidos pelos seus adversários, deve estar ainda bem viva nas almas dos fiéis.

Desde julho de 1953, ou, por outra, a partir da constituição do novo Govêrno, foi registada uma certa atenuação para com a Igreja, e a vida católica conheceu uma recuperação de prática religiosa. Êste fenômeno indubitàvelmente faz parte da "tática" comunista para vencer as dificuldades interiores do país e prevalecer-se dêle no estrangeiro em favor da "coexistência".[105] Essa atenuação foi, aliás, de curta duração, e mesmo então não se podia esquecer, como o fazia notar "*L'Osservatore Romano*" de 28 de fevereiro de 1954, que a liberdade do culto, se é parte integrante da liberdade religiosa, longe está de ser tôda a liberdade religiosa.

Sintomas de tensão começaram de novo a fazer-se sentir no decorrer do verão de 1955, em seguida à condenação, pelo Santo Ofício, dos dois periódicos: *o Boletim Católico Húngaro* e *A Kereszt.* Os sacerdotes que, em razão dessa condenação, recusavam assistir às reuniões dos "padres patriotas", foram feridos de sanções equivalentes a suspensões: em certos casos, foram expulsos das suas dioceses, sem que sequer se lhes permitisse consagrar-se alhures ao ministério das almas.

Em tôdas as Cúrias episcopais continua o contrôle arbitrário exercido pelos funcionários civis do Departamento dos Cultos; todos os atos dos bispos são controlados; um môço não pode entrar para o Seminário sem o "nihil obstat" dêsses funcionários, e outra autorização dêsses mesmos personagens é necessária para conferir as Ordens Sacras aos seminaristas que concluíram os seus estudos teológicos.[106]

A 16 de junho de 1955, o Govêrno húngaro difundia o comunicado seguinte: "Em seguida ao pedido formulado pelo próprio cardeal Mindszenty, bem como pelo Corpo episcopal húngaro, em consideração da grande idade[107] e do estado de saúde do prelado, o Ministro da Justiça decidiu suspender a aplicação da pena a que

---

105) O Govêrno continua a dar o seu apoio ao Movimento dos padres pela paz e a dirigir a atividade da Igreja por meio do Departamento para os Negócios Eclesiásticos. Cf. o opúsculo intitulado: "*Les prêtres catholiques hongrois pour la paix*", Budapest, 1953.
106) Cf. *L'Osservatore Romano* de 26 de novembro de 1955.
107) O Cardeal, doente, tem só 62 anos.

êle fôra condenado. Ao Cardeal foi designado como lugar de residência o edifício eclesiástico proposto pelo Episcopado".

Cumpre bem consignar que, a vários meses de distância dêsse comunicado, ninguém sabe onde se acha realmente o Cardeal, e pode a gente perguntar-se se êsse gesto (que, aliás, em nada reparava a injustiça cometida pela detenção e pela condenação) acarretou uma modificação qualquer nas condições de vida materiais do Prelado, e se êle não era destinado apenas à propaganda exterior, como um penhor, dado à opinião mundial, de mudança de atitude do comunismo para com a Igreja Católica, no espírito de uma política geral de "atenuação".[108]

De fato, a Hungria continua a confinar a religião nas igrejas, e tenta tirar-lhe tôda possibilidade de expansão e de influência sôbre a vida social. Todo esfôrço, nesse sentido, da parte dos sacerdotes e dos fiéis, seria imediatamente qualificado de "ação política" e sancionado como tal. Pode-se professar a fé religiosa, certamente, mas viver segundo a fé é meramente tolerado e, às vêzes mesmo, proibido.

Em compensação, força-se a Igreja, na pessoa dos seus ministros, a sair dos templos para uma ação concebida consoante os critérios ideológicos e práticos próprios a todos os Regimes marxistas: numa palavra, a fazer política comunista.

---

108) Cf. *L'Osservatore Romano* de 18 de setembro de 1955. — Sem dúvida deve-se apreciar no mesmo espírito a libertação de S. Excia. Mons. J. Grösz, Arcebispo de Kalocsa, ocorrida a 11 de maio de 1956. Recebido a 13 de maio pelo Presidente do Conselho da Hungria, Andras Hagedus, Mons. Grösz foi autorizado a retomar a direção da sua diocese e o seu lugar à frente da Conferência dos bispos húngaros. *L'Osservatore Romano* de 20 de maio de 1956, comentando essa medida de "clemência" e a declaração nessa ocasião feita por S. Excia. Mons. Grösz, conclui nestes têrmos: "As declarações que o *Szabad Nép* atribui a Mons. Grösz devem considerar-se à luz das condições reais do catolicismo na Hungria. Quando uma legislação meticulosa afeta, pràticamente, a jurisdição interna da Igreja e legaliza as intervenções do Estado na vida eclesiástica e religiosa, é lícita a dúvida sôbre a autenticidade e a espontaneidade das palavras pronunciadas por S. Excia. Mons. Grösz... A liberdade concedida ao Arcebispo de Kalocsa, após cinco anos de injusta detenção, não pode ser considerada, se é que realmente se trata de verdadeira liberdade, como um gesto adequado de conciliação para com a Igreja. A opressão persiste: queira Deus não se agrave, sob falsas aparências de "atenuação".

8

A PERSEGUIÇÃO À IGREJA CATÓLICA

sob o regime comunista polonês

Depois da invasão germano-russa de 1939, um Govêrno polonês, exilado no estrangeiro, após múltiplas peripécias refugiou-se primeiro em Paris e depois em Londres: sob o nome de "Govêrno de Londres" é que êle foi depois comumente designado.

Posteriormente, um "Govêrno provisório de União Nacional" foi também formado em Lublin por agentes comunistas e, no fim da guerra, foi reconhecido pelas Potências Ocidentais, como seqüência aos acordos das Conferências de Yalta e de Potsdam.[1]

Depois da derrota do Nacional Socialismo[2], a Conferência dos Três Grandes em Potsdam decidia:

"Enquanto se aguarda a determinação definitiva das fronteiras ocidentais da Polônia, são submetidos ao Govêrno do Estado polonês os ex-territórios alemães — delimitados por uma linha que parte do Mar Báltico, imediatamente a oeste de Schwinemunde, e segue depois o curso do Oder até à confluência da Neisse ocidental, e o curso da Neisse ocidental até à fronteira tchecoslovaca, inclusive a parte da Prússia oriental que não está sujeita ao Govêrno da U. R. S. S.".

As primeiras eleições tiveram lugar a 19 de janeiro de 1947. Mas os acordos anteriormente feitos pelas Grandes Potências certamente não haviam previsto as condições em que elas se desenrolaram: supressão de tôda liberdade de palavra e de reunião, ameaças e detenções, retirada do direito de voto a cêrca de 2 milhões de cidadãos... enquanto o exército russo ainda ocupava o território polonês.

Sôbre 444 cadeiras, o bloco governamental teve 383, aos quais se juntaram as 30 que foram dadas aos partidos aderentes ao bloco; o partido agrário de Mikolajczyk teve só 27; as últimas cadeiras, enfim, foram conseguidas por católicos que se haviam apresentado

---

1) Êsse Govêrno de "União Nacional" compreendia igualmente membros não comunistas que haviam pertencido ao Govêrno no exílio em Londres.

2) As perdas sofridas pela Igreja Católica polonesa sob a ocupação nazista foram gravíssimas. De 1939 a 1945, mais de 3 milhões de Poloneses foram deportados, o Episcopado dizimado (contavam-se, em 1939, 21 Ordinários de rito latino, e sòmente 6 em 1945), o número de sacerdotes reduzido de 12.000 para 8.605, entre os quais 584 haviam sido mortos, ao passo que 1.263 morriam nos campos de concentração. Sôbre o conjunto do clero católico internado em Dachau, uma proporção de 80% era constituída pelos padres poloneses. Ver a êste respeito Janicki: *Katolickie duchowinenstwo polskie w Dachau od* 1940 *do* 1945 (O clero católico polonês em Dachau de 1940 a 1945).

em cinco circunscrições apenas e a título pessoal, sem apelar para partido.

A 6 de fevereiro, o comunista Boleslau Bierut era eleito Presidente da República, e a 8 constituía o novo Govêrno com homens do bloco governamental ou de partidos aderentes a êsse bloco.

A Igreja Católica Antes da Instauração do Regime Comunista.

Em 1939, antes da guerra, a Igreja Católica contava na Polônia 24 dioceses com 23.971.000 fiéis.

Em setembro de 1939, nos têrmos do acôrdo Ribbentrop-Molotov, 180.000 quilômetros quadrados foram cedidos à Rússia, com cêrca de 12.000.000 de habitantes.

Durante a ocupação alemã, entre 1939 e 1945, mais de 3 milhões de católicos poloneses foram deportados, os bispos foram dizimados (46 que êles eram em setembro de 1939, já não passavam de 7 em 1942), 584 padres foram mortos e 1.263 morreram nos campos de concentração.

Por ocasião da derrota da Alemanha, cêrca de 103.000 quilômetros quadrados de território alemão foram atribuídos à Polônia.

A linha Curzon-Ribbentrop-Molotov à leste e a linha Oder-Neisse a oeste constituíram as novas fronteiras da Polônia, que assim perdia, a um tempo, as minorias ortodoxas dos territórios do leste entregues à Rússia (cêrca de 4 milhões) e as minorias protestantes alemãs deportadas para a Alemanha (mais de 2 milhões).

Depois da guerra, os Judeus, que em 1939 representavam 15% da população, achavam-se outrossim consideràvelmente diminuídos em número.

A configuração religiosa da Polônia em 1945 era, por êsse fato, quase totalmente católica (22.546.000, i. é, 95%); com algumas pequenas ilhotas de minorias protestantes (280.000), ortodoxas (500.000) e judias (80.000).

A Hierarquia católica foi reorganizada na base de 25 circunscrições eclesiásticas:

4 arquidioceses: Varsóvia, Gniezno, Poznan e Cracóvia;

— 13 dioceses: Dantzig, Chelmno, Katowice, Czestochowa, Kielce, Lodz, Lomza, Lublin, Plock, Sandomierz, Siedlce, Tarnóvia e Wloclawek;

— 4 centros administrativos apostólicos (na antiga zona alemã): Wroclaw, Warmia, Opole e Pila;

— 4 sedes provisórias de dioceses, das quais só uma parte ficara em território polonês: Vilna (sede em Bialystok), Lwow dos Latinos (sede em Lubaczow), Przemysl dos Rutenos e Przemysl dos Latinos.

Ao lado de 8.615 sacerdotes e 6.192 paróquias (cifras de 1945), contavam-se, no início de 1952, 17 seminários-maiores e 59 menores, com 10.000 alunos, sem contar os noviços e os seminaristas das Ordens

Religiosas. 9 novos Ordinários, 5 Administradores Apostólicos e 15 Bispos-Auxiliares nomeados pelo Santo Padre haviam, no fim de 1951, coberto as perdas do Episcopado ocorridas durante os anos de guerra e de ocupação.

Primeiras Medidas Contra a Igreja.

Chegados ao poder, os comunistas imediatamente deram-se conta das diferenças existentes entre a Polônia e os outros países satélites, e das dificuldades que os aguardavam por ocasião da execução prática da sua tríplice revolução: política, econômico-social e cultural. Primeiramente, enquanto nação, a Polônia constituía um bloco compacto de católicos, ao passo que nos outros países a existência de coletividades mais ou menos mescladas do ponto de vista religioso oferecia uma vantagem a quem quisesse impor uma escravidão ideológica; com efeito, ali era fácil opor uma coletividade a outra e as diversas religiões entre si. Em segundo lugar, uma tradição milenária testemunhava que, no curso da sua história — tanto no plano nacional como no europeu, — a Polônia sempre lutara simultâneamente pela sua Fé e pela sua Independência.

Durante os dois primeiros anos (de 1945 ao comêço de 1947), a atitude do Govêrno para com a Igreja Católica esforçou-se por ser formalmente correta. Além das razões já expostas, era isto devido ao fato de ter o Govêrno bastante que fazer com a tomada em mãos do país, conquistado pelas armas soviéticas, e com a reconstrução tornada necessária pelas enormes devastações da guerra; por isto não estava êle em condições de entrar imediatamente em luta aberta com a Igreja Católica.[3] Todavia, durante êsse período, não faltaram nem as manifestações de hostilidade, nem mesmo atos de terrorismo, esporádicos aliás, bem como tentativas para diminuir a influência exercida pela Igreja na vida pública.

Estas razões explicam o fato de, no correr dos primeiros meses (junho a setembro de 1945), haver-se o Govêrno provisório[4] esforçado por comportar-se em face da Igreja Católica de maneira formalmente correta. Todavia, desde 18 *de junho* de 1945, por ocasião do "Congresso Nacional da Instrução" de Lodz, presidido pelo Ministro da Instrução, Sr. Skrzeszewski, foi encetada uma campanha em pró de uma "nova escola".[5]

A 14 *de setembro de* 1945 o Govêrno provisório denunciou unilateralmente a Concordata com a Santa Sé assinada a 10 de fevereiro de 1925, sob o pretêxto de que " sob a ocupação alemã a

---

3) Ao contrário, durante os anos de 1945-1947, foram atribuídos fundos à reconstrução de algumas igrejas.

4) Como se sabe, a Santa Sé nunca reconheceu o govêrno de Varsóvia.

5) Cf. o estudo de T. Sulimirski, publicado na revista *Kultura* (1952, III, 141).

Santa Sé adotara medidas jurídicas opostas às convenções estipuladas na Concordata".[6]

O "Boletim religioso polonês" de 17 *de novembro de* 1945 anunciava que um padre apóstata da diocese de Varsóvia, M. Matuszewski, fôra nomeado Ministro da Propaganda do "Govêrno provisório".

A 25 *de novembro de* 1945, êsse mesmo Govêrno promulgava uma nova lei sôbre o casamento, de caráter nìtidamente leigo: obrigação do casamento civil, amplas facilidades para o divórcio, transferência para os tribunais civis de tôda questão concernente ao casamento.[7]

Desde *o início de* 1946, o Govêrno aplicou-se a arruinar o poder da Igreja Católica, incentivando o proselitismo das seitas protestantes e das comunidades ortodoxas[8], e favorecendo a criação de uma "Igreja Católica Nacional".

Apesar da oposição da Hierarquia Católica[9], a 30 *de setembro de* 1946 o Govêrno reconheceu oficialmente a nova "Igreja Católica Nacional Polonesa". Dotou-a de fundos especiais e proporcionou-lhe tôdas as facilidades necessárias à sua organização e desenvolvimento.

Quatro novas dioceses ortodoxas foram criadas, e, com a aprovação do Patriarca de Moscou, mandou-se vir de Lviv o bispo Macário, a cuja jurisdição se procurou sujeitar os gregos-católicos restantes.

---

6) A notícia, dada pela Rádio de Londres a 14 de setembro de 1945, foi depois confirmada por um comunicado da Polpress, datado de 16 de setembro. *L'Osservatore Romano* de 25 de setembro de 1945 publicava uma nota em que repelia a acusação e em que precisava que a nomeação de certos prelados durante a ocupação alemã tinha caráter estritamente provisório, que essa medida fôra imposta pela necessidade de não deixar indefinidamente os fiéis sem guia, e que, ademais, aquêles prelados não tinham tido o cargo de bispos residenciais, mas apenas o de administradores apostólicos.

7) A 7 de dezembro de 1945, o Episcopado polonês publicava uma Carta para protestar contra os abusos provocados pela nova lei sôbre o casamento: cf. *Tygodnik Warszawski* de 6 de dezembro de 1945. Já no curso de uma reunião levada a efeito nos dias 3 e 4 de outubro de 1945 no mosteiro de Jasna-Gora, o Episcopado redigira uma declaração coletiva, que foi publicada a 21 de outubro de 1945. Essa declaração alertava os católicos contra o materialismo renascente, exortando-os a se oporem aos que, na Polônia, procuravam deflagrar uma guerra contra a Igreja. A 17 de janeiro de 1946, numa Carta aos católicos poloneses, o Santo Padre protestava contra tôdas as medidas de perseguição e — entre outras — contra "a nova lei que põe em perigo a santidade e estabilidade do matrimônio". (*AAS* vol. 38, 1946, p. 172).

8) A satisfação dos meios protestantes foi claramente expressa no "Serviço ecumênico de imprensa e de informação" (*S. E. P. I.*, abril e junho de 1946).

9) Já a 2 de junho de 1946, o hebdomadário católico *Tygodnik Warszawski* desmascarara as intenções do Govêrno. A 20 de julho de 1946, o Primaz da Polônia, Cardeal Hlond, lançou um "Comunicado aos católicos" para denunciar a manobra governamental. Outro comunicado foi publicado pelo Episcopado, no correr de uma reunião plenária levada a efeito de 11 a 13 de setembro de 1946.

A 19 *de outubro de* 1946, reconhecia o Govêrno juridicamente duas "igrejas", batista e metodista, já existentes, mas que não gozavam de nenhum privilégio.

A 15 *de fevereiro de* 1947, foi suscitada a constituição do "*Conselho Ecumênico das Igrejas*", abrangendo 13 organizações religiosas cristãs não católicas.

Ao mesmo tempo, o Govêrno impelia a criação da "Associação dos Sem-Deus" e apoiava-lhe o órgão de propaganda "Glos Wolnych" (A palavra livre).

Verificava-se, nesse ínterim, um recrudescimento dos atos de terrorismo tal que, a 24 de maio de 1946, o Episcopado polonês, após uma reunião de dois dias no Santuário de Czestochowa, publicava uma Declaração reprovando êsses fatos.[10] Mas a censura governamental proibiu à imprensa polonesa a publicação dessa declaração.

Após as eleições gerais de 19 *de janeiro de* 1947, a luta contra a Igreja tornou-se cada vez mais impiedosa, e foi conduzida de acôrdo com as diretrizes habituais:

— Eliminação da Igreja da vida pública.
— Confisco progressivo de todos os bens da Igreja a fim de lhe paralisar a atividade.
— Laicização das escolas.
— Tomada de encargo, pelo Estado, das obras de caridade, asilos, hospícios, orfanatos, etc....[11]
— Enfraquecimento dos laços entre os sacerdotes e a Hierarquia, por meio de dissensões internas.

Começou-se pela laicização da vida pública, e sobretudo da escola.

A 10 *de março de* 1947, o Primaz da Polônia, S. Emcia. o Cardeal Hlond, tinha de protestar contra as manobras governamentais que tendiam a limitar tôda a atividade da Igreja sòmente ao culto.[12] E, a 8 de setembro de 1947, o Episcopado polonês publicava uma

---

10) A declaração foi difundida pela rádio inglêsa B. B. C. em língua polonesa. Cf. *The Tablet* de 18 de agôsto de 1946.

11) Depois da retirada das instituições caritativas às religiosas, estas últimas foram obrigadas a viver exclusivamente de esmolas. Nos hospitais, limitaram-se os contactos entre sacerdotes e doentes, regulamentando-se os dias e horas de visitas (quase sempre 2 vêzes por semana). Hoje em dia na Polônia, se o doente não se confessar nos dias fixados, todo pedido de assistência espiritual feito em outro dia, mesmo em artigo de morte, fica sem resposta.

12) Aí se afirmava, entre outras coisas: "... Êsses ateus querem antes de tudo fazer desaparecer, na educação da juventude, todo princípio religioso. Tôda a sua ação tende a extirpar a religião das massas e a descristianizá-las... A Igreja não é combatida sòmente nas oficinas e nas fábricas, mas igualmente nas mais modestas choupanas... Desde as perseguições de Nero, a Igreja jamais sofreu ataques comparáveis aos de que hoje é objeto... A missão independente da Igreja e a sua influência moral sôbre os homens irritam os partidários dos Regimes totalitários, e a Igreja exaspera-os recusando acantonar-se entre as paredes das suas igrejas ou colocar-se a serviço de um partido..."

Carta coletiva que, uma vez mais, alertava os católicos contra os assaltos do ateísmo: "... E'-nos dado verificar fatos que estão em contradição flagrante com a dignidade da moral católica. Êles são tão numerosos, que nos é interdito não pensar numa luta oculta e intencionalmente dirigida contra Deus e contra a Igreja...". Essa Carta encontrou forte oposição da parte dos organismos governamentais; a 29 *de outubro de* 1947, o Primeiro Ministro Cyrankiewicz qualificou-a, perante a Dieta, de ato de aberta oposição ao Regime. E isso lhe serviu de pretêxto para orquestrar tôda uma campanha de imprensa contra o clero e o Episcopado. [13]

Desde o início de 1948 procedeu-se a uma série de detenções e de processos contra os membros mais em evidência do clero e da Hierarquia católica. Os bispos e os padres, acusados de opor-se à obra do Regime comunista, começaram a ver ser-lhes censurada a sua "atividade clandestina" e a sua "imoralidade". [14]

Entrementes, a 14 *de fevereiro de* 1948, reunia-se em Sopot um congresso dos inspetores de escolas primárias, no correr do qual o Ministro comunista da Instrução, Skrzeszewski, declarou: " Todo o Corpo docente deve pertencer ao Partido comunista. A escola deve ser leiga, e não se deve achar nada de religioso nas classes. No recinto da escola tôda organização juvenil de caráter confessional é proibida...". [15]

Em *maio de* 1948, o ex-bispo-auxiliar de Pinsk, S. Excia. Mons. Karol Niemira, foi condenado a seis meses de prisão, sob um fútil pretêxto; o Padre Buchala, da diocese de Cracóvia, foi condenado a três anos de prisão por haver "ridicularizado a democracia popular".

Foram igualmente detidos e condenados os padres cujos nomes se seguem:

— Pe. Léon Pawlina, outrora diretor de "Caritas";

— o Rev. Grzechnik;

---

13) Cf. *Glos Ludu* de 16 de outubro de 1947, e *Robotnik* (órgão dos socialistas fusionistas poloneses) de 17 de outubro de 1947.

14) Em fevereiro de 1948, o Cardeal Augusto Hlond, Primaz da Polônia, de regresso de uma das suas visitas a Roma, foi acusado pela imprensa de haver apoiado a "tese vaticana", que sustentava os Alemães na sua reivindicação dos territórios designados à Polônia depois da guerra.

A 3 de julho de 1948, o Cardeal foi forçado a reagir; fê-lo numa mensagem à população dos territórios "recuperados". E, a 22 de outubro de 1948, extinguia-se na idade de setenta e sete anos.

15) Numa Carta coletiva datada de 15 de abril de 1948, dirigida à juventude, o Episcopado polonês teve de condenar a atitude anti-religiosa do Govêrno na questão da educação da juventude: "... Pretende-se fundar a educação numa doutrina materialista... A Igreja jamais aceitará êsse princípio, nem consentirá em que a juventude seja educada sem Deus..."

— Mons. Marchewska;

— o Cônego Polowska;

— o Rev. Jarkiewicz (condenado aos trabalhos forçados, sob a acusação de "cumplicidade moral no assassinato de três agitadores democratas");

— o Rev. Boleslau Stefanski (condenado à morte sob a inculpação de haver alistado os seus alunos "para formar um bando clandestino");

— o Rev. Krzeminsk (condenado a seis anos de prisão, por pretensos contactos com um movimento clandestino);

— Mons. Sigismundo Kacynski (ex-Ministro da Instrução no Govêrno polonês em exílio em Londres, por haver "desenvolvido atividade em detrimento do Estado");

— o P. Caetano Raczynski.

Em fins de setembro de 1948, cêrca de 400 padres estavam ou aprisionados, ou detidos em campos de concentração.

A Escola é Escravizada.

Nesse meio tempo, promovia-se a "sovietização" do modo de ensino, instrumento dessa revolução cultural que fazia parte integrante do plano orgânico de sovietização de tôda a vida social.

Um programa de ensino adaptado foi pôsto em ponto para a organização de uma "nova escola" [16]; falou-se de "velar por que fôsse seguida a linha democrática na educação das crianças" [17], e recomendou-se a "educação dentro do espírito das tarefas novas". [18]

Nas "escolas de base" (as antigas escolas primárias) introduziram-se como "matéria nova" "elementos de economia", isto é, de fato "elementos de materialismo histórico". [19]

Essa transformação do "conteúdo científico e pedagógico" do ensino nas escolas de base acompanhou-se de uma "formação" do novo Corpo docente, concebida de tal maneira que os marxistas tomassem ràpidamente o passo sôbre os outros. Todos os professôres das "escolas de base" foram obrigados a seguir um "curso de educação política" especial, para em seguida fazerem um "exame ideológico" sôbre a

---

16) Cf. S. Bialas, *Organizacja Szkolnictwa*, p. 9.
17) Cf. *Ibid.*, p. 59. 18) Cf. *Ibid.*, p. 61.
19) Durante os anos de 1945 a 1948, continuaram-se a utilizar os manuais de antes da guerra. Mas em 1950-1951, os jornais oficiais puderam anunciar com orgulho que novos manuais haviam sido publicados, à base de marxismo. — Cf. *Kalendarz Robotniczy* (Calendário Operário), 1951, p. 320.

Para o ano escolar de 1951-1952, imprimiram-se 133 outros manuais em 23 milhões de exemplares ao todo. (Cf. *Informicja Prasowa* (A Informação de Imprensa), nº 274, 1951, p. 4. Estavam todos êles em plena conformidade com a doutrina marxista, e certas passagens eram literalmente traduzidas do russo.

teoria do marxismo-leninismo e sôbre os meios a empregar para "pôr em prática a teoria". [20]

Concorrentemente com a "reeducação" dos antigos professôres, cursos de 10 meses foram organizados para o preparo acelerado do novo pessoal docente.

O programa de instrução das "escolas secundárias pedagógicas" (escolas normais) foi baseado no princípio de que todo professor devia ser um homem "totalmente liberto dos preconceitos pseudo-morais e de classe, da concepção do mundo própria do antigo Regime, e dos preconceitos da sociedade burguesa". [21]

Todos os docentes eram forçados a aderir "voluntàriamente" à "Associação profissional dos docentes poloneses" (Z. N. P.), cuja missão era velar assìduamente pelo "trabalho educativo dos docentes", bem como pela "fidelidade aos princípios marxistas-leninistas".

Em julho de 1948, todos os jovens [22] foram enquadrados numa Organização única de massa, a Z. M. P. (Zwiazek Mlodziezy Polskiej, ou União da Juventude Polonesa). [23]

Os jovens candidatos aos estudos universitários foram metòdicamente selecionados sôbre a base dos "programas de orientação" estabelecidos por uma "Comissão de admissão" (organismo semelhante ao que "orienta" os jovens das classes secundárias). [24]

Criaram-se em seguida os "centros educativos" para as crianças de 4 a 7 anos, copiados dos jardins de infância de antes da guerra, mas introduzindo nêles pouco a pouco a essência do método elaborado na Rússia pelo "bem conhecido pedagogo soviétivo" Makarenko. Bem entendido, monitoras foram logo formadas segundo os princípios do materialismo marxista. [25]

---

20) O dia 15 de junho de 1951 foi retido como data irrevogável do fim do curso e do exame.

21) Cf. W. Ozga, *Rozbudowa Szkolnictwa* (O desenvolvimento do sistema escolar), p. 59.

22) Na Polônia, a maior parte da juventude era encaminhada para as escolas profissionais, que, durante algum tempo apenas, conservaram a sua antiga organização e os seus velhos princípios de formação.

23) A União tem uma secção universitária especial, a Z. A. M. P. (Zwiazek Akademicki Mlodziezy Polskiej, União da Juventude Universitária Polonesa).

24) Instituiu-se mesmo uma "Classe de preparação para a universidade" reservada aos operários e trabalhadores braçais com menos de trinta anos, designados pelo Partido. Êstes últimos — após dois anos de instrução — passam diretamente para a faculdade escolhida, com a certeza absoluta de serem admitidos, e isso por prioridade sôbre os outros candidatos.

25) Em 1951 reuniu-se o Congresso Nacional da Associação Profissional dos Professôres Poloneses; nêle Bierut declarou que a tarefa mais importante do Corpo docente é "inculcar à juventude a moral socialista", por êle assim definida: "Desembaraçar o nosso método de ensino dos resíduos do antigo Regime, libertá-lo dos vestígios do

Para as crianças de 1 a 4 anos, abriram-se "ninhos" ou "palácios das crianças" (nas grandes cidades) ou "casas de crianças" (nos centros menos importantes), e outros estabelecimentos similares, com métodos educativos nìtidamente impregnados dos princípios do ateísmo.[26]

Inútil dizer que nas escolas tôda influência religiosa foi eliminada: aos poucos suprimiram-se as orações; reduziram-se as horas de ensino religioso, que foram totalmente suprimidas nas escolas superiores; substituíram-se as festas religiosas por manifestações do Partido. Uma verdadeira campanha foi organizada no intuito de fazer desaparecer o crucifixo das salas de aula. Foi proibido às associações religiosas (Cruzada Eucarística, Congregações Marianas, Apostolado da Oração, círculos de cultura religiosa) entregar-se a uma atividade qualquer no recinto da escola. Quando tal foi possível, passou-se mesmo a uma ação mais direta contra a religião, graças às associações escolares anti-religiosas, como a "Sociedade dos amigos da criança" (T. P. D), cujo papel é ocupar-se "dos filhos de operários, a fim de serem educados no espírito marxista". A tarefa de substituir a religião pelo marxismo foi igualmente assumida pela "Liga das mulheres" e pela "Liga da Juventude Polonesa" (Z. M. P.).

Verdadeiramente, não se pode dizer que o Govêrno comunista polonês tenha avançado a passos lentos e medidos na trilha da conquista e da escravização do aparelho escolar e cultural.[27]

---

obscurantismo que se dissimulam por trás do paravento das teorias falsas, pôr a nu e desmascarar a ciência social e a filosofia burguesas".

Em janeiro de 1951, um "Congresso da ciência" reuniu-se em Zakopane, no correr do qual foram enunciadas regras "baseadas na concepção marxista do mundo", e foram destituídos os professôres "incuráveis".

Foi em 1951-1952 que o aparelho escolar foi inteiramente escravizado, e que as escolas foram transformadas em instrumentos de propaganda e de pressão ideológica fáceis de manejar.

26) A "Liga das Mulheres" formulou o voto de que o Govêrno se apossasse de tôdas as instituições pré-escolares da infância ainda em mãos das religiosas (cêrca de 700), quando em 1947-1948 já 287.940 crianças freqüentavam os 4.677 asilos do Estado.

27) Em novembro de 1951 foi instituída a nova "Academia das Ciências polonesas". Jan Dambrowski foi eleito Presidente.

Segundo os dados fornecidos pelo Vice-Ministro das Ciências e das Escolas Superiores, Sr. Golanski, "em lugar das 28 escolas universitárias do período de entre as duas guerras, existem atualmente na Polônia 68; o número dos alunos passou de 48.000 para 114.000. Em lugar das 4 escolas superiores técnicas, temos hoje 10, sem falar das escolas noturnas. O número das escolas de economia foi elevado a 10, e o das suas faculdades de 5 para 23, isto é, cinco vêzes mais. O número dos centros para a instrução dos médicos está duplicado. O rápido desenvolvimento das escolas artísticas e das escolas normais é característico..." (Cf. *Problemy*, nº 5, 1951).

A luta contra a religião nas escolas foi movida também em virtude do decreto sôbre a "liberdade de ensino religioso", de acôrdo com o qual êsse ensino só é ministrado aos filhos cujos pais o tiverem pedido. Inúmeros são os vexames e as embrulhadas pelas quais se procura impedir os pais de exprimir tal desejo. Ademais, nas escolas, sucede às vêzes não estar a sala disponível para a aula de religião, ou então serem os alunos convidados, justamente à hora da aula, a assistir a sessões de cinema ou a outros divertimentos.

Campanha de calúnias e Primeiras Medidas contra o Clero.

A 14 de março de 1949, o Secretário da Comissão Episcopal, Mons. Choromanski, recebia uma nota do Govêrno afirmando que a atitude dêste último "nas questões que interessavam a Fé e a Igreja" provava a sua "sincera intenção de ajustar as suas relações com a Igreja num espírito de lealdade e de honesta solicitude a seu respeito", e ao mesmo tempo assinalava "uma propaganda antigovernamental crescente da parte do clero", a qual "era susceptível de criar inquietação e agitação nos espíritos". [28]

Enquanto isso, intensificava-se a campanha de difamação contra o clero.

Em *julho de* 1949, três bispos (SS. Excias. Mons. Adamski, de Katowice, Mons. Kaczmarek, de Kielce, e Mons. Lorek, de Sandomierz) foram acusados de colaboração com os Alemães; o bispo-auxiliar de Czestochowa, S. Excia. Mons. Czajka, foi igualmente atacado pela voz do rádio.

A 5 *de julho de* 1949 apareceu um decreto que obrigava os eclesiásticos a manter um "livro de contas" que permitisse efetuar um contrôle sôbre as ofertas dos fiéis à Igreja e ao clero. [29]

A 6 *de julho de* 1949, o Padre Wladyslaw Gurgess, jesuíta, era prêso por "cumplicidade na organização de atentados políticos e de ataques contra os bancos do Estado"!

Um processo, que absolutamente não tinha o mérito da novidade, consistia em arruinar a autoridade moral do clero trombeteando aos quatro ventos os seus escândalos, verdadeiros ou supostos, no tocante à moral ou à política. Os processos eram outros tantos meios

---

28) A 24 de abril de 1949, numa Carta coletiva, assinada por 24 arcebispos e bispos, o Episcopado respondeu que entendia de "restabelecer a verdade", e entre outras coisas afirmava: " ficai convencidos de que certamente não é mostrando-vos traidores para com Deus que construireis uma Polônia melhor".

Por outro lado, só a 26 de julho foi que o Govêrno nomeou os seus delegados para discutir com os representantes do Episcopado os graves problemas que desde muito aguardavam solução.

29) Cf. *Dziennik Ustaw Rzeczypospolitej Polskiej,* Jornal Oficial da República Polonesa, 12 de julho de 1949, nº 40.

de pressão e de experimentação de fôrças; assim também as acusações contra os padres por "atentados aos costumes" multiplicaram-se. [30]

A 18 *de julho de* 1949 o Episcopado, numa Carta coletiva, teve de protestar contra novos abusos de poder do Govêrno, como, por exemplo:

— a supressão de dois hebdomadários católicos, o *Tygodnik Powszechny*, de Cracóvia, e o *Tygodnik Warszawski;* êsses jornais foram novamente autorizados e depois suspensos repetidas vêzes;

— a nacionalização de tôdas as impressoras católicas (cêrca de quinze);

— o afastamento de numerosas religiosas e de quase todos os capelães dos hospitais;

— a supressão de várias associações católicas, etc.

Enquanto se deflagrava uma nova campanha de propaganda contra o Papa [31], a 5 *de agôsto de* 1949 aparecia um decreto "para a defesa das consciências e das confissões religiosas": era ameaçada de penas gravíssimas (que iam até à pena de morte) tôda pessoa que utilizasse a religião para perturbar a "ordem pública".

Outro decreto de 5-6 *de agôsto de* 1949 submetia as associações e as congregações pias à "lei sôbre as associações", de 1932, que até então não as regia. Elas receberam um questionário a preencher, a fim de poderem ser inscritas individualmente no número das organizações admitidas. Êsse questionário tinha um tal caráter de inquisição policial, que os bispos decidiram renunciar à inscrição delas; passado o prazo fixado, a dissolução das associações e congregações seguiu-se *ipso facto*. Enquanto os bispos davam como palavra de ordem "trabalhar mais no setor do apostolado individual", o aparelho policial desenvolvia intensa atividade inquisitorial para se certificar de que as associações ficassem bem e bem dissolvidas e não se entregassem a um trabalho clandestino.

Consoante o Ministro Wolski, as Ordens Religiosas não eram obrigadas a preencher o questionário; nem por isto os "bureaux" protetorais exigiram menos que êste último fôsse. Tôdas as comunidades religiosas inscreveram-se, enviando o formulário pelo correio ao Ministro, no último dia dos prazos fixados. Depois o silêncio se fêz sôbre êste assunto. O Govêrno não tomou nenhuma medida. Porém numerosos conventos foram privados das obras que lhes asseguravam

---

30) Já em 1949, o Ministro da Instrução Pública dera a ordem seguinte: "E' necessário fazer saber à opinião pública que a moralidade católica é inferior à moralidade socialista".

31) O jornal *Trybuna Ludu* de 4 de agôsto de 1949 publicava um violento ataque contra o Papa. A carta de 1º de setembro de 1949 do Santo Padre ao Episcopado polonês não obteve a aprovação da censura, que teria querido reduzi-la consideràvelmente. Ela foi o alvo dos ataques da Imprensa, e alguns padres foram ameaçados de sanções se a lessem no púlpito.

32) Cf. *Dziennik Ustaw Rzeczpospolitej Polskiej*, 6 de agôsto de 1949, nº 334.

a existência (hospitais, escolas, assistência social, etc.), de sorte que, para poderem viver, os religiosos e as religiosas tiveram de se dar a outro gênero de atividades. Os hospitais religiosos foram, na maior parte, primeiramente "socializados" e depois "nacionalizados". [33]

A 11 *de agôsto de* 1949, outro decreto obrigava o clero a entregar os registros de batismo aos funcionários do Estado.

A 23 *de novembro de* 1949, uma circular ministerial criava novos obstáculos ao direito de reunião e ao exercício do culto público. Nessa circular, com efeito, o Ministro da Administração Pública interpretava de tal maneira um decreto de 11 de março de 1932, que eram interditas:

— a organização de peregrinações públicas e coletivas, bem como as solenidades à partida e à chegada destas últimas;
— as procissões na via pública;
— as bênçãos solenes dos campos;
— as bênçãos solenes das cruzes e estátuas na via pública;
— a organização das manifestações públicas e dos cortejos religiosos;
— a convocação para reuniões, representações, conferências, assim como para recitações diante do presépio de Natal;
— a convocação para reuniões paroquiais ao ar livre. [34]

Tôdas essas medidas tinham antes de tudo um fito de intimidação [35], e como objetivo particular o desenvolvimento do esfôrço já empreendido para laicizar a vida pública. [36]

A censura da imprensa tornou-se tão rigorosa que, afinal de contas, houve que renunciar a fazer aparecer os boletins oficiais diocesanos. [37]

---

33) Uma lei que nacionalizava os hospitais ainda em mãos da Igreja era aprovada a 21 de setembro de 1949, promulgada a 1º de outubro, e entrava em curso de execução desde o dia 3.

34) Cf. *Dziennik Ustaw Rzeczypospolitej*, 5 de dezembro de 1949, nº 50.

35) Em fins de 1949, o Rev. Brudnicki, sacerdote dos arredores de Varsóvia, foi condenado a cinco anos e meio de prisão; essa pena foi aumentada em razão de um discurso pronunciado para a defesa do Santo Padre: "... A imprensa democrática demonstrou que o Papa é um inimigo da Polônia; todo aquêle que combate esta tese ataca o Govêrno e o Regime democrático".

Notar-se-á que o clero polonês já havia sofrido muito durante a guerra: de fato, 25% do clero morrera nos campos de concentração e nas prisões nazistas, enquanto que 15% voltava da guerra ou inválido ou inapto.

36) Com efeito, no momento em que se instalavam salas de recreação nas aldeias e nos centros operários (com bailes ao ar livre), os governantes se aplicavam a fazer esquecer as festas religiosas: assim, em 1949, o 70º aniversário de Stalin foi explorado ao máximo para trazer perturbação à festa de Natal, com a qual coincidia.

Inútil falar das "árvores de Natal soviéticas"...

37) Após vexames sem número, o grande hebdomadário católico *Tygodnik Powszechny* foi brutalmente suprimido, e seu diretor e seus

Um decreto de 23 *de dezembro de* 1949 monopolizou tôda a atividade e produção das casas editôras e das tipografias, e submeteu estas ao contrôle de um organismo político. Êste Departamento reserva aos diferentes pedidos a sorte que lhe apraz, e decide se tal texto pode ou não ser publicado. E' um fato que bom número de escritores e de eruditos católicos não conseguiram fazer imprimir suas obras já prontas.

O patrimônio eclesiástico foi integralmente confiscado, e transferido, sem qualquer indenização, para o Estado. Em compensação, foi constituído um "fundo" eclesiástico administrado pelo Govêrno, e deu-se aos curas a segurança de que as paróquias conservariam os seus bens. Entretanto, em vez de cumprir a palavra, o Govêrno reservou-se se uma parte dos "direitos de estola": todo sacerdote é obrigado a pagar um impôsto sôbre as espórtulas destinadas às missas, aos funerais, aos diferentes ofícios religiosos, etc... e deve mesmo especificar os nomes dos doadores.

A «Caritas».

O *início* de 1950 foi perturbado por uma furiosa campanha contra a *"Caritas"*. [38]

Só na cidade de Varsóvia, que três anos antes não passava de ruínas, a "Caritas" possuía em 1948 cêrca de 19 asilos, 39 bibliotecas itinerantes, 27 casas de crianças, 18 para estudantes pobres, 12 colônias de férias, 12 casas de repouso, 100 hospícios de velhos, 9 laboratórios para estudantes e um sanatório.

Por um decreto de 23 *de janeiro de* 1950 os centros diocesanos dessa obra foram todos fechados, e instalaram-se arbitràriamente no lugar dêles serviços administrativos compostos de "padres patriotas" e de "católicos progressistas". [39]

---

redatores presos (8 de março de 1953). Depois utilizou-se abusivamente o nome do diretor para induzir a êrro os leitores católicos.

38) A "Caritas" (vasta organização de assistência, nascida por iniciativa da Igreja) contava no início de 1950:
— 334 orfanatos com 16.676 alunos;
— 258 asilos de velhos;
— 38 casas de cura para as crianças doentes;
— 17 pensionatos para as crianças pobres;
— 18 pensões para operárias;
— 346 sopas populares (100.000 refeições por dia).

A "Caritas" recebia donativos das organizações de socorros americanas, e igualmente de Poloneses residentes nos U. S. A.

39) Órgãos de imprensa dos "católicos progressistas":
— o hebdomadário *Dzis i Jutro* (Hoje e Amanhã), criado em 1945; (a respeito dêsse jornal, cf. acima nota 2 do cap. I, p. 23);
— o cotidiano *Slowo Powszechne* (Palavras Universais), criado em 1947;
— as edições "Pax", criadas em 1949, tratando de assuntos políticos e de propaganda religiosa.

Vê-se aí um esfôrço evidente para incentivar a construção de uma economia socialista, embora se defendendo de aceitar a filosofia materialista.

A 30 *de janeiro de* 1950, pela mentira e pela violência conseguiu-se atrair ao Polytechnicum de Varsóvia mais de mil padres, com a esperança de que essa assembléia encamparia as medidas adotadas pelo Govêrno.[40]

O Episcopado católico julgou de seu dever fazer ouvir mais uma vez o seu protesto[41]; mas, embora dando esclarecimentos precisos e repetidos, persistia pacientemente na sua resolução de chegar a um entendimento.

Ainda a 23 de janeiro havia êle feito novas propostas; os entendimentos, repostos em andamento sòmente a 6 de março, foram reatados a 28 de março.

Por seu lado, a imprensa encarregou-se de lançar tôda uma campanha de mentiras e calúnias contra a Igreja e os bispos, acusados de haverem tolerado, com perfeito conhecimento de causa, os pretensos abusos da "Caritas".

Consistiam êsses abusos sobretudo, sem contar as irregularidades administrativas, no auxílio levado pela "Caritas" não sòmente

---

40) Mesmo antes dessa reunião, haviam-se provocado assembléias de fiéis, de sacerdotes e de religiosos, submetidos a fortes pressões morais, para que se acusassem e condenassem a "Caritas".

A 24 *de janeiro de* 1950, o Cardeal Sapieha fêz chegar um telegrama de protesto ao Presidente da República.

41) A 30 *de janeiro de* 1950 o Episcopado dirigiu uma *memória* ao Presidente Bierut ("... A "Caritas"... faz parte integrante das instituições da Igreja... O contrôle exercido, por ordem do Govêrno, sôbre a "Caritas" é, portanto, contrário às leis do Estado em vigor na Polônia..."); enviou igualmente uma *circular* ao clero, para lhe expor as razões que haviam provocado a dissolução da "Caritas" e convidá-lo a recusar qualquer função na nova organização governamental; e uma *declaração* a ser lida a 12 de fevereiro no púlpito (as autoridades recorreram à intimidação e às ameaças para impedir essa leitura).

Êsses três documentos foram publicados em *L'Osservatore Romano* de 10-11 de abril de 1950. Ver igualmente *The Tablet* de 25 de fevereiro de 1950.

O Primaz. S. Excia. Mons. Wyszinski (que fizera a sua entrada na capital polonesa a 6 de fevereiro de 1949 como novo Arcebispo-Primaz) dirigiu ao povo uma carta fazendo o histórico da "Caritas". (Cf. *L'Osservatore Romano*, 10-11 de abril de 1950).

A 4 *de fevereiro de* 1950, S. Excia. Mons. Choromanski enviou uma carta ao Ministro Wolski para refutar as falsas afirmações por êle avançadas alguns dias antes, na reunião do "Conselho Nacional da Associação Caritas".

A 16 *de fevereiro*, os bispos dirigiram outra *memória* ao Presidente Bierut para levarem ao conhecimento do mundo e da história a luta sempre mais aberta e mais áspera movida pelo Govêrno comunista contra a Igreja Católica: "... Devemos frisar que a luta contra a religião movida desde muito tempo na Polônia é conduzida segundo uma tática que excede tudo o que até agora era possível imaginar para combater a Deus...". (O documento trazia a assinatura do Cardeal Sapieha e do Primaz S. Excia. Mons. Wyszinski).

aos pobres, mas também aos ricos e aos "inimigos da Polônia Popular" (por exemplo, aos prisioneiros, aos "suspeitos" que se escondiam para se subtraírem à prisão da polícia política, etc.).

Enquanto isso, a 23 *de março de* 1950, o *Dziennik Ustaw Rzeczypospolitej Polskiej* publicava a lei sôbre a nacionalização dos bens eclesiásticos.

O Regime mandou prender numerosos sacerdotes, não sòmente em conseqüência da sua recusa de participar da nova administração da "Caritas", como também por haverem dado leitura da declaração dos bispos.

A Declaração Comum.

A 14 *de abril de* 1950, o Episcopado e o Govêrno assinavam uma "Declaração comum" [42], tal como se apressaram a qualificá-la os bispos, visto que, pròpriamente falando, não se tratava de um verdadeiro acôrdo, nem, com maioria de razão, de uma concordata.

Dada a importância do documento na história das relações entre a Igreja Católica e o comunismo na Polônia, e dado o fato de as autoridades governamentais polonesas a êle se referirem contìnuamente, e não raro de maneira descortês, damos aqui dêle uma versão:

Acôrdo concluído entre os representantes do Govêrno da República e do Episcopado polonês.

No intuito de assegurar à nação, à Polônia popular e aos seus cidadãos as melhores condições de expansão, assim como a possibilidade de um trabalho comum e tranqüilo, o Govêrno da República, que aceita o princípio da liberdade religiosa, e o Episcopado polonês, que tem em vista o bem da Igreja e a atual razão de Estado polonesa, regulam as suas relações da maneira seguinte:

Art. 1º — O Episcopado fará com que o clero, nos limites do seu ministério pastoral, ensine os fiéis a respeitarem as leis e as autoridades do país.

Art. 2º — O Episcopado velará por que o clero, nos limites da sua atividade pastoral, incite os fiéis a trabalharem com mais ardor pela reconstrução do país e pelo incremento do bem-estar da nação.

---

42) A notícia oficial dela foi dada pela *Agência polonesa P. A. P.* a 16 de abril. A 22 *de abril de* 1950, num comunicado aos fiéis, publicado pelo hebdomadário católico *Tygodnik Powszechny*, o Episcopado precisava o alcance do "acôrdo" e as circunstâncias em que os bispos tinham sido levados a assiná-lo, e das quais a imprensa e a propaganda comunistas em geral haviam dado interpretações falsas e exageradas.

O Episcopado aceitara êsse "compromisso" (seria êste o têrmo exato) por ter visto nêle uma garantia, por ínfima que fôsse, contra futuras violações da liberdade da Igreja por parte do comunismo.

Art. 3º — O Episcopado polonês reconhece que os direitos econômicos, históricos, culturais e religiosos exigem que os territórios recuperados pertencem doravante para sempre à Polônia. Partindo do princípio de que êsses territórios constituem parte integrante da República, o Episcopado dirigirá um pedido à Santa Sé para que os centros administrativos eclesiásticos que gozam dos direitos dos bispados residenciais sejam transformados de maneira permanente em ordinariatos episcopais.

Art. 4º — Nos limites dos seus poderes, o Episcopado opor-se-á a tôda atividade hostil contra a Polônia, e de maneira especial às manobras antipolonesas e revisionistas de uma parte do clero alemão.

Art. 5º — O princípio segundo o qual o Papa é a autoridade suprema e inconteste da Igreja concerne às questões de fé, de moral e também à jurisdição eclesiástica; em tôdas as outras, o Episcopado agirá segundo a razão de Estado polonesa.

Art. 6º — Admitido que a missão da Igreja pode acomodar-se aos diferentes regimes econômicos e sociais estabelecidos pelas autoridades civis, o Episcopado dará instruções ao clero para se não opor ao desenvolvimento das cooperativas agrícolas. Com efeito, estas últimas têm por essência um fundamento moral na natureza humana, a qual aspira à solidariedade social voluntária tendo por fim o bem da comunidade.

Art. 7º — A Igreja Católica, que, conformemente aos seus princípios, condena tôda atitude antinacional, opor-se-á de maneira particular ao abuso dos sentimentos religiosos que atentem contra o Estado.

Art. 8º — A Igreja Católica, que, conformemente aos seus princípios, condena todos os crimes, lutará igualmente contra a criminosa atividade dos bandos clandestinos, estigmatizará e fulminará com sanções canônicas os membros do clero culpados de participar de qualquer movimento secreto ou dirigido contra o Estado.

Art. 9º — O Episcopado, conformemente à doutrina da Igreja, secundará todo esfôrço que tenha por fim o refôrço da paz, e opor-se-á, de acôrdo com as suas possibilidades, a tôda tendência própria para provocar a guerra.

Art. 10. — Ensino religioso nas escolas:

a) O Govêrno não tem a intenção de opor restrições ao estado atual do ensino religioso nas escolas. Os programas serão estabelecidos pelas autoridades escolares, de acôrdo com os representantes do Episcopado; as escolas serão providas de manuais apropriados; os professôres de religião, quer leigos, quer eclesiásticos, serão tratados no mesmo pé de igualdade que os das outras matérias. Os inspetores do ensino religioso serão nomeados pelas autoridades escolares, de acôrdo com o Episcopado.

b) As autoridades escolares não impedirão os alunos que o queiram de tomar parte nos ofícios religiosos fora da escola. (Anexo ao art. 10 *b*: êsses ofícios compreendem primeiramente a santa missa, nos domingos e festas, e igualmente no início e no fim do ano escolar; ademais, aos alunos que pedirem seguir os exercícios espirituais e receber a Comunhão, as autoridades escolares assegurarão — durante a Quaresma — três dias de férias; as autoridades escolares fixarão as horas para os alunos que quiserem receber a Confirmação por ocasião da visita do

Bispo; não se oporão à recitação das orações antes e depois das aulas para os alunos que o desejarem).

c) As escolas católicas atualmente existentes serão conservadas; todavia, o Govêrno velará por que elas se curvem lealmente às disposições e ensinem os programas definidos pelas autoridades do Estado.

d) As escolas livres católicas poderão gozar dos mesmos direitos que as escolas oficiais, segundo os princípios gerais precisados pelas leis apropriadas e pelas disposições das autoridades de Estado.

e) Em caso de criação ou de transformação de uma escola pública em escola que não comporte ensino religioso, os pais católicos que o desejarem terão o direito e a possibilidade de mandar seus filhos para as escolas que são providas dêsse ensino.

Art. 11º — A Universidade Católica de Lublin poderá continuar o seu ensino nos limites atuais.

Art. 12º — As associações católicas gozarão dos direitos que até aqui tinham quando satisfizerem as disposições contidas no decreto sôbre as associações. As mesmas disposições valem para as congregações marianas.

Art. 13º — A Igreja terá o direito e a possibilidade de dirigir, no quadro das leis em vigor, obras de caridade e de assistência, bem como de ministrar a instrução catequética.

Art. 14º — A imprensa e as publicações católicas gozarão, como as outras, dos direitos precisados nas leis apropriadas e nas disposições das autoridades.

Art. 15º — O culto público, as peregrinações e as procissões tradicionais serão autorizadas. Todavia, por medida de ordem, essas manifestações serão estabelecidas e reguladas pelas autoridades eclesiásticas em acôrdo com as autoridades administrativas.

Art. 16º — A assistência religiosa ao exército será regulada por estatuto especial, elaborado pelas autoridades militares em acôrdo com os representantes do Episcopado.

Art. 17º — Nas prisões, a assistência religiosa será assegurada por capelães nomeados pelas autoridades competentes, por proposta do Ordinário. (Anexo ao art. 17: essa assistência comportará: a santa missa nos domingos e festas, o sermão, a confissão e a sagrada comunhão).

Art. 18º — Nos hospitais do Estado e nos hospitais autônomos, a assistência religiosa aos doentes que o desejarem será assegurada por capelães hospitalares remunerados segundo convenções especiais. (Anexo ao art. 18: o número dos capelães será proporcionado às necessidades dos doentes; o capelão terá um quarto pessoal; o capelão terá a possibilidade de visitar os doentes).

Art. 19º — As Ordens e Congregações Religiosas, nos limites da sua vocação e das leis em vigor, gozarão de inteira liberdade de ação.

Protocolo anexo

Art. 1º — Como seqüência ao acôrdo entre os representantes do Govêrno da República Polonesa e do Episcopado no tocante à atividade da "Caritas", e a fim de tornar normais as relações entre o Estado e a Igreja, a organização eclesiástica "Caritas" transforma-se em Associação Católica tendo por fim socorrer os pobres e os indigentes. A Associação desenvolverá a sua atividade por zonas correspondentes às divisões administrativas e territoriais do país. Conformemente aos fins caritativos da Associação, como igualmente segundo os princípios e o uso

da Igreja Católica, o Episcopado dará aos sacerdotes que o pedirem tôda possibilidade de trabalhar nessa Associação. (Anexo ao art. 1º: a propósito da propriedade dos bens imobiliários eclesiásticos para uso da "Caritas", o Govêrno encara a possibilidade de reparar os danos sofridos, fazendo-o quer por adiantamentos sôbre o fundo eclesiástico, quer abandonando à Igreja os direitos de propriedade, a cargo dela ficando, todavia, assegurar a essa mesma Associação o usufruto dêles.)

Art. 2º — O Govêrno da República polonesa, por ocasião da entrada em vigência da lei sôbre o confisco dos bens de mão-morta, no quadro do art. 2, § 3, e do art. 7, § 1, examinará as necessidades dos bispos e das instituições religiosas, a fim de a elas ocorrer prestando-lhes assistência. (Anexo ao art. 2: *a*) serão deixados aos Ordinários as hortas e as explorações agrícolas de menos de 50 hectares, bem como o gado; *b*) serão igualmente deixados aos seminários eclesiásticos as hortas e as explorações agrícolas de menos de 50 hectares, bem como o gado; *c*) as fazendas de menos de 5 hectares, contíguas ao terreno em que se elevam as casas das comunidades religiosas, do mesmo modo que os bens mobiliários e imobiliários de uso delas e do de suas fazendas, não serão confiscados pelo Estado).

Art. 3º — O fundo eclesiástico porá somas convenientes à disposição dos Ordinários diocesanos.

Art. 4º — Por ocasião da lei sôbre o serviço militar, as autoridades militares concederão "sursis" aos alunos dos seminários eclesiásticos, a fim de lhes permitir concluírem os seus estudos; os clérigos, uma vez ordenados sacerdotes, e os religiosos depois de pronunciarem os seus votos, não serão chamados para sob as bandeiras, mas serão lançados na reserva e afetos ao serviço auxiliar.

Assinado em Varsóvia a 14 de abril de 1950.

Como fácil é verificá-lo, os nove primeiros artigos do "Acôrdo" tratam dos pedidos do Govêrno, que — com expressões cruas (fala-se redondamente de "razão de Estado") — tentam comprometer a Igreja por compromissos no terreno político (arts. 1, 2, 6, 7, 8) ou territorial (arts. 3, 4), estranhos à sua missão; todos êsses artigos, na sua redação, são mais ou menos abertamente tendenciosos. Os outros dez artigos contêm os pedidos do Episcopado, tendentes êstes todos e ùnicamente à salvação das almas.

Os Bispos falam a linguagem daquele que, atacado, defende como melhor pode os seus direitos.

A 1º de maio de 1950, o general Ochab (um dos signatários do "Acôrdo"), feito, desde havia pouco, Secretário do partido, declarava num discurso: " as meias medidas e as insinuações evasivas serão inúteis e prejudiciais... porque nós, marxistas, continuaremos a intensificar a nossa vigilância, conformemente ao realismo que Marx, Engels, Lenine e Stalin defenderam".

A 8 *de maio de* 1950, o próprio Presidente Bierut afirmava: Executaremos escrupulosamente o Acôrdo concluído, mas não permitiremos que, em violação dêle, sejam urdidas, como no passado, maquinações políticas reacionárias..."

Entrementes, quando era suprimido o Ministério da Administração Pública e as suas atribuições eram entregues às administrações nacionais, regionais e provinciais, todo o Serviço dos Negócios do Culto foi transferido para um "bureau" especial cuja direção, após longa espera, foi confiada a Bida, ex-diretor da Censura, e que, nesse pôsto, se encarniçara particularmente contra a imprensa católica.[43]

A despeito do êxito das negociações, o Ministro Wolski, chefe da comissão governamental para a conclusão do "Acôrdo", foi primeiramente expulso do Partido e depois aprisionado.

Mas o "Acôrdo" não trouxe trégua à luta contra a Igreja.

Algumas escolas, dirigidas por congregações religiosas femininas (por exemplo, a do convento do Sagrado Coração, de Cracóvia), foram laicizadas; a outras retirou-se a autorização para ensinar o catecismo.

Intensificaram-se as supressões de obras e instituições sociais mantidas pela Igreja.

Ao mesmo tempo desenvolvia-se uma campanha contra o ensino religioso ministrado nas escolas por "padres inimigos da paz": "comitês" de pais, e mesmo de alunos, constituíram-se no intuito de pedir a destituição dêstes últimos. Bom número de eclesiásticos foram assim afastados das escolas, enquanto outros eram postos em estado de detenção, por "propaganda em favor da guerra".

Então é que foi empreendida uma campanha a fim de obter, por coação, a assinatura do famoso Apêlo de Estocolmo.

A *Trybuna Ludu* censurava a dois bispos, SS. Excias. Mons. Swirski, de Siedlce, e Mons. Stepa, de Tarnovia, o haverem proibido seus padres de fazerem parte dos "Comitês da paz" (comunistas).

A acusação foi depois estendida a todo o Episcopado.

A 16 *de junho* de 1950, em nome do Episcopado, S. Excia. Mons. Choromanski publicava uma Declaração em que, invocando a missão, que sempre foi a da Igreja, em favor da paz, afirmava que o Episcopado e o clero não cessavam de trabalhar por ela no encargo normal da cura das almas.

Mas o Govêrno exigiu uma declaração que fôsse um compromisso em favor do Apêlo de Estocolmo. Para evitar maiores males, alguns bispos assinaram; o Govêrno apressou-se a fazê-lo saber por um comunicado oficioso. Depois fêz-se pressão sôbre os outros bispos, que igualmente decidiram dar a sua assinatura.

A 15 *de julho de* 1950, escrevia a *Trybuna Ludu*: "... A opinião pública polonesa está no direito de reclamar que a atitude assumida pelo Episcopado polonês em assinando o Apêlo seja lògica-

43) Dizia-se mesmo que a "Direção dos Negócios Religiosos" tinha sido colocada sob o contrôle da "Secção dos Negócios Confessionais" da Embaixada russa em Varsóvia.

mente conservada, tomando êle, ulteriormente, parte na luta contra os atos de agressão e contra as incitações à guerra, bem como na luta para consolidar a paz..."

Mas, a 28 *de junho de* 1950, o major Dziemiduk, numa conferência de imprensa, denunciava a violação, pelo Episcopado católico, do art. 8 do "Acôrdo". Seguiu-se nova onda de detenções, de fechamentos de escolas e casas religiosas, a qual se prolongou durante todo o verão de 1950.

O Protesto do Episcopado.

A 12-13 *de setembro de* 1950, o Episcopado reuniu-se em Assembléia plenária no Santuário de Czestochowa. Dirigiu então ao Presidente da República uma Carta em que eram enumerados todos os abusos de poder de que a Igreja fôra vítima no decorrer dos cinco anos trágicos de 1945-1950:

— ruptura unilateral da concordata;
— recusa, da parte do Govêrno, de reconhecer a organização eclesiástica nos territórios reconquistados;
— proibição de reconstituir as associações e as organizações católicas;
— fechamento progressivo e contínuo das escolas e instituições católicas;
— restrições severas impostas pela censura política à imprensa e à edição católicas, para chegar a fazê-las desaparecer totalmente;
— esbulho de tôdas as impressoras diocesanas e das casas de edição católicas;
— transformação dos bens da Igreja em sociedade hospitalar, comportando a sua nacionalização relativa;
— tentativas, da parte das autoridades administrativas, de ingerência na vida das confrarias e associações eclesiásticas, para terminar no registro obrigatório dos conventos e das congregações religiosas;
— restrições impostas à liberdade do culto público, indo até a procurar impedir os ofícios religiosos e os exercícios de piedade (missões, procissões públicas, reuniões, congressos religiosos);
— liquidação da "Caritas";
— nacionalização integral de todos os bens e propriedades da Igreja;
— campanhas de imprensa, de intensidade variável, contra a Santa Sé e o Episcopado;
— restrições aos direitos da religião nas escolas;
— expulsão e exclusão, das escolas, de várias centenas de padres catequistas;
— criação de organizações de juventude, de inspiração e ideologia anticristãs;
— apoio dado a publicações insultuosas ao ensino e à vida da Igreja;
— propaganda anti-religiosa pela imprensa, pelos livros, por conferências, instruções e cursos de formação;
— restrições impostas à liberdade de consciência dos membros das associações do Partido e das organizações profissionais;
— propaganda anti-religiosa nas instituições pré-escolares e nas escolas, nas colônias de férias, nos acampamentos de crianças e de moços e môças;

— vexames administrativos exercidos pela magistratura, pela polícia, pelo fisco, num intuito de pressão sôbre os cidadãos, inclusive sacerdotes e bispos.

Após afirmar que "êsse último ano, mui particularmente após a assinatura do "Acôrdo", se assinalara por uma liquidação, sèriamente acelerada, das obras sociais e das organizações da Igreja", a Carta insistia especialmente sôbre os pontos seguintes:

— Educação materialista da juventude;
— precariedade do ensino religioso nas escolas e apoio dado pelo Govêrno às "escolas T. P. D." (da Sociedade dos Amigos da Infância), onde está abolido o ensino da religião;
— redução das obras consagradas ao ensino do catecismo nas classes, e dispensa maciça dos padres-catequistas (cêrca de 500);
— questão dos territórios recuperados [44];
— apoio dado pelo Govêrno aos "padres-patriotas" [45];
— estatuto do Departamento para os Negócios do Culto, no intuito evidente de entravar a vida da Igreja;
— campanha de imprensa contra a Santa Sé;

---

44) Sôbre êste ponto delicado, a Carta afirmava: "O Episcopado está pronto a apresentar êsse problema à Santa Sé o mais ràpidamente possível. Entretanto, na redação da Carta ao Santo Padre, o Episcopado achou-se em face de sérias dificuldades, que têm grande pêso para todo o conjunto da questão. Nas últimas semanas, fatos novos se produziram: em Breslavia, um seminário foi desapropriado; em Olsztyn, o seminário recebeu aviso prévio de expulsão, embora os outros imóveis eclesiásticos já estivessem em mãos do Govêrno. A situação é a mesma em Opole. Nestas condições, as Administrações Apostólicas não podem afirmar a sua existência no domínio particularmente importante da formação do clero, que tem uma influência decisiva sôbre o futuro da vida da Igreja. Situação tal absolutamente não é imputável à má-vontade da Igreja. Aliás, há numerosos exemplos semelhantes nos outros setores da vida eclesiástica".

45) A êsse respeito, a Carta exprimia-se da maneira seguinte: "As autoridades governamentais assim designam os sacerdotes que aceitam colaborar com o Govêrno... A criação de um grupo especial de eclesiásticos que colaborem com o Govêrno parece ser sem fundamento a partir do momento em que um "Acôrdo" foi concluído por todo o Episcopado. O problema apresenta-se a partir do fato de homens serem escolhidos de maneira significativa e de se lhes atribuir, com o nome de "padres-patriotas", um papel especial a representar na Polônia. Quase todos os dirigentes da secção eclesiástica do Departamento para os Negócios do Culto agem, já desde muito tempo, contràriamente aos seus deveres morais e canônicos. Vários dêles estão mesmo feridos de sanções eclesiásticas. Dar a tarefa de reformar a vida da Igreja na Polônia a tais homens equivale a comprometer a própria autoridade dêles em face da população católica, que conhece os seus sacerdotes e sabe em quem pode ter confiança. Além disto, êsses "padres-patriotas" dirigem uma revista (*Voz do Sacerdote*) que, embora destinada ao clero, é publicada sem o "imprimatur" das autoridades eclesiásticas. Êsse periódico move luta metódica contra a Santa Sé, o Santo Padre e o Episcopado, proclama opiniões morais e religiosas errôneas, esforça-se por solapar a disciplina eclesiástica, e tende a provocar no seio do clero o cisma e a heresia".

— regime de repressão a respeito do clero, manifestando-se pelo grande número de padres colocados sob a vigilância da polícia, detidos sem nenhum julgamento, ou condenados a longos anos de prisão [46];
— sorte dos religiosos, forçados a "viver em situação de excepcional injustiça", e submetidos a pressões para modificarem a posição apolítica por êles até então conservada;
— violações repetidas, por parte do Govêrno, da Declaração comum.

E assim concluía a carta:

"... Limitamo-nos a êsses problemas, sabendo todavia que longe estamos de os haver enumerado todos. Queremos que esta Carta seja um documento para a história, e que ela nos isente da censura de havermos calado a verdade. A responsabilidade das condições da Igreja na Polônia não recai sôbre nós. E' necessário declará-lo, pois a Polônia livre jamais perseguiu a Igreja nem a religião... Não vemos outro meio para chegar à indispensável pacificação dos espíritos e à união nacional senão pôr-se um têrmo à luta contra a religião..." [47]

A carta era assinada pelo Cardeal Sapieha e pelo Primaz, S. Excia. Mons. Wyszynski.

De *outubro de* 1950 *a fevereiro de* 1951, as detenções de sacerdotes e de religiosos só fizeram multiplicar-se sob diversos pretextos. [48]

Em *janeiro de* 1951 procedeu-se à detenção de S. Excia. Mons. Kaczmarek, Bispo de Kielce, e do seu vigário geral.

A 26 *de janeiro de* 1951, um decreto do Govêrno ordenava a deposição e expulsão dos Administradores Apostólicos das dioceses de Dantzig, Gorzow, Opole, Olsztyn e Wroclaw (território ex-alemão cedido à Polônia).

A 29 *de janeiro de* 1951, o Govêrno substituiu-os por outros tantos "vigários capitulares". [49]

---

46) A Carta afirmativa: "Muitos sacerdotes são detidos diretamente nas igrejas, nos confessionários, no meio de crianças que aguardam para se confessar, tudo com estupor e inquietação dos fiéis. E' uma singular novidade na nossa vida: com efeito, até agora os sacerdotes tiveram pouco que ver com o código penal. Ademais, essa vigilância não omite nem os próprios bispos, que, durante as suas excursões pastorais, durante os congressos, durante as visitas, são cercados de dezenas de informadores que manifestam a sua presença por medidas vexatórias. Muitos sacerdotes — por gôsto ou à fôrça — fazem parte do serviço de informação; e os próprios colaboradores das Cúrias episcopais disso não são excluídos".

47) A Carta foi publicada pela *Agência Kipa* em data de 1º de dezembro de 1950, e depois por *L'Osservatore Romano* de 14 de fevereiro de 1951.

48) "Sensacionais descobertas" de depósitos de armas, de centros de espionagem, etc. foram feitas, por exemplo, em casa dos salvatorianos de Mkolow, dos franciscanos de Radecsnica, dos jesuítas de Cracóvia.

49) O Primaz S. Excia. Mons. Wyszynski interveio, mas, para evitar todo perigo de cisma, subdelegou a jurisdição eclesiástica aos cinco sacerdotes.

Para esclarecer de uma vez por tôdas a situação eclesiástica dos territórios ex-alemães passados para a Polônia, o Primaz pediu e obteve permissão para ir a Roma.[50]

Duas semanas depois do seu regresso, reunia o Primaz todo o Episcopado e, numa "Memória para o Clero", dava as diretrizes seguintes:

"Desejamos que os sacerdotes se abstenham de qualquer atividade política e não se intrometam em questões de partido... Temos sòmente uma única missão, a de pregar a verdade revelada por Deus, e ajudar todos os homens a irem para Deus. Aos sacerdotes é, pois, vedado fazerem parte de movimentos clandestinos ou subversivos, bem como de outros movimentos políticos, econômicos ou sociais. Nós não fomos chamados a ser os dispensadores dos bens dêste mundo".

Em entrevista concedida ao hebdomadário católico de Cracóvia *Tygodnik Powszechny* e publicada a 16 de setembro de 1951, o Primaz expunha o pensamento e a atitude da Santa Sé no tocante ao problema da organização eclesiástica nos territórios ex-alemães:

"Mesmo se até agora a Santa Sé não exprimiu o seu pensamento em declarações verbais, contudo há fatos que têm mais valor do que as palavras. E' um fato que a Santa Sé declarou levar em conta a organização eclesiástica tal como a estabelecera nos territórios do oeste o pranteado Cardeal Hlond. E, o que mais é, a Santa Sé autorizou o restabelecimento das chancelarias diocesanas, dos tribunais eclesiásticos, dos seminários, etc., todos êles organismos bem definidos, que pertencem canônicamente à vida autônoma de uma diocese. À medida do desenvolvimento da vida eclesiástica, a sua organização externa não cessará de adquirir maior nitidez nos seus aspectos..."

Mas o jornal comunista *Trybuna Ludu* acusou o Primaz de haver, nesse terreno, tomado a defesa da política da Santa Sé, e opunha às suas declarações "as corajosas decisões do congresso de Wroclaw a 12 de dezembro de 1951, onde, ao contrário, 1.800 católicos poloneses, sacerdotes e leigos, haviam sustentado as reivindicações do Govêrno..." Citava êsse jornal como exemplo as declarações do clero de Dantzig, que proclamara: "... Condenamos o clero alemão que, sob a direção dos cardeais Frings e Faulhaber e sob a influência do Vaticano, atiça o espírito de ódio..."

Aliás, desde 17 de julho de 1951 o *Pravda* atacara violentamente a viagem do Primaz a Roma: ". Pio XII aprovou e abençoou

---

50) Numa Carta de 23 de maio de 1951 ao clero e aos fiéis da sua arquidiocese, escrevia êle: "... fazer-vos participar da alegria que me foi concedida de ver Pedro na pessoa do Santo Padre... A nossa presença em Roma testemunhou igualmente à face do mundo inteiro que a Polônia é católica, é fiel ao Santo Padre, e pode e deve permanecer católica. Temos consciência de haver assim prestado o maior serviço à nossa pátria e à Igreja. ." (Cf. *L'Osservatore Romano*, 30-31 de julho de 1951).

a atividade antipopular do alto clero católico na Polônia; concedeu ao Primaz Wyszynski poderes ainda mais extensos..."

O Regime de Violência.

Os ataques contra a Igreja Católica intensificaram-se em 1952, logo após as novas eleições gerais e a adoção da nova Constituição.

A 3 *de julho de* 1952, em tôda a Polônia procedeu-se bruscamente ao fechamento e à ocupação de todos os seminários menores que dependiam das Ordens e Congregações Religiosas.

Trata-se de 59 seminários, cujos alunos foram quase todos enviados para os campos de trabalho.

Com violência redobrada prosseguiu-se a campanha de calúnias contra os sacerdotes e sobretudo contra os bispos, acusados de serem os instrumentos e as vítimas de uma "política vaticana" hostil à Polônia, mui particularmente no terreno social e no problema das fronteiras ocidentais. Quanto ao Santo Padre, êste era denunciado como cúmplice dos "imperialistas fautores de guerra "à outrance", e como partidário do capitalismo mais odiável. [51]

---

51) A revista mensal *Nowe Drogi* (Trilhas novas), publicação oficial, de caráter teórico, do Partido Operário Unificado Polonês, no seu número de janeiro de 1954 deu a lista seguinte das publicações de crítica e de polêmica sôbre a atividade política do Vaticano aparecidas na Polônia em 1952-1953:

— Henry Korotynski: *Pytania ktore czekaja na odpozwied* (Questões que pedem resposta), "Czytelnik", 1953;
— Jarkiewicz: *Nuncjatura Achille Ratti w Polsce* (Nunciatura de Aquiles Ratti na Polônia), "Czytelnik", 1953;
— A. Nowicki: *Papiez Pius XII swietle przemowien i listow* (O Papa Pio XII à luz dos seus discursos e cartas), "Ksiazka i Wiedza", 1952;
— A. Nowicki: *Watykanski Bank Pacellich* (O banco vaticano dos Pacelli), "Ksiazka i Wiedza", 1952.

A êste respeito é interessante citar também, limitando-se ao ano de 1952, os títulos de alguns dos numerosos artigos que figuram cada dia na imprensa comunista: "O Vaticano contra a paz e a Polônia" (*Nowa Wies* de 21 de dezembro de 1952); "Sempre do partido da guerra" (*Dziennik Polski* de 22 de novembro de 1952); "Um antro de ladrões junto ao papa" (*Dziennik Polski* de 4 de dezembro de 1952); "O relatório do Vaticano" (*Trybuna Ludu* de 13 de dezembro de 1952); "Planos genocidas dos diplomatas do Vaticano revestidos da púrpura cardinalícia" (*Maly*); "Êle tem o ôlho no céu e a mão no bôlso do próximo" (*Poprostu* de 12 de novembro de 1953); "A Cúria de Cracóvia realizava a política antipolonesa do Vaticano, dócil às diretrizes dos imperialistas U. S. A." (*Sztandar Mlodych* de 26 de janeiro de 1953). — Cf. igualmente, na *Trybuna Ludu* de 18 de janeiro de 1953, o artigo intitulado "Os centros de conspiração contra o Estado não podem ser tolerados — Comentários sôbre a questão de espionagem da Cúria de Cracóvia".

A 8 *de novembro de* 1952, prendia-se S. Excia. Mons. Adamski, Bispo de Katowice, bem como os seus Coadjutor e Auxiliar, Mons. Bednorz e Mons. Bieniek.

Todos foram em seguida expulsos da diocese de Katowice.

Em fins de 1952, supõe-se que cêrca de um milhar de sacerdotes se achavam em prisão: em média, 50 por diocese, isto é, 10% do clero polonês.

De 21 a 27 *de janeiro de* 1953, um processo sensacional desenrolou-se em Cracóvia: quatro sacerdotes e três leigos eram acusados:

— de espionagem em favor dos Americanos;
— de posse abusiva de 37.000 dólares e outros valores estrangeiros;
— de escondimento de objetos preciosos pertencentes a aristocratas poloneses.

Procedeu-se igualmente à detenção de numerosos outros padres e, com êles, do Arcebispo de Lwow, Administrador Apostólico de Cracóvia, Sua Excia. Mons. Eugênio Baziak, do Bispo-Auxiliar do falecido Cardeal Sapieha, S. Excia. Mons. Estanislau Rospond, e do chanceler da cúria, Mons. Estanislau Mazanek.

Após "amplas confissões", os "réus" foram condenados a pesadíssimas penas; um dos quatro padres foi condenado à morte.

Êsse processo serviu aos comunistas de pretêxto para promulgarem novas disposições legislativas que violavam as mais elementares liberdades da Igreja.

Seguiu-se novo ataque grotesco contra todo o clero, contra os bispos e contra o falecido Cardeal Sapieha.

A 9 *de fevereiro de* 1953 aparecia um decreto sôbre a nomeação dos eclesiásticos para os cargos da Igreja.

Art. 1º — Os cargos eclesiásticos só poderão ser ocupados por cidadãos poloneses.

Art. 2º — Para a criação, transformação e supressão dos cargos eclesiásticos, do mesmo modo que para tôda mudança no tocante à sua zona de competência, será requerido o consentimento dos organismos de Estado competentes.

Art. 3º — *a*) O consentimento prévio dos organismos de Estado competentes é exigido para a entrada em função em cargo eclesiástico.

---

52) Publicado no Jornal Oficial da República Popular da Polônia, nº 10, 10 de fevereiro de 1953. E dizer que as duas constituições sucessivas, de 1948 e 1952, proclamavam a "separação" entre a Igreja e o Estado, e prometiam a "liberdade religiosa"! Ao contrário, êsse decreto submetia ao Estado todo ato da jurisdição eclesiástica, sem excluir dêle, em parte, a que dizia respeito ao fôro interno. Nesse decreto, emprega-se a expressão "dignidade eclesiástico-espiritual", que é a tradução da expressão muito usada na Rússia: "Tserkovnodukovnyja oblznoski"!

b) as mesmas disposições supra aplicam-se igualmente aos casos de revogação e de transferência para outro cargo.

Art. 4º — O organismo de Estado habilitado a dar o seu consentimento é, se se tratar de Ordinários das dioceses e dos sufragâneos (?), a Presidência do Govêrno; em todos os outros casos será a presidência do conselho nacional voivodal (para Varsóvia e Lodz, a presidência do conselho nacional dessas cidades).

Art. 5º — As pessoas que exercem cargo eclesiástico prestem juramento de fidelidade à República Popular Polonesa no "Bureau" do Praesidium do conselho nacional competente (para Varsóvia e Lodz, o conselho nacional dessas cidades).

Art. 6º — Todo sacerdote exercente de cargo eclesiástico que desenvolva atividade contrária à lei e à ordem pública, ou simplesmente a apóie ou a dissimule, é afastado quer pelos cuidados da autoridade eclesiástica superior, a seu pedido, quer a pedido dos órgãos do Estado.

Art. 7º — A execução do presente decreto é confiada ao Presidente do Conselho dos Ministros.

Art. 8º — O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

O presidente do Conselho de Estado: A. ZAWADZKI.
O secretário do Conselho de Estado: M. RYBICKI.

* * *

A 5 *de maio de* 1953 era publicado um "Regulamento" para a execução do decreto.

A 8 *de maio de* 1953, o Cardeal-Primaz Wyszynski dirigia um longo Memorandum ao Presidente do Conselho para lhe expor a lastimável sorte infligida à Igreja pelo regime comunista, denunciando-lhe corajosamente os abusos de poder e as brutalidades, focalizando as responsabilidades de maneira cegante, aconselhando paternalmente a enveredar pelos caminhos do amor, da concórdia, da sabedoria e do respeito aos direitos de todos. "Renunciará o Govêrno ao seu desígnio de escravizar a Igreja e de fazer dela um instrumento nas mãos do Estado?... Não esqueçamos que, pelo decreto de 9 de fevereiro de 1953 — privado, aliás, pela Constituição polonesa, de todo valor jurídico, — o Estado se arroga o direito de imiscuir-se de maneira permanente nos negócios interiores da Igreja, e mesmo na própria consciência dos sacerdotes, como também o direito de submeter arbitrária e sistemàticamente ao seu poder a jurisdição eclesiástica. Tudo isso a Igreja recusa-se categòricamente a admitir..."

O Govêrno pôs em vigor o seu decreto, afastando arbitràriamente os eclesiásticos dos seus cargos e impondo a êstes cargos homens seus... O vínculo de dependência do clero para com o "Departamento dos Negócios Religiosos" estreita-se: para as suas próprias necessidades materiais, todo eclesiástico deve dirigir-se a êsse Departamento, fornecendo-lhe outras tantas ocasiões de proceder a interrogatórios, contrôles, chantagens, exercer pressões...

Um pequeno grupo de "padres progressistas" serviu grandemente o desígnio dos comunistas de "depurar e reformar a Igreja". A 18 *de junho de* 1953, um congresso dêsses padres reuniu-se em Varsóvia: nêle foi adotado um relatório intitulado "Perspectivas de desenvolvimento do acôrdo entre a Igreja e o Estado na Polônia popular".

No Relatório, lêem-se frases dêste gênero:

"A opinião católica polonesa protesta contra a atitude do Vaticano, que cobre com a sua autoridade os planos de guerra dos políticos americanos..." Quanto aos bispos, cumpre "achar a audácia moral e os argumentos intelectuais capazes de os persuadir e de lhes impor uma avaliação exata da realidade social e política de hoje". Importa, nesse ínterim, "purificar a atmosfera malsã que sobejas vêzes, ainda pesa, com todo o seu pêso, no comportamento do catolicismo: atmosfera burguesa e verdadeiramente semifeudal, explicável pelos laços que uniam outrora, na Polônia, a Igreja e a classe possuidora..."

Em data de 5 *de setembro de* 1953, eram em número de oito os bispos afastados da sua sé ou impedidos de desempenhar o seu próprio cargo:

— S. Excia. Mons. Venceslau Kaczmarek, de Kielce;
— S. Excia. Mons. Estanislau Adamski, de Katowice;
— S. Excia. Mons. Herbert Bednorz, Coadjutor de Katowice;
— S. Excia. Mons. Júlio Bieniek, Auxiliar e Vigário Geral de Katowice.
— S. Excia. Mons. Eugênio Baziak, Arcebispo Metropolitano de Lwow e Administrador Apostólico de Cracóvia;
— S. Excia. Mons. Estanislau Rospond, Bispo-Vigário Geral de Cracóvia;
— S. Excia. Mons. Bernacki, Bispo-Vigário Geral do Cardeal-Primaz para o arcebispado de Gniezno;
— S. Excia. Mons. Carlos M. Splett, Bispo de Dantzig (condenado em 1946 a oito anos de prisão, por colaboração com os Alemães).

O Govêrno opôs-se, mesmo pela fôrça, a que o Padre Adalberto Turowski e Mons. Pawlowski tomassem posse respectivamente das dioceses de Czestochowa e de Wloclawek.

Essa oposição, com o correr do tempo, só cedeu em favor de Mons. Pawlowski.

Fizeram-se desaparecer os sacerdotes mais resolutos e mais influentes, encarcerando-os ou enviando-os para os campos de concentração; ao mesmo tempo, para melhor subverter a organização eclesiástica, transferiram-se os sacerdotes de um ponto para outro do país, destinando aos centros e aos cargos mais importantes as "criaturas" do novo Regime, ou os que, mesmo a contragosto, haviam cedido às ameaças exercidas de maneira a mais brutal e mais requintada.

Em *fins de setembro de* 1953, desenrolou-se o processo do Bispo de Kielce, S. Excia. Mons. Venceslau Kaczmarek (detido em fins de janeiro de 1951). Combinou-se uma "auto-acusação" intérmina e minuciosa, no correr da qual o Bispo remontou a mais de trinta anos

atrás, quando, sacerdote recente, foi à França para tomar seus títulos na Universidade católica de Lille. A auto-acusação englobou outros bispos, bem como os falecidos cardeais Hlond e Sapieha, e o próprio Santo Padre.

Dois dias após a sentença que condenava Mons. Kaczmarek a 12 anos de prisão por "traição" e "cumplicidade" com os Alemães durante a guerra (para os juízes essa traição consistia no fato de haver êle seguido as "diretrizes do Vaticano" e das autoridades eclesiásticas superiores, em detrimento dos dirigentes nacionais poloneses), o Cardeal Wyszynski protestou junto ao Govêrno, e, em nome do Episcopado, desmentiu que a Santa Sé houvesse alguma vez dado diretrizes políticas ao clero e aos católicos poloneses. Mons. Kaczmarek, libertado em fevereiro de 1955, foi reposto em prisão em março de 1956.

A 26 *de setembro de* 1953, um comunicado governamental anunciou a interdição que fôra feita ao arcebispo Estêvão Wyszynski "de desempenhar as funções ligadas aos cargos eclesiásticos por êle até aqui assegurados": era, pràticamente, a colocação em estado de detenção. [53]

O Govêrno falou de "relegação para um convento confortável"; mas o silêncio fêz-se pesado e persistente, e o mundo católico não pôde conhecer o lugar da detenção dêle. [54]

O pretêxto alegado pelo Govêrno para "destituir" e internar o Cardeal era: "haver êle violado o artigo 3 do Acôrdo". Dizia êste último:

"O Episcopado... partindo do fato de os territórios recuperados fazerem parte integrante da República, dirigir-se-á à Santa Sé para lhe pedir dignar-se de conceder às Administrações eclesiásticas que já gozam dos poderes das sés episcopais o direito de se tornarem, de maneira permanente, Ordinários episcopais". [55]

---

53) A 10 de maio, por ocasião da procissão solene, em Cracóvia, para a abertura dos festejos do 7º centenário da canonização de Santo Estanislau, e a 4 de junho, em Varsóvia, por ocasião da procissão de Corpo de Deus, o Cardeal Primaz tinha sido calorosamente aplaudido e aclamado pela população.

Na véspera da sua prisão, o Cardeal tomara a palavra em presença de cêrca de dez mil pessoas na igreja de Santa Ana, falando dos "santos criminosos".

54) O relatório da décima sessão da Comissão dos Direitos do Homem enumera 9.524 protestos no tocante à violação das liberdades religiosas: entre êles, 7.850 dizem respeito à Polônia comunista e ao "internamento" do Cardeal-Primaz. Mas isso não trouxe nenhuma modificação, de qualquer natureza que fôsse, nem nas disposições nem nos processos das autoridades comunistas de Varsóvia.

55) "Essa decisão — dizia o comunicado do Govêrno — foi tomada em seguida aos abusos cometidos pelo Arcebispo Estêvão Wyszynski nas suas funções eclesiásticas, e isto apesar de numerosos avisos. O Arcebispo transgrediu contìnuamente os princípios do Protocolo de Acôrdo, fomentando discórdias e criando atmosfera favorável a uma atividade subversiva, como o demonstrou o processo do Bispo Kaczmarek; essa atividade é particularmente nefasta no mo-

O Episcopado comprometia-se, entretanto, a pedir à Santa Sé erigir em dioceses as Administrações eclesiásticas existentes nos "territórios ocidentais".

Mas a Santa Sé não podia tomar uma decisão definitiva — na espécie, a ereção das dioceses — antes da conclusão de um tratado de paz assinado por todos os beligerantes. Se agisse diferentemente, pareceria tomar partido, em certa medida, em questões puramente políticas, que por definição transcendem a esfera de competência da Santa Sé. [56]

Do Memorandum dos bispos ressalta que, após a assinatura do "Acôrdo", o Episcopado obtivera que os padres encarregados das circunscrições dos "territórios recuperados" fôssem revestidos do caráter episcopal. Mas o Govêrno comunista impediu a realização dessas medidas, pretendendo ver nelas um gesto puramente político.

No curso da abominável campanha desencadeada contra o Cardeal Wyszynski após a sua detenção, a imprensa comunista fêz dêle um "fautor do revisionismo alemão", e chegou mesmo a afirmar que o seu "internamento" tenha sido aprovado por todos os outros bispos.

Consoante informações governamentais, a 28 *de setembro de* 1953 os Ordinários das dioceses polonesas ter-se-iam reunido na capital; teriam eleito presidente das conferências episcopais S. Excia. Mons. Miguel Klepacz, Bispo de Lodz, e ter-se-iam pôsto de acôrdo sôbre uma declaração estabelecida segundo os desejos do Regime comunista. Só a 3 de outubro conheceram-se os nomes dos Ordinários presentes, enquanto que a "declaração" publicada a 29 de setembro não comportava nenhuma assinatura: o que faz pensar numa encenação comunista.

A 29 de setembro, o novo "praesidium" episcopal (composto de SS. Excias. Mons. Klepacz, Mons. Choromanski e Mons. Zakrzenski) era recebido em audiência pelo Presidente Bierut.

A 17 de novembro de 1953, os bispos, os vigários capitulares e os bispos-auxiliares prestavam juramento de fidelidade à República Popular na sede da Presidência do Conselho dos Ministros. S. Excia. Mons. Klepacz, pelo Episcopado, e o Ministro Cyrankiewicz pelo Govêrno, usaram da palavra.

Depois do processo de S. Excia. Mons. Baczmarek, da "deposição" e da "relegação" do Cardeal Wyszynski, e da detenção do seu Auxiliar, S. Excia. Mons. Baraniak, o Govêrno intensificou a sua ação no intuito de provocar entre o clero sentimentos de rebelião contra o Episcopado e a Santa Sé. [57]

---

mento em que se acha ameaçada a integridade das fronteiras da República Popular da Polônia".

56) Cf. *L'Osservatore Romano* de 29 de novembro de 1953.

57) Em fins de setembro de 1954, a Rádio-Varsóvia anunciou que Anton Bida, que planejava a agravação da perseguição no correr dos dois últimos anos até o internamento do Cardeal Wyszynski, fôra substituído, à testa do "Bureau" nacional dos cultos, por Jan Izydorczyk, ex-embaixador da Polônia junto à República Democrática Alemã.

Essa mudança significava talvez a entrada em cena de um "político", conhecedor mais entendido do estado de espírito polonês e,

Depois da detenção do Cardeal Wyszynski, e do juramento de fidelidade prestado pelo Episcopado, nôvo e mais vigoroso impulso foi dado pelo Govêrno às organizações de "padres-patriotas" e de "católicos progressistas". Os primeiros realizaram o seu Congresso nacional em Varsóvia a 15 de outubro de 1953. No correr dêste, foi decidida a criação de um "Comitê central da Frente nacional dos sacerdotes e leigos ativistas". Êsse Comitê consiste numa Comissão de 65 membros, meio-eclesiásticos, meio-leigos, cuja finalidade (como foi precisado nas reuniões realizadas a 17 e 18 de novembro seguintes, sob a presidência de João Czuj) é "cimentar" e reforçar a unidade da nação, e opor-se à propaganda caluniosa dos "inimigos da pátria", "pôr em obra todos os esforços para realizar as tarefas que decorrem da Declaração do Episcopado de 28 de setembro de 1953".

Em *julho de* 1954, distribuiu-se aos curas e aos sacerdotes uma coletânea de sermões para o décimo aniversário do Regime comunista; essa coletânea fôra composta por elementos "progressistas". Bem se tivera o cuidado de fazer saber que êsses sermões guardariam atualidade até a primavera de 1955.

Conforme uma agência de imprensa muito séria [58], as autoridades polonesas teriam suprimido as faculdades de teologia das Universidades de Varsóvia, Cracóvia e Poznan; os estudos de teologia só seriam autorizados na Universidade católica de Lublin.

A *NCWC News Service* de 28 de outubro de 1954 anunciava que as autoridades comunistas haviam impôsto a nomeação de cinco "padres patriotas" como professôres da Universidade católica de Lublin.

A 20 *de novembro de* 1954, em presença dos representantes do Govêrno, foi solenemente inaugurada a "Academia de Teologia Católica" de Bielany. O Reverendo Czuj, "homem de absoluta confiança do Regime", foi nomeado reitor.

No decurso de uma conferência episcopal levada a efeito em Czestochowa a 15-17 de agôsto de 1954, teve-se de deplorar a evacuação forçada de cêrca de 1.200 religiosas, expulsas das suas casas, sitas na maioria na Silésia [59], e a supressão efetiva de todo ensino religioso nas escolas públicas.

---

por êsse fato, mais capaz de aplicar a ideologia segundo os bem conhecidos princípios da tática.

58) Cf. *L'Osservatore Romano* de 17 de outubro de 1954, que a cita. — Depois, a notícia do fechamento das faculdades de teologia, das Universidades de Varsóvia e Cracóvia, foi confirmada.

59) Procede-se sem ruído à "liquidação" das comunidades religiosas de mulheres: um a um, os conventos se fecham. Um decreto de 1954 desapropriava, sem indenização, o hospital de S. José, de Kamieniec Zabkowicki, mantido pelas Irmãs de S. Carlos. As religiosas "teriam sido instaladas noutro lugar". Em Varsóvia, as Irmãs da Misericórdia eram expulsas do hospital de Nosso Senhor Jesus Cristo, por elas fundado dois séculos antes.

Em várias outras localidades assinalaram-se igualmente confiscos de conventos e deportações de religiosas.

Na Universidade católica de Lublin, suprimiram-se as faculdades de Direito e de Ciências Econômicas, e dispensaram-se arbitràriamente mais de dez professôres. Ademais, pôde-se recear o fechamento dos seminários, que seriam substituídos por uma Academia subtraída à legítima jurisdição eclesiástica e, ao contrário, controlada pelos Poderes Públicos, por intermédio do Departamento dos Cultos.[60]

Introduziu-se o ensino do marxismo nos seminários-maiores de Wroclaw e de Poznan.

Em todos os outros seminários, a infiltração comunista na formação dos clérigos é fato notório.[61]

A imprensa católica (não pseudo-católica) já não existe, tendo sido a obra da censura completada pela nacionalização das casas editôras e das impressoras. Pelo contrário, em 1947 havia na Polônia 329 publicações católicas, entre as quais 7 hebdomadários e 19 revistas mensais que tinham real importância.

Um Balanço.

Após treze anos de regime comunista, é gravíssimo o balanço das perdas sofridas pela Igreja Católica na Polônia. No que concerne à *Hierarquia católica*, 7 bispos ainda se acham em prisão e 2 estão impedidos de exercer a sua jurisdição. Do outono de 1953 ao fim de 1955, o Cardeal Wyszynski foi relegado para uma localidade desconhecida. Em novembro de 1955 pôde-se finalmente saber que o Primaz "libertado" se achava num mosteiro das Irmãs de Nazaré, em Komanza, nas encostas do monte Beskidi.

A luta para dividir os *padres* em 2 campos prossegue sem trégua. O Govêrno dá sempre o seu apoio às "Comissões de padres" organizadas no seio da Associação comunista dos combatentes em pró da liberdade e da democracia. Para êsses "padres-patriotas" publicou-se uma revista bi-hebdomadária: *Glos Kaplana* (A Voz do Sacerdote); em dezembro de 1950, êsse título sobejamente comprometido foi mudado para o de *Ksiadz Obywatel* (O Sacerdote-Cidadão); existem também outros periódicos menos importantes.

Os padres que não aderem a essas associações[62] são constantemente tratados, pela imprensa comunista, de "inimigos do povo", "inimigos da Polônia Popular", "fascistas", "cúmplices dos criminosos

---

60) Cf. *L'Osservatore Romano* de 17 de outubro de 1954.

61) Cf. a êsse respeito as declarações significativas do "colaborador" Doutor Huet, Vigário Geral de Cracóvia, referidas pelo *Slowo Powszechne* de 26 de fevereiro de 1954, e o artigo intitulado "A atmosfera do trabalho pastoral" publicado no *Kuznica Kaplanska* (outro órgão dos padres-patriotas) de 25 de maio de 1954.

62) O número dos padres-patriotas, que não raro estão suspensos *a divinis* ou estão sob a ação de outras censuras eclesiásticas, em 1950 era avaliado nuns quarenta. Em 1953, o número dêles subiu a 100, isto é, a 1% de todos os padres poloneses. E' verdade que às reuniões de padres-patriotas assistem às vêzes uns mil padres de diversas dioceses, mas cumpre ver neste fato o resultado dos métodos comunistas, que vão da trapaça à chantagem e ao terror. Citou-se o caso de padres que foram conduzidos à fôrça aos congressos depois de serem arrancados do leito ou apreendidos quando estavam no altar.

hitleristas do Ocidente", etc.... O Regime continua a pedir aos "padres-patriotas" uma colaboração especial para as realizações sociais, e sobretudo para o seu programa de coletivização.[63]

Outro tanto penosa foi a sorte dos *religiosos*, e sobretudo das religiosas, expulsos das suas escolas e das suas obras de caridade.

Mais grave ainda foi o golpe vibrado nas atividades da Igreja pela nacionalização dos *bens eclesiásticos*, mormente se se considerar a floração das organizações "democráticas" para a descristianização do povo.

Entretanto, onde as devastações se fazem mais fortemente sentir é no domínio da *imprensa católica*.

Esta última é lentamente destruída, e qualificam-se de católicas e religiosas publicações que são obra de indivíduos que se intitulam de "progressistas" e que agem sem nenhum contrôle da autoridade eclesiástica, mas com o apoio total do Estado. Durante o período que se estende de 1945 a 1950, contavam-se 32 periódicos estritamente religiosos.[64] Em 1951, o número dêles desceu a 12 (em geral com uma tiragem reduzida a algumas centenas de exemplares, ou, no máximo, a alguns milhares). Em março de 1953, as autoridades comunistas recusaram qualquer ulterior atribuição de papel aos periódicos católicos. O último número do grande hebdomadário católico *Tygodnik Powszechny* foi o de 9 de março. A revista mensal *Znak* aparecera pela última vez no mês de fevereiro precedente; todos os outros jornais e periódicos católicos desapareceram uns após outros. Em julho de 1953, o *Tygodnik Powszechny* reapareceu, porém desta vez não mais editado sob o contrôle da Cúria arquiepiscopal de Cracóvia, e sim publicado pela Casa de Edição Pax, posta pelo Govêrno à disposição dos "católicos-progressistas". Êsse hebdomadário e outro de mesma inspiração, *Dzis i Jutro* (êste último condenado pelo Santo Ofício em agôsto de 1955), anunciaram, em maio de 1956, que cessavam de aparecer para se fundirem e darem nascimento a um novo periódico chamado *Kierunki* (Orientações). Ademais, o *Slowo Powszechne*, órgão do Comitê dos Intelectuais Católicos, presidido pelo célebre Boleslau Piasecki, continua a aparecer, com o apoio total do Govêrno.

O quadro da situação da imprensa católica na Polônia não estaria completo se, ao lado da eliminação dos periódicos católicos e do incentivo dado pelo Govêrno aos jornais progressistas, não se mencionasse a publicação de milhões de livros editados com fins de propaganda marxista: 49.181.400 em 1948, 72.905.000 em 1940, 122.253.000 em 1950.

O quadro é hoje ainda mais sombrio e doloroso do que o era o descrito pelos bispos poloneses na sua Carta de setembro de 1950 ao Chefe do Estado. Por isto, as palavras de Pio XII ao Episcopado polonês, em data de 1º de setembro de 1951, permanecem sempre de atualidade:

> "Deus abençoe a vossa coragem. A vossa luta não é movida contra a carne e o sangue, mas contra os Príncipes e as Potestades, contra as fôrças das trevas, contra os espíritos maus dêste mundo".[65]

---

63) Cf., por exemplo, *Slowo Powszechne*, de 24 de abril de 1955.

64) Antes da guerra, contavam-se 329 jornais e periódicos católicos, entre os quais 7 hebdomadários e 19 mensários eram particularmente importantes. O *Rycerz Niepokalanej* (O Cavaleiro da Imaculada), para só citar êste, tirava um milhão de exemplares.

65) Carta *Cum jam lustri* de 1º de setembro de 1951.

9

A PERSEGUIÇÃO À IGREJA CATÓLICA

sob o regime comunista rumeno

A 23 de agôsto de 1944, o exército russo invadia a Rumânia e impunha-lhe um armistício sem condições, uma de cujas cláusulas exigia a luta comum contra os Alemães. Seguiu-se então um período de devastação, durante o qual os soldados russos dispuseram de tudo e de todos a seu talante.

Em março de 1945, os Russos substituíram o Govêrno de coligação que assinara o armistício pela "Frente Popular", constituída de elementos da esquerda. Nessa época os comunistas, em tôda a Rumânia, eram apenas uns mil. Entretanto, mal êles conquistaram o poder, instauraram um regime ditatorial que se apressou a pôr fora da lei os partidos existentes. Em fins de 1947, o Rei foi obrigado a abdicar e a deixar o país. Na primavera de 1948, o novo Regime dotou o país de nova Constituição moldada sôbre a Constituição soviética, e empreendeu as reformas sociais e a edificação da sociedade socialista.

Uma das primeiras preocupações dos novos governantes foi derrubar todos os obstáculos que se opunham à consolidação do Regime. E, fiéis às lições marxistas-leninistas, foi na Igreja Católica que êles viram o principal dêsses obstáculos.

Na Rumânia, os católicos eram pouco mais de três milhões sôbre vinte milhões de habitantes, isto é, uma minoria de apenas 17% da população. Os católicos pertenciam a dois ritos: o oriental e o latino.

A maioria do povo rumeno, como se sabe, faz parte da Igreja oriental dissidente, uma das mais importantes autocefalias do Oriente. Contava ela cêrca de treze milhões de fiéis, entre os quais os comunistas não acharam senão sobejos elementos prontos a aliar-se com êles na luta contra o catolicismo.

No curso da nossa exposição das tristes vicissitudes da Igreja Católica na Rumânia, após breve recapitulação histórica dos dois ritos católicos estudaremos a preparação da perseguição através da imprensa, das leis anticatólicas, e depois a perseguição direta contra a Igreja de rito oriental e a tentativa de cisma no seio da Igreja de rito latino.

A Igreja Grega-Católica.

A maior parte dos católicos rumenos pertenciam à Igreja de rito oriental, denominada também "Igreja Unida" ou "grega-católica".

Era ela igualmente reconhecida pela Constituição de 1923 como

Igreja "rumena", e, como tal, gozava de certa prioridade após a "Igreja dominante", que era a Igreja nacional dissidente.

Essa Igreja surgira no fim do século XVII, quando uma parte dos Rumenos da Transilvânia decidiu, no curso dos sínodos de Alba Júlia de 1698 e de 1700, unir-se à Igreja de Roma. Consistia essa união essencialmente na aceitação dos dogmas católicos, a saber: do Primado do Sumo Pontífice e dos três outros pontos dogmáticos que separavam da Igreja Católica o Oriente cristão dissidente.

O Patriarca de Constantinopla, o Arcebispo de Valáquia, e particularmente o Bispo de Karlowitz e os seus monges da Sérvia, empreenderam uma luta encarniçada contra a União.

Os bispos rumenos, Teófilo primeiramente e Atanásio depois, ficaram firmes na sua decisão de reentrar no seio da Igreja Católica, da qual os interêsses de Bizâncio haviam separado o povo rumeno.

Uma vez superadas as dificuldades do início, a Igreja rumena unida fêz ràpidamente grandes progressos. Erigiu-se uma diocese e, sob a direção do Bispo, abriram-se as primeiras escolas superiores para os Rumenos da Transilvânia. Essas escolas foram instaladas na cidadezinha de Blaj, onde se achava igualmente a sé episcopal. Blaj tornou-se, assim, o *primeiro centro da cultura rumena.* Em tôrno das escolas católicas criava-se a corrente literária "latinista", que marcou uma curva decisiva no desenvolvimento da cultura rumena e no despertar do sentimento nacional, político e social.

Os próprios não-católicos reconheceram e apreciaram a importância cultural da Igreja rumena unida. Desde o século XVII começou esta a se dar uma administração orgânica e a aumentar aos pouquinhos a sua influência benéfica, ligada que estava ao centro da fé e da unidade católica.

Em 1948, quando o regime comunista declarou-a "inexistente", a Igreja rumena unida de rito oriental compreendia uma sé metropolitana com quatro dioceses sufragâneas, a saber: a Arquidiocese de Alba Júlia e Fagaras, com sede em Blaj; as dioceses de Oradea Mare, Cluj, Lugoj e Maramures. Depois da última guerra fôra igualmente erigido o Vicariato de Bucarest para os católicos de rito oriental que se achavam dispersos fora da Transilvânia. Consoante os últimos dados estatísticos, a Igreja rumena unida compreendia cêrca de 1.570.000 fiéis, repartidos por 1.800 paróquias com 1.818 sacerdotes.

As principais instituições culturais da Igreja rumena oriental eram, além dos seminários teológicos de Blaj, Cluj e Oradea Mare, numerosas escolas secundárias e técnicas. Assim haviam sido abertas em Blaj, desde meados do século XVIII, escolas normais de professôres, colégios clássicos e científicos, escolas comerciais e profissionais. Cada uma dessas escolas tinha a sua seção masculina e a sua seção

feminina. Havia igualmente dois liceus clássicos em Beius, e duas escolas normais em Oradea Mare e Cluj.

As ordens religiosas masculinas de rito oriental eram representadas na Rumânia pelos Basilianos, que tinham centros de vida religiosa intensa em Bixad, Moiseiu, Nicula, Prislope Obreja; pelos Jesuítas, com o seu Noviciado em Totesti e uma casa em Bucarest; pelos Assuncionistas, com as suas casas de Blaj, Beius e Bucarest. No intuito de melhor desenvolver o apostolado entre os Rumenos, uma parte dos Padres Franciscanos conventuais e dos Irmãos das Escolas Cristãs haviam abraçado o rito oriental. Os Padres conventuais serviam as paróquias de Dragesti, Gruiulung e Decanesti, e tinham casas em Oradea Mare e em Bucarest.

Só havia na Rumânia duas Ordens Religiosas femininas de rito oriental: as Irmãs da Mãe de Deus, que tinham instituições florescentes de educação e de caridade em Blaj, Cluj, Juc, Sibiu, Sovata, Aiud e Gioagiu. Em Moreni achava-se um mosteiro de religiosas contemplativas, de criação recente.

A Igreja Unida exercia, além disso, notável influência sôbre a opinião pública rumena pela sua Imprensa, que compreendia umas vinte revistas, tanto hebdomadárias como mensais, e cinco impressoras, que publicavam coleções de livros apreciados e de brochuras religiosas.

Sempre no quadro da Igreja Unida, haviam-se organizado, especialmente depois da primeira guerra mundial, tôdas as seções de Ação Católica. Nas vésperas da sua supressão, a Ação Católica rumena de rito oriental abrangia 1.320 grupos de homens católicos, com mais de 450.000 membros, 730 grupos de senhoras de Ação Católica, com 340.000 membros, e numerosos grupos de jovens.

A Igreja de Rito Latino.

As origens da Igreja de rito latino na Rumânia remontam ao século XIII, por ocasião da criação, em 1228, da diocese de Milcov (Moldávia). Em 1370 foi erigida a diocese de Sireth, e em 1413 a de Baia, e depois a de Bacau. Os documentos do século XIV falam de bispos latinos em Turnu Severin e em Arges. Desde o século XI existiam na Transilvânia as dioceses de Oradea Mare e de Alba Júlia.

Grande parte dessas dioceses desapareceram no curso dos séculos. Após a Concordata entre a Rumânia e a Santa Sé (1929) só subsistia uma única sé arquiepiscopal em Bucarest, com quatro dioceses sufragâneas: Alba Júlia, Satu Mare, Timisoara e Iasi.

A Igreja Católica de rito latino na Rumânia compreendia, na maior parte, Húngaros e Alemães, bem como número bastante grande de Rumenos da Moldávia e membros das colônias italianas e

francesas, ou seja: 1.174.000 fiéis, com 694 paróquias e 1.177 sacerdotes.

Da Hierarquia católica de rito latino dependiam 76 escolas de meninos com 15.396 alunos, e 50 escolas de meninas com 13.300 alunas.

A imprensa da Igreja latina correspondia às necessidades culturais dos diferentes grupos étnicos a que era destinada. Havia um diário em língua húngara e 23 periódicos de línguas alemã e húngara.

Os católicos latinos tinham igualmente na Rumânia tôdas as seções da Ação Católica, das quais as mais fornidas eram as dos homens católicos, com 1.200 grupos e 560.000 membros, e a das senhoras de Ação Católica, com 1.200 grupos também e 360.000 membros.

Em 1952, após sete anos de regime comunista, tôda a estrutura da Igreja Católica na Rumânia estava transtornada. *A Igreja Católica de rito oriental* estava totalmente suprimida. As suas dioceses e paróquias haviam sido confiadas à Igreja dissidente, e as Instituições de educação e de caridade haviam sido nacionalizadas. Os bispos estavam todos na prisão, os sacerdotes dispersos ou aprisionados, e os fiéis eram coagidos pela fôrça a abraçar o cisma.

Da *Igreja de rito latino,* o Estado não mais reconhecia senão duas dioceses sôbre as cinco antes existentes; os bispos haviam sido aprisionados, as escolas nacionalizadas, a Ação Católica transformada num movimento cismático que os perseguidores se aplicavam a fazer colaborar no aniquilamento completo do catolicismo na Rumânia.

As Relações da Igreja Católica com o Estado.

Essas relações eram reguladas, antes da ocupação comunista, tanto pela Constituição como pela Concordata.

A *Constituição rumena* de 1923 garantia a liberdade do culto e reconhecia à Igreja Católica de rito oriental certa prioridade sôbre os outros cultos que tinham número menor de fiéis (art. 22). As leis rumenas previam mesmo subvenções importantes para o culto religioso e para as escolas católicas. Os sacerdotes e os professôres das escolas católicas recebiam do Estado honorários proporcionados às suas atribuições. Apesar da oposição dos meios anticatólicos e da existência de uma maioria de rumenos dissidentes, pròpriamente falando não havia na Rumânia leis contra a Igreja Católica.

As relações entre a Igreja Católica e o Estado rumeno foram reguladas de maneira ainda mais precisa pela *Concordata* estabelecida a 10 de maio de 1927 e ratificada a 29 de maio de 1929. No seu primeiro artigo assegura ela o livre exercício do culto católico em todo o país. Os outros artigos regulam tôdas as questões relativas aos católicos dos dois ritos. Assim é que eram fixados o número das dioceses, o funcionamento das escolas católicas e a atividade das Congregações e das Associações católicas.

Se, às vêzes, polêmicas surgiam entre a imprensa católica e a da Igreja Nacional rumena, ficavam quase sempre no terreno da teoria e, na maioria dos casos, terminavam por considerações científicas.

Pode-se, pois, afirmar que antes da instauração do Regime comunista a Igreja Católica *desfrutava na Rumânia ampla liberdade,* que lhe permitia um desenvolvimento contínuo e cheio de promessas.

A Luta Contra a Igreja Católica.

Desde o início da ocupação comunista na Rumânia, a intenção dos novos governantes, de empreender uma luta de extermínio contra o catolicismo, foi manifesta. Todavia, uma das suas primeiras preocupações foi achar um "aliado" no próprio campo da religião, a fim de poder com mais facilidade mover a sua companha em pró da ruína da Igreja Católica. Foi neste intuito que, utilizando uma tática sàbiamente estudada, o Regime comunista rumeno começou por tomar as rédeas da Igreja dissidente rumena.

Em 1946, tentaram os comunistas alistar o clero ortodoxo na União dos Padres democratas, verdadeira organização para-comunista. O padre dissidente Constantino Burducea foi encarregado de descobrir e de congregar os padres democratas. O resultado foi decepcionante, visto a maioria dos padres se recusarem a colocar-se à disposição do Partido comunista.

Procedeu-se então à eliminação dos "elementos" opostos ao Regime. O Metropolita Irineu de Suceava teve de demitir-se a 22 de julho de 1947. Pelo decreto nº 166 de 1947, o Parlamento decidiu que os sacerdotes de mais de 70 anos de idade não mais poderiam ocupar pôsto nem na administração nem no govêrno da Igreja. Assim, achavam-se postos "fora de combate" vários bispos e padres idosos, opostos ao Regime. Tendo então os comunistas achado padres dispostos a com êles colaborar, confiaram-lhes postos de responsabilidade e de comando.

A 28 de fevereiro de 1948 finava-se o Patriarca rumeno Nicodemos; o Govêrno substituiu-o por Justiniano Marina, que se mostrara homem de confiança do Regime, e que mais de uma vez manifestara abertamente a sua intenção de servir os interêsses do Partido comunista.

A legislação da Igreja ortodoxa foi modificada de tal maneira, que tôdas as questões eclesiásticas eram colocadas sob a influência direta do Patriarca. Como êste estava às ordens do Govêrno, pode-se dizer que, para atingirem a sua meta, os comunistas dispunham de tôda a organização da Igreja dissidente rumena. Isso claramente apareceu no decurso da campanha de destruição da Igreja Católica rumena de rito oriental.

Tendo pôsto de seu lado a Igreja nacional, que era a da maioria do povo rumeno, começou o Regime, sem mais tardança, a luta contra a Igreja Católica. Podem-se aí distinguir *duas fases*: no decurso da primeira, a Igreja Católica inteira foi ferida, sem distinção de rito; por ocasião da segunda, as Igrejas de rito oriental e de rito latino foram submetidas a ataques separados e movidos com métodos diferentes.

A Propaganda Anticatólica.

E' tática comum a todos os regimes de obediência marxista começar a luta contra a religião por uma *campanha de difamação da Igreja.*

Todos os instrumentos da propaganda comunista foram mobilizados, desde 1947, para convencer o povo rumeno de que os católicos eram uns inimigos do Estado e os membros do clero uns espiões e uns imperialistas. Para interdizer aos católicos qualquer eventual resposta, *suprimiu-se-lhes totalmente a imprensa,* e, bem mais, por medida governamental as cartas-circulares dos bispos foram submetidas a uma censura rigorosa.

A campanha anticatólica foi movida em nome mesmo do Partido comunista. A 22 de fevereiro de 1948, o Secretário do Partido Comunista, Jorge Gheroghiu-Dej, declarava:

"Uma parte dos fiéis da nossa pátria pertencem à Igreja Católica. Somos obrigados a consignar que, de preferência, o clero se opõe ao Regime democrático da Rumânia e nos interêsses da nação e do povo. No mundo inteiro, o clero católico está sujeito ao Vaticano, cuja atividade reacionária e imperialista é universalmente conhecida. Não podemos admitir que o clero abuse dos seus poderes para persuadir os fiéis a seguirem as diretrizes do Vaticano, nem que utilize a Igreja como meio de propaganda contra a ordem democrática". [1]

A imprensa e o rádio, alimentados pelo Bureau de Propaganda do Partido Comunista, atacavam cada dia a Igreja Católica e o Santo Padre. Repetia-se:

"O Papa é "chefe do catolicismo e ao mesmo tempo diretor de uma grande organização política e financeira que se serve da religião para manter os privilégios da classe dominante. Em tôda parte os fiéis são utilizados pelo Vaticano para lhe sustentar o prestígio e lhe difundir a influência e o imperialismo... Os altos dignitários da Igreja possuem inúmeros bens pelo mundo afora... Na Itália, 140 bancos dependem da "Banca di Roma" (Banco de Roma), do qual era diretor o próprio Papa, o atual Pio XII, ex-cardeal Pacelli; e, assim, o Vaticano reina em notável parte sôbre as finanças da Itália". [2]

---

1) Cf. *Biserica si Poporul,* em *Lumina Crestina* de 28 de março de 1948.

2) Cf. A. Bratu e I. Manua, *Vaticanul Agentura a imperialismului american,* em *Scanteia* de 23 de julho de 1948.

Segundo essas mesmas grosseiras acusações, o Vaticano era designado como "agência de espionagem" e "instrumento do imperialismo americano", "protetor dos criminosos fascistas", "quinta-coluna da expansão americana na Europa", etc... E tôdas essas imputações indignas eram dirigidas à Igreja porque, a dar crédito aos comunistas, ela se afastara da sua missão: bem mais, aliada ao capitalismo, tornara-se uma "organização de espionagem... que luta contra o progresso, contra os movimentos operários, contra o marxismo e contra o comunismo". [3] O êrro da Igreja seria haver transformado o egoísmo burguês em "um mistério divino". Os polemistas anticatólicos não hesitavam em afirmar: "O Vaticano faz uma política anticristã, antidemocrática e antinacional". [4]

Além disso, a autoridade suprema e a Hierarquia da Igreja, como também tôda a sua organização, foram apresentadas como o principal responsável pela guerra e pelas calamidades do após-guerra.

Para dar maior difusão às calúnias contra a Igreja Católica, a propaganda comunista publicou um panfleto intitulado: *Espionagem e traição à sombra da Cruz,* o qual foi largamente distribuído entre os operários. Êsse libelo difamatório, que trazia a bênção do Patriarca Justiniano Marina, era apresentado pelo Ministro dos Cultos, Stanciu Stoian, que lhe escrevera o prefácio, e era impresso sob a égide do Govêrno. As mais altas autoridades da Igreja dissidente e do Regime comunista haviam-se, pois, associado para fazer conhecer ao povo rumeno o ignóbil amontoado de calúnias que se ostentavam em capítulos tendo por título: "A política anticristã e antinacional do Vaticano", "Nada de bom vem do Papa para o povo", "O patrimônio sagrado da traição", "O veneno por debaixo do crucifixo". [5]

A campanha de difamação contra a Igreja foi levada ao seu cúmulo por ocasião da denúncia da Concordata e da supressão da Igreja Unida.

A finalidade da propaganda anticatólica foi preparar a opinião pública para a perseguição que o Regime tinha a intenção de deflagrar, e para justificar as leis que deviam servir-lhe para abater a Igreja.

As Leis Contra a Igreja Católica.

A entronização do Patriarca Marina à testa da Igreja dissidente rumena datava de apenas um mês quando o Govêrno de Bucarest se apressou a promulgar *uma série de Decretos e Leis* que revelavam o fito da sua campanha difamatória contra a Igreja Católica. Tratava-se de medidas iníquas contra o catolicismo na Rumânia.

---

3) Cf. *Natiunea,* 3 de julho de 1948.
4) Cf. *Romania Libera,* 23 de julho de 1948.
5) Cf. Al. Radulescu-Cerna, *Spionaj si Tradare la Umbra Crucii,* Bucarest, 1948.

A *17 de julho de* 1948 era publicado o Decreto nº 151: "A *Concordata* concluída entre a Rumânia e a Santa Sé a 10 de março de 1927, do mesmo modo que *os acordos e as convenções* aprovadas em aplicação da dita Concordata, devem ser considerados como *denunciados* na data da publicação do presente Decreto... São ab-rogadas a Lei de 12 de junho de 1929, ratificadora da Concordata, e tôdas as de ratificação das convenções e acordos ulteriores".

Foi essa a primeira medida direta adotada pelos comunistas rumenos contra a Igreja Católica. Adotando-a, violava o Govêrno todos os costumes internacionais, e não levava em nenhuma conta o art. 23 da Concordata, nos têrmos do qual esta última não podia ser denunciada unilateralmente sem aviso prévio de pelo menos seis meses.

As razões que incitaram o Govêrno rumeno a adotar essa grave medida foram expostas, num artigo, pelo Arquimandrita Valeriano Zaharia, porta-voz do Patriarcado rumeno.

A denúncia da Concordata — é aí dito —

"é um bem para o país e para o povo, pois o Estado rumeno não pode renunciar à sua soberania, tolerando "um Estado dentro de outro Estado", como era o caso com o catolicismo após a assinatura dessa convenção. Nos têrmos da Concordata, o Estado rumeno tinha sòmente obrigações, ao passo que tôdas as vantagens eram para o Vaticano. Os interêsses da Igreja Católica são opostos aos interêsses do povo. Desde 23 de agôsto de 1944,[7] o Vaticano tem feito uma política reacionária, de encontro aos esforços do povo. A denúncia da Concordata faz reentrarem no patrimônio da comunidade rumena os bilhões dados ao Vaticano pelos antigos partidos. O desaparecimento dêsse instrumento do catolicismo reacionário e destruidor da unidade nacional, que era a Concordata, facilitará a reunificação do país, dividido desde 1700, e apressará a hora da volta dos católicos da Igreja Unida".

E, após a exposição de tôdas essas "razões", o porta-voz do Patriarcado terminava afirmando que os católicos teriam maior liberdade para exprimir os seus sentimentos e poderiam "associar-se ao povo e participar das aspirações dêste, estando livres da escravidão do Grão-Senhor de Roma: o Papa".[8]

Reproduzimos essas palavras do Arquimandrita Valeriano por exprimirem claramente, numa fraseologia própria aos perseguidores, o intuito dessa medida. Mas, naturalmente, muitos outros artigos foram publicados para provar que a Concordata era um êrro do antigo Regime que importava corrigir na primeira ocasião.

---

6) Cf. *Monitorul Official*, nº 164, de 19 de julho de 1948.

7) A 23 de agôsto de 1944, os exércitos russos tinham começado a ocupação da Rumânia, e um armistício fôra assinado entre a U. R. S. S. e o Govêrno de Bucarest.

8) Cf. Arch. Valerian Zaharia, *Denuntarea Concordatului*, em *Natiunea* de 18 de julho de 1948.

Pela denúncia da Concordata, o Govêrno de Bucarest inaugurava uma série de leis e de decretos destinados a ferir diretamente a Igreja Católica.

A *4 de agôsto de* 1948 apareceu o *Decreto sôbre o Regime geral dos Cultos,* submetendo ao contrôle do Estado a atividade de tôdas as confissões religiosas do país.

Êsse decreto "garante formalmente a liberdade de consciência e de religião" na República Popular Rumena (art. 1º); impõe "aos fiéis de tôdas as religiões" o dever de "obedecer às leis do Estado" (art. 10). Nêle se lê em seguida: "A organização e o funcionamento de todo culto religioso devem ser reconhecidos pelo Estado sob forma de Decreto da Assembléia Nacional... podendo ser recusada autorização por motivos suficientemente válidos" (art. 13); os chefes de organizações religiosas: "Metropolitas, Arcebispos, Bispos, Superintendentes, Administradores Apostólicos e Vigários administrativos", não podem entrar em função sem a aprovação da Assembléia Nacional (art. 21).

Depois de proclamar a autonomia da Igreja nacional ortodoxa (art. 15), o Decreto prevê que "os cultos organizados em dioceses podem ter um número de dioceses proporcionado ao número dos fiéis..." A fundação e o funcionamento de uma diocese exigem um mínimo de 750.000 fiéis (art. 22).

No capítulo III, a lei, tratando da atividade dos cultos religiosos, prevê que "as Cartas Pastorais e as circulares de interêsse geral serão comunicadas, em tempo oportuno, ao Ministério dos Cultos" para censura prévia (art. 25); que as inscrições, os selos, bem como as reuniões públicas deverão ser aprovadas pela autoridade civil (art. 19 e 24); que deverá ser levantado um inventário de todos os bens mobiliários e imobiliários; que os relatórios dessas diversas operações serão encaminhados, em tempo oportuno, ao Ministério dos Cultos para verificação, e que todos os balanços deverão ser aprovados por êsse mesmo Ministério (arts. 29 e 30).

A medida que feria diretamente a Igreja Católica era a seguinte: "As relações dos cultos religiosos com o Estrangeiro terão ùnicamente caráter religioso. Nenhum culto, nenhum representante de qualquer culto religioso que seja, pode manter relações com outros cultos religiosos, instituições ou personalidades oficiais que se achem fora do país, sem a aprovação do Ministério dos Cultos e sem recorrer à mediação do Ministério dos Negócios Estrangeiros" (art. 40); ademais, "nenhum culto religioso pode, do estrangeiro, exercer jurisdição sôbre os fiéis do Estado rumeno" (art. 41).

Como medida especialmente dirigida contra a Igreja Católica de rito oriental, há razão para assinalar as disposições concernentes à passagem de um "culto" para outro. "Se ao menos 10% dos fiéis de uma mesma comunidade local se passarem para outro culto, a comunidade perde, de direito, uma parte do seu patrimônio, proporcional ao número dos fiéis que a abandonarem, e a parte perdida passa "ex officio" para a comunidade do culto adotado. Se a maioria de uma comunidade local passar-se para outro culto, a igreja (lugar do culto e casa de orações) com todos os seus anexos torna-se propriedade do culto adotado... Se os que se passarem para outro culto representarem 75% dos

fiéis do culto abandonado, todos os bens dêste tornam-se, de direito, propriedade do culto adotado" (art. 37).

A lei dispõe que tôdas as obras de assistência, bem como os donativos recebidos pelas organizações religiosas, são colocadas sob o contrôle do Estado (art. 42). Sob êsse mesmo contrôle acham-se igualmente as instituições para a formação do clero, isto é, do pessoal do culto. Ao Estado pertence aprovar-lhes o funcionamento e o programa (art. 44 e 47). À Igreja ortodoxa são concedidas duas instituições que podem conceder títulos universitários, e uma só à Igreja Católica (art. 49). Enfim, última disposição, o Decreto obriga todos os cultos a entregarem ao Ministério dos Cultos, no prazo de três meses a datar da sua promulgação, os estatutos do seu funcionamento (art. 56).[9]

Como se pode ver, o Decreto do Regime Geral dos Cultos colocava tôdas as confissões religiosas da Rumânia sob o contrôle absoluto do Estado. O pior era que o Estado rumeno se arrogava arbitràriamente o direito de impedir ao Sumo Pontífice o exercício da sua jurisdição espiritual sôbre os fiéis da Rumânia. Aos bispos eram retirados o direito e a possibilidade de manterem livres relações com o Chefe da Igreja. Além disto, certas disposições do Decreto revelava claramente a intenção de ferir a Igreja Católica, e, sob uma aparência de legalidade, de aplainar o caminho conducente à supressão da Igreja Unida.

Os comentários consagrados à nova lei pela imprensa comunista frisavam êsse intuito oculto do Govêrno. O próprio Ministro dos Cultos, Stanciu Stoian, declarava, a 24 de agôsto de 1948, que:

"Uma parte do clero e dos fiéis católicos orientam-se na direção da República Popular Rumena e dessolidarizam-se dos seus chefes... esperamo-lo mui particularmente dos Rumenos-Unidos, lembrando-lhes o exemplo de seus antepassados, que souberam, a seu tempo, ser do povo e compreender-lhe os sofrimentos".[10]

Outro artigo de jornal lembrava que: "Os católicos tomaram os lugares do culto e os bens das religiões pagã e judaica". Na Rumânia, "a nova lei traz, portanto, soluções de justiça a uma das questões mais controvertidas, e facilita consideràvelmente a volta dos irmãos "unidos" à ortodoxia; êles sabem que podem doravante reentrar todos no seio da Igreja que edificaram, a ela trazendo os bens adquiridos".[11]

A alusão era clara: os católicos de rito oriental deviam renunciar à sua fé e juntar-se à Igreja nacional.

---

9) Para o "Decreto sôbre o Regime Geral dos Cultos", ver *Monitorul Official* de 4 de agôsto de 1948; J. B. Barron and H. M. Waddams, *Communism and the Church*, London, 1950, páginas 76-82; *La Civiltà Cattolica*, nº 2.360, de 16 de outubro de 1948.

10) Discurso publicado no jornal *Natiunea* de 5 de setembro de 1948.

11) Cf. Emilian Vasilescu, *Noua Lege pentru Regimul General al Cultelor*, em *Telegraful Roman* de 22 de agôsto de 1948.

Aliás, a própria lei era muito explícita: se a Igreja Católica quisesse subsistir e desenvolver a sua atividade na Rumânia, devia obter a permissão da Assembléia Nacional comunista, submeter-se inteiramente ao contrôle do Estado e, o que é mais grave, renunciar à sua submissão ao Sumo Pontífice, a quem a lei negava o direito de exercer a sua jurisdição espiritual sôbre os fiéis viventes na Rumânia.

A lei sôbre "o Regime Geral dos Cultos" de fato não era destinada senão a preparar o terreno para novas medidas governamentais, que mui ràpidamente degeneraram em *vexames e em abusos de poder,* para findar na *interdição prática de tôda a atividade* da Igreja na Rumânia.

Ao mesmo tempo que o Decreto sôbre o Regime dos Cultos, foi igualmente promulgada a *Lei para a reforma do ensino público.* A finalidade desta era dar à juventude uma educação inspirada nos princípios materialistas, e, assim, afastá-la da religião. Nos têrmos dessa lei, o Estado arrogava-se o direito exclusivo do ensino público, e declarava tôdas as escolas "escolas do Estado".

A lei começava por declarar que:

"O ensino público na República Popular Rumena constitui um direito igual para todos", só pode ser distribuído pelo Estado, e tem caráter leigo (art. 1º). O ensino tem por fim a educação da juventude "no espírito da democracia popular", e tende à formação dos quadros de especialistas que correspondem às necessidades democráticas, bem como à afirmação e à construção do socialismo (art. 2º). Para democratizar o ensino, "tôdas as escolas confessionais ou particulares, de qualquer gênero, tornamse escolas do Estado... Todos os bens mobiliários e imobiliários pertencentes às igrejas, às congregações, às comunidades religiosas, às associações particulares, com ou sem finalidade lucrativa... e que serviam ao funcionamento das escolas de ensino público, tornaram-se propriedade do Estado (art. 35). Em conseqüência, é igualmente prevista a dissolução de tôdas as associações e organizações que tinham como fim o funcionamento das escolas particulares (art. 4º). [12]

A lei sôbre o ensino público é, consoante o Ministro Stanciu Stoian, "uma grande reforma que cria uma nova situação e uma nova mentalidade". [13]

Os princípios em que se inspirava essa nova reforma introduzidos no programa escolar, que obrigava os professôres a formarem os alunos "nas idéias políticas e sociais do momento histórico em que vivemos", e que dava as diretrizes precisas para a luta contra "o misticismo, os preconceitos e as superstições", dado que "todos os fenômenos provêm de causas naturais, que a ciência conhece ou co-

---

12) Cf. *Monitorul Official,* Bucarest, de 3 de agôsto de 1948.
13) Cf. *Telegraful Roman* de 14 de setembro de 1948.

nhecerá no futuro... Cumpre demonstrar que, pela seleção, o homem está no caso de criar novas espécies de plantas e de animais".[14]

Êsse decreto regulava igualmente *a reforma dos manuais escolares*. Já para o ano escolar de 1948-1949 impuseram-se manuais "únicos", as mais das vêzes traduzidos do russo. Além da defesa dos princípios do materialismo ateu, continham êsses manuais igualmente uma deformação constante da história da Igreja e a interpretação mais pérfida do cristianismo. No silabário das escolas primárias substituiu-se a imagem de Jesus no meio das crianças pelo retrato de Stalin, com a legenda seguinte: "Stalin é o maior amigo das crianças".[15]

Para a estrita aplicação das novas disposições, nomeou-se, em cada escola, um agente do Partido, que, por seu turno, era controlado pelo "conselheiro educativo" enviado pela organização central comunista. Ademais, erigiu-se "a união dos alunos", espécie de "soviete escolar". Os alunos que faziam parte da união deviam denunciar os seus mestres se êstes lhes não parecessem bastante "democráticos".

As manifestações do Partido e as disputas esportivas foram organizadas de maneira a tirar aos alunos tôda possibilidade de assistirem à santa Missa. Nas escolas, naturalmente, todo ensino religioso foi interdito. Os estabelecimentos escolares tornaram-se, assim, na Rumânia, um instrumento para a propagação das idéias anti-religiosas, e a juventude começou a ser educada sistemàticamente no mais puro espírito materialista e ateu.

A cêrca de um ano de distância dos dois Decretos de que se acaba de falar o Govêrno de Bucarest publicou outro Decreto, em data de 29 de julho de 1949, vedando às Ordens Religiosas, tanto masculinas como femininas, qualquer atividade no domínio do ensino ou da assistência (art. 1), e prescrevendo a todos os religiosos reunir-se, para *continuarem a levar a sua vida religiosa, nos locais dos Palácios Arquiepiscopais de Bucarest e de Alba Júlia.* Quanto às religiosas, estas tiveram tôdas de se reunir nas três residências que lhes foram designadas pelo Regime: em Radna, em Ploesti e em Timisoara (art. 2).[16]

No espaço de vinte dias, o Govêrno, em virtude dêsse Decreto, confiscou tôdas as casas religiosas da Rumânia, e criou, nas localidades fixadas pelo próprio Decreto, os "campos de concentração" necessários para os religiosos e religiosas.

Após a publicação e a aplicação das leis concernentes à Igreja dos dois ritos, começou a perseguição contra os católicos do rito oriental, imediatamente seguida da contra os dependentes do rito latino.

---

14) Cf. *Programul Analitic pe anul scolar* 1947-1948, p. 116.
15) Cf. *Abecedarul*, Editura de Stat, Bucarest 1948, p. 78.
16) Cf. *Monitorul Official*, 29 de julho de 1949.

O Desaparecimento da Igreja Católica de Rito Oriental.

Contra a *Igreja Católica de rito oriental* os comunistas adotaram a mesma tática por êles utilizada quando da liquidação da Igreja católica oriental ucraniana.[17]

Na Rumânia, os perseguidores acharam um auxílio precioso na Hierarquia ortodoxa.

O Patriarca Justiniano Marina, apenas eleito chefe da Igreja dissidente rumena, declarara no seu primeiro discurso, de 6 de junho de 1948:

"Lutarei muito especialmente para que a nossa Santa Igreja Ortodoxa Rumena corresponda às exigências e esperanças do povo, fiel à nova evolução social... O nosso pensamento vai de novo para os nossos irmãos rumenos gregos-católicos... E' precisamente ao clero grego-católico, única esperança do cesaropapismo no nosso país, que dirijo as minhas paternais solicitações: não mais vos deixeis enganar pelos inimigos. Mostrai-vos uns Rumenos dignos dos vossos antepassados, que, ao preço da sua vida, conservaram íntegro o patrimônio comum do povo rumeno... Que é que ainda nos separa? Nada a não ser a fidelidade que persistis em conceder a Roma, pela vossa submissão! Testemunhai de novo essa fidelidade à Igreja do nosso povo e dos nossos ancestrais comuns... Perspectivas as mais vastas oferecem-se à nossa atividade futura, quando trabalharmos não já isoladamente, abandonados e perseguidos como no passado, porém todos reunidos numa Igreja nacional poderosa, que acolherá no seu seio todo o clero e todo o povo da nossa pátria rumena".[18]

Declarações semelhantes foram feitas pelo Patriarca na sua volta do Congresso das Igrejas ortodoxas reunido em Moscou em julho de 1948.

Apêlo idêntico foi igualmente dirigido aos católicos-unidos pelo Metropolita de Sibiu, Nicolau Balan, um dos inimigos mais ferrenhos do catolicismo. Por ocasião de uma festa nacional, celebrada a 15 de maio de 1948 em Blaj, havia êle declarado num discurso solene:

---

17) Os primeiros ataques e escaramuças foram precisamente deflagrados pelas autoridades eclesiásticas dissidentes. Já na primavera do ano de 1948, por ocasião de uma visita a Bucarest, o Patriarca Alexis, de Moscou, declarara que o Regime comunista colocava a ortodoxia em condições as mais favoráveis para a realização da união de tôdas as Igrejas. Várias pessoas tiveram a impressão de que o Patriarca moscovita queria dar a entender aos chefes da ortodoxia rumena que os comunistas desejavam a supressão da Igreja rumena unida para o outono de 1948, data do 250º aniversário do estabelecimento desta última.

Só essa hipótese pode explicar o zêlo dos prelados dissidentes na cooperação com a obra de perseguição dos governantes rumenos, bem como a rapidez e a violência empregadas no aniquilamento de uma das mais gloriosas instituições rumenas.

18) Cf. Al. Radulescu e Al. Sadeanu, *Reintregirea Bisericii Romanesti din Ardeal*, 1949, p. 5.

"Hoje, quando a República Popular Rumena garante os direitos políticos, econômicos, culturais e religiosos iguais a todos os filhos da pátria, sem discriminação de raça nem de religião, persistir na separação espiritual resultante da dolorosa situação a que chegou o povo rumeno da Transilvânia por volta de 1700, significa desertar a frente única dos destinos novos oferecidos ao nosso povo laborioso no dealbar de um futuro próximo.

Na qualidade de sucessor dos velhos metropolitas de Alba Júlia, os quais protegiam tôda a vida rumena da Transilvânia, dirijo-me a vós, que os interêsses estrangeiros separaram de vossa boa mãe a Igreja Ortodoxa, e convido-vos calorosa e paternalmente a tornardes à vossa boa mãe nacional, em cujo seio nos abraçaremos e nos chamaremos todos irmãos. Vinde, nós vos abrimos os braços!"[19]

Êsses dois apelos dos mais altos dignitários da Igreja dissidente deviam constituir o prelúdio à supressão da Igreja Católica de rito oriental. Os comentários dos jornais não fizeram mistério disto. "O projeto do Patriarca Marina — escrevia um autorizado colaborador dos comunistas — de conduzir êsses irmãos (os católicos unidos) à liberdade e à beleza da ortodoxia, será realizado".[20] O Vigário do Metropolita de Suceava, depois de pintar, num artigo, a "passagem" dos católicos ucranianos para a Igreja dissidente, assim concluía: "Haverá também semelhante alegria para o nosso povo? Disto estamos convencidos, mesmo se houvéssemos que esperar até 21 de outubro de 1948, quando será o 250º aniversário do ato de união de Alba Júlia".[21]

A ação direta do Regime em breve sucedeu aos apelos da Hierarquia dissidente e às alusões da imprensa oficial.

Durante o mês de agôsto de 1948 foram publicados os Decretos gerais contra a religião, e em setembro dêsse mesmo ano foram *aprovadas algumas disposições* que atingiam de maneira especial a Igreja Unida. Assim foi que, a 3 de setembro, um Decreto do Govêrno "depunha" S. Excia. Mons. João Suciu, Administrador Apostólico da Igreja Católica de rito oriental; a 16 de setembro, outro Decreto previa a "deposição" de S. Excia. Mons. João Scheffler, Bispo latino de Satu Mare, e a 18 de setembro eram "aposentados SS. Excias. Mons. Adexandre Rusu, Bispo unido de Maramures, Mons. Valério Trajan Frentiu, Bispo unido de Oradea Mare, Mons. João Balan, Bispo unido de Lugoj, sem contar igualmente S. Excia. Mons. Agostinho Pacha, Bispo de Timisoara, ambos de rito latino.

Havendo assim deposto quatro dos seis bispos unidos de rito oriental, e impedido os outros dois — SS. Excias. Mons. Júlio Hossu,

---

19) Cf. Al. Radulescu e Al. Sadeanu, *Reintregirea Bisericii Romanestis din Ardeal*, 1949, pp. 3-4, e *Legea Romaneasca*, 16 de maio de 1948.

20) Cf. Pr. I. Margineanu, *Un om si un program*, em *Universul*, 19 de julho de 1948.

21) Cf. Archimandrite Emilien, *L'Union*, em *Semnanul*, 18 de julho de 1948.

Bispo de Cluj, e Mons. Basílio Aftenie, Vigário de Bucarest — de exercerem livremente o seu ministério sagrado, as autoridades comunistas tomaram a iniciativa de *convocar um Sínodo*, que devia aprovar a passagem dos católicos unidos para o cisma.

O Congresso de Cluj.

Em fins de setembro de 1948, uma carta foi dirigida a todos os sacerdotes unidos, na qual era dito que os apelos do Patriarca Marina e do Metropolita Balan, "que pediam aos Rumenos greco-católicos reentrarem no seio da Igreja ortodoxa rumena", haviam feito os sacerdotes unidos refletirem sôbre o problema da união, e que êles tinham chegado "à conclusão de que era chegada a hora de fundir as duas Igrejas".

"Tendo sido, pois, informados — continuava o apêlo — da reunião que, com êsse intuito, deve ter lugar em Cluj a 1º de outubro próximo, nós abaixo-assinados, sacerdotes greco-católicos das paróquias respectivas do departamento de.........., delegamos o Revmo. da paróquia de........... para tomar parte nessa assembléia e representar-nos com plenos poderes, e com mandato de sustentar com tôdas as suas fôrças e de votar a resolução do retôrno da Igreja grega-católica à Igreja ortodoxa. Os mandatários são autorizados a assinar em nosso nome a dita resolução, que de antemão aceitamos".[22]

Como ressalta do texto do apêlo, cada sacerdote era convidado a designar dois curas do seu departamento, prèviamente escolhidos pelas autoridades comunistas, para o representarem no Congresso, no correr do qual se previra que deviam ser "rompidos os laços" entre os católicos rumenos unidos e Roma.

E' de notar que o apêlo não foi endereçado pelo correio. Uma comissão composta de representantes do Partido e do Govêrno apressou-se a levar diretamente a cada sacerdote êsse documento, acompanhando a entrega dêle com explicações mentirosas, de ameaças, de promessas, de intimações. A alguns foi mesmo dito que o próximo congresso não tinha a intenção de "romper os laços com Roma", como entretanto o dizia o próprio texto do apêlo, mas limitar-se-ia a discutir o problema da aproximação e colaboração das duas Igrejas rumenas. Espalhou-se mesmo o boato de que a reunião seria presidida por S. Excia. Mons. Júlio Hossu, Ordinário unido de Cluj.

Numerosos sacerdotes foram, assim, induzidos a êrro, tanto mais fàcilmente quanto lhes era absolutamente impossível comunicar-se com o Bispo e com outros confrades. A maior parte, todavia, recusou assinar o documento.

---

22) O texto integral dêsse apêlo foi publicado em italiano no livro de Aristide Brunello: *L'Église du Silence*, Rome, 1953, pp. 95-96.

Ao simples convite para assinar a "procuração" sucederam os atos de violência. A maioria dos sacerdotes que recusaram assinar foram postos em estado de detenção. Alguns dos que assinaram só o fizeram depois de torturados, às vêzes mesmo a ponto de perderem o contrôle de si mesmos e de darem, assim, a sua assinatura em estado de inconsciência. A prova disto é dada pelos numerosos casos citados na crônica publicada aos cuidados da Sacra Congregação da Igreja Oriental. [23]

Por semelhantes processos conseguiu-se achar 38 sacerdotes, isto é, o próprio número dos que estavam presentes ao Sínodo de 1698 que proclamou a união com Roma. Êsses 38 sacerdotes foram convocados para o dia 1º de outubro na sala de ginástica do Liceu Jorge Baritiu, de Cluj. Nas fotografias tiradas durante o *Congresso* podem-se ver, sentados nas primeiras filas, os representantes do Govêrno e da polícia. [24] Testemunhas oculares do Congresso confirmaram que os "delegados" foram acompanhados a tôda parte por agentes da polícia.

Após as discussões, precedentemente ajustadas, redigiu-se a ata seguinte:

I. Propõe-se a eleição de um presidente e de um secretário.
Ad I. Por aclamação são eleitos: Presidente, Belascu Trajan; Secretário, Brumboiu Aureliano; Escrutinadores, Geangalsu Nicolau, e Madincea Paulo.

II. Procede-se à leitura das procurações por ordem alfabética.
Ad II. Lêem-se os nomes dos procuradores de 22 províncias, comportando 430 adesões.

III. O Arcipreste Belascu toma a palavra, e, depois de agradecer aos piedosos confrades o entusiasmo com que responderam ao convite para a união das Igrejas (união cuja iniciativa cabe aos sacerdotes), demonstra a importância, na ordem cultural e política, do Ato de 1700; que teve como conseqüência a realização da idéia nacional.
O Arcipreste Sabino Truta prova, em seguida, como a realização do ideal cristão foi impedida pelos mal-entendidos entre os sacerdotes. Sublinha o desejo da população de ver realizar-se a união entre as Igrejas.

O Padre Geangalsu exprime o vivo desejo dos sacerdotes de celebrarem juntos.

O Padre Brumboiu agradece ao Govêrno a liberdade, concedida a cada um, de poder exprimir os seus desejos sem o menor impedimento.

O Padre Zagrai lê a Resolução e o Apêlo, que são aceitos e assinados por todos os presentes.

O Presidente Belascu levanta a sessão, agradecendo à assistência o grande entusiasmo manifestado por ocasião dêste Ato histórico. [25]

---

23) Cf. S. I. C. O. (*Servizio Informazione Chiesa Orientale*), Roma, 1948, A. IV, nº 3, p. 1. — A respeito das razões que levaram vários padres a assinarem a procuração, ver: *La Documentation Catholique*, 3 de julho de 1949, col. 845.

24) Cf. Al. Radulescu e Al. Sadeanu, *Reintregirea Bisericii Romanesti din Ardeal*, p. 7.

Terminado o Congresso, os "delegados" partiram para Bucarest, onde foram recebidos a 3 de outubro pelo Patriarca Justiniano Marina, por cinco bispos dissidentes, e por todo o clero da capital. No correr da sessão solene, na "grande sala" do Santo Sínodo, Aureliano Brumboiu procedeu à leitura da Resolução votada no Congresso de Cluj. Em seguida tomaram a palavra o Patriarca Marina e o Metropolita de Transilvânia, Nicolau Balan. A *Resolução* anunciava que os delegados reunidos em Cluj haviam decidido reentrar "no seio da Igreja Ortodoxa Rumena", e que julgavam de seu dever convencer o povo a seguir-lhes o exemplo. Depois de um elogio do Regime comunista, a Resolução concluía afirmando que as novas condições de vida da República Popular Rumena impõem a todo o povo o dever sagrado de "romper os laços com a Igreja de Roma, estranha aos interêsses do nosso povo... À luz dêsses fatos, proclamamos a nossa volta ao seio da Igreja Ortodoxa Rumena, e, em nosso nome como em nome de todos os que delegaram para esta reunião, decidimos romper as relações com o Vaticano. A datar dêste dia, não mais conhecemos senão os chefes postos em lugar pelas autoridades da Santa Igreja Ortodoxa Rumena". [26]

O Patriarca Marina exprimiu a sua satisfação de ver o seu apêlo ouvido; e acrescentou: "Em nome do Santo Sínodo da Igreja Ortodoxa Rumena, declaro tomar, com grande alegria espiritual, conhecimento da vossa Resolução e decisão, e, de braços paternalmente abertos e de coração ardente, recebo-vos no nosso santo ovil e no nosso pasto espiritual". [27]

O Metropolita Balan, por sua vez, fêz uma longa dissertação para demonstrar que a união dos Rumenos da Transilvânia com a Igreja Romana só ocorrera por motivos políticos e por interêsses temporais.

Logo depois de pronunciados êsses discursos na sala do Santo Sínodo, todos os assistentes dirigiram-se à igreja de Santo Espiridião, onde foi celebrado o ofício pelo qual os "delegados" foram recebidos no seio da Igreja dissidente. O Diretor da Chancelaria do Santo Sínodo, Jorge Vintilescu, leu "o Ato Sinodal", no qual, após um resumo da crônica da sessão solene e da cerimônia celebrada em Santo Espiridião, era anunciada a abolição da separação entre os dissidentes e os católicos unidos a Roma.

"E, para atestar e confirmar tudo isso, decidimos que êste Ato, bem como a Resolução que nos foi submetida, sejam transcritos no Santo Registro Sinodal, revestidos da nossa assinatura e da dos membros da delegação dos 36 arciprestes e sacerdotes greco-católicos". [28]

---

25) Al. Radulescu e Al. Sadeanu, *Reintregirea Bisericii Romanesti din Ardeal*, p. 14.
26) Cf. *Reintregirea Bisericii Romanesti din Ardeal*, 1949, pp. 18-19.
27) Cf. *Reintregirea Bisericii Romanesti din Ardeal*, 1949, p. 23.
28) Cf. *Reintregirea Bisericii Romanesti din Ardeal*, 1949, p. 31.

Seguiam-se as assinaturas do Patriarca, dos quatro Bispos dissidentes presentes, e dos membros da delegação. Êstes últimos — notemo-lo — eram 38 em Cluj, ao passo que, no Ato Sinodal, só figuram 36 assinaturas; dois dêles, com efeito, haviam conseguido subtrair-se à vigilância da polícia e esquivar a viagem forçada a Bucarest.

Os comunistas, depois da cerimônia de Bucarest, consideraram *liquidada a Igreja Católica rumena de rito oriental.*

Visto que o Congresso de Cluj e as solenidades de Bucarest eram reservadas ao clero, os perseguidores organizaram para os fiéis uma grande festa popular, que devia desenrolar-se em Alba Júlia a 21 de outubro de 1948, no próprio dia do 250º aniversário da união dos rumenos com a Igreja de Roma.

Para a celebração do 21 *de outubro de* 1948, o Partido mobilizara tôdas as suas organizações, a fim de conduzir a Alba Júlia quanto mais gente pudesse. Queria-se dar a impressão de que os católicos unidos haviam aceitado com alegria a supressão da sua Igreja. [29]

A festa terminou por uma "*Moção*", votada, por "aclamação", por todos os presentes. A assistência declarava, entre outras coisas, o que se segue:

"Rompemos para sempre as nossas relações, quaisquer que sejam, com o Vaticano e com a Roma papal;
incorporamo-nos com todo nosso ser à Igreja Ortodoxa Rumena;
com amor filial nos submeteremos a tôdas as decisões do Santo Sínodo da nossa Igreja Ortodoxa Rumena".

Assim terminava a "Moção": "Fazemos homenagem da nossa gratidão ao Grande Praesidium da República Popular Rumena e ao Govêrno do país pelas liberdades garantidas a todos os filhos do povo, e que permitiram a nossa reintegração na Igreja Rumena". [30]

---

29) A festa abriu-se com o hino da República Popular Rumena. Foi nomeado "Presidente" da festa Trajan Belascu, aquêle mesmo que fôra eleito Presidente do Congresso de Cluj; e foram nomeados Vice-Presidentes todos os Arciprestes que haviam tomado parte nesse mesmo Congresso, bem como 24 camponeses e 12 intelectuais. Todos os sacerdotes presentes em Cluj constituíram o "Comitê de iniciativa", para cujo secretariado foi eleito Aureliano Brumboiu, secretário do Congresso.

A cidade estava engalanada, e as paredes estavam cobertas de "slogans" dêste gênero: "Viva a República Rumena!"; "*Unidos na fé dos antepassados, lutamos pelos direitos do povo, pela paz e pela democracia*".

Em primeiro falou o Presidente Trajan Belascu, exaltando a importância do acontecimento. Depois a palavra foi dada ao "camponês André Avram", que leu ao microfone um discurso reproduzindo em suas linhas gerais o do Presidente. Finalmente, em nome dos intelectuais unidos, o Professor Coriolano Tataru encerrou a série dos discursos.

30) Cf. *Reintregirea Bisericii Romanesti din Ardeal*, 1949, pp. 58-59. Os festejos de Alba Júlia são descritos em detalhes no livro pré-citado, pp. 44-47.

Às manifestações exteriores sucedeu uma cerimônia religiosa, durante a qual se procedeu, mais uma vez, à leitura da Moção, da Resolução de Cluj e do Ato Sinodal. Por último falaram o Patriarca Marina e o Metropolita Balan.

No banquete de "confraternização" tomaram a palavra, ainda uma vez, o Patriarca e um dos sacerdotes unidos presentes.

Como de costume, a imprensa comunista consagrou numerosos comentários à festa de Alba Júlia, e a polícia começou *a ocupar as igrejas dos católicos unidos e a entregá-las nas mãos das autoridades eclesiásticas dissidentes.*

A obra dos perseguidores foi completada pelo Decreto nº 358 do Praesidium da Grande Assembléia Nacional da República Popular Rumena: "*Definição dos direitos do antigo culto greco-católico*", assim concebido:

"Art. 1º — Em razão da volta, ao culto rumeno ortodoxo, das paróquias do culto greco-católico, e em conformidade com o artigo 13 do Decreto nº 177 do ano de 1948, as organizações centrais dêsse culto (Metrópoles, Dioceses, Capítulos, Ordens, Congregações, Deados, Mosteiros, Fundações, Associações, bem como tôdas as outras instituições e organizações), quaisquer que sejam a sua natureza ou nome, cessam de existir.

"Art. 2º — Os bens mobiliários e imobiliários pertencentes às organizações e instituições mencionadas no art. 1º do presente Decreto, com exceção dos bens das antigas paróquias, voltam ao Estado rumeno, que dêles tomará imediatamente posse".[31]

O Decreto em questão era datado de 1º de dezembro de 1948. Para o Estado rumeno, *a Igreja rumena de rito oriental "não mais existia"*, e o milhão e meio, aproximadamente, de fiéis que nem mesmo de longe haviam aderido às "resoluções" e às "moções" dos padres reunidos em Cluj e em Alba Júlia, não tinham mais nenhum direito de professar a sua fé.

Os próprios perseguidores, cuja intenção evidente era o aniquilamento total da Igreja Católica de rito oriental, reduziram ao mínimo as possibilidades de defesa da Fé romano-católica, tornando pràticamente impossível aos bispos e aos sacerdotes o exercício do seu Ministério sagrado, suprimindo a imprensa católica, e procedendo à detenção de bom número de católicos entre os mais eminentes.

Ao anúncio do Congresso de Cluj, S. Excia. Mons. Júlio Hossu, Bispo dessa cidade, conseguira fazer sair do seu bispado, onde estava seqüestrado, uma Carta-circular que pôde vir ao conhecimento de vários padres da diocese. Nessa Carta, datada de 30 de setembro de 1948, depois de manifestar a sua admiração por saber que certos padres unidos tinham a intenção de se reunir em Cluj a 1º de outubro de 1948 para ali proclamarem o cisma, o Bispo prosseguia: "Em virtude dos poderes que possuo como Ordinário de Cluj,

31) Cf. *Monitorul Official*, de 2 de dezembro de 1948.

aplico a pena de excomunhão *ipso facto incurrenda* a todos os que tomarem parte na reunião projetada. Os que infelizmente estiverem presentes ao Congresso serão excomungados nominalmente por decreto por nós baixado, e lido em tôdas as igrejas desta diocese". [32]

A 2 de outubro de 1948, dia seguinte ao Congresso de Cluj, a Nunciatura Apostólica de Bucarest enviava ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular Rumena uma *Nota Verbal* para protestar contra a violência feita pelo Govêrno à Igreja greco-católica rumena.

A Nota da Nunciatura relembrava como os compromissos solenes assumidos pelo Estado rumeno, por ocasião da assinatura do Tratado de Paz de Paris de 10 de fevereiro de 1947, "foram violados por uma série de fatos, meticulosamente preparados e hàbilmente coordenados, perpetrados nestes últimos dias contra a Igreja Católica de rito grego, nas diferentes circunscrições da Transilvânia".

Mui particularmente a Nunciatura Apostólica insistia sôbre a ação empreendida não por elementos irresponsáveis, mas sim pelas próprias autoridades civis, para forçar o clero greco-católico e abandonar a sua fé... "Essa iniciativa do poder civil, que em si mesma já está em evidente contradição com os princípios de liberdade e de igualdade de todos os cultos na Rumânia, revelou claramente, sobretudo em razão dos meios postos por obra para extorquir as assinaturas, o seu caráter de perseguição religiosa. Efetivamente, os sacerdotes, conduzidos não raro pela fôrça às Prefeituras, aos "Bureaux" de Polícia, ali foram aterrorizados, ameaçados de prisão, de separação de sua família, de deportação e de morte. Os que resistiram a essas primeiras violências foram lançados nas celas subterrâneas, maltratados, submetidos a interrogatórios extenuantes, e só recuperaram a liberdade depois de, exaustos, terem aceitado assinar.

"Êsses maus tratos, dos quais o país não deixou de ter conhecimento, e que deviam inevitàvelmente alertar a opinião mundial, foram confirmados por funcionários do Patriarcado de Bucarest e por membros do "soi-disant" Congresso de Cluj em pró da união com a Igreja Ortodoxa, alguns dos quais ainda traziam os sinais visíveis das violências sofridas". [33]

O Ministério dos Negócios Estrangeiros rumeno apressou-se a responder a essa nota enérgica "repelindo categòricamente o protesto da Nunciatura Apostólica contra a volta, ao rito ortodoxo, da população greco-católica da Transilvânia, protesto que é uma ingerência nos negócios interiores da República Popular Rumena". Além disto, o Govêrno rumeno "rejeita as grosseiras calúnias contidas na nota supra", nega à Nunciatura Apostólica o direito de falar em

---

32) Cf. *Biserica Romana unita,* Madrid, 1952, pp. 311-312.
33) Cf. *La Documentation Catholique,* 1949, col. 869-870.
34) Cf. *La Documentation Catholique,* 1949, col. 870-871.

nome do "mundo católico", e "denuncia em seguida a tentativa de chantagem constituída pela pretensa ameaça de que a violação, por parte da República Popular Rumena, das liberdades religiosas logo alarmaria a opinião pública mundial". Enfim, o Govêrno rumeno considerava o protesto da Nunciatura como "um ato de provocação ao Estado e ao povo rumenos". [34]

A 7 de outubro de 1948, os bispos rumenos greco-católicos dirigiram uma Carta coletiva ao Presidente Pedro Groza, anunciando-lhe que os órgãos administrativos e de segurança do Estado haviam começado a sua obra de destruição da Igreja Rumena Unida. Depois de protestarem contra o confisco, pela polícia, de outra das suas Cartas coletivas, os bispos escreviam: "O Bispo João Suciu foi raptado na via pública pelos serviços da Segurança, quando se dirigia, em visita regular, para junto dos seus fiéis. De 26 de setembro a 4 de outubro de 1948, o Bispo de Cluj, S. Excia. Mons. Júlio Hossu, foi seqüestrado no seu bispado, para não ter contactos com o clero e para não incomodar a ação empreendida contra a Igreja. Na capital da Transilvânia, prenderam-se todos os fiéis e sacerdotes que, ignorando as medidas adotadas, haviam tentado entrar no bispado ou dêle sair... Por motivos de prudência, não julgamos oportuno enumerar aqui todos os vexames e atos de violência que tiveram de sofrer os arciprestes e os sacerdotes cujas assinaturas se queriam obter". A Carta dos bispos terminava pela afirmação de que a Igreja Rumena Unida jamais se tornara ré de atos de hostilidade contra a Nação ou contra o Govêrno, acrescentando: "Nós todos, pastôres e fiéis, estamos resolvidos a permanecer no seio da Igreja Católica, a cuja serviço queremos ficar para a vida e para a morte". [35] No mesmo dia, 7 de outubro, outra Carta coletiva assinada pelos bispos católicos de rito oriental e de rito latino foi dirigida ao Chefe do Govêrno para protestar contra os vexames e os abusos de poder cometidos contra a Igreja. As Cartas foram apresentadas ao Ministro dos Cultos, Stanciu Stoian, por S. Excia. Mons. Basílio Aftenie, Vigário greco-católico de Bucarest. Por ocasião da entrega dos documentos, o Ministro insistiu junto ao Prelado para que êle próprio passasse para o cisma.

A fim de preparar os fiéis para a provação que os aguardava, os bispos haviam escrito uma Carta que ilustrava a grandeza da fé católica e desmascarava a perfídia dos perseguidores. [36]

---

35) Cf. *Biserica Romana unita*, Madrid, 1952, pp. 321-324.

36) A atividade de pastor de Mons. João Suciu, Administrador Apostólico de Blaj, foi particularmente intensa. Durante o período que precedeu o ataque contra a Igreja Unida, êle foi a tôdas as paróquias para exortar os fiéis a permanecerem inabaláveis na sua fé. As Cartas dêsse intrépido pastor eram por todos esperadas e lidas com devoção. Os seus discursos eram o guia espiritual mais seguro nesse período de incertezas. Nêles Mons. Suciu insistia sôbre o

Falando da perseguição à Igreja greco-católica na Rumânia, *L'Osservatore Romano* de 29 de janeiro de 1949 escrevia: "Não se podem ler páginas semelhantes *em tôda a história das violências morais das perseguições e da "via crucis" da liberdade, da personalidade e da dignidade humanas*".

Com efeito, cumpre remontar às perseguições pagãs para achar episódios de violência e de crueldade comparáveis aos sofrimentos infligidos pelos comunistas aos católicos unidos — clero e leigos — que se recusaram a passar-se para o cisma.

Os perseguidores "planejaram" os seus ataques contra os católicos, pondo os "padres em face do trágico dilema: assinatura ou deportação; assinatura ou prisão; assinatura ou vida". [37]

A assinatura, ou, por outras palavras, a "passagem para o cisma", foi recusada pela maior parte dos sacerdotes e dos fiéis unidos. Louvando-nos nas cifras, certamente exageradas, difundidas pela propaganda comunista, sôbre 1.834 sacerdotes apenas 36 consentiram em fazer o jôgo dos perseguidores, e, a despeito dos métodos postos em obra pela polícia comunista, não se puderam reunir mais de 430 adesões à iniciativa tomada para a liquidação da Igreja Unida.

Todos os outros sacerdotes, sem sombra de processo, foram aprisionados e submetidos a um tratamento desumano. Eram amontoados às centenas numa mesma sala, quando não eram encerrados em subterrâneos ou enviados aos trabalhos forçados. [38]

A 27 de outubro de 1948, *foi detido* S. Excia. Mons. João Suciu, e na noite de 28 para 29 de outubro *foram detidos* todos os outros bispos unidos, a saber: SS. Excias. Mons. Valeriano Trajan Frentiu, Mons. Júlio Hossu, Mons. Alexandre Rusu, Mons. Basílio Aftenie e Mons. João Balan, assim como todos os professôres dos seminários, todos os membros das cúrias episcopais e, como já foi dito, todos os curas.

Os bispos sofreram as primeiras humilhações da parte da polícia comunista, depois do quê foram levados para a vivenda de verão do Patriarca cismático, em Dragoslavele. Êste último vinha de vez em quando exortá-los a passar-se para o cisma. Como resultassem vãs tôdas as tentativas, os bispos foram transferidos para o

---

fato de a Igreja rumena unida ainda não ter tido a provação do martírio, e de justamente lhe oferecer agora a Providência a mais bela ocasião de suportar igualmente o "exame da heroicidade", e de entrar na história aureolada também da glória do martírio. Os outros bispos igualmente se aplicavam a preparar a alma dos fiéis para a perseguição. Em tôda parte a multidão invadia as igrejas, e os ofícios da noite eram mais do que nunca seguidos. Os sacerdotes seguiam o exemplo dos bispos, e a maior parte dêles pregavam a fidelidade à Igreja, até o momento em que foram presos pela polícia, relegados para os campos de concentração ou postos em prisão. — Cf. *Biserica Romana unita*, Madrid, 1952, p. 328.

37) Cf. *L'Osservatore Romano* de 29 de janeiro de 1949, p. 3.

38) Cf. *S.I.C.O.*, 15 de maio de 1949 e 2 de dezembro de 1949.

mosteiro de Caldarusani. Dois anos depois da sua detenção, soube-se que êles se achavam nos subterrâneos do Ministério do Interior, e depois nas prisões de Vacaresti. *Jamais alguém teve precisões* sôbre a maneira como êles foram tratados. A imprensa internacional publicou apenas notícias incontroláveis. De maneira certa sabe-se sòmente que, a 10 de maio de 1950, S. Excia. Mons. Basílio Aftenie morria, nas prisões comunistas, dos maus tratos recebidos. Ùltimamente, os comunistas têm conduzido à prisão de Sighet os bispos greco-católicos, ao mesmo tempo que os chefes de partidos políticos mais em vista do passado.

Os padres foram repartidos, pelos perseguidores, em duas categorias: "o alto" e "o baixo" clero. Como fazendo parte do "alto clero" foram considerados os professôres de teologia, os canonistas e o pessoal das cúrias. Na idéia dos comunistas, os curas pertenciam geralmente ao "baixo clero". Boa parte dos sacerdotes que, segundo os critérios marxistas, faziam parte do "alto clero" sofreram a mesma sorte que os bispos, com a diferença de *lhes não terem compartilhado a detenção*, e de quantidade dêles terem sido mandados para os trabalhos forçados.

Os curas só ficaram em prisão algumas semanas, mas, restituídos à liberdade, foram colocados sob a vigilância constante da polícia.

A ocupação das catedrais e das igrejas greco-católicas pelas autoridades religiosas cismáticas oferece outro aspecto das violências a que foi submetida a Igreja Católica.

Cercou-se de solenidade particular a tomada de posse da catedral de Blaj, por todos considerada como o centro espiritual dos católicos unidos rumenos. A 28 de outubro de 1948, a polícia comunista deu ordem para fechar a catedral e para entregar as chaves ao padre João Cisteian. A 30 de outubro pela manhã chegou o Metropolita de Sibiu, Nicolau Balan, para "reconsagrá-la". O Metropolita foi recebido às portas da cidade pelo Prefeito e por uma delegação do Govêrno, enquanto o padre Cisteian lhe entregava as chaves. No banquete que se seguiu à ocupação do edifício, Balan disse, entre outras coisas:

"Sempre tive no meu programa a união das Igrejas. Durante a minha vida mantive alto essa bandeira... Sempre disse que a Igreja Unida era um fato passageiro na vida do povo rumeno. Hoje, a minha profecia realizou-se". [39]

A 31 de outubro de 1948, a última missa foi celebrada na catedral de Lugoj: depois de expulsar os numerosos fiéis que a ela haviam assistido, a polícia pôs os selos nas portas.

Em Cluj a catedral foi ocupada a 21 de novembro. Nessa ocasião o bispo cismático da cidade, Nicolau Colan, declarou no seu discurso:

---

39) Cf. *Telegraful roman* de 7 de novembro de 1948.

"Nós também honramos o Papa. Mas lá em Roma, em sua casa, pois aqui, no meio de nós, êle nada tem que fazer".[40]

De fins de outubro a meados de novembro de 1948, *foram ocupadas pela fôrça tôdas as igrejas paroquiais*, tôdas as capelas e tôdas as instituições católicas.

Apenas acabado êsse trabalho, os chefes da Ortodoxia rumena procuraram resolver o problema da *assimilação dos greco-católicos*. Nesse intuito, os 36 padres unidos que haviam participado do Congresso de Cluj foram quase todos nomeados Vigários forâneos. Depois convocou-se uma "Conferência" de todos os "Vigários" do Metropolita de Transilvânia. À reunião, que teve lugar em Sibiu a 10 de novembro de 1948, admitiram-se igualmente todos os padres greco-católicos passados para o cisma. No discurso de abertura, o Metropolita Balan repetiu os argumentos habituais contra o Primado do Sumo Pontífice, acusando de orgulho o homem que ousava chamar-se "Vigário de Cristo", e qualificando de absurda a pretensão de um bispo a exercer sua jurisdição sôbre o mundo inteiro. Para findar, esforçou-se por demonstrar que a "passagem" para o cisma tinha sido um bem para o povo rumeno e um auxílio precioso para a jovem "República Popular".[42] No correr da conferência distribuíram-se opúsculos anticatólicos, e o chefe dos padres aderentes ao cisma, Trajan Belascu, declarou que todos se esforçariam por viver em boa harmonia com o clero ortodoxo. A fim de consolidar a união, um padre greco-católico, Teófilo Herineanu, foi nomeado bispo cismático de Roman-Husi, na Moldávia.[43]

Inúteis foram todos os esforços da Hierarquia e do clero cismáticos para converter à Igreja Nacional os católicos unidos. Numerosos padres que haviam contra-assinado a passagem para o cisma retiraram posteriormente a sua assinatura.[44]

Postos fora da lei, os padres unidos foram forçados a exercer clandestinamente o seu ministério sagrado. Uma quantidade dêles ainda estão escondidos nas regiões montanhosas, abastecidos pelos fiéis.

---

40) Cf. *Renasterea* de 28 de novembro de 1948.

41) Cf. *L'Osservatore Romano* de 29 de janeiro de 1949. — Em numerosas ocasiões, a polícia teve de lutar com o resto da população católica ainda em liberdade. Os comunistas não levavam em nenhuma conta a oposição dos católicos unidos, nem os protestos das autoridades eclesiásticas: cumpriam assìduamente a sua tarefa. E os chefes da Igreja dissidente entoaram o hino triunfal, acolhendo com alegria a prêsa que lhes era oferecida pelos comunistas ateus.

42) Cf. *Telegraful Roman* de 26 de novembro de 1948.

43) A imprensa comunista fêz grande atoarda em tôrno dessa nomeação, e os redatores tentaram provar que os grecos-católicos passados para o cisma não eram simplesmente "tolerados", mas sim acolhidos como irmãos pela Igreja nacional. Cf. *Universal* de 27 de novembro de 1948.

44) Cf. *Biserica Romana Unita*, Madrid, 1953, pp. 309-310.

Para suprimir tôda atividade da parte da Igreja greco-católica proscrita, o Ministério do Interior publicou um Decreto proibindo, sob pena de graves sanções, a ação dos padres unidos, qualificados, no texto, de "vagabundos". Depois, grossas somas de dinheiro foram prometidas a quem denunciasse os padres unidos que celebrassem clandestinamente a Santa Missa. Enfim, incorria pena de oito anos de prisão e confisco dos bens tôda pessoa que desse hospitalidade, que ajudasse ou não denunciasse os padres de rito oriental não passados para o cisma. [45]

Pensaram os perseguidores comunistas haver, por essa última medida, *liqüidado definitivamente a Igreja rumena de rito oriental.* Se ela ainda está viva presentemente, é ùnicamente nas "catacumbas" e pelo espírito de fé que anima os confessores que definham nas prisões comunistas.

A Perseguição Contra a Igreja Católica de Rito Latino.

As leis sôbre o regime geral dos cultos e sôbre o ensino público na Rumânia, publicadas em agôsto de 1948, feriam ao mesmo tempo a Igreja de rito latino e a de rito oriental. Todavia, na primeira fase da luta contra o catolicismo, o Regime comunista de Bucarest limitou-se a destruir juridicamente só a Igreja de rito oriental. Mas era isso mera questão de tática e de método.

A perseguição contra os católicos de rito latino foi movida de maneira diferente. Com efeito, o Govêrno já não podia recorrer a "convites a uma volta" a outro "culto religioso", nem dispor de outra organização religiosa que o ajudasse na sua emprêsa, tal como o havia feito a Igreja cismática rumena para a liqüidação da Igreja greco-católica.

A própria imprensa parecia ter esgotado todos os seus argumentos anticatólicos no decurso da violenta campanha sàbiamente organizada contra esta última.

Os comunistas julgaram útil ao seu escopo, que era o de combater a Igreja rumeno-católica nos seus dois ritos, *promulgar leis que, na prática, tirassem tôda espécie de liberdade* à Igreja Católica de rito latino.

Já o famoso Decreto sôbre o regime geral dos cultos previa que tôdas as confissões religiosas da República Popular Rumena deviam submeter ao Ministério dos Cultos os seus estatutos, que em seguida teriam de ser aprovados pelas autoridades civis competentes.

Forçado, para sobreviver, a curvar-se às decisões governamentais, o Episcopado católico de rito latino da Rumânia preparara os estatutos reclamados, no tempo mesmo em que o Regime lutava com mais violência contra a Igreja de rito oriental.

---

45) *Monitorul Official* de 20 de agôsto de 1949.

Alguns meses antes, a 16 e 18 de setembro de 1948, haviam sido depostos SS. Excias. Mons. Alexandre Cisar, Arcebispo de Bucarest, Mons. Agostinho Pacha, Bispo de Timisoara, e Mons. João Scheffler. Já não eram mais reconhecidos pelo Estado senão SS. Excias. Mons. Aarão Marton, Bispo de Alba Júlia, e Mons. Antônio Durcovici, Bispo de Iasi.

O "*Projeto de Estatutos para o funcionamento do Culto Católico na Rumânia*" foi apresentado ao Govêrno por êsses bispos a 27 de outubro de 1948. Os seus 46 artigos tratavam todos de problemas jurídicos que deviam servir de base às relações entre o Estado e a Igreja. Naturalmente o projeto insistia na estrutura sobrenatural da Igreja e nos direitos do Sumo Pontífice, a quem incumbia a jurisdição espiritual sôbre todos os membros da Igreja Católica (art. 3). O Ministério dos Cultos não se declarou satisfeito com os Estatutos apresentados, afirmando que o primado do Pontífice Romano e a sua jurisdição sôbre os católicos rumenos constituíam para o Govêrno da República Popular um atentado à soberania do Estado. No próprio dia seguinte ao em que êsse projeto fôra apresentado, a polícia comunista, como todos se lembram, procedia à detenção de todos os bispos católicos de rito oriental.

O Govêrno insistiu junto aos dois Prelados "reconhecidos" para que fôsse apresentado outro projeto de Estatutos, redigido de maneira a corresponder às exigências do Regime comunista e, antes de tudo, não falando do direito de jurisdição do Sumo Pontífice. Sublinhava-se em particular a necessidade de "enquadrar" a Igreja Católica latina no "espírito" da República Popular Rumena: numa palavra, exigia-se uma submissão efetiva e total da Igreja à autoridade civil.

Como conseqüência da sua recusa de se dobrar às propostas do Govêrno, S. Excia. Mons. Antônio Durcovici foi prêso a 24 de junho de 1949, sendo que S. Excia. Mons. Aarão Marton o fôra três dias antes. Volveram-se então os comunistas para os Vigários Gerais, a fim de obterem os Estatutos desejados. Os Vigários Gerais apresentaram, sem qualquer modificação, o texto elaborado um ano antes pelos bispos, acrescentando que não haviam sido autorizados a discutir sôbre aquelas questões, que eram da competência da Suprema Autoridade eclesiástica.

Em face da recusa dos católicos de se dobrarem aos desejos do Govêrno comunista, êste último deflagrou uma manobra destinada a *dividir os católicos entre si*, a fim de criar um cisma semelhante ao que os perseguidores tinham tentado instaurar na Tchecoslováquia.

Essa tentativa de cisma e de divisão entre os católicos de rito latino foi promovida sob a capa do movimento de "*Luta pela paz*".

A 28 de fevereiro de 1950, o Santo Sínodo, suprema autoridade da Igreja dissidente rumena, dirigia uma carta ao conjunto do

clero e dos fiéis "cristãos" da República Popular Rumena, exortando-os à luta pela paz. Êsse documento exaltava "a paz de um novo gênero" garantida pela União Soviética, e pedia a adesão do Apêlo lançado ao mundo inteiro pelo Congresso pró Paz de Estocolmo. Na carta afirmava-se, ademais, que, enquanto os cristãos do Oriente se haviam alinhado aos lados dos defensores da paz, o Vaticano e os católicos haviam pactuado com os fautores de guerra "à outrance", e preparavam-se para desencadear outra guerra mundial. [46]

A carta do Santo Sínodo foi igualmente dirigida a vários sacerdotes e fiéis católicos de rito latino, no intuito não sòmente de difamar a Santa Sé, mas também de tentar um primeiro ensaio de divisão entre os católicos.

O Vigário Geral de Alba Júlia, Mons. Luís Boga, respondeu ao convite por uma carta endereçada ao Ministro dos Cultos, na qual expunha a doutrina católica sôbre a paz. [47]

Três dias apenas após o recebimento dessa carta pelo Ministro dos Cultos, a 24 de abril de 1950, o Govêrno decidia a realização de um congresso, para o qual seriam convidados os católicos dispostos a colaborar com o Regime. *Êsse congresso teve lugar a* 27 *de abril de* 1950 *em Targu-Mures;* fôra hàbilmente preparado, e de longa data, pelos órgãos da propaganda comunista. Padres e leigos católicos, prèviamente "trabalhados" pelos agentes da polícia, deviam adotar nêle uma atitude hostil à autoridade da Igreja, sob o pretêxto da necessidade da "luta pela paz". Os assistentes ao congresso quase não passavam de uma centena; segundo as disposições anteriormente adotadas, deviam êles decidir assinar o Apêlo de Estocolmo, lançado pelo Movimento dos Partidários da Paz. Ademais, deviam aceitar trabalhar pelo "enquadramento" da Igreja Católica de rito latino no espírito das leis comunistas da República Popular Rumena.

Os agentes comunistas elegeram para a presidência da assembléia André Agotha, que já se declarara pronto a colaborar com o Regime. [48] A despeito de uma "doutrinação" alentada, vários católicos presentes ao congresso de Targu-Mures declararam-se hostis às resoluções apresentadas pelos comunistas, o que não impediu que

46) Cf. P. Gherman, *L'Âme roumaine écartelée*, Paris, 1955, pp. 165-168.

47) Mons. Boga expunha com clareza os argumentos desenvolvidos pelo Santo Padre na sua Radiomensagem de Natal de 1948, insistindo especialmente na idéia de que a verdadeira paz deve repousar na caridade e na justiça, e deplorando que o clero católico, embora cheio de boa-vontade a serviço da paz, muitas vêzes fôsse acusado de ser inimigo dela e de ter parte ligada com os fautores de guerra. — Cf. P. Gherman, *L'Âme roumaine écartelée,* Paris, 1955, pp. 165-168.

48) Precisamente por êsse ato de colaboração com os perseguidores é que Agotha foi excomungado.

no fim do congresso fôsse constituído um "*Comitê Católico de Ação*", encarregado de difundir a idéia de paz comunista e, mui particularmente, de convencer os católicos — antes de tudo os padres — a assinarem o Apêlo pela paz e a aceitarem as condições impostas pelo Govêrno, "inclusive a ruptura com Roma". Uma das primeiras "démarches" dêsse Comitê foi fazer pressão nesse sentido sôbre Mons. Luís Boga, Vigário Geral de Alba Júlia, que recusou qualquer colaboração com os seus membros, sendo, como era, intuito evidente dêsse Comitê criar um cisma no seio da comunidade católica de rito latino na Rumânia.

A tentativa governamental de cisma, que abortara, foi retomada por êsse Comitê, que, de acôrdo com o Ministério dos Cultos, procurou reencetar a discussão relativa aos Estatutos da Igreja latina na Rumânia. A 4 de julho de 1950, foi dirigido às cúrias episcopais de Alba Júlia e de Iasi o texto dos Estatutos anteriormente propostos pelos bispos e que acabavam de ser corrigidos pelo Ministério. Êsse texto era acompanhado de uma Nota do Ministro Stanciu Stoian, dizendo que os Estatutos só seriam aceitos com as correções introduzidas pelo Ministério.

Compreendiam os Estatutos 39 artigos, dos quais o último especificava que as disposições dos ditos Estatutos só seriam aplicadas após aprovação do Ministério dos Cultos, "baseada nas disposições da Lei sôbre o regime geral dos cultos" (art. 39).[49]

Os próprios comunistas deram-se conta de que às autoridades da Igreja Católica era impossível aceitar Estatutos redigidos pelos chefes do movimento cismático; apressaram-se, pois, a adotar medidas radicais contra os que, na opinião dêles, pudessem formular observações ou admoestações a respeito dêsses Estatutos modificados. Assim foi que, na noite de 10 para 11 de maio de 1950, procedeu-se à detenção de Mons. Luís Boga, Vigário Geral de Alba Júlia, sendo que Mons. Marcos Glasser, Vigário Geral de Iasi, foi submetido, no correr de interrogatórios, a maus tratos tais, que dêles morreu a 25 de maio de 1950. A 18 de maio haviam sido igualmente aprisionados S. Excia. Mons. Alexandre Cisar, Arcebispo de Bucarest, e S. Excia. Mons. João Scheffler, Bispo de Satu-Mare.

S. Excia. Mons. Agostinho Pacha, "suspenso", mas ainda em liberdade, dirigiu aos fiéis uma Carta Pastoral em que enumerava todos os abusos de poder e violências cometidas contra a Igreja Católica pelo Govêrno. O venerado Prelado deplorava, em seguida, o fato de vários sacerdotes terem sido enganados quando da sua adesão ao Apêlo pela paz, só muito mais tarde vindo êles a saber, pelos jornais, que "pelo fato da sua assinatura eram considerados aderentes a um Movimento já condenado pela Igreja como cismático". Mas o

49) *La Documentation Catholique* de 8 de abril de 1951, col. 429-432.

que particularmente nos aflige, prosseguia a Carta de Mons. Pacha, é o fato de, ignorando os Pastôres legítimos, não haver o Govêrno hesitado em pública e oficialmente tomar contacto com aquêles que, por si mesmos, se haviam colocado fora da Igreja".[50]

A 18 de julho de 1950, S. Excia. Mons. Pacha era prêso, e o Movimento cismático prosseguia a sua atividade.

A 28 de julho de 1950, o "Comitê Católico de Ação", já agora instrumento da ação governamental, lançou um Manifesto pejado de acusações contra os bispos católicos que, era dito nêle, se haviam obstinado em recusar aceitar a regulamentação proposta pelo Estado para o conjunto dos Cultos da República Popular Rumena, preferindo alinhar-se ao lado dos inimigos da paz. O Manifesto gabava o espírito da assembléia de Targu-Mures, e exortava o clero e os fiéis católicos a aceitarem os novos Estatutos da Igreja Católica. O "Comitê" fazia-se forte de agir segundo as leis da Igreja Católica, e justamente por isso, dizia o Manifesto, era que êle procurava traduzir em ato as decisões adotadas no congresso de Targu-Mures para o bem do povo, da Igreja e da paz.[51]

Expulsão do Representante da Santa Sé.

Tôda a propaganda feita pelos promotores do movimento "dissidente" ficou sem efeito. Voltou-se então o Regime aos antigos processos de difamação da Igreja Católica e especialmente do Santo Padre. Para demonstrar que o Representante do Papa não passava de "um espião disfarçado de Bispo", instaurou-se um *processo* em que a Nunciatura Apostólica foi acusada de espionagem. O processo foi movido segundo o método comunista clássico: fixado de antemão o fim a atingir, procuraram os comunistas, pela imprensa e pelo rádio, influenciar a opinião pública e provar-lhe que o Govêrno era pôsto na obrigação de romper as relações diplomáticas com a Santa Sé, por se haverem os membros da Representação Pontifícia tornado réus de espionagem em detrimento do Estado rumeno.

No número dos inculpados figurava um certo Nicolau Popescu, ex-motorista da Nunciatura Apostólica. Entre os depoimentos de Popescu, a polícia insinuou também a informação segundo a qual o Núncio Apostólico Sua Excia. Mons. Geraldo O'Hara, e o Conselheiro da Nunciatura Mons. Guido del Mestri, lhe haviam recomendado fazer propaganda entre os seus amigos em favor da América, "gabar o poder das armas atômicas, recolher informações militares e fa-

---

50) Cf. *La Civiltà Cattolica* de 15 de julho de 1950, p. 230.
51) Cf. *La Documentation Catholique* de 8 de abril de 1951, col. 432-434.

zer-se espião dos imperialistas". A imprensa pôs em possante relêvo êsses "crimes" da Nunciatura, qualificada de "central de espionagem".[52]

Os jornais chegaram mesmo a acusar o Representante da Santa Sé de estar à frente de um "complot" contra o Estado rumeno. Como conclusão do processo, além da condenação de sete "traidores" a penas que variavam de sete anos de trabalhos forçados à reclusão perpétua, o Ministério dos Negócios Estrangeiros pediu aos dois membros da Representação Pontifícia *deixarem o país dentro em três dias.* Foi assim que, a 7 de julho de 1950, o Representante do Papa foi forçado a sair da Rumânia, não sem haver prèviamente apresentado uma Nota de protesto ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular.[53]

O povo rumeno ficou aflito com a decisão do Govêrno de afastar do país o Representante da Santa Sé; na sua honestidade, êle sabia que valor atribuir às grosseiras imputações acima citadas.[54]

Congresso de Gheorgheni e Assembléia de Cluj.

Depois da expulsão do Representante do Papa, o "Comitê Católico de Ação" pôs-se a preparar uma nova reunião de católicos. Os impressos e as circulares enviados ao clero e aos fiéis referiam-se ao congresso de Targu-Mures, renovavam as acusações contra as autoridades eclesiásticas, e convidavam os católicos para um novo congresso, onde seriam debatidos problemas mais importantes do que no precedente.

---

52) A denúncia contra os inculpados foi publicada e comentada pela imprensa rumena. A tradução em francês do texto completo do processo foi publicada no suplemento da fôlha comunista *La Roumanie Nouvelle*, n. 47, de 15 e 31 de julho de 1950.

53) A Nota deplorava a atitude hostil do Govêrno rumeno em face da Igreja Católica, e testemunhava a sua "profunda dor" à vista da luta contra a Santa Sé, contra o Sumo Pontífice e contra os seus Representantes. Ante aquela maneira de agir ultrajante e desabitual, a Nunciatura elevava um solene protesto, e, no tocante à ofensa pública feita à "Igreja e aos Representantes da Santa Sé, remetia-se, com confiança e serenidade, ao juízo do povo rumeno". — Cf. *La Documentation Catholique* de 10 de setembro de 1950, cols. 1204-1206.

54) *L'Osservatore Romano* de 10-11 de julho de 1950 escrevia: "A verdade é que o Govêrno rumeno recorreu a êsse expediente mesquinho e vergonhoso a fim de realizar um desígnio longamente premeditado: afastar o Representante do Sumo Pontífice, a fim de, fora da vista de testemunhas incômodas, promover a destruição de tôda a organização da Igreja Católica na Rumânia; privar os fiéis dessa nação de um guia capaz, a fim de serem êles mais fàcilmente vítimas das violências e embustes utilizados pelo Govêrno para os separar do seu Pastor Supremo, o Papa".

O congresso teve lugar a 6 de setembro de 1950, *em Gheorgheni,* e desenrolou-se sensìvelmente como o de Targu-Mures. Estavam presentes 120 padres e 150 leigos. A maioria dos assistentes ali haviam sido levados por meios desleais, às vêzes mesmo pela fôrça, ignorando totalmente de que era que se trataria. O congresso foi presidido pelo excomungado André Agotha, Presidente do "Comitê Católico de Ação". Discutiu-se nêle o problema da paz, falou-se da necessidade de estabelecer relações normais entre a Igreja e o Estado, frisou-se em seguida o dever dos católicos de colaborarem nos progressos do socialismo na República Popular Rumena, e, para terminar, emitiu-se o voto de ver convocar uma Assembléia geral católica.

A moção final lida no congresso foi apresentada pelos órgãos da propaganda comunista como tendo recebido a aprovação de todos os católicos do país. Entrementes, a polícia procedia à detenção de vários padres católicos e procurava induzir outros a colaborarem com os partidários do Movimento. Puseram-se curas "progressistas" à frente de várias paróquias. E, a fim de consolidar o movimento de cisão entre os católicos, o "Comitê Católico de Ação" cumpriu a sua promessa de organizar uma "Assembléia Geral", e resolveu fazer dela uma manifestação "popular" confirmatória da realização do cisma entre os católicos.

Precedida de uma reunião de 40 padres "progressistas" em Bucarest a 14 de março de 1950, *a Assembléia geral dos católicos reuniu-se em Cluj* no dia imediato; a ela assistiam os "representantes" de 601 paróquias. Os oradores oficiais insistiram de novo no tema da paz e na necessidade de imitar o exemplo dos católicos da Tchecoslováquia e da Hungria, que se haviam alinhado aos lados do seu Regime próprio, de democracia popular. Parece todavia que o intuito principal da Assembléia de Cluj foi o de aprovar a redação definitiva dos Estatutos da Igreja Católica proposta pelo Govêrno. De fato, as moções finais da Assembléia só falam, quase exclusivamente, dêsses Estatutos, apresentados como se inspirando no "ensino de Cristo" e trazendo a sua contribuição à atividade dos partidários da paz. "Nesse espírito — conclui a moção — a Assembléia Geral confia ao Conselho Diretor dos Estatutos o dever sagrado de dar aos órgãos superiores das duas dioceses a possibilidade de procederem sem demora ao *"enquadramento" da Igreja na ordem legal,* assim correspondendo aos desejos de todos os católicos dos países amantes da paz". [55]

Por êsse ato, julgaram os comunistas haver, ao menos em teoria, realizado o cisma no seio da Igreja Católica rumena.

Para fazer passar êste à prática, procurou-se, antes de tudo, criar grande confusão entre os fiéis. Os padres que tinham encar-

55) *La Documentation Catholique* de 28 de abril de 1951, cols. 435-436.

go de almas eram submetidos a freqüentes mudanças, de sorte que os fiéis não podiam por si mesmos dar-se conta de se o recém-vindo era "colaborador" dos comunistas ou sempre fiel a Roma. Os espíritos estavam tanto mais perturbados quanto mais insidiosa era a insistência com que todos os padres "progressistas", consoante as diretrizes dos perseguidores comunistas, declaravam-se em relações com Roma e respeitosamente sujeitos ao Sumo Pontífice.

Enquanto se desenrolavam as reuniões e prosseguiam na imprensa as discussões a respeito das manobras destinadas a fazer admitir pelos bispos as propostas do Govêrno, a polícia comunista não ficava inativa. Desde fins de 1949 fôra aprisionado o Padre Bisoc, superior dos Conventuais, e quase todos os Franciscanos de Bacau. Do mesmo modo, *os padres que não haviam aderido ao movimento cismático foram em grande parte presos* ou enviados para os campos de trabalho forçado.

A fim de justificar as medidas adotadas contra o clero católico, os dirigentes comunistas não acharam nada de melhor do que instaurar um *novo processo*, que englobou, além do venerado Bispo de Timisoara, S. Excia. Mons. Agostinho Pacha, um grupo de sacerdotes que, na maioria, faziam parte das cúrias episcopais. Tomaram assim lugar no banco dos réus os padres Schubert, Boros, Waltner e o Padre Gatti, cura da igreja italiana de Bucarest. Durante o processo, a imprensa renovou as velhas acusações contra a Igreja Católica, insistindo particularmente no fato de se haverem Mons. Pacha e os sacerdotes inculpados tornado réus de espionagem, pertencendo à rêde organizada pelo Regente da Nunciatura de Bucarest. Entre outras coisas, afirmou o procurador militar, Coronel A. Ardeleanu, no correr do processo: "O inimigo mais encarniçado do nosso povo é o Vaticano, verdadeiro cancro internacional". O acusador prosseguiu a sua arenga repetindo os temas habituais sôbre a espionagem dos bispos e dos padres católicos, sôbre a ação subversiva do clero e sôbre a luta dêste último contra o movimento comunista pela paz. [56]

Após um amontoado de acusações dessa natureza, apresentou-se à assinatura dos inculpados uma declaração pela qual êles apelavam para a clemência do tribunal comunista e imploravam uma redução de pena. [57] O tribunal condenou S. Excia. Mons. Pacha, de 81 anos de idade, a 18 anos de prisão, e os outros a penas que variavam entre 10 e 15 anos de prisão.

Para substituir Mons. José Schubert, Vigário Geral de Bucarest, e Mons. Adalberto Boros, Vigário Geral de Timisoara, condenados no correr do processo, o Govêrno apressou-se a nomear padres aderentes ao Movimento cismático. A 5 de abril de 1951, poucos dias

---

56) Cf. P. Gherman, *L'Âme roumaine écartelée*, Paris, 1955, p. 188.
57) Cf. *Universul* de 12 de setembro de 1951.

após a detenção de Mons. Schubert, era nomeado Vigário de Bucarest o Cônego Trajan Jovanelli, libertado para êsse fim um mês antes. Para Chanceler da Cúria de Bucarest, apelou-se para André Horn-Despina, ex-religioso, excomungado *vitandus* pelo decreto de 4 de abril de 1951. André Agotha, chefe do "Comitê Católico de Ação", representava o Ministro dos Cultos junto à Cúria episcopal.

Com o auxílio de tais nomeações, o Regime comunista *chegava a substituir, pela violência, os Pastôres legítimos por uns apóstatas e uns excomungados.* De sublinhar é que o Govêrno tratava as questões relativas à Igreja Católica ùnicamente com êsse grupo de padres que haviam renegado a sua fé.

Enquanto isso, os bispos que durante o primeiro período da perseguição tinham sido conservados em prisão viram a sua pena comutada na de detenção em residência forçada.

Por enquanto, apesar da resistência dos católicos ao Movimento cismático, os chefes dêsse movimento, e especialmente o "Comitê Católico de Ação", continuam a dar prova de atividade.

Verificando, por outro lado, que os fiéis muitas vêzes desertavam as igrejas onde sabiam que oficiava um padre colaborador dos comunistas, e que recusavam receber os sacramentos da mão de excomungados, os órgãos de propaganda comunista *recorreram a diversos expedientes* para dissipar êsse sentimento de desconfiança.

Primeiramente registou-se uma atenuação da propaganda contra a Igreja Católica. Os padres colocados pelos comunistas nos postos de responsabilidade receberam igualmente ordem de protestar, no decurso dos seus sermões, o seu apêgo e fidelidade ao Santo Padre. Não se cessou de repetir aos raros visitantes estrangeiros que os padres que tinham sido autorizados a residir nos velhos palácios episcopais eram fiéis católicos, submissos ao Papa.

Na realidade, pode-se dizer que a tentativa dos comunistas, de instalarem na Rumânia uma Igreja Católica cismática, fracassou. Todavia, cumpre reconhecer que a ausência de assistência religiosa durante tão longo tempo tem, às vêzes, por conseqüência um enfraquecimento da fé, mesmo entre os fiéis mais zelosos. Doutra parte, a educação atéia e materialista ministrada à juventude dará amanhã ao país uma geração não sòmente privada de formação religiosa, mas imbuída de idéias hostis ao cristianismo e especialmente à Igreja Católica.

De acôrdo com o que se sabe hoje do seu desenvolvimento e atividade, o Movimento em pró do cisma tem tôdas as probabilidades de desaparecer. Os próprios comunistas consideram-no simples *meio para enfraquecer a resistência dos católicos e para criar um clima de confusão religiosa,* mais propício à propaganda anti-religiosa.

De qualquer modo, um fato subsiste: único de todos os bispos rumenos, S. Excia. Mons. Aarão Marton foi libertado em 1955. To-

davia, a sua atividade está estritamente submetida à vigilância das autoridades comunistas, que, para falar a verdade, tratam do mesmo modo os padres excomungados, por êles substituídos aos Pastôres legítimos. A libertação do Bispo de Alba Júlia parece precisamente fazer parte do plano dos perseguidores, o qual é lançar a perturbação nas fileiras dos católicos e permitir à sua propaganda afirmar que a liberdade religiosa é respeitada na Rumânia.

A autorização dada pelo Govêrno para celebrar na catedral de Bucarest os funerais de S. Excia. Mons. Cisar, morto em janeiro de 1954, deve ser inscrita no mesmo plano de propaganda. Êsse fato permite ao Regime proclamar de novo que na Rumânia a liberdade religiosa era tal que se podia celebrar pùblicamente um serviço fúnebre por um Bispo que, desde 1950, estava em residência vigiada, em razão dos seus malfeitos.

Em definitivo, o próprio Movimento cismático, pela mesma razão que o "Comitê Católico de Ação", não passa de um instrumento de que *ad tempus* se servem os comunistas para contentar os católicos da "velha geração", para dar uma aparência de verdade à liberdade religiosa tão gabada, e, antes de tudo, para preparar os caminhos à liquidação total da Igreja Católica na Rumânia.

Conclusão.

Da exposição dos fatos que conduziram à supressão da Igreja Católica de rito oriental e à formação de um Movimento cismático entre os católicos de rito latino na Rumânia, claramente ressalta que o escopo final perseguido pelo Govêrno comunista é a destruição completa da Igreja Católica naquele país.

As destruições e as perdas infligidas à Igreja pela perseguição comunista aparecem com mais evidência se se compara a situação da Igreja Católica na Rumânia às vésperas da instauração do Regime comunista com a de 1953, isto é, após a deflagração, em 1948, de perseguições encarniçadas.

Em 1945, antes de se haverem os comunistas apossado do poder, havia na Rumânia: 1 Núncio Apostólico, 12 arcebispos e bispos, 2.995 sacerdotes, 3.795 igrejas e capelas, 2.494 paróquias, 160 casas religiosas, 376 escolas católicas com cêrca de 53.000 alunos dos dois sexos, 30 jornais e periódicos, e 160 instituições de caridade. Em 1953, quando se rematava o período de perseguições contra a Igreja, o Núncio Apostólico tinha sido expulso sob a acusação de espionagem, e os 12 arcebispos e bispos tinham sido aprisionados: 5 dêles já haviam morrido em prisão. Dos 2.995 sacerdotes, não restavam mais do que 2.190: 55 tinham morrido, 250 tinham morrido ou desaparecido, cêrca de 200 tinham sido condenados aos trabalhos forçados, e 300 estavam em prisão. Sôbre 3.795 igrejas e capelas, os

católicos não mais dispunham senão de 700, aproximadamente; 2.734 igrejas dos católicos de rito oriental tinham sido entregues aos cismáticos; as outras tinham sido fechadas. Tôdas as instituições católicas de educação e de caridade, assim como as casas religiosas, haviam sido confiscadas e declaradas propriedade do Estado.[58]

Pelo fato de serem os católicos na Rumânia apenas uma minoria, os perseguidores tiveram mais facilidades para chegar à destruição da Igreja. Os comunistas não tinham que temer resistência da parte do conjunto da população, sendo esta, como era, não-católica e, não raro mesmo, anticatólica. Como se viu, êles acharam na Igreja nacional um auxiliar generoso e dócil.

Por êstes motivos, a perseguição na Rumânia *foi mais violenta* do que as que foram submetidos os países de predominância católica, e a destruição da organização da Igreja foi levada até às suas conseqüências extremas. O Govêrno comunista pôde proclamar que a Igreja Católica de rito oriental "já não existe". Quanto à Igreja de rito latino, é ela sistemàticamente impedida de desenvolver a sua atividade, por causa dessa tentativa de cisma instaurada com tanta perfídia pelas autoridades comunistas.

A despeito das perdas sofridas pela Igreja e da crueldade da perseguição, os católicos rumenos alimentam, com justa razão, grandes esperanças de renascimento e de despertar espiritual. O sacrifício dos perseguidos tem sido, mesmo para os descrentes, a prova mais luminosa do espírito sobrenatural do catolicismo, ao passo que a aliança da Igreja nacional rumena com o materialismo ateu criava, para numerosos irmãos separados, um verdadeiro caso de consciência, que os aproximava espiritualmente do catolicismo.

As cartas e as memórias dos perseguidos fazem-nos saber que êles oferecem os seus sofrimentos pelo triunfo da Igreja e pela união dos cristãos, e que uma quantidade dêles guardam a certeza da vitória final do Reino de Deus.

O testamento de S. Excia. Mons. Alexandre Cisar exprime esta esperança: "Estou convicto, escreve êle, de que o domínio comunista ruirá, e que a Rumânia reencontrará a sua liberdade... Deus não se esquece de nós, e os nossos sofrimentos produzirão o seu fruto".

---

58) Ver também o quadro publicado por *La Documentation Catholique* de 20 de setembro de 1953, col. 1199, reproduzido no fim do capítulo.

	1945	1953
Núncio Apostólico	1	Expulso.
Arcebispos e bispos	12	Todos aprisionados, condenados e deportados. — 3 mortos em prisão.
Padres e religiosos	3.331	1.405: 55 assassinados — 250 mortos ou desaparecidos — 200 nos trabalhos forçados — 200 em prisão.
Igrejas e capelas	3.795	700: 2.734 de rito bizantino entregues aos ortodoxos — 300 de rito latino requisitadas.
Casas religiosas	160	25: 85% suprimidas.
Escolas católicas masculinas	224 (28.000 alunos)	Tôdas suprimidas.
Escolas católicas femininas	152 (23.000 alunas)	Tôdas suprimidas.
Obras de caridade	160	Tôdas suprimidas.
Jornais e publicações católicas	30	Todos suprimidos.

10

A PERSEGUIÇÃO À IGREJA CATÓLICA

sob o regime comunista tchecoslovaco

Quando foi constituído em 1918, o Estado tchecoslovaco unia nas suas fronteiras 8.700.000 Tchecos e 3.400.000 Eslovenos, bem como importantes minorias alemãs e húngaras. Em 1950, a população era de cêrca de 12.500.000 habitantes, dos quais três quartas partes (mais de 9.000.000) eram católicos.

Os Tchecos habitam as províncias de Boêmia e Morávia, correspondentes às duas províncias eclesiásticas de Praga, com as dioceses sufragâneas de Budejovice, Hradec-Kralové e Litomerice, e de Olomouc, com a sua diocese sufragânea de Brno.

Na Eslováquia existiam as dioceses de Banska-Bystrica, Nitra, Spis, Kosice, Roznava, bem como a diocese de Presov dos Rutenos, para os fiéis de rito oriental, e a vasta Administração Apostólica de Trnava e a de Szatmar.[1]

Os comunistas oprimiram a Igreja, nas duas partes do país, com violência e sincronismo perfeitos, de sorte que não será necessário falar separadamente das vicissitudes que redundaram na supressão quase total da atividade da Igreja Católica tanto na Eslováquia como na Boêmia e na Morávia.[2]

Para a realização dos seus planos, destinados a eliminar tôda espécie de influência da Igreja, os dirigentes marxistas procederam por etapas. Estas últimas constituirão os principais parágrafos desta exposição sôbre as medidas adotadas contra a Igreja, sobretudo a partir de 1948.

Estudaremos, pois, seguindo pouco mais ou menos a ordem cronológica dos acontecimentos:

I. — A situação religiosa e política da Tchecoslováquia antes de 1948.

II. — As medidas legislativas contra a imprensa, as escolas e as organizações católicas.

III. — A tentativa do Govêrno para criar um movimento cismático.

IV. — O ensaio de escravização do Episcopado e do clero ao Regime comunista.

V. — A perseguição violenta contra a Igreja.

---

1) A Eslováquia fêz parte, até 1918, do Reino da Hungria, e ainda não recebeu a sua organização eclesiástica definitiva.

2) Cf. *Der Neue Herder*, 1955. Importante estudo, mui documentado, sôbre a perseguição religiosa na Tchecoslováquia foi publicado por Ludvik Nemec: *Church and State in Csechoslovakia*, New-York, 1954.

I. A SITUAÇÃO RELIGIOSA E POLÍTICA ANTES DE 1948

Na Tchecoslováquia, o Regime comunista procedeu com certa precaução antes de empreender uma luta aberta contra a Igreja Católica e contra as instituições do passado. A razão dessa atitude é que na Tchecoslováquia os católicos representam uma maioria que chega a 78% da população [3], e é que, por outro lado, ao povo, a quem sempre foram caras as liberdades democráticas, repugna o sistema comunista.

A 16 de maio de 1945, o Presidente Bénès voltava do exílio à frente do Govêrno por êle formado durante a ocupação alemã. A 12 de dezembro de 1943, concluíra êle um Tratado de aliança com a Rússia, pelo qual se comprometera a lutar com esta última contra os nazistas, e pensava que, terminada a guerra, o seu país tinha direito de participar da vitória. De volta do exílio, o Govêrno não encarava todavia o escravizar o país aos comunistas. E as eleições de 26 de maio de 1946 provaram que o povo absolutamente não estava disposto a aceitar o Regime que os Soviéticos procuravam impor-lhe.

No Govêrno formado por Bénès, a minoria comunista, incentivada, escusa dizê-lo, pela presença do exército vermelho, suscitou tôda sorte de dificuldades. A 25 de fevereiro de 1948, por um golpe de Estado que ficou sendo clássico, conseguiram os comunistas modificar a estrutura política do país. [4] Depois da demissão de Bénès, o comunista Clemente Gottwald foi eleito, pelo Parlamento, Presidente da República.

No que concerne às relações com a Igreja Católica, o Govêrno Bénès empregara-se desde o início no *reatamento efetivo das relações diplomáticas com a Santa Sé*. A 13 de maio de 1946, S. Excia. Mons. Xavier Ritter foi acreditado como Representante da Santa Sé,

---

3) Antes da última guerra, consoante as estatísticas de 1930, a Tchecoslováquia tinha 14.736.158 habitantes, sôbre os quais se contavam 10.831.696 católicos de rito latino e 585.041 de rito oriental; 1.129.758 protestantes; 793.358 fiéis da Igreja nacional tchecoslovaca; 145.598 cismáticos; 357.000 judeus; e 854.638 sem religião. Depois da guerra, as fronteiras da Tchecoslováquia foram refundidas, de tal sorte que, à chegada dos comunistas ao poder, o estado demográfico do país era pouco mais ou menos o seguinte: habitantes, 12 milhões aproximadamente; católicos de rito latino, 8.750.000, e de rito oriental 300.000; protestantes, 900.000; fiéis da Igreja nacional tchecoslovaca, 900.000; cismáticos, 60.000; judeus, 50.000; e sem religião, 970.000. No tocante à organização eclesiástica, contavam-se na Tchecoslováquia: 2 sés arquiepiscopais, 10 sés episcopais, 2 administrações apostólicas, com um total de 4.149 paróquias, 5.779 padres seculares, 1.363 casas e institutos religiosos, 1.163 religiosos-sacerdotes, 1.102 religiosos não-sacerdotes, e 10.868 Freiras.

4) Cf. Nemec, *o. c.*, pp. 221 e ss.

com a categoria de Internúncio Apostólico; por seu lado, a Tchecoslováquia era representada no Vaticano pelo Doutor Artur Maixner.

Sob o Govêrno Bénès foi igualmente resolvida a questão da nomeação do Arcebispo de Praga, pendente desde 1941. Com a morte do Cardeal Kaspar, ocorrida naquele ano, não era possível nomear um novo Arcebispo por causa das dificuldades criadas pela situação política.

A 5 de novembro de 1946, pôde-se proceder à nomeação de S. Excia. *Mons. José Beran* como Arcebispo de Praga e Metropolita da Boêmia. [5] À cerimônia da sagração, a 8 de dezembro de 1946, assistiram igualmente os representantes do Govêrno, entre os quais o próprio futuro presidente Gottwald. No mesmo dia Mons. Beran era condecorado pelo Ministro do Interior, Vaclam Nosek, comunista convicto, com a medalha da resistência tcheca.

Até o golpe de Estado de fevereiro de 1948, a despeito dos numerosos ataques contra a Igreja Católica na Tchecoslováquia [6], o exercício do ministério sagrado tinha podido gozar de certa liberdade, ao menos na Boêmia e na Morávia, graças à corajosa atitude do Episcopado católico em face das disposições governamentais.

Porém, desde que os novos governantes chegaram ao poder, severas medidas feriram a Igreja Católica. Foram precedidas de uma campanha contra a Igreja e contra a Santa Sé por meio do rádio, da imprensa, dos discursos públicos e do cinema. A partir de fevereiro de 1948, a imprensa comunista tchecoslovaca pôde lisonjear-se de sobrepujar tôdas as dos países de obediência marxista, em matéria de *calúnias* e de *insinuações de todo gênero* contra o clero, contra os bispos e contra a própria pessoa do Sumo Pontífice. [7] A coisa é tanto mais grave quanto ao mesmo tempo os comunistas tiraram à Igreja a possibilidade de se defender pela imprensa.

---

5) O novo Arcebispo, na qualidade de reitor do seminário de Praga, dera prova de grande coragem durante a ocupação alemã, o que lhe valera três anos de detenção em diversos campos de concentração. Desde a sua nomeação, a 14 de novembro de 1946, foi condecorado com a Cruz de Guerra pelos seus altos feitos patrióticos. Cf. Nemec, *o. c.*, pp. 202-203.

6) Por exemplo, o Govêrno suprimira algumas festas católicas tradicionais, sob o pretêxto de que elas "roubavam ao Estado preciosas horas de trabalho"; certas medidas tinham sido tomadas contra o ensino religioso nas escolas, reduzindo-se as horas dêsse ensino e fazendo-se da religião matéria de segunda ordem; houve também uma depuração dos membros do clero e do laicato católicos, acusados de haverem conspirado contra o Presidente Bénès, etc. A maior parte dessas medidas eram devidas à iniciativa do Ministério-chave do qual os comunistas se haviam apressado de tomar posse desde o primeiro gabinete Bénès. Cf. Nemec, *o. c.*, pp. 204-220.

7) No correr dêste capítulo, aqui ou acolá far-se-á alusão a essa campanha de imprensa contra a Igreja. Mas nunca se poderá dar senão uma fraca idéia da violência da propaganda anticatólica na Tchecoslováquia no decurso dêstes últimos sete anos.

A PERSEGUIÇÃO RELIGIOSA NA ESLOVÁQUIA DE 1944 A 1948

Necessário se inculca consagrar um desenvolvimento particular à perseguição anticatólica que lavrou na Eslováquia desde o fim da última guerra até o golpe de Estado comunista de 25 de fevereiro de 1948.

A nação eslovaca que, por ocasião do último conflito mundial, combateu contra a U. R. S. S. para salvar a sua independência fêz a experiência da hostilidade comunista para com a religião católica e seus representantes muito antes que o seu território fôsse invadido pelas tropas soviéticas.

Durante o verão de 1944, os Russos fizeram descer de pára-quedas no solo eslovaco numerosos instrutores militares e políticos. Debalde tentaram êstes ganhar para a sua causa o Govêrno da República eslovaca, propondo-lhe aliança com o comunismo e prometendo respeitar a existência de uma República Soviética Eslovaca.[8]

Os elementos vindos do estrangeiro, unindo-se aos comunistas e aos protestantes locais — êstes últimos descontentes com um Govêrno que era a expressão da grandíssima maioria católica, — animaram os partidos clandestinos comunista e democrático, ambos ligados ao pretenso *Conselho Nacional Eslovaco.*

Que dito Conselho fôsse de tendência anticatólica, isto está provado pelo simples fato de uma das suas primeiras decisões ter sido *nacionalizar* (melhor seria dizer laicizar) *as florescentíssimas escolas mantidas pelos sacerdotes e pelos religiosos,* e que representavam cêrca de três quintos do conjunto das escolas do país. Pelo decreto nº 5, de 7 de setembro de 1944, o Conselho decidia, com efeito:

1º As escolas de todos os ensinos, desde as escolas maternais até as Universidades, são nacionalizadas na Eslováquia a datar da entrada em vigor do presente decreto.

2º O pessoal docente e todos os empregados das ditas escolas passam a ser funcionários do Estado.[9]

Êsse decreto foi promulgado pelo Conselho, embora não tenha podido ter nenhuma eficácia prática, pelo fato da presença das tropas alemãs e da exigüidade do território controlado pelos partidários do Conselho.

Alguns meses bastaram aos partidários comunistas para darem a medida do seu ódio anticatólico: devassas nos presbitérios e nas residências episcopais, acompanhadas de pilhagens e de ameaças a mão armada; aprisionamentos injustificados de sacerdotes; expul-

---

8) Cf. J. A. Mikus, *La Slovaquie dans le drame de l'Europe Centrale,* Paris, 1955, p. 202.

9) *Sbierka mariadeni Slovenskej narodnej rady* (Coletânea dos decretos do Conselho Nacional Eslovaco), Banska Bystrica, 1944.

sões de religiosos das suas casas; matanças de sacerdotes fora de quaisquer operações militares, e ultrajes aos sentimentos religiosos das vítimas. [10]

Uma vez restabelecida a República Tchecoslovaca, os comunistas locais acharam-se ràpidamente senhores do país em razão da autonomia concedida à Eslováquia. O novo Conselho Nacional Eslovaco continuou a compor-se de representantes dos dois partidos, comunista e democrático — êste último sempre dirigido por protestantes, — e os católicos foram banidos da vida pública. Efetivamente, os comunistas ficaram à vontade para atribuir à Igreja a responsabilidade da situação, e para criar um clima de propaganda tendente a demonstrar que êles combatiam os católicos sòmente como representantes políticos da ex-República eslovaca. A minoria comunista procurava assim tirar dos precedentes políticos grosseira justificação para uma série de medidas realmente ditadas apenas pelo ódio anti-religioso.

No mês de abril de 1945 foram aprisionados dois bispos: Mons. João Vojtassak, Bispo de Spis, e Mons. Miguel Buzalka, Auxiliar de Trnava, assim como Mons. João Postény, diretor da Sociedade Santo Adalberto, a grande organização cultural dos católicos eslovacos, e outros sacerdotes. Os bispos foram soltos ao cabo de alguns meses, por causa da repercussão, desfavorável para o comunismo, que a sua detenção provocara entre o povo.

Pelo decreto nº 34, de 16 de maio de 1945, o Conselho Nacional Eslovaco dava nova eficácia ao precedente decreto sôbre a nacionalização de tôdas as escolas católicas. [11] E assim é que foram nacionalizadas 1.800 escolas elementares agrupando mais de 25.000 alunos, 77 escolas secundárias freqüentadas por cêrca de 10.000 alunos, e mais de 30 colégios onde eram instruídos cêrca de 5.000 pensionistas, sem contar numerosos outros estabelecimentos de educação.

E' de notar que na Eslováquia — onde a lei escolar, de inspiração liberal, do imperador Francisco José, não fôra promulgada, dado que o país fazia parte da Hungria, — quase tôdas as paróquias possuíam as suas escolas elementares, enquanto que em todos os centros importantes havia escolas secundárias dependentes da autoridade eclesiástica.

O decreto nº 47, de 26 de maio de 1945, ordenava o *confisco de todos os bens das escolas*. [12] Essa disposição feria dolorosamente sobretudo as comunidades religiosas que — e era o caso mais freqüente — viviam desde muito tempo nos imóveis escolares. Em nu-

---

10) Achar-se-á sôbre êste assunto uma exposição particularmente documentada em T. J. Zubek, *L'Eglise du silence en Slovaquie*, Whiting. Ind., 1956.

11) *Sbierka mariadeni Slovenskej narodjej rady* (Coletânea dos decretos do Conselho Nacional Eslovaco), Bratislava, 1945.

12) *O. c., Bratislava*, 1945.

merosos casos, tiveram elas de ceder aos novos locatários leigos até os aposentos reservados à clausura.

O decreto nº 80, sempre de 1945, confiscava também tôdas as casas confessionais de estudantes. Assim tiveram de ser abandonados o grande Instituto Svoradov para a mocidade universitária em Bratislava, e vinte e quatro outras casas de estudantes.

Aliás, no que concerne à escola, não pararam aí as medidas coercitivas dos comunistas. Por iniciativa do Comissário, para a educação, do Conselho Nacional, — comunista notório, — membros do Partido foram nomeados inspetores e diretores de escolas; procedeu-se a uma depuração entre os professôres, com afastamento sistemático dos religiosos e religiosas, mesmo nas escolas que até então lhes haviam pertencido; os crucifixos e todos os outros símbolos religiosos foram banidos de numerosas salas de aula; o ensino religioso não mais foi ministrado senão à margem do programa escolar, e o tempo que lhe era doravante consagrado foi notàvelmente diminuído.

A pretensa *democracia* comunista teve como nulas e não ocorridas as assinaturas colhidas em favor da manutenção dos direitos da Igreja em matéria de educação religiosa, por ocasião do "referendum" organizado pelo "Bureau" Central Católico (ou Chancelaria Central Católica: C. C. S.) de Bratislava. A polícia confiscou os "dossiers" das assinaturas colhidas pelo "Bureau" de Bratislava e em todos os presbitérios da Eslováquia, e procedeu à detenção do diretor do Ofício Católico que organizara o "referendum".

Pelo decreto nº 51, de 25 de maio de 1945, *tôdas as associações de juventude da Ação Católica foram dissolvidas*, e os seus bens confiscados, inclusive bibliotecas.

Simultâneamente, as obras religiosas foram excluídas das bibliotecas públicas, e a imprensa periódica sofreu graves restrições. Assim desapareceram as revistas *Kultura* e *Obroda*, enquanto que as casas editôras católicas seguintes viam-se privadas das suas tipografias: *Andrej* em Bratislava, *Spolok sv, Vojtecha* em Trnava, e *Lev* em Ruzomberok.[14] Outro tanto draconianos foram os entraves opostos à formação dos aspirantes ao sacerdócio e à vida religiosa. Os Institutos foram privados de grande parte das suas casas, em benefício de escolas mistas, cujos alunos não sentiam constrangimento em organizar farsas e danças, de gôsto duvidoso, às portas dos locais reservados à clausura. Não bastando isso, os seminaristas e

---

13) *O. c., Bratislava*, 1945.

14) Durante o período eleitoral de 1946, com o favor de uma leve cedência sobrevinda na política de banimento dos católicos da vida pública, as revistas *Smer, Priatel dietok* (O Amigo das Crianças) puderam de novo aparecer, enquanto que as novas revistas *Novapraca* (Trabalho Novo) e *Verbum* substituíam as que haviam sido interditadas.

os noviços foram obrigados a freqüentar as escolas públicas, onde eram largamente ensinados o ateísmo e o materialismo.

Em vão a Hierarquia eslovaca protestou contra tôdas essas medidas coercitivas, numa Carta Pastoral coletiva publicada em novembro de 1945.

As eleições de 26 de maio de 1946 provaram de maneira evidente de que lado se colocava o povo: os comunistas da Eslováquia obtiveram apenas 30% dos votos, menos da metade dos sufrágios recolhidos pelos democratas-cristãos (61,5%).[15]

Ainda uma vez, no entanto, não foi levado em nenhuma conta a vontade popular. Efetivamente, o resultado das eleições para o conjunto da República tchecoslovaca dera, mesmo assim, ligeira maioria aos comunistas e aos seus aliados sociais-democratas (respectivamente 40% e 14% dos votos) sôbre o bloco dos socialistas nacionais de Bénès (24%) e do Partido Popular (21%). Em razão disso, os primeiros obtiveram finalmente 153 cadeiras, contra sòmente 147 dos segundos, inclusive as duas cadeiras do Partido eslovaco da liberdade. Os comunistas eslovacos tiraram proveito dessa fraca maioria: graças ao apoio dos comunistas da Boêmia e da Morávia, e em conseqüência também da fraqueza do Partido Democrata, e sem de modo algum se preocuparem, desta vez, com a tão exaltada autonomia da Eslováquia, conseguiram êles conservar os postos de comando.

A situação religiosa ressentiu-se da influência dessa manobra, e só ligeiramente melhorou em relação ao que era antes da consulta eleitoral. Essa melhora, com efeito, não impediu — para citar só alguns exemplos — a lei nº 248/1946 autorizasse o trabalho aos domingos e dias de festa, a despeito da proposta feita pelos patrões católicos de prolongar os horários dos dias úteis; que a lei nº 142/1947 *confiscasse os bens da Igreja em favor do Estado;* que fôssem maltratados e encarcerados numerosos militantes da Ação Católica, culpados sòmente de trazer sôbre o peito uma cruzinha de metal.

Depois do golpe de Estado comunista de fevereiro de 1948, a sorte da Eslováquia devia tornar-se, em matéria de perseguição religiosa, ainda mais estreitamente semelhante à da Boêmia e da Morávia.

II. AS MEDIDAS CONTRA A IMPRENSA, AS ESCOLAS E AS ORGANIZAÇÕES CATÓLICAS

Uma das primeiras medidas do novo Govêrno — em harmonia, nisso, com todos os Governos dos países comunistas — foi *a supressão dos maiores e mais importantes jornais católicos* da Boêmia e da

15) Êsse resultado foi a conseqüência do apoio dado pelos católicos do partido democrata, apoio indispensável para evitar que os comunistas se apossassem do poder. O partido, dirigido por protestantes, não soube deter a expansão comunista, nem evitar a detenção dos representantes católicos mais influentes.

Morávia.[16] Por decreto do Ministério da Informação de 26 de fevereiro de 1948, a publicação dos hebdomadários seguintes era proibida: *Rozsevac* (O Semeador: 220.000 exemplares), *Nedele* (O Domingo: 120.000 exemplares), *Katolik* (O Católico: 30.000 exemplares). Não se tocou no hebdomadário eslovaco *Katolické Noviny* (Jornal Católico), que só deveu êsse favor à intenção do Govêrno de transformá-lo mais tarde em órgão do movimento cismático.

Essa supressão privava os católicos ao mesmo tempo de informações sôbre a vida da Igreja e de instrumentos para combater a propaganda dos seus adversários.[17]

Nos meses que se seguiram, foi a vez das revistas católicas, que foram quase tôdas suprimidas por decreto do Ministro da Informação, de novembro de 1948.[18]

No *início* de 1949, fazendo valer o seu desejo de "pôr fim à exploração capitalista e à anarquia na edição dos livros", o Govêrno aprovava dois decretos-leis: o primeiro instaurando o monopólio da imprensa não-periódica; o outro, confiscando, em proveito do Estado, tôdas as bibliotecas eclesiásticas. A Igreja Católica não figurava, no texto da lei, entre os organismos que tinham direito a uma casa editôra. Assim, foram colocadas sob o contrôle do Estado tôdas as casas editôras católicas, enquanto que desapareciam das livrarias, tornadas tôdas organismos do Estado, os livros religiosos[19], os livros de orações, os Discursos do Santo Padre e todos os livros de teologia. Às pessoas não mais podiam proporcionar-se senão os livros e os periódicos que defendiam o materialismo ou que falavam das vitórias do socialismo. Ao mesmo tempo, o rádio e a imprensa comunistas exortaram o povo a desconfiar do "grande inimigo" constituído pelos livros que atacam a ideologia comunista.

A lista seguinte das publicações católicas *suprimidas em janeiro de* 1949 dá uma idéia da importância da imprensa católica e das

---

16) Já sob o govêrno precedente a imprensa Católica fôra submetida a algumas restrições: em tôda a Boêmia e Morávia, por exemplo, tinha sido impossível publicar um só cotidiano católico independente dos partidos políticos.

17) Os protestos, tanto da Hierarquia como dos fiéis, contra essa medida nenhum resultado deram. O Govêrno desculpou-se pretextando que a falta de papel o obrigara a adotar tais disposições.

18) O decreto de supressão das revistas destinadas à juventude estabelecia explìcitamente, como princípio, que as revistas dêsse gênero não podiam ser publicadas por organizações eclesiásticas; só a organização única da juventude, organização de Estado, tinha qualidade para o fazer.

19) Uma Comissão de pretensos padres-patriotas foi incumbida pelo Ministério da Instrução Pública de ajustar, em 1948, uma nova edição "correta" do *catecismo*, que, bem entendido, não foi aprovada pela Hierarquia, mas nem por isto deixou de ser imposta nas escolas.

devastações que nela causaram os comunistas após 10 meses apenas de govêrno:

			exemplares
1.	*Katolik* (O Católico)	hebdomadário	30.000
2.	*Nedele* (O Domingo)	"	120.000
3.	*Rozsevac* (O Semeador)	"	220.000
4.	*Na Hlubinu* (In Altum)	mensal	4.00
5.	*Serafinsky Prapor* (A Bandeira Seráfica)	"	4.300
6.	*Mariansky Vestnik Svata Hora* (Boletim Mariano do Monte Sagrado)	"	10.000
7.	*Ruze Dominikanska* (A Rosa Dominicana)	"	3.000
8.	*Apostolat modlitdy* (O Apostolado da Oração)	"	18.000
9.	*Vysehrad* (Acrópolis)	bi-mensal	5.000
10.	*Cesta Pokoje* (A Trilha da paz)	"	1.000
11.	*Filosoficka revue* (Revista filosófica)	trimestral	1.200
12.	*Andel Strazny* (O Anjo da Guarda)	mensal	60.000
13.	*Usvit* (A Aurora)	"	5.000
14.	*Radostné Mladi* (A Juventude feliz)	"	8.000
15.	*Akord* (O Acorde)	"	4.000
16.	*Hlasy Svatohostynske* (Voz do S. Monte Hostyn)	"	14.000
17.	*Vychovatelské Listy* (Letras pedagógicas)	"	6.000
18.	*Apostolat Sv. Cyrilla a Metodeje* (Apostolado dos Santos Cirilo e Metódio)	"	
19.	*Dobry Pastyr* (O Bom Pastor)	hebdomadário	6.000
20.	*Vestnik Jednot Duchovenstva* (Boletim da Associação do Clero)	mensal	4.000
21.	*Acta Academiae Velebradensis*	trimestral	3.000
22.	*Salesiansky Vestnik* (Boletim salesiano)	mensal	10.000
23.	*Dorost* (Nova geração)	bimensal	16.000
24.	*Vestnik Sv. Josefa* (Boletim de S. José)	mensal	8.000
25.	*Farni Vestniky* (Boletins paroquiais em língua tcheca)		
26.	*Verbum*	mensal	3.000
27.	*Smer* (Direção)	"	5.000
28.	*Plamen* (Flama)	bimensal	18.000
29.	*Priatel Dietok* (O Amigo das Crianças)	"	50.000
30.	*Mladez a Misie* (Juventude Missionária)	mensal	
31.	*Las* (Esplendor)	"	8.000
32.	*Dobrocin* (A Boa Ação)	"	
33.	*Posol S. Srdca* (O Mensageiro do Sagrado Coração)	"	50.000
34.	*Hlasy z Domova a z Misii* (A Voz da Pátria e das Missões)	"	50.000
35.	*Svata Rodina* (A Sagrada Família)	"	8.000
36.	*Slovensky Svet* (O Mundo Eslovaco)	hebdomadária	50.000
37.	*Serafinsky Svet* (O Mundo Seráfico) ...	mensal	3.000
38.	*Frantiskansky Obzer* (Horizonte Franciscano)	trimestral	
39.	*Katolicka Jednota* (A União Católica) ..	mensal	50.000
40.	*Marianska Kongregacia* (Congregação Mariana)	"	3.000
41.	*Kralobna Maja* (A Rainha do Mês de Maio)	"	
42.	*Marianka*	trimestral	7.000

43. *Svaty Ruzenec* (O Santo Rosário)	mensal	
44. *Zvesti Jezuitov na Slovensku* (Notícias dos Jesuítas na Eslováquia)		
45. *Misionar* (O Missionário)	mensal	
46. *Cyril a Metod* (Cirilo e Metódio)	"	
47. *Trnavska Rodina* (A Família de Trnava)	bimensal	10.000
48. *Vestnik Sdruzenia Sv. Josefa* (Boletim da Congregação de São José)		
49. *Salezianske Zvesti* (Notícias Salesianas)	mensal	
50. *Blagovestnik* (O Bom Boletim)	bimensal	
51. *Zivotm* (Através da vida)	"	50.000
52. *Vestnik Ustr. Catol. Kancelarie* (Boletim do Bureau Central Católico)		
53. *Farske Vestniky* (Boletins paroquiais, em língua eslovaca) [20]		

Em janeiro de 1949, igualmente, um "Comissário especial" [21] foi impôsto às Casas editôras católicas seguintes:

1º Edições dos Santos Cirilo e Metódio, de Gustavo Francl, em Praga;
2º — de Bohuslav Rupp, em Praga;
3º — dos Redentoristas "Exercicni Dum", em Frydek;
4º — "Atlas", em Praga;
5º — da Associação "Vlast", em Praga;
6º — das Missões da Sociedade do Verbo Divino, em Nitra. À diferença das outras cinco, esta última foi suprimida posteriormente.

Ademais, em abril de 1949 foram interditados os Boletins Oficiais Diocesanos, "Acta Curiae", que, mesmo sob a ocupação alemã, haviam continuado a publicar-se.

Enfim, um decreto do Ministro da Informação fêz conhecer que era necessário pedir autorização oficial para a reprodução de qualquer texto, qualquer que fôsse o modo (inclusive a multicópia e outros processos semelhantes). Em princípio essa autorização só podia ser concedida pelo Ministério da Informação; contudo, a do Comitê Nacional do distrito bastava quando se tratava de avisos e programas de pequenas dimensões. Tôda violação dessa regra era punida.

Entre as primeiríssimas preocupações dos novos governantes deve-se também mencionar a de *suprimir as escolas católicas*, onde quer que ainda existissem. [23]

---

20) Essa lista, estabelecida em 1949, não é completa. Só em língua tcheca foram suprimidos 6 hebdomadários e 24 publicações mensais, ao passo que 1 hebdomadário e 1 mensário foram transformados em órgãos filocomunistas.

21) O seu papel era controlar as edições, fazendo desaparecer da circulação ou impedindo de imprimir tudo o que não correspondia aos cânones da "democracia popular".

22) Nº 30.965-48 T. O., conforme o célebre *Bulletin du Clergé Catholique*, nº 3, de 10 de junho de 1949. (Cf., a respeito dêsse Boletim, a nota 44, mais abaixo).

23) Na Tchecoslováquia, as casas de educação dependentes da

Anteriormente às eleições de 30 de maio de 1948, o Govêrno apresentara ao Parlamento um projeto de lei sôbre o monopólio estatal da escola, o qual foi aprovado a 21 de abril de 1948, embora a grande custo, dois meses depois do golpe de Estado comunista.[24]

Dizia o artigo 1º: "*A escola é exclusivamente instituição de Estado*". Em conseqüência, os bens pertencentes às escolas livres tornavam-se propriedade do Estado. O artigo 4, § 2º, previa entretanto: "O Govêrno tem o poder de fazer exceções". Antes de a lei vir a ser aplicada, pôde-se concluir um acôrdo entre os representantes do Comitê de Ação e os do Episcopado, nos têrmos do qual as escolas dependentes da Autoridade Eclesiástica seriam conservadas; e o Ministério da Instrução logo fazia anunciar que as escolas em questão eram autorizadas a receber matrículas para o ano escolar. Mas, a despeito da palavra dada[25], *per modum facti* o Ministro comunista da Instrução procedeu à supressão de quase tôdas as escolas católicas.

A 11 de junho, precisamente no momento em que devia reunir-se uma comissão de bispos e de representantes do Govêrno para se ocupar das relações entre a Igreja e o Estado, anunciou-se a nacionalização das escolas primárias e secundárias.

A 30 de setembro de 1948, as disposições da lei de 21 de abril entraram em vigor, fazendo passar para *sob a administração do Estado tôdas as escolas de primeiro e segundo graus.*

A datar de novembro de 1948, os jardins de infância, embora não estando mencionados na lei, foram igualmente nacionalizados, e, em muitos casos, as Freiras foram expulsas.

Os seminários-menores não escaparam maiormente à reforma escolar, e tiveram, bem como tôdas as outras escolas, de submeter os seus programas à aprovação prévia do Ministério da Instrução Pú-

---

autoridade eclesiástica eram numerosas. Na Eslováquia, especialmente, havia-se conservado o sistema escolar em vigor no antigo reino húngaro do império austro-húngaro: a escola ao lado da igreja e na dependência desta. Assim se explica que na Eslováquia quase tôdas as paróquias tivessem a sua escola elementar, e todos os centros importantes a sua escola secundária católica. Só na Eslováquia contavam-se 1.800 escolas elementares, com 25.000 alunos pelo menos, 77 escolas secundárias com cêrca de 10.000 alunos, e, ademais, 30 colégios que abrigavam cêrca de 5.000 pensionistas. Na Eslováquia, as leis contra as escolas católicas foram publicadas, em 1945, pelo Conselho Nacional eslovaco. Pelo decreto-lei de 6 de setembro de 1945, tôdas as escolas católicas foram declaradas escolas de Estado, e poucos meses mais tarde as associações católicas foram dissolvidas.

24) Ver lei nº 95 na *Coleção das leis e regulamentos da República Tchecoslovaca.*

25) A promessa disso fôra feita pelo Govêrno, no caso o Ministro da Justiça Cepicka, a fim de obter que o Episcopado autorizasse o canto do *Te Deum* por ocasião da eleição do sr. Gottwald para a presidência da República.

blica. Em conseqüência disso, a teoria do materialismo dialético e a sociologia marxista impregnavam o conjunto das matérias a estudar.[26]

Nos primeiros tempos, e por motivos de tática, o Govêrno comunista admitiu o ensino religioso nas escolas do Estado, mas reduzindo-o à categoria de matéria facultativa e fazendo-o passar do primeiro para o último lugar entre as diferentes disciplinas escolares. Essa concessão, aliás, não passou de manobra destinada a dissimular os abusos de poder cometidos contra os Institutos católicos de educação. Em breve, no entanto, para dissuadir os pais de mandarem seus filhos às aulas de religião, terá início uma propaganda intensiva, acompanhada de tôdas as formas de obstrução.

A aplicação da nova lei foi controlada de maneira extremamente severa pelas autoridades. Os professôres eram vigiados por agentes da polícia, e muitas vêzes os próprios alunos eram incitados a denunciar os seus mestres.

A 3 de junho de 1949, as faculdades e os institutos de teologia receberam comunicação de um decreto do Ministério da Instrução Pública assinalando que "o ensino e a educação por êles dados... não eram conformes à ordem popular-democrática", e que, em conseqüência, deveriam êles imediatamente prever um curso de "ciência social, obrigatório para todos os ouvintes". O exame sôbre as matérias dêsse curso era "condição indispensável para passar para a classe superior". O decreto designava igualmente o professor que

---

26) Os princípios em que doravante se inspirarão os educadores nas escolas foram expostos pelo Ministro Nejedly, no curso de uma conferência feita à Liga da Juventude Tcheca: "A educação deverá basear-se no marxismo-leninismo, a fim de pôr têrmo à exploração das outras teorias contraditórias, que só fazem é criar confusão na mente dos jovens". E Slansky proclamará na reunião do Comitê Central do Partido Comunista de 25 de novembro de 1948: "A concepção mundial da classe operária, o marxismo-leninismo, deve ocupar lugar importante nos programas de ensino de tôdas as nossas escolas. Tôdas as ciências devem ser explicadas do ponto de vista da nossa concepção mundial..." Os programas escolares eram ainda mais claros a respeito da nova linha a seguir em matéria de educação: "Os alunos — precisavam êles — devem aprender a investigar a causa determinante de todo fenômeno nos fundamentos da economia e na relação das fôrças de classes". Nos manuais de história, quando se trata da Igreja, esta é apresentada como uma instituição humana que também teve a sua forma "feudal", e sempre foi aliada dos opressores dos trabalhadores. O fim dos estudos da biologia é levar à convicção de que a matéria está na base de tudo o que acontece na natureza, e portanto também na base da vida. O homem faz parte da natureza, está sujeito às leis desta, mas conhece-as e, em definitivo, explora-as. Acrescentemos, ainda, que desde fevereiro de 1948 o Ministro comunista da Instrução Pública tinha dado ordem para colocar o retrato de Stalin em tôdas as salas de aula.

devia assegurar êsse curso, e ameaçava com sanções quem quer que não executasse escrupulosamente e em tempo querido essas disposições.[27]

A luta contra a Igreja ainda não havia um ano que começara, e já na Tchecoslováquia inteira as escolas católicas tinham cessado de existir, e a juventude era obrigada a seguir os cursos de materialismo, até nos institutos destinados à educação do clero.

Outra espécie de medidas contra a Igreja foi a *supressão das organizações católicas.*

Na Tchecoslováquia existiam duas organizações da Ação Católica: uma para a Eslováquia e outra para a Boêmia-Morávia. Na Eslováquia, a Ação Católica tinha para o conjunto dos seus ramos um "Bureau" Central em Bratislava. Outro "Bureau" similar existia para a Ação Católica tcheca. O Regime comunista de Praga suprimiu quase simultâneamente todos os órgãos diretores das associações católicas. A 22 de novembro de 1948 aparecia um decreto do Ministério do Interior estabelecendo o fechamento da "Chancelaria Central Católica" de Bratislava, órgão do Episcopado eslovaco para a Ação Católica.[28] Ao mesmo tempo, o diretor da Chancelaria foi pôsto em estado de arresto, e a Ação Católica eslovaca foi considerada dissolvida.

---

27) Ver decreto nº 7.798/49/III-1, reproduzido no célebre *Bulletin du Clergé Catholique,* nº 3, de 10 de junho de 1949. (Cf. abaixo, nota 44.)

28) Ver decreto do *Comissariado do Interior de Bratislava,* nº 1.008/IV/3/1947. Reproduzimos a seguir os motivos invocados para a dissolução, por constituírem um exemplo clássico da "legalidade" comunista:

"O estudo dos estatutos da Chancelaria Central Católica (C. C. C.), entregues ao Comissariado do Interior para aprovação, não permite determinar o caráter jurídico dessa instituição.

"Segundo os estatutos, essa instituição baseia-se na agregação voluntária dos seus membros e não tem, por conseqüência, o caráter de associação. Os arts. 4 e 5 dêsses estatutos estipulam que a C. C. C. deveria ser o órgão executivo dos bispos eslovacos, servir de ligação entre as instituições e as repartições eclesiásticas, coordenar e organizar, segundo as intenções dos bispos, a instrução religiosa e moral dos fiéis na Eslováquia, graças a conferências culturais religiosas, a cursos, a exercícios espirituais, a universidades de verão, a bibliotecas, a casas de cultura, pela publicação de livros, revistas e outras obras, exceção feita para as que tratam de política; ficar em contacto com tôdas as organizações católicas do mundo, etc. De acôrdo com o que precede, não se vê claramente em que bases jurídicas poderia apoiar-se essa instituição. O escopo mencionado pode ser atingido tanto pelas instituições religiosas legais já existentes como pelas associações jurìdicamente fundadas já existentes, e mesmo, eventualmente, por outras instituições legais culturais ou sociais.

Por êsses motivos, a criação da C. C. C. está em oposição com a situação jurídica atual; em conseqüência, no interêsse público os seus estatutos não podem ser aprovados, nem a sua atividade permitida".

Cêrca de um mês mais tarde, a organização da "Juventude Católica Tcheca" foi suprimida, e alguns dias depois era a vez de todos os outros ramos da Ação Católica na Boêmia e na Morávia.

Os decretos de dissolução das associações católicas afirmavam que essas medidas haviam sido adotadas "no interêsse público, que reclama a união de tôdas as fôrças, conformemente à ordem democrático-popular".

Aos protestos das autoridades eclesiásticas e dos dirigentes católicos, os comunistas responderam pelo convite a ingressar nas organizações do Partido, usando, para a isso chegar, de intimidação e mesmo da detenção dos mais ardorosos.

Ante a recusa dos católicos, o Govêrno usou de autoridade. Em dezembro de 1948, por decreto do Comissariado para o Interior, de Bratislava [29], era decretada a fusão da União Católica das Mulheres Eslovacas, que contava 100.000 membros, com a Liga (comunista) das Mulheres Eslovacas, e isso apesar de um vibrante protesto da Presidência da União, que denunciava a medida como uma violação do artigo 24 da Constituição. O mesmo mês via a fusão, "por via de autoridade", da "Juventude Católica da Boêmia" com a Liga comunista da Juventude Tcheca.

Pode-se ler o motivo dessas medidas contra a Ação Católica num discurso pronunciado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Siroki, em que êle afirmava:

> "Unificar a juventude e criar para ela uma federação única é o resultado lógico do desenvolvimento da política da Tchecoslováquia. Sabe-se universalmente que, numa democracia popular, a liberdade confessional é garantida, mas nós não podemos admitir que existam organizações de juventude com caráter religioso, pois minam a unidade da juventude e freiam o seu esfôrço para a construção de um futuro melhor". [30]

O Regime comunista não se cingiu a ferir a Ação Católica; adotou também graves medidas contra tôdas as outras associações e organizações dependentes da Igreja ou que se inspiravam em princípios religiosos. Assim é que foi afetada a organização de beneficência *Charitas,* que coordenava as obras de assistência dos católicos. Da *Charitas* dependiam bom número de asilos de crianças e de obras de caridade, que o Govêrno confiscou, um após outro, não sem procurar fazer da própria *Charitas* um instrumento de propaganda comunista. Para êste fim, colocou à testa da *Charitas* um padre de sua inteira devoção, assim transformando a meritória organização

---

29) Ver decreto nº 35.002/I-III/2, de 22 de dezembro de 1948, na *Coleção das leis e regulamentos da República Tchecoslovaca.*
30) Cf. Nemec, *o. c.,* p. 307.

em instrumento de govêrno e de propaganda em pró do comunismo. A lei de 19 de julho de 1948 nacionalizou igualmente os hospitais.[31]

No número das medidas adotadas contra a Igreja, há razão, enfim, para mencionar a *nacionalização* de todos os bens fundiários a esta pertencentes: a Igreja achava-se, assim, empobrecida, e, no plano econômico, o clero era colocado à mercê do Estado.

No correr do ano de 1948 os ataques da imprensa continuaram extremamente violentos contra a Igreja e a Santa Sé.

Essa série de abusos de poder foi denunciada num primeiro *Memorandum* dirigido ao Govêrno pelo Episcopado tchecoslovaco em data de 16 de agôsto de 1948, assim como na *Carta Pastoral* de 13 de outubro[34], cuja publicação o Govêrno proibiu. Lia-se no Memorandum:

"A despeito das promessas de liberdade religiosa, e das afirmações reiteradas de boa-vontade, movia-se uma luta anti-religiosa e baixamente anticlerical, conformemente a um programa bem estabelecido, reproduzindo exatamente aquêle segundo o qual se agira noutros países contra a religião e a Igreja Católica".

Por seu lado, o Ministro Nejedly declarava pelo rádio a 5 de dezembro de 1948:

"O nosso povo católico não será submetido a nenhuma prova de fidelidade à Igreja no domínio das coisas religiosas. Ninguém, nem o Estado, nem os seus serviços, nem o Govêrno cogitam do que quer que seja nesse gênero, como tampouco o nosso povo, que tem outras preocupações, e que a questão de crença deixa indiferente... Êle acabou por compreender aonde o conduzira o presumido "serviço" de Deus e dos santos diversos, quando, ao contrário, se abusava dêsse serviço para o reduzir à escravidão sob o domínio dos ricos e dos seus esbirros... A política do nosso Govêrno, em pleno acôrdo com o sentimento do nosso povo, é esta: Crê o que quiseres, isso é lá contigo, questão de idéia e de gôsto. Vai mesmo à Igreja aonde quiseres. Mas fiquem estas coisas fora da vida pública dos cidadãos e da do Estado".[35]

O fito que o Govêrno comunista se fixara pela aplicação dessas medidas[36] era claro: fazer desaparecer tudo o que podia opor-se à

---

31) Cf. *Lidova demokracie* (Democracia popular) de 20 de julho de 1948.

32) Ver *lei* nº 10.835/48-A-11-1162, na *Coleção das leis e regulamentos da República Tchecoslovaca,* assim como Nemec, *o. c.,* pp. 256-257, o qual publica interessantes estatísticas.

33) Ver, a título de exemplo, os ataques publicados em *Obrona Ludu* (Defesa do Povo) de 27, 28 e 30 de novembro e 2 de dezembro de 1948 ("O Vaticano, Apóstolo do Imperialismo"); em *Rudé Pravo* (Direito russo) de 3 de dezembro; em *Lidova demokracie* de 9 de dezembro; em *Narodni Obsvobozeni* (A Libertação Nacional) de 3 de dezembro.

34) Ver *Agence APA,* 16 de outubro de 1948.

35) Cf. *Lidova Demokracie,* 7 de dezembro de 1948.

36) Mencionemos igualmente aqui a lei sôbre o casamento. A

"realização do socialismo" e ao triunfo do comunismo. Isso foi repetido ainda uma vez por ocasião do IX° Congresso do Partido Comunista Tchecoslovaco, em novembro de 1948, no correr do qual os dirigentes comunistas se aplicaram a construir na Tchecoslováquia um "mundo novo", fundado na ideologia do materialismo dialético e nos princípios sociais enunciados por Marx, Lenine e Stalin.

A partir dêsse momento, cessaram os "ataques táticos" contra a Igreja Católica, e foi então o início de uma campanha para a sua "total escravização" ao Estado.

III. A TENTATIVA DO GOVÊRNO PARA CRIAR UM MOVIMENTO CISMÁTICO

A Igreja Católica na Tchecoslováquia teve o seu "Munique" em 1949. O nome Munique ecoa sinistramente nos ouvidos tchecos, pois foi nessa cidade que as Grandes Potências, em 1938, sem sequer terem consultado os interessados, decidiram da sorte da sua Pátria. Foi exatamente o que sucedeu à Igreja Católica, que, em 1949, sofreu as mais graves diminuições da parte do Govêrno comunista.

Em janeiro e fevereiro, foi pôsto o ponto final nas negociações para um acôrdo entre a Igreja e o Estado: o Episcopado ficava inabalável sôbre o princípio da neutralidade, da liberdade e da autonomia da Igreja Católica, embora pregando a lealdade para com o Estado; ao passo que o Govêrno visava a fazer da Igreja o seu dócil instrumento. [37]

Capacitando-se os próprios governantes comunistas de haverem os entendimentos chegado a ponto morto, decidiram utilizar todos os meios em seu poder para triunfar da "reação clerical".

---

partir de 1° de janeiro de 1950, o Govêrno introduzirá o casamento civil obrigatório, com proibição de realizar ato religioso qualquer que seja — inclusive as publicações — antes que o civil seja celebrado, e regulamentará *ex novo* a instituição do divórcio. Cf. *The Tablet* de 26 de novembro de 1949.

37) Não foi publicado nenhum comunicado a respeito dos entendimentos. A 17 de março de 1949, S. Excia. Mons. Beran, numa entrevista concedida ao *Internacional News Service*, depois de lembrar que naquela data cêrca de 120 sacerdotes estavam em prisão, declarava que as negociações haviam fracassado por três motivos: 1°, o Govêrno pedira à Igreja fazer uma declaração de lealdade para com o Regime; 2°, pedira-lhe revogar a "suspensão" decretada contra o Reverendo Plojhar e dois outros sacerdotes eslovacos, titulares de cargos governamentais; 3° o Govêrno encarava um confisco ulterior dos bens eclesiásticos. Além disto, o Govêrno recusava a participação da Santa Sé nos entendimentos. Cf. *La Documentation Catholique*, 1949, col. 999. Ver também *The Tablet*, 2 de abril de 1949.

No início de 1949, o Ministério do Interior dirigiu algumas instruções escritas às Direções Provinciais da Segurança Nacional e, pelo canal delas, às Direções Distritais, concernentes à maneira de proceder a respeito da Igreja Católica Romana. Devia-se, em particular:

1º Ordenar às Comissões agrícolas locais porem ràpidamente em execução as suas decisões relativas à expropriação dos terrenos dos benefícios paroquiais. [38]
2º Proibir tôda peregrinação e tôda manifestação religiosa fora da igreja. Só autorizar, no interior desta, cerimônias que pudessem ser controladas pùblicamente.
3º Proibir, em princípio, a impressão de publicações eclesiásticas.
4º Proceder à dissolução do resto das associações religiosas.
5º Controlar se os fiéis dão aos padres os seus cartões de alimentação e os seus cartões de vestuário, ou se aprovisionam os curas em víveres. Fazer devassa nas casas das pessoas suspeitas.
6º Ajudar os padres-ativistas (isto é, os que estavam dispostos a colaborar com os comunistas), sem todavia fiar-se nêles cegamente.

Ordem foi dada em seguida às Direções Distritais da Segurança Nacional para só comunicarem essas diretrizes oralmente aos órgãos locais, especialmente aos homens de confiança locais.

Essas diretrizes do Ministério do Interior marcavam uma nova etapa na luta contra a Igreja com o auxílio da polícia.

Pela aplicação dessas diretrizes, o Govêrno lisonjeava-se:

1º De criar um fôsso entre os bispos e os padres, pela supressão das *Acta Curiae*, e de extinguir lentamente nos padres o espírito religioso, proibindo tôda reunião, inclusive os exercícios espirituais, os congressos do clero, etc.
2º De afastar dos padres os leigos que pudessem ajudá-los.
3º De limitar tôda atividade religiosa ao interior da igreja, sem omitir o contrôle dela ali.
4º De liqüidar os restos de propriedade fundiária dos benefícios paroquiais, a fim de tirar aos padres tôda independência econômica.

Nos primeiros meses de 1949, novas medidas foram adotadas sôbre os pontos seguintes:

1º Ataques reiterados contra o Santo Padre e a Igreja Católica.
2º Proibição de imprimir livros religiosos e mesmo as orações para o Ano Santo.
3º Auxílio dado a uma imprensa católica só de nome, para fazer dela um instrumento de propaganda nas mãos do Govêrno.
4º Imposição de Comissários às Casas editôras católicas, censura dos livros, destruição das obras já impressas.
5º Educação da juventude consoante os princípios marxistas, em oposição formal com as seguranças dadas a 11 de junho de 1948. [40]

---

38) Nos têrmos da lei nº 10.835/48-A-11-1162, que despojava a Igreja dos bens fundiários que lhe restavam.

39) Êsses homens de confiança estavam presentes, em número de três em cada aldeia, e não se conheciam entre si.

40) A Liga da Juventude tchecoslovaca esforçou-se por se impor entre os jovens. O Govêrno, por seu lado, suprimiu até mesmo as

6º Contrôle das bibliotecas paroquiais conformemente à lei sôbre as bibliotecas.[41]
7º Recenseamento das Associações e Confrarias religiosas (em certos lugares exigiu-se mesmo o nome dos associados).
8º Medidas de caráter administrativo contra os religiosos, comportando devassas das suas casas.
9º Contrôle de todos os sermões e de tôdas as manifestações religiosas.

Essas diferentes medidas motivaram um protesto do Episcopado, que a 29 de abril de 1949 dirigiu um *Memorandum* ao Presidente da República, Gottwald, no qual, entre outras coisas, era dito:

"Hoje temos mais uma prova, e irrefutável, de haver o Govêrno deflagrado uma campanha contra a Igreja servindo-se de todos os meios em seu poder, prova assente no fato de ordens e instruções precisas terem sido dadas nesse intuito às direções provinciais e distritais da polícia.

"Sabemos que essas ordens constituem mera fase preliminar do golpe final e decisivo".[42]

Em maio de 1949, vendo o insucesso de tôdas as tentativas feitas para conciliar a si os bispos, os comunistas decidiram separar o Episcopado do clero e dos fiéis, convidando êstes últimos a desligar-se da Hierarquia, única responsável, segundo êles, pelo malôgro das negociações para um Acôrdo entre a Igreja e o Estado. Era êsse, dizia a propaganda comunista, o único meio de fazer cessar a contenda que pusera em perigo a vida religiosa do país.

Para a realização dêsse plano, que em definitivo tendia à *formação de uma verdadeira "Igreja cismática" própria*, o Govêrno comunista recorreu aos processos seguintes:

1º) Organizar violenta campanha de difamação contra o Episcopado e a Santa Sé.[43]

---

reuniões eucarísticas da juventude católica, e proibiu tôda assembléia fora da Igreja.

41) Cf. *Decreto do Ministério da Instrução Pública* nº P. 20.076/49-9/6, de 19 de janeiro de 1949.

42) Cf. *La Documentation Catholique* de 31 de julho de 1949, cols. 1006/1009, e *The Tablet* de 25 de junho de 1949.

43) Cf. os artigos publicados em *Lidové Noviny* (O Jornal Popular) de 13 de março de 1949: "O Vaticano aliado da reação", de Jiar Putik; de 18 de março: "A religião nada tem a ver com isso", de St. Budin; de 25 de março: "A filosofia do Vaticano", de J. Putik; de 31 de março: "O Vaticano e os Alemães"; de 10 de abril: "Em que águas pescam os pescadores do Vaticano"; em *Novi Slovo* de 26 de março: "A política do Vaticano à luz dos textos"; em *Lidova demokracie* (Democracia popular) de 30 de julho; em *Rudé Pravo* (Direito Russo) de 29 de junho: "Os maus pastôres"; em *Prace* de 28 de junho; em *Svobodné Slovo* (A Palavra Livre) de 25 de junho.

Cf. igualmente as emissões da Rádio de Praga de 15, 20, 23 e 20 de março. A difamação atingiu o seu paroxismo com o livro "*Conjuration contre la République*", publicado a 6 de dezembro de 1949

2º) Fazer publicar, a datar de 11 de maio de 1949 e pelos cuidados do Ministério da Instrução Pública, um "*Boletim do Clero Católico*". [44]

3º) Impor novas restrições à liberdade e autoridade dos bispos.

Três decretos foram, assim, baixados:

a) O primeiro, em data de 20 de junho de 1949, emanava do Ministério da Instrução Pública, e impunha obrigação "a todos os Ordinários de *submeterem doravante diretamente ao Ministério, para aprovação, todo documento* (*Carta Pastoral, circular, instrução,* etc.) destinado aos sacerdotes ou ao público". Sem a aprovação prévia do Ministério, nenhum documento dêsse gênero poderá ser nem publicado nem difundido. [45]

b) O segundo, emanado do mesmo Ministério, informava os "bureaux" das paróquias e dos diaconados de que devia ser *anunciada,* ao menos três dias antes, ao Comitê Nacional do Distrito, *tôda reunião do clero,* quer em local fechado, quer ao ar livre. O Comitê

---

e tirado a 6.000 exemplares pelos cuidados do Ministério da Informação, por instigação do Ministro Cepicka. Essa obra apresentava o clero católico como o maior inimigo do Estado e votava o Vaticano ao desprêzo dos cidadãos por ter tentado estabelecer, com o auxílio dos "imperialistas ocidentais", uma "ditadura reacionária". Na Eslováquia, o Comissariado da Informação aplicou-se à difusão do opúsculo de um certo N. M. Segel, intitulado "*Le Vatican au service de la réaction américaine*" (Bratislava, Tatran, 1929).

44) Pela sua Carta de 17 de maio ao Ministro Nejedly, o Episcopado tchecoslovaco protestou enèrgicamente contra a publicação do *Boletim,* editado, como se sabe, pelos cuidados do Ministério da Instrução Pública e redigido por padres apóstatas ou suspensos, ou por membros de outras Confissões religiosas; protestou, notadamente, contra o abuso que era feito do seu título. Por seu lado, Mons. Beran, a 28 de maio, alertava os seus fiéis contra as notícias falsas espalhadas pelo Govêrno, por meio do *Boletim,* sôbre as relações entre a Igreja e o Estado. O *Boletim* tinha por fito dar ao clero "informações objetivas" sôbre a situação, e publicar os decretos governamentais em matéria eclesiástica. Sempre na idéia de substituir a imprensa católica, haviam-se lançado as publicações seguintes: "*Krestanska Zena*" (A Mulher Cristã), "*Lidova demokracie*" e "*Lidova Obroda*" (Renascimento do Povo). Tôdas essas publicações diziam-se católicas para melhor camuflar a luta do Regime contra a Igreja; vendiam-se junto às igrejas e eram apresentadas aos fiéis como "imprensa católica". O *Boletim,* condenado pelos bispos repetidas vêzes, tornar-se-á o órgão do movimento cismático da *Ação Católica* na Boêmia e Morávia. Para a Eslováquia, aparecerá, a 17 de junho de 1949, sob o mesmo título que a velha publicação católica *Katolické Noviny,* um novo hebdomadário cujo primeiro número foi tirado a 800.000 exemplares. Essa publicação será, aliás, condenada pela Santa Sé em 1955. De fato, os dois jornais serão *gratuitamente* distribuídos a todos os sacerdotes pelo Govêrno. Cf. *Archiv of the SS. Cyril and Methodius League* (CML), Fitzjohn Ave, London, e *The Tablet* de 21 de maio de 1949; cf. igualmente *L'Osservatore Romano* de 24 de julho de 1955.

45) Cf. *Bulletin du Clergé Catholique* (VKD), nº 4, de 25 de junho de 1949.

Nacional do Distrito podia fazer-se representar em cada reunião por um delegado.[46]

c) O terceiro decreto declarava inadmissíveis e sem nenhum valor as penas eclesiásticas infligidas aos sacerdotes "por motivos políticos".[47]

4º) Erigir um "*Comitê para a Ação Católica*", que, na mente dos dirigentes comunistas, devia favorecer e provocar desuniões e cismas no seio da Igreja.

Neste último ponto a Tchecoslováquia precedia todos os outros países de "Democracia progressista".

Em fevereiro de 1949, o Kominform, no seu Congresso de Karlovy Vary (Karlsbad), examinara a conduta a ser seguida pelos Regimes comunistas em face da Igreja Católica. Nessa ocasião é que fôra decidida, para o caso particular da Tchecoslováquia, a criação de um Movimento dissidente.[48] Devia êle tomar o nome de "Ação Católica", e a sua organização seria confiada ao grupo de padres apóstatas ou transviados que haviam aceitado colaborar com o Regime comunista.

Antes mesmo da fundação da *Ação Católica*, a propaganda comunista falava de um Comitê de iniciativa, que se ocuparia de normalizar as relações entre o Estado e a Igreja na Tchecoslováquia.

Puderam, assim, os bispos condenar antecipadamente o movimento cismático da Ação Católica.[49]

A despeito das advertências do Arcebispo de Praga, reuniam-se a 10 de junho de 1949, por iniciativa do Govêrno, na sala Smetana de Praga, alguns sacerdotes e leigos, a fim de constituírem o "Comitê pró Ação Católica". A maioria dos assistentes ignoravam os verdadeiros fins da reunião, e vários só haviam consentido em vir por acreditarem que naquela reunião se discutiriam meios próprios para restabelecer a paz entre o Estado e a Igreja.

Uma *Proclamação* foi redigida, na qual era afirmado que o Movimento se fixava como escopo a melhoria das relações entre a Igreja e o Estado. Os signatários do documento acrescentavam:

"Esperamos achar compreensão junto aos nossos bispos, mas queremos exortar os que, de qualquer maneira, ousarem perseguir os nossos sacerdotes ou os católicos leigos a propósito da sua atitude para com o Estado, a se darem bem conta de que nós temos conosco a esmagadora maioria do povo fiel... Não podemos aceitar do estrangeiro nenhuma ordem de caráter político..."[50]

---

46) Cf. *ibidem*.
47) Cf. *ibidem*.
48) Cf. *L'Osservatore Romano* de 2 de julho de 1949, e *The Clergy Review* de 5 de junho de 1951.
49) Ver a Carta de Mons. Beran ao clero, de 31 de maio de 1949, em *La Documentation Catholique* de 31 de julho de 1949, col. 1013.
50) Pode-se achar o texto da *Proclamação* em todos os jornais de 11 de junho de 1949. O *Lidova demokracie* do mesmo dia assim dará conta da reunião: "Os católicos pronunciam-se em pró de um acôrdo entre a Igreja e o Estado".

No correr da reunião organizou-se igualmente o *Programa* do Movimento da Ação Católica, programa que, pràticamente, redundava em confiar ao próprio Movimento o papel dos bispos em face do Estado. Antes de tudo o Comitê diretor do Movimento propunha-se chegar, custasse o que custasse, a um Acôrdo que normalizasse as relações entre a Igreja e o Estado. Quando se pediu aos assistentes aprovarem o programa da *pseudo-Ação-Católica,* colheram-se umas sessenta assinaturas de sacerdotes, vários dos quais pensavam tratar-se apenas de atestar a sua presença no congresso. [51]

Doravante o Govêrno apresentará à opinião pública o movimento da *Ação Católica* como tudo o que sobrevive da Igreja Católica. [52]

A 17 de junho de 1949, constituiu-se oficialmente o novo Comitê da Ação Católica. O sr. Jujma, encenador do Teatro Nacional, foi eleito Presidente e Vojtech Torok, membro ativo do Partido Comunista, foi eleito Secretário. O novo Comitê logo anunciou que 1.500 sacerdotes já haviam aderido ao Movimento, e consignava: "Os bispos não responderam ao apêlo que lhes foi dirigido. Em conseqüência, uma delegação especial irá procurá-los, a fim de lhes dar conhecimento não só do programa do novo Movimento, como também das repercussões dessa ação no país". [53]

Mas já o Episcopado se esforçava para reagir contra o perigo.

Dois dias antes, a 15 de junho de 1949, os bispos haviam redigido uma Carta que denunciava ao clero e ao povo o perigo do cisma; devia ela ser lida em tôdas as igrejas no domingo seguinte, 19 de junho. Nela se lia notadamente:

"Está-se em via de erigir, contra a vontade dos bispos, uma pseudo-Ação-Católica, que tem por fim semear a confusão entre os fiéis e tornar impossível aos bispos a defesa da liberdade e dos direitos da Igreja.

---

51) Há razão para fazer notar que um dos mais íntimos colaboradores do Regime comunista, o padre suspenso José Plojhar, não assinou a *Proclamação,* evidentemente por considerarem os chefes comunistas a sua adesão como comprometedora aos olhos dos fiéis. Entre os futuros signatários figuram padres a quem a questão nunca foi proposta, ou que recusaram a sua adesão com a última energia. Lêem-se mesmo nêle os nomes de padres mortos desde muito tempo ou que jamais existiram. Várias assinaturas, aliás, serão extorquidas ou por trapaça, ou por ameaça, ou sob a pressão de uma insistência levada ao extremo.

52) O papel do *Bulletin du Clergé Catholique* será propagar o Movimento cismático e repetir as teses expostas na Proclamação lançada quando da fundação da pseudo-Ação-Católica, a saber: que "sob o regime comunista os direitos da Igreja bem como a liberdade religiosa serão respeitados"; que "o movimento é sujeito ao Papa em matéria de dogma e de moral", e que "o Episcopado é o único responsável pelo malôgro de um acôrdo entre a Igreja e o Estado".

53) Cf. *La Documentation Catholique,* 31 de julho de 1949, col. 1001.

Dêsses fatos claramente resulta já se não tratar de um acôrdo entre a Igreja e o Estado, e sim de uma subordinação da Igreja Católica Romana a uma ideologia anticristã que pretende substituir a religião pelo marxismo, e que atribui ao Estado o direito de intervir nas questões de consciência, de fé e de costumes, coisa que nenhum cristão pode aceitar".[54]

Ora, nessa mesma quarta-feira 15 de junho, um grupo de agentes de polícia apresentava-se no Palácio Episcopal, na ausência de Mons. Beran; estribando-se arbitràriamente numa lei austríaca de 1874, exprimiu êle a pretensão de controlar todos os atos da Cúria, que deveriam ser contra-assinados por um representante do Govêrno. No seu regresso ao Bispado, Mons. Beran achou já instalado na Chancelaria Arquiepiscopal um Comissário do Govêrno, encarregado de controlar e de contra-assinar todos os atos da Cúria, e de fiscalizar tôda a administração da Arquidiocese.

Enquanto isso, os policiais haviam vasculhado a Cúria, detido dois sacerdotes adidos a êsse serviço, e levado papel timbrado, assim como o carimbo arquiepiscopal, que servirá para falsificar a ordem que a polícia mostrará aos curas para lhes proibir a leitura, a 19 de junho, da Carta dos bispos. O Comissário do Govêrno cuidava de isolar o Arcebispo, impedindo que o correio lhe chegasse e vedando o acesso a todo visitante.

Na sexta-feira 17 de junho, Mons. Beran protestou junto ao Ministro da Instrução Pública contra os atos arbitrários de que estava sendo vítima.

No sábado 18 de junho, dirigia-se diretamente ao Ministro do Interior, afirmando ter, como Arcebispo, o direito de pedir aos seus subordinados uma declaração de fidelidade clara e feita sob juramento.

Nesse mesmo dia decidia-se o Arcebispo a alertar os fiéis contra as manobras cismáticas do Govêrno. Dirigiu-se à capela do Mosteiro dos Premonstratenses de Strahov, e pronunciou um sermão perante vários milhares de pessoas. Imediatamente a polícia deteve o Abade do Mosteiro, Dom Jarolimek.

Entrementes as organizações comunistas avisavam os seus membros de terem de ir, no dia seguinte, 19 de junho, à catedral de Praga, a fim de impedirem o acesso dela aos fiéis, e de perturbarem o sermão que Mons. Beran devia pronunciar durante a Missa. À hora indicada, os partidários comunistas encheram a catedral e entrecortaram de gritos e de assovios o sermão do Arcebispo.[56] À noite, Mons. Beran foi encerrado no seu palácio e conservado em residência forçada.

---

54) Cf. *La Documentation Catholique*, 31 de julho de 1949, col. 1014.
55) Cf. *La Documentation Catholique*, 31 de julho de 1949, col. 1002.
56) O Ministro da Instrução Pública responsabilizará pelos incidentes os seminaristas, os estudantes de teologia e as ordens religiosas; submetê-los-á a um inquérito e, se preciso, nomeará uma Comissão (Circular nº 95.124/49-III/1, de 9 de julho de 1949, conservada nos *Arquivos CML*).
57) O Ministro do Interior notificará posteriormente a Mons. Be-

No domingo e nos dias precedentes, os agentes da polícia haviam-se apresentado igualmente aos curas, ameaçando-os, às vêzes, de detenção no caso de lerem a Carta dos bispos, e, outras vêzes, apresentando-lhes uma falsa contra-ordem da Chancelaria de Praga.

Por seu lado, o Govêrno comunista, pela voz de seus membros os mais qualificados tanto na imprensa como no rádio, declarava "não poder tolerar que a Hierarquia eclesiástica aterrorizasse os padres católicos patriotas, e lhes tirasse a liberdade das suas opiniões políticas", fazendo remontar ao Arcebispo Beran a responsabilidade maior dêsse estado de coisas. [58]

Enfim, sempre a 19 de junho, o Episcopado tchecoslovaco assinava uma nova Carta, que chegou aos sacerdotes a despeito da rigorosa vigilância da polícia, e que devia ser lida nas igrejas no domingo 26 de junho. Os abusos de poder e os métodos comunistas são nela denunciados de maneira esmagadora. [59] Eis a lista dêles:

1º Campanha sistemàticamente movida, pelo rádio e nos discursos públicos, contra a Igreja Católica;
2º desconhecimento do direito dos pais a escolherem o gênero de educação destinado a seus filhos;
3º supressão de tôda a imprensa religiosa, salvo algumas exceções insignificantes;
4º proibição de tôda e qualquer reunião fora da igreja;
5º confisco dos últimos restos dos bens eclesiásticos.

Além disso, lembra essa Carta que:

1º As escolas religiosas não mais existem, por assim dizer, e a sorte feita às poucas que ainda estão abertas pouca esperança deixa para o futuro;
2º os professôres de religião são examinados do ponto de vista ideológico, e recebem instruções relativas à maneira de ensinarem a religião dentro do espírito materialista;
3º nos seminários e nas faculdades de teologia foram colocados mestres das pretensas "Ciências Sociais", mestres, cuja função consiste em obter que os futuros sacerdotes se impregnem gradualmente de ideologia materialista;
4º tenta-se, sem detença, privar a Igreja dos edifícios de destinação religiosa ainda em sua posse, e fala-se de ocupar tôdas as casas religiosas e instituições de educação dos jovens que se destinam ao sacerdócio ou à vida religiosa. Particularmente na Eslováquia, algumas casas religiosas foram evacuadas pela fôrça, e os sacerdotes levados em automóveis;

---

ran que o provera de uma escolta de policiais "para o proteger". O Bispo de Hradec-Kralové, pôsto também sob vigilância, protestou em vão. Cf. *L'Osservatore Romano* de 10 de julho de 1949: "Um protesto de Mons. Picha".

58) O próprio Primeiro Ministro, Zapotocky, pronunciou violento discurso no Rádio. Cf. *La Documentation Catholique*, 1949, col. 1003. A 25 de junho de 1949, por sua vez o Ministro Cepicka entregou-se a um ataque veemente.

59) Cf. *Arquivos CML*. Uma tradução inglêsa apareceu em *The Tablet* a 2 de julho de 1949.

5º a conferência realizada pelos bispos em Dolni Smocovec teve de ser interrompida em conseqüência do descobrimento, na sala de conferência, de um aparelho registrador" [60];
6º a última conferência dos bispos em Praga foi perturbada pela polícia.

A Carta afirmava, em conclusão, tratar-se de "uma perseguição sistemática, bem preparada e metòdicamente realizada, da Igreja Católica na Tchecoslováquia".

A 20 de julho, a Santa Sé condenava a pseudo-Ação-Católica. [61]

Ao mesmo tempo a polícia guardava as portas de todos os bispados, a fim de controlar cada passo dos bispos, enquanto que em cada Chancelaria se instalava um Comissário do Govêrno, que se arrogava as intromissões mais inauditas em matéria eclesiástica. [62]

A 5 de agôsto, Mons. Beran, sempre em residência forçada, dirigia-se diretamente ao Procurador de Estado, para denunciar os abusos de poder de que era vítima, e pedir contas da legalidade da medida. [63]

Em particular escrevia o Arcebispo:

"Permito-me perguntar (ao Sr. Procurador de Estado) se o Sr. Comissário tem o direito:
1º de exercer tôdas as funções em nome do Arcebispado, sem ter tido, dêste mesmo, qualquer mandato;
2º de utilizar os carimbos e os papéis timbrados do Arcebispado, sem qualquer delegação do Arcebispo;
3º de se apoderar da caixa da Administração Arquiepiscopal, e de fazer saber, sem que o titular da conta-corrente esteja disso avisado, ter plenos poderes para dispor dessa conta-corrente;
4º de igualmente apoderar-se da caixa central da diocese de Praga, que juridicamente não pertence à Administração Arquiepiscopal, assim impossibilitando, da parte dessa caixa, o pagamento dos salários devidos aos empregados do palácio arquiepiscopal;
5º de impedir o funcionamento normal da Administração Arquiepiscopal, não mais podendo o Arcebispo sequer receber a correspondência oficial.

.. ..

Eis aí, pois, algumas questões às quais eu quisera pedir ao Sr. Procurador de Estado responder".

---

60) Êsse episódio é descrito em *La Documentation Catholique* de 31 de julho de 1949, col. 1006.

61) Cf. *L'Osservatore Romano* de 20 de junho de 1949, e *Acta Apostolicae Sedis* (AAS), 2 de julho de 1949, p. 333. O decreto do Santo Ofício foi lido em quase tôdas as igrejas paroquiais da Tchecoslováquia. Sôbre os cêrca de 5.800 padres seculares, avalia-se que o número dos que, mesmo depois do decreto de condenação, aceitaram fazer parte da nova organização, oscila em tôrno de 170. A 17 de julho de 1949, os padres católicos tchecoslovacos rejeitaram, numa declaração pública, "a pretensa Ação Católica, como anticatólica e cismática".

62) Podem-se ler exemplos de "Circulares eclesiásticas", emanadas dêsses Comissários governamentais, em Nemec, *o. c.*, pp. 316-324.

Durante êsse tempo, continuava o Govêrno a incentivar de todos os modos a *pseudo-Ação-Católica*[64], entregando-se a uma perseguição aberta aos sacerdotes que a ela recusavam o seu apoio. No decurso dos meses de julho e agôsto de 1949, foi às dezenas que os padres foram presos; escolhiam-se de preferência os que, pela sua autoridade e pelos seus dons pessoais, estavam no caso de exercer influência sôbre os outros padres e sôbre o povo.

Porém a grande maioria do clero e dos fiéis mostrava-se hostil às manobras do Govêrno para criar uma Igreja separada de Roma. A fim de camuflarem o fracasso e a impopularidade do Movimento cismático, começaram os comunistas a organizar peregrinações aos santuários mais famosos do país. Os católicos recusaram participar dessas manifestações, no correr das quais habitualmente se faziam comícios nos quais eram insultados os bispos e o Papa. Apesar disso, as peregrinações tinham lugar, com o concurso de membros do Partido expressamente convocados para a circunstância.

A despeito dos meios postos em obra pelos comunistas para impor o Movimento cismático, êste último não logrou o êxito esperado.

À exceção de um pequeno grupo de padres transviados e de alguns católicos comunistas, ninguém queria ouvir falar da nova *Ação Católica*. Os próprios chefes do Regime chegaram a concluir daí que o único método a empregar para destruir a Igreja Católica era a violência. E' por isto que, na última fase da luta, o Regime de Praga já se não preocupará com tratar com benevolência os representantes da Igreja e já não dará grande interêsse ao Movimento cismático.

Chegou a hora de instaurar processos e de mandar para a prisão ou para o campo de concentração todo aquêle que ousar proclamar a sua fé católica ou resistir ao Regime.

---

63) *L'Osservatore Romano* de 19 de agôsto de 1949 deu a carta do Arcebispo, de acôrdo com uma Agência de Imprensa. O texto acha-se igualmente em *La Documentation Catholique,* 6 de novembro de 1949, cols. 1465/1466.

64) A Liga dos ateus e dos heterodoxos incentivava as mulheres tchecoslovenas a abandonarem a Igreja Católica. O Secretário Geral do Partido, Slansky, por uma circular de 12 de julho, convidava os secretários das células a visitarem os padres que haviam assinado a Proclamação da Ação Católica, a fim de impedir qualquer retratação. Cf. *Arquivos CML* e *La Documentation Catholique,* 6 de novembro de 1949, col. 1468; bem como *The Tablet* de 6 de agôsto de 1949, onde se pode ler uma resolução do Comitê Executivo do Partido do Povo tchecoslovaco.

IV. A TENTATIVA DE ESCRAVIZAÇÃO DO EPISCOPADO E DO CLERO AO REGIME COMUNISTA

A 9 de maio de 1948, poucos meses depois do Golpe de Estado, o Regime comunista promulgava a nova Constituição inspirada nos princípios marxistas.[65]

A Tchecoslováquia tornou-se uma "República Popular", baseada no trabalho. A nova Constituição garantia a liberdade de consciência (art. 15) e estipulava que "tôdas as confissões religiosas, como também o fato de não professar nenhuma, têm igual valor perante a lei" (art. 16 § 2).

Além disto, a Constituição fixava a adoção, pela República Popular Tchecoslovaca, do sistema econômico baseado na socialização dos meios de produção e na ditadura do proletariado, com Câmara única de 300 deputados.

A Constituição simplesmente aludira aos princípios gerais das relações entre os cultos e o Estado. A Lei nº 23, de 6 de outubro de 1948, "para a defesa da República Democrática Popular", deu mais amplas precisões a êsse respeito, especialmente o artigo 28, que especificava: "Todo aquêle que abusar das suas funções religiosas, ou outras, para influenciar a vida política em sentido desfavorável à organização democrático-popular incorre pena que vai de um mês a um ano de reclusão". Êste artigo permitirá ao Govêrno cometer tôda sorte de abusos de poder, sob aparências legais.[66]

Mas será sobretudo pelas leis de outubro de 1949 que o Govêrno comunista regulará as relações entre os cultos religiosos e o Estado, inclusive, antes de tudo, a Igreja Católica, "o culto religioso da maioria da nação".

A 14 de outubro de 1949, o Parlamento aprovava duas leis que deviam entrar em vigor a 1º de novembro do mesmo ano.[67]

A primeira (decreto nº 217/49) instituía um *Departamento de Estado para os Negócios Eclesiásticos*, e a segunda regulava o tratamento econômico das confissões religiosas em geral (decreto nº 218/49) e o da Igreja Católica em particular (decreto nº 219/49).[68]

---

65) Cf. *La Constitution de la République Tchécoslovaque* (Loi constitutionelle du 9 mai 1948), em *Bulletin de Droit tchécoslovaque*, 1948, pp. 109 e ss. Cf. igualmente *La Documentation Catholique*, 1949, cols. 1451-1454.

66) De fato, numerosos sacerdotes foram detidos, em virtude dêsse artigo, sob pretextos os mais diversos, muitas vêzes simplesmente por terem indicado aos fugitivos o caminho da fronteira.

67) Cf. *Lidova demokracie* e *Rudé Pravo* de 15 de outubro de 1949, os quais puseram em relêvo as duas leis. Cf. igualmente *La Documentation Catholique*, 1949, cols. 1451-1454.

68) Essas leis, bem como outras citadas no presente capítulo, são referidas em *Digest-Index of Eastern European Laws*.

O Departamento de Estado para os Negócios Eclesiásticos.

Adotando essa medida, o Regime comunista tchecoslovaco alinhava-se, em certo sentido, no sistema legislativo da União Soviética, onde, havia vários anos, funcionava uma espécie de Comissariado para as questões religiosas. Para a testa do novo Departamento, diz a lei, o Presidente da República nomeará um Diretor (art. 1º). O Departamento é encarregado de "velar por que a vida eclesiástica e religiosa se desenvolva em harmonia com a Constituição e com os princípios do Regime democrático-popular, e por dessarte assegurar a cada cidadão a liberdade de confissão garantida pela Constituição, sôbre as bases da tolerância religiosa e da igualdade jurídica de tôdas as confissões" (art. 2). Ademais, o Departamento dos Negócios Eclesiásticos reservava-se o direito de tratar tôdas as questões religiosas, quaisquer que fôsse (art. 3).

Tal como ressalta do próprio teor da lei, o Estado tirava à Igreja o direito de "velar pela vida religiosa" dos fiéis. O próprio Regime encarregar-se-ia de "enquadrar o organismo da Igreja no espírito da democracia popular". Tôda a atividade da Igreja era submetida, através do novo "Departamento", ao contrôle do Estado.

Essa medida era igualmente válida para a Eslováquia, onde, todavia, o chefe do Departamento para os Negócios Eclesiásticos era nomeado pelo Govêrno e via a sua competência limitada aos problemas eclesiásticos da região.

A Lei Sôbre os Orçamentos e Sôbre o Tratamento do Pessoal Afeto ao Culto.

A fim de mais profundamente introduzir-se nos Negócios Eclesiásticos, o Govêrno comunista tchecoslovaco publicou, a 14 de outubro de 1949, o decreto nº 128/49, concernente à "cobertura das despesas relativas ao pessoal e ao material da Igreja e das associações religiosas reconhecidas pelo Estado". [69]

A lei estabelece o princípio geral seguinte: "As atividades de caráter sagrado, próprias às igrejas e às sociedades religiosas, só podem ser desenvolvidas por aquêles que para êsse fim houverem obtido o consentimento do Estado e prestarem juramento. O texto do juramento será fixado pelo Govêrno em decreto especial. Todo cargo, seja provido por via de eleição ou por via de nomeação, deve ter prèviamente obtido o consentimento do Estado" (art. 7).

Para a aplicação dessa lei à Igreja Católica, foi publicado, a 18 de outubro de 1949, o decreto nº 219/49, no qual era precisado que "os sacerdotes devem ser pessoas leais em face das exigências do Estado,

---

69) Cf. *La Documentation Catholique*, 18 de dezembro de 1949, cols. 1650-1651.

não dando azo à crítica e correspondendo, quanto ao mais, às condições geralmente requeridas para ingressar no serviço do Estado" (art. 18, § 1). Se o sacerdote não fôr julgado apto pelo Estado a entrar no *seu* serviço, "o pôsto que êle ocupa deve considerar-se vago" (art. 18, § 2). A despeito destas disposições, o decreto não deixa de afirmar que "os sacerdotes são empregados da Igreja" (art. 1°).

Estas poucas citações bastam para fazer compreender que a Igreja era considerada pelo Estado comunista como uma instituição dependente do poder civil. [70]

E, como o Estado se adjudicara o direito de nomear "os empregados eclesiásticos", colocou em numerosos postos de responsabilidade sacerdotes perjuros, dispostos a colaborar com os perseguidores da Igreja. [71]

Para de algum modo forçar o clero a aceitar as novas medidas, o Regime, como se disse, procedeu ao confisco dos últimos bens eclesiásticos. Além disto, a lei fixava que todo "padroado, privado ou público" cabia ao Estado (art. 11 do decreto 218/49) e exigia, em prazo determinado, a apresentação dos orçamentos para aprovação (art. 9).

Como contrapartida dos bens confiscados, o Estado encarregava-se de dar um tratamento proporcionado ao seu emprêgo aos padres empregados nas paróquias, nas chancelarias, nos hospitais, nos capítulos das catedrais, do mesmo modo que aos superiores dos institutos religiosos, aos bispos, aos administradores apostólicos, aos vigários-gerais (arts. 2, 3, 4 do decreto n. 218/49).

A propaganda comunista insistia particularmente no fato de, pela nova lei, pretender o Estado ocorrer às necessidades do clero e dar-lhe a retribuição que lhe valia o seu contributo para o bem-estar

---

70) *Rudé Pravo*, o órgão oficial do Partido, assim comentava as leis: "As novas leis significam uma mudança total dos meios econômicos da Igreja e da situação do baixo clero. Não é de admirar que uma tal reforma seja execrada pelos que contavam com a opressão que exercem sôbre os padres... Êsses últimos reconhecem ter sido obrigados a assinar uma resolução contra os projetos de lei, e, ao contrário, estão impacientes por vê-los entrar em vigor. E' essa uma grande derrota para os mentirosos vendidos às Potências ocidentais, que falavam de perseguição religiosa..."

71) Há razão para citar aqui, ainda que fôsse só porque se produzia pela primeira vez, êste exemplo típico da inadmissível intromissão do Estado nos negócios interiores da Igreja Católica: a nomeação, pelo Govêrno, do Reverendo João Dechet, "fiel servo da República", para "Administrador eclesiástico" da diocese de Banska Bystrica, cuja sé se tornara vacante com a morte do Ordinário, a 8 de janeiro de 1950. O Episcopado protestou a 17 de janeiro contra essa intromissão ilegal do Govêrno, e a Santa Sé excomungou Dechet a 19 de janeiro. Cf. *L'Osservatore Romano*, 19 de fevereiro de 1950. — Devia seguir-se longa série de nomeações ilegais do Govêrno.

coletivo. No decorrer da discussão do projeto de lei, os jornais não deixaram de publicar fotografias de padres, verdadeiros ou julgados tais, assistindo aos debates no recinto do Parlamento e dando entrevistas em que se declaravam satisfeitos com as disposições adotadas.

Nem por isto os representantes do clero das diferentes dioceses deixaram de enviar ao Govêrno dois *pro memoria* em data, respectivamente, de 11 e 14 de outubro. Nêles denunciavam a instituição do *Departamento de Estado* como uma "violência inaudita feita à Constituição jurídica internacionalmente reconhecida à Igreja, e como uma tentativa para aniquilá-la"; renunciavam "espontâneamente ao benefício do aumento proposto na nova lei"; enfim, pediam que a liberdade religiosa fôsse garantida ao povo, e que ao clero fôsse dada a liberdade de "cuidar livremente dos seus deveres espirituais". [72]

A 18 de outubro de 1949, no momento mesmo em que a nova lei era votada pelo Parlamento, o clero fazia uma declaração pública de fidelidade e apêgo ao Episcopado. [73] Êste último, por seu lado, chamava a atenção do Govêrno, a 21 de outubro de 1949, para o fato de as novas leis

"tirarem à Igreja a sua autonomia, que consiste na liberdade da sua ordenação orgânica e constitucional, pretendendo o Estado doravante o direito de, pelas nomeações eclesiásticas, imiscuir-se na sua estrutura interna, e recusar o seu consentimento à nomeação de pessoas eclesiásticas para funções eclesiásticas, por motivos ideológicos ou políticos. Essas disposições — aditavam os bispos — colocavam *a Igreja fora da lei* e eram contrárias às leis fundamentais da República sôbre a liberdade do culto, visto que neste conceito entra também a liberdade de ordenação interna da Igreja". [74]

---

72) Cf. *La Documentation Catholique*, 6 de novembro de 1949, cols. 1467-1468.

73) Cf. *La Documentation Catholique*, 6 de novembro de 1949, col. 1463.

74) Nos têrmos do art. 20 da lei sôbre o tratamento econômico, pedia-se ao clero prestar um juramento de fidelidade à República tchecoslovaca nos têrmos seguintes: "Eu N. N.... prometo diante de Deus ser fiel à República tchecoslovaca e ao seu Regime democrático-popular, e nada empreender contra os seus interêsses, segurança e integridade. Como cidadão da República Popular Tchecoslovaca, cumprirei conscienciosamente os deveres do meu cargo, e esforçar-me-ei, com todo o meu poder, por ajudar os esforços construtivos que visam ao bem-estar do povo tcheco e eslovaco".

A propósito dêsse juramento, o Episcopado dava ao clero, pela sua Carta de 21 de outubro, as diretrizes seguintes: "Deveis fazer a promessa diante de Deus: daí se segue necessàriamente que não prometeis e que o poder do Estado não pode exigir de vós senão aquilo que é conforme aos direitos inalienáveis de que Deus é o autor direto e indireto, pois sôbre os seus mandamentos, tais como são expressos no Decálogo, é que deve ser fundada tôda lei válida. A retidão da vossa consciência manda-vos, pois, acrescentar de viva voz ou por escrito: "Em tudo o que não fôr contrário às leis divinas e eclesiásticas, nem aos direitos naturais do homem".

Nesses protestos dos bispos e do clero não quis o Govêrno ver senão a "recusa de alguns membros do clero" a cumprirem os seus deveres de cidadãos. [75]

E o Departamento de Estado para os Negócios Eclesiásticos começou a funcionar, já não sendo mais o clero considerado pelo Estado senão como uma categoria de empregados a seu serviço.

A Ruptura das Relações com a Santa Sé.

Da ação do Govêrno comunista para escravizar a Igreja Católica ao Regime faz igualmente parte a ruptura das relações diplomáticas com a Santa Sé.

Em abril de 1949, o Govêrno tchecoslovaco pediu à Secretaria de Estado do Vaticano a chamada do Encarregado de Negócios interino da Santa Sé em Praga, Mons. Gennaro Verolino. Não dando o Govêrno nenhum motivo em apoio de tal pedido, a Santa Sé viu-se constrangida a formular um protesto, embora consentindo, para não agravar a situação, em chamar Mons. Verolino. Para isso impunha todavia esta condição: que êste último fôsse autorizado a permanecer em Praga até a chegada do novo Encarregado de Negócios, Mons. Bertoli, Conselheiro da Nunciatura Apostólica na Suíça, para quem ao mesmo tempo era pedido o "visto" de entrada.

Por uma Nota verbal, o Ministro dos Negócios Estrangeiros apressou-se a dar a segurança de que a Legação tchecoslovaca em Berna já recebera instruções para conceder sem demora o visto de entrada do novo Encarregado de Negócios.

Durante êsse tempo, Mons. Verolino era exposto a graves medi-

---

75) *Rudé Pravo,* 30 de outubro de 1949. O jornal falsificava redondamente as diretrizes dos bispos; êstes, segundo êle, teriam "recomendado aos eclesiásticos aceitarem os seus emolumentos e prestarem o juramento prescrito pela lei".

76) Em novembro de 1949, o Presidente da República, Clemente Gottwald, em entrevista ao jornal comunista francês *L'Humanité,* assim precisará a situação:

"Não se trata de um conflito entre a Igreja Católica e a República tchecoslovaca, mas sim entre a República e alguns altos dignitários dessa Igreja. Existe no meio de nós um acôrdo entre a maioria do clero e dos fiéis de um lado, e o Estado do outro. Êste último esforça-se para reforçar êsse acôrdo. A prova disto é dada pelas nossas leis religiosas, que asseguram a tôdas as Igrejas a existência material, a fim de poderem entregar-se, sem preocupações econômicas, à sua missão religiosa. No que concerne ao conflito entre o Estado e alguns altos dignitários da Igreja, êsse nada tem que ver com a religião, visto resultar da atividade política desenvolvida por uma parte do alto clero contra o Estado". Cf. *L'Humanité,* 5 de novembro de 1949.

das policiais, enquanto que os órgãos do Partido e do Govêrno desencadeavam contra êle violenta campanha de imprensa e de rádio.[77]

Finalmente, a 13 de julho de 1949, ordenou-se ao Representante da Santa Sé deixar a Tchecoslováquia, sem que a Legação da Tchecoslováquia em Berna se decidisse a conceder a Mons. Bertoli o "visto" prometido pelo próprio Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Uma vez partido o Encarregado de Negócios, foi impossível obter visto tanto para Mons. Bertoli como para outros dois diplomatas sucessivamente designados para a Internunciatura de Praga.[78] Esta, segundo os usos diplomáticos, ficou confiada ao Secretário, na qualidade de Encarregado de Negócios. Apoiado por uma segunda e virulenta campanha de imprensa, o Govêrno recusou-se a reconhecer ao Secretário o direito de dirigir a Internunciatura até a chegada do novo Encarregado de Negócios, e entravou de diferentes maneiras o funcionamento da Representação pontifícia. Enfim, a 16 de março de 1950, um comunicado do rádio convidava o Secretário da Internunciatura a deixar dentro de três dias o território da República tchecoslovaca.

A ruptura das relações diplomáticas entre a Santa Sé e o Govêrno de Praga era assim consumada, conformemente aos desejos dos dirigentes comunistas.[79]

A Liqüidação da Diocese Greco-Católica de Presov.

Outro episódio da escravização da Igreja Católica ao Govêrno é a liqüidação da diocese greco-católica de Presov.

Essa diocese de rito oriental contava 321.000 católicos, com 341 sacerdotes. Por simples *medida governamental* foi transformada em diocese ortodoxa e ligada à "Igreja Autocéfala Ortodoxa Tchecoslovaca" constituída por instigação dos comunistas. Eis aqui em que condições se fêz a transformação:

Primeiramente procedeu-se à detenção do Bispo S. Excia. Mons. Pavol Gojdic, e deportou-se o seu Auxiliar; assim o campo estava livre para aplicar os planos governamentais, elaborados em Moscou.

A 28 de abril de 1950, o Metropolita ortodoxo Eleutério convocou para Presov uma assembléia de pretensos delegados do clero e dos fiéis da diocese greco-católica de Presov. Numa Proclamação,

---

77) Cf. *L'Osservatore Romano* de 11 e 12 de julho de 1949. — Cf. igualmente *The Tablet* de 9 de julho, reproduzindo os ataques do Ministro Cepicka no Rádio a 25 de junho de 1949.

78) Cf. *L'Osservatore Romano* de 27 de julho de 1949.

79) Cf. *L'Osservatore Romano* de 29 de março de 1950. O último membro da Legação tchecoslovaca junto à Santa Sé deixou Roma sem sequer significar a sua partida à Secretaria de Estado. Cf. *The Tablet*, 6 de maio de 1950.

a assembléia denunciou a união com a Igreja de Roma datante de 1649, e pediu a sua religação à Igreja russo-ortodoxa.

A 27 de maio de 1950, um decreto do Govêrno comunista de Praga reconhecia a legitimidade dessa transferência, apesar da resistência quase unânime da população. A 1º de julho, o Metropolita Eleutério anunciava que a união era um fato consumado, e apressava-se a informar disto o Patriarca Alexis de Moscou.

A 29 de julho de 1950, um novo bispo ortodoxo era designado por uma assembléia eclesiástica popular, composta de 238 leigos e de 21 *sacerdotes*. Assim, por um simples decreto do Govêrno comunista, uma diocese católica "desaparecia" na Tchecoslováquia, e os seus fiéis eram obrigados a aderir em massa a outra confissão.

V. PERSEGUIÇÃO VIOLENTA CONTRA A IGREJA

No curso do desenvolvimento da luta contra a Igreja, o Regime comunista tchecoslovaco procurava evitar, tanto quanto possível, um choque violento com a Hierarquia e a Santa Sé. Entretanto o choque era inevitável, dada a má fé do Govêrno, que, pelas suas leis, só tinha em vista uma escravização total da Igreja, e nunca respondera aos protestos reiterados do Episcopado.

A aspereza da luta anticatólica foi devida especialmente ao fracasso das manobras do Regime para a surreição de um Movimento cismático por intermédio da *pseudo-Ação-Católica,* bem como ao decreto do Santo Ofício, de 13 de julho de 1949, que condenava a pertença ao Partido Comunista. Êsse decreto foi publicado no próprio dia em que Mons. Verolino era pôsto na obrigação de deixar Praga. [80]

E, enquanto a imprensa comunista prosseguia a sua campanha de difamação contra a Igreja, o Presidente da República, Clemente Gottwald, intervinha em pessoa na luta, declarando: "O alto clero da Igreja Católica na Tchecoslováquia é inimigo do Regime: opõe-se a

---

80) Dois dias depois, a 15 de julho, o Ministro Cepicka, comentando o decreto do Santo Ofício e a partida de Mons. Verolino, dizia: "À tarde do dia em que Verolino, deixou para sempre o nosso país, que êle queria conduzir à guerra civil, foi lançado um decreto pelo rádio da Santa Sé, relativo à excomunhão dos comunistas católicos e dos que com êles colaboram... Isso não passa de expressão da raiva em face dos êxitos do povo trabalhador na luta contra os exploradores. Não há dúvida nenhuma de que os que se esforçam para pôr em prática as ordens do Vaticano tornam-se traidores do Estado e do povo". *Rudé Pravo,* 17 de julho de 1949.

Para os comunistas, a medida do Santo Ofício contra o materialismo ateu constituía um delito contra os Estados de democracia popular. "O intuito do decreto pontifício — escrevia o órgão do partido comunista tchecoslovaco — aparece claramente: êle impõe a todos os fiéis uma atividade subversiva contra o Regime e a lei, e dessarte constitui uma ingerência inaudita nos negócios interiores do Estado". *Rudé Pravo,* 23 de julho de 1949.

todo entendimento com o Govêrno e é o centro da reação interior. Todos os reacionários tchecoslovacos, tanto no interior como no exterior, estão em contacto com o alto clero católico e preparam a luta contra a nossa República democrática".[81]

Supressão das Casas Religiosas.

Pela ruptura das relações diplomáticas entre a Santa Sé e o Estado tchecoslovaco, os comunistas pensaram haver-se desvencilhado de um observador indiscreto, e poder assim intensificar a perseguição, recorrendo mesmo à fôrça, se tal fôsse o caso.

Nos dias 14 e 15 de março de 1950, dois agentes apresentaram-se em cada convento ou casa religiosa: um encarregado da "reeducação" dos religiosos ou religiosas, e o outro do contrôle administrativo. Na realidade, a missão dêsses dois agentes era estudar e preparar o plano de ocupação, das casas religiosas pelo Estado.[82]

O motivo invocado para justificar essa medida será que "os conventos são centros de espionagem e de atividade por conta do Vaticano".[83]

A fim de preparar a opinião pública para uma tal medida, ràpidamente instaurou-se em Praga um *grande processo*, que durou de 30 de março a 5 de abril de 1950. No banco dos réus, 11 *superiores ou membros eminentes das diferentes congregações religiosas*, dos quais alguns tinham sido detidos apenas alguns dias antes. O processo terminou por condenações que iam dos trabalhos forçados a penas de 10 anos de prisão, acompanhadas de pesadas multas e da perda dos direitos civis. Um só acusado não foi tido como culpado, mas nem por isso deixou de ser condenado a 2 anos de prisão "por não haver, conhecendo a alta traição e a espionagem do grupo, denunciado êste último às autoridades".[84]

Durante as noites de 13 para 14 e de 21 para 22 de abril de 1950, as milícias comunistas ocuparam todos os mosteiros, conventos e casas religiosas da Tchecoslováquia.[85] Os religiosos foram transportados em carros para os pretensos "conventos de concentração" ou para os campos de trabalhos forçados. Na Eslováquia, em numerosas localidades (por exemplo: Zlaté, Moravce, Pezinok, etc.) a polícia foi obrigada a ocupar os lugares a fim de impedir motins po-

---

81) *Rudé Pravo*, 29 de fevereiro de 1950.

82) A base jurídica para medidas dêsse gênero foi assim exposta no processo de Praga de 30 de março de 1950: "A existência de uma Ordem Religiosa, que exige obediência total e rigorosa, está em contradição manifesta com a legislação em vigor na República Tchecoslovaca". Cf. *Svobodné Slovo*, 4 de abril de 1950.

83) *Mlada Fronta*, 1º de abril de 1950; *Rudé Pravo*, 16 de abril de 1950.

84) Cf. *La Documentation Catholique*, 1951, col. 1088.

pulares. Em setembro do mesmo ano, medidas análogas foram adotadas contra as religiosas.

A imprensa comunista explicava ao povo, embora insultando freqüentemente os religiosos, que não se tratava da prisão dêles, mas sòmente da sua "reunião em conventos mais bem adaptados", onde êles pudessem aplicar-se com tôda liberdade à sua formação, e viver em boas condições".[86]

Um *Comunicado* do Govêrno de 18 de abril de 1950 procurava justificar a medida, antes de tudo em face da opinião pública internacional. Afirmava êle, entre outras coisas:

"A prova foi feita recentemente de que as Ordens Religiosas católicas se haviam tornado uns instrumentos nas mãos dos inimigos do exterior da República. No curso dos processos para a repressão das atividades subversivas, foi estabelecido que uma quantidade de conventos haviam escondido agentes do inimigo, espiões e até mesmo assassinos... Medidas foram tomadas para reconduzir essas Ordens Religiosas à sua verdadeira missão religiosa primitiva. Por outro lado observou-se que grandes conventos eram habitados por algumas pessoas apenas, as quais não trabalhavam, e passavam a maior parte do seu tempo a subornar o povo. Foi por essas razões que os religiosos foram reunidos em alguns mosteiros, onde poderão dar-se a uma pura missão religiosa, conformemente às regras da sua Ordem".[87]

De seu lado, o órgão do Departamento de Estado para os Negócios Eclesiásticos fázia notar que os conventos se haviam tornado não sòmente edifícios "quase vazios", mas ainda "ninhos de ação subversiva contra o Estado".

"Por isso é que os religiosos foram reunidos em mosteiros maiores e mais bem adaptados. Êsse reagrupamento foi feito de tal sorte que a vida interior, exigida pelas regras, seja o menos possível lesada. A todos êsses religiosos, assim reunidos, grandíssima possibilidade é dada de cumprir os seus deveres espirituais e de desenvolver a sua capacidade de produção em condições bem melhores do que nos seus mosteiros, não raro mal administrados... O tempo dos mosteiros agora passou: aos poucos a sua própria função social desapareceu. Nós agimos segundo o espírito atual e no interêsse do nosso povo "trabalhador".[88]

2.000 religiosos, aproximadamente, foram repartidos pelos "conventos de concentração", consoante critérios estabelecidos pela polícia. No início, todos os superiores das casas religiosas foram reunidos no convento de Zeliv (Boêmia); os jesuítas e os franciscanos foram postos juntos no convento de Bohusodov; os dominicanos, os capuchinhos, os premonstratenses e outros, no de Kraliky, enquanto que em

---

85) *Novy Zivot*, maio de 1950.
86) *Rudé Pravo*, de 20 a 25 de abril de 1950; *Tvorba* de 12 de abril de 1950.
87) Cf. *The Tablet* de 13 de maio de 1950, que lhe reproduz o texto.
88) *Bulletin du Clergé Catholique*, 20 de maio de 1950.

Osek e em Hejnice foram internados salesianos, escolópios e agostinianos. Não mais subsistiram, posteriormente, senão dois ou três dêsses conventos, reservados aos inaptos para o trabalho ou aos elementos tidos como polìticamente "perigosos"; todos os outros religiosos foram destinados aos trabalhos de industrialização do país.

Nos conventos de concentração, os religiosos foram obrigados a seguir um curso de "reeducação" marxista, ministrado cada dia por "agentes culturais" do Partido. Os religiosos usavam um mesmo uniforme, com um número.

Durante o outono de 1950, os religiosos moços e os noviços foram chamados ao exército, enquanto que grande número de religiosos mais idosos eram, como mais acima se disse, alistados nas "brigadas de trabalho voluntário", ou ainda enviados às minas ou aos campos de trabalho forçado. [89]

No que concerne às religiosas, em 1950 já se falava de cêrca de 1.500 freiras "hóspedes" dos "conventos centrais". Na realidade tratava-se de campos de trabalho forçado, onde as Freiras eram obrigadas a trabalhar nas fábricas e nos campos... Por outro lado, o Govêrno tentava ganhar para a sua causa as religiosas, e para êsse fim multiplicava as convocações, em Praga, das Superioras gerais e provinciais; ante o malôgro dessas tentativas, a maior parte das 10.000 religiosas tchecoslovacas foram expulsas das suas casas e afetas também aos trabalhos industriais. Algumas puderam ficar nos hospitais, em razão da falta de enfermeiras leigas e da oposição feita à partida delas pelo médico-chefe do hospital; porém elas eram submetidas à vigilância das enfermeiras-chefes leigas. Outras religiosas foram autorizadas a ficar nas casas para velhos, incuráveis, doentes, etc., isto é, junto a pessoas não-produtivas. Mas foram sistemática e regularmente mantidas afastadas das escolas, orfanatos, jardins de infância, creches, escolas maternais, etc., isto é, de tôdas as pessoas em idade de serem educadas.

Em fins de 1951, não mais existia uma só casa religiosa em tôda a Tchecoslováquia, à exceção de alguns "conventos de concentração", que, na realidade, não passava de campos de concentração. [90]

---

89) A 12 de junho de 1950 foi decidida a aplicação, na Tchecoslováquia, de um novo Código Penal, promulgado sob o nº 86 da Coletânea das Leis. No art. 36, é estipulado que uma pessoa que desse prova de hostilidade para com a democracia popular e não mudasse de atitude durante o cumprimento da pena, após a conclusão desta poderia ser mandada para campo de trabalho forçado por um período de três meses a dois anos. Entre 1949 e 1950, cêrca de setenta campos de trabalho forçado surgiram na Tchecoslováquia, e o número dêles aumentou ainda mais posteriormente. Cf. *L'Osservatore Romano* de 29 de outubro de 1950: "Cêrca de dois mil sacerdotes estão na prisão ou internados em campos de trabalho".

90) Cf. *L'Osservatore Romano* de 3 de maio de 1950: "Conventos de concentração na Tchecoslováquia".

As casas dos religiosos foram confiscadas pelo Govêrno e utilizadas para fins inteiramente outros que espirituais. A Abadia beneditina de Praga-Brenov, por exemplo, foi transformada em escola de polícia de Estado; outras casas religiosas viraram casernas militares. As bibliotecas dos conventos foram "liquidadas": uma parte dos livros foram vendidos, o resto foi destruído. Assim o Regime comunista aniquilava as fôrças culturais e religiosas representadas pelo clero na Tchecoslováquia.

Supressão dos Seminários.

Outra fonte de fôrça para a Igreja Católica, bem como uma garantia para o futuro, é constituída pelos seminários e faculdades de teologia. Estas instituições foram igualmente visadas pelos comunistas, que quiseram ter o absoluto contrôle delas.

O decreto nº 112, de 14 de julho de 1950, *fixava o programa do ensino religioso*[91] *e o funcionamento das escolas de teologia.* Especificava que a nomeação dos professôres de religião era da competência exclusiva do Departamento para os Negócios Eclesiásticos (sec. 3, § 1º), e que, para tal nomeação, só podia ser tomado em consideração "um mestre que houvesse dado provas de alta sabedoria política".

Êsse mesmo decreto *suprimia tôdas as Faculdades* e tôdas as escolas de teologia *católicas,* e erigia ao mesmo tempo para a formação do clero de tôda a Tchecoslováquia dois Seminários-Faculdades "de Estado", um em Praga (depois transferido para Litomerice) e outro em Bratislava.

Os Reitores dessas duas Faculdades seriam nomeados pelo Ministro encarregado da direção do Departamento de Estado para os Negócios Eclesiásticos, e seriam responsáveis perante o próprio Ministro pela marcha da Faculdade.

A seção 4, § 2, do decreto declarava que o Govêrno, de acôrdo com a Igreja, velaria por que "a educação dos estudantes de teologia se desenrolasse no espírito democrático-popular e consoante os preceitos da Igreja".[92]

O decreto inteiro tendia a limitar a influência da Igreja no ensino teológico, bem como a da religião, em proveito de um contrôle absoluto do Govêrno.

Os estudantes de teologia que recusam freqüentar as Faculdades controladas pelo Govêrno, onde o estudo do marxismo-leninismo era obrigatório, foram obrigados a dirigir-se às agências de colocação para

---

91) O ensino da religião tinha sido autorizado, embora com múltiplas restrições e contrôles da parte do Govêrno, pela lei nº 95, de 21 de abril de 1948. Trata-se agora da sua nova regulamentação.

92) Cf. *The Clergy Review,* fevereiro de 1951.

obterem um emprêgo, quando não foram chamados ao serviço militar obrigatório. A despeito de todos os apelos da imprensa governamental e do rádio, bem poucos estudantes freqüentaram as duas Faculdades de teologia.[93] O intuito do Govêrno era claro: formar, com cioso cuidado, futuros "padres colaboradores".

Processos Contra os Padres e Bispos.

Os agentes da polícia comunista receberam, no início de 1950, instruções extremamente precisas referentes ao contrôle que deviam exercer sôbre a atividade pessoal de cada sacerdote. Por uma Circular secreta, pediam-se-lhes informações sôbre a personalidade dos sacerdotes, sôbre o seu trabalho, os seus gostos, sôbre as relações que êles tinham com os bispos, com o povo, com o Govêrno. Deviam os agentes vigiar a atitude política dos sacerdotes e especialmente o seu comportamento para com o Movimento da Ação Católica comunista. Deviam fazer saber se êles haviam tomado parte ou não na campanha contra as medidas decretadas pelo Regime; se haviam ou não lido a Carta Pastoral da Festa do Corpo de Deus de 1949; o que pensavam das fôlhas religiosas publicadas pelos comunistas; como tinham recebido o decreto de condenação do comunismo; se haviam ou não pedido anistia quando tinham sido condenados pelas autoridades comunistas; como tinham reagido ante as medidas do Estado a respeito do tratamento econômico do clero.[94]

Começaram os agentes a vigiar os sacerdotes dia e noite, e, a fim de poderem colhêr as informações pedidas, submeteram-nos, em geral, a interrogatórios seguidos, indo às vêzes até ao uso da fôrça.

Os inquéritos da polícia no tocante à atividade dos sacerdotes devia apenas servir para o preparo dos *processos* destinados a ostentar perante o público as presumidas culpas do clero. Com efeito, durante os quatro primeiros meses de 1950, *dezenas e dezenas de sacerdotes foram condenados pelos tribunais populares tchecoslovacos.* A maior parte dêles eram acusados de ter lido as Cartas Pastorais dos bispos. Conhecem-se igualmente os nomes de mais de 20 sacer-

---

93) Cf. *Novy Zivot,* maio de 1951.

94) Cf. *La Documentation Catholique,* 1951, col. 1088, que dá o texto da circular, publicada pela agência *KIPA,* a 17 de fevereiro de 1950.

95) Para dar mais "legalidade" aos processos contra o clero e contra a Hierarquia, o Govêrno comunista, como se sabe, aprovou a 12 de julho de 1950 um novo Código Administrativo Penal, que entrou em vigor a 1º de agôsto seguinte. Os artigos 123, 173 e 174 concernem aos "crimes" em conexão com a atividade sacerdotal. O exercício do ministério sacerdotal em conformidade com as instruções dos bispos era considerado "crime". Nessas condições, as prisões começaram a encher-se de sacerdotes. Pode-se achar o texto do novo Código em *Digest-Index of Eastern European Laws,* 24-25.

dotes e religiosos condenados no decurso dos meses de janeiro e fevereiro de 1950. [96]

Durante todo o ano de 1950, o Regime comunista tchecoslovaco tentará intimidar o clero com o auxílio de processos retumbantes.

As nomeações de vigários gerais e de comissários governamentais, às quais procedeu sistemàticamente o Departamento para os Negócios Eclesiásticos, aumentaram a pressão exercida contra os *bispos*, que os comunistas tinham agora a intenção de eliminar totalmente do govêrno das dioceses.

A detenção dos sacerdotes mais em vista teve igualmente como efeito isolar os bispos e privá-los de preciosos conselhos. Empreendeu-se então reduzir-lhes a liberdade, colocar-lhes a residência sob a vigilância da polícia, proibir-lhes a presença nas catedrais, e acabou-se por retê-los prisioneiros no seu domicílio e, não raras vêzes, por encarcerá-los.

Entre julho e setembro de 1950, foram postos em estado de embargo:

— O Bispo greco-católico de Presov, S. Excia. Mons. Pavol Gojdic.
— O Bispo-Auxiliar de Trnava, S. Excia. Mons. Michal Buzalka.
— O Bispo de Spis, S. Excia. Mons. Ian Vojtassak.
— O Bispo-Auxiliar de Olomouc, S. Excia. Mons. Stanislas Zela.
— O Bispo-Auxiliar de Spis, S. Excia. Mons. Stefan Barnas.
— O Auxiliar greco-católico de Presov, S. Excia. Mons. Hopko.

Os Bispos de Litomerice e de Budejovice, SS. Excias. Mons. Stefan Trochta e Mons. Josef Hlouch, foram vigiados pela polícia em suas residências, enquanto que o Bispo de Hradec-Kralové, S. Excia. Mons. Picha, foi detido e encerrado numa cela do mosteiro de Broumov.

Durante o mesmo tempo, o Govêrno destituía todos os vigários-gerais fiéis à Igreja, e substituía-os por vigários escolhidos entre os "padres patriotas".

De 27 de novembro a 2 de dezembro de 1950, desenrolou-se um processo contra o *Bispo-Auxiliar de Olomouc e 9 outros inculpados*. Eram êles acusados de terem tentado derrubar o Regime democrático-popular e a ordem econômica e social da República, e de terem feito espionagem por conta de potências estrangeiras. Segundo os planos dos perseguidores, o processo devia impressionar as massas e provar ao povo que o alto clero se opunha ao Regime comunista. Os réus "confessaram" as suas culpas.

S. Excia. Mons. Zela foi condenado a 25 anos de prisão e a 150.000 coroas de multa; os outros acusados foram condenados aos trabalhos forçados ou a anos de prisão.

---

96) Cf. *La Liberté*, de Friburgo, Suíça, de 25 e 26 de julho de 1950, que dá os nomes dos sacerdotes condenados, bem como as culpas que lhes eram exprobradas.

97) A fim de tornar públicas as acusações, editou-se um opús-

Cêrca de um mês depois, a 10 de janeiro de 1951, instaurou-se outro processo em Bratislava contra três bispos da Eslováquia: S. Excia. Mons. *Ian Vojtassak*, Bispo de Spis, de 73 anos de idade; S. Excia. Mons. *Pavol Gojdic*, Bispo de rito oriental de Presov; e S. Excia. Mons. *Michal Buzalka*, Bispo-Auxiliar de Trnava. Ainda desta vez utilizaram-se as acusações para fins de propaganda. Segundo o estilo dos processos do mesmo gênero, os réus "reconheceram" as suas culpas e quase pediram perdão por terem feito espionagem contra a democracia popular. Os defensores dos inculpados declararam que a culpabilidade dos seus clientes era tão evidente, que a defesa se afirmava difícil. [98] O processo durou apenas cinco dias, e as condenações foram extremamente severas: Mons. Gojdic e Mons. Buzalka foram condenados aos trabalhos forçados, e Mons. Vojtassak a 24 anos de prisão. [99]

---

culo do célebre perito legal Hobza, intitulado *Processo contra os agentes do Vaticano na Tchecoslováquia.* Segundo êste último, os acusados ter-se-iam tornado réus de espionagem e de alta traição. Confessavam as suas culpas e mostravam-se gratos para com os juízes que foram clementes a seu respeito e lhes permitiram arrepender-se pùblicamente do mal que haviam feito ao povo trabalhador. Hobza explicava que "o direito canônico, como tampouco as regras eclesiásticas, não tinham validade na Tchecoslováquia; todo dignitário ou funcionário eclesiástico que dá a primazia à obediência canônica sôbre a lealdade ao Estado deve ser considerado como um traidor e em estado de infração para com as leis do Estado". Em conseqüência, o contacto direto de um cidadão tchecoslovaco com o Representante pontifício ou com o Papa é proibido. Cf. *Novy Zivot*, dezembro de 1950, pp. 16 e ss.

98) Cf. o opúsculo *Le Procès des trois évêques slovaques félons: Vojtassak, Buzalka et Gojdic*, Praga, Orbis, 1951.

99) Cf. *L'Osservatore Romano* de 1º e 2 de dezembro de 1950. Eis aqui uma passagem do interrogatório de Mons. Vojtassak, citado por Michel, na sua publicação *Problème religieux dans un pays sous régime communiste*, Paris, Ed. Fleurus, p. 73:

O PRESIDENTE: "Que foi que mais lhe conveio?" (trata-se do sistema capitalista e do sistema socialista).

Mons. VOJTASSAK: "O sistema capitalista convém-me melhor".

O PRESIDENTE: "Em quê?"

O BISPO: "Do ponto de vista econômico e material, o bispado de algum modo estava mais bem assegurado..."

O PRESIDENTE: "Poderia o sr. afirmar haver-se empregado a violência contra a Igreja, contra a religião, quando o povo trabalhador assumiu o poder? Foram fechadas as igrejas?"

O BISPO: "Não posso afirmá-lo".

O PRESIDENTE: "Que foi que o sr temeu quando o sistema capitalista foi derrubado? O sr. disse que o capitalismo tinha assegurado à Igreja a sua posição econômica e o seu poder..."

O BISPO: "Sim".

O PROCURADOR: "O sr. disse que, entre os dois sistemas, capitalista e socialista, escolheu o capitalismo; isso quer dizer que o escolheu com tôdas as suas conseqüências: com as riquezas de um lado, com a miséria e o desemprêgo do outro..."

No início de fevereiro de 1951, *novo processo foi feito a quatro eclesiásticos, e a série prosseguiu durante vários meses.* As acusações quase não variavam, e dava-se às condenações uma aparência de atos de clemência da parte dos tribunais populares. Uma das conseqüências dêsses processos era deixar, muitas vêzes, paróquias e reitorados sem padres. Durante êsse tempo, os padres patriotas, sem grande preocupação pelo cuidado das almas, realizavam múltiplos congressos e reuniões para aprovarem o Apêlo da Paz de Estocolmo.

A 15 de janeiro de 1951, os vigários-gerais e capitulares nomeados pelo Govêrno reuniram-se em Praga. Por essa reunião de "Ordinários diocesanos" queria-se, sem dúvida, dar a impressão de que se levara a efeito uma Conferência regular do Episcopado, e de que, em conseqüência, o regime das dioceses era normal.

A 19 de janeiro de 1951, reuniu-se em Praga o primeiro Congresso dos "Partidários da Paz", no correr do qual numerosas acusações foram formuladas contra a Igreja Católica.

A 13 de fevereiro, quatro novos cônegos titulares foram instalados na catedral de Olomouc, em presença dos representantes do Departamento para os Negócios Eclesiásticos; essa cerimônia foi acompanhada de um juramento de fidelidade ao Estado.[100]

O JUIZ (BEDRNA): "Por que foi que o sr. se aliou com as fôrças reacionárias contra a ordem da democracia popular?"

O BISPO: "No fundo, era a questão dos bens eclesiásticos".

COMENTÁRIO DO JUIZ: "Aqui, Vojtassak diz a plena verdade. Tratava-se dos bens da Igreja. Era disso que se tratava na alta hierarquia eclesiástica na Áustria-Hungria, na primeira República Tchecoslovaca, no Estado eslovaco e também depois da Libertação".

O JUIZ (dirigindo-se ao Bispo): "Tratava-se, para o sr., dos bens da Igreja. Por que não se dirigiu aos seus fiéis? Será que o povo trabalhador era da mesma opinião que o senhor?"

O BISPO: "Não".

Michel comenta: "Mons. Vojtassak, Bispo exemplar e conhecido pela sua grande caridade, pelo seu zêlo apostólico e pelo seu desprendimento, não era responsável pelas respostas que dava. Lutou contra o comunista ateu por bem outras razões que não os bens eclesiásticos. Êle respondia perante o tribunal como os "encenadores" comunistas lho haviam ensinado. Só cito êste exemplo para ilustrar como o comunismo ataca a Igreja e o seu clero, como quer desacreditá-los".

100) Como todos se lembram, a lei de 14 de outubro de 1949, nº 218, é que está na base dessas nomeações, seguida dos decretos de execução ns. 219-223 de 18 de outubro. Essa lei, é verdade, declarava que os eclesiásticos são empregados da Igreja e não do Estado, mas "deviam satisfazer tôdas as condições gerais impostas aos empregados do Govêrno" (lei 218 — decreto 219, art. 7). Além disto, nenhum eclesiástico pode exercer as suas atribuições sem o consentimento do Govêrno (lei 218 art. 7, § 1 — decreto 219, art. 16), e, para tôda nomeação, o consentimento governamental deve ser prèviamente dado (lei 218, art. 6, § 2). Os emolumentos governamentais só são pagos aos eclesiásticos que tiverem obtido o consentimento

A 29 de fevereiro, o Vigário Geral e alguns cônegos foram igualmente instalados em Brno, e depois foi a vez de sete novos cônegos na catedral de Kosice. Na diocese de Spis foi nomeado um Vigário Capitular enquanto o Bispo estava na prisão.

A 10 de março, os comunistas deportaram S. Excia. Mons. Beran, Arcebispo de Praga, para o castelo de Rozmital, e depois para Nova Rise, após de lhe infligirem uma multa de 60.000 coroas pela "sua atitude negativa em face da nova legislação eclesiástica na Tchecoslováquia". [101] Nos têrmos do Código Penal comunista, essa multa tornava vacante a sé arquiepiscopal de Praga. [102] A 3 de março, quatro novos cônegos já tinham sido nomeados, e um dêles será eleito, alguns dias mais tarde, Vigário Capitular de Praga, depois de se haver coagido a demitir-se o Vigário nomeado pelo Arcebispo.

A 15 de março, contra a vontade de S. Excia. Mons. Hlouch, três novos cônegos foram nomeados para a catedral de Budejovice. Impôs-se igualmente um Vigário Geral à diocese de Litomerice, enquanto que o Bispo, S. Excia. Mons. Trochta, era pôsto fora de condições de exercer o seu ministério pastoral. [103]

Em junho de 1951, o ministro Zdenek Fierlinger, que sucedera a Cepicka na direção do Departamento para os Negócios Eclesiásticos, procedeu à nomeação de nove vigários gerais noutras tantas

---

do Govêrno. O Departamento governamental é autorizado a organizar a lista dos postos a prover com o assentimento do Govêrno. Se um pôsto é ocupado sem o consentimento prévio do Govêrno, deve ser considerado vacante (decreto 219, art. 8).

Se dentro em trinta dias a vacância não fôr preenchida nas formas queridas, o Govêrno substitui-se, por via administrativa, à autoridade eclesiástica. Conformemente ao decreto 219, art. 30, o Govêrno exerce o direito de padroado, apresentando candidatos ao Ordinário competente. Os nomes para um emprêgo vago devem ser enviados pelo bispo ao consistório episcopal, que os submete ao Govêrno indicando os que não julga qualificados. O Govêrno nomeia um candidato escolhido entre os que o consistório não eliminou. O bispo é *obrigado* a nomear aquêle que lhe é assim apresentado. *Por outras palavras, a nomeação para os postos eclesiásticos está totalmente sob o contrôle do Govêrno.* — "Os padres, como todos os outros empregados do Estado...", deixará um dia escapar a Rádio de Praga!

101) Cf. *L'Osservatore Romano* de 15 de março de 1951.

102) Declaração do Departamento para os Negócios Eclesiásticos, no *Rudé Pravo* de 11 de março de 1951.

103) A *Sacra Congregação Consistorial,* em data de 17 de março, declarou nulas e sem valor tôdas essas nomeações, e relembrou tôdas as violências sofridas pela Igreja na Tchecoslováquia, onde "os direitos da Igreja têm sido violados de maneira contínua e inaudita, e os eclesiásticos têm sido vítimas de iníquos atentados... Os autores dêsses malfeitos estão informados dos diferentes cânones, que os ferem todos de excomunhão reservada à Santa Sé, *simpliciter* ou *speciali modo,* conforme a gravidade dos casos". Essa medida teve como efeito um enrijamento da perseguição por parte do Govêrno.

dioceses tchecoslovacas, constituindo assim uma *nova hierarquia de padres patriotas.* [104]

No decurso dêsse ano de 1951, a situação da Igreja tornar-se-á cada vez mais precária. Mais de 3.000 sacerdotes, tanto regulares como seculares, achar-se-ão privados de liberdade no correr do ano, dos quais 2.000 nos "conventos de concentração". Numerosos outros serão destituídos, de sorte que muitas paróquias ficarão, ao menos durante certo tempo, privadas de sacerdotes. [105]

Continuava-se, entretanto, a fazer pressão sôbre os bispos, isolados ou na sua residência ou em prisão, para que aceitassem prestar juramento de fidelidade ao Regime.

A 12 de março, o Govêrno espalhara a notícia segundo a qual os bispos Mons. Picha, de Hradec Kralové, Mons. Carsky, de Kosice, Mons. Trochta, de Litomerice, Mons. Lazik, de Trnava, Mons. Onderek, Administrador Apostólico de Cesky Tesin, e o Rev. Stehlik, "novo Vigário Capitular" de Praga, teriam prestado um *juramento de fidelidade* à República Popular. Nessa ocasião, fêz-se Mons. Carsky ler em voz alta uma Declaração, cujo conteúdo mostrava claramente haver sido ela extorquida, na qual se dizia que não eram "reconhecidas as penas eclesiásticas" (infligidas, no dizer dos comunistas, por motivos "políticos"), e se tomava conhecimento de que "os esforços da nossa ordem democrático-popular estão em plena harmonia com os princípios morais da nossa Santa Igreja". A Declaração está em contradição com todos os princípios pelos quais êsses bispos, e mui particularmente S. Excia. Mons. Carsky, até então se haviam corajosamente batido.

---

104) A essas nomeações de novos vigários gerais e capitulares os comunistas procurarão, tanto quanto possível, dar uma aparência canônica (eleição para os vigários capitulares, aprovação pelo bispo para os vigários gerais).

105) No meio dêsse descalabro geral, a propaganda comunista continuará a repetir que nunca houve liberdade religiosa maior do que na Tchecoslováquia. Os órgãos de propaganda preocupar-se-ão de espalhar, sobretudo no estrangeiro, opúsculos reproduzindo declarações de liberdade feitas por "padres patriotas", fotografias de igrejas e de cerimônias religiosas seguidas por grande multidão de povo. A Legação da Tchecoslováquia em Roma encarregou-se de difundir um dêsses opúsculos intitulado *Documents tchécoslovaques.* Pode qualquer um capacitar-se da astúcia e perfídia de uma tal propaganda lendo o comentário de *L'Osservatore Romano,* que chamou a atenção para a supressão da liberdade religiosa na Tchecoslováquia desde o primeiro momento em que os comunistas se sentiram suficientemente fortes para estabelecer no país a ditadura do proletariado. Cf. *L'Osservatore Romano,* 29 de outubro de 1950.

Prosseguindo essa mesma propaganda, os comunistas publicaram em 1955 outro opúsculo intitulado *Para a glória de Deus,* editado pela pretensa "Caridade Católica da Boêmia". O opúsculo, ilustrado com numerosas fotografias, visa a provar que a vida católica não é incomodada em coisa alguma pelo Regime.

Para prejudicar a grande popularidade dos bispos, os comunistas haviam-nos enclausurado na sua residência, interdizendo-lhes todo contacto com o clero e o povo. Após êsse período de isolamento, *todos* os bispos, à exceção do Arcebispo de Praga, S. Excia. Mons. Beran, do Arcebispo de Olomouc, S. Excia. Mons. Matocha, e dos bispos Mons. Skoupy, de Brno, Mons. Hlouch, de Budejovice, e Mons. Trochta, de Litomerice, haviam sido aprisionados, e depois "doutrinados" (segundo os processos próprios aos Regimes comunistas), a fim de se obter dêles a declaração-juramento de 12 de março de 1951. Aos signatários supracitados veio juntar-se, mais tarde, o Bispo de Nitra, S. Excia. Mons. Necsey, para com o qual os comunistas não deixaram de fazer chantagem, pela sua atividade política presumida durante a guerra.

Pressões foram feitas sôbre outros bispos, por exemplo sôbre Mons. Skoupy, de Brno. O Bispo de Budejovice, que, como Mons. Beran, tinha sido exilado da sua diocese, e o Arcebispo de Olomouc, ficaram absolutamente inabaláveis.

Se se pensar em que o Bispo-Auxiliar de Olomouc, o Bispo de Spis e o Bispo-Auxiliar de Trnava já haviam sido condenados no início de 1951, concebe-se que a situação dos bispos tchecoslovacos restantes se haja tornado verdadeiramente trágica após a Declaração de 12 de março.

Quiseram os comunistas aproveitar essa situação do Episcopado, que pelo juramento procurava remediar de algum modo a má administração das dioceses, para arrancar dos bispos novas declarações em proveito do Regime. Assim, tentaram dar *um cunho de "legalidade eclesiástica"* às medidas dêles, se bem que, a partir de 1952, fôsse evidente já não ter o Govêrno necessidade dos bispos, sendo as dioceses, como eram, na maioria governadas pelas suas criaturas, escolhidas nas fileiras dos "padres patriotas".

Tôdas as proclamações dos bispos, cuja assinatura muitas vêzes mesmo era imitada, desde êsse momento foram feitas com prudência, sobretudo se se pensar nos métodos de que os comunistas se haviam servido para extorquir as assinaturas na época da "soi-disant" Ação Católica e das leis eclesiásticas de outubro de 1949.

A 28 de setembro de 1951, o Departamento para os Negócios Eclesiásticos organizou um Grande Congresso em Praga, do qual todo o clero foi convidado a participar. O Ministro Fierlinger declarou que os assistentes representavam todo o clero tchecoslovaco.[106] E, efetivamente, o Govêrno considerava como "não mais existindo" os bispos que êle aprisionara e os religiosos que êle pusera nos "con-

106) Todos os meios tinham sido postos por obra para assegurar a participação do clero nesse Congresso. Mas êste, depois dos ataques do Ministro Fierlinger contra a pessoa do Santo Padre, foi ocasião de uma manifestação de fidelidade à Santa Sé e ao Papa.

ventos de concentração". Para êle, a Igreja era representada pelo grupinho de padres perjuros que colaboravam com o Regime para a criação do movimento cismático.

O Regime comunista continuará, nos anos que se seguirem, a proclamar a liberdade religiosa, por motivos de propaganda no plano internacional, e às vêzes testemunhará "benevolência" para com a Igreja [107], mas não renunciará a exercer severo contrôle sôbre tôdas as atividades dela, embora já a tenha enèrgicamente dobrado às suas vontades. Os tribunais secretos continuarão a condenar clero e fiéis, e a vigilância dos seminários de Estado para a educação do clero não se relaxará. Nada será descurado para afastar da Igreja a população, e os padres serão obrigados à freqüentação dos cursos de doutrinação marxista.

Em 1953, procedeu-se à detenção de dois outros bispos: S. Excia. Mons. Pobozny, Vigário Capitular de Roznava, e S. Excia. Mons. Skoupy, bispo de Brno, êste último por haver organizado o Ano Mariano. A direção ativa das dioceses continuou a ser assegurada por homens nomeados pelo Regime comunista. Assim achava-se realizado isso a que se chamou: *a teocracia do Estado ateu na Tchecoslováquia.* [108]

Em 1954, S. Excia. Mons. Trochta passará em juízo e será condenado a vinte e cinco anos de trabalhos forçados, por "se haver entregado à espionagem em favor do Vaticano". A mesma pena ferirá o seu Vigário Geral, bem como outro sacerdote. Em junho de 1954 saber-se-á (aliás, a notícia não pôde ser controlada) que o Arcebispo de Olomouc, S. Excia. Mons. Matocha, foi aprisionado em seguida a uma vasta "canoa" que englobou uma centena de sacerdotes e um milhar de leigos.

Conclusão.

Na exposição das etapas da perseguição à Igreja Católica tchecoslovaca, não tivemos a pretensão de relatar integralmente todos os fatos, nem de citar os inúmeros documentos de que o Episcopado tcheco e eslovaco se tem servido para resistir à perseguição. Contentamo-nos com insistir nas medidas adotadas pelos comunistas para arruinar a ação da Igreja Católica, começando pelas leis concebidas e votadas por êles, para chegar aos atos de violência contra os bispos, clero e religiosos.

E' de notar que na Tchecoslováquia a perseguição atingiu o seu paroxismo em tempo relativamente breve. Com efeito, três anos sòmente, de 1948 a 1950, bastaram ao Regime de Praga para pro-

107) Êsses sinais reduziram-se, em substância, à recapitulação dos vencimentos pagos ao clero e dos subsídios concedidos para o reparo de algumas igrejas que tinham interêsse histórico ou artístico.

108) Cf. *L'Osservatore Romano* de 19 de fevereiro de 1950.

mulgar as leis que pràticamente submetiam a atividade da Igreja ao contrôle do Estado, para confiscar as escolas católicas, para tentar criar um movimento cismático e promover uma "hierarquia" nacional, enquanto que êle detinha em campo de concentração, em prisão ou em domicílio forçado, os pastôres legítimos.

Deve-se dizer que só a diocese oriental de Presov foi formalmente abolida na Tchecoslováquia, mas as 2 arquidioceses, as outras 9 dioceses e as 2 administrações apostólicas passaram para sob o contrôle do Estado, e, por êsse fato, os bispos, mesmo se ainda são livres, são-no meramente *pro forma*, ao passo que quem faz tudo são os agentes de um Regime que, por princípio, combate a religião. E' o Estado quem continua a prover as paróquias de sacerdotes, e, para os postos importantes, êstes, tanto quanto possível, são escolhidos entre os fiéis colaboradores dos comunistas. Aditemos a êste triste balanço a perda das 1.363 casas religiosas e institutos de educação e de assistência que pertenciam à Igreja.

Em *L'Osservatore Romano* de 24 de junho de 1955 podiam-se ler as conclusões seguintes:

1º 13 bispos, residenciais ou auxiliares, estão afastados do seu cargo; para 5 dêles, *L'Annuario Pontifício* de 1955 faz notar: "Em prisão pela fé", ao passo que para os outros 8 pode-se ler: "Detido em lugar desconhecido". Dêstes últimos, corre o rumor de que alguns teriam sido postos em liberdade vigiada.

2º Os membros mais em vista do clero secular seguiram a sorte dos bispos, e os outros persistem estreitamente controlados em tôdas as suas atividades pastorais.

3º O Govêrno comunista até agora não levou em nenhuma conta os poucos pontos indicados pelos bispos tchecoslovacos — na sua Carta Pastoral coletiva de junho de 1949 — como essenciais para uma possível coexistência. São: o respeito da consciência dos jovens e da missão educativa da família e da Igreja; o reconhecimento do poder de jurisdição do Papa e dos bispos; a retirada das medidas de exceção.

4º A atitude do Regime comunista tchecoslovaco para com a Igreja Católica continua a ser assinalada por uma ingerência cada vez mais forte e invadente no govêrno eclesiástico.

Os 8 milhões e meio de católicos tchecos e eslovacos estão, hoje em dia, privados dos seus guias espirituais, enquanto se lhes preparam "novos" sacerdotes nos seminários comunistas. O Regime prossegue os seus esforços para criar a confusão nas fileiras dos católicos, e espera poder, com o tempo, destruir a própria estrutura da Igreja. Para isso funda as suas esperanças na juventude educada no ateísmo e no desprêzo dos valores espirituais. Os fiéis tchecoslovacos estão cônscios dêsse perigo, e rogam a Deus poupar essa desgraça à sua Pátria.

11

A PERSEGUIÇÃO À IGREJA CATÓLICA

sob o regime comunista vietnamense

Como se sabe, foram os Acordos de armistício em Genebra, em julho de 1954, que permitiram a constituição, no Viet-Nam, de um verdadeiro Estado comunista com poderes soberanos sôbre todo um território. Nos têrmos dêsses Acordos, com efeito, uma linha de divisão, à altura do paralelo 17, dividia o país em duas zonas, oficialmente denominadas "de reagrupamento militar", mas que na realidade se tornaram dois Estados distintos, como a coisa já se produzira na Alemanha e na Coréia.

A zona Norte, onde logo foi proclamada a República Democrática do Viet-Nam, correspondia de fato à parte do país que mais católicos contava. As instituições eclesiásticas, os estabelecimentos escolares, as obras de assistência eram ali numerosas e florescentes. O território compreendia os nove Vicariatos Apostólicos seguintes: Bacninh, Buichu, Haiphong, Hanoi, Hung-Hoa, Langson e Caobang, Phat-Diem, Thai-Binh, Vinh, e uma parte do Vicariato de Hué, cortado em dois pelo paralelo 17. Um Representante pontifício, S. Excia. Mons. João Dooley, residia em Hanoi com o título de Delegado Apostólico.

A Tragédia dos Refugiados.

A entrada dos comunistas em Hanoi coincidiu com o início da grande *tragédia dos refugiados.* [1] A cláusula 14 dos Acordos de armistício concedia à população do Viet-Nam um prazo de 300 dias para fixar a sua residência na zona de sua escolha. O êxodo da população do Norte, começado já antes do armistício, por ocasião da evacuação do delta do Tonquim pelas fôrças francesas, assumiu, dentro em alguns meses, as proporções de uma emigração maciça e intensiva. Para detê-la, as autoridades comunistas puseram por obra todos os meios de persuasão, de obstrução, de coerção: bloqueios das estradas e dos rios, seqüestro dos barcos, inclusive das embarcações de pesca, violências morais e físicas, ameaças, detenções.

1) Sôbre a questão dos refugiados, cf. *Terror in Viet-Nam,* publicado pelos cuidados da *NCWC,* Washington, 1955; *Les Viet-Minh et les Accords de Genève,* Saigon, 1955; diferentes artigos de *L'Osservatore Romano,* que citaremos aqui e acolá; os boletins de informação da *Agência Fides;* e igualmente o *Extrait du Rapport sur la situation des refugiés du Nord-Viet-Nam, envoyé à la S. Congrégation "de Propaganda Fide",* outubro de 1955 (sem indicação de lugar).

2) Chegou-se até a reter um ou dois membros de cada família,

Instituíram em seguida um processo burocrático complicado para a entrega dos "salvos-condutos": pedido individual e motivado, inquérito administrativo meticuloso e. espera prolongada da resposta, quase sempre negativa. Desprezando tudo isso, massas consideráveis de Tonquineses, em grandíssima maioria católicos, forçaram o bloqueio, ganhando a costa; circulavam em pequenos grupos através do campo, dos arrozais e dos canais, arrastando alguns míseros objetos pessoais, um saquinho de arroz, algumas roupas, e sempre as imagens sagradas, às vêzes até mesmo os sinos retirados religiosamente das suas pequenas igrejas. Houve encontros mortíferos com os homens do Viet-Minh; houve naufrágios, quando os frágeis sampans, carregados ao máximo, tentavam, lutando contra a maré crescente, alcançar os barcos franceses e americanos ancorados ao largo.

E, mesmo quando a entrada dos comunistas em Hanoi (9 de outubro de 1954) tornou mais difícil o acesso aos lugares de embarque, enquanto mais apertado e mais pesado se fazia o contrôle do Viet-Minh sôbre tôda a província, o Alto-Tonquim — onde a faculdade de livre transferência só fôra conhecida em novembro [4] — continuou a despejar para a costa a onda dos seus refugiados. Desta vez os comunistas recorreram a vastas ostentações de fôrça, cercando as aldeias, deportando as populações, colocando sentinelas diante de cada casa. Em seguida à reclamações e aos apelos desesperados que lhe chegavam de tôdas as partes, a Comissão Internacional de Contrôle (C. I. C.) enviou a diferentes localidades secções móveis para procederem a um inquérito; mas os Comissários, armados sòmente do Direito internacional, foram pràticamente impotentes em face da obstrução combinada das autoridades comunistas. Se, na mor parte do tempo, a C. I. C. não conseguiu impedir essas violações dos Acordos, os seus Relatórios serviram pelo menos para se tomar conhecimento delas. [5]

---

para tirar aos outros a idéia de partir; separaram-se os pequeninos dos pais, os filhos dos pais, etc. Cf. *Terror in Viet-Nam*, p. 7.

3) Em Tra-ly, em novembro de 1954, cêrca de 6.000 Tonquineses ficaram alguns dias entre a vida e a morte, em cima de alguns bancos de areia, correndo o risco de serem arrebatados pela maré. Alertados, barcos franceses acudiram para os pôr em segurança; o Viet-Minh protestou então junto à C. I. C. (Comissão Internacional de Contrôle), por violação das águas territoriais, e essa Comissão admitiu que as autoridades da República Democrática do Viet-Nam eram as únicas a ter a responsabilidade daquele território!

4) Desde o mês de setembro, a C. I. C. recomendara às duas partes darem ampla publicidade ao direito de livre transferência, que era quase ignorado.

5) A C. I. C. não deu prova de muita energia, quer porque fôsse obrigada a tomar as suas decisões em comum (cada secção compreendia um delegado polonês, um indiano e um canadense), quer porque não dispusesse de poderes de coerção, nem mesmo de meios de transporte.

A temível significação dêsse êxodo maciço de camponeses, de artífices, de operários não deixava de preocupar os comunistas; pretenderam êles que se não tratava ali de um êxodo espontâneo, mas sim do resultado de pressões sôbre a consciência por parte do clero católico, com mêdo da guerra e da bomba atômica, ou ainda das promessas de bem-estar feitas reluzir pela "camarilha de Diem" e pelos "imperialistas americanos" a fim de atrair as gentes para o Sul.

Posta de parte a questão de saber se era possível que, num território exclusivamente controlado pelos comunistas, a propaganda "americana" pudesse ter mais êxito do que a dos marxistas, em face de asserções tão gratuitas basta lembrar alguns dados positivos:

— Em dez meses, 860.000 pessoas passaram do Norte para o Sul, ao passo que, no mesmo período, não houve sequer 5.000 a fazerem o trajeto inverso.

— No decurso das inspeções da C. I. C. nos campos de refugiados do Sul, a fim de, a pedido dos comunistas, capacitar-se de se ninguém ali era retido à fôrça, sôbre os 25.000 indivíduos pessoalmente interrogados entre os 121.000 emigrados dos campos inspecionados pelos Comissários não houve um só pedido de volta para o Norte.[6]

Como explicar essa emigração em sentido único, em proporções tão consideráveis?

Que êsse movimento tenha sido de predominância religiosa, isto ressalta dos simples dados estatísticos: sôbre 860.000 refugiados con-

---

Redigiu ela quatro Relatórios, não publicados oficialmente, mas dos quais a imprensa internacional divulgou largos extratos.

No quarto Relatório, redigido pelos Comissários canadenses, o "Relato de Minorias" é significativo. Cf. *Bulletin de la Canadian Catholic Conference* de dezembro de 1955.

Denunciando "a atmosfera de mêdo e de suspeição" que vedava todo inquérito sério, os Comissários canadenses atestam que em Phat-Diem, Tra-ly, Ba-lang, Luu-my, Thuan-nghia, Pho-ninh, tiveram-se boas razões para pensar que, antes e durante a inspeção, as autoridades locais haviam adotado medidas especiais a fim de evitar o descobrimento de certos fatos e de impedir o contacto efetivo entre os que desejavam emigrar e os representantes da Comissão Internacional... Soldados e milicianos montavam guarda diante das casas dos católicos, com missão de proibirem a êstes últimos saírem...; reuniões eram organizadas à hora da chegada dos comissários...; em outros casos, os refugiados tinham sido reunidos na igreja, onde se recomendava aos Comissários não penetrarem, a pretêxto de se estarem ali desenrolando cerimônias! Muitíssimas vêzes o clero fôra ameaçado, e às vêzes mesmo aprisionado ou guardado em domicílio... Sucedeu freqüentemente acharem-se êles em face de grupos organizados de pessoas que apresentavam reclamações contra "a emigração forçada", e que, em demonstrações ruidosas e desordenadas, faziam os comissários perderem todo o tempo de que dispunham...

6) Cf. *Bulletin de la Canadian Catholic Conference*, dezembro de 1955.

tam-se pelo menos 676.000 católicos.[7] Êstes a ninguém calaram — e disto se fêz eco a imprensa internacional — haverem fugido para conservarem a sua fé e a fé de seus filhos; viu-se paróquias inteiras, com o cura à frente, afrontarem juntas uma viagem de 2.000 quilômetros para reconstruírem no Sul a sua paróquia, em tôrno de uma igrejinha, colocada sob o patrocínio do mesmo Santo Padroeiro.[8] Não se trata, bem entendido, de excluir outros motivos econômico-sociais (taxas exorbitantes, faxinas, impossibilidade do pequeno comércio ou do artesanato, confisco das terras); porém, mesmo levando em conta êstes fatôres, como ainda assim não é crível que os capitalistas tonquineses tenham sido centenas de milhares, como persiste eloqüente, no plano religioso, essa "escolha da liberdade" da escala de um plebiscito![9]

Política Religiosa do Govêrno.

Êsse êxodo dos refugiados, que teve profunda repercussão no interior como no plano internacional, influiu, sem dúvida nenhuma, na *política religiosa* do Govêrno de Ho Chi-Minh.[10]

Antes do armistício, nos territórios controlados pelo Viet-Minh, haviam-se aprisionado ou pôsto nos campos de concentração vários Vigários Apostólicos, mais de uma centena de sacerdotes, quiçá outro tanto de religiosos, e os outros membros do clero estavam, por assim dizer, confinados na sua morada; grande parte dos bens eclesiásticos tinham sido confiscados ou "tomados a cargo" por comitês paroquiais, estando o resto sujeito a taxas tão pesadas que equivaliam a um confisco; os membros do clero eram tratados de "exploradores" ou de "ricos proprietários fundiários", e pùblicamente acu-

---

7) Cf. *Les Réfugiés du Nord-Viet-Nam*, Saigon, outubro de 1955.

8) Escrevia uma testemunha ocular: "São católicos fervorosíssimos. Pedem pouquíssima coisa, nunca se lamentam, e ficam satisfeitos com as soluções mais rudimentares. À noite, recitam juntos as suas orações, de joelhos durante uma ou duas horas, debaixo do pórtico da igreja... São os mais pobres entre os pobres, trazem nas mãos tudo o que possuem..." *L'Osservatore Romano* de 7-8 de janeiro de 1955. — Cf. também *Le Courrier de Genève* de 25 de janeiro de 1955, *Le Figaro* de 21 de janeiro de 1955, *La Croix* de 1º de fevereiro de 1955, *L'Osservatore Romano* de 22 de janeiro e 13 de fevereiro de 1955.

9) O próprio Ho Chi-Minh, na sua mensagem de Natal de 1954, assegurava aos Tonquineses emigrados para o Sul que as autoridades comunistas haviam conservado com muito cuidado as suas casas e os seus arrozais, enquanto esperavam que êles voltassem para o Norte; portanto, é que não se tratava de ricos proprietários territoriais. Cf. *L'Osservatore Romano* de 13 de fevereiro de 1956.

10) A tentativa de apaziguamento feita por Ho Chi-Minh a respeito dos católicos é, em si mesma, uma prova de que o êxodo tinha antes de tudo motivos religiosos.

sados nas assembléias populares convocadas para "desmascarar os reacionários"; as escolas católicas e os seminários, embora oficialmente abertos, pràticamente estavam postos na impossibilidade de continuarem o seu ensino, em razão dos impostos elevados e da obrigação que lhes era feita de adotarem programas de inspiração marxista.

Após o armistício, quase todos os detidos foram soltos (aliás conformemente a uma própria cláusula do armistício), e a propaganda direta contra a Igreja atenuou-se. Houve mesmo tentativas, às vêzes ridículas, para atrair os católicos. E, sobretudo, fizeram-se grandes proclamações de "liberdade de crença e de culto", coroadas pela Resolução votada pela Assembléia Nacional, a 26 de março de 1955, a qual comporta os seis pontos seguintes:

1º Liberdade "de crença e de culto", assim como de ensino da religião "nos organismos religiosos"; liberdade da imprensa religiosa "no quadro das leis do Govêrno da República Democrática".
2º Reconhecimento dos direitos e deveres cívicos para todos os que professam uma religião; isenção de certos deveres para os ministros do culto a fim de poderem desempenhar o seu ofício.
3º "Respeito e proteção" dos lugares do culto.
4º "Proteção" da lei para os "organismos de ensino religioso.
5º Na aplicação da reforma agrária, concessão, às igrejas, aos pagodes e aos outros lugares de culto, de um arrozal que seja suficiente — a juízo das populações locais e das autoridades — para "ocorrer às necessidades do culto e das pessoas que exercem o ministério religioso".
6º "Serão punidos os que, fazendo pretêxto da religião ou prevalecendo-se de motivos religiosos, comprometerem a paz, a unidade, a independência e a democracia, quebrarem a união dos cidadãos, desviarem os fiéis do cumprimento dos seus deveres cívicos, atentarem contra a liberdade de pensamento alheio ou cometerem outros atos ilegais". [13]

Como fácil é verificá-lo, êsses princípios limitam de fato a liberdade religiosa à "crença e ao culto"; prevêem uma intromissão dos organismos populares na fixação dos meios de subsistência do culto e do clero; e, ademais, pelo parágrafo 6º dão às autoridades políticas e administrativas o direito de revogar as precedentes liberdades, sob o simples pretêxto de "reprimir os abusos".

Essa Resolução da Assembléia foi interpretada pelo *Decreto* do Presidente Ho Chi-Minh datado de 14 de junho de 1955 [14]; eis aqui os artigos mais significativos dêle:

— A respeito da liberdade de "pregar a religião nos templos", é precisado que, "no curso dêsses sermões, os ministros do culto têm o dever de inculcar aos fiéis o amor da pátria, o senso

11) Cf. *L'Osservatore Romano* de 19 de maio de 1955.
12) Cf. *Ibidem.*
13) Cf. *L'Osservatore Romano* de 19 de maio de 1955.
14) Cf. *Liberté de croyance dans la République Démocratique du Viet-Nam,* Hanoi, Ediç. em línguas estrangeiras, 1955, pp. 18 a 23.

das suas obrigações cívicas, o respeito do poder popular e da lei em vigor na República Popular do Viet-Nam" (art. 1º).
— As escolas religiosas "deviam seguir o programa de ensino governamental" (art. 9).
— A superfície de arrozal ou de terra deixada às igrejas "será fixada pelos camponeses, no curso de uma deliberação democrática, sancionada pela autoridade provincial" (art. 10).
— Os ministros do culto, "proprietários fundiários... não estão classificados entre os grandes proprietários..., mas no entanto devem conformar-se estritamente à política agrária do Govêrno" (art. 11).
— "As relações, em matéria religiosa, entre a Igreja do Viet-Nam e o Vaticano são negócio interior do catolicismo" em que "as autoridades administrativas não querem imiscuir-se" (art. 13).
— "A liberdade de crença e a liberdade de culto" são direitos do povo. As autoridades da República Democrática respeitam-nos e ajudam o povo a exercê-los (art. 15).

Para quem conhece a prática constante das Democracias Populares, tais textos não permitem alimentar ilusões sôbre as intenções do Regime: a pregação e o ensino católicos são legítimos, mas na medida em que se alinham sôbre a propaganda do Regime, o qual continua a se proclamar ateu [15]; as derrogações ao confisco das terras são teòricamente concedidas aos sacerdotes, mas podem sempre ser proibidas, quando surge uma dúvida sôbre o caráter "religioso" das questões tratadas; o artigo 15, enfim, dá às autoridades populares a possibilidade de ingerir-se na vida interior da Igreja, a pretêxto de "ajudar" os fiéis a exercerem a liberdade de crença.

Êste último artigo é destinado a favorecer, contra a Hierarquia eclesiástica, os movimentos dos "católicos patriotas". Efetivamente, foi constituído no Viet-Nam um *"Comitê dos católicos amantes da Pátria e da Paz"*. Êsse Comitê, que conta apenas uma dezena de padres e um grupinho de leigos, organiza manifestações de "lealdade ao Regime", envia delegados aos Congressos da Paz, convida e recebe delegações "patrióticas" dos outros países comunistas, lança a suspeição e insufla o ódio contra os bispos e os padres que dêle não fazem parte. As autoridades concedem a êsse Comitê facilidades e proteção: enquanto Vigários Apostólicos e curas vêem lhes serem recusadas licenças para circular, os "padres patriotas" podem ir e vir a seu talante, e podem circular viaturas governamentais, sob a proteção da polícia.

Um Primeiro Balanço.

Em fins de 1955, a situação da Igreja era mais ou menos a seguinte. Ainda estão presentes nos seus Vicariatos S. Excia. Mons.

15) "O partido — escreve o jornal comunista de Hanoi, *Nhân Dân*, — acredita absolutamente na exatidão científica do marxismo-leninismo". Cf. *L'Osservatore Romano* de 5 de agôsto de 1955.

Khué, em Hanoi; S. Excia. Mons. Mazé, em Hung-Hoa; S. Excia. Mons. Duc, em Vinh; S. Excia. Mons. Hedde e seu coadjutor Mons. Jacq, em Langson e Caobang; ademais, S. Excia. Mons. Tao é Administrador Apostólico dos Vicariatos de Haiphong e de Bacninh. Mas, no conjunto do país, uns vinte sacerdotes estão encarcerados sob diversos pretextos; outros estão em residência vigiada, e todos, inclusive os bispos, acham-se na quase impossibilidade de deixar o seu domicílio, mesmo para visitar seus próprios fiéis mais distantes; todo proselitismo missionário está suprimido; as aulas de catecismo e os ofícios são contrariados por incessantes reuniões de aldeia ou de oficina, realizadas à mesma hora; a juventude é obrigada a faxinas distantes e mal definidas; por assim dizer, tôdas as escolas católicas estão fechadas, sendo que a última escola secundária de Hanoi foi ganha pela infiltração de professôres e alunos comunistas; os periódicos católicos não mais existem. [16]

E, no entanto, sem dúvida ainda não se viu o pior: Ho Chi-Minh espera as eleições gerais que lhe foram prometidas pela Conferência de Genebra, para "reunificar" o país; enquanto êle conserva esta esperança, não aperta a fundo o parafuso.

---

16) Cf. *L'Osservatore Romano* de 5 e 13 de agôsto de 1955.

12

A PERSEGUIÇÃO À IGREJA CATÓLICA

sob o regime comunista iugoslávo

Diferentemente do que se passou nos outros países satélites da U. R. S. S., na Iugoslávia o comunismo, agindo no decurso da segunda guerra mundial sob o nome de Frente Popular de Libertação (Osvobodilna Fronta: O. F.), conquistou o poder por dentro, embora sendo sustentado de fora, de maneira decisiva, pelos Aliados, em detrimento aliás dos outros agrupamentos que também lutavam contra os ocupantes. E, desde o fim de 1945, nenhum outro país satélite, com exceção talvez da Albânia, achava-se tão radicalmente sovietizado.

O Exército Nacional de Libertação (Narodna osvobodilna Vojska: N. O. V.) fêz a sua entrada em Zagreb a 8 de maio de 1945. Logo se formou um Govêrno de coligação, tendo à sua frente o Marechal Tito e compreendendo, além dos comunistas, membros do Govêrno iugoslavo exilado em Londres e elementos nacionais, membros do Conselho antifascista de libertação nacional da Iugoslávia (A. V. N. O. Y.). Alguns meses bastaram para manifestar as verdadeiras intenções do Partido comunista: deter sòzinho o poder, sufocando — no sangue, se preciso — tôda tentativa de realização de um govêrno realmente democrático. Quando se procedeu a eleições, segundo a bem conhecida encenação comunista a *unanimidade* dos votos foram para o Marechal Tito e para a República (99, 897%).[1]

Em junho de 1948, o comunismo iugoslavo foi denunciado pelo *Kominform*. Tornado "inimigo" declarado de todos os países de obediência soviética, e particularmente dos seus vizinhos, o Regime de Tito procurará desde então conciliar os favores das Potências ocidentais, nos domínios econômico e militar.

Fôsse qual fôsse a sinceridade dessa "derrubada das alianças"[2], o fato é que daí não resultou mudança alguma na atitude hostil do Poder para com a Igreja Católica. Tito fêz mesmo questão expressa de fazer saber, depois de junho de 1948, que o regime *permanecia pura e integralmente comunista*, fiel em tudo às teorias marxistas. E a experiência, ai!, provou que, em matéria de religião,

---

1) Então é que foi proclamada a *República Popular Federativa* da Iugoslávia, abrangendo seis Repúblicas federadas: Eslovênia, Croácia (com a Eslavônia e a Dalmácia), Bósnia-Herzegovina, Sérvia (com a Vojvodine), Montenegro e Macedônia.

2) A 15 de março de 1952, recebendo um grupo de universitários, Tito afirmará: "Nós sempre ficamos firmes nas nossas posições e não fizemos nenhuma concessão nem em política interior nem em política exterior". Cf. *Borba* (Luta) de 16 de março de 1952.

a República Popular Federativa Iugoslava (R. P. F. Y.) absolutamente não se diferenciaria das outras "Democracias Populares", seja lá o que sôbre isso possam dizer a propaganda oficial, os diplomatas comunistas iugoslavos no estrangeiro, ou mesmo os turistas no regresso de uma permanência em que foram hóspedes do Regime. A perseguição religiosa ali se inspira nos mesmos critérios e segue os mesmos métodos.

Não é fácil expor breve e claramente a legislação eclesiástica da Iugoslávia; com efeito, além das leis federais, cumpre ter em conta aqui as leis próprias às diversas Repúblicas, e lembrar-se de que a aplicação delas pode variar de uma para outra.

Porém, melhor do que os textos legislativos, um quadro sumário da situação do clero, da imprensa, dos estabelecimentos católicos, etc., focalizará a situação da Igreja Católica na Iugoslávia.

A «Liberdade do Culto».

A Constituição do Estado iugoslavo e as das Repúblicas que o constituem reconhecem formalmente a "liberdade de consciência e a liberdade do culto", exigem a "separação entre a Igreja e o Estado", proíbem a "utilização abusiva da Igreja e da religião para fins políticos", declaram ilegais as "organizações políticas de fundo confessional", autorizam as comunidades religiosas "cujo ensino não se oponha à Constituição" a exercerem as suas funções religiosas e a celebrarem o seu culto. Ver-se-á, com o correr do tempo, o que valem, na prática, essas garantias constitucionais. [3]

A expressão "*separação entre a Igreja e o Estado*" tem nos regimes de democracia popular sentido inteiramente diverso que nos regimes leigos do Ocidente. Como tal, deve-se entender a separação do próprio povo de Deus e da Igreja, e a luta implacável contra esta última. [4]

---

3) Em tôdas as ditaduras proletárias, conformemente à *Constituição*, a religião é assunto privado. Mas o *Partido* não pode considerá-la como tal, êle que tem o dever de combater o "preconceito anticientífico" por todos os meios: propaganda, persuasão e, se preciso, "eliminação".

4) Eis aqui com que clareza se exprimiu o Presidente da Assembléia Popular Croata, Vicko Krstulovic, numa reunião do partido comunista levada a efeito em Osijek: "A revolução permitiu-nos quebrar o antigo quadro burguês, destruir os fundamentos materiais da burguesia, e tomar tudo em mão. Mas não podemos destruir a Igreja como instituição; não que o nosso país e o nosso govêrno careçam de fôrça, mas porque na consciência de numerosos cidadãos, mormente entre os camponeses, ainda existem resíduos tenazes de fé. Sabemos que a Igreja, como instituição, está no seu fim, e devemos combatê-la no terreno da política e da cultura, elevando a consciência do povo ao mesmo tempo que o seu nível de vida, a fim de que êle

Do mesmo modo, a "*liberdade do culto*" concebida à moda bolchevista não significa, de modo algum, na Iugoslávia, *liberdade de religião.* De um lado, a "liberdade do culto" não garante à Igreja o cumprimento de tôda a sua missão, como a educação cristã da juventude, a pregação do Evangelho, o apostolado social, as obras de caridade, a imprensa católica, a organização hierárquica do país, as livres relações com a Santa Sé, etc.; de outro lado, ela só é autorizada no interior da igreja, nos edifícios que não foram destruídos ou requisitados para usos profanos.

De certo, os fiéis afluem às igrejas onde é ao sacerdote permitido oficiar, e êste fato muitas vêzes impressiona os turistas estrangeiros a quem é dado verificá-lo, induzindo-os a êrro sôbre a verdadeira "liberdade religiosa" existente naquele país. Leiam êles, de preferência, o *Memorandum* redigido, com vistas ao Marechal Tito, pelo Episcopado católico, na sua conferência levada a efeito em Zagreb de 23 a 26 de setembro de 1952, e presidida, em vista da ausência forçada de S. Excia. Mons. Stepinac, pelo Arcebispo de Belgrado, S. Excia. Mons. Ujcic.[6] Está averiguado que não existe na Iugoslávia efetiva liberdade religiosa, que a liberdade de consciência e o livre exercício do culto, de que fala a Constituição no seu artigo 25, foram pràticamente reduzidos a uma liberdade apenas parcial do culto, ou, como dizem as leis, à liberdade das cerimônias religiosas.

Se os bispos falam de "liberdade simplesmente parcial", é que, em certos domínios, a liberdade do culto está tão reduzida, que pràticamente cessou de existir. A "liberdade do culto" não impede, por exemplo, que:

— a Seção para a defesa nacional (O. Z. N. A.), ou Polícia Secreta, "fiche" os fiéis que freqüentam a igreja;

---

compreenda sempre melhor que o mundo não se desenvolveu sob a influência do Espírito Santo (*sic*), mas segundo as leis naturais. Cumpre-nos mobilizar a opinião pública nas aldeias e nas cidades, contra a obra deletéria (dos padres)..." Cf. *Naprijed* (Avante), 1º de junho de 1952, citado por *L'Osservatore Romano* de 6 de dezembro de 1953.

5) "... A Igreja deve limitar-se àquilo que deve ser o seu único objetivo: celebrar as cerimônias religiosas, e, neste ponto, plena liberdade lhe é concedida em face do Estado e em face das outras organizações de caráter religioso e anti-religioso. Mas a liberdade de religião não significa sòmente liberdade de confessar tal ou tal religião, comporta igualmente a liberdade de luta ideológica contra o misticismo religioso e contra os preconceitos religiosos". (Cf. *Nedeljne infirmativne novine* (Informações hebdomadárias) de 4 de maio de 1952.

6) Êsse *Memorandum* foi dirigido ao Marechal Tito, mas foi recambiado, sem qualquer observação, ao arcebispado de Belgrado. Quando, em dezembro de 1952, sete bispos foram convocados pelo Marechal, entregaram-lhe pessoalmente êsse documento, que é de interêsse capital para a história das relações entre a Igreja e o Estado na República Popular Federativa. Achar-se-á o texto dêle em: *Une Église du silence. Catholiques de Yougoslavie,* Paris, 1954.

— o cumprimento dos seus deveres religiosos torna-se, muitas vêzes, para os fiéis assim fichados, fonte de graves dificuldades, que vai até à *discriminação*, aplicada antes de 1951, na distribuição dos cartões de alimentação e, atualmente, para a obtenção de um emprêgo, etc.;

— a freqüentação das igrejas é rigorosamente proibida a todo militar ou portador de um uniforme qualquer;

— a liberdade de *obstrução* e a de difamação do culto e dos seus ministros são autorizadas até nas igrejas [7];

— tôdas as cerimônias do culto são proibidas fora das igrejas [8];

— a administração dos Sacramentos aos doentes dos hospitais, aos prisioneiros, e sobretudo aos condenados à morte, é proibida;

— os sermões nas igrejas são severamente vigiados pela polícia, o que obriga o padre a tomar precauções exasperadoras. E' para êle uma tortura reconhecer na multidão o policial, ora ignorante e fanático, ora vivendo no temor de ser por sua vez vigiado por um agente secreto e obrigado, em conseqüência, a gôsto ou a contragosto,

---

7) A 27 de setembro de 1953, Tito condenará os excessos que, sobretudo naquele ano, haviam abundado: em substância, dizia êle, tratava-se de erros de tática, pois a religião e a Igreja devem ser combatidas por outros métodos, notadamente pela "educação" da juventude. Dizia, o Marechal, entre outras coisas: "Como sabeis, excessos deploráveis, sob forma de atos de violência, foram cometidos entre nós. Isso produziu-se em alguns lugares por causa da política encarniçada e hostil de certos chefes eclesiásticos a respeito da situação atual. A população estava exasperada com isso... Não podemos solidarizar-nos com ela, e condenamos tais processos, pois possuímos meios muito mais eficazes na nossa luta... Não queremos atos de violência física; a êles somos opostos... Devemos combater com meios políticos; é preciso explicarmos que a nossa conquista custou um milhão e setecentos mil mortos, e que não podemos permitir que alguns padres pensem em aniquilá-la. Dizei-lhes que não podemos tolerar que alguém se faça entre nós agente do estrangeiro. Também o padre deve servir o povo... Esclarecer as massas no terreno político, lutar pela nossa juventude, não com o fuzil ou com os punhos, mas, ao contrário, organizando-a, trabalhando no meio dela..." Cf. *Vjestnik* (Notícias), 28 de setembro de 1953.

8) As procissões na via pública foram de novo autorizadas, em 1951, em algumas Repúblicas, mas em princípio sòmente, pois na prática as taxas governamentais abusivas a que elas eram sujeitas tornavam-nas irrealizáveis. Ademais, as procissões não deviam perturbar o tráfego. Entretanto, onde quer que elas puderam ter lugar, foram perturbadas de todos os modos, inclusive pelos assovios e pelos motejos. A êsse propósito, o *Memorandum* dos bispos dizia: "As procissões são proibidas em numerosas regiões. As festas religiosas importantes, agrupando os fiéis de diferentes paróquias, são objeto de atropelos de tôda sorte. O mesmo sucede especialmente por ocasião das cerimônias para uma primeira missa. Os donativos em natureza, que, segundo um antigo costume, são oferecidos ao jovem sacerdote, são apreendidos pela O. D. B." (Administração da Segurança Nacional, isto é, N. K. V. D. iugoslava).

a denunciar os pretensos "abusos cometidos no púlpito". Uma linguagem que se mantém prudentemente no quadro da doutrina católica pode ser mal interpretada e considerada como um convite à sabotagem, à luta contra o Regime, à revolta. Disto poder-se-iam citar inúmeros exemplos [9];

— a imprensa aproveita tôdas as ocasiões para atacar a religião, a Igreja Católica e especialmente a Santa Sé.

Sôbre êste último ponto poder-se-iam citar exemplos ao infinito. Pela sua constância e vulgaridade, os insultos da imprensa governamental e comunista iugoslava difìcilmente acham o seu equivalente na dos outros países de obediência marxista. O Ano Santo é qualificado "polpudo negócio financeiro"; o Vaticano é chamado o "representante do imperialismo italiano", o "inimigo secular dos nossos povos", o "antro da reação", um "caluniador despudorado", etc.... Publica-se o livro do sérvio Mihajlo Petrovic intitulado: *Le Vatican et la Politique impérialiste des Puissances réactionnaires occidentales* (Belgrado, 1947). [10] O rádio do Estado, por seu lado, transmite uma in-

---

9) O *Oslobodjenje* de 8 de março de 1952 acusa os padres de abusarem da liberdade democrática que reina na Iugoslávia, por terem ousado dizer que "Cristo era um operário, tal como os Apóstolos", e por haverem defendido a existência de Deus. Isto fazendo, teriam êles incitado os seus paroquianos à intolerância religiosa. O cura de Crikvenica, tendo, a 14 de outubro de 1951, tomado como tema do seu sermão o Evangelho do domingo: "Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus", foi longamente atacado no *Vjestnik* de 18 de outubro. "Respeitando o sentido da passagem do Evangelho, o padre bem que havia exaltado o amor da pátria, mas — dizia o jornal — a exortação era tendenciosa, porquanto, na segunda parte do sermão, êle precisara os limites da obediência às leis do Estado, fazendo passar em primeiro lugar Deus e as leis divinas". Quanto à cidade de Djakovo, residência do Bispo de Srijem, organizou-se uma lista dos assuntos que aos padres é vedado tratar, sob pena de detenção: o ateísmo, o sacramento do matrimônio e a sua indissolubilidade, o quinto mandamento, a paciência de Job, o *non est pax impiis*, etc. Falar do Papado no púlpito equivale, em algumas regiões, a minar a unidade do povo e do Estado; falar dos "lôbos sob a pele de ovelhas" é atacar o Regime. Numerosos padres foram condenados a três ou seis meses de prisão por haverem tratado dêsses assuntos proibidos.

Lê-se no *Memorandum*: "A liberdade de pregação está igualmente ameaçada. Os sacerdotes são acusados por terem feito citações da Escritura Sagrada. As explicações positivas das verdades de fé são consideradas como atentados à segurança do Estado e à ordem social nova. Proibiu-se, mesmo, aos sacerdotes falarem às crianças do catecismo contra a propaganda atéia. "Os sacerdotes, diz uma instrução da autoridade popular local da Bósnia-Herzegovina, não devem exercer pressão nenhuma sôbre os pais para impedirem os filhos de se tornarem ateus". Chegou-se até a exigir de um sacerdote que convidasse os fiéis a não mais freqüentarem a igreja".

10) Cf. igualmente o fascículo: *Tajni Dokumenti o odnosima Vatikana i Ustaka NDH*, Zagreb, Ognjen Brica, p. 144, bem como

sípida "troça" do *Pai-Nosso*. Dá-se larga publicidade a "ladainhas" blasfemas contra a SS. Virgem. O cinema projeta como filmes documentários as mais horríveis falsificações batizadas como "crimes do clero".

A *Nota* da Secretaria de Estado do Vaticano ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da R. P. F. Y., datada de 1º de novembro de 1952 [11], citava alguns exemplos escolhidos entre os mais *recentes*, e que se referiam *à Croácia e à Eslovênia*, onde os católicos constituem a grande maioria da população:

a) A 9 de fevereiro de 1952, o *Slovenski Porocevalec* (Mensageiro Esloveno), de Ljubljana, publicava uma circular dirigida às diferentes seções do Partido comunista esloveno. Lia-se nela: "... Durante o ano escolar é necessário ajudar a juventude a compreender, com o auxílio de argumentos baseados na ciência, a influência negativa e reacionária da religião e do obscurantismo...". Essa circular trazia, entre outras, a assinatura de Eduardo Kardelj, Vice-Presidente do Conselho dos Ministros e Ministro dos Negócios Estrangeiros da Iugoslávia, bem como a de Boris Kidric, Presidente do Conselho Econômico do Govêrno central.

b) O Vjestnik de 20 de abril de 1952 reproduzia a seguinte declaração do doutor Milos Zanko, Ministro Presidente do Conselho para a Civilização e Cultura da República Popular da Croácia: "Quem, em virtude da liberdade de consciência garantida pela Constituição, pensar em introduzir fins educativos em oposição (com o marxismo) não cumpre o seu dever de educador; é como se ensinasse que 2 mais 2 fazem 7".

c) Em Belgrado, o *Borba* (Luta) de 7 de novembro de 1952 referia que Alexandre Rankovic, Ministro do Interior, falando ao VIº Congresso do Partido Comunista iugoslavo, frisava a necessidade de uma "luta resoluta, obstinada, incessante contra as manifestações e concessões burguesas, clericais e kominformistas".

d) O *Vjestnik* de Zagreb, a 9 de novembro de 1952, explicava a maneira como se devia entender essa luta, num artigo do acadêmico Marko Kostrencic, bem conhecido propagandista da idéia comunista. Escrevia êle: "A moralidade de Cristo é de rejeitar, porque indigna do homem, que ela condena a uma vida negativa. A moralidade cristã impele-vos a praticar crueldades em grande estilo. A moralidade socialista tira a sua fonte da concepção marxista do mundo; nega a existência de outro mundo melhor, de um reino celeste transcendente, com todos os seus espantalhos sobrenaturais e consolações, indo de satanás, dos espíritos, dos anjos e dos santos, até deus (*sic*) e até os deuses de tôda espécie. Essa concepção do mundo matou deus (*sic*), bem como todos os deuses. Para essa concepção só existe êste mundo visível, material..."

e) Outras declarações *oficiais* do Partido Comunista concordam com essas afirmações. *Nova Makedonija*, de Skoplje, de 2 de março de 1952, afirmava: "O nosso Partido nunca foi indiferente em face da ideologia religiosa e da Igreja, mas hoje se trata de organizar a luta ideológica, sistemática, cotidiana, por

---

a refutação documentada dêsse texto publicado em *La Civiltà Cattolica*, 1952, IV, pp. 428-435.

11) Publicada em *L'Osservatore Romano* de 14 de janeiro de 1953.

meio da imprensa, das organizações de massa, dos institutos culturais, a fim de destruir tôdas as concepções religiosas do universo, todos os preconceitos, tôdas as tradições religiosas..."

f) No mesmo sentido, o *Borba*, de Belgrado, de 1º de março de 1952, referindo as conclusões da Vª Sessão Plenária do Comitê Central do Partido Comunista da Macedônia, escrevia: "O trabalho ideológico do Partido, em face dos nossos operários, consiste em se esforçar para arrancá-los à influência da religião e do misticismo..."

g) Em Sarajevo, o jornal *Oslobodjenje*, de 13 de setembro de 1952, referia que, no correr da reunião do Partido Comunista levada a efeito em Foca e em Kiseljak, havia-se deplorado que alguns membros do Partido "achassem que lhes era permitido cumprirem os ritos religiosos visto ser isso garantido, pela Constituição do nosso país e pela lei, a todos os cidadãos, sem pensarem em que os membros do Partido devem estar na vanguarda do progresso e ser os primeiros na luta contra a superstição, o "primitivismo" e todos os resíduos da reação"

h) Em Ljubljana, o *Slovenski Porocevalec*, de 13 de setembro igualmente, dando conta da reunião do Partido Comunista realizada em Notranje Gorice, escrevia: "Falou-se da necessidade da luta contra os preconceitos religiosos obscurantistas, e, antes de tudo, contra o clero, que os alimenta..."

i) *Ljudska Pravica*, órgão do Partido Comunista esloveno, afirmava claramente, a 16 de fevereiro de 1952, que "um comunista não é livre de ir à igreja, de assistir às cerimônias religiosas, de contrair matrimônio perante o padre, de mandar batizar seus próprios filhos. Para o comunismo, a religião é o ópio do povo..."

Essas poucas citações *são mero "espécime"* das declarações anti-religiosas, tão numerosas quanto uniformes, de que está cheia a imprensa diária, e que estão em completo acôrdo com os próprios estatutos da "União dos comunistas iugoslavos", estatutos que declaram: "A pertença à União dos comunistas iugoslavos é incompatível com a profissão da religião e com o cumprimento dos ritos religiosos..."

Aliás, o próprio Marechal Tito, num discurso aos representantes do Congresso das Associações de professôres, educadores e mestres da Iugoslávia, declarava, qual o referiu o *Borba* de 30 de abril: "Sei que no estrangeiro nos censurarão o afastarmos a juventude de deus (*sic*), da igreja. (Mas) não podemos tolerar que êsses homens pratiquem a superstição, e tudo isso não passa de superstição. Devemos lutar contra a superstição".

Cêrca de um ano após a ruptura de Tito com o Kominform, puderam-se notar alguns sinais de "atenuação" no plano religioso, e o cuidado do Govêrno de evitar novos conflitos agudos com a Igreja. A falar a verdade, as perseguições não cessaram, os danos sofridos pela Igreja não foram reparados, as liberdades suprimidas não foram restituídas. Sem embargo, o Regime começou a procurar — sem entretanto o conseguir — não dar à Igreja novos motivos de acusação. Como, no entanto, nenhuma mudança ideológica ocorreu nas relações entre o Estado e a Igreja, não se tinha nenhuma garantia de ver respeitar essas concessões táticas ou de as ver aplicar sem discri-

minação. De fato o comunismo iugoslavo perseguirá o seu escopo maior: a aplicação da lei do materialismo dialético a todos os ramos da vida, inclusive à religião.

No número dos gestos de "atenuação", para fins de "propaganda", citemos os seguintes:

Em 1949, pela primeira vez desde 1945 autorizou-se a impressão, se bem que em número limitado de exemplares, de um livro de orações e de um catecismo. Em 1950-1951, pôde-se proceder à nomeação de seis novos bispos; as autoridades concederam o acesso das paróquias a padres a quem até ali fôra êle interdito; autorizou-se a reposição em estado de algumas igrejas e casas paroquiais; permitiu-se, em certa medida, solicitar o auxílio estrangeiro para a manutenção dos seminários não suprimidos; reconheceu-se à Faculdade de Teologia de Zagreb o direito de conferir graus acadêmicos. A 1º de janeiro de 1951, concedeu-se uma anistia a 11.000 detentos, da qual aliás poucos padres puderam beneficiar-se; em algumas localidades, as Freiras puderam de novo reunir-se em comunidade, fechando os olhos as autoridades civis, e circular tìmidamente pelas ruas em hábitos religiosos; na Bósnia-Herzegovina, e especialmente em Sarajevo, restituíram-se às Freiras alguns conventos. Em outras regiões, não mais houve oposição tão aberta, como no passado, a que fôsse ministrado o ensino religioso, e alguns catequistas foram autorizados a ensinar nas escolas.

O Marechal Tito tentará igualmente resolver o caso do Arcebispo S. Excia. Mons. Stepinac, oferecendo à Santa Sé o seu *livramento* em troca do seu exílio voluntário. Tendo essa "démarche" ficado sem conseqüência, S. Excia. Mons. Stepinac via, a 5 de de-

---

12) Ver, a êste propósito, o Relatório apresentado pelo teórico do comunismo iugoslavo Milovan Djilas à 11ª Sessão plenária do Comitê Central do Partido Comunista Iugoslavo, em *Komunist*, a 4º nº 1 (1950).

13) Um Decreto de 29 de janeiro de 1952, do Presidente do Govêrno da R. P. F. da Croácia, suprimirá a Faculdade de Teologia da Universidade de Zagreb. Poucos dias depois, o Govêrno de R. P. F. da Eslovênia adotava medida análoga contra a Faculdade de Teologia da Universidade de Ljubljana. A supressão do título de *Faculdade de Estado* acarreta automàticamente a do orçamento. De fato, o Estado continuou a subvencionar essa segunda Faculdade de Teologia, visto o seu reitor, o Dr. Stanko Cajnkar, e alguns outros professôres serem os animadores dos "padres populares" da C. M. D. Os comunistas gabam-se de boa mente dêsse auxílio por êles prestado a uma Faculdade de Teologia. Na realidade, a sua tática era clara: a vida dessas Faculdades, privadas de meios próprios, deve depender das subvenções governamentais, e estas só lhes serão concedidas em certas condições, equivalentes a um contrôle absoluto do ensino no sentido do progresso "social-comunista".

14) Cf. *L'Osservatore Romano* de 9-10 de julho de 1951.

zembro de 1951, a sua pena de prisão comutada na de "liberdade condicional". [15]

Tudo isso provava sòmente que a perseguição, de "virulenta" que fôra até então, entrava numa fase "tranqüila", e que se contava com o tempo para progredir "metòdicamente". Induzir as massas a abandonarem a fé continuará a ser o objetivo imediato do comunismo iugoslavo; mas doravante procurará êle antes de tudo ferir o pastor para dispersar o rebanho, e acentuará a obra de "doutrinação" da juventude. [16]

No decorrer dos seus quatro primeiros anos de Govêrno, por numerosos decretos os comunistas haviam, por assim dizer, atado as mãos da Igreja Católica: imprensa suprimida, instituições sociais liquidadas, situação material do clero cada vez mais comprometida, ministério sacerdotal contrastado de mil maneiras, obstáculos opostos à prática religiosa dos cidadãos, e, para findar, uma quantidade de sacerdotes e de fiéis aprisionados e condenados à morte. A partir de 1949, nada mais tendo a acrescentar a essas medidas, contentaram-se os dirigentes comunistas, nessa nova fase, com manter em vigor a legislação contra a religião e a Igreja; mas ao mesmo tempo se esforçaram, por meio de uma campanha metódica, para envenenar a alma do povo, e especialmente para desapegar a juventude de Deus e da religião. [17] À fase "destrutiva" dos primeiros anos sucedia a fase de "construção anti-religiosa". [18]

---

15) Cf. *L'Osservatore Romano* de 7 de dezembro de 1951.

16) Cf. uma documentação a êsse respeito publicada em *La Civiltà Cattolica,* 1950, I, pp. 581-592.

17) De tôdas as campanhas *sincronizadas* contra a religião, nas quais é abundante a história da perseguição na Iugoslávia, citaremos como exemplo a que foi deflagrada no início de 1952. O rádio e a imprensa — sobretudo a destinada à juventude — deram o sinal de uma propaganda sistemática contra tôda espécie de religião, apresentada esta como uma invenção do capitalismo para a exploração do homem, como um misticismo irracional, como uma ridícula superstição, como um monumento de obscurantismo; essa propaganda falava, em têrmos vergonhosos, da oração, dos Sacramentos, dos milagres, da "mitologia" cristã, das culpas da Igreja. *Oslobodjenje,* órgão da Frente Popular da Bósnia-Herzegovina, abriu o fogo nos seus números de 20 e 30 de janeiro, seguido, nos primeiros dias de fevereiro, por *Pobjeda* (Vitória) de Cetinje, órgão da Frente Popular do Montenegro; por *Naprijed* (Avante), hebdomadário do Partido Comunista croata (números de 8 a 15 de fevereiro); por *Ljudkska pravica* (O Direito do Povo), órgão do Partido Comunista da Eslovênia (número de 16 de fevereiro), e, nos primeiros dias de março, pela *Nova Makedonija* (Nova Macedônia), órgão da Frente Popular Macedônia. Fizeram côro o *Knjizevne novine* (Jornal literário) e o *Trideset Dana* (Os Trinta Dias) de Belgrado, a *Voce del Popolo* (Voz do Povo) de Fiúme, e a *Svobodna Dalmacija* (Dalmácia livre) de Split. Não é puro acaso, nota Cavalli em *La Civiltà Cattolica* (1952, II, 135-149), que o cuidado de mover essa campanha fôsse confiado a jornais quase totalmente desconhecidos nos meios estrangeiros da

Em 1952, após um novo apêrto de parafuso na via do estrangulamento econômico da Igreja Católica, tentar-se-á mesmo forçar o clero a aceitar as medidas perseguidoras e, o que mais é, a aplaudir o Govêrno. A liberdade religiosa já não passava de uma possibilidade de culto vigiadíssima; suscitar-se-á agora no seio do clero um movimento "espontâneo" de adesão, conformemente a intenções de longa data manifestadas.

A Imprensa Católica.

A caça ao livro católico começou na Iugoslávia à medida que as tropas de Tito "libertavam" cidades e aldeias. Fêz-se sistemàticamente desaparecerem das livrarias e tipografias católicas todos os livros de orações, os catecismos, os livros de devoção, tanto em edições artísticas como em edições populares [19]; os próprios antiquários não foram esquecidos. Retiraram-se, ao mesmo tempo, as imagens, os crucifixos e todos os objetos de culto.

Legalizou-se a colocação sob seqüestro das impressoras, pela condenação, por "colaboração", de *todos os diretores e redatores católicos.* [20]

Em matéria de imprensa católica, a Iugoslávia mostrou-se muito mais intransigente do que todos os outros países de obediência mar-

---

Iugoslávia; o intuito era fazer-se ouvir pelo povo, sem todavia atrair a atenção do mundo ocidental, num momento em que importava fazer crer que a luta religiosa não passava de uma lenda fabricada pelo Vaticano. Em substância, todos êsses jornais só faziam era parafrasear o que, em forma perfeitamente clara, devia escrever um certo M. Kangrga em *Naprijed*, acima citado: "A religião é a maior depravação do homem". Mister se torna, pois, combatê-la por todos os meios. E várias vêzes no ano, nos diferentes pontos do território, assistir-se-á a campanhas dêsse gênero.

Elas se multiplicaram particularmente no decurso dos meses de abril e maio de 1952. Citemos quanto a maio: *Politika* de Belgrado, a 5 e 21 de maio; *Nedeljne Infirmative Novine* de Belgrado igualmente, a 4 de maio; *Republika*, ainda de Belgrado, a 6 de maio; *Vjestnik* de Zagreb, a 9 e 18 de maio; *Partiski radnik* (O Trabalhador do Partido), órgão do Partido Comunista da Sérvia, a 15 de maio; *Borba* (A Luta) de Belgrado, a 27 de maio; *Slovenski porocevalec* (O Mensageiro esloveno) de Ljubljana, a 11 de junho.

18) O Marechal Tito não se arreceará de afirmar em Mostar, a 14 de setembro de 1951: "A Iugoslávia não é um país socialista que pense em aniquilar a religião com o auxílio de decretos; a religião, como negócio privado, não pode mesmo ser destruída por via administrativa". Aos padres, disse êle, é permitido ocupar-se dos seus afazeres religiosos, mas, em compensação, "não se metam em política e nem propaguem o fanatismo religioso". De fato, estas duas frases significam simplesmente que aos sacerdotes é vedado oferecerem a menor resistência aos meios poderosos empregados para difundir o ateísmo. Cf. *Borba* de 15 de setembro de 1951.

19) Os comunistas chegaram mesmo a caçar as gramáticas latinas, por ódio a Roma, "o inimigo secular".

20) Cf. *La Civiltà Cattolica*, 1947, II, pp. 561-572.

xista. De uma feita, *a imprensa católica foi totalmente aniquilada* por uma Ordem que exigia autorização do Govêrno para qualquer publicação. Sob diversos pretextos, a autorização foi recusada a numerosas publicações, ao passo que outras nem sequer recebiam resposta. Na Croácia, por exemplo, onde em 1930 a imprensa católica tirava cada mês 700.000 exemplares, duas ou três fôlhas católicas haviam podido a princípio, a pedido seu, continuar a publicar-se, em condições aliás miseráveis, com uma tiragem reduzida e sob a ameaça perpétua de censuras; mas a O. Z. N. A. não cessou de lhes criar mil dificuldades. O Estado, fornecedor único de papel, recusava-o à imprensa católica.

Desde 20 de setembro de 1945, o Episcopado podia consignar: "*Não resta mais, hoje em dia, um só jornal,* da centena (croatas e eslovenos) que existia antes da guerra".

Dez anos depois dessas primeiras medidas, a situação pode assim resumir-se:

Antes da instauração do regime comunista, havia na Iugoslávia 152 periódicos católicos (cotidianos, hebdomadários, revistas, boletins, etc.). Tal número de publicações exigia quantidade proporcionada de casas editôras e de tipografias; 24 delas eram particularmente importantes. Atualmente, *tôdas as impressoras e casas editôras* católicas estão nas mãos do Estado. A quase totalidade das publicações católicas — dos cotidianos aos boletins paroquiais — foram suprimidas de uma maneira ou de outra. Durante certo tempo haviam podido sobreviver, com tiragem mui limitada, fôlhas como *Verski list* (Jornal religioso), de Maribor; *Oznanilo* (Evangelho), de Ljubljana; *Gore srca* (Sursum corda), de Zagreb. Essas três publicações, uma após outra, tiveram de deixar de aparecer.[21] O mesmo se deu com a revista mensal, de Belgrado, *Blagovest.* Hoje a imprensa católica já não está mais representada senão por um boletim mensal para o clero, intitulado *Vjestnik*[22] e publicado em Djakovo, com muitas dificuldades; e pela revista *Druzina* (Família), de Nova Gorica, que aparece duas vêzes por mês com oito páginas meio-formato.[23] Evidentemente, êsses periódicos católicos logo seriam confiscados se tentassem

---

21) Por exemplo, *Oznanilo* no início só podia aparecer *uma vez por semana,* com 4 *páginas* e em *péssimo papel.* Depois não mais foi autorizado a aparecer senão de 15 em 15 dias, com 2 páginas meio-formato e a 30.000 exemplares, quando se poderiam vender 500.000. Desde 1952 não aparece mais.

22) Não se deve confundir êsse boletim católico para o clero com outras publicações do mesmo título (significando: Notícias), e em particular com o periódico publicado pela Associação dos Santos Cirilo e Metódio, e várias vêzes citado neste capítulo.

23) A Administração Apostólica de Nova Gorica é que é proprietária dessa revista, mas interessante é notar que a redação dela é em Ljubljana, na própria sede da Cooperativa dos "padres populares", membros da C. M. D.

responder às calúnias e às blasfêmias sistemàticamente difundidas pela imprensa comunista.

Pràticamente, já não é mais possível hoje em dia imprimir livros de caráter religioso na Iugoslávia.[24] Na Eslovênia, o único livro religioso que se pôde reimprimir foi o Novo Testamento, editado pela Sociedade de Santa Emargora, de Celje, mas em 10.000 exemplares sòmente.

Mencionemos, enfim, que os padres pertencentes à Associação dos Santos Cirilo e Metódio, favorecidos pelo Govêrno comunista, têm um periódico, *Nova Pot* (Vida Nova); é um instrumento de propaganda a serviço da política do Govêrno, e, por outro lado, o seu conteúdo não tem nada de religioso.

Os Estabelecimentos de Educação.

Desde a sua chegada ao poder em 1945, o Govêrno comunista preocupa-se antes de tudo com criar um sistema escolar "novo", isto é, destinado a fazer desaparecer inteiramente tudo o que pudesse relembrar o passado. Os estabelecimentos de educação foram encarregados de difundir as teorias marxistas, e para isso o Partido pedia aos professôres maior soma de ardor revolucionário do que de competência pedagógica.

O artigo 38 da Constituição de 31 de janeiro de 1946[25] assim se exprime:

"As escolas pertencem ao Estado. Só a lei pode autorizar a fundação de escolas particulares, mas a sua atividade fica sob o contrôle do Estado. O ensino primário é gratuito e obrigatório. A escola é separada da Igreja".

Pertencendo a escola ao Estado, êste último é quem dá as "diretrizes" para a educação dos alunos. A escola deve antes de tudo tender a fazer do aluno um cidadão socialista penetrado a fundo dos princípios materialistas, "cujo estudo permite aos professôres formar, nos seus alunos, uma sólida concepção do mundo, a qual os subtrai à influência do clero e das diversas teorias ideológicas burguesas".[26]

---

24) Tal é a verdade. Mas isso não impedirá o Marechal Tito de declarar, a 31 de agôsto de 1951, a alguns jornalistas estrangeiros: "As Igrejas, entre nós, dispõem dos seus jornais, imprimem brochuras e livros. Talvez *não os publiquem tantos quanto antes*, porque temos de comprar o papel com divisas preciosas. Entretanto dispõem dos seus próprios jornais, livros e opúsculos, como das suas próprias escolas, onde formam os seus padres".

25) Êsse artigo ficou inalterado na nova Constituição aprovada a 13 de janeiro de 1953.

26) Cf. Milovan Djilas, um dos principais teóricos do comunismo iugoslavo, em *L'Ecole nouvelle, discussions sur les problèmes de l'école*, vol. II, p. 7, 1950. — No IVº Congresso do Partido, depois de se queixar dos resultados da educação socialista entre os estu-

Nessas condições, ninguém pode ficar surprêso de ver banido de uma tal escola o ensino religioso, e particularmente o da religião católica.

Na *Bósnia-Herzegovina,* região onde os católicos representavam um têrço da população, as autoridades elevaram-se até mesmo contra o ensino da religião nas igrejas, dando como argumento que as igrejas eram então transformadas "inconstitucionalmente" em "escolas particulares". O mesmo ocorreu no *Montenegro.*

Um Decreto da *República Eslovena,* de 31 de julho de 1951, testemunha o mesmo rigor.

Na *Croácia,* onde a população, na maioria, é católica, as autoridades locais nas pequenas cidades deixavam os padres ministrarem o ensino nas escolas, ou, mais exatamente, nos locais escolares, porém fora do horário normal, e sòmente se os pais o houvessem pedido por escrito. Mas, por Decreto de 31 de janeiro de 1952, o Conselho Popular para a educação e cultura, da República Popular da Croácia, suprimiu todo ensino religioso nos locais escolares. E' igualmente proibido, prosseguia o Decreto, reunir as crianças em idade escolar nos "bureaux" ou locais paroquiais, e mesmo em aposentos particulares, no intuito de lhes ensinar o catecismo ou de se entregar a alguma atividade de instrução e de educação.

Em algumas regiões onde o ensino da doutrina cristã nas escolas públicas persiste teòricamente autorizado pela lei, a situação está longe de ser satisfatória. Primeiramente, a religião só pode ser ensinada nas escolas primárias e nas classes pequenas das escolas secundárias. Nos quatro primeiros anos do ensino primário, aos pais é que compete decidir se o filho deve ou não receber o ensino religioso; ao contrário, a partir das classes mais altas das escolas primárias, pertence aos próprios alunos fazer a sua escolha. Semelhante "liberdade" realmente não passa de uma farsa amarga, encenada pelo Partido Comunista para fazer crer na liberdade de religião na Iugoslávia. Na prática, todos os obstáculos possíveis e imagináveis são amontoados pelos organismos oficiais para dissuadir os pais de pedirem a instrução religiosa para seus filhos, e para afastar dela êstes últimos. Habitualmente, o prazo de recebimento dos pedidos é limitado a um só dia; passado o prazo, já não são êles tomados em consideração. Os próprios pedidos são submetidos a um exame extremamente rigoroso, e qualquer vício de forma basta para os fazer

---

dantes de Universidades, assim traçou Tito o programa dos trabalhos futuros: "Adotar as medidas necessárias para o formação da juventude nas escolas secundárias, a fim de que essa juventude possa, em futuro mais ou menos remoto, vir a ser uma verdadeira "intelligentsia" socialista. Quanto mais depressa agirmos, tanto mais ràpidamente subtrairemos a nossa "intelligentsia" às diversas concepções estrangeiras, e tanto mais cedo teremos um apoio seguro para levar a bom têrmo a edificação da nova sociedade".

anular.[27] As autoridades escolares fazem o impossível para reduzir a nada essa concessão. Muitas vêzes vai-se até a aconselhar as crianças a deixarem a escola antes da hora do catecismo, ou então durante a hora reservada à religião organizam-se passeios ou divertimentos. Geralmente, a aula de catecismo é fixada em fim de horário, de modo que, nas escolas que durante o inverno têm o horário da tarde, a aula não possa ter lugar, em razão da hora tardia, que não permitiria às crianças reentrarem em casa antes do cair da noite. Ao contrário, nas escolas que têm o horário da manhã, as aulas de religião são fixadas para a tarde, a fim de obrigar os alunos a fazerem de novo longas horas de marcha para a elas assistirem.

Quanto aos sacerdotes que desejam ser autorizados a ensinar a doutrina cristã, devem depositar um pedido em três exemplares: um destinado ao Comitê comunista local, o segundo ao Comitê distrital, e o terceiro ao Comitê provincial. Após um processo burocrático interminável, ainda mesmo quando a autorização fôsse concedida, já não restariam ao sacerdote, para ministrar o seu ensino, senão três meses, no máximo, do ano escolar, à razão de uma hora por semana. Em definitivo, só é possível ensinar a religião durante 8 a 10 horas, no máximo, por ano.

Para a Croácia, por exemplo, no decurso do ano escolar de 1949-1950, sôbre 350.000 alunos aproximadamente, a instrução religiosa só pôde ser ministrada a 30.000 apenas, e mais ou menos superficialmente. Essa instrução muito se ressente, notadamente, da falta completa de livros apropriados.

A fim de remediar essas insuficiências, os padres procuraram dar aulas na igreja, mas, como se viu, o Govêrno comunista logo interveio.

Quanto às casas de educação católica, eram florescentes, e foram dizimadas. As religiosas, por si sós, mantinham 65 escolas secundárias com 5.044 alunos, 86 escolas primárias com 16.405 alunos, 142 asilos com 8.296 crianças, 41 pensionatos com 2.378 estudantes. Ora, *de tudo isto nada mais resta,* do mesmo modo que foram fechados os 11 colégios mantidos pelos religiosos. Os edifícios foram postos sob seqüestro e utilizados pelos comunistas para as suas próprias necessidades.

A *Nota* da Secretaria de Estado de 1º de novembro de 1952, já citada, assim resumia a situação:

---

27) Em geral as coisas se passam assim: No início do ano escolar, o mestre anuncia aos alunos que, no dia seguinte, os pais que desejam que o ensino da doutrina cristã seja ministrado a seus filhos deverão depositar o seu pedido escrito nesse sentido. Habitualmente êle acrescenta: "Veremos amanhã quais são ainda os pais reacionários que querem que seus filhos escutem as baboseiras dos padres, e igualmente quais são os de vós que ainda são bastante estúpidos para perderem seu tempo com lições de catecismo. Os que não assistirem às aulas de religião poderão jogar bola ou ir passear".

"Tôdas as instituições católicas de educação, que se contavam às centenas, com dezenas de milhares de alunos, foram fechadas. Em tôdas as escolas do Estado, em todos os graus, o ensino religioso foi eliminado, e o materialismo ateu é obrigatório. Muitos educadores que não ensinavam ou não praticavam o ateísmo foram afastados das escolas, bem como uma porção de alunos acusados de freqüentarem a igreja". [28]

De seu lado, o já citado *Memorandum* do Episcopado iugoslavo ao Marechal Tito, em 1952, declarava, a propósito da *instrução religiosa*:

"Proibiu-se aos sacerdotes ministrarem a instrução religiosa não sòmente nas escolas, mas ainda nas casas particulares, e até mesmo nas igrejas. Numerosos são os casos em que se proibiu aos sacerdotes a instrução da juventude nas igrejas. Até mesmo a preparação para a primeira comunhão é proibida. Por haverem transgredido essas proibições, numerosos sacerdotes têm sido molestados, condenados a multas e à prisão".

A respeito das *casas de educação católicas,* assim se exprimia êle:

"Devemos mencionar a liquidação de tôdas as escolas católicas no conjunto do território da nossa República. Uma série das nossas escolas secundárias, clássicas e comerciais, as nossas escolas normais, que formavam os mestres, as nossas escolas de artes e ofícios, as nossas escolas primárias, e mesmo as nossas escolas maternais e os jornais de infância, foram suprimidos com uma penada. Os edifícios foram confiscados".

---

28) Alguns extratos das próprias publicações comunistas bastarão para confirmar o que acaba de ser afirmado.

Numerosos alunos foram expulsos das escolas secundárias por delitos religiosos, isto é, por terem faltado à aula durante os dias de festa do Natal. Cf. *Vjestnik* de 22 de fevereiro de 1952.

Em junho de 1951, o Congresso Nacional dos professôres das escolas primárias e secundárias decidiu intensificar a luta contra "os preconceitos religiosos e contra o misticismo". Cf. *Politika* de 12 de julho de 1951.

Os manuais escolares, mesmo os destinados aos alunos das escolas primárias, falam com desprêzo dêsse "meio de mistificação que é a religião". — Cf. *Le livre de textes d'histoire pour les écoles primaires durant l'année scolaire* 1950 (Edition italienne), pp. 17 e 18, Tipografia cittadina, Pola.

Já se não contam os artigos que pedem seja eliminada "a educação clerical" nas escolas, e que se "vele pela pureza" do conteúdo da instrução escolar (*Vjestnik* de 25 de abril de 1952). Poder-se-ão ver, por exemplo, os números de *Nasi Razgledi* (Nossos Horizontes) de 31 de outubro de 1952 (artigo "Educação moral", de Marika Dekleva); *Rijeski List* de 20 de fevereiro de 1952; *Zasavski Vjestnik* de 3 de abril de 1952; *Slovenski porocevalec* de 22 de fevereiro e 2 de abril de 1952. A êste propósito, ver os artigos documentados de Cavalli publicados em *La Civiltà Cattolica* em 1952 (II, 135-149) e 1953 (IV, 135-150, 531-546, 627-639).

O *Borba* de 10 de março de 1952 atacava um mestre-escola porque freqüentava a igreja, e perguntava-se como era possível a quem pratica a religião ensinar eficazmente o marxismo, a origem do homem, etc.

Os Seminários e os Institutos Religiosos.

O funcionamento e a existência dos seminários, indispensáveis à boa formação do clero, encontram numerosas dificuldades. Nove seminários foram fechados; os edifícios de alguns outros ainda abertos, tais como os de *Zagreb*, *Ljubljana* e *Split*, em parte estão ocupados. Os seminários que subsistem são objeto de constantes vexames, e debatem-se em graves dificuldades econômicas, em conseqüência do confisco dos bens da Igreja e da impossibilidade quase total de receber os donativos dos fiéis do país (em dinheiro ou em natureza) e os socorros dos católicos do estrangeiro.

Em razão das medidas de ocupação ou de confisco, os seminários-menores de Maribor, Ljubljana, Senj, Skoplje (Prizren), Subotica, Sarajevo (em Travnik) tiveram de cerrar as suas portas. Em tôda a Eslovênia não há mais um só seminário-menor, não merecendo o pensionato aberto em Vipava, na Administração Apostólica de Nova Gorica [29], ser classificado entre os seminários. Tampouco, não há mais seminários-menores no Montenegro, na Bósnia-Herzegovina, em Vojvodine, na Macedônia. O de Rijeka (Fiume) foi suprimido em 1955. Quanto à Croácia, o Ministro Presidente do Conselho para a Civilização e Cultura, o Dr. Milos Zanko, ali ordenou, por circular de 31 de janeiro de 1952, que todos os jovens de menos de 15 anos fôssem obrigados a freqüentar as escolas de Estado, onde, como cada um sabe, se ensina o marxismo. Em razão disso, os seminários-menores não podem ter alunos nas quatro primeiras classes do ensino secundário. [30]

Resumamo-nos: dos 18 seminários, menores e maiores, onde era educado o clero secular, hoje não restam mais do que 9, nos quais só podem ser admitidos os jovens de mais de 15 anos, isto é, que já tiveram de passar oito anos nas escolas oficiais, verdadeiros "seminários" de ateísmo. [31]

---

29) Êsse internato foi ocupado em outubro de 1953, por ocasião da tensão ítalo-iugoslava, e desde então não se ouviu dizer que fôsse restituído.

30) Ver a *Nota* da Secretaria de Estado do Vaticano de 1º de novembro de 1952, já citada.

31) A propósito do *ateísmo* na Iugoslávia, era dito no *Memorandum* ao Marechal Tito: "Há também a questão dolorosa do ensino ateísta oficial nas escolas e na vida pública da Iugoslávia. O ateísmo é a religião do Regime. E' propagado em tôdas as escolas do Estado, pelas conferências, pela imprensa, e vê-se impôsto aos funcionários públicos e ao exército. Proibição formal é feita aos educadores e aos professôres de liceus de freqüentarem a igreja; os que infringem esta proibição são afastados. A pertença à religião católica é considerada como a tara mais pesada para um funcionário. Os oficiais do exército iugoslavo não têm mais a liberdade de mandar batizar os filhos".

Os religiosos tinham 20 noviciados, 22 escolas apostólicas e 9 escolas de teologia. Não lhes restam mais senão 9 casas (noviciados e escolas apostólicas).

As Associações e Obras de Caridade Católicas.

Desde as primeiras horas do novo Regime, um Decreto governamental proibiu tôda reunião não autorizada. Êsse Decreto aplicava-se até mesmo aos ensaios de um côro de canto numa igreja. Os próprios bispos decidiram a supressão das associações católicas, mal souberam que a O. Z. N. A. tinha ordem de organizar a lista dos membros delas.

Uma quantidade de dirigentes de Ação Católica foram privados do emprêgo que tinham na administração, ou foram postos em disponibilidade sem pensão. Outros foram aprisionados ao mesmo tempo que os seus capelães, e condenados, uns a multas, outros a trabalhos forçados ou à prisão, alguns mesmo ao confisco dos seus bens.

As obras de caridade ressentiram-se igualmente do totalitarismo comunista, que não suportava nem concorrência nem colaboração em qualquer terreno que fôsse. Não mais existe hoje orfanato dirigido por católicos, nem hospício para os velhos: é dizer que uma centena de instituições desta natureza foram suprimidas, e que os seus assistidos, em número de mais de 5.000, foram ou expulsos ou tomados a cargo pelos comissários comunistas. Para justificar, aos olhos da opinião pública, êsse tratamento desumano infligido a tantos infelizes, deflagrou-se uma campanha de calúnias contra as obras de caridade católicas. [32]

As associações puramente religiosas, como as Ordens Terceiras, as Congregações Marianas, as Confrarias do SS. Sacramento, desapareceram igualmente da Iugoslávia.

Os Edifícios do Culto.

Lê-se a êste respeito no *Memorandum* dos bispos:

"As igrejas, é verdade, ainda estão abertas, porém várias delas, como, por exemplo, a dos Trapistas em Delibasinoselo, perto de Banja Luka, a despeito do seu valor artístico foi transformada, durante certo tempo, em "hangar" para máquinas agrícolas. A igreja monumental de S. José, em Ljubljana, jóia da arte religiosa, foi pura e simplesmente tirada aos católicos e destinada à seita católica-velha, que no entanto só conta naquela cidade pouquíssimos fiéis. [33]

---

32) Era assim que infames caricaturas apresentavam as Freiras de Ljubljana como as carcereiras dos bebês que lhes eram confiados; algumas foram acusadas de maltratarem e de fazerem morrer de fome os filhos dos "partisans"; outras vêzes afirmava-se que os órfãos eram forçados a fazer-se padres, etc.

33) Desde então foi transformada em estúdio de cinema.

Ao longo dos caminhos, *numerosas cruzes e imagens santas* foram arrancadas, sem que os autores dessas profanações pudessem ser descobertos. Na Eslovênia e em outras localidades do país, profanações semelhantes tiveram lugar em várias capelas. Em novembro de 1949, a bela e grande igreja de São Salvador, de Rijeka (Fiúme), foi destruída de noite por uma mina: está, no entanto, situada em pleno centro da cidade. De maneira semelhante foram destruídas a igreja dos Carmelitas, de Selo, perto de Ljubljana, e a belíssima capela sita sôbre a altura chamada "Subida ao calvário", perto de Rijeka. De acôrdo com as nossas informações, *várias igrejas católicas do Banat* teriam sofrido a mesma sorte. Em diversas partes do país, numerosas igrejas públicas dependentes de instituições a cargo de religiosas foram fechadas à fôrça. Quanto à igreja de Nossa Senhora, de Ptujska Gora, o maior lugar de peregrinação da diocese de Maribor, apesar do protesto das autoridades foi tomada e transformada em museu.

As autoridades civis *não concedem nenhuma autorização para construção de igrejas novas.* [34] Por outro lado, é difícil obter permissão para proceder a trabalhos de *restauração das igrejas antigas*".

O Govêrno procedeu, além disto, ao confisco de numerosos mosteiros, de escolas confessionais, de instituições católicas, etc., para as destinar a usos profanos. Em semelhantes casos, habitualmente só se deixavam à disposição dos eclesiásticos ou religiosos — e isso a título temporário — uma ou duas peças, ao passo que em todo o resto do edifício se instalavam repartições de polícia ou sedes de organizações comunistas. Na Bósnia e na Herzegovina, a requisição dos edifícios eclesiásticos foi mais absoluta.

Se possuíssemos a totalidade dos dados estatísticos concernentes a essa requisição, nenhuma dúvida haveria de que a perda sofrida se eleva a uma soma considerável. Ademais, êsse golpe assestado na Igreja tinha por fim preciso paralisá-la pràticamente em tôdas as suas atividades.

No que concerne aos Arquivos paroquiais, diz o *Memorandum* antes citado:

"Os registros dos batismos, dos óbitos e dos casamentos foram tirados à Igreja em 1946. Desde então os organismos oficiais outorgam-se o direito de controlar os novos registros estabelecidos desde 9 de maio de 1946 para uso interno. Os antigos registros nunca foram restituídos à Igreja, apesar da promessa feita de tornar a pô-los à disposição desta o mais tardar em 1951".

A Perseguição Contra os Sacerdotes e Contra a Hierarquia.

No início, o Govêrno esforçou-se por obter a "colaboração" do clero: oficialmente, dizia-se, era isso no intuito de fazer desaparecer os obstáculos que poderiam tornar difícil às duas partes a execução

---

34) Em Osiek, Biroljic perto de Sinj, em Novo Selo perto de Rakovica, e em muitos outros lugares, essa autorização foi recusada.

do seu duplo dever, religioso e nacional; mas, na realidade, tratava-se era de fazer do clero o instrumento da consolidação do regime.

As divisões entre o clero favorecem sempre, como se sabe, os desígnios das autoridades comunistas. Foi por isto que, na Iugoslávia, estas últimas tentaram e ainda tentam operar uma separação entre o "alto" e o "baixo" clero, ou, para falar em têrmos de luta de classes, entre os "exploradores" e os "explorados".

Havendo, porém, topado com uma resistência unânime do clero, o Partido ràpidamente adotou outras armas.

Antes de tudo, a da propaganda. Os comunistas procuraram persuadir o povo de que a resistência do clero ao Regime só era inspirada em razões de ordem material; em particular a Igreja, instituição capitalista, opor-se-ia com tôdas as suas fôrças à reforma agrária. [35]

Adotaram-se em seguida diversas medidas contra o clero. Em diferentes regiões, o sacerdote foi privado de cartões de alimentação e de vestuário (em vigor na Iugoslávia até o outono de 1951). As coletas em natureza, feitas a favor das igrejas ou de qualquer outra instituição eclesiástica, foram sujeitadas a uma autorização especial das autoridades, enquanto que as coletas de dinheiro pròpriamente ditas eram totalmente proibidas. Os sacerdotes estavam constantemente à mercê da polícia, e, em compensação, nunca eram protegidos contra as agressões organizadas.

Em 1945, apareceu uma Ordem obrigando todo sacerdote a pedir uma autorização especial, semelhante à dos artífices e denominada "*licença para exercer o mister do cuidado das almas*". Essa autorização, só na Eslovênia, foi recusada a uma centena de sacerdotes, enquanto que outros tiveram de esperar muito tempo até obtê-la.

No correr dos meses de junho e julho de 1945, procedeu-se a dezenas de detenções de sacerdotes e de leigos católicos; inculpados de colaboração com os governos anteriores, foram êles trazidos perante tribunais militares e, na maioria dos casos, condenados à pena de morte.

Acusações as mais inverossímeis foram então lançadas contra o clero, entre as quais voltavam contìnuamente, como um "leitmotiv", as de inimigos do povo, de fascistas, de reacionários, de traidores; isto, aliás, nada tem de surpreendente, dado que bastava não simpatizar com o comunismo para ser olhado pelos seus acusadores, não mais como um cidadão, mas sim como um traidor do povo.

Os bispos católicos denunciaram essa sangrenta perseguição numa Carta Pastoral datada de 25 de setembro de 1945. Nela se lê, a propósito dos morticínios de padres e das condições de administração da justiça:

---

35) A realidade é mui diversa. A maior parte do clero, tão pobre como os seus fiéis, pouco tinha a perder na reforma agrária.

"A sorte terrível e dolorosa de numerosos sacerdotes aflige-nos e inquieta-nos. Durante as hostilidades, já grande número dêles haviam tombado, não só nos campos de batalha, como também sob os golpes das autoridades civis e militares. Quando cessaram as operações militares, as condenações à morte de sacerdotes católicos continuaram.

De acôrdo com as informações que temos, o número das vítimas eleva-se a 243 mortos, 169 detidos em prisão ou em campo de concentração, 89 desaparecidos, ou seja um total de 501.

A esta cifra há razão para aditar: 19 seminaristas, 3 Frades e 4 Freiras assassinados.

E' êsse um fato desconhecido, desde há séculos, nos países balcânicos. Mas o que leva ao cúmulo a dor é a recusa oposta a essas vítimas, do mesmo modo que a centenas e a milhares de outras, de beneficiar-se, nos seus últimos momentos, dos socorros da religião, que, nos países civilizados, são concedidos aos piores criminosos.

Os tribunais que proferiram essas sentenças julgaram sumàriamente. Na maioria das vêzes, até o momento dos debates os inculpados não conheciam coisa alguma dos agravos contra êles retidos; muitíssimas vêzes, contràriamente ao que exige o processo judiciário, não puderam defender-se, quer citando testemunhas, quer pedindo a assistência de um advogado".

No momento em que elevava êsse solene protesto contra a sorte infligida ao clero, o Episcopado iugoslavo já era vítima da perseguição na pessoa de vários dos seus membros.

S. Excia. Mons. José Srebrnic, Bispo de Krk, foi detido na sua residência a 18 de abril de 1945, e internado por algum tempo numa aldeia de montanha a cêrca de 6 quilômetros de Crikvenica.

Desde a entrada dos comunistas em Zagreb, S. Excia. Mons. José Carevic, antigo Bispo de Dubrovnik, desapareceu de maneira absolutamente misteriosa. Algum tempo depois, camponeses descobriram no fundo de um poço um monte de cadáveres em putrefação e acreditaram reconhecer entre êles, por diferentes pedaços de roupa, o corpo do bispo.

A 15 de maio de 1945, S. Excia. Mons. João Simrak, Bispo de Krizevci para os católicos de rito bizantino, era prêso sob a inculpação de hostilidade para com o movimento e as fôrças comunistas. A 28 de junho, era condenado à morte. Conservaram-no em prisão durante dois meses, fazendo-lhe sofrer tratamentos tais, que a sua saúde ficou abalada de maneira definitiva. Transportado para o hospital da Misericórdia, de Zagreb, ali morreu alguns meses mais tarde.

A 21 de agôsto de 1945 abriu-se em Ljubljana um processo, por contumácia, contra o Bispo daquela cidade, S. Excia. Mons. Gregório Rozman, acusado de "colaboração". O processo terminou, a 28 de agôsto, pela condenação do prelado a 18 anos de reclusão, 10 anos de perda dos direitos civis, e confisco de todos os seus bens.

Na Bósnia, S. Excia. Mons. João E. Saric, Bispo de Sarajevo, refugiara-se na Áustria por ocasião do avanço dos comunistas, em abril de 1945, levando consigo o Bispo de Banja Luka, S. Excia. Mons.

José Garic, acometido de um câncer no fêmur, e que devia morrer a 30 de junho de 1946 em Gratz.

Não podendo encarniçar-se contra os dois bispos, os comunistas deram prova de um ódio particular a respeito das suas dioceses privadas de pastôres. Em 1946, a de *Sarajevo* contava cêrca de 50.000 católicos a menos que em 1939: presume-se que bom número dêles haviam fugido para a Croácia, mas há boas razões para crer que *cêrca de* 10.000 *foram assassinados* pelos comunistas, no intuito de exterminar a Igreja Católica na Bósnia. Sôbre 92 sacerdotes diocesanos em 1939, 36 haviam desaparecido em 1946, dos quais 9 executados, na maioria sem processo, e 9 aprisionados; os outros haviam fugido. Cêrca de metade das paróquias daquela diocese achavam-se assim privadas dos socorros da religião. Os seminários tinham sido fechados e ocupados; as escolas católicas, assim como as instituições infantis de caridade, tinham sido suprimidas; a imprensa, amordaçada. O Vigário Geral Mons. Antônio Buljan logo fôra prêso, e, após dois meses de regime penitenciário extremamente duro, fôra conduzido a Zagreb, onde foi submetido a uma vigilância rigorosa da parte da polícia.

Menos severo não foi o tratamento infligido, igualmente na Bósnia, à diocese de Banja Luka. Pouco tempo depois da chegada dos comunistas, metade das paróquias estavam privadas de sacerdotes. O clero diocesano também diminuíra de metade, as escolas e as obras de caridade, com exceção de um só hospital, haviam sido suprimidas. Em seguida a um êxodo maciço, e aliás transitório, para o norte do país, a população católica caíra de 130.000 para 40.000. Entre os sacerdotes, 7 matados sem processo, 6 na prisão, 9 em fuga.

São êsses apenas *alguns episódios* das violências comunistas no decurso dos dois primeiros anos do Govêrno.[36] A perseguição atingiu o seu auge por ocasião do "tristíssimo" processo[37] contra o Arcebispo de Zagreb, S. Excia. Mons. Luís Stepinac, detido em setembro de 1946.[38]

---

36) Achar-se-á um relato disso mais completo e mais documentado em *La Civiltà Cattolica*: 1946, III, pp. 318-325; 1954, I, pp. 716-730; 1954, II, pp. 105-120.

37) Foi assim que o qualificou Pio XII, o "tristíssimo processo".

38) Primeiramente o regime procurara quebrar a resistência de S. Excia. Mons. Stepinac empregando "a maneira suave", convidando-o a tomar parte em "celebrações populares". Depois adotara-se a maneira forte, atacando-o pela imprensa como "criminoso de guerra", conservando-o durante 15 dias em prisão, um mês apenas depois da chegada das tropas de Tito. Sicários estipendiados haviam sido lançados contra êle com missão de assassiná-lo, em novembro de 1945, quando êle se dirigia para a inauguração de uma nova paróquia. Enquanto a perseguição se desencadeava implacável contra sacerdotes e fiéis, S. Excia. Mons. Stepinac, na qualidade de Presidente do Episcopado, escreveu corajosas cartas para protestar contra as vio-

Começou êsse processo a 30 de setembro. Foi movido consoante um plano preestabelecido, sôbre a base de acusações de ordem política inexistentes. Citaram-se numerosas testemunhas de acusações e quase nenhuma de defesa, tendo sido detidas nos dias de 24 a 30 de setembro tôdas aquelas susceptíveis de depor em favor do Arcebispo. No correr dos debates, S. Excia. Mons. Stepinac refutou todos os capítulos de acusação, apesar de um ambiente sinistro de hostilidade e de prevenção a seu respeito. E, conquanto o tribunal não houvesse conseguido fazer a prova de nenhum dos agravos contra êle oferecidos, a 13 de outubro de 1946 o Arcebispo era condenado a 16 anos de trabalhos forçados e à perda dos seus direitos políticos e civis durante 5 anos suplementares. [39]

Pouco tempo depois do processo, o Marechal Tito confessava, no decurso de uma reunião em Zagreb: "Acusam-nos de têrmos prendido Stepinac para nos desvencilharmos dêle. Quando Mons. Hurley, representante do Papa, me visitou, eu lhe disse: Leve-o, para lhe evitar a prisão; senão, nós o prenderemos. E esperamos vários meses até fazê-lo". Assim, ferindo o Arcebispo de Zagreb, os dirigentes comunistas pretendiam advertir todos os outros bispos de terem de se dobrar aos pedidos do Govêrno. Nessa trilha, o Regime iugoslavo precedeu tôdas as outras "democracias populares" e abriu a série de outros processos ainda mais tristes. S. Excia. Mons. Stepinac estava perfeitamente fundado para declarar perante o tribunal: "Meu único crime é não haver acedido aos pedidos do comunismo, único dono atual do país".

A perseguição iugoslava não se limitou ao processo Stepinac. Um segundo processo teve lugar em 1948. Detido a 22 de abril dêsse ano, S. Excia. Mons. Pedro Cule, Bispo de Mostar, foi traduzido em julho perante o tribunal popular sob a inculpação de "colaboração com o regime oustachi". O delito era tão impreciso, que se recorreu a falsos testemunhos, todos desmentidos pelo próprio Mons. Cule, que declarou aos seus juízes só estar sentado no banco dos réus por haver, como Bispo, defendido os interêsses da Igreja e a religião. E é êsse, acrescentou êle, um direito reconhecido pela Constituição. Nem por isto deixou êle de ser condenado a onze anos de prisão. Seu secretário, o abade Mate Nuic, foi condenado a oito anos de prisão por não ter querido depor contra êle (18 de julho de 1948).

Depois de suportar um regime penitenciário extremamente duro, S. Excia. Mons. Cule foi enviado, em abril de 1951, aos trabalhos forçados, e, no decurso de uma viagem de transferência, foi ferido num acidente de estrada de ferro.

---

lências dos comunistas (24 de março e 20 de setembro de 1945, 27 de agôsto de 1946). Essas cartas deviam decidir da sorte do Arcebispo.

39) E' achado o relatório do processo em *Le Procès de L'Archevêque de Zagreb*, de Fiorello Cavalli, Roma, 1947.

Na história da perseguição na Iugoslávia, tampouco se devem omitir os inúmeros episódios de intolerância, de fanatismo comunista e de grosseria para com o clero no exercício do culto.[40] Dêles poder-se-ia compor uma lastimável antologia. Êsses episódios vão do lançamento de ovos podres nos sacerdotes durante a celebração da missa, à interrupção violenta de energúmenos durante os sermões, ou ao ataque dos bispos quando se dirigiam a uma localidade para o desempenho do seu ministério sagrado. Essas agressões, que não acarretavam a morte, mas eram acompanhadas de grosseiros insultos, e dirigidas contra os sacerdotes e os bispos, eram freqüentes desde o início do regime; constituíam o acompanhamento "popular e espontâneo" de tôdas as pressões que os organismos governamentais oficiais exerciam sôbre o clero e sôbre a Igreja. Os propagandistas comunistas gostam também de lambusar as paredes com o "slogan": Popovi — Lopovi, opatice — svercerice (padres — ladrões, religião — contrabando).

No decurso dos anos de 1947-1950, as detenções de sacerdotes continuaram. Só nos primeiros meses de 1949, e *numa só* província, 15 sacerdotes foram condenados por "atitude antinacional".

A 26 de abril de 1950, o Arcebispo de Belgrado, S. Excia. Mons. José Ujcic, em nome de todos os bispos da Iugoslávia, enumerava as medidas perseguidoras do Govêrno num *Memorandum* dirigido à Direção do Culto, que respondia, a 19 de maio de 1950, afirmando que o Memorandum

> "era fruto de uma mentalidade impossível, e por conseguinte não podia servir de base a uma discussão ou a negociações entre o Govêrno da Iugoslávia e o Episcopado católico..."

O ano de 1951 viu recomeçarem os ataques contra os bispos, mormente por ocasião das suas visitas pastorais. Citaremos apenas alguns episódios:

Em maio de 1951, S. Excia. Mons. Maximiliano *Drzecnik*, Administrador Apostólico de Maribor, foi objeto de graves vexames da parte da polícia, pelo fato de ter a sua visita ao distrito de Ptuj suscitado o entusiasmo dos fiéis. S. Excia. Mons. Cirilo *Banic*, Administrador Apostólico de Sibenik, escapou a vários atentados no correr de uma visita pastoral. Outro atentado gravíssimo foi cometido, a 20 de janeiro de 1952, contra S. Excia. Mons. Antônio Vovk, Administrador Apostólico de Ljubljana. Na estação de Novo Mesto, aos olhos da polícia, um grupo de insanos acusou o prelado de crimes de guerra inexistentes, e tentou queimá-lo vivo. Mons. Vovk ficou sèriamente queimado, enquanto que o principal responsável, perseguido

---

40) Nesse trabalho de excitação dos espíritos assinalaram-se particularmente os seguintes jornais: *Politika* de Belgrado, *Slovenski porocevalec* de Ljubljana, e *Vjestnik* de Zagreb.

em justiça, era condenado a dez dias de prisão, que nem sequer cumpriu. A êste episódio de violência, de que foi testemunha tôda uma população, muitos outros poderiam aditar-se.

Lembremos também os *interrogatórios* a que são submetidos os bispos na volta das visitas pastorais que conseguiram fazer a despeito de todos os obstáculos. Do mesmo modo, em seguida à Conferência Episcopal levada a efeito em Zagreb de 23 a 25 de setembro de 1951, e declarada ilegal pelos comunistas, os vinte bispos presentes tiveram de comparecer perante funcionários governamentais, que os ameaçaram de penas severas se não retirassem o *non licet* lançado contra as Associações de padres populares. Muitíssimas vêzes, tais interrogatórios prolongavam-se durante dias.

Jamais se estava à míngua de pretextos para atacar os bispos. Eis aqui ainda alguns exemplos disto, extraídos dos anos de 1952-1953:

Três meses depois do atentado de que quase é vítima S. Excia. Mons. *Vovk*, violenta campanha de imprensa foi desencadeada contra êle por haver, nas suas Cartas ao clero, ousado lembrar o dever que têm os cristãos de professar a sua fé até o heroísmo. Semelhante linguagem foi considerada como uma provocação, e o Bispo viu serem-lhe infligidas fortes multas. O mesmo Prelado passou igualmente em juízo e foi condenado por ter ousado relatar aos fiéis as palavras de Pio XII sôbre o crime de abôrto; com efeito, autorizando a lei iugoslava as manobras abortivas, a circular de Mons. Vovk constituía para os comunistas um atentado à legalidade. S. Excia. Mons. Francisco *Salis-Seewis*, Bispo-Auxiliar de Zagreb, foi atacado pelo *Vjestnik* por ter ousado publicar uma Carta Pastoral em que explicava o que Jesus Cristo é para os cristãos, e exortava êstes a permanecerem fiéis a Deus. Para o *Vjestnik*, êsse texto equivalia a um ataque contra o socialismo. De maneira geral, a imprensa encarniçava-se em excitar o povo contra os bispos. Denunciava, por exemplo, o comportamento dos Ordinários de Split, de Zadar e de Sibenik, e, em geral, do conjunto do clero croata, a propósito do recenseamento de 31 de março de 1953. A lei exigia que nessa ocasião todos os cidadãos declarassem se eram ateus ou se pertenciam a uma confissão religiosa qualquer. Os prelados haviam, pois, recomendado aos seus fiéis dizerem claramente que professavam a religião católica: para os comunistas, era isso uma violação de consciência, e, isso fazendo, os bispos executavam a ordem do Vaticano, que desejava "explorar o recenseamento para criar a confusão e uma psicose de perseguição religiosa".[41]

No correr dêsses três últimos anos igualmente puderam-se notar muitos episódios de violências brutais e calculadas, numa porção

41) Cf. *Borba* de 5 de março de 1953.

de localidades iugoslavas. Os autores dêsses atos, os quais, segundo os comunistas oficiais, são sempre uns "irresponsáveis", nunca são identificados, e essas violências ficam impunes.

Para nos cingirmos *só às violências contra os membros do Episcopado,* o Comitê Central do Partido Comunista iugoslavo, reunido em Brioni a 16 de junho de 1953, enviava a tôdas as organizações periféricas ordem para acentuar a luta contra os bispos católicos, a fim de os impedir de exercerem a sua atividade pública e de entrarem em contacto direto com os fiéis. Assim sendo, ninguém poderia admirar-se, entre outras, das agressões cometidas contra S. Excia. Mons. *Carlos Celik,* Administrador Apostólico de Banja Luka, a 22 de agôsto de 1953; S. Excia. Mons. *Cirilo Banic,* Administrador Apostólico de Sibenik, a 4 de agôsto de 1953; Mons. *Antônio Radic,* Vigário Geral de Sibenik, em agôsto de 1953; S. Excia. Mons. *Francisco Franic,* Bispo-Auxiliar de Split; e S. Excia. Mons. *Bonefacic,* Bispo de Split, em julho-agôsto de 1953; S. Excia. Mons. *Luís Budanovic,* Administrador Apostólico da Backa, a 6 de setembro de 1953; S. Excia. Mons. *José Pavlisic,* Bispo-Auxiliar de Senj, a 3, 5 e 16 de julho de 1953; S. Excia. Mons. *Francisco Salis-Seewis,* Bispo-Auxiliar de Zagreb, a 8 de agôsto de 1953. [42]

O Estrangulamento Econômico da Igreja. [43]

Desde 1945, o Govêrno de Belgrado decretou uma reforma agrária radical, que logo foi aplicada aos bens eclesiásticos, no momento mesmo em que os Poderes públicos suprimiam tôda contribuição do Estado para o custeio do culto e para a manutenção dos seus ministros. Por isto a Igreja viu bruscamente reduzidos ao extremo os seus recursos. Os raros estabelecimentos tolerados para a formação do clero, por exemplo, não mais tiveram direito senão aos 10 hectares autorizados pela lei. Ademais, os organismos encarregados da aplicação da reforma agrária aos bens da Igreja nem sequer se ativeram às disposições legais, e, pelas desapropriações, excederam os limites previstos.

Entretanto, os bispos iugoslavos, embora deplorando êsses esbulhos na sua Carta coletiva aos fiéis, de 20 de setembro de 1945, aceitaram que a Igreja fôsse reduzida a grande pobreza, mesmo à in-

---

42) Os pormenores dessas agressões são dados nos artigos já citados de *La Civiltà Cattolica,* 1954, I, pp. 716-730, e II, pp. 105-120.

43) O parágrafo seguinte inspirou-se — para dar um exemplo dos métodos de que se servem as autoridades governamentais e a polícia iugoslava para a escravização do clero — inspirou-se em algumas páginas do volume já citado: *Une Eglise du silence,* pp. 90 e ss. Os comunistas utilizam meios semelhantes para paralisar também outras atividades do clero.

digência, contando com o auxílio da população católica para prover à manutenção dos seus ministros e à atividade reduzidíssima que ainda era permitida a alguns seminários, às administrações diocesanas e a um pequeno número de comunidades religiosas.

Durante alguns anos, exatamente até 1952, as coisas assim se passaram, menos mal.

Porém 1952 devia marcar uma nova etapa na luta do comunismo iugoslavo para a destruição da Igreja: o estrangulamento econômico.[44]

Em quase tôdas as paróquias da *Croácia* e da *Bósnia-Herzegovina*, para só citar essas duas Repúblicas, existia o costume de recolher junto à população as ofertas em natureza destinadas à Igreja. Um grupo de paroquianos, homens ou mulheres, encarregavam-se da coisa. As Autoridades comunistas proibiram tôda coleta fora da igreja; repreenderam-se os pedintes, punindo-os mesmo com multas ou com prisão.

Na *Eslovênia,* êsse gênero de coletas foi proibido desde a "libertação", e, o que mais é, o produto das coletas feitas no interior das igrejas hoje em dia freqüentemente é reservado aos "padres populares", sob o contrôle arbitrário da polícia.

Na Iugoslávia, como em muitos outros países cristãos, existe o costume da bênção das casas pelos sacerdotes. Nessa ocasião, os fiéis faziam ofertas. A polícia apressou-se a ver nisso uma forma de mendicância, e esta é proibida por lei. Poder-se-iam citar os nomes dos padres que foram condenados por êsse "delito".

A polícia levou às vêzes o zêlo até o ponto de se apoderar de somas recolhidas para os sinos, para reparos na igreja, para a celebração da santa Missa.[45]

Durante os primeiros meses de 1952, moveu-se uma ativa campanha para a arrecadação dos impostos do clero, que, até então, devia pagar 4% dos seus rendimentos. À míngua de disposições legais a êste respeito, é certo que uma palavra de ordem para o aumento dos impostos foi dada em tôda a extensão do território da República Federativa. Os funcionários encarregados de controlar as declarações de rendimentos apresentaram-se nos bispados, nos presbi-

---

44) Os ônus que já pesavam duramente sôbre os contribuintes (e em particular sôbre os camponeses) foram aumentados precisamente para os que se mostravam generosos para com a Igreja. "Se êles podem dar aos padres, dizia a polícia, também devem poder dar ao Estado..."

45) Eis aqui mais alguns exemplos: umas religiosas reduzidas à mendicidade foram punidas por terem aceitado um litro de leite em agradecimento pelos cuidados ministrados a uns doentes.

Numa paróquia da Eslovênia, em junho de 1952, um padre devia celebrar a primeira missa. Sendo paupérrima a sua família, outros paroquianos cuidaram de lhe proporcionar algumas provisões para a festinha de circunstância. Na véspera, a polícia apresentou-se e confiscou tudo.

térios, nos conventos, pretendendo verificar todos os livros, registando tôdas as entradas, sem esquecer as coletas ordinárias, onde quer que elas são autorizadas, os honorários de missas, as espórtulas por ocasião dos batizados, dos casamentos, das exéquias, etc. E, quando o total dêsses diferentes réditos não atingia o montante que êles consideravam "justo", era êste último que êles retinham autoritàriamente.[46] Nesse ano de 1952 chegou-se mesmo até a calcular as taxas a partir dos rendimentos, já gravados, dos anos de 1951, 1950, 1949, 1948 e mesmo 1947. Os totais "tributáveis" atingiram, assim, centenas de milhares e mesmo milhões de dinars.[47]

Por mais que um padre diga que teve de prover às despesas do culto, fazer reparos na igreja, enviar ao bispado ou a confrades intenções de missas que êle próprio não pôde celebrar, se êle não estiver em condições de pagar, os agentes do fisco apreenderão tudo o que puderem fàcilmente levar: aparelho de rádio, máquina de escrever, máquina de costura, móveis, até roupas.

Ademais, seja lá com que cuidado que tenham sido redigidas as declarações de rendimentos, à polícia será sempre possível provar serem elas incompletas, ter havido tentativa de dissimulação de uma parte dos rendimentos, e então um processo sumaríssimo condenará o sacerdote a fortes multas ou mesmo à prisão.[48]

---

46) "És um homem inteligente, diziam êles ao cura. Para viveres, necessitas de uma soma X por mês, portanto de um rendimento Y por ano". E êsse Y é que era retido pelo fisco como rendimento tributável, cifra imaginária, não raro astronômica.

47) Eis aqui a maneira de proceder do fisco. Uma comunidade compõe-se, por exemplo, de cinqüenta Freiras. Dez delas trabalham, sendo as outras demasiado idosas, doentes ou simplesmente sem trabalho. A comunidade é considerada como "pessoa física". O total dos salários das dez Freiras que trabalham representa um rendimento que seria considerável se só devesse servir à manutenção de uma única pessoa. Ora, êsse total, multiplicado por três ou quatro, conforme o número de anos pelos quais se exige o pagamento dos atrasados, é que serve de base ao cálculo dos impostos. O coeficiente mínimo de 4,7% cresce progressivamente com o montante dos rendimentos, e atinge 60, 70, 80 e mesmo 90%... Se as dez Freiras em questão ganharem 50.000 dinars por mês, ou seja 600.000 dinars por ano, êsse coeficiente será calculado sôbre um rendimento de 2.400.000 dinars por quatro anos. O fisco poderá pedir-lhes um milhão de dinars e mais!

48) Os próprios jornais comunistas encarregam-se de demonstrar com que sanha o fisco iugoslavo faz funcionar a máquina de esbulhar o clero. No seu número de 31 de dezembro de 1952, o *Slovenski porocevalec* denuncia como modelos de maus pagadores, em Maribor, o bispo Drzecnik, Administrador Apostólico, o cura da catedral e a chancelaria diocesana. O fisco reclamava-lhes 558.749 dinars, e fêz bloquear a conta-corrente do bispado para haver essa soma. Mons. Drzecnik declarou-se incapaz de pagar êsse impôsto exorbitante, e dirigiu um recurso à Côrte Suprema. Foi em vão. Em conseqüência, o Ministério das Finanças mandou confiscar a integralidade da con-

Não esqueçamos, enfim, que, se o sacerdote não possuir uma autorização especial entregue pelos organismos oficiais, não poderá receber nenhuma espórtula dos fiéis, sob pena de forte multa ou de prisão proporcionada, com confisco da espórtula. Inútil dizer que essa medida só concerne ao clero, podendo todos os cidadãos iugoslavos receber livremente seja lá o que fôr de parentes, de amigos, de conhecidos.[49] E, se ainda houver fiéis generosos para ajudarem gratuitamente o seu cura mantendo a igreja, substituindo o sacristão ou o sineiro, que nenhum padre está mais em condições de pagar, sofrerão a mesma sorte que o seu pastor: a mão do fisco pesará sôbre êles e a polícia convidá-los-á, não raras vêzes, a passar pelos seus "bureaux" a fim de sofrer interrogatórios e ouvir as exortações que se adivinham. Notadamente lhes era recomendado nunca darem coisa alguma aos padres.

Ao mesmo tempo que as paróquias, as comunidades religiosas masculinas e femininas foram provadíssimas por essas imposições.

No tocante aos bispados, o costume na Iugoslávia é remeterem as paróquias à cúria diocesana o produto das coletas de um ou de vários domingos. Ora, depois de exigir que o produto dessas coletas figurasse nos lançamentos paroquiais sujeitos ao impôsto, a autoridade novamente exigia, quando as somas entravam nas coisas do bispado, que elas fôssem incluídas no montante tributável. Dessarte o impôsto era pago duas vêzes.

E' verdade que era possível interpor um recurso contra as decisões da autoridade local. Em certos casos mesmo, a autoridade superior reconheceu, ao menos em parte, a inexatidão dos cálculos do fisco, e reduziu sensìvelmente o montante tributável. Mas nem por isso a injustiça, mesmo parcialmente "corrigida", deixava de existir.

A política utilizará de bom grado a arrecadação dos impostos como meio de chantagem junto ao clero. Um padre recusa inscrever-se numa daquelas associações de padres populares que habitualmente gozam de um tratamento de favor da parte do fisco? Esmagá-lo-ão

---

ta-corrente do bispado, que, segundo o jornal comunista, se elevava a mais de um milhão de dinars. Tratava-se de legados, de intenções de missas e de outros recursos dêsse gênero... Em Ljubljana, o número de 5 de dezembro de 1952 de *Ljudska pravica* censura aos Comitês populares municipais o não fazerem o clero pagar os impostos devidos conforme a lei. E, para provar que os curas de várias localidades do distrito não pagaram suficientemente os impostos, o jornal comunista opõe às declarações feitas pelos curas, e que serviram de base ao cálculo dos impostos, as afirmações de particulares que, segundo êle, sustentariam ter pago por um casamento, por exéquias ou por outra cerimônia, soma mais elevada do que a indicada pelo padre. Em Belgrado igualmente, *Borba*, no seu número de 9 de dezembro de 1952, entoa a mesma antífona e acusa os curas de fazerem declarações falsas.

49) Não se faz exceção: tudo o que o padre recebe deve ser considerado como espórtula, para a qual é exigida autorização prévia.

com taxas tão pesadas, que êle ficará na impossibilidade de as pagar. Então far-lhe-ão saber que, se êle consentir em assinar a sua adesão, poder-se-ão reduzir estas últimas ou mesmo suprimi-las. Seria interessante saber quantas adesões têm sido assim extorquidas.

Claro é que uma tal política da parte das Autoridades governamentais tinha por fito convencer os padres de que a sua subsistência dependia única e inteiramente da autoridade civil, a qual só os sustentaria na medida em que êles concorressem para a edificação do comunismo.

As Ordens Religiosas Femininas.

Na Iugoslávia ainda existem *conventos* de religiosos, a menos que tenham sido destruídos pela guerra ou suprimidos por algumas medidas particulares do Govêrno. Bem entendido, tôda atividade exterior lhes é proibida, e não é raro achar nos edifícios das agências da U. B. D. A. organizações do partido comunista ou repartições do exército.

Porém as Ordens e congregações femininas foram tratadas muito mais duramente. Desde 1945, as escolas, os colégios, os asilos e as outras instituições dêste gênero mantidas pelas religiosas foram-lhes confiscadas. Um pouco mais tarde, as Freiras foram expulsas dos hospitais, e em último lugar foi-lhes proibido usar o hábito religioso.

Na Bósnia-Herzegovina, a mais "progressista" das Repúblicas populares iugoslavas, não mais existe um só instituto religioso feminino. As 64 casas, abrangendo mais de 1.000 Freiras de diferentes congregações, que existiam em 1949, desapareceram.

A congregação religiosa mais importante na Iugoslávia era a das Irmãs de Caridade de S. Vicente, cuja Casa-Mãe era em Zagreb, e que compreendia, em 1941, 4 províncias, 145 casas, 2.174 Irmãs professas e 145 noviças. Essas religiosas dirigiam 51 hospitais ou clínicas, 7 hospícios de pobres, 6 orfanatos, 32 jardins de infância, 26 escolas primárias com 4.305 alunos, 5 escolas preparatórias, 11 escolas profissionais, 2 liceus de môças com 1.172 alunas, 18 colégios com 658 alunas, e diversas outras casas de educação. Atualmente é difícil dizer o que é que resta de todo êsse conjunto de atividades. As Irmãs foram literalmente expulsas das suas casas, e tôdas as suas instituições foram confiscadas. As autoridades governamentais proibiram às religiosas (que tiveram de retomar o traje civil) todo contacto com as suas superioras. Chegou-se até ao ponto de obrigá-las a freqüentar as reuniões comunistas. No início, haviam-nas empregado em trabalhos públicos nas ruas ou em outros trabalhos similares, a serem executados de preferência no domingo.

Na Croácia, contavam-se, em 1939, 27 congregações religiosas femininas, com 397 casas, 3.980 Freiras e 247 noviças, sem falar das religiosas croatas, que desenvolviam a sua atividade em 26 casas no

estrangeiro.[50] Atualmente, 250 casas aproximadamente foram fechadas, e não há mais senão um pequeno número de Freiras que ainda podem viver em comunidade, no meio de enormes dificuldades.

Umas quarenta Irmãs de Caridade achavam-se, em 1950, nas prisões comunistas. Outro tanto pode-se dizer das outras Ordens e congregações. As Freiras estão no número dos condenados que pagarão a sua pena inexoràvelmente até o último dia.

Tem-se a certeza de que cêrca de 13 Freiras pertencentes a três congregações religiosas diferentes foram assassinadas por ocasião do advento do Regime comunista, enquanto que ainda maior número delas desapareciam e, segundo tôda verossimilhança, hoje estão mortas.

As Associações Eclesiásticas.

Pelo fim de 1949, recebendò um grupo dos chamados "padres populares", perguntava-lhes o Marechal Tito: "Visto que estamos separados de Moscou, por que não poderiam os srs. separar-se de Roma?".[51]

Em diferentes ocasiões o Regime comunista tem tentado criar a desunião entre os sacerdotes. Começou por criar, na *Eslovênia*, um "bureau" especial para as questões religiosas, tendo o título de *Comissão Religiosa junto à Presidência do Conselho dos Ministros da República Popular Eslovena*. A êsse "bureau" foram atribuídos poderes extensos, a ponto de ser êle considerado pelo Govêrno como o órgão de ligação entre êle e a Hierarquia eclesiástica.[52] As autoridades comunistas designaram, para presidir essa Comissão, o padre excomungado José Lampret, então já suspenso *a divinis* pelos superiores.[53]

A segunta tentativa para dividir o clero foi a criação da *Associação dos Santos Cirilo e Metódio* (C. M. D.). Eis a gênese dela: o Presidente da Comissão eslovena, José Lampret, havia fundado, no espírito das teses comunistas, o *Secretariado das iniciativas dos sacerdotes junto ao Executivo da Frente de libertação* ("Osvobodilna fronta", organismo político comunista). No início, essa Associação contava apenas poucos adeptos, sabendo os padres que não podiam fa-

---

50) Cf. K. S. Draganovic, *Le Système général de l'Eglise en Yougoslavie*, Sarajevo, 1939, pp. 472, 525, 560-561.

51) Cf. *Nova Pot*, ano I, nº 2.

52) Freqüentemente as autoridades governamentais têm aberto as cartas dos bispos, e depois as têm recambiado ao expedidor com a indicação de ter êste de submeter o objeto dela "pelo canal da Comissão religiosa".

53) Alguns anos antes da guerra, o padre José Lampret já tinha sido prêso sob a inculpação de comunismo, e em seguida tinha tido de deixar a sua própria diocese de Maribor. Refugiara-se na Dalmácia. Lá é que foi reencontrado pelos próprios comunistas durante a guerra.

zer parte das organizações comunistas, e ainda menos dos organismos de caráter político como a O. F. (Osvobodilna Fronta).

A fim de semear a dissensão entre o clero, o Secretariado publicava o *Bilten*, jornalzinho de 4-6 páginas, túmido de ódio contra os sacerdotes fiéis, contra os bispos, contra o Vaticano e contra o Papa. A Sacra Congregação do Concílio, pelo seu Decreto de 12 de abril de 1949, proibia e condenava o *Bilten*, como difundindo falsas doutrinas com a intenção de minar e arruinar a disciplina eclesiástica, difamando intencionalmente a Hierarquia. A Sacra Congregação precisava, aliás, que essa fôlha já estava proibida nos têrmos do Cânone 1399 § 6º do Código de Direito Canônico.

Êsse jornal teve apenas fraco eco entre o clero. Por isto o Govêrno tentou fundar a todo transe uma Associação de sacerdotes, e para isso organizou reuniões, mas sem êxito. Em razão da propaganda por demais extremada do Secretariado contra a Santa Sé e os seus Representantes, e contra os bispos, os padres não aderiram a ela. Então mudou-se de tática.

Durante o verão de 1949, reuniu-se em Ljubljana uma Assembléia geral de todos os membros do Secretariado das iniciativas dos sacerdotes membros da O. F., no correr da qual foi fundada a *Associação dos Santos Cirilo e Metódio dos padres católicos da Eslovênia*. O *Bilten* deixou de publicar-se e foi substituído pela *Nova Pot* (Trilha Nova); pouco depois foi criado o *Organizacijsk vjestinik* (Boletim de organização), que adotou um tom mais moderado do que o *Bilten*. Mas a direção da nova Associação foi confiada às mesmas pessoas". [54]

Os fins desta não tardaram a se manifestar, e, na sua conferência de 26 de abril de 1950, os bispos iugoslavos tiveram de pronunciar um *non expedit* que suscitou os protestos da imprensa comunista. Não obstante isso, certo número de sacerdotes acreditaram poder interpretar o *non expedit* de maneira assaz larga, e, a despeito da atitude dos superiores eclesiásticos, aderiram ao movimento.

Para favorecer o desenvolvimento dessa Associação, o Govêrno comunista esforçar-se-á por facilitar aos sacerdotes que nela se inscrevam o exercício do seu apostolado. [55] Além disto, não deixará de

---

54) *L'Osservatore Romano* de 10 de novembro de 1950 publicava a declaração seguinte: "Visto que os sacerdotes iugoslavos Antônio Bajt, José Lampret e Vítor Merz, a despeito de repetidas advertências da parte da Sacra Congregação do Concílio, persistiram na sua desobediência, esta Sacra Congregação, por sua sentença de 30 de agôsto de 1950, declarava que os pré-citados sacerdotes haviam incorrido a excomunhão reservada *speciali modo* à Santa Sé". Até o presente dia, essa excomunhão não foi levantada.

55) Numa correspondência proveniente de Ljubljana em 1951, podia-se ler: Os padres membros da Associação gozam de certos direitos e privilégios. Em comparação com os outros padres, podem ensinar a religião, deslocar-se, receber o vinho para a santa missa

exercer pressão sôbre os sacerdotes encarcerados. Bem significativo é, a êste respeito, o fato de, na sua grande maioria, logo se haverem os padres libertados revelado zelosos propagandistas da Associação. Vários sacerdotes condenados a numerosos anos de prisão, até mesmo aos trabalhos forçados, foram assim postos novamente em liberdade, contra a promessa de se tornarem membros do Movimento. O atual Secretário da Associação (1953), condenado a 16 anos de trabalhos forçados, foi libertado após quatro anos apenas de prisão, e, propagandista apaixonado, só trabalha para a Organização.

O espírito que anima êsse Movimento dos "padres populares" pode assim resumir-se: quer êle ser um instrumento fiel nas mãos dos comunistas, e operar em estreita colaboração com a *União Socialista dos Trabalhadores da Eslovênia* (Socialisticna Zvesa Delovnega Ljudstva Slovenije, S. Z. D. I. S.), que é a organização política de massa. Entre os seus membros, a Associação dos Santos Cirilo e Metódio propaga idéias econômicas inspiradas no comunismo, mas quer igualmente preparar o terreno para a procura de um *modus vivendi* entre a Igreja e o Estado. Ela já proporcionou aos padres uma espécie de seguro, concessão feita com solicitude pelo Govêrno, que assim tem mais do que nunca o clero na mão.

Do Comitê central dependem 8 comitês provinciais, e, dêstes últimos, 19 comitês distritais. O programa é o mesmo para todos, mais cívico e político do que sacerdotal. Eis aqui, por exemplo, alguns assuntos tratados nessas reuniões: Os sacerdotes e os deveres cívicos atuais. — O ideal dos padres populares na sociedade civil. — Que é o clericalismo? — Como trabalhar pela paz? etc. Só excepcionalmente se trata dos deveres e dos problemas sacerdotais. [56]

A atitude do Episcopado esloveno a respeito da C. M. D. sempre permaneceu negativa; todavia, os bispos compreendem os padres que, em razão do estrangulamento econômico em que se acha o clero, aceitam fazer-se membros da Associação.

---

e a farinha para as hóstias, e gozam de numerosos outros privilégios. E' certo que os comunistas não obtiveram da Organização tudo o que esperavam. O clero não foi dividido, e não é com o pequeno núcleo agrupado na Organização que os comunistas podem fundar uma seita nova da "Igreja nacional eslovena", como tinham a intenção de fazer.

56) Cf. *Organizacijsk Vjestnik,* onde estão publicados os programas mais recentes.

57) Numerosos eclesiásticos deram a sua adesão ou porque lhes houvessem prometido maior liberdade de ação para o seu ministério, ou porque lhes houvessem feito rebrilhar as vantagens econômicas que lhes deviam trazer os seguros sociais. Os membros da C. M. D. e das outras associações similares gozam, com efeito, de um contrato de seguro, em virtude do qual é estendido aos padres o tratamento de previdência concedido aos operários e aos funcionários públicos: assistência médica, seguro-invalidez e velhice, direito a aposentadoria.

Os bispos tentaram mesmo, até o extremo limite, salvar ao menos alguma coisa, e declararam-se prontos a aceitar os Estatutos da Associação se êstes fôssem modificados em alguns pontos e submetidos à aprovação da Santa Sé. No Congresso do outono de 1952, os Estatutos foram emendados de acôrdo com o desejo dos bispos, com a condição, todavia, de não serem enviados a Roma para aprovação. [58]

No decurso das assembléias locais da C. M. D., petições foram redigidas e endereçadas aos bispos pedindo, em favor dos padres excomungados, a suspensão da pena. Ora, cumpre notar que, dessas reuniões promovidas em localidades diferentes, emanaram protestos por assim dizer estereotipados, sem dúvida levando em conta a situação particular, mas também e sobretudo a palavra de ordem do Govêrno. Freqüentemente, aliás, representantes dos Poderes Públicos assistiam às reuniões, entregando-se, diante dos padres, a críticas contra os bispos, cujos malfeitos denunciavam, e contra a Igreja. Como já se disse, a C. M. D. estava em estreita colaboração com os comunistas pelo canal da O. F.

Quando da ruptura das relações diplomáticas entre a Santa Sé e o Govêrno de Belgrado, a imprensa comunista publicou alguns artigos de padres membros da C. M. D., artigos que não passavam, todos, de reprodução do comentário oficial do Govêrno, a saber: de agora em diante já não há necessidade de um terceiro intermediário nas consultas relativas a um *modus vivendi*. Quando, nos primeiros dias de janeiro de 1953, Tito recebeu em audiência alguns bispos e tratou com êles a questão de um Acôrdo, a imprensa comunista publicou de novo entrevistas de sacerdotes que se exprimiam no mesmo tom.

Depois da C. M. D. da *Eslovênia*, apareceu uma Associação dos "padres populares" na *Bósnia-Herzegovina*. O Govêrno e a polícia empregaram-se igualmente em favorecer a criação de associações similares no território das Repúblicas populares da *Croácia* e do *Montenegro*. De fato, alguns grupos de sacerdotes constituíram-se primeiro em "comitês de iniciativa", e depois fundaram nessas Repúblicas verdadeiras Associações (12 de novembro de 1953 para a Croácia).

No seu famoso *Memorandum* ao Marechal Tito, os bispos iugoslavos declararam que essas Associações não tinham as qualidades requeridas para cumprir as grandes tarefas que se propunham. Primeiramente por terem estado sempre sob a influência das autoridades do Estado, e depois porque os bispos viam nas diretrizes dadas à C. M. D. uma provocação à indisciplina eclesiástica e uma diminuição

---

Quando as promessas ficavam sem efeito, é que muitas vêzes lhe haviam extorquido a adesão pela ameaça ou pelas violências.

58) Segundo o *Nova Pot*, o raciocínio dos dirigentes do C. M. D. era o seguinte: demos satisfação aos bispos modificando os estatutos; estamos, pois, de acôrdo com êles, e a C. M. D. acha-se aprovada por êsse próprio fato.

progressiva da vida religiosa, muito antes que um encaminhamento para o escopo perseguido, isto é, para a preparação de um *modus vivendi* entre a Igreja e o Estado. Os bispos estabeleciam como condições para o reconhecimento das Organizações sacerdotais a adaptação dos Estatutos dêstes ao Código do Direito Canônico, e a alta vigilância sôbre os seus trabalhos.

Em conclusão, a C. M. D. e as Associações análogas revelaram-se organizações perigosas, tendentes a dividir o clero; essas pretensas organizações católicas nas mãos dos comunistas só podem é enganar clero e fiéis. Êstes últimos, aliás, em grande maioria, compreenderam qual era a verdadeira finalidade delas, e não seguem os padres que delas fazem parte. Sem as pressões, as ameaças e as mentiras da polícia, certamente não se achariam muitos padres dispostos a aderir a um Movimento dêsse gênero. A êste propósito, lê-se na *Nota,* já citada, da Secretaria de Estado do Vaticano, em data de 15 de dezembro de 1952:

"O problema das Associações chamadas dos "padres populares" deve ser examinado no quadro geral da situação feita à Igreja. Sabe-se que as autoridades civis estão na origem dessas Associações. Grande. número de sacerdotes foram e são incessantemente solicitados a fazer parte delas, seja sob o temor e sob a ameaça, seja pela promessa de poderem exercer mais livremente o seu ministério paroquial ou pelo desejo das vantagens econômicas concedidas aos sacerdotes que delas fazem parte.

Por outro lado, pelo simples fato de não pertencerem a essas Associações, alguns sacerdotes encontram grandes dificuldades no desempenho do seu ministério sagrado; outros ainda não puderam tomar posse de uma paróquia para a qual o bispo os nomeara, ou ainda não puderam residir nela.

Nas sobreditas Associações, os que exercem influência particular, em conformidade com diretrizes do exterior, freqüentemente são sacerdotes que não estão em regra com a fé divina ou com a disciplina eclesiástica, e cuja situação motivou sanções canônicas.

A polícia assiste às reuniões, onde não raro também intervêm personalidades políticas. Nos discursos que ali são pronunciados, critica-se aberta e pùblicamente a ação dos bispos e mesmo da Igreja. Estreita colaboração não tem deixado de ligar essas Associações à "Frente popular" e, por intermédio desta, ao Partido Comunista, como agora as liga à União dos Comunistas na Iugoslávia.

A Ruptura das Relações Diplomáticas.

A 22 de outubro de 1945, a Santa Sé, preocupada com a feição dolorosa assumida pelos acontecimentos na Iugoslávia, num intuito de pacificação nomeara S. Excia. Mons. Joseph Patrick Hurley Núncio Apostólico em Belgrado. O Govêrno iugoslavo não correspondeu a êsse gesto, e a sua Legação junto à Santa Sé continuou a ser ocupada por um simples Secretário de Embaixada. Em conseqüência da hos-

tilidade testemunhada pelo Govêrno, a Nunciatura não estêve em medida de cumprir com êxito a sua missão.

O pretêxto para romper as relações diplomáticas foi fornecido ao Govêrno, em fins de 1952, pela controvérsia a respeito das *Associações eclesiásticas.* As reservas feitas a respeito delas pelos bispos da Iugoslávia [59] foram atribuídas a uma inspiração da Santa Sé; esta — consoante uma Nota de 1º de novembro de 1952 dirigida pelo Govêrno iugoslavo à Nunciatura de Belgrado, com incumbência de transmiti-la à Secretaria de Estado do Vaticano — teria intervindo indèbitamente nos negócios interiores da República Popular Federativa. [60]

A Secretaria de Estado do Vaticano respondeu pela sua *Nota* de 15 de dezembro, que enumerava os mais recentes abusos de poder de que a Igreja Católica fôra vítima na Iugoslávia. [61] Êsse documento foi entregue ao Ministério dos Negócios Exteriores iugoslavo, que em seguida, quando *L'Osservatore Romano* publicou o texto dêle a 14 de janeiro de 1953, afirmou nunca o ter recebido. Na realidade, o documento, entregue ao Ministério pelo Encarregado de Negócios da Santa Sé em Belgrado, fôra devolvido algumas horas depois, ainda fechado e lacrado, portanto aparentemente intacto. [62]

Mas a decisão unilateral de romper as relações diplomáticas com a Santa Sé já fôra anunciada; era motivada, dizia-se, não só pelas "intromissões" de que se falou, mas igualmente pela notícia da elevação, à púrpura romana, de S. Exmia. Mons. Luís Stepinac, elevação que, no entender do Marechal Tito, constituía uma provocação. [63]

A 17 de dezembro de 1952, o Encarregado de Negócios da Santa Sé via-se forçado a fechar a Nunciatura Apostólica de Belgrado, e a 27 do mesmo mês partia para Roma. Assim tinham fim as relações diplomáticas entre a Iugoslávia e a Santa Sé. [64]

---

59) Cf. Circular do Episcopado iugoslavo ao clero, em data de 25 de setembro de 1952, cujo texto se pode achar no volume já citado: *Une Eglise du silence,* pp. 160-161.

60) Cf. *Une Eglise du silence,* pp. 141-144.

61) *Ibidem,* pp. 144 e ss.

62) Cf. *L'Osservatore Romano* de 18 de janeiro de 1953.

63) A 29 de novembro de 1952 espalhou-se a notícia de que o Arcebispo de Zagreb estava no número dos cardeais que Pio XII decidira criar a 12 de janeiro de 1953. O Govêrno de Belgrado e a imprensa denunciaram essa nomeação como uma provocação intolerável, e desencadearam violenta campanha contra o Sumo Pontífice e a Igreja Católica.

64) Comentando a partida do Encarregado de Negócios, *L'Osservatore Romano* de 2-3 de janeiro de 1953 escrevia: "Se a Sé Apostólica fôsse um Estado como os outros, já desde muito tempo teria razões mais do que fundadas para chamar o seu próprio representante em Belgrado. Mas, só tendo sempre em vista o bem e o cuidado das almas, deu prova de uma longanimidade sem limites porque a existência de um vínculo diplomático possibilitaria o estudo

Nos seus discursos e entrevistas, o Marechal Tito não cessará de repetir que a Iugoslávia não consentirá em examinar a questão de relações diplomáticas com a Santa Sé enquanto esta continuar a se intrometer nos negócios interiores do seu país.

A Lei Sôbre as Comunidades Religiosas.

Depois da ruptura das relações diplomáticas, os jornais iugoslavos começaram a publicar, com sincronismo perfeito, que, agora que estava suprimida tôda possibilidade de intervenção "estrangeira", as relações entre o Estado e a Igreja sem dúvida alguma melhorariam.

Em fins de fevereiro de 1953, alguns bispos, tendo à sua frente S. Excia. Mons. Ujcic, Arcebispo de Belgrado, foram convocados pelo Marechal Tito para estabelecerem uma *Convenção* ou *modus vivendi* entre a República Popular e a Igreja Católica. Foi então que o Pró-Secretário de Estado do Vaticano para os Negócios Extraordinários dirigiu uma carta a S. Excia. Mons. Ujcic para lhe lembrar que todo Acôrdo entre a Igreja e os Governos excedia a competência legítima dos Ordinários, e que, segundo a legislação eclesiástica, a coisa dependia ùnicamente da Santa Sé. A carta foi enviada por via postal regular, e, bem entendido, as autoridades iugoslavas tiveram conhecimento dela.

A 22 de maio de 1953, o Parlamento da Iugoslávia aprovou uma *Lei sôbre as confissões religiosas*, a qual punha nas mãos do Govêrno um novo instrumento para sufocar no futuro a atividade religiosa. No correr dos debates em tôrno dessa lei, o Ministro do Interior Alexandre Rankovic atacou com extrema violência as novas intervenções "indébitas" da Santa Sé nos negócios interiores da República, citando em abono da sua tese a carta dirigida a 16 de fevereiro por S. Excia. Mons. Tardini, Pró-Secretário de Estado, a S. Excia. Mons Ujcic.[66] A lei foi votada. Comentava-se nestes têrmos *L'Osservatore Romano* de 6 de Dezembro de 1953:

"A lei pretende interpretar as garantias constitucionais, e, à primeira vista, pode parecer, se não liberal, quando menos bastante pró-

---

de um *modus vivendi*, no caso em que um ato de boa-vontade ou de resipiscência fornecesse para isso as indispensáveis premissas. Por iniciativa do Govêrno de Belgrado, êsse fio é agora rompido; já não nos resta senão tomar conhecimento disso, com grande tristeza, depois de têrmos focalizado o caráter malévolo e, o que mais é, gratuito da decisão".

65) Cf., por exemplo, a entrevista dada ao correspondente da *Associated Press* em Belgrado, a 10 de agôsto de 1953.

66) Essa carta relembrava em algumas frases as boas disposições da Santa Sé, que se declarava pronta a encetar negociações com a República Iugoslava, com a condição de estar esta última disposta a respeitar os direitos essenciais da Igreja. O *Borba* reproduzia,

xima das manifestações jurídicas do laicismo burguês. Que valor pode, porém, ter, por exemplo, a sanção que pune os "abusos" da religião (art. 5), quando é uma autoridade comunista quem define êsses abusos? E como não nos perguntarmos, sempre a propósito dêsse artigo 5, se a proibição "da provocação e da instigação à intolerância religiosa, ao ódio e à discórdia", ou a proibição "de contrariar as assembléias religiosas, a instrução religiosa, as cerimônias religiosas", não são umas cínicas ironias, quando a imprensa iugoslava inteira não passa de um côro de ódio contra o catolicismo, contra a Igreja e a Santa Sé, quando os bispos em excursão pastoral são assaltados até nas igrejas e durante as cerimônias?

E, quando o artigo 7 afirma que "os cidadãos não podem ser limitados nos seus direitos por causa das suas convicções religiosas, é impossível esquecer que empregados e membros de profissões liberais são dispensados de suas funções, por exemplo, por terem filhos no seminário; que escolares são expulsos por terem faltado à escola no dia de Natal. No art. 4 é dito que os comunistas podem "livremente fundar escolas religiosas especiais para a formação dos sacerdotes". Mas nós sabemos quais são as condições feitas aos seminários.

O artigo 3 prescreve que "as comunidades religiosas podem publicar e difundir a imprensa religiosa": isso ainda não passa de uma ferina ironia, se se compara a lei escrita com a realidade dos fatos. Hoje em dia, para tôda a Iugoslávia, há apenas dois folhetos mensais: o *Vjestnik,* de Djakovo[67], e *Druzina,* de Nova Gorica. O *Blagovest* de Belgrado foi suprimido.

Tudo faz crer que a lei sôbre as comunidades religiosas era mais pròpriamente destinada a fins de propaganda exterior, do que à regulamentação da vida eclesiástica. O Govêrno, que não se preocupa de violar quase tôdas as disposições ou de interpretá-las a seu modo, só quer ver aplicar uma única cláusula, a contida no artigo 9, que diz: "Os sacerdotes das diferentes confissões têm o direito de fundar associações sacerdotais próprias".

Êsse "direito", que, no mínimo no caso dos católicos e dos dissidentes, tem por fim levantar o clero contra os bispos, está na origem das violências extralegais de que a Iugoslávia é teatro, e que são um atentado não só à justiça, mas também aos usos da civilização...

Êsse critério é comum a tôdas as "democracias populares". Os governos dominados pelos comunistas querem forçar a Igreja a renunciar às suas leis internas, para se adaptar à lei eclesiástica do Estado, inspirada em ideologias materialistas e anti-religiosas. Em suma, um *absolutismo ateu*".

---

a 23 de janeiro, um fac-símile da carta, onde essa passagem não figurava. *L'Osservatore Romano* de 31 de maio reproduziu lado a lado o texto original e o texto dado pelo *Borba,* concluindo que manifestamente os comunistas não queriam que a opinião pública conhecesse os sentimentos reais da Santa Sé.

67) Cf. acima, nota 22.

Balanço da Perseguição.

1º) *Fiéis.* — A educação da juventude é sempre monopólio do Partido Comunista. As festas religiosas são boicotadas pela exigência do trabalho obrigatório nas repartições, nas escolas e nas fábricas, sob pena de graves sanções. As manifestações religiosas fora das igrejas persistem proibidas. A religião é banida da vida pública, e o ateísmo é impôsto aos funcionários públicos, aos soldados, a todos os que, pelo seu emprêgo, têm uma relação qualquer com o Estado, etc. Enquanto tôda propaganda religiosa é vedada, a propaganda anti-religiosa é não sòmente permitida, mas favorecida na vida pública, inclusive por inscrições ultrajantes e blasfemas até nas paredes das igrejas e dos presbitérios.

A assistência religiosa aos prisioneiros é proibida sob tôdas as suas formas. Nos hospitais, só é autorizada a pedido escrito do doente, mas é severamente interdito a um sacerdote, sob pena de sanções graves, aconselhar, pouco que seja, aos doentes, receberem os Sacramentos e o Santo Viático.

O Regime comunista iugoslavo, que está ancorado nas posições do materialismo dialético, a despeito das concessões táticas por vêzes feitas à Igreja, persiste fiel ao seu programa de descristianização do povo.

Apesar do seu regime de repressões e da sua propaganda mentirosa, os comunistas têm obtido entre o conjunto dos fiéis resultados contrários aos que esperavam. Nota-se entre os católicos iugoslavos um profundo apêgo aos seus bispos e sacerdotes; êles são assíduos na freqüentação das igrejas e na prática dos Sacramentos. Todavia, não se pode negar que os comunistas tenham conseguido desapegar os jovens de seus pais e da Igreja, sem no entanto obterem, mesmo neste terreno, todos os resultados que a amplitude do seu programa lhes deixava esperar. [68]

2º) *Sacerdotes.* — Em 1940, contavam-se na Iugoslávia cêrca de 6.000 sacerdotes, tanto seculares como religiosos. Hoje, há menos de 4.000: *400* foram mortos durante a guerra; uns *trinta* foram trucidados posteriormente; *500* foram obrigados a fugir para o estrangeiro; *outros* morreram em prisão, foram executados ou desapareceram. Entre os que restam, uns *mil* pelo menos passaram pelas prisões comunistas, e, em 1953, uns 200 ainda estavam detidos. [69]

---

68) Ver o artigo *Religion under Tito, impression of a visit in July* 1950, publicado por *The Tablet* de 19 de agôsto de 1950.

69) No mês de maio de 1953, M. Rankovic, Ministro do Interior, declarava à Càmara que êles ainda eram 141. *L'Osservatore Romano,* reproduzindo essa cifra no seu número de 24 de maio, fazia reservas quanto à sua exatidão.

No seu *Memorandum* de 25 de setembro de 1952 ao Marechal Tito, o Episcopado iugoslavo observava:

Desde os oito anos que dura êste regime, uma parte importantíssima do nosso clero católico teve de suportar as humilhações e as penas dos penitenciários. Entre êles ainda se acha hoje o Bispo de Mostar, S. Excia. Mons. Pedro Cule. O Arcebispo de Zagreb, S. Excia. Mons. Luís Stepinac, embora saído da prisão, está em residência vigiada e não pode exercer as suas funções.

Não é deveras surpreendente que o clero, que em todos os países civilizados nunca ou quase nunca entra em conflito com o código penal, se haja tornado, no nosso país, assim tão incorrigìvelmente criminoso?

Vexames, humilhações e ultrajes, sem falar dos duros ônus fiscais, são o pão de cada dia do clero. De quando em vez, assiste-se a alguma encenação de processo contra um dos seus membros.

As Ordens e os institutos religiosos femininos estão sempre privados de personalidade jurídica.

3º) *Episcopado.* — O Cardeal *Luís Stepinac*, Arcebispo de Zagreb, condenado a 16 anos de trabalhos forçados, foi libertado após 6 anos de detenção, mas continua ainda retirado na sua aldeia natal de Krasic, onde está sob a vigilância constante da polícia.

S. Excia. Mons. *Pedro Cule*, Bispo de Mostar, condenado a 11 anos e meio de trabalhos forçados, achava-se, até êstes últimos tempos, na prisão, onde não tinha autorização para celebrar missa nem para recitar o breviário. Teria sido reposto em liberdade em 1955, mas ignora-se onde se acha.

S. Excia. Mons. *João Simrak*, Bispo de Krizveci, morreu em conseqüência de maus tratos sofridos na prisão.

S. Excia. Mons. *José Carevic*, antigo Bispo de Dubrovnik, morreu em circunstâncias misteriosas, mas tudo deixa supor que foi assassinado.

S. Excia. Mons. *José Garic*, Bispo de Banja Luka, morreu no exílio.

O Arcebispo de Sarajevo, S. Excia. Mons. *João Saric*, e o Bispo de Ljubljana, S. Excia. Mons. *Gregório Rozman*, continuam no exílio.

Os Administradores Apostólicos de Ljubljana e de Maribor não têm acesso às zonas fronteiriças interditadas, que estão no território da sua diocese. O mesmo sucede com os Ordinários de Zagreb e de Antivari.

Certos prelados continuam a ser confinados na sua residência por período mais ou menos longo, ao arbítrio das autoridades comunistas. Trata-se particularmente de S. Excia. Mons. *Salis-Seewis*, Auxiliar de Zagreb, de SS. Excias. Mons. *Nezic* e Mons. *Garkovic*, Administradores Apostólicos de Parenzo e de Zara.

Não é raro que os bispos sejam insultados e às vêzes brutalmente feridos durante as suas visitas pastorais, ou quando se dirigem às aldeias para administrar o sacramento da Confirmação.

No seu *Memorandum* de 25 de setembro de 1952 ao Marechal Tito, os bispos concluíam:

> Todos êsses fatos provam que não existe na Iugoslávia liberdade de consciência nem de religião, e que a Igreja Católica está gravemente ameaçada nas suas liberdades essenciais e nos seus direitos vitais.

13

A PERSEGUIÇÃO À IGREJA CATÓLICA

sob o regime comunista na Alemanha Oriental

Depois da capitulação sem condições, em maio de 1945, das fôrças armadas alemãs, uma linha de demarcação estabelecida pelos Aliados colocava, até o estabelecimento das fronteiras definitivas pelo Tratado de Paz, os territórios alemães "ao leste do Oder e da Neisse" sob administração polonesa, e a parte setentrional da Prússia Oriental sob administração soviética.[1]

A Alemanha central tornava-se zona de ocupação soviética, enquanto que a parte ocidental do país era dividida em zonas de ocupação americana, francesa e britânica. A cidade de Berlim era fracionada em quatro setores, cada um dos quais colocado sob o contrôle de uma das potências aliadas.

Desde o início, a política russa de ocupação tendeu a dar à zona soviética uma estrutura tôda particular, sem consideração com os acordos de Potsdam, que previam para tôda a Alemanha uma administração uniforme, inspirada em princípios democráticos.

Em reação contra tal política, a República Federal foi instituída *em maio de 1949, com Bonn como capital, por fusão das três zonas*

---

1 A conseqüência do avanço das tropas soviéticas, da mutilação do território alemão, e do artigo 13 do Acôrdo estipulado em Potsdam a 2 de agôsto de 1945 entre os U. S. A., a Grã-Bretanha e a U. R. S. S. — o qual previa a transferência da população alemã, ou de uma parte dos seus elementos, permanecida na Polônia, na Tchecoslováquia e na Hungria — foi o êxodo voluntário (outono de 1944 — maio de 1945) ou impôsto (a partir de maio de 1945) de milhões de Alemães. Êsse êxodo foi uma das mais importantes e uma das mais trágicas transferências de população, da História. No que concerne à Igreja (tanto no plano da sua organização como no do cuidado das almas), estêve essa transferência na origem de gravíssimos problemas, ainda não inteiramente resolvidos hoje. Cêrca de 13 milhões de Alemães (7 milhões de protestantes e 6 milhões de católicos) tiveram de ser repartidos pelas quatro zonas de ocupação (10 milhões nas zonas ocidentais e 3 milhões, aproximadamente, na zona soviética). A repartição dos refugiados, operada, muitas vêzes, sem plano preestabelecido, teve como conseqüência a presença de católicos em regiões que até 1945 eram quase exclusivamente protestantes, e vice-versa.

Por exemplo, sôbre a totalidade das "pessoas deslocadas" que acharam refúgio na Baviera (região de larga maioria católica), 1.300.000 eram católicas e 500.000 protestantes, ao passo que várias centenas de milhares de católicos eram instalados no meio de fortes comunidades protestantes, sobretudo em zona soviética. Tudo isto constituiu um novo encargo extraordinário para a Igreja Católica: necessidade de prover à assistência espiritual, à construção de edifícios do culto, ao ensino religioso, etc.

de ocupação ocidentais. A U. R. S. S. favoreceu então o estabelecimento, na sua zona de ocupação, de uma República Democrática Alemã (Deutsche Demokratische Republik), no molde das "democracias populares" orientais, satélites de Moscou.

Treze anos depois do fim da guerra, a Alemanha ainda não conseguiu que fôsse assinado um tratado de paz, e, embora tendo adquirido, com a República Federal, o estatuto de Estado soberano e retomado o seu lugar na comunidade dos povos livres da Europa, ainda não vê o fim da cisão do seu território e do seu povo em duas partes, "acontecimento que criou no coração da Europa um foco de desordens e de inquietações". [2]

A Sovietização da Alemanha Oriental.

O decreto nº 1 da Administração militar soviética (S. M. A.), de 10 de junho de 1945, já inaugurava uma política inspirada pela idéia de criar na sua zona, graças a ukases e sob a ameaça das armas, um estado de fato ao qual se daria mais tarde uma espécie de legitimação pela "vontade do povo", expressa, na realidade, pelas organizações comunistas.

A Administração militar autorizou em 1946 a constituição de quatro partidos: o Partido Comunista Alemão (K. P. D.), o Partido Social-Democrata Alemão (S. P. D.), o Partido Cristão-Democrata (C. D. U.) e o Partido Liberal-Democrata (L. P. D.). Desde as primeiras eleições, no entanto, o Partido Social-Democrata não pôde apresentar lista distinta, em razão da sua fusão com o Partido Comunista, sob o nome de *Partido Socialista Unificado* (S. E. D.). Além dos partidos políticos, foram igualmente autorizadas a formular as suas próprias listas eleitorais pretensas "Organizações de massa antifascistas democráticas", como a União Camponesa de Assistência Mútua, a Juventude Alemã Livre (F. D. J.), a Confederação Alemã dos Sindicatos Livres (F. D. G. B.), a União Democrática das Mulheres Alemãs (D. F. D.) e a União cultural para a renovação democrática da Alemanha: tôdas elas organizações de caráter para-comunista. Pensavam, assim, os Soviéticos poder atingir a sua meta, mesmo respeitando os usos parlamentares: tática comum, naquele momento, a outros países situados para lá da cortina de ferro.

---

2) Assim se exprimiu o chanceler Conrado Adenauer no prefácio do livro *Allemagne d'aujourd'hui*, Wiesbaden, 1955. Êsse homem de Estado acrescentava: "A reunificação da Alemanha só poderá ser realizada com meios pacíficos; mas sem ela o povo alemão inteiro não poderá reencontrar nem a paz interior nem a sua vitalidade econômica; *e a população que ficou em zona de ocupação soviética não reencontrará a dignidade de existência nem a liberdade de pensamento*".

Nas eleições comunais de setembro de 1946, o S. E. D. (Partido Socialista Unificado) obtinha sòmente 52,4% dos sufrágios, contra 39,9% dados aos outros dois partidos. As "Organizações de massa" não obtinham sequer 1% dos votos. [3]

As eleições seguintes para as dietas locais e distritais não valeram melhores resultados ao Partido Socialista Unificado.

Depois destas últimas eleições, os comunistas capacitaram-se de que jamais lhes seria possível obter a maioria parlamentar necessária para promover na Alemanha a política querida pelos Soviéticos. Recorreram então a processos extraparlamentares, vedando pela fôrça tôda oposição política legal, e criando um "*Conselho Popular Alemão*" (Deutscher Volksrat), ao qual confiaram a tarefa de redigir uma Constituição "pan-alemã". [4]

As eleições para o terceiro Congresso do Conselho Popular Alemão, que tiveram lugar, de maneira ainda menos democrática do que as precedentes, a 15 e 16 de maio de 1949, foram decisivas. O Partido Socialista Unificado obteve 90 cadeiras, o Partido Cristão-Democrata e o Partido Liberal-Democrata 45 cadeiras cada um. Dois novos partidos de orientação comunista obtiveram 15 cadeiras cada um, e as "Organizações de massa" repartiram entre si os 120 mandatos restantes. A forte minoria (33,9%), quer dizer, mais de um têrço do total dos sufrágios, que não tinham querido aderir ao *sistema das listas únicas*, foi pura e simplesmente eliminada.

A 5 de outubro de 1949, por instruções da Administração militar soviética, o Deutscher Volksrat transformava-se em *Parlamento popular* (Volkskammer), que proclamou a República Democrática Alemã (D. D. R.), e decidiu a constituição de um *Govêrno provisório*, elegendo Otto Grotewohl (Partido Socialista Unificado) como Presidente do Conselho, e o Secretário do Partido Socialista Unificado, Walter Ulbricht, como Vice-Presidente. O Presidente do Partido Socialista Unificado, Wilhelm Pieck, foi eleito Chefe do Estado. A Administração militar soviética "transmitia" as funções legislativas e administrativas ao novo Estado, doravante de obediência soviética. [5]

---

3) E isso embora as listas do Partido Socialista Unificado houvessem sido apresentadas nas 11.623 comunas da zona soviética, ao passo que o Partido Cristão-Democrata e o Partido Liberal-Democrata não podiam respectivamente apresentar candidatos senão em 1.182 e 2.082 comunas. A Administração militar soviética favorecera a propaganda do Partido Socialista Unificado, pela atribuição, ao mesmo, de 900 toneladas de papel, pondo à disposição dos dois outros partidos... sòmente 9 toneladas. Cf. *Wahlfälschungen, Wahlbehinderungen, Wahlbeeinflussungen, in der sowietischen Besatzungszone*, 1946-1950, Berlim, 1950.

4) O projeto, julgado então utópico, constituiu, ao contrário, a base da Constituição da República Democrática Alemã em 1949. Cf. Wegener, *Die neuen deutschen Verfassungen*, Essen, 1947, pp. 301 e ss.

5) Para substituir a Administração militar soviética (S. M. A.),

Finalmente, numa mensagem enviada por Stalin a 13 de outubro de 1949 [6], o Kremlin sancionava a Constituição da República Democrática Alemã, aprovada desde 30 de maio pelo Volksrat, e válida, como aliás a de Bonn, para todo o território do Reich.

---

constituiu-se uma *Comissão soviética de contrôle* (S. K. K.), tendo à sua frente o general Joukov e o conselheiro político Seminof. Além disto, Moscou enviou a Berlim o embaixador Pouchkine como "Chefe da missão diplomática da U. R. S. S.".

6) Cf. *L'Osservatore Romano*, de 15 de outubro de 1949.

7) Cf. *Die Verfassung der Deutschen Demokratischen Republik*, publicada pelo Secretariado do Volksrat com prefácio de Otto Grotewohl, Berlim, 1949.

A Constituição, se bem que tal não apareça exteriormente, na realidade é muito perigosa. Nela, como sucede na ditadura soviética, tudo é reagrupado, em tôrno de um sistema estatal fundado essencialmente no poder central (Staatsgewalt). Com efeito, o primeiro lugar não é atribuído ao Estado como comunidade, e ainda menos ao homem (ou cidadão) e aos seus direitos naturais inalienáveis, mas sim ao Estado, totalitàriamente concebido. No que concerne aos interêsses da Igreja, que são constitucionalmente garantidos, convém lembrar que:

— Os artigos 8 e 9 garantem os direitos fundamentais: liberdade pessoal, inviolabilidade do domicílio, segrêdo postal, liberdade de censura, livre expressão do pensamento, direito de reunião, restringidos no entanto pela cláusula seguinte: "dentro dos limites da lei, em vigor para todos". A mesma restrição aplica-se igualmente ao direito de fundar associações e organizações.

— O artigo 16 estipula que os domingos e festas devem ser considerados dias de repouso.

— O artigo 30 precisa que família e casamento constituem a base da comunidade social, e que são colocados sob a proteção do Estado. De fato, isso redunda em verdadeira laicização de uma e de outra dessas instituições.

— O artigo 31 reconhece aos pais o direito de escolher a forma de educação que seus filhos receberão. Debalde, porém, se procurará nos artigos seguintes a aplicação prática dêsse direito. A finalidade consignada à educação é a formação dos jovens no espírito da democracia (o que pode significar: consoante os princípios da doutrina marxista, visto que, no caso, se trata de democracia "progressista").

— O artigo 34, que concerne à liberdade de ensino, constitui novo exemplo da maneira como um direito, afirmado numa primeira proposição, se acha em seguida, na frase seguinte, esvaziado do seu conteúdo: "O ensino, a arte e a ciência são livres...; o Estado assegura-lhes a proteção, a fim de que se não abuse dêles para fins opostos ao espírito da Constituição".

As disposições relativas ao ensino religioso merecem ser sublinhadas: os pais decidem se convém ou não assegurá-lo a seus filhos (artigo 44); mas êsse ensino não constitui matéria escolar, e está a cargo das Igrejas, às quais incumbe a escolha dos mestres. Os locais escolares são apenas "postos à disposição delas" (artigos 40-44).

— O artigo 41 afirma:

" 1) Todo cidadão goza da plena liberdade de religião e de consciência. O exercício normal da religião é garantido pelas leis da República.

O novo Estado apressou-se a declarar, pela voz de Pieck e do Partido Socialista Unificado, que a linha Oder-Neisse constituía definitivamente a fronteira pacífica (Friedensgrenze) da Alemanha com o Leste.

A 27 de março de 1954, num intuito evidente de propaganda, a U. R. S. S. declarava que a República Democrática Alemã era um Estado independente e gozando de direitos soberanos. Com efeito, manifestamente se inculca que, a despeito do reconhecimento formal do seu caráter soberano, o regime da zona soviética — como o dos outros países satélites da U. R. S. S., e ainda mais talvez! — em todos os domínios persiste inteiramente sujeito às diretrizes políticas e ideológicas de Moscou.

A sovietização da Alemanha oriental continuou durante os anos seguintes, acentuando-se depois das eleições de 15 de outubro de 1950, nas quais o Partido Socialista Unificado alcançou um êxito completo: 99,7% dos votos em favor da lista única.[8] Essa proporção espetacular passou para 99,46% por ocasião das eleições "populares" de 17 de outubro de 1954.

Podiam de ora em diante os comunistas prosseguir sem inquietação os seus esforços "progressistas" para alcançarem o seu objetivo de "edificação do socialismo", o que acarretou a transformação metódica e implacável da Alemanha oriental numa "democracia popular", com tôdas as conseqüências de ordem espiritual e religiosa que veremos.

Entretanto, durante os últimos cinco anos, *mais de um milhão de fugitivos refugiaram-se no território da República Federal.* Não se

---

2) As instituições e organizações religiosas, as atividades religiosas e o ensino religioso não podem ser explorados para fins que estejam em oposição com a Constituição, ou em proveito de partidos políticos. Todavia, fica inconteste às sociedades religiosas o direito de tomarem posição sôbre problemas fundamentais, consoante as suas ideologias próprias".

A segunda alínea foi introduzida pelos comunistas com intenção bem definida, tal como, aliás, a última frase, que é suficientemente significativa para quem conhece os métodos empregados pelos comunistas para provocar cisões no seio do clero.

Cf. sôbre o tema *Die rechtliche Lage der Kirche in der Ostzonen Republik,* em Herderkorrespondenz de junho de 1951, pp. 408 e ss.

8) Todo voto livre foi impossibilitado aos eleitores. Votou-se por meio de uma lista única, e o boletim eleitoral não deixava mesmo a escolha entre o "sim" e o "não", sendo o resultado, de qualquer forma, conhecido de antemão. As "eleições livres e democráticas" transformaram-se num voto não secreto, com o auxílio de boletins sem sobrecartas, abertamente entregues nas seções de votação estabelecidas para todos os habitantes de um mesmo imóvel, para todos os operários de uma mesma emprêsa, para todos os membros de uma mesma organização, etc. As pessoas podiam abster-se, mas a abstenção, considerada como ato hostil ao Estado, expunha o seu autor a graves represálias.

podia aduzir demonstração mais eloqüente da eficácia da nova Gestapo, o *Serviço de Segurança do Estado* (S. S. D., Staatssicherheits-dienst) *da Alemanha oriental.*

A Igreja Católica na Alemanha Oriental.

O fim da guerra achava a Igreja Católica na Alemanha gravemente minada na sua eficiência, pela luta corajosa que havia sustentado durante doze anos de regime nazista, e pelas pesadas perdas do seu clero, uma parte do qual fôra mobilizada durante as hostilidades. As conseqüências da perseguição que a Igreja aturou sob o "Terceiro Reich" (perseguição vigorosamente denunciada pela Encíclica "*Mit Brennender Sorge*" de 1937) fizeram-se duramente sentir durante os anos que se seguiram à queda do nacional-socialismo. O regime hitlerista procurara paralisar de tôdas as maneiras possíveis a atividade das associações católicas, muitas das quais foram dissolvidas ou estreitamente vigiadas, ao passo que os seus dirigentes eram sistemàticamente acusados de comportar-se como inimigos do Estado. Graves golpes haviam sido também desfechados na imprensa religiosa, culpada sòmente de se opor ao paganismo nazista, corruptor das consciências, nas escolas confessionais, nas obras sociais, culturais e caritativas católicas. As pressões exercidas contra os sacerdotes haviam assumido formas as mais diversas: vigilância estreita dos pregadores, interrogatórios e devassas, advertências e censuras, proibição de ensinar, de fazer discursos, de organizar cerimônias religiosas em público, internamentos arbitrários nos famosíssimos campos de concentração, e até mesmo condenação à morte.[9]

Em maio de 1945, pràticamente era preciso retomar em zero a edificação da *cidade cristã*, num território devastado por terríveis ruínas materiais e espirituais, e despedaçado entre quatro potências ocupantes diferentes. Declarava-se geralmente que a Alemanha se tornara "terra de missão" (Missionsland).

Para nos limitarmos à Alemanha oriental, fazem agora parte dos territórios colocados sob administração polonesa as dioceses de Ermland, a prelazia "nullius" de Schneidemühl, e a maior parte da arquidiocese de Breslau. Cumpre reconhecer que, do simples ponto de vista jurídico, essas circunscrições eclesiásticas não sofriam mudança: continuavam a existir como dioceses, embora governadas por Administradores Apostólicos. Mas, além de não terem mais à sua

---

9) Cf. a documentação ampla e exaustiva recolhida por Neuhausler em *Kreuz und Hakenkreuz*, Munique 1946.

10) Se bem que o Arcebispo de Breslau, o Bispo de Ermland e o Prelado Nullius de Schneidemühl sejam desde então falecidos, a Santa Sé não proveu à sucessão dêles, e aquelas dioceses continuam sendo governadas por Administradores de nacionalidade polonesa.

testa Ordinários alemães, haviam também sofrido com a expulsão de quase todos os fiéis de língua alemã.

Do ponto de vista do direito eclesiástico, a antiga administração foi mantida, mesmo em zona soviética. As dioceses de Mísnia e de Berlim subsistiram portanto; contudo, ao passo que o Bispo desta última cidade residia no setor ocidental, a maior parte da diocese achava-se no setor e na zona oriental soviética. Pequenas porções da arquidiocese de Breslau (Goerlitz e Neuzelle); e partes extensas da arquidiocese de Paderborn e das dioceses de Osnabrück, Fulda e Würtzburg, fizeram igualmente parte da zona soviética. E' de notar ser muito importante para a administração eclesiástica que os bispos-auxiliares de Paderborn e de Fulda tenham conservado a sua residência em zona soviética, respectivamente em Magdeburg e em Erfurt. Se se refletir nos acontecimentos que assinalaram os treze anos decorridos desde o fim da guerra, pode-se fàcilmente fazer uma idéia das provações a que foi de novo submetida a Igreja em zona soviética, sob a opressão de um regime totalitário igualmente ao nazismo e abertamente ateu e materialista.

À verdade se deve o assinalar que, se no plano internacional a ideologia comunista considera a Igreja Católica como o seu primeiro e mais irredutível inimigo, em zona soviética os comunistas acham que a Igreja protestante (evangélica) é o principal adversário a ser combatido.

A razão dessa atitude é a seguinte: na zona soviética, os católicos representam apenas 12,2% da população, ao pásso que o número dos protestantes se eleva a 81,6%.

Considerado o objeto que esta obra se fixou, o estudo das principais medidas adotadas contra as duas confissões religiosas será limitado à Igreja Católica.

A Luta Contra a Igreja Católica na Zona de Ocupação Soviética.

Durante um período de "trégua" assaz curta, devida antes de tudo à necessidade de reorganizar a vida econômica e política do país, a vida religiosa gozou de liberdade relativa, apesar de grandes dificuldades.

A Administração militar soviética, e depois o Govêrno de Pankow, que a substituiu, permaneciam entretanto fiéis à ideologia marxista-leninista. Por isto ordenaram tôda uma série de medidas destinadas a impedir o desenvolvimento normal das diversas formas da atividade religiosa.

As primeiras medidas para êsse fim adotadas foram:

1) Supressão do ensino religioso nas escolas, em aplicação de uma ordem de 31 de maio de 1946. Êsse ensino estava a cargo da Igreja, e devia ter lugar fora das horas de aula. Aliás, logo

se tomou cuidado de tornar mais difícil às Igrejas a difusão da instrução religiosa.

2) Ensino obrigatório do materialismo ateu nas escolas do Estado.
3) Disposições destinadas a subtrair os jovens o mais possível à influência de suas famílias, por meio das organizações de juventude oficiais: Juventude Alemã Livre (Freie Deutsche Jugend) e Jovens Pioneiros.
4) Tentativas para fazer esquecer as tradições e os usos cristãos, mormente por ocasião das grandes festas.
5) Organizações de reuniões políticas às mesmas horas que as cerimônias religiosas.
6) Exclusão da Igreja de tôda atividade não estritamente religiosa.
7) Medidas tendentes a tornar precária a situação econômica do clero.
8) Sujeição dos sacerdotes a severa pressão política (com ameaças, chantagem, medidas vexatórias, etc.) para os induzir a apoiar as campanhas de propaganda comunistas.
9) Obstáculos de todo gênero opostos à entrada dos sacerdotes de proveniência da Alemanha ocidental, mesmo quando eram oficialmente destinados pelos seus bispos à cura das almas.

Em presença de tais medidas destruidoras, as autoridades eclesiásticas reagiram vigorosamente, e o Regime fêz disto pretêxto para as acusar de intervir com fins políticos ou por hostilidade para com o povo.

O Bispo de Berlim, o Cardeal Conrad Von Preysing, dirigiu a 29 de dezembro de 1949 ao Vice-Presidente do Conselho de Ministros, Otto Nuschke, um *Memorandum* intitulado: *"Direito à vida e possibilidade de vida da Igreja Católica no território da República Democrática Alemã"*, no qual deplorava que, a despeito dos acordos de Potsdam e da Constituição, a liberdade de religião e de consciência não existisse na República Democrática Alemã: o ateísmo era o escopo da educação oficial, a imprensa católica não era livre, e o exercício da religião era por todos os modos impedido. A 21 de janeiro de 1950, o Cardeal recebia resposta informando-o de que o *Memorandum* suscitava graves problemas e só poderia ser estudado após consulta ao Gabinete. Ao cabo de quatro meses, não tendo recebido resposta alguma, ao passo que os atentados contra a liberdade de religião se multiplicavam de maneira tal que se tornara pràticamente impossível aos católicos viver segundo a sua consciência, a 22 de abril de 1950 o Cardeal dirigiu diretamente uma carta ao Presidente do Conselho Grotewohl.

Eis o texto dêsse interessante documento[11]:

"Desejo expor, abaixo, alguns fatos e situações que constituem uma verdadeira opressão da consciência cristã. Ao mesmo tempo, de-

---

11) Não tendo recebido resposta direta à sua carta, o Bispo de Berlim levou-a ao conhecimento da opinião pública sob o título: *"Gibt es Glaubens-und Gewissensfreiheit in der Deutschen Demokratischen Republik?* Eine kirchenamtliche Stellungnahme", Berlim, 1950. (A liberdade de religião e de consciência existe na República Alemã?).

sejo apresentar alguns pedidos que lhes são conexos e que, se devessem não ser tomados em consideração, provariam que não se pode, na República, falar de liberdade de religião e de cónsciência.

1) Na República Democrática Alemã, o materialismo constitui, de fato, a ideologia exclusiva (*Weltanschauung*) professada pelo Estado, a religião do Estado, ao qual, tanto em teoria como na prática, estão finalmente sujeitas tôdas as atividades da Nação. Observa-se nítida tendência para conceber e julgar a vida ùnicamente no sentido materialista. Tanto nas casas de crianças, nas escolas e nas universidades, como por intermédio da formação profissional obrigatória da Juventude Alemã Livre e da Associação dos Jovens Pioneiros, em tôda parte a concepção materialista da vida e do mundo é a única tolerada para a educação dos indivíduos.

Para subtrair os cristãos a êsse inadmissível estado de coisas, apresento os pedidos seguintes:

Na República Democrática Alemã, deve o materialismo deixar de ser considerado como a ideologia exclusiva do Estado.

O ensino dado aos alunos nas escolas públicas, que êles são obrigados a freqüentar, não mais deve seguir os princípios dessa concepção anticristã.

Tôda coação tendente a obrigar as crianças e os adolescentes a fazerem parte das organizações dos Jovens Pioneiros e da Juventude Alemã Livre deve cessar.

2) A liberdade de religião, mesmo sendo ainda oficialmente permitida na República Democrática Alemã, torna-se, em medida sempre maior e segundo um plano preestabelecido, limitada à liberdade do culto no interior das igrejas. Quando a vida religiosa excede o quadro dos ritos litúrgicos pròpriamente ditos segundo um processo que lhe é natural, a ordem de 1º de julho de 1949, concernente à "obrigação de anunciar prèviamente as reuniões projetadas", permite à polícia controlar essas reuniões. A limitação da atividade religiosa aos simples atos do culto, correndo parelhas com o desenvolvimento do espírito materialista na vida pública e privada, faz parte — é isto reconhecido na literatura materialista — dos processos próprios para liquidar a religião.

Em face de tal situação, apresento os pedidos seguintes:

As tentativas, empreendidas com o auxílio da polícia, para limitar a vida religiosa na República Democrática Alemã aos simples atos do culto nos edifícios consagrados, devem cessar.

Devem os cristãos gozar sem restrições do direito de demandar, fora dos ofícios religiosos, os fins próprios à sua consciência. Entre êstes últimos, notemos, entre outros, o apostolado junto à juventude nas paróquias, a instrução religiosa, as atividades caritativas.

3) Os princípios do materialismo nas suas relações com tôda a atividade humana são explicados em medida sempre maior à opinião pública. Para êste fim são empregados todos os meios que podem ser úteis à propaganda.

Faz-se igualmente pressão sôbre os adultos para que participem de reuniões ou façam parte de organizações cujo espírito e cujos métodos são inconciliáveis, para cristãos, com os imperativos da sua consciência.

Estribando-me na Constituição da República Democrática Alemã, apresento os pedidos seguintes:

A coação exercida, por meio da propaganda oficial, para que os cristãos façam parte dessas organizações ou participem dessas reuniões, deve cessar.

Não devem ser postas em perigo nem a vida familiar, nem a existência dos que, por motivos que lhes parecem fundados, se recusam a fazer parte de tal ou tal dessas organizações.

4) O monopólio reservado ao materialismo na formação e direção da opinião pública destrói, na prática, a liberdade de religião e de consciência. Para só citar alguns exemplos, indico apenas o que segue: na República Democrática Alemã, a Igreja Católica não dispõe sequer de um só jornal periódico; a polícia intervém de novo quando se trata da difusão de periódicos católicos impressos fora da República. Não é raro o caso em que os discursos e as declarações das autoridades eclesiásticas são, com intuitos de propaganda, grosseiramente deformados pelos jornais autorizados no território da República Democrática Alemã. Em face de tal situação, os católicos não têm nenhuma possibilidade de tornar públicos os corretivos necessários.

Para salvaguardar a liberdade de religião e de consciência, sou obrigado a apresentar os pedidos seguintes:

A Igreja Católica deve poder publicar jornais que estejam a serviço do seu ensino e da sua *Weltanschauung*. Devem êsses jornais gozar da liberdade de imprensa, o que quer dizer que a concepção materialista não lhes deve ser imposta nas questões controvertidas. Devem êles igualmente ter o direito de defender a Igreja, o seu ensino e a sua Hierarquia, ao menos na mesma medida em que os órgãos autorizados pela República Democrática Alemã se arrogam o direito de as difamar.

Peço, além disto, que os católicos possam ter conhecimento dos periódicos impressos fora da República, sem que a polícia ou uma censura partidária intervenham nisso com as suas medidas despóticas.

Finalmente, desejo assinalar que a "violação" das consciências cristãs se torna cada vez mais freqüente na República Democrática Alemã.

O descontentamento provocado por êsse estado de favor vai crescendo. Os pedidos apresentados nessa carta não reivindicam privilégios, mas se fundam nos acordos subscritos em Potsdam e na Constituição da República Democrática Alemã. Dada a gravidade da situação e a importância da minha exposição, ouso esperar pronta e clara resposta".

Conrad, Card. Von PREYSING,
Bispo de Berlim.

A resposta a essa firme tomada de posição do Bispo de Berlim foi dada pelo Politburo do Partido Socialista Unificado, em resolução adotada no terceiro Congresso, a 14 de maio de 1950. Liase nela:

"A Constituição da República Democrática Alemã garante a plena liberdade de religião. A maioria dos fiéis é mesmo inscrita nas organizações e nos partidos democráticos, no seio dos quais, com centenas de sacerdotes, combatem na Frente Nacional pela paz e pela unidade da Alemanha. Todavia, os chefes das Igrejas abriram o caminho a uma luta reacionária contra a paz e a ordem democrática da República Democrática Alemã, prevalecendo-se de *argumentos, não susceptíveis de servir os interêsses da Igreja,* mas tendentes a perturbar a ordem política existente. Re-

clamando para si mesmos a liberdade de ensino nas faculdades de teologia, querem êles vedar a recíproca para o materialismo dialético. Adotam medidas disciplinares contra os padres que aderem à Frente Nacional, mas nada têm a objetar se, do alto do púlpito, há quem se entregue a uma propaganda reacionária. Protestam porque a juventude se orienta tôda para a Frente Nacional, e quereriam recusar-lhe o livre exercício dos direitos cívicos garantidos pela Constituição. Isto tem podido produzir-se porque, até o presente, nós nos temos ocupado pouco dêles e pouco temos incentivado a ação dos padres progressistas. Centenas de padres têm-se aliado ao povo: devemos ajudá-los".

E o próprio Presidente do Estado, Wilhelm Pieck, não hesitava em declarar:

"Recentemente, dignitários eclesiásticos começaram a combater a juventude progressista por causa do ensino materialista ministrado nas escolas. Não há dúvida de que assim êles combatem os verdadeiros interêsses do povo e o impelem a novas guerras". [12]

A situação da Igreja foi-se agravando a partir dos últimos meses de 1952. [13] A propaganda comunista pôs-se a repetir que as

---

12) Discurso pronunciado por ocasião da inauguração da "República dos Jovens Pioneiros". O Presidente do Conselho Grotewohl também se fazia ameaçador por ocasião de uma conferência de imprensa promovida depois de uma declaração da Cúria de Berlim haver afirmado que a tensão entre a Igreja e o Estado não tinha a sua origem numa limitação qualquer imposta pelas autoridades eclesiásticas à liberdade dos sacerdotes, e sim nas limitações impostas pelo Estado à liberdade dos eclesiásticos e dos fiéis: "Os eclesiásticos participantes da luta pela paz e da Frente Nacional temem a reação da Igreja. O exercício da religião é garantido pela Constituição, como garantida é a colaboração dos cidadãos com as autoridades. Se um eclesiástico se vir importunado no livre exercício dos seus direitos e deveres cívicos, será defendido pelo Govêrno. Cf. *Neues Deutschland* (órgão oficial do Partido Socialista Unificado), de 17 de junho de 1952.

Por seu turno, Lehmann, membro do Secretariado Geral do Partido Socialista Unificado, no terceiro Congresso dêsse Partido afirmava que êste último se havia ocupado das Igrejas e dos "padres renegados" que combatiam a Freite Nacional, e que um "bom golpe" fôra desfechado na "padrecada". Cf. *Der Kreuzberg*, de 16 de junho de 1950.

13) Num discurso pronunciado a 9 de julho de 1952 no IIº Congresso do Partido Socialista Unificado, Walter Ulbricht afirmava: "A Igreja não pode por mais tempo ocultar a sua verdadeira posição sob a máscara da neutralidade. A Igreja da República Democrática Alemã deve romper resoluta e indistintamente com tôdas as oficinas americanas e inglêsas, mesmo se o seu homem de mão fôr o Kaiser ou o sr. Adenauer. A moral cristã da humanidade é inconciliável com a política de escravização do govêrno Adenauer e com o jugo dos ocupantes americanos, inglêses e franceses da Alemanha ocidental e de Berlim-Oeste. Daí resulta que os representantes da Igreja na Alemanha oriental e no setor democrático de Berlim absolutamente não têm que tomar as suas instruções junto a fôrças que agem no interêsse dos ocupantes americanos".

confissões religiosas, e especialmente os seus chefes, estavam sujeitos a influências estrangeiras, que êstes tinham ligações secretas com a política ocidental e nunca diziam uma só palavra contra esta, ao passo que estavam sempre prontos a acolher as críticas ocidentais formuladas a respeito da República Democrática Alemã e a servir-se delas contra o Govêrno.[14]

Os dirigentes responsáveis afirmavam que a Igreja devia ficar sujeita às "leis especiais em vigor", e que não podia pretender "tratamentos de favor", como os teriam constituído a obtenção de passaportes internacionais, a outorga de facilidades de comunicações entre Berlim e a zona oriental, a dispensa de aviso prévio no tocante aos ofícios sacros e à instrução religiosa (com efeito, há obrigação de prevenir a polícia de tôda reunião projetada), etc. No entanto, nas igrejas situadas na "zona de proteção" (constituída por uma faixa de terra de 500 metros de largura perlongando a fronteira), não se podia celebrar nenhum ofício, e na "zona interdita" (segunda faixa de 5 quilômetros de largura, situada por trás da primeira), não se podia exercer o ministério sem permissão especial. O Bispo de Berlim foi colocado na impossibilidade de ir às comunidades sitas fora dos próprios limites da cidade: a permissão foi-lhe recusada por três vêzes. Para algumas outras localidades, teve-se de renunciar, no último momento, à administração do Sacramento da Confirmação. Grandes dificuldades foram também opostas à celebração do *Katholikentag* que tinha lugar naquele ano (1952) em Berlim.

Para difundir a doutrina marxista-leninista junto aos mestres e educadores da Alemanha oriental, por iniciativa do Instituto Central Alemão de Pedagogia distribuiu-se gratuitamente a uns 80.000 professôres das escolas comunais o número de outubro-novembro de 1952 do boletim do Instituto, consagrado ao estudo do tema: "*Die sittliche Erziehung in der Deutschen Demokratischen Schule*" (A educação moral na escola democrática alemã).[15] A situação de numerosos professôres tornou-se, assim, sempre mais difícil e mais incompatível com os seus deveres de bons cristãos. Pelo fim de 1952, o número dos mestres "depurados" pelas autoridades comunistas atingia a 1.400. Contavam-se perto de 2.000 que voluntàriamente se haviam demitido.[16]

Ao mesmo tempo, as autoridades de Berlim-Leste anunciavam que, a partir de 1º de janeiro de 1953, o Estado não mais se en-

---

14) Cf. *L'Osservatore Romano* de 3 de setembro de 1952.

15) O boletim condenava as leis morais eternas, qualificando-as de "lérias", fruto de uma mentalidade burguesa, e propunha como tema de dissertação o assunto seguinte: "Não há nenhuma lei moral eterna, definitiva, imutável, que esteja acima da história do povo".

16) Cf. *Informationsbüro West*, de 4 de dezembro de 1952.

carregaria da arrecadação das taxas eclesiásticas. Isso significava que, doravante, as Igrejas católica e evangélica deveriam prover por si mesmas a tôdas as suas necessidades.

Os padres católicos e os pastôres protestantes foram submetidos a uma vigilância ainda mais estreita, tanto no exercício do seu ministério como no seu comportamento pessoal. Essa odiosa tarefa foi, de propósito deliberado, confiada aos membros do Partido Cristão-Democrata da zona oriental. [18] Enquanto isso, o Govêrno não deixava de convocar os padres para os diferentes congressos e reuniões "em pró do entendimento e da paz". [19]

Nos primeiros meses de 1953, a situação religiosa piorou ainda. Eis algumas das principais medidas vexatórias a que os católicos foram submetidos nessa época:

1) Colocação sob seqüestro dos bens eclesiásticos cujos proprietários habitavam em Berlim-Oeste ou na República Federal. [20] Só no setor oriental de Berlim, essa disposição atingiu — no que concerne exclusivamente aos católicos — onze edifícios, entre os quais três Institutos importantes: um hospital, um asilo, um orfanato.
2) Ocupação, pelas autoridades governamentais, sob falazes pretextos, da Casa de retiro de Berlim-Biesdorf.
3) Tomada a seu cargo, pelas autoridades comunais de Fürstenwalde, da "direção pedagógica e administrativa" do asilo de Bad-Saarow, e expulsão das Freiras que o dirigiam. [21]
4) Perseguição, no intuito de suprimi-las, contra as Associações de Juventude católicas, consideradas como os adversários mais perigosos do comunismo. A perseguição visou primeiro a associação protestante "*Junge Gemeinde*", e depois englobou a Juventude católica. [22] Organizaram-se primeiramente "exames ideológicos" nas escolas superiores e nas associações de estudantes, a fim de arrancar aos jovens a sua adesão às teses comunistas, depois de lhes explicar prèviamente estas com muita habilidade. Por confissão mesmo dos comunistas, o intuito único

17) Cf. *Berliner Morgenpost,* de 29 de novembro de 1952.
18) Cf. *Informationsbüro West,* de 3 de dezembro de 1952.
19) Cf. *Märkische Union,* de 3 de dezembro de 1952.
20) Cf. *Neues Deutschland,* de 30 de abril de 1953.
21) A operação desenrolou-se segundo o processo próprio a todos os regimes comunistas. No asilo, propriedade da "Caritas" de Berlim, habitavam uma comunidade de Irmãs de Sta. Hedwiges, 130 crianças e o cura, servindo a capela do Instituto também de igreja paroquial. Para se apoderar do imóvel, os comunistas enviaram primeiro uma comissão de contrôle, que visitou meticulosamente todo o edifício, entregando-se a uma verdadeira devassa, e interrogando as pessoas presentes; depois moveram violenta campanha difamatória no periódico *Junge Welt* (órgão da Juventude Alemã Livre); organizaram no local manifestações hostis; finalmente intimou-se às Irmãs a ordem de deixarem os lugares sem demora.
22) Cf., no que concerne às campanhas de propaganda, os jornais comunistas de abril-maio de 1953. O Doutor Dibelius, "Bispo" protestante de Berlim, formulou queixa contra o periódico *Junge Welt,* órgão da Juventude Alemã Livre, a propósito das "contínuas difamações" da "*Junge Gemeinde*".

das escolas superiores devia ser a formação dos futuros funcionários do Estado. Posteriormente o exame ideológico foi generalizado ao conjunto dos estabelecimentos de ensino. A Juventude Alemã Livre declarava-se pronta a fazer tudo para libertar e proteger a juventude contra "a infecção religiosa".

Para amparar os jovens durante essa campanha de que eram alvo, os Ordinários católicos da zona soviética dirigiram uma Carta Pastoral particularmente firme.[23]

5) Limitação do direito de reunião. A polícia devia ser prèviamente informada de tôda reunião que agrupasse mais de cinco pessoas. As reuniões de caráter especìficamente religioso, que se desenrolavam nos locais anexos às igrejas, foram dispensadas dessa formalidade; entretanto, uma circular secreta do Serviço de Segurança do Estado limitava de fato consideràvelmente, e sob pretextos os mais variados, as cerimônias religiosas, até a ponto de reduzi-las aos simples ritos sagrados.

6) Restrições impostas à imprensa. A imprensa católica, já reduzida, foi submetida a novas restrições. O *Tag des Hern*, o único periódico eclesiástico da República Democrática Alemã, conheceu graves dificuldades em razão da insuficiência do papel que lhe era atribuído, e teve de reduzir a sua tiragem de ... 100.000 para 50.000 exemplares. O *Petrusblatt* foi mesmo interditado no setor oriental de Berlim. Definitivamente interditada igualmente a revista *Christophorus*. Se bem que fôsse solicitada repetidas vêzes, a autorização para publicar um periódico eclesiástico para Berlim-Leste e para o Brandenburgo nunca foi concedida.

7) Limitação da atividade da "Caritas". Além dos fatos já referidos a propósito dos edifícios e institutos pertencentes à "Caritas", foram tornadas sempre mais difíceis a distribuição de subsídios e o envio de pacotes. Ademais, em virtude do princípio comunista segundo o qual a infância constitui monopólio de Estado, não mais foi possível organizar as colônias de férias.

8) Medidas contra os eclesiásticos. Numerosos sacerdotes foram condenados a vários anos de prisão. Motivos: "Instigação à sabotagem", "maus tratos infligidos às crianças", "distribuição de livros de oração provenientes das potências ocidentais".

9) Dificuldades de ordem econômica. O auxílio do Estado à Igreja foi reduzido de cêrca de um têrço, enquanto que ao mesmo tempo era tornada mais difícil a cobrança das taxas eclesiásticas. A construção de novos edifícios para uso eclesiástico tornou-se pràticamente impossível, em razão do lento estrangulamento econômico da Igreja, e pelo fato de o Govêrno comunista não fornecer as autorizações necessárias.

---

23) Cf. *Bischoefliches Grusswort an die katholische Jugend*, publicado no *Petrusblatt* sob o título: "Tendes o direito de ser cristãos!", e lido em tôdas as igrejas da República Democrática Alemã a 3 de maio de 1953. A Carta trazia a assinatura dos prelados seguintes: S. Excia. Mons. Guilherme Weskamm, Bispo de Berlim; S. Excia. Mons. Henrique Wienken, Bispo de Misnia; Mons. Fernando Piontek, Vigário Capitular de Goerlitz; S. Excia. Mons. José Freusberg, Auxiliar de Erfurt; Mons. Bernardo Schraeder, Comissário episcopal de Schwerin; e Mons. José Schoenauer, Comissário episcopal de Meiningen. (Cf. *L'Osservatore Romano*, 31 de maio de 1953).

Querendo responder à imprensa alemã, que denunciava a existência de uma verdadeira perseguição na zona oriental [24], o Chefe do Govêrno, Grotewohl, pretendeu demonstrar mais uma vez o contrário: segundo êle, na Alemanha oriental cada um gozava da mais inteira liberdade de pensamento e de culto, tal como o garantia a Constituição. Bem mais, a Igreja beneficiava-se da proteção e do apoio do Estado, visto como o Govêrno dava cada ano 900.000 DM a título de contribuição para a reconstrução das igrejas.

O Dr. Dibelius, Chefe da Igreja Evangélica alemã, respondeu a Grotewohl por uma carta-aberta, na qual afirmava que "infelizmente a luta anti-religiosa existe; basta abrir os olhos para o enxergar". [26]

As relações entre a Igreja e o Estado tornaram-se progressivamente piores do que as que existiam sob o regime nacional-socialista. Impelido não por considerações de princípio, mas por contingências políticas momentâneas (a 17 de junho de 1953, os trabalhadores alemães haviam-se sublevado contra o regime de terror que lavrava em Berlim e na zona soviética), o Govêrno comunista pediu então que negociações fôssem encetadas com os representantes das duas confissões. [27]

E foi a "trégua" de 10 de julho de 1953 que acarretou a abolição de uma parte das medidas restritivas em vigor, e teve como conseqüência direta uma certa atenuação na situação.

Isso não impediu o Vice-Presidente do Conselho e Secretário do Partido Socialista Unificado, Ulbricht, de declarar, pouco depois, ser necessário "formar a juventude numa concepção sistemática, funda-

---

24) Cf. os relatórios publicados pela *K.N.A.* de 13 de abril de 1953 e pelo *Informationsbüro* de 10 de abril de 1953.

25) Cf. *Neue Zeit* de 24 de abril de 1953. Tratava-se de marcos "orientais", isto é, de bem pouca coisa em relação aos 80 milhões de marcos que católicos e protestantes haviam por si mesmos coletado para a reparação dos edifícios sagrados. Ademais, a contribuição governamental era destinada sobretudo aos edifícios classificados como "monumentos históricos".

26) Cf., entre outros, o jornal *Weser-Kurier*, de 29 de abril de 1953.

27) O "Pro-Memoria" dirigido ao Govêrno pelos católicos continha uma enumeração, ilustrada com exemplos, dos diversos pontos que deviam ser objeto de discussão. Era pedido que, nos têrmos dos artigos 9, 12, 41, 42 da Constituição da República Democrática Alemã, e da Nota da U. R. S. S. de 10 de março de 1952, se concedesse:

1) Liberdade de ação à Igreja, em particular no que concerne à instrução religiosa, à assistência religiosa aos doentes dos hospitais, aos detentos das prisões, etc.

2) Liberdade para a formação e destinação dos sacerdotes segundo as exigências da organização diocesana.

3) Liberdade para a formação e informação dos fiéis por meio da imprensa.

4) Liberdade no que concerne aos bens eclesiásticos, com possibilidade de fazer face às necessidades novas pela construção de igrejas, capelas, etc.

mental, político-científica, da cultura, e especialmente das ciências naturais, capaz de obstar às influências reacionárias da Igreja e do clero". [28]

Ao passo que o ano de 1954 se passava sem graves vexames por parte do Govêrno comunista, 1955 apresentou-se sob auspícios novamente muito alarmantes, a ponto de fazer crer que o Govêrno violara deliberadamente a "trégua" do verão de 1953.

A Igreja achou-se recolocada em situação idêntica à que existia antes. [29] Em particular:

1) O Estado atribuía-se de novo com fôrça o monopólio escolar, causando assim graves danos espirituais aos professôres e alunos.
2) Novos entraves foram opostos à construção de igrejas, à cobrança das taxas eclesiásticas, à locomoção dos padres, mormente entre a Alemanha ocidental e oriental.
3) As tentativas de todo gênero (inclusive as ameaças e as pressões sôbre as famílias) repetiram-se, com o intuito de atrair a juventude ao comunismo ateu, o que se produziu, em particular, por ocasião da *Consagração da Juventude*.
4) Pressões de tôda sorte foram exercidas sôbre os padres e sôbre a imprensa católica, a fim de os aliar à política do govêrno, de oposição à unificação européia.
5) Chegou-se mesmo a ameaçar os católicos, com apoio no Partido Cristão-Democrata, de criar por inteiro uma organização eclesiástica independente do Vaticano, no caso de serem ratificados os tratados de Paris. [30] Tentativas nesse sentido reproduziram-se também no ano seguinte, sob forma de sondagens feitas junto aos trabalhadores e empregados, por propagandistas dependentes, muitas vêzes, do Ministério do Interior, com o intuito evidente de provocar a constituição de uma "Igreja nacional", independente de Roma. [31]

A «Jugendweihe» (Consagração da Juventude).

A tensão latente manifestou-se bruscamente em tôda a sua intensidade no início de 1955, em seguida à propaganda oficialmente feita pelo Govêrno em favor da *Jugendweihe*. A partir do mês de abril, devia esta ter lugar pela terceira vez, mas com solenidade maior em tôdas as grandes cidades da Alemanha oriental.

A 13 de novembro de 1954, um Apêlo ao "Comitê central para a consagração da Juventude (*Jugendweihe*) da República Democrática Alemã" fôra publicado na imprensa da zona soviética. Insistia êsse Apêlo sôbre a "diferença fundamental existente entre essa iniciativa e qualquer outra que pudesse ter sido tomada no passado ou recen-

28) Cf. *Die Neue Zeitung*, de 31 de julho de 1953.
29) Cf. as declarações do Bispo de Berlim, Mons. Weskamm, aos representantes da imprensa estrangeira, a 31 de dezembro de 1954, em *Neue Zuercher Zeitung*, de 31 de dezembro de 1954.
30) Cf. *K. N. A.*, de 28 de dezembro de 1954.
31) Cf. *K. N. A.*, de 9 de março de 1954 — *Die Zeit*, de 6 de janeiro de 1955.

temente"; e sôbre a pretensão de ser ela desejada "não por tal ou tal organização ou instituição particular, e sim pelo povo inteiro".

A primeira afirmação não estava longe da verdade, neste sentido que, pela sua iniciativa, e pondo por obra meios ainda mais radicais do que os do nazismo, os comunistas se propunham "impregnar ideològicamente" a alma dos jovens. Citemos por exemplo o programa das 20 lições (Jugendstunden) [32], cujo estudo devia preceder o "rito" da pretensa consagração: lições de "cosmogonia" sôbre a "origem da vida", sôbre "a sociedade humana e a posição da mulher no mundo", etc. [33] A importância do Apêlo também é provada pelos nomes dos seus 23 signatários, todos tomados entre os representantes mais salientes do materialismo ateu nos domínios da ciência (Meusel), da literatura e da arte (Becher, Hermlin, Seghers), e do ensino (Wandel, Laabs, Becher, Dorst). Não faltava nêle nem mesmo o nome de um secretário do Comitê Central do Partido Socialista Unificado, avizinhando-se com o de um padre apóstata.

A *Jugendweihe* era definida no Apêlo como "uma cerimônia solene assinaladora da passagem dos jovens para a vida de adultos... cerimônia que excede de muito longe qualquer outro rito dêsse gênero, inclusive a *Konfirmation*". [34] A alusão a esta cerimônia dos protestantes, — à qual, era dito, a *Jugendweihe* não tinha a intenção de fazer concorrência, — visava evidentemente a prevenir a oposição das Igrejas. Mas a reação foi rápida e inequívoca, tanto do lado protestante como do lado católico. Na sua assembléia de 9 e 10 de dezembro de 1954, o Episcopado católico condenava a *Jugendweihe* como uma "tentativa para coroar, por meio de cursos especiais e de uma solenidade particular, a educação materialista das escolas do Estado". Em conseqüência, a Hierarquia ordenava a leitura, em todo o território da República Democrática Alemã, de uma Carta Pastoral especial sôbre isso.

A reação do Episcopado, tão precisa quanto oportuna, suscitou a cólera do Partido Socialista Unificado, de obediência comunista, o qual, no seu órgão *Neues Deutschland*, acusou a Igreja de "aterrorizar a consciência dos jovens, de arruinar os esforços feitos em mira a chegar a uma coexistência pacífica de todos os cidadãos, e

---

32) Cf. *Themenplan der Jugendstunde* in *Deutsche Lehrerzeitung* (órgão da Escola Democrática Alemã), de 9 de janeiro de 1955.

33) Cf. *K.N.A.*, de 27 de dezembro de 1954.

34) Trata-se, antes, aqui da *Konfirmation* protestante, compromisso solene de fidelidade à fé cristã. A êsse rito religioso o Apêlo referia-se, aliás, uma segunda vez, fazendo observar que "da nova cerimônia, que nada tem que ver com a Konfirmation, podem participar livremente todos os jovens, sem distinção de *Weltanschauung*". Os Chefes de Igreja protestante condenaram, no início de dezembro de 1954, a pseudo-consagração: "Os pais e os jovens devem saber — dizia-se no aviso protestante — que a profissão de fé evangélica é inconciliável com a participação na *Jugendweihe*".

de fornecer uma nova vez pretextos à imprensa belicista ocidental para a sua campanha contra a República Democrática Alemã".[35]

Uma propaganda intensa foi desenvolvida junto aos jovens pelas autoridades comunistas, durante os meses de fevereiro e março, a fim de recrutar entre êles o mor número possível de participantes nos cursos de preparação para a *Jugendweihe.* Devia esta última ter lugar cêrca de dois meses antes do fim do ano escolar para os rapazes que, na idade de 14 anos, deviam deixar as escolas elementares.

A Igreja Católica reagiu ainda uma vez por uma declaração do Bispo de Berlim, a qual foi lida no púlpito em tôdas as igrejas a 6 de março.[36] Nessa Carta, o Bispo assinalava haver protestado contra tôdas as pressões exercidas para fazer os jovens participarem da *Jugendweihe.*[37] Esta última, escrevia êle, está em oposição com a doutrina cristã, e participar dela equivale a renegar a própria fé. A absolvição só poderá ser concedida aos participantes quando houverem subscrito uma retratação solene.

Distribuiu-se como "bíblia" aos jovens que se preparavam para a *Jugendweihe* o livro *Weltall Erde Mensch,* no qual era explicada a concepção materialista do universo e da vida.[38]

A despeito da movimentação de todo o aparelho de propaganda do Estado[39], e apesar da ação empreendida nas escolas junto aos seus condiscípulos pelos membros das células de "Jovens Pioneiros", o êxito encontrado pela *Jugendweihe,* em 1955, junto à juventude

---

35) Cf. o artigo "Un enseignement précis sur la Jugendweihe" em *Neues Deutschland,* de 8 de janeiro de 1955.

36) Cf. *Beilage zum Amtsblatt des Bischoefl. Ordinariates Berlin,* de 1º de fevereiro de 1955.

37) Conhecendo os métodos comunistas, os pais temiam acima de tudo que, realizando-se a *Jugendweihe* dois meses antes do fim do ano escolar, os mestres comunistas levassem em conta, nos exames de fim de ano, a abstenção dos seus alunos dessa "consagração". De seu lado, os mestres não comunistas temiam a sua disponibilidade, e os pais a perda da sua situação quando esta dependia do Estado. Cf. a êste respeito *K.N.A.* de 17 de fevereiro de 1955.

38) Cf. *Weltall Erde Mensch,* Verlag Neues Leben, Berlin, 1954. Êste livro comportava um prefácio do Secretário do Partido Socialista Unificado, Walter Ulbricht, e uma introdução do professor Havemanns. A obra expunha claramente a necessidade de formar os jovens no ateísmo. Partindo da afirmação de que teorias certas tinham sido dadas à humanidade por Marx e Engels, e de que com Lenine e Stalin se havia chegado à aplicação prática dessas teorias, a juventude devia aprender a descobrir no comunismo o futuro da humanidade. Em resumo: aos adolescentes de 14 anos, o materialismo dialético e histórico devia ser tornado familiar com o auxílio de métodos adaptados à sua idade e aos seus estudos. Devia-se "formá-los" em só ver a salvação do mundo no Partido comunista.

39) Os comunistas exigiram a colaboração não só dos funcionários do Partido, mas também dos do Estado, fazendo mui particularmente pressão sôbre os mestres. Êstes, acompanhados e vigiados por um membro do Partido, deviam ir de casa em casa para con-

católica e a uma parte da juventude protestante, foi pouco importante.[40] Muitos jovens em idade de 14 a 25 anos preferiram deixar a zona soviética para se subtraírem ao rito comunista.[41]

Ante o insucesso do seu "sucedâneo" religioso, os promotores da *Jugendweihe* não souberam reagir de outro modo que formulando contra a Igreja as habituais acusações de intransigência e de pressão moral sôbre as consciências dos jovens, e declarando por intermédio do seu Comitê Central: "Só teremos descanso no dia em que fôr constituída uma frente estável dos partidários da *Jugendweihe*".

Foi por isso que, desde o fim de maio de 1955, o Partido Socialista Unificado pôs-se a elaborar vastos planos para a "Consagração da Juventude" do ano seguinte. Em vez de se proceder à dissolução dos Comitês locais precedentemente estabelecidos, multiplicaram-se êstes. Por outro lado, decidia-se aumentar o número daquilo a que se chamava "as horas de preparação da juventude", e torná-las mais concretas e mais atraentes. Além disto, em fins de maio de 1955 o Comitê central anunciou que as próximas "horas de preparação" recomeçariam desde outubro (portanto logo no início do ano escolar, e não mais a dois meses do seu encerramento), e teriam lugar tôda semana. Convencionou-se que em 1956 as consagrações teriam um caráter ainda mais assinalado, permitindo distingui-las nìtidamente de tôdas as outras manifestações do culto ou puramente culturais.

A Situação Religiosa no Fim do Primeiro Semestre de 1956.

O ano de 1956 abriu-se por uma ofensiva de grande envergadura lançada pelo Comitê Central da Juventude Comunista contra a santificação do domingo e das festas religiosas. Foi decidido que todos os dirigentes e militantes da Associação deveriam manter-se à disposição desta ao menos dois domingos por mês, e que as Sedes da Juventude comunista, os círculos de jovens, os locais reservados à juventude nas fábricas e nos estaleiros, os estabelecimentos esportivos seriam abertos no domingo, mas ficariam fechados todos os outros dias. Tudo isto visava evidentemente a impedir os jovens de assistirem à missa e aos ofícios da noite.[42]

O Govêrno da República Democrática Alemã continua a multiplicar os óbices para vedar a entrada do seu território aos bispos cuja sede residencial está situada na Alemanha ocidental.

No que concerne à instrução religiosa, enquanto ainda se con-

---

vencerem os pais, e esforçar-se, na sua propaganda, por deixar intencionalmente na sombra o aspecto ideológico, e pôr em relêvo o lado econômico e nacional.

40) Cf. *K.N.A.*, números 31, 42, 43, 93, 98, fevereiro-abril de 1955.

41) De acôrdo com as avaliações do capelão do campo de refugiados de Marienfeld, o número dêles chegava, em 25 de abril de 1955, a 4.665 moços e 1.973 môças.

42) Cf. *K.N.A.* de 19 de janeiro de 1956.

segue dá-la uma hora por semana aos alunos das escolas elementares (naturalmente fora das horas de aula), a situação é gravíssima para todos os que — e são os mais numerosos e aos mais inteligentes, — uma vez terminados os seus estudos elementares, são acolhidos nos institutos profissionais do Estado, onde o sacerdote não pode penetrar, e onde, pelo contrário, é intensa a propaganda ateísta e política.

Quanto aos alunos das escolas superiores, que as mais das vêzes têm de ir às escolas do Estado situadas longe do seu domicílio, e por êste fato tornam a entrar tardíssimo em casa, só com muitas dificuldades se consegue fazê-los seguir cursos de instrução religiosa. Conseguem assim os comunistas atingir a meta que se fixaram: ter amanhã uma classe culta, católica de nome, mas, de fato, ignorante no plano religioso.

As medidas de repressão permanecem em vigor no domínio da imprensa [43], da assistência religiosa [44], da propriedade eclesiástica. [45] Essa atitude hostil do Estado concerne naturalmente não só à Igreja Católica, mas também às outras confissões religiosas.

Qual será o futuro dessa Igreja que, há treze anos, se acha assim em estado de luta aberta com um regime materialista? Se o clero tem ficado incrìvelmente firme apesar de tôdas as dificuldades, êsses treze anos de pressões, de vexames, de chantagem, constituem grave ameaça para o conjunto dos fiéis, mesmo para aquêles cuja fé é mais sólida. E, como se sabe, ai!, é com o fator tempo que os comunistas contam para chegar aos seus fins.

Numerosíssimos são os católicos (mesmo entre os meninos e os jovens) que persistem resolvidos a, não importa que esfôrço ou sacrifício, ficarem fiéis à Igreja. Desgraçadamente, êsse número diminui sem cessar, quer pelo fato de as famílias mais crentes emigrarem para a Alemanha ocidental, quer porque os funcionários e todos os que trabalham nos sectores público e particular estão de fato à mercê do Estado para ganharem o seu pão de cada dia.

A Igreja Católica olha com apreensão para o futuro, pois a política religiosa das autoridades comunistas, apesar das notícias tranqüilizadoras que de vez em quando a imprensa governamental se apressa a difundir, não só não foi modificado, como também não deixa pressagiar nada de bom para os dias vindouros.

---

43) Por exemplo, em março de 1956, o boletim eclesiástico de Berlim-Leste *St-Hedwigsbllatt* foi apreendido, por publicar a Carta Pastoral coletiva da Quaresma, do Episcopado alemão, contra o materialismo dialético.

44) Nas instituições de Estado para velhos e crianças, os ofícios religiosos continuam a ser proibidos.

45) Assim é que não foi possível sancionar, pelos atos legais de uso, as aquisições de bens efetuadas para fins eclesiásticos, e assim é que a importação dos materiais de construção necessários não foi autorizada.

14

A PROPAGANDA DO EQUÍVOCO

Na nova orientação da política internacional soviética, que data pouco mais ou menos das depurações consecutivas à morte de Stalin, é com insistência que a propaganda comunista tem procurado acentuar a possibilidade de "coexistência" entre os regimes comunistas e a religião. O aparelho de propaganda dos partidos comunistas dos diversos países, traindo por isso mesmo uma unidade de diretrizes, tem insistido, com obstinação significativa e de maneira particular, sôbre o fato de poder o catolicismo coexistir com o comunismo; se isso ainda se não verificou, a culpa não cabe aos governos de democracia popular, que têm dado provas abundantes e inequívocas da sua vontade de "atenuação".

Um novo alimento foi dado a essa propaganda por ocasião do XXº Congresso do Partido Comunista Soviético, pelas declarações de Nikita Khrouchtchev sôbre a coexistência pacífica, a desestalinização, a instauração de uma "direção colegiada", a abolição do "culto da personalidade", etc.

E assim é que, nos países ocidentais, certa imprensa foi induzida a pôr em relêvo o tema da "coexistência possível". Chegou-se até a falar da possibilidade de "acordos", de "aberturas", de "colóquios", de "diálogos", de "normalização das relações" entre as comunidades católicas de um lado e os regimes comunistas de outro lado, e portanto da possibilidade de um "modus vivendi", quando não fôr mui simplesmente de concordatas. O próprio fato de se haver a opinião pública ocidental interessado a êsse ponto pela discussão de um *leitmotiv* caro à propaganda soviética dêstes dois últimos anos marcou um primeiro ponto em favor desta.

Os argumentos que têm servido — e ainda servem — de base à propaganda comunista e aos que, consciente ou inconscientemente, lhe fazem eco, são de duas ordens: política e religiosa.

Do ponto de vista *religioso*, repete-se que nos países em questão reina a paz religiosa, que para os cristãos e para os católicos a liberdade é plena e inteira, que os atritos do passado — devidos a motivos não religiosos, mas políticos — não têm razão nenhuma para se renovarem, dado que a justiça popular já agora eliminou os "reacionários, capitalistas, imperialistas, fautores de guerra e traidores" que eram achados no clero. Mesmo em regime comunista, pode haver liberdade religiosa, desde que o queiram os católicos. Os governos "do povo" têm dado provas indubitáveis da sua vontade de "atenuação"; as bases desta já agora estão assentes, e os fatos

aí estão para o demonstrar; cabe agora aos católicos, e sobretudo ao "Vaticano", tirar-lhes as conseqüências e mostrar se são ou não pessoas de "boa-vontade". Deve cada um assumir — e está aqui a substância da propaganda comunista — as suas próprias responsabilidades.

Para demonstrar a vontade de "atenuação" do lado comunista, tôdas as ocasiões foram boas. Citemos alguns exemplos apenas, escolhidos entre os que mais explorados têm sido:

— a sagração de dois bispos na Lituânia;

— a viagem à U. R. S. S., em dezembro de 1955, de um sacerdote, reitor da Faculdade de Teologia de Graz. O viajante foi recebido em Moscou pelo Secretário do Soviet para os negócios das comunidades não-ortodoxas, e pelo próprio Mikoyan;

— as medidas de "clemência" que se têm usado a respeito de alguns bispos encarcerados, notadamente do Cardeal Mindszenty, Primaz da Hungria, e do Arcebispo de Kalocsa, S. Excia. Mons. Grösz;

— as declarações de alguns bispos de países de além da cortina de ferro, particularmente do prelado lituano Mazelis e de Mons. Picha (de 87 anos de idade), Bispo de Hradek-Kralové, na Tchecoslováquia;

— a viagem a Roma de dois enviados dos progressistas poloneses (maio de 1956), a fim de "estabelecerem contactos para melhorar as condições de existência da Igreja Católica na República Popular";

— o encontro entre o Núncio Apostólico na Itália e o Encarregado de Negócios soviético, em agôsto de 1956, para a entrega de dois documentos da parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros soviético;

— os comentários soviéticos que sublinham a "convergência das posições", sôbre alguns problemas internacionais, entre o ensino de Pio XII e as diretrizes de Moscou, como foi o caso com a Radiomensagem do Natal de 1955.

Apesar dos desmentidos que repetidas vêzes foram dados — de fonte autorizada — a propósito dos pretensos gestos de atenuação [1],

---

1) *L'Osservatore Romano*, a cada nova especulação de propaganda, não tem deixado de fazer um ajuste dos acontecimentos. Assim, quanto à viagem à U. R. S. S. do reitor da faculdade de teologia de Graz, foi lembrado que se tratava de uma iniciativa particular e pessoal. Quanto aos atos de "clemência", foi observado que êstes não reparavam as violências judiciárias e policiais que haviam redundado na condenação de cardeais, arcebispos, bispos e sacerdotes, culpados sòmente de terem ficado fiéis à sua missão. A amenização da sorte de alguns projetou uma luz ainda mais triste sôbre a opressão que pesa sempre sôbre milhares de outros. Só dois dos bispos "libertados" puderam retomar posse da sua Sé; para os outros, trata-se de uma pretensa liberdade, dado serem êles sempre internados ou colocados em residência forçada, sob a vigilância da polícia, longe da sua diocese. A propósito da especulação tentada a res-

a propaganda comunista não deixou de tirar proveito dêstes no interior e no estrangeiro, ajudando-se mesmo, neste último caso, com fotos que mostravam igrejas repletas, procissões públicas, e também prelados ao lado de dirigentes do Partido ou de ministros.

Pode-se, pois, julgar da importância que a política de atenuação representa para a propaganda comunista. Quando a organização eclesiástica pôde ser inteiramente subordinada ao Estado, quando fermentos de discórdia e de verdadeira heresia se insinuaram por entre os próprios católicos, a Igreja — segundo a teoria marxista — está destinada a soçobrar e a perecer em lutas intestinas. Então — enquanto se processa essa lenta desagregação — nada impede de instaurar uma "política de atenuação", ou de "coexistência": esta não fará senão facilitar o contrôle do Estado ateu sôbre os últimos defensores da "superstição".

Em compensação, muito menos explicável é ver não-comunistas — e, entre êles, católicos — considerarem que já se não podem ignorar os espetaculares avanços dos comunistas. Segundo êles, impõe-se uma revisão da política passada, tendo como corolário a possibilidade de uma coexistência pacífica; com efeito, as conjunturas presentes consagram, ao lado de uma nova orientação da política da U. R. S. S., uma estabilização econômica e social da Europa oriental.

A êsses partidários ocidentais de um reajustamento da atitude dos católicos a respeito do comunismo têm-se juntado alguns intelectuais católicos, que nos países de obediência marxista se declaram *progressistas*, e que fazem questão de fazer saber que, no fundo, o comunismo em construção no seu país não passa de uma espécie de cristianismo prático próximo, se não na letra ao menos no espírito, do cristianismo.

---

peito da sagração de dois bispos lituanos, o jornal do Vaticano lembrava que, quando o comunismo percebe que não lhe é possível destruir a religião por um simples decreto, mas que só se pode esperar o fim dela pela usura, consente às vêzes em que as "sobrevivências" católicas tenham os seus bispos. No que concerne às "convergências" entre o ensino de Pio XII e as diretrizes internacionais da U. R. S. S., elas só são "descobertas" agora, ao passo que êsse ensino foi escarnecido quando o Sumo Pontífice falou de paz em ocasiões menos equívocas. As declarações atribuídas a bispos dos países de além da cortina de ferro gozam do mesmo crédito que tornou famosas as auto-acusações de chefes comunistas traduzidos em justiça, e agora reabilitados. Enfim, o encontro com o Núncio Apostólico na Itália foi procurado e provocado pelo Encarregado de Negócios soviético, e limitou-se à entrega de documentos já publicados pela imprensa e comunicados a todos os outros membros do Corpo Diplomático. O próprio Núncio apressou-se a desmentir as deduções injustificadas que a propaganda comunista procurou tirar dêsse encontro. E' de notar que se quis deliberadamente confundir o Estado da Cidade do Vaticano com a Santa Sé, porque não se podia dizer que a U. R. S. S. dera mostra de qualquer atenção para com a Igreja Católica e para com o seu Chefe.

Outros católicos partem de considerações "práticas", isto é, da idéia de que o comunismo é um fenômeno de alguma sorte inevitável: o "fato comunista" aí está, inegável; mister se faz tomar conhecimento dêle e compor-se com êle, sob pena de comprometer tudo. Tanto mais quanto — se lhes dermos crédito — o comunisno oferece hoje a possibilidade de salvar o que pode ser salvo.

Outros católicos, enfim, esquecendo-se daquilo que é a própria essência do comunismo, deixam-se levar a esperar um problemático arrependimento dos seus adeptos, contentando-se por enquanto com um ou outro dos gestos de "atenuação" acima enumerados.

Não faltam pessoas que não tenham hesitado em acusar de "intransigência deslocada" os que, a propósito da coexistência, têm querido pôr em luz a oposição inconciliável que existe entre o marxismo e o cristianismo. Aos católicos e ao Episcopado de certos países que haviam alertado os fiéis contra a propaganda comunista de uma atenuação equívoca, tem-se mesmo censurado uma fundamental e injustificável desconfiança a respeito das possibilidades de uma redenção do comunismo.

A todos os que preconizam, se não uma aproximação "ideológica" entre o marxisto-leninismo e o catolicismo, ao menos um "*modus vivendi*" prático, pode-se afirmar que, enquanto persistirem em vigor as condições de existência impostas à Igreja Católica nas democracias populares, êsse "modus vivendi" só poderia, de fato, constituir uma *rendição incondicional* da Igreja às exigências do comunismo.

Efetivamente, não se pode esquecer que, a despeito dos gestos de atenuação:

— o marxismo-leninismo, mesmo com a nova direção "colegiada", permanece imutável nas suas concepções materialistas e no seu ateísmo militante, segundo os quais a "coexistência" é admitida ùnicamente a título de "período transitório";

— o sistema e a ideologia comunistas não oferecem garantia alguma a respeito da duração da "reviravolta" que hoje em dia se faz gôsto em exaltar;

— a Igreja continua a ser oprimida, limitada no seu magistério e no seu ministério, afastada da vida prática dos homens, sem que lhe haja sido restituída uma só das suas atividades essenciais (apostolado religioso, imprensa, educação da juventude, atividades sociais, obras de beneficência);

— a Igreja pode apenas assegurar o *exercício do culto* sob um contrôle severo e no limite de leis rigorosas que a Administração comunista pode interpretar a seu talante [2];

---

2) *L'Osservatore Romano* fazia oportunamente notar a êsse respeito que em certos países essas limitações à liberdade da Igreja poderão ser menos graves do que noutros; sòmente, isto não depende da vontade dos comunistas, e sim da firmeza da consciência cristã

— *a liberdade do culto* — por vêzes teórica, pelos motivos antes citados — continua a ser sinônimo de *liberdade religiosa* para a legislação e para a propaganda comunistas. Aliás, ela só é concedida à custa de uma adesão exterior ao regime político comunista;

— o govêrno de numerosas dioceses é confiado, não aos bispos legítimos, mas a alguns sacerdotes, pouco numerosos na verdade, cujo concurso os comunistas se asseguraram por todos os meios possíveis;

— mesmo se libertassem todos os bispos e todos os sacerdotes atualmente em prisão, mas continuassem a lhes vedar o exercício do seu ministério, os comunistas seriam bem sucedidos no golpe duplo de se mostrarem generosos, mas tendo cuidado de que a Igreja perseguida não possa avançar um passo no caminho da liberdade.

Acabamos de ver que, na prática, o comunismo persiste fiel à sua concepção materialista do mundo. A êste propósito, convém lembrar o risco passado na propaganda anti-religiosa pelo Comitê Central do Partido Comunista soviético, na famosa *Resolução* de novembro de 1954, assinada pelo Secretário do Partido, Krouchtchev. Foi o sinal da "atenuação" e das "concessões" táticas, mas o substrato intrìnsecamente ateu do comunismo foi reafirmado uma vez mais, e com maior firmeza ainda do que no passado.

A Resolução começava reconhecendo que tinham sido cometidos "sérios erros" da parte dos militantes do "Agit-Prop" e de certos membros demasiadamente zelosos do Partido. Os propagandistas — era dito na Resolução — foram mal escolhidos; muitos dêles, no entender de Krouchtchev, eram desprovidos de tôda cultura anti-religiosa verdadeira, e a documentação dêles limitava-se, na matéria, a "estúpidas anedotas sôbre o clero".

A Resolução prosseguia:

"Uma propaganda cientìficamente atéia, posta em obra profunda e pacientemente, e judiciosamente utilizada entre os fiéis, conseguirá finalmente libertá-los dos seus erros religiosos. Ao contrário, tôda medida administrativa ou tôda ofensiva ilegal contra os crentes e o clero saldar-se-á ùnicamente por um fracasso, e reforçará, em definitivo, os preconceitos religiosos dêles... O Comitê Central repete que a propaganda científica atéia deverá ser fundada na explicação dos fenômenos mais importantes da vida, da natureza e da sociedade... e nas conquistas da ciência que confirmam a validade das teses materialistas sôbre o desenvolvimento da natureza e da sociedade". [3]

Portanto, a luta contra a religião deveria, dessarte, desenvolver-se segundo diretrizes rigorosamente científicas e segundo uma tática

---

do povo fiel inteiro. Quando a resistência moral de milhões de católicos — prosseguia êsse jornal — se revela mais forte, ao menos na hora, do que a vontade adversa, o comunismo atribui-se, para a propaganda exterior, o mérito daquilo que na realidade é um fracasso.

3) *Pravda,* 11 de novembro de 1954.

de *maleabilidade.*[4] O que significa que, no fundo, na origem da "atenuação" religiosa não há senão um requinte da luta anti-religiosa.

Ainda mais explícito foi Krouchtchev, a 22 de setembro de 1955, quando afirmava:

"Cada cidadão pode comportar-se, em relação à religião, como melhor lhe aprouver; professar a fé que quiser; freqüentar as suas igrejas... Todavia, isto não significa que os comunistas tenham modificado a sua atitude fundamental em relação à religião. Nós cremos, como antes, que a religião é "o ópio do povo" e que, quanto maior fôr o número dos que estiverem desintoxicados dêsse ópio, tanto melhor será isso para o progresso. Sòmente, achamos que é preciso agir com persuasão e recorrendo à razão".[5]

Após a Resolução de novembro de 1954 e as declarações de setembro de 1955, a situação estabilizou-se nesse sentido, e Krouchtchev não fêz menção da luta anti-religiosa no seu amplo relatório ao XX° Congresso do Partido. De uma parte, o Estado soviético repete que não pretende imiscuir-se nos negócios religiosos (que são negócios privados) dos cidadãos e do clero, enquanto êstes conservarem uma atitude leal para com o Regime; de outra parte, deu-se uma feição mais sistemática e mais rigorosamente científica à propaganda anti-religiosa. O grito de guerra comunista contra a religião: "O Partido não admite neutralidade em matéria religiosa", continua a ser incansàvelmente repetido.

Em conseqüência, as diretrizes a que desde então êles se hão rigorosamente adstrito têm sido:

1) a luta contra a religião é coisa difícil; para ser eficaz, deve tornar-se mais concreta, mais sistemática e menos formal;

2) a luta deverá ser movida por tôda a *intelligentsia* soviética (médicos, biologistas, químicos, físicos, astrônomos, filósofos, artistas, etnógrafos, etc.), e não mais sòmente pelos "especialistas do ateísmo" e pelos seus jornais e revistas.

Para terminar sôbre a "coexistência" proposta à Igreja e aos católicos, convirá notar finalmente que:

1) Em matéria de religião, a instauração de uma política de

---

4) A interpretação do Comitê Central do Partido Comunista soviético fêz naturalmente autoridade para o encaminhamento da "nova" propaganda anti-religiosa nos outros países. Em tôda parte foram reconhecidos "erros" de método e foram dadas novas diretrizes. Poder-se-iam citar inúmeros excertos da imprensa comunista de cada país, tanto na Bulgária (*Otecsteven Front*), como na Hungria (*Gyoer Sopronmegyei*), na U. R. S. S. (*Pravda*: artigo intitulado "A grande fôrça do ateísmo científico como concepção do mundo", no número de 30 de junho de 1955; e *Kommounist*), na Alemanha (*Neues Deutschland*), na Iugoslávia (*Borba* e *Politika*), na Tchecoslováquia (*Rudé Pravo* e *Lidova demokracie*).

5) *Russkie Novosti,* 30 de setembro de 1955.

"atenuação" não depende do catolicismo e da Igreja, mas ùnicamente daquele que quis a "tensão".

2) O caráter inconciliável do comunismo com o catolicismo não depende, na realidade, de fatôres econômicos, sociais ou políticos (por outros têrmos, de fato de permanecer a Igreja apegada a uma ideologia obsoleta), mas sim da fundamental antítese formulada pelos doutrinadores do marxismo e mantida com inflexível intransigência pelos que agem consoante essas normas "científicas".[6] Por outras palavras, uma autêntica coexistência só poderá ser encarada no dia em que o comunismo renunciar ao ateísmo materialista e às paixões anti-religiosas que dêste decorrem. Mas então êle já não será mais o comunismo no sentido marxista-leninista do têrmo.

3) A condição prévia de uma verdadeira "atenuação" não reside em alguns "gestos" espetaculares, e sim no fato de restituir à Igreja a liberdade, e de lhe reconhecer aquêles direitos fundamentais que hoje lhe são negados. Para isso, cumpre ab-rogar as leis que, há anos, lhe paralisam tôdas as atividades não estritamente culturais, e pôr fim ao perpétuo recurso à violência física e à coação moral.

4) A menos que o comunismo esteja a pique de rever, modificar ou abandonar a sua ideologia própria, isto é, em definitivo, que esteja pronto a renunciar a ser o marxismo-leninismo[7], lícito é pensar que, promovendo-se uma política de coexistência e de atenuação, nenhuma outra coisa se pretende senão tentar induzir a "massa" católica, senão a própria Igreja, a aceitar um fato consumado, e consumado de maneira a mais brutal.

Por enquanto, pode-se apenas consignar com Pio XII:

"... A Igreja Católica, há dezenas de anos, e especialmente durante os últimos dez anos, sofre uma perseguição das mais graves, e, de qualquer modo, a mais perigosa que já conheceu".[8]

---

6) *L'Osservatore Romano*, 14 de dezembro de 1955.

7) Um artigo de fundo do *Neues Deutschland* afirmava, a êsse propósito, a 24 de junho de 1956: "A coexistência pacífica de modo algum significa que a ciência renunciará a se opor à superstição, ou que o marxismo-leninismo já não terá que refutar as teorias econômicas burguesas, ou que não mais deveremos defender as posições do nosso Partido no domínio da política cultural. O que nos interessa é a coexistência pacífica entre os Estados, mas falar de coexistência entre as ideologias não tem sentido".

8) Mensagem aos católicos alemães, por ocasião do *Katholikentag* de agôsto de 1956.

POSFÁCIO

POSFACIO

Enquanto a presente reedição desta obra já estava no prelo, trágicos acontecimentos vieram mais uma vez revelar ao mundo a verdadeira fisionomia do comunismo e as terríveis, impiedosas conseqüências da doutrina marxista-leninista. A negação dos direitos espirituais, morais e cívicos da pessoa humana, e das legítimas aspirações dos povos, negação que lavra nos países de obediência marxista — e que êste livro quis contribuir para fazer conhecer, retraçando a história da perseguição religiosa — recebe uma confirmação nova com a sangüinária repressão da revolta húngara contra o jugo comunista.

Verdadeiramente luminosas inculcaram-se nessa dolorosa conjuntura as palavras de Pio XI, que, na Encíclica "*Divini Redemptoris*", de 1937, relembrando os horrores do comunismo, escrevia:

"Não se pode dizer que tais atrocidades sejam um fenômeno transitório que acompanha habitualmente as grandes revoluções...; não: *são os frutos naturais do sistema*".

Não está no nosso propósito focalizar a terrível lição que, sob o aspecto político e social, pode tirar-se dos acontecimentos que vão dos motins de Varsóvia à intervenção soviética na Hungria. Êsses acontecimentos revelaram ao mundo — se é que era necessário — o que souberam dar aos povos dez anos de dominação comunista: miséria, opressão, ilegalidade, humilhação, desespêro, ao lado da impossibilidade de uma evolução liberal nos regimes de além da cortina de ferro. Onde quer que não há liberdade, a opressão já não conhece limites.

Contentar-nos-emos aqui com fazer um breve apanhado histórico dos fatos ocorridos desde o mês de agôsto de 1956 até julho de 1957, para pormos em dia a informação dêste livro.

* * *

Ucrânia.

Depois do Congresso do Partido Comunista Soviético em fevereiro de 1956, notável por causa dor discurso anti-stalinista de Krouchtchev, pareceu como se o regime ateu moscovita houvesse assumido atitude mais liberal para com a Igreja Católica na *Ucrânia*.

Muitos sacerdotes ucranianos condenados a trabalhos forçados na Sibéria tiveram permissão de voltar para casa. Estavam, no entanto, estritamente proibidos de exercer em público o seu ministério pastoral. Entre êsses que tiveram permissão de voltar estavam dois bispos: Mons. *João Latyszewskyj*, ex-Bispo-Auxiliar de Stanislav, e Mons. *Nicolau Czarneckyj*, Visitador Apostólico para Volynia. Consoante informações recentes, o Metropolita Mons. *José Slipyj* ainda está na Sibéria. Só em dezembro de 1956 foi que se soube da morte, em Karaganda, Sibéria, a 6 de outubro de 1949, de Mons. *Niceta Budka*, Bispo-Auxiliar de Lvov.

Foi difícil, para êsses que voltaram da Sibéria, obter permissão para residir em qualquer distrito e achar trabalho pelo qual pudessem ganhar a vida. Isto foi devido em grande parte à hostilidade da hierarquia ortodoxa, que começou por protestar perante o Govêrno central contra a volta dos sacerdotes católicos. Mais recentemente, a hierarquia ortodoxa, aproveitando-se dos acontecimentos na Hungria e da simpatia mostrada pelo povo da Ucrânia para com os insurretos húngaros, assumiu uma atitude mais aberta e se opôs pùblicamente à volta dos sacerdotes católicos. Como razão para essa atitude, afirmavam êles que essa volta constituía um perigo público não só para a Igreja Ortodoxa como também para a segurança da União Soviética, de vez que aquêles sacerdotes, sempre a serviço do Vaticano e dos imperialistas americanos, estavam preparando o terreno para uma rebelião dos elementos nacionalistas burgueses na Ucrânia.

Como resultado dessa agitação, o Govêrno apreendeu, de todos os sacerdotes regressados da Sibéria, os seus papéis pessoais e certificados de libertação dos campos de concentração. Por causa disto, foram êsses sacerdotes forçados a deixar a Ucrânia, e isto invariàvelmente significava serem êles novamente deportados para a Sibéria. E' sabido com certeza que dessarte muitos foram novamente enviados para a Sibéria, e com êles foram deportados milhares de fiéis. De fato, acredita-se, com base em boa autoridade, que, no momento, um têrço da população católica da Ucrânia está na Sibéria. O período de "relações menos tensas" como parte do *degêlo* anti-stalinista passou, e a perseguição começou outra vez com maior violência contra os católicos de rito bizantino-eslavo ainda deixados na Ucrânia. Embora o Govêrno comunista tenha forçado a juventude de ambos os sexos a se alistar no *Komsomol* (União Comunista da Juventude), e embora por todos os meios ao seu alcance tenha promovido durante doze anos uma intensa propaganda ateísta, recentes informações fidedignas provenientes da Ucrânia afirmam que a juventude não está ali inteiramente perdida para a Igreja Católica e para a causa da civilização.

A propaganda ortodoxa, na qual é fácil reconhecer um primeiro passo na direção do ateísmo do Estado, não tem sido mais bem sucedida entre a juventude católica.

O fato de haverem os comunistas pôsto de lado a política de "atenuação" e terem iniciado uma nova era de perseguição religiosa deve ser atribuída ao heroísmo de muitos católicos ucranianos e a certas manifestações corajosas da sua fé, particularmente da parte da mocidade da Ucrânia.

* * *

Tchecoslováquia.

Em meados de outubro de 1956, de fonte oficial, anunciava-se na *Tchecoslováquia* que dois "altos dignitários" da Igreja Católica tinham sido agraciados e repostos em "liberdade". Tratava-se de S. Excia. Mons. João Vojtassak, "ex-bispo" de Spis, — segundo o comunicado do Govêrno, — e de S. Excia. Mons. Miguel Buzalka, Bispo-Auxiliar da Administração Apostólica de Trnava. Os dois prelados eram transferidos para uma localidade não precisada da Eslováquia; "hóspedes" de uma casa de "Caritas", era-lhes concedida permissão para "se locomoverem livremente através do país", mas não para reentrarem nas suas dioceses respectivas.

Êsse ato de "clemência" fazia parte das "intenções de atenuação" dos comunistas de Praga, para fins exclusivos de propaganda. De fato, essa medida fazia seqüência à deportação, ocorrida em agôsto e setembro de 1956, das religiosas enfermeiras ainda adidas aos hospitais nacionalizados. Aliás, não se permitia a Mons. Vojtassak reassumir o govêrno da sua diocese em lugar do Vigário Capitular nela colocado pelo Departamento dos Cultos; enfim, o ato de "clemência" não se estendia ao terceiro condenado do processo de janeiro de 1951: S. Excia. Mons. Gojdic, Bispo da diocese de rito oriental de Présov. Com efeito, se nas "democracias populares" os católicos de rito latino têm a "liberdade" de deixar-se sufocar gradualmente, os de rito oriental têm só o dever de passar para o cisma.

A 12 de novembro de 1956, o Bispo de Hradec-Kralové, Mons. *Maurício Picha*, de 87 anos de idade, morreu. Estava livre nesse tempo, mas a sua "liberdade" era mais aparente do que real, visto que as "autoridades competentes" lhe haviam impôsto um Vigário Geral da própria escolha delas. O sucessor de Mons. *Picha* como administrador da sé vacante, nomeado pela suprema autoridade eclesiástica, teria sido Mons. *Carlos Otcenasek*, Bispo titular de Quersoneso, em Creta. Mas as autoridades governamentais tinham previsto isso muito tempo antes, e removeram o novo bispo, de apenas 37 anos de idade, para destino desconhecido. Ali ficou êle detido (março de 1957).

Na Tchecoslováquia, mais completamente do que em outros países controlados pelos comunistas, a organização externa da Igreja continua sendo oprimida. A jurisdição eclesiástica é contìnuamente limitada pela burocracia do Estado, que incessantemente proclama a separação entre a Igreja e o Estado, e insiste em que a religião é assunto particular do cidadão.

A inteira liberdade de culto que, de acôrdo com a propaganda comunista, existe na Tchecoslováquia, de fato não passa de liberdade de culto nas igrejas, porquanto o sacerdote, no exercício do seu ministério, deve restringir-se à administração dos sacramentos e a ministrar instrução religiosa muito limitada. Se êle é zeloso, se tem influência junto aos fiéis, torna-se suspeito e está em perigo sério.

A vigilância da polícia e do Partido continua. A interferência das autoridades civis e políticas é tal, que os Ordinários e os curas não são livres nem sequer de fixar as horas para as missas. Estas devem ser fixadas de acôrdo com as reais ou supostas exigências do trabalho pretenso voluntário, mas na realidade obrigatório.

No verão de 1946, na atmosfera de "relaxamento de tensão", a liberdade foi oferecida a muitos religiosos ainda mantidos nos "mosteiros de concentração", desde que êles se comprometessem a não usar o hábito religioso e a não se manter em contacto com seus superiores. Quase todos recusaram, e ficaram nos lugares de concentração. Mais ou menos pelo mesmo tempo (julho de 1956, alguns religiosos — Salesianos e Jesuítas — foram processados secretamente e sentenciados a várias penalidades. O seu crime era terem fugido, algum tempo antes, de um mosteiro de concentração e exercido secretamente o seu ministério sacerdotal. Foram torturados, mas não perderam a sua calma e dignidade perante os seus juízes. Um dos acusados, o superior provincial de uma Ordem religiosa na Eslováquia, declarou que só êle, como superior, era responsável pelos atos dos seus subordinados. Essa declaração resultou numa penalidade mais severa para êle, mas não salvou os outros.

O materialismo marxista continua a ser a base da educação em tôdas as escolas. Na educação primária, até o quarto grau, a instrução religiosa ainda é ministrada. Mas, de acôrdo com um novo regulamento, deve isso ser pedido por *ambos os pais*. Anteriormente, a assinatura de um só dos pais era suficiente. O espírito do novo regulamento será claro para quem quer que considere a posição, entre os seus companheiros de trabalho, do pai de família que pede tal instrução para seus filhos. [1]

* * *

1) Em fins de junho de 1957, *Rudé Pravo* anunciava a detenção, e — alguns dias mais tarde — a condenação, a vários prazos de prisão, de um grupo de padres Salesianos, acusados de "atividade ilegal" e de espionagem em favor de uma "potência estran-

Polônia.

A 28 de outubro de 1956 era anunciada a libertação do Cardeal Wyszynski, Arcebispo de Gniezno e Varsóvia, Primaz da *Polônia.* As autoridades de Varsóvia quiseram, por êsse gesto, depois dos motins que haviam perturbado a vida do país, exonerar-se das graves responsabilidades que os seus predecessores haviam assumido pelo fato de violência de 26 de setembro de 1953, e assim atrair a si o favor da população católica.

O próprio Cardeal informou disso Sua Santidade Pio XII por um telegrama, ao qual o Papa logo respondeu desejando que o acontecimento trouxesse à Polônia aquela paz "que se funda na justiça, na caridade e na *liberdade* devida à Igreja".

O rádio de Varsóvia assim comentava a notícia, pela bôca do porta-voz do regime comunista, Michalski:

"A volta do Primaz não infirma o que há um ano vimos dizendo, a saber: que a Igreja também gozou durante êsse período (da opressão staliniana) da liberdade de culto; não era uma liberdade ilimitada, mas era, mesmo assim, uma liberdade. Os católicos se opunham ao afastamento do Primaz da vida, pública; a decisão de isolar o Cardeal pertence ao período staliniano na política do nosso país. A volta do Primaz é uma prova de que êsse período findou e de que, ao menos no setor Igreja-Estado, se volta à discussão bilateral das questões controversas.

Não quer isto dizer que essas questões não existam, e, ainda menos, que a Igreja poderá doravante participar da vida política. A separação entre a Igreja e o Estado é a forma definitiva necessária à coexistência da sociedade civil com a sociedade eclesiástica; a separação é um progresso constitucional que não somos nós os únicos a haver atingido...

A volta do Cardeal Wyszynski à sua Sé é a volta a um bom método de diálogo, e assinala o abandono das decisões unilaterais".

Bem considerado tudo, é *uma volta, no máximo, às posições que existiam após a Declaração comum do Govêrno e do Episcopado em data de* 14 *de abril de* 1950. E' neste sentido que parece se devam

---

geira". *L'Osservatore Romano* de 13 de julho de 1957, num artigo intitulado "Una Repubblica esemplare", fêz a si mesmo esta pergunta: como podiam as autoridades de Praga ter revivido o método dos julgamentos terroristas, que, como era universalmente sabido, haviam sido declarados "monstruosidades" pelos anti-stalinistas? E o jornal responde à sua própria pergunta mostrando como o Comitê Central do Partido Comunista Tcheco, nas suas reuniões de 14 e 15 de junho, se preocupa com a persistente influência da Igreja sôbre a juventude, e decidira intensificar a propaganda anti-religiosa, sem contudo (consoante e estafada reserva) tocar, de modo algum, na "liberdade de religião". Para *L'Osservatore Romano,* as prisões e condenações acusavam um sentido óbvio, de vez que não podia ser sem significação o retôrno a métodos e sistemas que por algum tempo tinham sido postos de lado como "monstruosidades" da tirania stalinista.

interpretar as declarações logo após formuladas por Gomulka, tornado outra vez Primeiro Secretário do Partido Comunista, o qual prometeu a restituição dos bens eclesiásticos confiscados no passado, e a volta dos outros bispos à sua residência episcopal.

A 6 de novembro, anunciava-se, com efeito, que cinco bispos haviam retomado posse da sua Sé, a qual êles tinham sido forçados a abandonar por causa da sua detenção ocorrida durante a era da "camarilha" staliniana. A saber: S. Excia. Mons. Adamsk, Bispo de Katowice; seu Coadjutor, S. Excia. Mons. Bednorz; seu Auxiliar, S. Excia. Mons. Bieniek; S. Excia. Bons. Baraniak, Bispo-Auxiliar de Gniezno; e o Vigário Geral desta última diocese, Monsenhor Bernacki.

Capacitando-se de que relações satisfatórias com a Igreja eram uma necessidade num país predominantemente católico, no mês de novembro o Govêrno Gomulka favoreceu a criação de uma Comissão mista Estado-Igreja para solucionar os problemas mais salientes entre o Govêrno e o Episcopado. Essa Comissão ficou organizada como segue: pelo Govêrno, o sr. *Szachelski* e o sr. *Morawski,* membro do Politburo; pelo Episcopado, Mons. *Klepacz* e Mons. *Choromanski,* ambos dos que haviam assinado o acôrdo de 1950.

Num comunicado datado de 8 de dezembro, a Comissão anunciava um Acôrdo em princípio sôbre certo número de questões. A mais importante destas dizia respeito à reintrodução da instrução religiosa nas escolas. Ficou assente que esta seria matéria facultativa, extracurrículo, lecionada por professôres indicados conjuntamente pela escola e pelas autoridades da Igreja, e pagos pelo Estado. A Comissão também recomendava a revogação do decreto de fevereiro de 1953 que deu ao Estado poderes para prover a tôdas as nomeações eclesiásticas, e a aprovação de uma nova lei para promover consultas entre o Episcopado e o Govêrno antes de se fazerem novas nomeações. A Comissão também pediu se providenciasse sôbre a assistência religiosa aos doentes e dos detentos, e sôbre a volta das freiras e sacerdotes expulsos dos "territórios ocidentais" em 1953. Finalmente, a Comissão referiu-se ao Acôrdo firmado entre o Govêrno e o Episcopado a 4 de dezembro, pelo qual foi aceita a solução de compromisso temporário proposta em 1951 pela Santa Sé e pelos bispos para a administração das dioceses situadas nos "territórios ocidentais". Em virtude dêste Acôrdo, os bispos titulares nomeados pela Santa Sé eram reconhecidos. Êsses bispos titulares seriam tornados Ordinários quando um tratado de paz regulasse finalmente o "status" dos "territórios ocidentais".

A 10 de dezembro, com a permissão concedida aos editôres do hebdomadário *Tygodnik Powszechny* e do mensário *Znak* para reassumirem os postos de que haviam sido demitidos em 1953, pôde-se

dizer que o monopólio da imprensa católica, mantido até o presente pelos católicos "progressistas" da associação *Pax*, estava quebrado. [2]

Em fins de janeiro de 1957, as eleições polonesas assinalaram claramente o êxito de *Wladislaw Gomulka* e da chamada "Frente Nacional". O povo polonês tinha liberdade de escolher sòmente entre uma "nova trilha comunista" baseada especialmente na personalidade e na antiga atitude de *Gomulka*, e um comunismo impôsto de fora, como na Hungria, com tôdas as suas conseqüências ruinosas. Em tais circunstâncias, uma só escolha podia ser esperada: a Frente Nacional.

Pouco antes das eleições, a autoridade eclesiástica limitou-se a relembrar aos católicos o seu dever de votar. O único desejo dela era poupar à nação polonesa luta, derramamento de sangue e ruína. O abstencionismo ou a votação contra a Frente Nacional acarretaria de fato consigo tragédia dentro do país e intervenção armada de fora.

No momento é impossível dizer quanto durará o restabelecimento de certas liberdades religiosas fundamentais na Polônia. O comunismo, se permanecer leal aos seus princípios, não pode renunciar à luta anti-religiosa. Mas um Estado dirigido por comunistas pode, num momento de dificuldade suprema e sob a ameaça imediata de uma tragédia tal como aconteceu na Hungria, renunciar à aplicação de certos dos seus preconceitos ideológicos, e empreender uma aparente mudança de política. A situação na Polônia continua difícil; as eleições de janeiro de 1957 evidentemente não resolveram o problema político polonês, nem mostraram, como pretendem alguns, que ao menos nesse país a cooperação entre Catolicismo e Comunismo foi realizada.

Muitos problemas graves relativos à liberdade da Igreja ainda aguardam solução na Polônia. Ainda não é tempo para condescender com otimismos. As futuras relações entre o Estado Comunista e a Igreja Católica dependerão da maneira como o Govêrno puser em prática os novos acordos. O Govêrno Polonês desrespeitou tão completamente o espírito do Acôrdo de 1950, que os bispos se quei-

---

2) O movimento "progressista" está presentemente em declínio na Polônia. O seu "leader", M. Piasecki, era um protegido de um dos membros mais stalinistas do Politburo, e portanto não teve outro remédio senão apoiar os stalinistas durante os recentes acontecimentos na Polônia. Até outubro de 1956 os comunistas continuavam procurando usar o movimento para minar a influência da Igreja, mas êle foi sempre rejeitado pela grande maioria dos católicos poloneses. Desde a sua libertação, o Cardeal Wyszynski condenou novamente o movimento. Alguns dos seus membros estão agora tentando formar novos grupos menos comprometidos, e dissociar-se do sr. Piasecki. Mas uma "Associação Pan-Polonesa de Intelectuais Católicos Progressistas", fundada a 5 de novembro sob a liderança daqueles que tinham sido anteriormente vitimados, parece ser o agrupamento católico mais popular e mais promissor.

xaram do regime "de ódio implacável" contra a Igreja. E' melhor esperar, e ver o que será *de fato* a atitude do comunista *Gomulka.*

Informação mais recente (março de 1957) sôbre a prática da religião na Polônia é, como no passado, consoladora. Guiada pela nobre figura do Cardeal-Primaz *Wyszynski,* a Igreja Católica manifesta um fervor espiritual e intelectual que a opressão só fêz foi amadurecer e revigorar.

Na incerteza que deve possuir a respeito do futuro, isto constitui um elemento de certeza.[3]

* * *

Hungria.

Na *Hungria,* a 30 de outubro de 1956, elementos do exército e dos grupos de insurretos libertavam da prisão de Felsöpeteny — para onde fôra transferido, havia alguns dias, da sua residência forçada — o Cardeal-Primaz Mindszenty. A 1º de novembro, um comunicado do Conselho de Ministros do Govêrno Nagy declarava que o Primaz podia exercer novamente as suas funções eclesiásticas e os seus direitos civis, porque a sua condenação tinha sido *"privada de todo fundamento"*.

Tôda gente conhece as tão dolorosas vicissitudes da nação magiar após a efêmera restauração das liberdades democráticas, em seguida à sublevação do povo.

Quando, com o auxílio dos "tanks" soviéticos, fôra consolidada a feroz e repressiva regência de *Janos Kadar,* a perseguição na Hungria aumentou de violência. Em janeiro de 1957 vários padres foram presos e trazidos perante as côrtes, acusados de "atividade contra-revolucionária". A instrução religiosa nas escolas, restabelecida

---

3) Os últimos acontecimentos mais salientes durante o verão de 1957 prendem-se à visita do Cardeal Wyszynski a Roma. Regressando à Polônia, o Primaz publicou uma Carta Pastoral, datada de 19 de junho de 1957. Contudo, esta só apareceu a 7 de julho no hebdomadário *Tygodnik Powszeshny.* O Cardeal acentuava a *natureza puramente religiosa* da sua visita, e indicava como programa para a celebração do milésimo aniversário da propagação da Fé Cristã na Polônia "a luta para ficar fiel a Deus, à Cruz, ao Evangelho, à Igreja e aos seus pastôres, e à nossa Pátria, guarda avançada do Cristianismo". Depois do regresso do Cardeal, a censura polonesa impediu a publicação de uma das suas comunicações em que êle proibia aos eclesiásticos publicarem livros por intermédio de agências da organização editôra "progressista" *Pax,* ou colaborarem de qualquer modo nas suas publicações periódicas. Como é bem sabido, mesmo sob o Govêrno Gomulka e a despeito de repetidos protestos da Hierarquia polonesa e de explícitas condenações da Santa Sé, o grupo político "progressista" de Piasecki, "Pax", continua a chamar-se *Católico* e a perseguir o seu objetivo de "conciliação" do catolicismo nacional polonês com a política do regime comunista.

durante o curto período de vida do Govêrno *Nagy*, fôra alvo de violento ataque da parte do Presidente do Conselho *Kadar*. Não se pejou êste de declarar pùblicamente: "Não permitiremos que os elementos reacionários continuem a exercer a sua influência sôbre as mulheres e a torturar (*sic*) as nossas crianças, ensinando-lhes o conhecimento de Deus".

Indicações da presente situação na Hungria devem ser vistas nos ataques feitos por membros do Govêrno e pela imprensa do Partido a alguns membros do episcopado. Êsses ataques têm sido dirigidos especialmente contra o Cardeal *Mindszenty*. Depois da sua libertação pelos insurretos, êste tem vivido na vizinhança da Legação dos U. S. A. em Budapest. Desde 5 de novembro, quando os "tanks" russos avançavam para dentro da cidade, achou êle refúgio naquela Legação.

O jornal oficial do Partido Comunista, *Nepszabadzag*, nos primeiros dias de fevereiro, acusava o Cardeal *Mindszenty* de ter apoiado a ação movida pelos Bispos de Vac e Székesfehérvár contra "os padres democráticos e progressistas", impedindo-os de "tomar parte em funções religiosas..." O jornal contestava aos bispos o "direito de desacreditar e de pôr de lado filhos fiéis do país e da Igreja, e, entre êstes, deputados e diretores muito importantes do Comitê Nacional de Padres Católicos pró Paz...".[4]

A verdade é que os bispos húngaros haviam apenas pôsto em efeito a letra e o espírito de um decreto da Sacra Congregação do Concílio, de 21 de janeiro (*AAS, XXXIX*, 38-39), que ameaçava com graves penalidades uns doze sacerdotes húngaros que já por algum tempo haviam sido suspensos *a divinis* por terem aceitado dos comunistas, sem nenhuma autoridade, cargos eclesiásticos. Se não se submetessem a certas prescrições daquela Congregação (renúncia dos cargos a êles arbitràriamente designados e por êles ora exercidos sem autoridade), incorreriam êles em excomunhão reservada *speciali modo*. Em virtude dêsse decreto, o padre Cisterciense *Horvath* incorreu, imediatamente, em excomunhão, pela sua evidente relutância em concordar com as prescrições da autoridade eclesiástica competente.

Por êsse decreto, a Sacra Congregação do Concílio simplesmente aplicava normas do Código Canônico.

A esperança de que os acontecimentos sobrevindos na Polônia e na Hungria no fim de outubro e no comêço de novembro de 1956 as-

---

4) O ataque do jornal comunista deu à Legação Americana em Budapest oportunidade de esclarecer a sua posição. Declarou ela que, "enquanto a segurança pessoal e o bem-estar do Cardeal eram atendidos do melhor modo possível dentro da Legação, ao mesmo tempo nada deixava de ser feito, e nada estava deixando de ser feito da parte da representação diplomática dos Estados-Unidos, para assegurar que de modo algum o Cardeal fizesse uso da Legação para promover atividades políticas ou atividades relacionadas com políticos".

sinalassem o fim de um período de perseguição, de arbítrio, de lágrimas e mesmo de sangue, até agora revelou-se falaz.

A atitude dos regimes comunistas a respeito da religião *não mudou,* a despeito da promessa de "democratização", e da anunciada eliminação da "camarilha criminosa" do passado; ao contrário, tudo faz prever que, com o refôrço da cortina de ferro, *um próximo apêrto de parafuso* será dado às expensas das fôrças "contra-revolucionárias" representadas, em primeiro lugar, para os comunistas, pela Igreja Católica. Com efeito, o comunismo marxista, seja qual fôr a fisionomia que assuma, ou a feroz de tirania estaliniana, ou a risonha da atenuação de Bulganin e da coexistência de Krouchtchev, só pode é trazer a escravidão e a repressão. A Igreja não tem grande coisa a esperar da reabilitação dos "desviacionistas" e dos "titoístas": *o comunismo nacional não lhe é menos adverso do que o da estrita ortodoxia soviética.*

Em momento tão doloroso para a Hungria e tão cheio de perigos para os outros países da Europa oriental, a voz de Pio XII elevou-se, uma vez mais, em três Encíclicas cheias de tristeza e de um Apêlo ao mundo (fato absolutamente novo na história e nos métodos pontifícios): textos respectivamente datados de 28 de outubro (*Luctuosissimi Eventus*); 1º de novembro (*Laetamur Admodum*); 5 de novembro (*Datis Nuperrime*), e 10 de novembro.

Pedindo preces públicas para obter uma paz fundada na justiça para o povo da Hungria dilacerado por sangrentos conflitos, o Papa escrevia a 28 de outubro em *Luctuosissimi Eventus*:

"Bem claro seja para todos que a ordem subvertida nos povos não pode ser restabelecida nem pelo poder das armas, que só trazem é a morte, nem pela violência infligida aos cidadãos, a qual não lhes pode sufocar os sentimentos íntimos, nem por ilusórias teorias, que corrompem as almas e violam os direitos da Igreja e da consciência cívica e cristã; a aspiração a uma justa liberdade jamais pode ser sufocada pela fôrça".

A 5 de novembro em *Datis nuperrime*:

"Êsses trágicos acontecimentos, que provocam uma indignação e uma dor extremas não só em todos os católicos, como também no conjunto das nações livres, nós, na consciência do Nosso cargo, não podemos deixar de os deplorar e condenar. Que aquêles cujas ordens provocaram tais crimes considerem, enfim, que não se pode afogar no sangue a justa liberdade dos povos... Mas a palavra do Senhor a Caim: "*A voz do sangue de teu irmão clama da terra para Mim*", verifica-se ainda hoje: o sangue do povo húngaro clama para Deus. E, se, muitas vêzes, o justo Juiz só pune os indivíduos depois da sua morte, às vêzes êle fere desde esta vida — a história o prova — os governantes que fazem os outros sofrerem a injustiça".

E, no Apêlo ao mundo, de 10 de novembro, Pio XII, depois de relembrar "a iniqüidade consumada pela ruína do caro povo magiar,

culpado de haver querido o respeito dos direitos humanos fundamentais", proclamava, entre outras coisas:

"Porém, mais do que qualquer outra preocupação, pesa sôbre as almas o sentido dos fatos dolorosos da Hungria. A emoção universal e espontânea do mundo, que a atenção voltada para outros graves acontecimentos não consegue diminuir, mostra o quanto é necessário e urgente restituir a sua liberdade aos povos que dela foram privados.

Pode o mundo desinteressar-se dêsses irmãos e *abandoná-los ao destino de uma escravidão degradante?* Certamente, a consciência cristã não pode subtrair-se à obrigação moral de tentar todos os meios lícitos para restaurar a dignidade dêles e lhes restituir a liberdade".

O horrível crime perpetrado contra o cristianismo, a civilização e a dignidade humana na Hungria relembrou ao mundo livre o iminente perigo representado pelo comunismo, que acarreta após si a opressão espiritual, moral e econômica dos povos: *o drama da Igreja do silêncio continua.* [5] Na Hungria, não foi — como o quis fazer crer a propaganda comunista — não foi uma luta entre a revolução proletária e a reação burguesa que se produziu, mas sim a luta entre a tirania e o espírito de liberdade, para a defesa dos mais altos valores humanos.

---

5) Veja a impressionante documentação sôbre êste assunto contida nos dois volumes do *Relatório da Comissão Especial das Nações Unidas sôbre o problema da Hungria,* datada de 12 de junho de 1957. A Comissão Especial, formada de representantes da Austrália, Ceilão, Dinamarca, Tunísia e Uruguai, foi estabelecida segundo uma Resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de janeiro de 1957. — O Relatório é particularmente notável pelo fato de um órgão das Nações Unidas — contràriamente ao que sucedeu em outras ocasiões — ser capaz de pronunciar uma condenação tão clara e tão unânime da agressão soviética. Contudo, a despeito dessa condenação, o sistema de repressão selvagem e de prisão e de sentenças de morte continuou sob o regime Kadar.

Basta relembrar aqui a onda de prisões do clero católico que teve lugar no fim de julho e no comêço de agôsto de 1957. Um comunicado do Ministério dos Negócios Exteriores deu como razões para essas prisões culpas como estas: "compilação e impressão de grande número de panfletos e de outro material de propaganda, distribuído principalmente nos centros armados contra-revolucionários". As Encíclicas do Santo Padre foram chamadas "As injuriosas circulares do Papa Pio XII sôbre os acontecimentos na Hungria". Tudo isto, contudo, não impediu o Govêrno Kadar de fazer pressão sôbre os bispos e fiéis, num esfôrço para os fazer pactuar com o regime, na esperança talvez de obter um reajustamento moral. E' também à luz desta "política" que se deve considerar o favor mostrado nestes últimos meses a uma nova organização para eclesiásticos chamada "Opus Pacis" e pertencente ao equívoco *Comitê Nacional pró Paz.*

DOCUMENTOS DE SUA SANTIDADE O PAPA PIO XII SÔBRE A PERSEGUIÇÃO À IGREJA CATÓLICA

ALÉM *de freqüentes alusões à perseguição à Igreja que se podem achar em numerosas mensagens e discursos do Santo Padre, foram publicados os documentos pontifícios seguintes sôbre os aspectos particulares do sofrimento da Igreja. E' a Pio XII que se deve, além disso, a estupenda expressão de* «***Igreja do Silêncio***» *para designar essa parte da comunidade cristã cujas "mãos estão atadas e cujos lábios estão cerrados"* (Radiomensagem de Natal de 1951).

1945 — 23 de dezembro: Encíclica *Orientales omnes Ecclesias*, publicada por ocasião do 350º aniversário da reunião da Igreja Rutena à Sé Apostólica. — *AAS* XXXVIII (1946), pp. 33-63.

1949 — 11 de janeiro: Carta Apostólica *Acerrimo moerore*, na qual o Santo Padre deplora a prisão de Sua Eminência o Cardeal Mindszenty. — *AAS* XLI (1949), pp. 29-30.

1949 — 14 de fevereiro: Consistório secreto. Alocução contra a condenação de Sua Eminência o Cardeal Mindszenty. — *AAS* XLI (1949), pp. 41-45.

1949 — 16 de fevereiro: Discurso do Sumo Pontífice na audiência plenária ao Corpo Diplomático após a sentença de Budapest. — *AAS* XLI (1949), pp. 73-74.

1949 — 20 de fevereiro: Discurso aos Romanos sôbre os direitos sagrados da Igreja. — *AAS* XLI (1949), pp. 74-76.

1949 — 1º de setembro: Carta *Decennium dum expletur* ao Episcopado polonês. — *AAS* XLI (1949), pp. 450-453.

1951 — 1º de setembro: Carta *Cum iam lustri* ao Episcopado polonês. — *AAS* XLIII (1951), pp. 775-778.

1951 — 28 de outubro: Carta Apostólica *Impensiore Caritate* ao Episcopado, ao clero e aos fiéis da Tchecoslováquia, relativa aos sofrimentos da Igreja tchecoslovaca. — *AAS* XLIII (1951), pp. 768-772.

1952 — 18 de janeiro: Carta Apostólica *Cupimus Imprimis* ao Episcopado, ao clero e aos fiéis da China. — *AAS* XLIV (1952), pp: 153-158.

1952 — 27 de março: Carta Apostólica *Veritatem Facientes* relativa à perseguição da Igreja na Rumânia. — *AAS* XLIV (1952); pp. 249-253.

1952 — 7 de julho: Carta Apostólica *Sacro Vergente Anno* a todos os povos da Rússia. — *AAS* XLIV (1952), pp. 505-511.

1952 — 14 de novembro: Discurso do Santo Padre por ocasião do XX° aniversário da fundação do Colégio São Josafat, de Roma (resumo da perseguição à Igreja Católica ucraniana). — *AAS* XLIV (1952), pp. 876-878.

1952 — 15 de dezembro: Carta Encíclica *Orientales Ecclesiae* relativa à perseguição à Igreja de rito oriental na Bulgária e na Tchecoslováquia. — *AAS* XLV (1953), pp. 5-14.

1953 — 16 de julho: Carta Apostólica *In Poloniae Annalibus* ao Episcopado, ao clero e aos fiéis da Polônia, por ocasião do VII° centenário da canonização de Santo Estanislau. — *AAS* XLV (1953), pp. 489-502.

1953 — 19 de novembro: Discurso do Santo Padre aos Chefes de Missão do Corpo Diplomático acreditados junto à Santa Sé, por ocasião dos vexames infligidos a Sua Eminência o Cardeal Wyszynski. — *AAS* XLV (1953), pp. 755-756.

1954 — 7 de outubro: Carta Encíclica *Ad Sinarum gentem.* — *AAS* XLVII (1955), pp. 5-14.

1955 — 8 de dezembro: Carta Apostólica *Gloriosam Reginam* ao Episcopado polonês, por ocasião do III° Centenário da proteção miraculosa do santuário mariano de Jasna Gora (Czestochowa). — *AAS* XLVIII (1956), pp. 73-77.

1956 — 29 de junho: Carta Apostólica *Dum maerenti animo,* aos Cardeais Mindszenty, Stepinac e Wyszynski, e aos arcebispos, bispos, clero e fiéis da Albânia, Bulgária, Iugoslávia, Polônia, Romênia, Hungria, Tchecoslováquia e Alemanha Oriental, por ocasião do 5° centenário da Bula de Calisto III, anunciando preces e outras devoções contra o perigo turco. — *AAS* XLVIII (1956), pp. 549-554.

1956 — 28 de outubro: Carta Encíclica *Luctuosissimi eventus,* ordenando públicas preces para obter a paz baseada na justiça na Hungria.

1956 — 1° de novembro: Carta Encíclica *Laetamur admodum,* insistindo no mesmo assunto.

1956 — 5 de novembro: Carta Encíclica *Datis nuperrime.* Reafirma solenemente que a justa liberdade dos povos não pode ser sufocada no sangue.

1956 — 30 e 31 de outubro: Telegramas aos Cardeais Wyszynski e Mindszenty.

1957 — 19 de julho: Oração composta pelo Santo Padre pela "Igreja do Silêncio". Cf. *L'Osservatore Romano,* de 19 de julho de 1957.

1958 — 29 de junho: Carta Encíclica *Ad Apostolorum Principis,* aos Bispos, Clero e Povo da China, sôbre a sagração de bispos cismáticos "patriotas", pelo regime vermelho.

NOTA BIBLIOGRÁFICA

Citamos aqui algumas publicações que podem ser úteis aos que desejarem conhecer mais a fundo certos aspectos da luta anti-religiosa movida pelos comunistas em particular contra a Igreja Católica.

I. COMUNISMO E RELIGIÃO

Autores diversos: *Le Comunisme et les Chrétiens*. Paris, 1946.
BERDIAEFF N., *Le Marxisme et la Religion*. Paris, 1947.
COMBES J. *L'Assaut contre le Christ au XXe. siècle*. Paris, 1948.
HERNÁNDEZ B. *La Iglesia del Silencio*. Madrid, 1953.
MAC EOIN G. *The Communist War on Religion*. New-York, 1951.
SHUSTER A. *Religion behind the Iron Courtain*. New-York, 1954.
REGONDI L. *Rose e sangue oltre la cortina di ferro*. Roma, 1953.
PLAMER G. *I Partigiani di Dio*. Milano, 1953.
BREVI G. P. *Rússia*, 1942-1953. Milano, 1954.
ESCOLA D. *Nosotros y los católicos del Este*. Barcelona, 1955.
* * * *La Chiesa del Silenzio*. Roma, 1952.
* * * *Der Kampf der Kommunismus gegen die Religion*. Aschaffenburg, 1952.
* * * *Kirche in Not — Priesternot — Kirche in Not — Bolschewismus-Ersatzreligion*. Königstein, 1952, 1953, 1956.
* * * *Comunisme et Religion* (La doctrine, les méthodes, les faits). "La Documentation Catholique", cols. 1129-1130, 7-21, septembre, 1952.

II. U. R. S. S.

A. — RÚSSIA

SCHWEIGL G. *Il Cristianesimo nell'Unione Sovietica*. Roma, 1948.
AMMAN A. M. *Storia della Chiesa Russa*. Torino, 1948.
MAC CULLAGH F. *The Bolshevik persecution of Christianity*. London, 1924.
EMHARDT E. *Religion in Soviet Russia Anarchy*. London, 1929.
HARDER B. *Die Religion in Rot-Russland*. Harz, 1928.
D'HERBIGNY M. *La Guerre antireligieuse en Russie soviétique*. Paris, 1930.
MARTEL R. *Le Mouvement antireligieux en U.R.S.S.* Paris, 1922.
TIMASHEFF N. S. *Religion in Soviet Russia* (1917-1942). London, 1943.
VON ECKAROTT H. *Russisches Christentum*. München, 1947.
BRIEM E. *Kommunismus und Religion in der Sowjetunion*. Basel, 1948.
ANDERSON P. *People, Church and State in Modern Russia*. New-York, 1944.

ZERNOV N. *The Russians and their Church.* London, 1945.
DE VRIES W. *Christentum in der Sowjetunion.* Heidelberg, 1950.
CAPUCCIO. *Russia, regno dell'anticristo.* Milano, 1953.

B. LETÔNIA

*** *The Soviets against Church-Persecution in Soviet Latvia.* Latvian Central Committee, Germany, 1950.
*** *The Catholic Church of Latvia under the bolshevik torture.* Stockholm, 1950.

C. LITUÂNIA

*** *Appeal to the United Nations on Genocide.* Published by Lithuanian Foreign Service. Washington, 1951.
LATU R. *L'Église derrière le rideau de fer.* Paris. 1948.
MAUCLÈRE J. *La situation de l'Église catholique en Lithuanie.* Le Raincy, 1950.

D. UCRÂNIA

*** *Primi Incatenati — Libro bianco sulla persecuzione religiosa in Ucraina.* Roma, 1953. (O mesmo livro foi editado no mesmo ano em inglês e em alemão).
CHOMIK M. *La Lutte de l'Église catholique contre le Communisme.* "Logos", I, 1950.
DE VRIES G. *I Cattolici Ruteni.* "Civiltà Cattolica", vol. I.
DE VRIES G. *Soppressione della Chiesa greco-cattolica nella Subcarpazia.* "Civiltà Cattolica", vol. II.
BUCKO G. *Il Metropolita Andrea Szeptyckyj, grande figura della Chiesa cattolica Ucraina.* Albano Laziale (s. a.).
ATOS DO SÍNODO DE LWOW (em ucraniano) 1946.

III. ALBÂNIA

CAVALLI F. *Persecuzione religiosa nell'Albania Comunista.* "Civiltà Cattolica", 1947, 7 de junho e 19 de julho.
*** *Les Lois sur les Cultes en Bulgarie.* "La Documentation Catholique", 1949, cols. 1205-1209.

V. CHINA

DUFAY F. *L'Étoile contre la Croix.* Hong-Kong e Paris, 1954. Tradução portuguêsa na Ed. Vozes, Petrópolis.
MONSTERLEET J. *Les Martyres de Chine parlent.* Paris, 1953.
RÉMY. *Pourpre des Martyrs.* Paris, 1953.
CAVALLI F. *Indipendenza e libertà della Chiesa nella Cina Comunista.* Roma, 1951.
DRANSARD L. *Vu en Chine.* Paris, 1952.
DE LEFFE J. *Chrétiens dans la Chine de Mao.* Paris, 1955.
DE ECHALAR P. *Il Comunismo contra il Cristianesimo in Cina.* Roma, 1951.
BONNICHON A. *La Persécution en Chine et l'Encyclique Ad Sinarum Gentem.* Roma, 1955.

VI. CORÉIA

"GENTES" Número especial, março 1949.
CHANG L. *Le Clocher de la Croix sur la Terre Rouge.* Fusan, 1951.
O'CONNOR P. *Faith behind barbed Wires.* NCWC News Service, 1953.
* * * *Schicksal in Korea, Deutsche Missionaere berichten.* Abadia de S. Ottilia (sem data).
* * * *Trois ans de captivité d'une religieuse dans la Corée du Nord.* "Annales des Soeurs de Saint-Paul-de-Chartres", julho de 1953.

VII. HUNGRIA

* * * *Livre Blanc.* "Collection d'Archives d'Histoire contemporaine". Paris, 1949.
NAGY F. *La Lotta dietro la cortina di ferro.* Milano, 1950.
PETERFFY S. *Il Cardinale Mindszenty,* Roma, 1949.
BOER N. *Il Cardinale Mindszenty.* Milano, 1950.
FABIAN B. *Cardinal Mindszenty, the story of a modern martyr.* New-York, 1949.
MIHALOVICS S. *Mindszenty — Ungarn Europa — Ein Zeugenbericht. Karlsruhe,* 1949.
JUST B. *Un procès préfabriqué, l'affaire Mindszenty.* Paris, 1949.
DOMENACH. *Le procès des évêques hongrois.* "Esprit", setembro de 1951.
* * * *The case of Archibishop Grösz.* "Clergy Review", agôsto de 1951.
CAVALLI F. *La Chiesa Cattolica nella Republica Popolare Ungherese.* "Civiltà Cattolica", 15 de setembro de 1951.
* * * *Recent Events in Hongry.* "Clergy Review", outubro de 1950.
VON VARNA KELEMEN A. *Die Stimme des Rufenden* — Das Leben des Kardinal-fürst-primas von Ungarn. Saarlouis, 1950.

VIII. POLÔNIA

* * * *White paper on the persecution of Church in Poland.* London, 1954.
* * * *New moves in the communist struggle against the Church in Poland.* London, 1955.
LÉVÊQUE M. *Persécution en Pologne.* Paris, 1954.
* * * *L'Eglise et l'Etat en Pologne.* "La Documentation Catholique", 1946, cols. 1028-1041.
* * * *La situation de l'Eglise catholique en Pologne.* "La Documentation Catholique", 1950, cols. 727-735 e 807-829.
TUROWICZ. *L'Expérience polonaise.* "Terre Humaine", abril, 1952.
LENTIN A. P. *Situation du Catholicisme en Pologne.* "Dossier de la Semaine", 7 de julho de 1952.

IX. RUMÂNIA

* * * *Biserica Romana Unità* (Autores diversos). Madrid, 1952.
MARKHAM H. R. *La Roumanie sous le joug soviétique.* Paris, 1949.
GHERMAN P. *L'Âme roumaine écartelée.* Paris, 1955.
STEFANESCU G. *Le Calvaire des Catholiques en Roumanie.* Paris, 1953.
* * * *Reintregirea Bisericii Romane Unite din Ardeal.* Bucarest, 1949.
HÉBERT L. *Le Drame de l'Église Unie en Roumanie.* "La Documentation Catholique", 1949, cols. 833-891 e 923-936.
JANIN R. *L'Église catholique en Roumanie.* "La Documentation Catholique", 1951, cols. 423-436.

* * * *Persecution of Religion in Rumania.* Washington, 1949.
MIRCEA A. *Persecución comunista de la Religión en Rumania.* Madrid, 1954.
POP N. *Kirche unter Hammer und Sichel.* Die Kirchenvervolgung in Rumänien 1945-1951. Berlim, 1953.

X. TCHECOSLOVÁQUIA

CAVALLI F. *Governo comunista e Chiesa cattolica in Cecoslovacchia.* "Civiltà Cattolica", Roma, 1950.
MANNOY R. *Comment on bolchevise un pays.* Louvain, 1951.
MICHEL A. *Problèmes religieux dans un pay sous régime communiste.* Paris, 1955.
NEMEC L. *Church and State in Czescoslovakia, theologically, juridically and historically documented.* New-York, 1954.
ROSSETTI M. V. *Un viaggio oltre cortina.* Torino, 1955.
ZUBEK T. *The Church of Silence in Slovakia.* Passaic, 1956.

XI. VIET-NAM

* * * *Terror in Viet-Nam: a record of another broken pledge.* Washington, 1955.

XII. IUGOSLÁVIA

* * * *Une Église du Silence — Catholiques de Yougoslavie.* Bruges, 1954.
PATEE R. *The case of Cardinal Aloysius Stepinac.* Milwankee, 1949.
CAVALLI F. *Il processo dell'Arcivescovo di Zagabria.* Roma, 1947. Trad. portuguêsa na Ed. Vozes, Petrópolis.
MIGLIORATI V. *La Chiesa nella Repubblica Federativa Popolare Jugoslava.* "Civiltà Cattolica", 1946: 6 de julho, 7 de setembro e 19 de outubro; 1947: 21 de junho.

ÍNDICE ALFABÉTICO

DOS PRINCIPAIS NOMES CITADOS

ÍNDICE ANALÍTICO

ÍNDICE SINTÉTICO